Revista eletrônica

HISTÓRIA

EM REFLEXÃO

Dossiê Temático

v. 20 n. 38 (2024)
Dourados – MS – Brasil
e-ISSN 1981-2434

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ "A PLURALIDADE NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL: INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E CIRCULAÇÃO DE SABERES"

Organizadores

ISABELLA BONAVENTURA (UNIFESP)[1]

HENRIQUE SUGAHARA FRANCISCO (INSTITUTO BUTANTAN)[2]

Desde o final da década de 1980, a História das Ciências se estabeleceu como especialidade no meio acadêmico nacional, alcançando considerável institucionalização, que se constata pela sua inserção em programas *strictu sensu* da área de História, seja como linha de pesquisa, seja como eixo temático estruturante. Os trabalhos de Maria Amélia Dantes (2001) e Silvia Figueiroa (1997) buscaram pensar a produção científica no Brasil para além das noções de "atraso", que resultavam de comparações com instituições de pesquisa europeias ou dos Estados Unidos, posicionadas como modelo de excelência. As

[1] Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). Mestra em História Social pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em História pela USP. Bolsista CAPES-PDSE, entre 2022 e 2023, permaneceu por seis meses na Universidade de Buenos Aires. Realiza pesquisas sobre História das Ciências no Brasil, abordando trajetórias de pesquisadores brasileiros e argentinos da primeira metade do século XX. Também estuda os intercâmbios entre pesquisadores latino-americanos, com destaque para as comunicações entre laboratórios situados em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Possui experiência em estudos sobre gênero e ciência, História da Profissão Farmacêutica em São Paulo e História da Odontologia em São Paulo. Autora do livro "Profissão Farmacêutica em São Paulo: prática científica, ensino e gênero (1895 - 1917)" (Editora Fiocruz, 2020). Atualmente integra o Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (LABCITE-FFLCH /USP) e o Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos. E-mail: isa.bonaventura@gmail.com

[2] Graduado e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador vinculado ao Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade/USP. Atualmente, é pesquisador do Centro de Memória do Instituto Butantan. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Imprensa, História da Medicina, História da Assistência e História da Saúde. E-mail: hsfrancisco@alumni.usp.br

autoras se alinham às modificações metodológicas nos estudos de História das Ciências ocorridas na década de 1980, que contestavam a perspectiva de que a produção de pesquisa e o cientista dispunham de uma posição isolada do contexto social, político e material de seu tempo (Pestre, 1996).

Em consonância com essa mudança de postura analítica, entre o final do século passado e o atual, novas perspectivas metodológicas e novos objetos foram propostos na área dos *Science Studies*. Nesse sentido, podemos citar os estudos dedicados às questões de gênero na ciência (Stengers, 2023; Haraway, 1995; Schiebinger, 2001), que contestaram a noção de sujeito universal masculino da produção científica.

No âmbito dos estudos subalternos e decoloniais, cabe ressaltar as contribuições de Raj (2015), o qual nos convida a observar a produção de saber em ambientes externos ao laboratório e às instituições científicas, dispensando atenção à pluralidade de saber-fazer, produzida no trânsito entre diferentes localidades. Pensando como os estudos históricos podem contribuir à crise ambiental vivenciada na atualidade, Dipesh Chakrabarty (2013) discute os desafios de se pensar a escrita da história no Antropoceno, momento em que ação humana adquiriu a escala de força geológica.

Nesse aspecto, também são destacáveis os trabalhos de Eduardo Viveiros de Castro (2002) e Ailton Krenak (2019) sobre as cosmologias nativas e seu papel na produção de saberes, que desafiam as fronteiras entre animal, humano e mundo natural.

Em consonância com estas reflexões, a Revista Eletrônica História em Reflexão, do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), acolheu nossa proposta, publicando o dossiê temático “A pluralidade na História das Ciências no Brasil: instituições, sujeitos e circulação de saberes”, que vem a público em dezembro de 2024. Alegramo-nos diante do grande volume de trabalhos recebidos, o que demonstra o interesse da comunidade de pesquisadoras(es) em pensar maneiras inclusivas e diversas de se abordar as ciências e as práticas de saber-fazer. Em consequência desse engajamento, anunciamos que o dossiê contará com um número suplementar, previsto para janeiro de 2025.

Neste volume, apresenta-se a entrevista “O giro decolonial para se pensar

a história das ciências: uma entrevista com Ricardo dos Santos Batista", concedida pelo Professor Doutor Ricardo Bastista (UNEB) aos editores Isabella Bonaventura e Henrique Sugahara Francisco. Essa conversa destaca a maneira como compreendemos a pluralidade nas ciências, sua circulação no contexto global, bem como os desafios e surpresas que tais estudos apresentam ao ofício e formação das historiadoras(es) latino-americanas(os).

Quanto aos artigos que compõem este dossiê, apresentam-se trabalhos dedicados a pensar a trajetória de mulheres cientistas, evidenciando as interfaces entre gênero e ciência. Os estudos de pesquisadoras e pesquisadoras nas áreas da ciência natural, botânica e química, atuantes nos séculos XIX e XX, também foram contemplados. Destacam-se análises sobre o modo como cientistas se envolveram na escrita e publicação da história de suas áreas, assim como na constituição da História das Ciências como especialidade.

Adicionalmente, o dossiê abrange o campo da História Ambiental em artigo sobre os diferentes agentes envolvidos nas dinâmicas das políticas ambientais brasileiras no final do século XX. Já as interfaces entre produção científica e sua circulação foram abordadas em artigos sobre viagens e expedições científicas, realizadas nos séculos XIX e XX. Tais trabalhos destacam a influência de instituições científicas, viajantes e coleções museológicas na formação de identidades regionais baseadas em teorias raciais, bem como na produção de materiais relevantes para o estudo do território brasileiro, das doenças e, também, para a formação de coleções em museus brasileiros.

Igualmente se encontram reunidos textos pertencentes ao campo da História da Medicina, da saúde e das doenças. Enfocando diferentes contextos espaço-temporais, alguns dos escritos analisam as aproximações, os arranjos e as tensões entre o saber médico e as terapias alternativas de cura, bem como as controvérsias científicas e profissionais entre os esculápios e os bacharéis em Direito. A circulação (e reapropriação) do conhecimento produzido pelos médicos também se faz presente em artigos que tratam da elaboração, nos séculos XVIII e XIX, de manuais contendo aconselhamentos sobre saúde destinados ao público não especializado. Além disso, outros dois temas se encontram examinados neste volume: as trajetórias intelectuais de médicos em

outros ramos da sociedade e os discursos médicos e medidas estatais diante dos descendentes de indivíduos acometidos de doenças contagiosas.

REFERÊNCIAS

BONAVENTURA, Isabella. **Profissão Farmacêutica em São Paulo:** prática científica, ensino e gênero (1895 - 1917). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. “O clima da história: quatro teses”. In: **Sopro**, n. 91, p. 4-22, 2013.

CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (orgs.) **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

CUETO, Marcos. PALMER, Steven. **Medicina e Saúde Pública na América Latina:** uma história. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

DANTES, Maria Amélia. **Espaços da Ciência no Brasil:** 1800 - 1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia. **As Ciências Geológicas no Brasil:** uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FOUCAULT. Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. **Entre curativos e conflitos:** o Posto Médico da Assistência Policial e a formação dos socorros de urgência na cidade de São Paulo (1911 - 1933). [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: **Cadernos Pagu**, n.5, 1995.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos:** ensaios de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica:** Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARINHO, Maria Gabriela; BATISTA, Ricardo dos Santos; PORTO, Paloma; NEMI, Ana; CAMPOS, Cristina de. The modernization of medical education in Brazil: Rockefeller Foundation funding and the Ribeirão Preto Medical School in a development context (1951-1964). **Historia Crítica** (Bogota, Colombia), n. 93, p. 53–78, 2024.

MOTA, André. **Tropeços da medicina bandeirante:** medicina paulista entre 1892 - 1920. Edusp, 2005.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens, **Cadernos IG/Unicamp**, v. 6, n. 1, 1996, p. 03-56.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. **Revista Maracanan**, vol. 13, dez./2015, pp. 164-175.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP, EDUSC, 2001.

SILVA, Márcia Regina Barros. **O Laboratório e a República:** saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891 - 1933). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível:** manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, p. 113-148, 2002.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

OBJETOS E ABORDAGENS NA HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS

A quina no Piauí (1763-1806)

OBJETOS Y ENFOQUES EN LA HISTORIA DE LA SALUD Y LA ENFERMEDAD

Quina en Piauí (1763-1806)

DINORAH FRANÇA LOPES[1]

FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO[2]

RESUMO

O artigo analisa a saúde, as doenças e as ciências como objetos de interesse da História e traz a circulação de saberes sobre o mundo natural como exemplo de abordagem investigativa. A priori, construiu-se um panorama modesto, que considerou a saúde, as doenças e as ciências na historiografia; a posteriori, as reflexões foram aplicadas em uma contribuição para a História da Saúde e das Doenças, com o estudo de uma planta de propriedades medicinais que movimentou relações no Império Português: a quina. A investigação parte da então capitania do Piauí, estreitamente ligada ao Maranhão e a muitas outras partes do globo; o recorte temporal foi de 1763 a 1806, explicado pelas datas das fontes trabalhadas; e as circunstâncias históricas do período remetem especialmente ao Reformismo Ilustrado. A demanda, na historiografia piauiense, por material ligado à História da Saúde das Doenças no Período Colonial e a validade de perceber a capitania do Piauí numa perspectiva atlântica e global justificam este esforço. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica acerca da História da Saúde e das Doenças e da História Colonial, aliada à pesquisa documental com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino. Enfim, pudemos observar que em um contexto de disputas comerciais contra estrangeiros, as chamadas “drogas do sertão”, representadas aqui pela quina da capitania do Piauí, foram caras à Coroa de

[1] Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: dinorahfranca04@gmail.com;

[2] Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É co-líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq, gleison.monteiro@ufpi.edu.br.

Portugal. Enfim, pessoas, plantas, animais e minerais foram explorados. Práticas de cura e outros saberes indígenas e africanos relacionados ao uso da natureza foram essenciais nesse processo.

Palavras-chave: História. Quina. Piauí. Saúde. Doença. Ciências.

RESUMEN

El artículo analiza la salud, las enfermedades y las ciencias como objetos de interés de la Historia y presenta la circulación de conocimientos sobre el mundo natural como ejemplo de enfoque investigativo. A priori, se construyó un panorama modesto, que consideró la salud, las enfermedades y las ciencias en la historiografía; posteriormente, las reflexiones fueron aplicadas en una contribución a la Historia de la Salud y la Enfermedad, con el estudio de una planta con propiedades medicinales que influyeron en las relaciones en el Imperio portugués: la quina. La investigación parte de la entonces capitanía de Piauí, estrechamente vinculada a Maranhão y muchas otras partes del globo; el período fue de 1763 a 1806, explicado por las fechas de las fuentes utilizadas; y las circunstancias históricas del período se refieren especialmente al Reformismo Ilustrado. La demanda, en la historiografía del Piauí, de materiales vinculados a la Historia de la Salud y la Enfermedad en la colonia y la validez de percibir la capitanía de Piauí desde una perspectiva atlántica y global justifican ese esfuerzo. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica sobre la Historia de la Salud y la Enfermedad e Historia de la Colonia, combinada con la investigación documental con fuentes del Archivo Histórico de Ultramar. Finalmente, pudimos observar que en un contexto de disputas comerciales contra extranjeros, las llamadas “drogas do sertão”, representadas aquí por la quina de la capitanía de Piauí, eran queridas por la Corona de Portugal. Finalmente, se exploraron personas, plantas, animales y minerales. Las prácticas curativas y otros conocimientos indígenas y africanos relacionados con el uso de la naturaleza fueron esenciales en este proceso.

Palabras clave: Historia. Quina. Piauí. Salud. Ciencias..

INTRODUÇÃO

Tarefa muito complexa para nós historiadores é pensar nosso ofício. Seja pela inata dificuldade de nos apoiarmos seguramente em conceitos, seja pela historicidade do próprio fazer historiográfico, o máximo que conseguimos construir são esboços imprecisos, que mal são desenhados e já se tornam obsoletos. Por isso, deixo para outros a pretensão de esmiuçar qualquer discussão que trate sobre nossos objetos e campos de pesquisa. O que se

pretende, nestas poucas linhas, é traçar um panorama modesto, que considere a saúde, as doenças e as ciências como objetos de pesquisa na História, analisando a demarcação do campo na historiografia; e aplicar essa reflexão na construção de uma História da Saúde e das Doenças, a partir do estudo de uma planta com propriedades medicinais que movimentou relações humanas ao longo do tempo: a quina.

Nosso recorte temporal vai do final do século XVIII ao início do século XIX, momento de mudanças promovidas pelo Reformismo Ilustrado, expressas em ações como as reformas pombalinas. Nesse período, outrossim, acontecem transformações nas relações políticas entre as elites de Brasil e Portugal. O olhar para a capitania do Piauí se justifica pela demanda, na historiografia piauiense, por material ligado à História da Saúde das Doenças no Período Colonial e a validade de perceber a Capitania do Piauí numa perspectiva atlântica e global.

A posição da capitania em relação à Loja peruana - pois paralelos iguais ou próximos tendem a permitir o desenvolvimento de vegetação semelhante, fato que é caro para o extrativismo e a aclimatação de espécies - ajudam a entender esse espaço como de interesse da Coroa. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica acerca da História da Saúde e das Doenças e da História Colonial, aliada a uma pesquisa documental com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (acessadas graças ao Projeto Resgate).

1. SAÚDE, DOENÇAS E CIÊNCIAS.

Muitas perguntas nos vêm, quando tomamos a História da Saúde e das Doenças como foco. Que acontecia no espaço dos historiadores para o surgimento desse campo? De que maneira essa área se relaciona com outros campos? A partir de quais focos de análise a História da Saúde e das Doenças começou? Quais foram os principais nomes ligados à constituição desse saber? Antes dos anos 1960, era comum a tentativa de se produzir uma história global, que abrigasse uma miríade de objetos e fosse capaz de explicar a evolução das sociedades. Quando a história se aproxima dos pressupostos teóricos-metodológicos das ciências da natureza, ela sofre transformação. O

conhecimento religioso e o metafísico, a partir do século XIX, são ameaçados pelo conhecimento científico.

A partir de 1960, com a terceira geração dos Annales, emerge uma perspectiva cultural da história, com a influência marcante de Pierre Nora, Georges Duby e outros. Sob a influência das mudanças que aconteciam no mundo, cultura, medo, sentimentos passam a funcionar como objeto dos historiadores. O maio de 1968, colapsos, crises, questões voltadas para o encontro do “eu” com o “outro” e consigo mesmo ganham espaço na escrita histórica. Nesse ínterim, via-se o movimento hippie, o Greenpeace, o feminismo, o movimento negro, o modernismo. Destaca-se o interesse de compreender o homem e sua relação com a saúde e a doença a partir de uma ótica cultural. Médicos, rezadeiras, raizeiros, parteiras, são vistos como sujeitos peculiares.

Nos últimos cinquenta anos, houve um aumento considerável das produções historiográficas, das formas de abordagem, e a facilidade na difusão das pesquisas. É nítida a mudança que acontece na história e é interessante pensarmos como o historiador contemporâneo tem se comportado frente a isso. Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1995) apontam o aparecimento de novas sensibilidades para caracterizar a terceira fase dos Annales, ao tempo em que atestam a aproximação da história com outros campos do saber. A partir disso, as mentalidades, os modos de vida, temas antropológicos, filosóficos e outros se constituem de vez como matéria do historiador. Em “O corpo: o homem doente e sua história”, por exemplo, os autores trazem a doença em si como objeto da história, em vez de usá-la como um meio para acessar um outro ponto de interesse. Para eles, a experiência da doença “constitui uma história que, no entanto, vem do exterior mudo da história; ela é por excelência social, porém seu lugar na sociedade não é assinalável; ela é evidente, mas impalpável; coletiva, mas assinalável sobre um único indivíduo” (REVEL; PETER, 1995, p. 142).

Segundo Le Breton (2011), o que se constrói como conhecimento relacionado ao corpo parte de uma percepção cultural. Mesmo que apreendido na forma de conhecimento comum, se dá através de uma reunião simbólica que lhe confere sentido. Assim, as representações são produzidas em conformidade com determinados sistemas de valor. Elas resultam de um estado social, de uma

visão. Portanto, não são uma realidade em si. Boutier e Julia (1998) veem como o momento mais propício ao investigador que tenta estabelecer seu objeto e seus recortes espacial e temporal, aquele em que se percebe rodeado pelas circunstâncias. Enquanto construção social, a escrita da história sofre a influência da subjetividade de seu feitor. Essas marcas se evidenciam também na leitura das fontes e na escolha dos caminhos metodológicos.

Foucault aparece como uma referência obrigatória nos anos 70 e Roberto Machado como um dos principais disseminadores de suas ideias no Brasil. Só nos anos 1980 é que aparecerão com alguma frequência obras que se distanciam de Foucault e suas raízes. Caso recuemos menos, veremos trabalhos vinculados à História Social, como o de Sidney Challhoub. Gilberto Hochman, Luiz Antonio Teixeira e Tânia Salgado Pimenta (2018), ressaltam que, a partir do final dos anos 1980, houve crescimento e diversificação dos temas e metodologias ligados à saúde na historiografia brasileira. Eles também nos atentam para o reconhecimento desse campo por outras áreas do saber, integrando-o em análises históricas multidisciplinares, ao lado de sociólogos, antropólogos, filósofos, educadores, médicos e sanitaristas, indicando, assim, a profissionalização e a institucionalização do campo. No artigo "História da saúde no Brasil: uma breve história", vemos que a perspectiva histórica, hoje, não pode ser dispensada pela Medicina Social e a Saúde Coletiva no Brasil. Ela está presente nos currículos de escolas de medicina e demais cursos ligados à saúde pública. Mas não podemos vê-la como um simples registro de eventos passados. Mais do que isso, é um instrumento chave para compreender criticamente políticas públicas de saúde. Seguindo a prática de outros pesquisadores, esses autores abordam o impacto foucaultiano e marxista nas produções historiográficas nacionais no âmbito da saúde. A influência de Michel Foucault é geralmente percebida nas discussões a respeito das instituições médicas e psiquiátricas, ao passo que Karl Marx aparece presente em análises sobre o papel do médico no processo de transição para uma sociedade capitalista.

Já com sua importância reconhecida e seus caminhos consideravelmente desenhados, a história da Saúde e das Doenças ainda conta com controvérsias e de desafios. É indiscutível a relevância histórica do campo para a melhoria das

práticas na saúde pública. Como quer Carlos Henrique Assunção Paiva (2020), as investigações históricas em torno da ciência podem ajudar e avaliar ações e perceber padrões, além de possibilitar *insights* em torno das situações sociais, políticas e dos elementos que as condicionam. Por outro lado, autores como Richard Horton (2014), tecem críticas aos historiadores da medicina. Fato é que há muitos desafios relacionados à saúde pública no Brasil e, dada a complexidade de nosso sistema, há que se pensar as práticas profissionais, bem como a conjuntura política e a dinâmica cultural.

Nesse sentido, o que o campo é capaz de oferecer são perspectivas, circunstanciadas pela sociedade e pelo momento. Apelam-se para concepções chave, que possam repercutir na construção de uma análise crítica do que é feito. Abordam-se as ações de saúde, situando-as no tempo e no espaço. Às vezes, assume-se um papel importante na elaboração ou reafirmação da identidade de uma instituição. E, além de instrumento para entendermos políticas públicas, a História da Saúde e das Doenças pode servir para a compreensão de práticas e condutas, porque a experiência social da saúde no tempo pode ser explorada. Mas o fazer dessa análise requer do historiador propriedade sobre discussões, conceitos e metodologias específicas do campo.

Finalmente, é inegável a relevância de instituições como a Fiocruz na produção e difusão de trabalhos relacionados à saúde e à doença. Principalmente por meio de narrativas baseadas nos documentos da própria instituição. Para além de sua participação nos currículos, temos a criação de instituições, grupos de estudo e de pesquisa, periódicos científicos, programas de pós-graduação, a realização de seminários e congressos e outros encontros para reafirmar a evolução do campo. E, apesar da grande relevância de instituições como a Casa de Oswaldo Cruz e seus produtos, como a revista “História, Ciências, Saúde - Manguinhos”, constata-se que a presença geográfica e temática desses estudos não está restrita ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, estabelecendo-se em mais centros nacionais e internacionais.

No Piauí, o interesse na História da Saúde e das Doenças é mais recente. No entanto, ela ganhou recentemente novos trabalhos com a autoria de

piauienses, como os de Mairton Celestino da Silva (2016), Talyta Marjorie Lira Sousa (2020), Ana Karoline de Freitas Nery (2021), Janayne de Moura Ferreira (2021), Joseanne Zingleara Soares Marinho (2021), Marcos Pierre Baptista (2021), Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), e outros. Mesmo que algumas dessas pesquisas tenham sido concluídas em instituições externas, todos pensaram a saúde, a doença e/ou as ciências no espaço piauiense. Ademais, existe no estado o grupo “Sana”, como um importante aglomerado de historiadores interessados no campo, que reúne membros de diferentes cidades e instituições e garante o compartilhamento e a publicação de trabalhos relacionados ao tema.

O Programa de Pós-graduação em História do Brasil e o Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, através de sua revista “Contraponto”, tornaram um público um dossiê que reúne produções como uma entrevista, trinta e três artigos e duas resenhas de livro voltados para diversas questões que envolvem saúde e doença. O projeto tem como título "História da Saúde das doenças: objetos, fontes e metodologias”. Os textos revelam uma ascensão piauiense, que coloca o estado em uma posição interessante nos debates sobre a diversidade e fertilidade do campo. São várias as abordagens e perspectivas para consolidação e inovação da área. Foi o caso das considerações sobre a COVID-19, importante ponto nos últimos anos.

Nossa contribuição, para além disso, é a investigação sobre a quina (também chamada de quina-quina, Cinchona, pau pra tudo, e muitas outras denominações), um tipo vegetal caracterizado como árvore ou arbusto, cujas propriedades medicinais despertaram o interesse do homem em diferentes momentos da história. Entre suas principais benesses, estão a capacidade febrífuga, anti-inflamatória, antimalárica e outras. Por outro lado, o consumo de seu princípio ativo (o quinino) pode induzir ao aborto em alguns casos. Acredita-se que seja originária da região da Loja peruana. Essa planta está envolta de lendas, sobretudo a respeito de seu nome. O termo “Cinchona" guardaria relação com a condessa de Chinchón, que supostamente foi curada com a erva de uma febre persistente. Sua história, ademais, tem uma estreita ligação com uma doença que grassou pela Europa na era moderna, por tratá-la. Associada aos

maus ares (*mal aria*), as febres intermitentes, também foram chamadas no decorrer dos anos de “sezões”, “febres terçãs”, “febres quartãs”, entre outros termos. Hoje, é conhecida por “malária” (SCHULZ, 2023).

A movimentação do envio de espécimes para análise se tornou uma constante em várias partes do território, um deles foi a capitania do Piauí. Em 12 de dezembro de 1797, o então governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando António de Noronha, remete ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e se dispõe a cumprir ordens reais sobre a descobertas de quina, salitre e tabaco em sua região. Após enviar terra salitrosa e algumas amostras das plantas à Secretaria de Estado, a autoridade ficou no aguardo pela autorização do rei para recolhê-las. No mesmo documento, informa a chegada do novo Governador do Piauí e afirma que o designou para tal diligência, dada sua capacidade de, ao lado de outros, “satisfazer este fim”.

Em documentos do final do século XVIII, em requerimento, o negociante lisboeta José António Pereira Vilela solicita em 1792 a entrega de quantidade de quina acordada com o então governador do Piauí. Em outro momento, já em 1795, uma remessa de quina branca, preta e quina-quina (classificação que ainda não havia sido encontrada na literatura estudada) é cobrada ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, por Manuel Pinheiro Osório, que teria sido um sargento-mor responsável pelas terras próximas às fazendas Kagados [sic], Calubra, Castelo e Alegrete, também pertencentes à capitania do Piauí. Além disso, pode-se notar pedidos de regulamentação da exploração das matas à procura da árvore, assim como novas demandas por descrições e envio de amostras para análise e junção ao jardim botânico.

Com a difusão do Reformismo Ilustrado pela Europa, o pensamento político, econômico e científico sofreu mudanças. Indo de encontro a percepções simplistas sobre esse processo que aconteceu de forma heterogênea em todo o território europeu, Janaíne Ferreira (2021) nos fez perceber que o Império português estava inserido em tal realidade. Portugal participou em conformidade com suas circunstâncias históricas da reforma de centros educacionais e científicos, os quais ditaram as regras das expedições filosóficas das Américas

e dos demais territórios do Império. Uma movimentação que representou um marco nos esforços da coroa em levantar, conhecer e explorar suas potencialidades minerais, vegetais e animais. Algumas expedições foram empreendidas nesse tempo. Entre elas, a do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, ao lado do padre Joaquim José Pereira, na capitania do Piauí e Maranhão pelos anos de 1799 a 1803. A viagem de Cabral e Pereira resultou em um "Ensaio Economico da Quina Quina do Piauhi".

A autora também nos atenta para uma grande circulação de pessoas, produtos e humano-produtos que com eles fizeram transitar saberes e valores acerca da natureza. As viagens filosóficas seriam uma consequência do iluminismo presente em Portugal e o Marquês de Pombal teria impulsionado as reformas educacionais que se empreenderam à época. As mudanças na base curricular das universidades, como foi o caso de Coimbra, deram azo a novas possibilidades. Indivíduos se destacaram, a exemplo do médico e naturalista italiano Domenico Vandelli. Vandelli realizou um plano para elaboração de expedições filosóficas, sendo este uma de suas principais contribuições para o método de ensino reformado da Universidade de Coimbra. O território do Piauí não foi um dos principais destinos dos viajantes, aparecendo mais como um local de passagem. Ainda assim, não escapou às observações dos filósofos. Estes, deixaram descrições sobre sua fauna, flora e caracteres físicos.

As incursões eram o clímax das reformas na economia encabeçadas pelo Marquês de Pombal. Buscava-se o estabelecimento de contatos de dependência entre a metrópole e as colônias; procurava-se encontrar minas, desenvolver técnicas agrícolas de forma a diversificar a agricultura e descobrir matérias-primas rentáveis, úteis ao mercado de Portugal. Também, o domínio sobre o território das Américas, frequentemente atacados por espanhóis. As incursões visavam, além disso, integrar as regiões ocupadas do território. Muitas vezes havia dissonância entre as determinações da ciência e as da coroa portuguesa. Os ditos "homens de ciências" não visavam apenas colaborar com o saber científico e cultural lusitano, mas atender a seus interesses, dado que costumavam receber cargos e mercês. Com base nisso, podemos pensar no

quanto a política pode ter influenciado a pureza e a forma de manipulação dos dados coletados.

> É importante ressaltar que os homens de ciência não cumpriam suas funções com a única e pura finalidade de contribuir para a ciência e cultura do Estado. Eles o faziam, principalmente, em busca de cargos e mercês, obedecendo regras e seguindo os principais interesses do grupo que detinha monopólios de poder e tributação. Com o passar do tempo, os naturalistas passavam a ocupar funções burocráticas, sempre obedecendo as metas colonialistas. Dessa forma, é possível perceber e conhecer o jogo de interesses na produção de conhecimento, no qual este assumia o papel de "bem de troca" (FERREIRA, 2021, p. 6).

Somente em 1938, os primeiros expedicionários vindos de Portugal chegaram à região amazônica, liderados por Alexandre Rodrigues Ferreira. A Posteriori, João Machado Gaio visita a capitania de Pernambuco, percorre a Serra da Ibiapaba e concretiza a primeira viagem iluminista pela caatinga. Francisco Antônio de Sampaio, cirurgião, também fez anotações importantes para o conhecimento deste bioma, ao caracterizar animais como tatu, porco-espinho, mocó, cutia e preá. Um feito que é retomado com a ocupação do cargo de ministro da Marinha e ultramar por Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Entornado por um contexto bélico, Coutinho incentivou a busca por salitre pelo Sertão da capitania de Pernambuco e Ceará, por volta de 1797 (FERREIRA, 2021).

Antonio José Alves de Oliveira (2018) também investiga tempos, narrativas e espacializações nos Sertões ao longo do período colonial. Emprega aportes teóricos da história ambiental e mapas para entender projetos do Império português. Sua percepção em torno dos objetivos dessas representações coloca a integração dos espaços do ultramar, o aproveitamento das potencialidades vegetais, animais e minerais, e a circulação de informações como pontos de interesse. Pode-se dizer que a incorporação dos espaços e das gentes dos dilatados Sertões era um dos principais focos da Coroa. Ele aponta um objetivo importante: o de "domesticar os sertões e civilizar os seus habitantes" (p. 31). Esse esforço foi impulsionado pelo Reformismo Ilustrado e pela crise do Antigo Sistema Colonial. Os dilatados sertões sofriam pelo clima, pelo isolamento e pela

violência. No final do século XVIII, um grande número de caixotes com espécies vegetais e minerais foi enviado da colônia. Era visível a preocupação da Coroa em mapear os domínios dos "dilatados Sertões”. "Notícias gerais" e "relações descritivas" eram frequentes.

No final dos setecentos, tivemos no Brasil a presença de diferentes etnias, cujos principais representantes foram indígenas, africanos e europeus. Essa realidade promoveu o encontro de saberes diversos e a circulação de conhecimentos e espécies em níveis globais. Registrou-se a participação de médicos, curandeiros, sangradores, boticários e sujeitos locais na construção do conhecimento, o que despertaria o interesse de investigação por parte dos historiadores. Nem sempre os contatos eram amistosos, sendo comuns as disputas pelo exercício da arte de curar. Havia a pretensão por parte dos licenciados de proibir práticas alternativas na colônia. Como quer Roberto Machado (1978), o número de médicos licenciados no Brasil era reduzido. Entre os fatores que influenciaram sua a menor participação no dia-a-dia da colônia, estavam a sua desvalorização por parte da Coroa, marcada por uma baixa remuneração; a falta academias onde esses indivíduos pudessem manter contato com os materiais científicos produzidos na Europa; a escassez de medicamentos familiares, visto que aqueles trazidos pelo Atlântico chegavam ao Brasil em em pouca quantidade ou em condições de degradação. Somado a isso, os sujeitos não possuíam afinidade com os remédios da natureza local. Mas o recurso a saberes alternativos à prática médica não se dava apenas por sua indisponibilidade, a crença geral nos saberes populares chamava atenção das autoridades.

Conforme Vera Regina Marques (1998), em todos os tempos o ser humano empregou espécies animais, minerais e vegetais em suas práticas de cura. Desde o homem de Neandertal aos letrados, se tem registros de tais usos e aproveitamentos. Papiros do Egito antigo já apontam o emprego e os préstimos de plantas medicinais na Índia, na China, e em outros lugares. O Império Asteca contava com jardins de plantas medicinais. Tivemos personagens como Hipócrates, Galeno, Teofrasto e Aristóteles, com obras que tratavam da história das plantas e sua origem. Plínio e Dioscórides estudaram plantas com fins

terapêuticos. Na Idade Média, as proibições das experimentações e de práticas consideradas mágicas (estas eram vedadas), mas com o dito “renascimento”, a volta a interesses como os de Galeno, pautados na experimentação. No Brasil, os primeiros relatos sobre a natureza desembocam em revelações, registros e narrativas idílicas. Segundo Padre João Daniel, no decorrer do século XVIII diz:

> [...] abunda tanto em gêneros e especiarias não só estimáveis, mas em todo o mundo preciosos, que bastariam ao canonizar pelo mais rico rio, dos que aponta por grandes a geografia, e ricos as histórias; já houve quem, além dos menos principais, lhe contou trinta e tantos gêneros preciosos, e comerciáveis a todo o mundo, como são âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaus, café e muitos outros; e como estas são as principais riquezas do seu grande tesouro, não só por estáveis, mas comuns a todos os seus habitantes, delas daremos agora alguma notícia neste Tratado para que os leitores vejam que são realidades da verdade, e não hipérboles de historiador (2004. p. 523)

Desde a fala do clérigo, se percebe que não somente as plantas estavam à disposição do homem para a exploração, mas também minerais. A partir de outras óticas, conseguimos identificar o usufruto de saberes descredenciados dos habitantes da terra, mais vistos como selvagem sem fé, lei, religião, sem civilização alguma do que como detentores de conhecimento. Até determinado momento, as apreensões sobre o mundo natural não conseguiram atingir o caráter técnico que se veria posteriormente. Com o aquecimento das discussões nos ambientes acadêmicos temos uma tentativa de sistematização, que repercutiu na classificação das espécies. Também é fruto disso a produção de farmacopeias que se tornaram referências nos domínios lusos (MARQUES, 1998).

Há que se pensar também, em consonância com Ana Carolina de Carvalho Viotti (2014), no papel dos jesuítas enquanto doutores das almas e dos corpos. Os responsáveis pela catequização dos habitantes das terras do Brasil tiveram um papel fundamental no conhecimento dos préstimos das espécies naturais e nas práticas de cura do reino. Criticados tanto por autoridades eclesiásticas por usarem métodos de cura desaprovados pela igreja, quanto por

praticantes de cura licenciados, por considerarem conhecimentos populares, os Jesuítas tiveram que lidar com uma série de embates políticos e religiosos.

> Ele direciona seus esforços para denunciar o recurso, segundo ele muito usual, a curandeiros, sangradores e toda sorte de não licenciados que exerciam a medicina em Pernambuco; alerta-nos que a população se entregava 'de todo coração mais aos experimentados empíricos do que aos cientes experimentados, entendendo falsamente consistir a experiência para curar só no conhecimento de algumas ervas, ou nos sucessos de algumas curas', e que 'até mesmo os párocos, que por preceito de Deus e da Igreja deveriam atalhar estes abusos [as mentiras e falsos prognósticos dos práticos], caem neles' (MORÃO, 1965, p. 7, apud MARQUES, 2014, p. 5).

Um dos críticos foi Simão Pinheiro Morão, ao denunciar em suas "Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes" o que o próprio título da obra sugere. Neste trabalho, Viotti (2014) também tem a sensibilidade de perceber a existência de uma medicina brasileira, resultante do encontro das percepções indígenas, africanas e europeias sobre o mundo natural e as práticas de cura no final do período colonial.

Em "'Sertões indômitos': comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII", Gutiele Gonçalves dos Santos (2022) constroi um panorama com as doenças e as remediações presentes no Piauí colonial do final do século XVIII para o começo do século XIX. A partir de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, Gonçalves pensa o papel do comércio na disseminação das doenças e na circulação dos saberes. Segundo a autora, o tráfico de produtos e pessoas favoreceu a troca de patógenos entre regiões muito distantes, algumas mesmas separadas pelo Atlântico. Assim, os portos em questão como espaço passível de análise. Outras vezes, a própria viagem se constituiu no agente perturbador da saúde, como foi o caso do banzo nos navios negreiros. Mais um exemplo, foi o escorbuto, doença causada pela deficiência de vitamina C no organismo.

As principais doenças que grassavam pelo Piauí do século XVIII apareciam com as seguintes denominaçõe: escorbuto, quebrado das virilhas, convulsivo dos nervos, aleijado das pernas, cegueira, sarna, diarreia, febre

maligna, febre podre, febre Intermitente, bota sangue pela boca, asma, hipocondria, sezões, mordedura de cobra, gallico, feridas incuráveis, lepra, gonorreia, dores de Preolis, pancadas, pustema, inchaço de obstrução, bexigas, etc. A maioria dessas condições era atribuída aos maus ares, geralmente ligados a locais úmidos, fétidos e a substâncias em estado de decomposição (SANTOS, 2022, pp. 61-62). Grande parte dos acessos febris eram tratados com a casca da Cinchona.

Santos (2022) reitera a falta de acesso da população a cirurgiões e boticas. Essas pessoas se valiam dos saberes e crenças dos "outros". Ela também explora pontos de contato culturais entre indígenas e africanos, perspectiva só raramente colocada em pauta nos trabalhos sobre o Período Colonial. Um costume muito comum entre africanos, por exemplo, era o uso das "bolsinhas de mandinga" penduradas ao pescoço. Estes itens eram pequenos depósitos em formato de bolsas preenchidos com cascas, raízes, fios de cabelos, resquícios de animais, que serviam como amuletos, logo, como medida profilática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, embora em todos os âmbitos sejam claros os avanços da História da Saúde das Doenças, ainda temos muitas demandas para o campo. Além da quina-quina, a salsaparrilha, a ipecacuanha, os cânhamos, o salitre, a cochonilha e outros tipos mereceram atenção - por suas propriedades, por seu potencial econômico ou por outros motivos - e ainda permitem inquirições. Outrossim, as paisagens e as trocas de informação cabem como objeto. Todos esses permitem processos de pesquisa promissores, visto que há um grande número de documentos no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo a serem problematizados.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. "De todos os pontos partirão

reclamações": cólera e medo no Piauí (1862-1866). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021.

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique**. Passados Recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 21-61.

DANIEL, Pe. João SJ. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 523.

FERREIRA, Janayne de Moura. **Para defender, curar e tingir:** natureza útil e conhecimento na expedição Cabral-Pereira ao estado do Maranhão e Piauí (1799-1803). 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Manguinhos-RJ, 2021. p. 61-97.

HORTON, Richard. Offline: The moribund body of medical history. **The Lancet**, Londres, v. 384, n. 9940, p. 292, jul. 2014.

LE BRETON, David. O inapreensível do corpo. In: LE BRETON, David**. Antropologia do Corpo e Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 17-41.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 560.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **"Manter Sadia a Criança Sã":** As Políticas Públicas de Saúde Materno-Infantil no Piauí de 1930 a 1945. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021. p. 368.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo:** boticários no Brasil setecentista. 1998. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MORÃO, Simão Pinheiro. **Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto em dano das vidas de seus habitadores**. Leitura, explicação e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1965.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **"Para vir a ser a mais florente de toda a América portuguesa":** leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões - Capitania do Ceará Grande (1760-1799). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção et al. História da saúde: visível, audível e consequente. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 7–11, jan. 2020.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. **"Sertões indômitos":** comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SCHULZ, Peter. Alguns relatos sobre a árvore da febre. Jornal da UNICAMP, Limeira: Editora da Unicamp, 2023. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil:** colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Doenças e causa mortis dos escravizados e libertos de Teresina-PI entre 1869 e 1877. **Revista Hydra**, v. 4, n. 8, p. 114-148, set. 2020.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil: uma breve história. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 9-26.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre homens de saber, de letras e de ciência: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial. Clio - **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 32, n.1, p. 5-27, 2014.

Recebido em 20 SET. 2024.

Aprovado para publicação em 16 DEZ. 2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"INFELIZMENTE NÃO ESCAPÁMOS Á MOLÉSTIA DA GUERRA"
A gripe espanhola e seus efeitos no estado do Piauí (1918 – 1919)

"UNFORTUNATELY WE DID NOT ESCAPE THE DISEASE OF WAR"
The spanish flu and its effects in the state of Piauí (1918 – 1919)

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA[1]

ANA KAROLINE DE FREITAS NERY[2]

RESUMO

Este artigo se propôs a discutir os efeitos que a pandemia da gripe espanhola teve no Piauí entre os anos de 1918 e 1919, refletindo acerca do imaginário social dos indivíduos afetados por esta, além das terapêuticas para tratar àqueles acometidos pela doença. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se fontes com registros da doença, como jornais, livros de memória e documentos do poder executivo. Através da documentação trabalhada se verificou que à medida que a pandemia se instalava no Piauí houve uma modificação sensível no imaginário social e no cotidiano da população, considerando o medo da doença, além da difusão de profilaxias específicas que visavam tratar os enfermos.

Palavras-chave: Gripe Espanhola; Piauí; Tratamentos.

ABSTRACT

This article aimed to discuss the effects that the Spanish flu pandemic had in Piauí between 1918 and 1919, reflecting on the social imaginary of individuals affected by it, in addition to the therapies to treat those affected by the disease. The methodology consisted of bibliographical and documentary research, using sources with records of the disease, such as newspapers, memory books and documents from the executive branch. Through the documentation worked, it was verified that as the pandemic settled in Piauí, there was a sensitive change in the social imaginary and in the daily life of the population, considering the fear of the disease, in addition to the dissemination of specific prophylaxis that aimed to treat

[1] Professor substituto do departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em História do Brasil. E-mail: marcus.baptista22@gmail.com.
[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). E-mail: karolnery20@hotmail.com.

the sick.

Keywords: Spanish Flu; Piauí; Treatments.

INTRODUÇÃO

Em 1919 o então governador do estado do Piauí, Eurípedes Clementino de Aguiar[3], apresentou à Câmara Legislativa piauiense o relatório de governo que trazia os principais acontecimentos e ações tomadas pelo poder público estadual no decorrer do ano de 1918, mais especificamente entre 1 de junho de 1918 e 1 de junho de 1919, esta última sendo a data de apresentação do documento.

Dentre as questões postas, uma especificamente ao tratar sobre a situação de saúde pública do estado chama-nos atenção: o registro da chegada em território piauiense de uma nova doença, que naquele contexto provocava uma nova conjuntura pandêmica, a gripe espanhola.

As condições sanitárias e de saúde do estado faziam parte de discussões no que tange a necessidade de melhoramento da salubridade do meio, bem como a ampliação de ações voltadas à profilaxia de várias doenças que eram epidêmicas[4] e endêmicas[5] no Piauí (NERY, 2021). A chegada da gripe espanhola, considerada no momento como uma doença sem tratamento adequado definido, causava medo e uma série de incertezas quanto as medidas de prevenção e cuidado, envolvendo discussões que inseriam ações efetivadas pelo estado junto ao corpo médico e a população.

Assim, entre os anos de 1918 e 1919 a gripe espanhola assolou o mundo causando dezenas de milhões de mortes com estimativas variando entre 20 e 50 milhões de óbitos (SCHWARCZ; STARLING, 2020). No Brasil a primeira

[3] Nascido em 19 de janeiro de 1880 em São José dos Matões e falecido em 1953 em Teresina. Ao longo de sua vida atuou enquanto médico, jornalista e político, tendo assumido diversos cargos, dentre eles o de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Piauí e o de governador do mesmo estado entre os anos de 1916 e 1920. Foi ainda deputado federal entre 1921 e 1923 e senador de 1924 até 1930 quando por ocasião da ascensão de Getúlio Vargas ao poder teve o mandato suspenso (GONÇALVES, 1997).

[4] Sobre epidemia e pandemia ver Moura (2012), Lemos (2019), Goulart (2003), Souza (2009), Bertolli Filho (2003), Bertucci (2004;2012), Schwarcz e Starling (2020).

[5] Acerca de endemia ver Moura (2012) e Baptista e Nascimento (2021)

notícia que se tem da enfermidade data de setembro de 1918, possivelmente trazida pela embarcação a vapor Demerara, que, segundo as notícias da época, não apenas trouxe passageiros infectados pela gripe como também mortes em decorrência desta. O vapor, proveniente da Inglaterra, nas primeiras duas semanas de setembro teria aportado nas zonas portuárias de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e, assim, a moléstia chegara ao Brasil (SOUZA, 2009).

Não demorou muito tempo para a doença se espalhar e afetar outros estados brasileiros de norte a sul por meio da costa brasileira, a exemplo do Piauí (SCHWARCZ; STARLING, 2020). No final de 1918, através da vila de Amarração e seu porto[6], no litoral piauiense, a enfermidade ingressou no território do Piauí, alastrando-se, possivelmente, por todo o estado (PIAUÍ, 1919).

Deste modo, o objetivo deste artigo foi refletir acerca dos efeitos que a gripe espanhola provocou no estado do Piauí, como esta afetou o imaginário social na época neste estado, bem como os tratamentos utilizados para reduzir os sintomas causados pela doença e, consequentemente, evitar a possibilidade de morte. Utilizamos enquanto metodologia a pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto ora tratado, tendo como principais referências autores como Goulart (2003) e Schwarcz e Starling (2020). Dialogamos ainda com Tuan (2005) e Delumeau (2009) no que se refere ao conceito de medo, Pesavento (2006) no tocante ao conceito de imaginário social, e Ricoeur (2007) quanto a memória e lembranças para operacionalização das fontes.

Quanto a pesquisa documental para esta narrativa empregamos documentos que trouxessem registros da doença, como jornais publicados na época, livros de memória de piauienses que viveram durante o período, bem como documentos do poder executivo piauiense do ano de 1919 e 1920.

Assim, a partir da documentação analisada e bibliografia consultada foi possível refletir de que modo a presença da gripe espanhola no estado do Piauí afetou o imaginário social da época provocando o medo na população em função da possibilidade de contágio e, consequentemente, da morte, além dos métodos

[6] Sobre a importância do porto de Amarração para a economia e política piauiense, bem como para a disseminação de doenças no Piauí ver Queiroz (1998), Rego (2010), Vieira (2010), Baptista (2022) e Baptista (2023).

de profilaxia e tratamento utilizados pela população piauiense neste contexto.

1. "A DOENÇA VEM DE LONGE": REFLEXÕES SOBRE A DISSEMINAÇÃO, CONTÁGIO E SINTOMAS DA GRIPE ESPANHOLA

Em agosto de 1918, já em fins da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1997), começam a surgir notícias na imprensa europeia sobre uma nova doença, uma nova gripe que, após certo tempo, passou a ser conhecida como gripe espanhola ou influenza espanhola. Assim, os primeiros registros que aparecem acerca da enfermidade neste contexto foram, aparentemente, em Senegal, apontando o porto de Dakar neste país, talvez, como a origem da doença. Sua denominação, no entanto, ocorreu em função do primeiro país que teve mais taxas de óbitos ter sido a Espanha, com o próprio rei sucumbindo perante a enfermidade (GOULART, 2003).

Não apenas isto, mas o fato de que a Espanha não censurou os seus jornais, além de que a informação sobre a doença ter circulado livremente, diferente de outros países europeus, também favoreceu que a nova gripe fosse vinculada aos espanhóis. O mundo, deste modo, ficou sabendo da doença através da Espanha (GOULART, 2003).

> A idéia de "esconder" a doença fora sustentada no início da pandemia por instituições de prestígio, como a Royal Academy of Medicine de Londres, mas em meados de setembro poucos ainda acreditavam na suposta origem. Portanto, a explicação para a imputação do nome espanhola tem raiz políticas, devendo-se também à posição de neutralidade da Espanhola durante a Primeira Guerra Mundial, assim como às demonstrações de simpatia por parte de uma facção do governo espanhol pelos alemães. Os ingleses foram os padrinhos, dando o nome com o qual a epidemia de 1918 ficou conhecida, e reafirmando uma tendência antiga de batizar com o nome do país vizinho, como fizera no século XVII, as doenças que da Espanha atravessavam a fronteira e entravam em seu país (GOULART, 2003, p. 14).[7]

O certo é que a doença foi se alastrando e ocasionando morte e euforia

[7] Outra explicação que também pode ser considerada nesta conjuntura é que esse nome teria sido dado pelos franceses em uma atitude de xenofobia em função de trabalhadores que vinham da Espanha para França e que, supostamente, teriam levado a doença, ou seja, ninguém sabe ao certo a origem da doença e esta, talvez, jamais seja esclarecida (GOULART, 2003).

em diversos países. Não precisou chegar ao Brasil para que atingisse os brasileiros. A missão médica brasileira enviada para a guerra, cujo paquete ancorou no porto francês da África, foi atingida pela gripe levando ao adoecimento e morte de vários de seus médicos (BERTUCCI, 2004).

Não obstante isto, os exércitos e suas movimentações na Primeira Guerra Mundial, ainda que esta já estivesse próxima do fim, também serviram para a disseminação da doença, além da própria Guerra ter sido usado como justificativa para omitir informações sobre essa nova enfermidade que passava assolar as localidades nas quais adentrava (GOULART, 2003). Deste modo,

> As baixas impostas aos exércitos combatentes na Primeira Guerra Mundial, fizeram com que as notícias sobre a nova peste fossem omitidas, numa tentativa de não fornecer armas para o contra-ataque dos inimigos, não trazendo a público o real conhecimento sobre as condições das tropas. Essas atitudes acabaram por contribuir para relegar a epidemia de 1918 aos mais obscuros porões da memória. O Brasil não fugiu à regra, pois especialmente na Capital Federal a documentação oficial pouco menciona a epidemia, e quando faz suaviza seu impacto, dando a impressão de que se tratou de uma moléstia comum (GOULART, 2003, p. 14-15).

Portanto, na Capital da República, entre as poucas medidas tomadas inicialmente ao surgimento da doença, estão as ações da Inspetoria de Saúde do Porto do Rio de Janeiro. Dentre elas estava a determinação de uma atenção especial às embarcações procedentes de locais infectados ou suspeitos de contágio. Dessa forma, existia na época um cuidado em tentar garantir a inspeção a todos os navios que haviam partido da Europa, especialmente dos países em guerra. Porém, era desconhecido o contágio dos tripulantes com a gripe espanhola (BERTUCCI, 2004), o que corrobora com a menção de que na capital federal a documentação oficial pouco retratava a doença.

Além disso, tratava-se de uma doença de fácil contágio e, muito aquém de um surto de uma doença regular neste contexto, a gripe espanhola foi uma enfermidade que rapidamente se alastrou, tornando-se uma epidemia e, posteriormente uma pandemia. Sendo uma doença de caráter respiratório sua principal forma de contaminação é de pessoa em pessoa através das gotículas de água que são expelidas pelos indivíduos infectados à medida que falam,

espirram ou tossem, bem como por meio do contato de sujeitos saudáveis com objetos contaminados por pessoas infectadas pelo vírus (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

Quanto aos sintomas estes assemelhavam-se a um resfriado, sendo possível encontrar diversos registros de acometidos pela nova gripe que descreviam dores no corpo, tosse e catarro, febres que poderiam chegar até os 40 graus Cº, vômitos, náusea, calafrios e sensibilidade à luz. A grande diferença, no entanto, foi a gravidade desta variante da gripe,

> reconhecida como uma forma de influenza especialmente agressiva, e que potencializava os sintomas de uma gripe comum. Isto é, de início se parecia com um resfriado, e as pessoas sentiam, também, muitas dores no corpo. Mas havia uma particularidade: as vítimas quando seriamente infectadas sangravam pelo nariz, pelos ouvidos, pela boca, pelos olhos, pela vagina (no caso das mulheres); por qualquer orifício do corpo. Segundo o relato de testemunhas, os doentes ficavam azuis com a falta de oxigênio. Caíam de cama pela manhã e, por vezes, logo à tarde estavam mortos (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 31-32).

A quantidade significativa de sintomas, o curto período de incubação do vírus, a alta taxa de transmissibilidade e a velocidade com que uma pessoa acometida poderia ir a óbito levou ainda a divergências no âmbito da medicina no tocante a quais métodos de tratamento deveriam ser aplicados nos enfermos (GOULART, 2003).

Porém, as tentativas de um tratamento específico para a doença eram desconhecidas. O que promovia uma panaceia de métodos envolvendo desde o isolamento, a utilização de sais de quinino, como um preventivo, a antissepsia da boca e do nariz, súplicas às entidades divinas e a hospitalização (BERTUCCI, 2012). Além disso, outra particularidade da gripe espanhola é que o maior número de óbitos foi o de adultos entre 20 e 40 anos[8], em detrimento a crianças e idosos, sendo esta última geralmente a faixa etária mais afetada por gripes (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

[8] No caso do Piauí, por meio das fontes que tivemos acesso, foi possível observar que as pessoas citadas que foram acometidas pela enfermidade também estavam nesta faixa etária, a exemplo de Arthur Gonçalves Dias, filho de Ludgero Gonçalves Dias, tendo ido a óbito em Teresina em função da gripe espanhola e citado por Monteiro (1993) na reconstituição de sua árvore genealógica em seu livro de memórias.

Com relação ao seu surgimento, as hipóteses mais prováveis é que o vírus, originalmente existente em aves, tenha sido transmitido a um ser humano ou a um suíno, deste último, para uma pessoa, e sofrido mutação, tornando-se mais transmissível e letal. Assim, a hipótese mais provável é que o H1N1[9] tenha sido o responsável pela gripe espanhola (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

Assim, à medida que a gripe adentrava novos espaços ia deixando um cenário de desolação, provocando não apenas a morte daqueles que eram acometidos, mas também o horror, o medo (TUAN, 2005; DELUMEAU, 2009), em função desta possibilidade que agora se descortinava na vida das pessoas que enfrentavam esta nova moléstia, como foi o caso das várias cidades que a doença grassou, a exemplo do Rio de Janeiro (GOULART, 2003), Salvador (SOUZA, 2009), São Paulo (BERTOLLI FILHO, 2003; (BERTUCCI, 2004;2012) e Teresina, esta última a ser tratada no decorrer desta narrativa.

2. "A EPIDEMIA DA GRIPE HESPANHOLA ENCHE A TODOS DE DESESPERANÇA": CONSIDERAÇÕES SOBRE A PANDEMIA DA GRIPE ESPANHOLA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ESTADO DO PIAUÍ

As primeiras menções que se tem sobre a chegada da gripe espanhola no território piauiense apareceram entre novembro[10] e dezembro de 1918, dois meses após os primeiros registros no Brasil, quando as primeiras notícias sobre a enfermidade, aparentemente, começam a figurar na imprensa piauiense.

Segundo Silva (2020), no início de dezembro tem-se a publicação no "Jornal de Notícias" de uma exposição sobre a nova moléstia, que já se tornara pandêmica neste contexto, e que alertava à população de Teresina sobre a doença que se aproximava e os problemas provocados por esta na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro.

Como já mencionado a doença anunciada na imprensa piauiense, grassou em território piauiense ao que tudo indica no final de 1918,

[9] Para uma melhor compreensão sobre a classificação do vírus ver Schwarcz e Starling (2020).
[10] Na memória de Antonio Bugyja Britto, a ser tratada posteriormente, a referência a presença da gripe em Teresina decorre em novembro.

provavelmente, entre novembro e dezembro daquele ano (PIAUÍ, 1919) e, juntamente a ela, o rastro de mortes e horrores provocados em outras regiões também se sucedeu no estado piauiense.

Além disso, a estrutura sanitária e a saúde pública no Piauí eram precárias na Primeira República (MELO FILHO, 2000). Condição esta que predominava no cenário urbano piauiense desde períodos anteriores, marcada por incipientes investimentos na saúde pública, conjunturas de secas e instalação de migrantes[11], o que possibilitava um maior contingente de doentes e desamparados à mercê do estado e presentes nas ruas, especialmente enquanto indigentes.

Segundo Queiroz (2011, p. 31) ao retratar Teresina, "[...] preocupações com as epidemias e com a elevada taxa de mortalidade faziam emergir críticas às condições sanitárias da cidade, onde nem a intendência nem o próprio povo pareciam preocupar-se com esses problemas". Na verdade, boa parte da população desamparada acometida por enfermidades, mal tinha condições ou noção de estados de calamidades por doenças. Já o governo e a população mais abastada, agiam com o que parecia ser mais conveniente ao momento, pondo em prática o processo de embelezamento da cidade apenas excluindo os pobres do centro, ao invés de tomar medidas de amparo e cuidado (ARAÚJO, 1997).

Portanto, foi com as experiências de momentos de surtos epidêmicos, que no decorrer dos anos as discussões médicas e políticas, principalmente relacionadas à higiene pública, foram sendo intensificadas visando à cura das enfermidades a partir de um projeto de melhoria urbana (NERY, 2021). Além das condições sanitárias da capital do Piauí e dos municípios onde a gripe espanhola grassou, as poucas instituições de saúde para o tratamento ou profilaxia de enfermidades, ocasionava também dificuldades no enfrentamento da doença.

Assim, nas Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa piauiense pelo então governador do estado do Piauí, Eurípedes Clementino de Aguiar, no ano de 1919 e 1920, tem-se não apenas as medidas tomadas pela administração pública para o enfrentamento da enfermidade, mas também os efeitos

[11] Sobre este contexto de secas entre o século XIX e XX, a presença de migrantes no Piauí e seu quadro sanitário ver Araújo (1997; 2010), Melo Filho (2000), Albuquerque Júnior (2001) e Baptista (2023).

provocados pela doença no Piauí, bem como, aparentemente, o medo diante da ameaça sanitária que pairava sobre o estado naquele momento e que afligia diversas outras localidades no mundo.

Ao ingressar no litoral do Piauí pelo "porto" de Amarração[12], a gripe espanhola foi espalhando-se por outros municípios, causando medo e se manifestando rapidamente e logo apareceram os primeiros sintomas entre os indivíduos. Em Parnaíba, cidade localizada no litoral do estado, a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, criada em 1896, era a instituição que atuava no tratamento de diversas doenças que acometiam a população da cidade e de outros municípios (ROCHA, 2021).

Segundo Rocha (2021), algumas medidas foram designadas em sessões da instituição por seus representantes, médicos e o estado. Dentre elas estavam a ação da Santa Casa, bem como a possibilidade da criação de um posto de socorro para os indigentes acometidos pela doença, e que este poderia funcionar nas dependências da instituição, desde que as despesas fossem de responsabilidade do governo. Sobre a quantidades de casos registrados ainda revela a autora:

> A moléstia pandêmica só começou a aparecer nos registros da Santa Casa de Parnaíba em 1918, com 5 casos de gripe. Esses registros se intensificaram nos anos posteriores, constando 24 casos, em 1919, e 31 casos, em 1920. Existe a possibilidade de ter outro registro para a doença, já que os pacientes ficaram separados em um prédio específico, onde foi instalado o Posto de socorro para os acometidos da gripe, sendo esses casos apresentados do livro de registro geral de entrada e saída de pacientes do hospital da Santa Casa (ROCHA, 2021, p. 126).

Já a Santa Casa de Misericórdia de Teresina, atuava desde o ano de 1861, no tratamento de doenças que acometiam especialmente os pobres, presos, soldados de polícia, educandos e escravizados da capital e municípios

[12] A partir da Mensagem apresentada à Câmara Legislativa piauiense pelo então governador do estado do Piauí, Eurípedes Clementino de Aguiar, no ano de 1919, se verifica que a enfermidade grassou em território piauiense por meio de seu litoral, afetando inicialmente a vila de Amarração, que naquele contexto possuía um "porto" com conexão direta com outros estados brasileiros e países, Parnaíba, cidade litorânea próxima a Amarração e que se conectava diretamente a esta vila por meio do rio Parnaíba, bem como o restante do estado, tendo em vista que tratava-se da maior via fluvial piauiense conectando a capital ao litoral, bem como Teresina, a capital do estado.

próximos (FREITAS, 2020). A instituição atravessou os primeiros anos do século XX, com deficiências em recursos para a sua manutenção, solicitando quase sempre do governo e da caridade particular donativos e investimentos para manter suas enfermarias e contando com o auxílio dos poucos médicos que atuavam no tratamento dos doentes (PIAUÍ, 1917).

Não há dados sobre a quantidade precisa de acometidos pela gripe espanhola tratados e internados na Santa Casa de Misericórdia. Para os casos da doença identificados na capital, a instituição além das internações e tratamento clínico, fornecia através da farmácia instalada no prédio[13], medicamentos e aviava receituários aos hospitais provisórios da estrada do Poremquanto e da praça Saraiva[14] (PIAUÍ, 1919).

Algumas farmácias particulares através da compra de medicamentos feitas pelo governo, enviaram remédios para outras repartições, dentre elas: A farmácia Collect Fonseca & Cia que forneceu medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Teresina, a farmácia Ferraz, que enviou medicamentos para a Secretaria de Polícia e a farmácia Marques, de Floriano, que forneceu medicamentos para Picos e Jaicós (PIAUÍ, 1919).

Outra situação que marcou o período de presença da gripe espanhola no Piauí e as dificuldades para o tratamento dos doentes, foi a seca do ano de 1919, que ocasionou a escassez de alimentos bem como o aumento de pessoas acometidas por variadas doenças, que lotavam a Santa Casa de Misericórdia aumentando os dispêndios do poder público com os cuidados da saúde local e fazendo com que fosse solicitada ajuda de caráter ordinário do governo federal (MELO FILHO, 2000). A presença de “espanholados” entre os doentes certamente agravava mais ainda a possibilidade de amparo correto e tratamento, já que estes indivíduos acometidos pela enfermidade precisavam estar em

[13] Em maio de 1916, foi instalada uma farmácia em um dos salões da Santa Casa. Dessa forma, alguns remédios passaram a ser preparados nesta, e os doentes da Santa Casa e do Asilo dos Alienados, que era instalado também na Santa Casa, aproveitavam de sua passagem pela instituição para o recebimento gratuito dos medicamentos (PIAUÍ, 1917).

[14] Dentre as medidas adotadas pelo governo estadual no contexto supracitado a partir das Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa piauiense por Eurípedes Clementino de Aguiar tem-se a construção de dois hospitais nas localidades citadas com o objetivo de atender aqueles que fossem acometidos pela enfermidade, bem como a abertura de crédito de 20:000$000 (20 contos de réis) por meio do decreto nº 712, de 6 de dezembro de 1918, para custear os gastos com hospitais, medicamentos, socorros públicos, além de garantir gêneros alimentícios para os enfermos, especialmente os indigentes, na capital e no interior do Piauí (PIAUÍ, 1919).

enfermarias isoladas e com um tratamento clínico mais preciso devido ao caráter de transmissão da doença e propagação rápida.

Não obstante, o deficitário cenário sanitário e de saúde pública do Piauí, previamente discutido, se constituiu em agravante para quando a gripe espanhola se estabeleceu. Havia ações da Diretoria de Saúde Pública[15], na organização dos serviços de saúde, porém realizava com incipiência e dificuldade a execução dessas atribuições. E a atuação das Santas Casas de Misericórdias, que dentro das possibilidades que lhe cabiam, forneciam tratamentos e amparo aos doentes do estado.

Ademais aos tratamentos realizados nas instituições e pela medicina científica, havia outros saberes, que circundavam entre as pessoas na busca da cura das enfermidades, não havendo a procura de repartições de saúde pública. Utilizavam-se de conhecimentos, repassados por gerações ou aproveitando dos recursos de ervas, plantas, rezas disponíveis no cotidiano. Para a terapêutica e profilaxia da gripe espanhola, uma variedade de saberes se mesclaram, na busca de eficácia no combate da doença.

Dessa forma, o temor em torno da doença desconhecida provocava reações das mais diversas naqueles que contraíam ou nos que tinham receio da sua chegada. Durante a sua passagem pela região sul do Piauí, o Engenheiro Agrónomo do Butantã Francisco de Assis Iglésias, relata em sua obra de memórias, orações utilizadas pelos moradores locais destinadas ao combate da gripe espanhola. Portanto, na manifestação da doença entoava-se com fé, direcionando a Deus a:

> Oração devotíssima contra a peste e que se deve rezar todos os dias: A estrela do céu que criou a seu peito o Senhor, arrancou também do mundo a peste da morte que o primeiro pai dos homens plantou nele. A mesma estrela se digne agora aplacar os astros cujas armas e influxo ferem a gente de mortífero e cruel contágio. Ó estrela clementíssima do mar, livrai-nos da peste! Ouvi, Senhora, os nossos rogos, porque o vosso Santíssimo Filho, sem vos negar coisa alguma, sempre vos honra. Jesus, salvai a quem a Virgem nossa mãe vos roga. Rogai por nós Santa Mãe de Deus, para que sejamos dignos da promessa de cristo. Deus de misericórdia, Deus piedade. Deus indulgência

[15] A Diretoria de Saúde Pública do Estado foi criada através do decreto n. 89 do dia 6 de setembro de 1898, durante o governo de Raimundo Arthur de Vasconcelos. A partir de sua criação são reorganizados os serviços sanitários do Estado. (PIAUHY, 1899).

> que vos compadecemos da aflição do vosso povo e dissestes ao anjo que o faríeis suspender a vossa mão pelo amor daquela Estrela Gloriosa, cujo precioso leite, com tanta suavidade bebestes, contra o veneno dos nossos pecados, concedei-nos auxílio da vossa Divina graça para que nos livremos seguramente da peste e da morte improvisa e nos salvemos por vossa misericórdia acometimento toda perdição por vós, Jesus Cristo, Rei da Glória, que com Deus Padre e Espírito Santo um só Deus viveis e reinais por toda a eternidade. P. Nosso e Ave Maria pelas almas (IGLÉSIAS, 2015, p. 398).

Em regiões mais distantes da capital do Piauí eram inoperantes repartições de saúde e havia escassez de médicos que pudessem sanar o temido mal. Os moradores dessas localidades, ao ouvirem boatos sobre a presença de doenças contagiosas, ou quando estavam acometidos por elas, utilizavam as rezas com fins terapêuticos, sendo quase sempre o único recurso praticável. De acordo com Bertucci (2004), os valores e crenças presentes em uma sociedade são incorporados de forma singular por indivíduos de classes e grupos sociais diferentes, ganhando significados diversos e inéditos. Como foi o caso da espanhola, doença nova, sem um tratamento eficaz certeiro e que movimentava o imaginário da população na procura de uma única solução: a cura.

Dessa forma, o clamor a Deus, a Nossa Senhora, a Jesus, aos anjos, como vimos no trecho acima, faziam-se no entoar dos indivíduos, persuadidos por um ideal de salvação da doença através de crenças, assim como, nos pedidos de remissão de seus pecados, chegando a acreditar ainda, que a visita da doença não passava de um castigo divino. Portanto, usava-se o recurso que se tinha no temor à batida da doença à porta, promovendo e buscando sentidos através da fé.

Além das rezas com fins terapêuticos, circularam nos periódicos brasileiros diversas notas com tratamentos contra a espanhola. Formuladas por médicos e farmacêuticos, as divulgações dos medicamentos estampavam os jornais, onde a procura da eficiência, misturava-se a busca de clientela, em meio a tantos outros praticantes de cura[16] que anunciavam nas ruas os seus serviços, fórmulas e remédios milagrosos dos mais variados contra a doença.

[16] Quanto a esta conjuntura no século XIX ver Pimenta (2003) e com relação a este contexto no caso da gripe espanhola ver Bertucci (2004).

Denominadas quase sempre como “Conselhos e Tratamentos”; “Medidas contra a Influenza”, “A Influenza Espanhola” as publicações nos jornais contra a espanhola, sugeriam que as medidas terapêuticas deveriam envolver ações tanto individuais quanto coletivas, especialmente no que se referia ao asseio do corpo e a desinfecção das partes afetadas como a garganta, a boca e o nariz. No caso do Piauí, em 12 de novembro de 1918, emitia-se a seguinte nota no Jornal “O Estanhado”:

> Como desinfetante deve-se usar um pouquinho de vasilina mentholada, na seguinte proporção: vasilina -10 gramas; menthol- 10 centig e para a boca aconselha aquele médico a seguinte fórmula: Salol – 2 g.; Thmal – meia á á; Ácido borico – meia á á; Essência de Hortelã – 10 gotas; Essência de canela – 1 gota; Álcool- 100 gram. Usar algumas gotas em um copo d´agua algumas vezes por dia. [...] Use-se logo de um purgativo, preferindo-se o óleo de rícino em capsulas, duas por dia, uma pela manhã e outra a tarde: Theobromina - 1,20 g.; Bromidrato de quinino- 1,50 g.; Phenecetina 1g. Em seis cápsulas (O ESTANHADO, 1918, p. 2).

Com uma doença desconhecida se espalhando pelas mais variadas regiões do país, as tentativas de proteção contra os fortes sintomas ocasionados ou uma suposta morte, levavam ao uso de diversos recursos e que, previamente, apresentavam soluções para as corriqueiras “gripes” já tão presentes no cotidiano.

Como é mencionado na citação acima, o uso de hortelã, canela, rícino, quinino, que se constituíam em um grupo de plantas caseiras, encontradas muitas vezes facilmente nos quintais das casas, fazia parte do tratamento junto a outras composições de teor mais químico, ocasionando em remédios que buscavam um resultado eficaz para o tratamento da doença. Ao analisar a gripe espanhola em São Paulo, quando se refere aos tratamentos, Bertucci (2004), reflete sobre essa mesclagem de saberes a partir dos variados conhecimentos, desde os curandeiros, homeopatas, rezadores, aos médicos e farmacêuticos, que usavam diversas ervas e raízes junto a outras composições, proporcionando o imbricamento da medicina popular com as práticas científicas de cura.

Além dessas fórmulas de medicamentos divulgadas no jornal, eram ainda indicadas outras medidas profiláticas. O jornal referia-se, portanto, a “Profilaxia

familiar e geral", informando sobre o isolamento do doente, desinfecção dos escarros e dos aposentos. A alimentação e o descanso do acometido pela doença faziam parte dessas indicações profiláticas. Dessa forma, recomendava-se o repouso, evitar correntes de ar, alimentar-se somente de leite, sopas magras, mingaus, chás quentes e torradas. E, para os adoentados que não tinham condições deslocamento até uma farmácia, devido especialmente ao isolamento sugerido, aconselhava-se chás quentes e fortes de canela e gengibre, ingeridos três vezes ao dia (O ESTANHADO, 1918).

Com eficácia ou não várias eram as terapêuticas que circulavam no cotidiano piauiense naquele momento. As crenças religiosas, as variadas misturas de ervas e plantas, as composições laboratoriais. Repassadas através do entoar de rezas ou estampadas em rótulos e notas nos jornais. Faziam, portanto, o movimentar de um universo de variados conhecedores das curas, que diante da espanhola como hóspede, desejavam chegar à fórmula mais rápida e eficaz para expulsá-la.

Desta forma, assim como em outras regiões, a provável chegada da enfermidade e, posteriormente, sua inserção em território piauiense, possivelmente, afetou de maneira sensível o imaginário social (PESAVENTO, 2005) da população no Piauí, tendo em vista os efeitos provocados em outras localidades. O alerta promovido pelo "Jornal de Noticias", conforme o destaque feito por Silva (2020), bem como os registros presentes no periódico "O Estanhado" não foram à toa. A partir destes é possível apontar o medo que a nova doença de caráter pandêmico, e que já ceifara tantas almas em outros estados e fora do Brasil, agora, provavelmente, gerava na sociedade piauiense.

Não foi por acaso também as formas utilizadas nas Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa piauiense por Eurípedes Clementino de Aguiar em 1919 e 1920 para se referir à gripe espanhola ou aos seus efeitos perante a população piauiense. "O terrivel mal", a "desesperança" e "sobressalto" provocado entre as pessoas nas localidades afetadas são algumas das maneiras que a documentação do poder executivo se utiliza para descrever a conjuntura.

A doença aparece, então, na documentação enquanto um agente do caos, um "mal"[17], que acarretava a incerteza do destino daqueles que fossem

[17] Foi comum no decorrer da história especialmente a ocidental, com uma tradição judaico-cristã,

acometidos, que provocava nestes sujeitos, assim como o foi em outros estados brasileiros (GOULART, 2003; SOUZA, 2009; BERTOLLI FILHO, 2003; BERTUCCI, 2004;2012; SCHWARCZ; STARLING, 2020), "[...] grande sobressalto e enche a todos de desesperanças [...]" (PIAUÍ, 1920, p. 5), haja visto o medo da possibilidade que se descortinava com o contágio da doença: a morte[18].

a identificação de enfermidades epidêmicas enquanto associadas a uma punição divina, um flagelo enviado por Deus para castigar a humanidade por seus pecados e, do mesmo modo, quando uma localidade era "poupada" da presença de uma doença, atribuía-se a intervenção da Divina Providência. Para Tuan (2005) tratava-se de uma maneira encontrada pelas sociedades para compreenderem e darem inteligibilidade, isto é, sentido às conjunturas de caráter epidêmico vivenciadas.

[18] Cabe destacar ainda que, embora o Piauí e suas principais cidades, aparentemente, não tenha vivenciado uma conjuntura similar a outros estados e municípios brasileiros, como o Rio de Janeiro, no qual a "[...] cidade foi se transformando num oceano de insepultos e as funerárias não davam vazão. Havia falta de caixões e até mesmo de madeira para fabricá-los. Para suprir as encomendas, que vinham de todos os cantos da cidade, fabricava-se os caixões com tábuas retiradas do teto e do assoalho das casas. No fim da epidemia, os corpos iam empilhados em caminhões, não sendo raro se encontrar vivos misturados aos mortos. Eles eram enterrados em valas comuns, não se respeitando mais as hierarquias sociais. Na tentativa de contornar a situação, foi contratado pessoal extraordinário, mas estes também foram tombando atacados pela moléstia" (GOULART, 2003, p. 51). Ainda assim, é possível observar algumas similaridades com o ocorrido na capital federal e as sensibilidades produzidas no Piauí. Goulart (2003), por meio da memória e documentação da época aponta como o Rio de Janeiro se tornou um cenário trágico: de luto, rostos horrorizados e, muitas vezes, em pânico. E, não apenas isto, mas também a existência de uma tentativa por parte das autoridades públicas e sanitárias de atribuir um caráter benigno da gripe buscando reduzir a situação de pânico que poderia se generalizar na cidade. Criticava-se ainda, segundo a autora, a tentativa de atribuir esta percepção benigna da enfermidade, considerando a quantidade de óbitos que a doença provocava. Além disso, em função do pânico generalizado que cada vez mais fez-se presente uma tentativa, em vão, de censurar os jornais e reduzir a disseminação de informações. Juntamente a estas notícias tinha-se ainda a propagação de informações falsas, a exemplo da suposta existência de uma outra epidemia que estaria grassando no Rio de Janeiro concomitantemente à gripe espanhola (GOULART, 2003). É pertinente este destaque haja visto que no caso do Piauí na documentação do governo estadual também há uma referência a este suposto caráter benigno da gripe em algumas localidades, bem como os registros que temos acesso sobre a doença também são contraditórios/problemáticos. Segundo a Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí por Eurípedes Clementino de Aguiar em 1919, não era possível ter certeza sobre o número total de óbitos no estado, considerando a ausência de dados, além dos numerosos enterros realizados em cemitérios clandestinos e que até a produção deste relatório a enfermidade continuava a produzir vítimas. O documento, no entanto, aponta o registro de 54 óbitos em Teresina e supõe a possibilidade de terem morrido em torno de 200 pessoas entre a segunda metade de dezembro de 1918 até as primeiras semanas de maio de 1919. Além disso, indica ainda que a epidemia também teria levado a óbito muitas pessoas em Oeiras e Picos, sem, contudo, apresentar números ou mesmo estimativas (esta última cidade também é citada na edição de 25 de janeiro de 1919 do jornal "O Estanhado" destacando-se o número elevado de vítimas, no entanto, sem apresentar estimativas). Desta forma, chama-nos atenção outro registro presente no periódico "O Estanhado" de 25 de janeiro de 1919 que afirma que naquele mês a gripe já havia acometido 3 mil pessoas na capital piauiense. Tendo em vista que a gripe chegou ao Piauí entre novembro e dezembro de 1918, conforme indicado anteriormente no decorrer desta narrativa, não nos parece improvável que tenha infectado 3 mil pessoas em menos de 2 meses apenas na capital, ainda que, possivelmente, se trate de uma estimativa grosseira, haja visto a ausência de documentos oficiais e censos que a corroborem. Além disso, considerando também que em

Não obstante isto, além dos relatórios produzidos pelo governo do estado e que permitem certas deduções sobre o imaginário social no tocante a gripe espanhola, as lembranças registradas por meio dos livros de memórias também permitem a percepção de algumas destas sensibilidades no tocante à como a população lidou com a enfermidade e, especialmente, o medo provocado por esta.

Em Rua da Glória, nos seus quatro volumes, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro[19], ao tratar sobre quatro gerações de sua família por meio de suas lembranças, consultas a documentos em Arquivos Públicos, dentre eles o do Piauí, além de outros livros de memória como Teresina Descalça, e recorrendo ainda a memória (RICOEUR, 2007) de alguns membros de sua família, apresenta de maneira breve de que modo a gripe espanhola afetou sua

1873, segundo o recenseamento geral do Império de 1872 Teresina tinha em torno de 21 mil almas (SILVA, 2016) e que em 1920, pouco tempo após a pandemia, existia na capital piauiense 57.500 pessoas no Recenseamento de 1920 (BRAZIL, 1928), além de que na capital da República, nesta época possuindo quase 1 milhão de habitantes, o número oficial de óbitos tenha variado em torno de 6 mil a 14 mil óbitos, sem considerar as subnotificações, parece-nos provável que as infecções tenham sido na casa de milhares e os óbitos entre dezenas e centenas de pessoas em Teresina. Deve-se ter em vista também que a Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí por Eurípedes Clementino de Aguiar em 1920, que traz a entrada e saída de enfermos na Santa Casa de Misericórdia em Teresina, e que registra algumas dezenas de óbitos no Asilo de Alienados em função da gripe espanhola, apresenta um número reduzido de pessoas que haviam passado pela Santa Casa no ano de 1919, chegando a centenas de pessoas no decorrer daquele ano. Outro elemento que também permite corroborar com estes dados e números presentes nestes documentos é o modo como a enfermidade é tratada nos livros de memória analisados para esta narrativa. Como indicaremos posteriormente, ainda que a doença tenha provocado o medo, a tomada de ações preventivas e profiláticas, como a quarentena e o uso de medicamentos caseiros, a morte de entes queridos, não encontramos registros similares no Piauí ao Rio de Janeiro, o qual a memória dos sujeitos foi marcada pelo horror dos cadáveres acumulando-se nas ruas e pela situação de caos e pandemônio instaurada na capital da República. Assim, cabe indicar ainda que três possibilidades se descortinam diante da documentação produzida, sendo, portanto, necessário e pertinente a produção de novos estudos e a utilização de outros tipos de fontes: 1 – De modo similar ao Rio de Janeiro alguns jornais piauienses também podem ter disseminado informações equivocadas, a exemplo deste registro publicado pelo "Estanhado", o qual pode ter exagerado no número de acometidos pela enfermidade; 2 – O número de óbitos na época foi elevado no território piauiense e o poder público minimizou/silenciou a gravidade da conjuntura na época; 3 – O caráter político presente nas publicações do periódicos locais pode ter agravado a situação ou pelo menos ampliado as críticas produzidas ao poder público quanto às ações tomadas para reduzir os efeitos da pandemia no Piauí sendo, portanto, necessário confrontar os jornais com outros documentos, principalmente memórias, fazendo, assim, uma leitura a contrapelo (ALBUQUERQUE JR., 2007).

[19] Nasceu em Teresina em 23 de março de 1927 e permaneceu na capital piauiense até os 18 anos, quando por motivos de estudo se mudou para o Rio de Janeiro para ingressar na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil no curso de Geografia e História. Atuou em diversas universidades brasileiras na condição de professor de geografia, tendo se aposentado pela Universidade de São Paulo em fins dos anos 1980 (MONTEIRO, 1993a).

família[20].

Embora o sujeito em questão tenha nascido apenas em 1927, quase 10 anos depois da epidemia grassar em Teresina, ao coletar dados para a produção de sua "crônica" sobre as quatro gerações de sua família, Monteiro (1993) termina por se deparar com um de seus parentes, especificamente um tio-avô materno, tendo falecido em decorrência da enfermidade.

O caso em destaque foi o de Arthur Gonçalves Dias, um dos filhos de Ludgero Gonçalves Dias, nascido nas décadas finais do século XIX e tendo sido uma das vítimas da "terrível 'influenza'" (MONTEIRO, 1993b, p. 260) entre os anos de 1918 e 1919 em Teresina (MONTEIRO, 1993a). O autor, em sua narrativa, dedica alguns parágrafos nos quatro volumes da obra, tratando sobre aspectos variados como a enfermidade alterou o cotidiano da família, tanto no sentido das sensibilidades produzidas pela doença, bem como alterações no

[20] Ao considerarmos a partir de Ricoeur (2007) a memória enquanto fonte compreendemos que o historiador estabelece um diálogo entre aquilo que seria o vivenciado e a lógica por meio desta fonte. Deste modo, a lógica trataria de um modo de interpretar ou mediar o que teria sido vivido e que estaria sendo representado por este registro. Assim, as fontes históricas se tornam uma recomposição do que entendemos enquanto real, mas não uma referência deste, se trata de uma perspectiva sobre tempos pretéritos, enquanto o historiador produz novos sentidos e significados a partir dela. Nesse sentido, a memória, enquanto uma fonte histórica, permitiria essa relação, sendo suscetível às incursões do tempo presente, haja visto que ela não é estática e são atribuídos novos sentidos de acordo com o tempo no qual está inserida, se convertendo em formas de representar o passado que, no entanto, têm suas estruturas dependentes do presente. Ainda segundo Ricoeur (2007), não seria possível pensar em uma memória coletiva, mas distintas memórias individuais com percepções variadas de seus agentes e que estariam buscando se impor perante o Outro, só sendo possível tratar de uma memória coletiva a partir de uma ação de agentes específicos, como do Estado, para sua invenção. Quanto aos relatos memoriais, a exemplo do citado nesta narrativa, é mister indicar que sua ressignificação se opera à medida que outros indivíduos entram em contato com estes, sendo problemático a ideia que só seria possível um único significado. Assim, Ricoeur (2007), ainda que observe a Memória com desconfiança, também reforça sua pertinência, tendo em vista que, "[...] se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar. [...] A ambição veritativa da memória tem títulos que merecem ser reconhecidos antes de considerarmos as deficiências patológicas e as fraquezas não patológicas da memória [...] (RICOEUR, 2007, p. 40). Deste modo, Ricoeur (2007) ora questiona a Memória e a História, evidenciando suas fragilidades, e ora as destaca, considerando que para o autor ambas são frágeis por não possibilitarem o acesso ao passado já que seu discurso está essencialmente conectado ao tempo presente de seu autor. Ao considerarmos, então, a memória e os modos que podemos ter acesso a esta, é possível percebê-la enquanto o todo, estando a memória no singular, ao tempo em que as lembranças, no entanto, teriam seu sentido no plural, por se tratar dos constituintes desta memória a qual os sujeitos conseguem acessar por meio da rememoração (RICOEUR, 2007). No caso das lembranças de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e das memórias que teve acesso, é perceptível que os aspectos que foram rememorados dialogam com as conjunturas e as experiências que atravessavam os indivíduos no momento de produção da rememoração, cabendo indicar sua plasticidade ao invés de uma estaticidade, conforme iremos sugerir ao pensarmos sobre as possibilidades de uma memória traumática adiante.

calendário escolar na época, denotando a maneira que a sociedade teresinense foi afetada pela presença da gripe. Indica, então, que a

> [...] gripe espanhola grassou pela cidade, poupando a casa de D. Júlia. Mas a família foi atingida. Arthur Gonçalves Dias, o irmão de D. Júlia, que se casara com a bela operária Lydia e já com dois meninos, foi vitimado pela terrível "influenza". Mas o Cap. Ludgero, o velho patriarca seria poupado (MONTEIRO, 1993b, p. 260)
>
> [...]
>
> [...] após a epidemia da gripe espanhola que grassou em Teresina, mas da qual ela e as irmãs escaparam, para felicidade da aflita D. Júlia, que perdera, na ocasião, o seu irmão Arthur (MONTEIRO, 1993c, p. 118).

Assim, a partir da narrativa de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, produzida por meio de documentos e da memória do autor e dos familiares que conseguiu ter contato na época da pesquisa, se pode ponderar sobre a experiência de sua avó materna D. Júlia acerca da perda do irmão em decorrência da gripe. Considerando o registro produzido algumas questões chamam-nos atenção.

Retomando aos registros presentes no periódico "O Estanhado", bem como nos relatórios do governo de estado da época, quanto ao acometimento de 3 mil pessoas em Teresina neste período e o número de óbitos estimado na casa de centenas, parece tratar-se de um dado corroborado pelas lembranças da família de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Pode-se inferir isto haja visto que apenas um tio-avô materno foi rememorado pela família de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro enquanto vítima da doença[21], em detrimento às

[21] Certamente pode-se tratar também de uma situação de uma memória traumática, isto é, o acontecimento pode ter sido silenciado na memória dos familiares que viveram a conjuntura em função do trauma produzido com a morte dos entes queridos (POLLAK, 1989). Afinal, como compreender uma dor que não experimentamos? Como entender um sentimento que não compartilhamos? É preciso levar em consideração, então, que o luto e a memória são produtos de um certo momento e (re) significados à medida que o sujeito vivencia novas experiências no tempo presente. Além disso, ao tratar uma memória do trauma é necessário ainda perceber uma suposta vontade de esquecimento e silenciamento por parte dos sujeitos que viveram a situação ou mesmo a necessidade de expor, de expressar o ocorrido e as sensibilidades produzidas (PORTELLI, 2006). Assim, é pertinente ter em conta a probabilidade de o trauma ter levado ao silêncio e este tornando-se uma tática encontrada pelos sujeitos para o esquecimento (POLLAK, 1989). Não sabemos, no entanto, se a morte em questão deste tio-avô materno de Carlos

memórias analisadas por Goulart (2003), que apresentam um quadro bem mais caótico e problemático no Rio de Janeiro.

Além disso, torna-se também motivo para destaque o modo como a narrativa indica que a enfermidade, supostamente, foi percebida pelos sujeitos na época em que conviveram com esta, ou seja, sua associação enquanto algo "terrível" e mesmo o sentimento de "aflição" e "felicidade" de D. Júlia. Aflição por perder o irmão para a terrível moléstia, mas ao mesmo tempo alívio de ter sido poupada. Certamente, caso D. Júlia tenha experimentado estes sentimentos, estes não foram sem propósito, mas sim relacionados ao contexto vivenciado pela avó de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, tanto no cenário local, como nacional.

Certamente D. Júlia estava ciente, por meio de alguns jornais da imprensa piauiense, dos efeitos produzidos pela doença em outras partes do mundo, e considerando o caso do irmão, vivenciara pessoalmente os efeitos que a doença poderia ocasionar. Não seria, portanto, impossível sugerir que a aflição se relacionava não apenas a seu irmão, mas também ao medo de que ela ou suas irmãs pudessem vir a contrair a enfermidade e ter destino similar a Arthur, isto é, indica-se, então, o medo da morte e, assim, um imaginário marcado por este medo em função da presença da gripe espanhola em Teresina.

Não obstante isto, é interessante ainda o realce feito por Monteiro (1993b) sobre o caso de seu pai, Raimundo Leão Monteiro, de apelido Mundico, e de que modo a gripe espanhola afetou seu cotidiano escolar. Sobre isto o autor traz a seguinte fala de sua tia, Mariquinha Rocha:

> Muitos anos depois, minha tia Mariquinha Rocha, ao saber que seu irmão Mundico era muito rigoroso e vigilante nos estudos do filho que era eu, dizia-lhe inflamada: – "O menino não dá trabalho e gosta de estudar! Por que te preocupas tanto? Talvez apenas para aperrear o garoto! Logo tu, que foste sempre um refinado malandro, um péssimo estudante que só conseguiu concluir os preparatórios por que foi salvo pelo "decreto", baixado pelo governo, por causa da gripe espanhola!" (MONTEIRO, 1993b, p. 287).

Tendo nascido em 1903 e estando com 16 anos na época que a

Augusto de Figueiredo Monteiro enquadra-se nesta questão, portanto, entendemos enquanto uma possibilidade de silenciamento da memória destes sujeitos.

enfermidade grassou em Teresina, o pai de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, possivelmente vivenciou não apenas o medo da doença e da possibilidade de morte que a acompanhava, mas também as alterações que esta provocava no cotidiano social, no caso em questão com o adiamento da abertura das aulas[22] nos estabelecimentos de instrução pública.

Ainda que na narrativa de Monteiro (1993b) não se especifique de que modo o decreto "salvou" Raimundo Leão Monteiro, essa perspectiva por parte de sua irmã possivelmente se sucedeu pela possibilidade que o irmão teve de ter mais tempo para estudar, possivelmente, com o adiamento da abertura das aulas em decorrência da pandemia.

Cabe destacar que não é apenas a memória de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e de sua família que ficou marcada pela gripe espanhola, muito menos que teria sido afetada pela enfermidade neste contexto do final de 1918 e início de 1919 quando da passagem da doença pela cidade de Teresina.

Antonio Bugyja Britto[23], em suas "Narrativas autobiográficas", ao tratar sobre o momento em que viveu na Rua São Pedro, localizada no centro de Teresina, entre outubro de 1918 e agosto de 1919, rememora as mortes e nascimentos de sua família nesta "casa de palhas, de esquina (frente para a Rua São Pedro e lado para a rua que se chama atualmente Quintino Bocaiúva)" (BRITTO, 1977, p. 171).

Tendo entre 12 e 13 anos na época que a pandemia grassou em Teresina as lembranças de Antonio Bugyja Britto traduzem-se em um registro privilegiado acerca das consequências da enfermidade no cotidiano e imaginário social na capital piauiense neste contexto. É assim que rememora a morte do irmão mais novo, Benedito, de apenas 2 anos em decorrência do contágio da enfermidade em novembro de 1918, e o contágio de sua mãe no mês seguinte, ao lembrar que

[22] Considerando que Raimundo Leão Monteiro estudava no Liceu, isto é, encontrava-se no ensino secundário, acreditamos que o decreto citado por Monteiro (1993b) refira-se a um decreto similar ao Decreto nº 714 publicado em 11 de janeiro de 1919 pelo governo estadual que determinava por meio de artigo único o adiamento da abertura das aulas dos estabelecimentos públicos de instrução primária para 15 de fevereiro. Na narrativa de Monteiro (1993b) não é discriminado especificamente o decreto que teria afetado os alunos do Liceu Piauiense.

[23] De acordo com Nunes e Castelo Branco (2012), Antonio Bugyja Britto nasceu na cidade de Oeiras (PI) no início do século XX, especificamente no ano de 1907, tendo falecido em 1992 no Rio de Janeiro (RJ). No decorrer de sua vida bacharelou-se em Direito, tendo sido ainda jornalista e membro da Academia Piauiense de Letras.

> [...] A primeira a falecer em novembro de 1918 tinha sido acometida, benignamente, pela Hespanhola, que grassou em Teresina durante uns 6 meses, matando mais de 200 pessoas, e é possível que a doença tivesse deixado, no paciente, um enfraquecimento geral.
> A minha Mãe esteve prestes a falecer em virtude da Hespanhola, em fins de dezembro (1918). Ela tinha sido acometida desse mal epidêmico em princípios de dezembro. Já estava em convalescença quando teve vontade de comer doce de goiaba. A mando dela eu fui comprar uma lata, que custou naquela ocasião 1&800 (mil e oitocentos réis). Ingerido o doce que afetou o fígado, ela começou a passar mal e, se não fosse uma injeção, aplicada pela mão perita do médico, o Dr. Vaz da Silveira, ela teria morrido, deixando a mim e outros filhos em plena orfandade (BRITTO, 1977, p. 172).

Assim como em outras fontes trabalhadas no decorrer desta narrativa chama-nos atenção em suas lembranças o modo como a doença marcou seu imaginário de modo similar, sendo possível perceber não apenas a presença da morte entre seus entes queridos, mas o medo desta possibilidade, refletido em sua narrativa memorialística pela probabilidade de se tornar órfão no caso de sua mãe vir a falecer.

Ao observarmos, então, esta narrativa, e ao considerá-la enquanto uma produção de si, é possível perceber como o sujeito é assinalado por uma "[...] fragmentação e incompletude de suas experiências [...]" e, desta maneira, por ser "[...] um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, [...] experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico" (GOMES, 2004, p. 13). Desse modo,

> As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser "decomposto" em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. (GOMES, 2004, p. 13).

Assim, as práticas culturais que asseveram uma produção, portanto uma escrita de si, como a operação de rememoração e o seu registro, permitem não somente a análise acerca do imaginário social do indivíduo, mas como este é assinalado por questões diversas relacionadas ao seu tempo presente e que

marcam os modos como este pensa o contexto em que vive. Deste modo, ao tempo em que podemos perceber esta fonte enquanto uma produção de si, devemos considera-la enquanto um espaço privilegiado para discutir sobre as sensibilidades e as percepções de mundo e de tempo que o sujeito elencou durante um período singular que modificou sensivelmente seu cotidiano, notadamente a pandemia da gripe espanhola (GOMES, 2004).

Além disso, é interessante também a vinculação da doença a um "mal", sendo possível identificar novamente a racionalização judaico-cristã fazendo-se presente, isto é, percebendo a doença enquanto algo maligno, possivelmente um castigo divino, ao invés de um evento "natural", tendo ocorrido situações semelhantes em outros momentos que a humanidade enfrentou surtos epidêmicos ou pandemias (TUAN, 2005).

Interessa-nos ainda em sua narrativa outras duas questões: o tempo indicado pelo sujeito que seu irmão teria sido acometido pela doença e as estimativas de mortos. Diferente dos outros documentos que tivemos acesso e analisamos para esta narrativa, as lembranças de Antonio Bugyja Britto são as únicas que encontramos até o momento da escrita deste texto que apontam a presença da doença em Teresina já em novembro, enquanto as demais fontes se referem a fins de 1918 ou especificamente ao mês de dezembro[24].

Por fim, o outro ponto que nos chama a atenção refere-se a estimativa feita pelo autor em suas lembranças sobre o número de mortos que a doença teria provocado em Teresina em fins de 1918 e no primeiro semestre de 1919. Com estimativa girando em torno de 200 óbitos e, assim, corroborando não apenas com a documentação do governo estadual da época, mas também com os poucos parágrafos destinados nas obras de memória sobre a presença da gripe no Piauí, diferentemente de como esta marcou a memória em outras localidades, como o Rio de Janeiro (GOULART, 2003).

Assim, a gripe espanhola, do mesmo modo como em outras localidades, também fez parte do cotidiano piauiense. Não apenas ceifou vidas, mas também

[24] Schwarcz e Starling (2020, p. 16) também apontam que a doença teria chegado em Teresina, possivelmente, em novembro de 1918 ao afirmarem que: "Em novembro, o vírus saltou do vapor *Pará*, em Fortaleza. De lá se instalou em Teresina; permaneceu infectando o Piauí durante os três primeiros meses de 1919". Não fica claro, no entanto, pela narrativa das autoras se o vírus teria chegado no mesmo mês que chegou em Fortaleza também em Teresina ou se teria sido no mês seguinte.

afetou de forma sensível o imaginário social, provocando o medo da enfermidade, modificando o dia a dia em Teresina, bem como levando a reações diversas frente a moléstia, seja buscando formas de tratá-la, conforme registros presentes no periódico "O Estanhado", ou mesmo a ações tomadas pelo governo do estado para auxiliar a população nas cidades afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta narrativa refletimos que entre os anos de 1918 e 1919, fins da primeira grande guerra, a gripe espanhola apresentou-se ao mundo causando mortes, desespero, movimentando países, capitais, cidades, vilas e campos. Ingressou no Brasil em setembro de 1918, por vias navegáveis através da embarcação a vapor Demerara, desembarcando junto aos passageiros, o medo, contágio e mortes.

Ao chegar ao Piauí, pelo litoral em fins de 1918, a enfermidade ingressa para o interior do estado, alastrando-se, por diversas cidades. Constatamos que a gripe espanhola provocou no estado do Piauí medidas emergenciais de saúde pública, provocando acordos entre o governo do estado e instâncias federais, com a criação de locais para o isolamento dos doentes e investimentos nas poucas instituições de saúde existentes, especialmente na capital Teresina. Também afetou o imaginário social da época neste estado, ocasionando medo em relação aos isolamentos, quarentenas, sintomas e mudanças no cotidiano, provocando ainda a busca por tratamentos diversos, que envolviam desde as crenças religiosas, conhecimento de plantas e ervas aos saberes científicos de farmacêuticos e médicos.

Dessa forma, a partir do suporte documental e bibliográfico analisado, foi possível refletir sobre os temores que a presença de uma doença, até então desconhecida, portanto, delegada a variadas nomenclaturas, sintomas e tratamentos diversos e ineficazes, afetou o estado, provocando o medo em torno do contágio e morte, desorganizando o cenário social da época, sem fazer distinções ao hospedar-se no território piauiense. Fazendo ressoar entre os indivíduos a seguinte afirmação: Infelizmente não escapámos á moléstia da guerra!

REFERÊNCIAS

A INFLUENZA Hespanhola. **O Estanhado**, União, ano 3, n. 62, p. 2, 12 nov.1918.

A INFLUENZA. **O Estanhado**, União, ano 3, n. 68, p. 7, 25 jan.1919.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e imaginário**: um olhar historiográfico. Teresina: EDUFPI;Instituto Dom Barreto, 1997.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Romão Moura de. **"Saúde, uma das nossas reais necessidades!"**: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910 a 1930). 100 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Entre o porto e a estação**: histórias da vila de Amarração no litoral do Piauí (1880-1930). Teresina: Cancioneiro, 2023.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma província enferma**: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX. Teresina: Cancioneiro, 2022.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Do "assombro" à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v.10 n. 25, p. 64-79, jan./jul.2021.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Unicamp, 2004.

BERTUCCI, Liane Maria. Os paulistanos e as faces do medo durante a gripe espanhola. *In*: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: FAP/UNIFESP, 2012.

BRAZIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920**. População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1928. v. 4 (2ª parte), Tomo II.

BRITTO, Antonio Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. São Paulo: Mentes abertas, 2020.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário histórico-biográfico piauiense 1718-1993**. 2. ed. Teresina: Júnior, 1993.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande Dicionário Histórico-Biográfico piauiense 1549 – 1997**. Teresina: [*s.n*.], 1997.

GOULART, Adriana da Costa. **Um cenário mefistofélico**: gripe espanhola no Rio de Janeiro. 2003. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IGLÉSIAS. Francisco de Assis. **Caatingas e Chapadões**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

LEMOS, Mayara de Almeida. Asquerosa enfermidade: cólera no Ceará. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 90-111.

MELO FILHO, Antônio. **Saúde Pública no Piauí (1889-1930)**: entre o enfoque nacional e experiência local. 200. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória, Livro 1**: rumo a cidade nascente. Florianópolis: [s. n.], 1993a.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória, Livro 2**: as armas e as máquinas (1896 – 1921. Florianópolis: [s. n.], 1993b.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória, Livro 3**: no tempo dos revoltosos (1921 – 1934). Florianópolis: [s. n.], 1993c.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória, Livro 4**: o tamanho de uma esperança (1935 – 1945). Florianópolis: [s. n.], 1993d.

MOURA, Alexandre Sampaio. **Endemias e epidemias**: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NUNES, Bárbara Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Narrativas autobiográficas e masculinidades em Teresina (1900 -1940). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. **Anais** [...]. Teresina: UFPI, 2012. p. 1-11.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)**. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCHWARCZ; Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murge. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PIAUHY. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa á 1º de junho de 1899 pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos governador do Estado**. Teresina: Typ. do Piauhy, 1899.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Snr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado em 1º de junho de 1919**. Teresina: Typ d' "O Piauhy", 1919.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Snr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado a 1º de junho de 1920**. Teresina: Typ. do "O Piauhy", 1920.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Decreto n. 714**. Publicado em 11 de janeiro de 1919. Teresina: Typ. do "O Piauhy", 1919.

PIAUÍ. Secretaria de Segurança Pública. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia**. Teresina, 1917.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, Aleisa de Sousa Carvalho. **A assistência à saúde e à pobreza**: um estudo sobre a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba entre 1915 a 1930. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SILVA, Rafaela Martins. Seca e doenças em Teresina: a Santa Casa de Misericórdia e a assistência médica aos pobres na cidade (1877 – 1915). **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 96-106, maio/ago. 2020.

SILVA, Rodrigo Caetano. Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do século XIX. **Revista de História da UEG**, Anápolis (GO), v. 5, n. 1, p. 157-176, jan./jul. 2016.

SOUZA, Christiane Maria Cruz. **A Gripe Espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro**: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. Teresina, 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

Recebido em 20-09-2024 .
Aprovado para publicação em 18-12-2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

INTERSECÇÕES COM O CAMPO DO DIREITO NAS "TESES DOUTORAIS" DAS FACULDADES DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO E DA BAHIA, ENTRE 1870 E 1930

INTERSECTIONS WITH THE FIELD OF LAW IN THE "DOCTORAL THESES" OF THE MEDICAL SCHOOLS OF RIO DE JANEIRO AND BAHIA, BETWEEN 1870 AND 1930

ADALMIR LEONIDIO[1]

MARIA FERNANDA PINHEIRO OLIVEIRA[2]

RESUMO

Este artigo busca analisar como e porquê as "teses doutorais" dos formandos em Medicina das faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1930, abordaram de forma crescente temas relacionados à "questão criminal". Defende que, nesse contexto, o médico nem era um mero perito nem um cientista social ou criminólogo, mas, sem abandonar sua esfera de competência técnica, está buscando estabelecer seu espaço de poder e prestígio junto à elite dominante do país, ligada à tradicional área do Direito.

Palavras-chave: Medicina. Direito. Questão criminal.

ABSTRACT

This article seeks to analyze how and why the "doctoral theses" of medical graduates from the faculties of Bahia and Rio de Janeiro, between 1870 and 1930, increasingly addressed topics related to the "criminal issue". He argues that, in this context, the doctor was neither a mere expert nor a social scientist or criminologist, but, without abandoning his sphere of technical competence, he is seeking to establish his space of power and prestige within the country's dominant elite, linked to the traditional area of Law.

Keywords: Medicine. Law. Criminal Matters.

[1] Professor do departamento Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP, leonidio@usp.br

[2] Bolsista CNPq. Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo, maria.pinheiro@unifesp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa conduzida entre setembro de 2023 e agosto de 2024, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Ele busca entender como e porquê as "teses doutorais" dos formandos em medicina abordaram de forma crescente temas relacionados à "questão criminal" no Brasil, entre 1870 e 1930, criando assim problemas de limites epistemológicos e profissionais e, com isso, certa tensão entre Medicina e Direito. Existem vários trabalhos que usaram como fonte as "teses doutorais"[3], a partir de interesses de estudo muito distintos como psiquiatria (COUTINHO & SABACK, 2008), pediatria (MOREIRA, 2018), entre outros (TORREÃO, 2016; MEIRELLES, SANTOS, OLIVEIRA, LEMOS JR. & TAVARES NETO, 2008). Todavia, apenas alguns poucos abordaram de algum modo o tema de nossa pesquisa, como é o caso do trabalho de Jacó Vilela, Espírito Santo e Pereira (2005), que se debruça sobre a Medicina Legal, mas com intenções muito específicas, como entender a formação da psiquiatria e da "psicologia jurídica".

Em pesquisa anteriormente concluída (LEONIDIO & OLIVEIRA, 2023), mostramos que parte significativa do pensamento médico brasileiro entre as décadas de 1840 e 1860 estava a mover-se em três direções principais: luta por espaço e por influência cultural na formação das elites políticas; esforço de reflexão sobre as relações entre medicina e sociedade; formação das bases conceituais de uma nova criminologia, que, no entanto somente surgiria a partir da década de 1870. Esta orientação estava relacionada, por um lado, ao estágio ainda amadorístico em que se encontrava o ensino da medicina no Brasil (SANTOS FILHO, 1976; NAVA, 2003; NAGAMINI, 2004), como um saber não especializado e não profissionalizado, bem como à formação e difusão de uma "ideologia biologizante" (FREIRE, 2006), que pretendia instaurar uma nova gestão política guiada por critérios médicos, conforme modelo europeu em curso (ANITUA, 2008). Na nova pesquisa, compreendendo o período entre 1870 e

[3] Optou-se por usar a expressão "teses doutorais" entre a fim de estabelecer diferença entre este tipo de trabalho de final de curso em medicina e as atuais teses de doutoramento nas pós-graduações *strictu sensu*.

1930, cujos resultados principais serão aqui apresentados, percebemos um avanço e um aprofundamento dessas três dimensões.

De um modo geral, a pesquisa quantitativa anterior revelou preocupação precoce e crescente dos formandos em medicina com temas relacionados ao campo do direito, em particular o criminal. De um total de 550 "teses doutorais" consultadas, 70 mantinham ligações diretas, pois tratavam de medicina legal e higiene das prisões. Todavia, uma parte considerável delas estava relacionada ao tema de forma indireta, como, por exemplo, as teses sobre "frenologia", que estavam classificadas na rubrica "História da Medicina", mas continham um conteúdo de importância vital para as discussões que a criminologia positivista desenvolveria posteriormente.

Esta importância do tema e as ligações entre Medicina e Direito reveladas pela pesquisa estavam na contramão da quase totalidade dos trabalhos existentes, que acusam esta tendência apenas a partir da década de 1870. Este é o caso, por exemplo, do trabalho de Lilia Schwarcz, que contabilizou as publicações da *Gazeta Medica da Bahia*, entre 1870 e 1930 e do *Brazil Médico*, entre 1887 e 1930, e constatou crescimento dos temas Medicina Legal e Higiene Pública (SCHWARCZ, 1993: 204 e 220). A autora estabelece ainda uma classificação segundo a qual até o fim da década de 1880 tendeu a predominar nas faculdades de medicina um ponto de vista higienista, que teria sido substituído na década de 1890 pela Medicina Legal e, a partir de 1930, pela eugenia (SCHWARCZ, 1993: 190). Nossa pesquisa sobre as "teses doutorais" entre as décadas de 1840 e 1860, todavia, não está totalmente de acordo com esta classificação, uma vez que os valores relativos à rubrica "Higiene" e "Medicina Legal" foram praticamente iguais, mostrando que a preocupação dos médicos não só com os aspectos higiênicos como periciais já era uma tendência desde a década de 1840. Ambas, Medicina Legal e Higiene são aspectos de uma mesma preocupação dos médicos com a ordem social, desde meados do século XIX.

Outro aspecto problemático do trabalho da autora, segundo dados revelados por nossa pesquisa anterior, é a contraposição feita entre as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Enquanto os médicos

cariocas estariam focados nas doenças, sobretudo as doenças tropicais como febre amarela e doença de chagas, os baianos estariam focados no doente, base para a compreensão da loucura e da criminalidade. No entanto, ao analisar as "teses doutorais" do período até 1870, tal contraposição não se confirma, pois em ambas as faculdades encontramos o mesmo crescimento dos temas relativos à medicina legal e ao higienismo, assim como trabalhos que tratam da relação entre o físico e o moral do homem. Restava, no entanto, analisar as teses do período posterior, entre 1870 e 1930, a fim de ver se a mesma tendência se confirmava.

Nesse sentido, o médico deve ser visto, em todo o período abrangido pelas duas pesquisas, como um profissional que busca também elaborar um pensamento sobre a sociedade brasileira, como estratégia de auto-afirmação frente às elites tradicionais do país, ligadas ao Direito. Foi Mariza Corrêa (1982) quem primeiro levantou a hipótese do médico como um cientista social, que, por isso, passou a disputar espaço com os bacharéis, que sempre ocuparam esse posto. Todavia, com a febre do cientificismo que toma conta do período, os médicos tendem a ganhar a dianteira, na medida em que parecem ser eles os profissionais mais bem treinados no âmbito da ciência.

De certa forma, a hipótese já havia sido postulada em período anterior por Roberto Machado (1978), quando o autor trata da "medicalização da sociedade", sobretudo a partir das medidas de higiene pública adotadas pelo governo imperial. Mas a melhor referência ao tema parece ser o trabalho de José Leopoldo Ferreira Antunes (1999), que relativiza a ideia de "medicalização da sociedade", mas endossa o ponto de vista da medicina como uma ciência social. De fato, pensamos não haver dúvida em relação às preocupações sociais dos médicos. Todavia, ao analisar as "teses" do período anterior, ficou claro em nossa pesquisa que este ponto de vista é muito mais uma autoimagem que o médico busca transmitir de si mesmo à sociedade, em busca de legitimação social e espaços de poder, do que um fato. Mas também é uma autoimagem nacional, na medida em que esses médicos estão empenhados na tarefa de inserir o país no concerto das civilizações modernas (CUKIERMAN, 2007)..

A pesquisa de José Leopoldo Ferreira Antunes está centrada na Medicina

Legal, sugerindo certa hegemonia da temática, como feito por Lilia Schwarcz. Como dissemos, o período anterior a 1870 não endossa essa hegemonia, antes mostra uma relação muito próxima com a temática higienista. De fato, uma rápida busca nas fontes, por meio da ferramenta de pesquisa em documentos pdf, mostra que o trabalho mais importante, citado por quase todas as teses, é o manual de medicina legal de Charles Vibert, *Précis de medicine légale* (1886), que estabelece uma relação estreita entre medicina legal e higiene. Isso é facilmente confirmado por uma busca rápida nos títulos das teses do período, que revela um número razoável de trabalhos sobre o tema.

Também são importantes, como dissemos, os trabalhos que relacionam o físico e o moral no homem, tema estreitamente relacionado tanto à higiene quanto à criminologia, uma vez que trata das tendências criminais inatas dos indivíduos a partir de sua conformação física e da questão da imputabilidade penal. Fábio César Chaves mostrou, nesse sentido, intenso conflito entre médicos e juristas do Rio de Janeiro, entre 1830 e 1903. Mas, apesar disso, sua tese acaba por acentuar a colaboração e não a disputa entre "o aparelho médico e o jurídico-penal de governabilidade" (CHAVES, 2010, p. 9-10).

Em suma, a maioria dos autores estabelece o foco das relações entre Medicina e Direito nas preocupações médicas com questões meramente periciais, salvo Antunes (1999), que acentua o lado social da medicina. Marcos César Alvarez (2014), por seu lado, restringe essa relação à presença da antropologia física entre juristas da Faculdade de Direito de São Paulo. Para ele, este momento tardio de aproximação do Direito com a Medicina marcaria o declínio da hegemonia daquele na formação política e cultural das elites brasileiras, que vinha desde a época da Independência. Por todo este período, médicos e juristas teriam estabelecido relações por vezes de aliança, por vezes de conflito. Todavia, segundo Alvarez, a Medicina tende cada vez mais para questões técnicas, "ao deslocar sua atenção dos comportamentos morais para as práticas periciais" (ALVAREZ, 2014: 20-21).

Nossa hipótese é a de que o médico nem é meramente um técnico (perito) a serviço do direito (SCHWARCZ, 1993; CHAVES, 2010; ALVAREZ, 2014), nem um cientista social preocupado com problemas como crime, sexo e morte

(CORRÊA, 1982; ANTUNES, 1999). Mas, sem abandonar sua esfera de competência técnica, está buscando estabelecer seu espaço de poder e prestígio junto à elite dominante do país. Mas, ao fazer isso, sobretudo por meio de formulações sobre a questão criminal, acaba por invadir o campo do Direito e entrar em competição com a disciplina tradicionalmente ligada ao problema e que já detinha sólida posição junto aos espaços de poder. Tem a seu favor, todavia, o grande prestígio que o discurso científico vinha adquirindo no país. A reiteração do determinismo nas "teses doutorais" pode ser vista, então, como uma estratégia ao mesmo tempo epistemológica, retórica, profissional e política dos médicos recém-formados, perante um cenário de grandes incertezas no exercício da profissão e do saber em medicina.

1. METODOLOGIA E FONTES

Existem dois conjuntos de fontes privilegiadas para o estudo do pensamento médico no Brasil entre os séculos XIX e XX: os artigos publicados em diferentes revistas especializadas da época, tais como os *Annaes de Medicina Brasiliense*, a *Gazeta Médica da Bahia*, o *Brazil Médico* e o *Archivo Medico Brasileiro*, e as "teses" apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e à Faculdade de Medicina da Bahia para a obtenção do título de "doutor em medicina". É este último conjunto que será trabalhado na presente pesquisa, no período compreendido entre 1870 e 1930. As "teses doutorais" são frutos de uma série de medidas implementadas pelo governo imperial como parte do processo de profissionalização da Medicina no Brasil. Se antes só era considerado médico aquele indivíduo graduado em faculdades europeias, a partir de 1832, com a transformação das escolas médico-cirúrgicas em faculdades, permitiu-se a formação de doutores graduados no Brasil (MOREIRA JR., 2012, p. 11). Essas fontes estão disponíveis em vários acervos, tais como Teses Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia[4], Obras Raras Fiocruz[5] e

[4] ACERVO HISTÓRICO DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. Teses Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. Disponível em: https://www.bgm.fameb.ufba.br/teses-historicas-da-faculdade-de-medicina-da-bahia. Acesso em: 20 ago. 2024.
[5] FIOCRUZ. Obras Raras Fiocruz. Disponível em: https://www.obrasraras.fiocruz.br. Acesso em: 26 ago. 2024.

National Library of Medicine[6].

As "teses doutorais" desempenhavam um importante papel no contexto da formação médica no Brasil do século XIX e início do século XX. Enquanto as revistas acadêmicas refletiam o ponto de vista de médicos e professores já, até certo ponto, estabelecidos, as "teses" representavam uma etapa inicial na jornada acadêmica e na formação profissional dos médicos. Como não há indicações de quem lhes orientava, ou mesmo se havia um processo formal de orientação, fica difícil estabelecer as ligações do formando com esse ou aquele professor, com essa ou aquela doutrina, salvo pelo que fica dito nas "teses". Do mesmo modo, como não há indicações claras sobre as normas de feitura, fica difícil dizer com certeza até que ponto a ausência de pesquisas de base é uma ação deliberada, em função do tempo ou de outros quaisquer condicionamentos. Seja como for, fica explícita nas "teses" a adesão mais ou menos espontânea a essa ou aquela doutrina em voga na época. Neste sentido, as teses apontavam um caminho a ser seguido na vida profissional e social de seus respectivos autores.

O formato das "teses" apresentadas nas duas Faculdades de Medicina do Brasil durante o período em análise seguia uma estrutura bem definida. A primeira página era reservada a informações básicas, incluindo o modelo escolhido, o tema tratado, a instituição onde foi apresentada, a data de entrega e detalhes sobre o autor, como local de nascimento e ramo de graduação. Muitas vezes, essa página também continha uma citação inicial, um brasão impresso e informações sobre a impressão, como cidade, endereço da imprensa e ano. Na segunda página, era apresentada a organização das cátedras da faculdade no período em que o médico se formou. Uma fonte especial destacava o nome da instituição, seguido pela lista dos professores e suas áreas de atuação em uma grade curricular anual. Essa apresentação detalhada das disciplinas oferecia uma visão abrangente da formação acadêmica, mostrando a estrutura e a importância atribuída a cada uma delas. Além disso, uma nota de rodapé ressaltava a posição da universidade em relação às opiniões expressas nas

[6] NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. Disponível em: https://www.nlm.nih.gov. Acesso em: 25 ago. 2024.

teses, enfatizando a liberdade de expressão dos autores. A terceira página era destinada aos agradecimentos, com ênfase na família, especialmente no pai, e algumas vezes a um "Coronel", possível protetor do formando. Alguns autores também incluíam considerações prévias ou um prefácio, onde compartilhavam suas impressões sobre o processo de escrita da tese e as dificuldades enfrentadas.

Os modelos de tese podiam variar entre dissertação de tema livre e dissertação sobre pontos sorteados pela banca, ou ainda uma série de proposições sobre temas diversos, sendo este último o mais simples. No final de cada tese, é comum que se encontre o "Juramento de Hipócrates", que expressa não só o compromisso ético do médico ao ingressar na profissão, mas também a identidade profissional do recém-formado frente àqueles considerados "impostores", isto é, que praticavam a medicina sem formação médica (REZENDE, 2009).

As fontes selecionadas para essa pesquisa foram as "teses" produzidas entre os anos de 1870 e 1930 nas Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro. Delimitamos três bancos de dados: Teses Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia, Obras Raras Fiocruz e *National Library of Medicine*. Primeiramente, em cada repositório criamos um filtro de pesquisa, com exceção do primeiro, uma vez que as teses já estavam listadas e bastava selecionar as que pertenciam ao nosso período. No periódico Obras Raras Fiocruz, utilizamos o filtro "Rio de Janeiro" e "Bahia", visto que todas as descrições das teses continham seu local de publicação, e selecionamos o filtro "teses", o que totalizou 45 "teses" (somando Rio de Janeiro e Bahia), das quais selecionamos apenas as referentes ao nosso período. Em *National Library of Medicine* inicialmente utilizamos o filtro de linguagem em português, ano de publicação (1870-1930) e gênero para *Academic Dissertation*, o que totalizaram 295 teses.

O próximo passo após a definição dos filtros mais adequados a serem utilizados em cada site, foi o planilhamento de todas as teses selecionadas. Para isso utilizamos uma tabela com "ano", "tese", "categoria", "repositório" e "link", respectivamente, sendo que para cada década foi definida uma cor para visualizarmos melhor a passagem de tempo. No processo de preenchimento da

planilha optamos por realçar as possíveis "teses" que, pelo título, poderiam interessar à pesquisa, aproveitando também para fazer a categorização de cada uma delas através do título e por uma leitura dinâmica do arquivo. Ao fim de todo planilhamento, totalizamos 608 teses, categorizadas nas seguintes rubricas, de acordo com os "critérios da época", conforme usado por Lilia Schwarcz[7] para a classificação dos artigos da *Gazeta Médica da Bahia* e ligeiramente modificado de acordo com as várias teses defendidas nas faculdades de medicina, e que se divide nas seguintes categorias gerais: Anatomia, Fisiologia, Patologia Interna, Patologia Externa, Terapêutica, Medicina Operatória, Partos, Medicina Legal, Higiene, Clínica, Psiquiatria e Ciências Naturais.

Primeiro foram lidos, anotados e fichados, de modo sistemático, todos os documentos levantados e classificados. Buscamos extrair desses documentos apenas as informações relevantes para a problemática dessa pesquisa, que é sua relação com o Direito e em particular a "questão criminal". Em seguida, foi feito o trabalho que se convencionou chamar de crítica documental, que consiste basicamente em ponderar as afirmações explícitas dos documentos, o "dito", bem como retirar-lhes os esclarecimentos que eles não pretendiam fornecer, o "não-dito" (BLOCH, 1993: 81; DE CERTEAU, 1988). O modo convencional de fazer isso é confrontar tais documentos com o conhecimento contextual da época, já bastante consolidado em nossa historiografia, explicitando suas "intenções" não declaradas, muitas vezes relacionadas à ideologia dominante na época, de base higienista e criminológica.

Como tem acentuado a criminologia crítica, no século XIX a forma de dirigir o Estado e a sociedade estaria, cada vez mais, guiada por critérios médicos. Tais profissionais tinham o poder de definir o que era perigoso para a sociedade, porque poderia contagiar e interromper a normalidade da sociedade burguesa, voltada para o avanço incessante da produção e da troca. Ao mesmo tempo, era preciso articular o discurso jurídico liberal dominante com as desigualdades próprias ao sistema produtivo. Por isso, a "questão criminal" era sobretudo, nesse momento, uma questão médica (ANITUA, 2008; BATISTA, 2014).

[7] SCHWARCZ, 1993, *op. cit*.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que percebemos no Brasil não é propriamente uma invasão médica, mas uma disputa crescente entre Medicina e Direito em torno da "questão criminal". Entre todas as grandes áreas da medicina da época, apenas as de Medicina Legal, Higiene e Psiquiatria contêm "teses" relacionadas ao tema e por isso elas foram priorizadas na análise crítico-documental feita por esta pesquisa[8]. Para se ter uma visão global do problema, elaboramos a tabela seguinte, onde se evidencia a quantidade de teses e a respectiva porcentagem encontradas em cada categoria:

Tabela 1 - Quantidade de teses e porcentagem no total de teses analisadas - 1870-1930

Seção	Quantidade de teses	Porcentagem
Medicina legal	27	4.44%
Psiquiatria	41	6.74%
Higiene	101	16,61%
Anatomia	12	1.97%
Fisiologia	36	5.92%
Patologia interna	153	25.16%
Patologia externa	26	4.28%
Terapêutica	88	13.35%
Medicina Operatória	62	9.41%
Partos	52	8.55%
Ciências Naturais	10	1.64%
Total	608	100%

Assim como constatamos na pesquisa anterior, a categoria "patologia

[8] Com exceção de uma tese que foi classificada em uma rubrica especial chamada por nós de "História da Medicina".

interna" tem um grande destaque. No entanto, percebe-se também a grande quantidade de teses categorizadas nas rubricas de interesse nessa pesquisa: 4.44% em Medicina Legal, 6.74% em psiquiatria e 16,61% em higiene, sendo esta última a segunda categoria com maior quantidade de "teses". Juntas, elas perfazem um total bastante expressivo de 27,70% das teses analisadas em todo o período[9]. Abordaremos, a seguir, as três categorias de interesse para a nossa pesquisa, analisando as "teses" que mais se relacionaram diretamente com a "questão criminal".

As "teses" categorizadas na rubrica "Medicina Legal" aqui analisadas abordam temas como violência, saúde reprodutiva, toxicologia e criminalidade. Esses estudos refletem o esforço dos médicos do período não só em integrar conhecimentos médicos com o conhecimento jurídico do período, numa tentativa de responder às complexas questões sociais e criminais que emergiram com as rápidas transformações urbanas e sanitárias, mas também em afirmar suas posições frente aos juristas, tidos como referências na questão. A influência de teorias europeias, como as de Ambroise Paré (1840) e Cesare Lombroso (2001), e a recepção de ideias ligadas à medicina militar e à criminologia positivista, desempenharam importante papel na formação de uma perspectiva médico-legal que se apresentava como autoridade frente à questão criminal.

A prática da medicina forense e a expertise do médico-legista, como aquele que examina cadáveres a fim de descobrir a causa da morte, são antigas no Brasil. Apesar de não haver a obrigatoriedade do juiz em tomar como referência o laudo pericial, ao analisar uma situação criminal e exarar sentença, o médico-legista era tido como um auxiliar importante nos processos criminais. Todavia, a expertise médica encerrava-se aí. Não cabia ao médico dizer se havia ou não havia sido cometido um crime. A partir de fins do século XIX, no entanto, a prática do médico-legista se estende a outras situações, como o exame de sanidade mental ou de outros possíveis atenuantes do crime. Complicando um pouco mais o contexto, as escolas de Direito passam a oferecer a seus alunos a cadeira de Medicina Legal. A ideia não era formar legistas, mas apenas dar

[9] Os números aqui analisados referem-se apenas ao total de teses digitalizadas e não ao total de teses defendidas no período.

noções gerais da área ao profissional da área criminal, sobretudo a competência para interpretar provas periciais. No Brasil, ela foi criada em 1890, com a reforma do ensino superior promovida por Benjamin Constant e permaneceu como disciplina obrigatória nos cursos de Direito até recentemente, quando passou a ser optativa.

A partir daí, além da colaboração, instaura-se uma certa disputa entre médicos e advogados: quem está autorizado a definir o que é o que não é crime, o médico ou o jurista? A perícia em si evidenciava a culpabilidade? São confiáveis as provas periciais no estabelecimento da culpa e da pena? Para os juristas, tratava-se de uma invasão indevida do Direito pela Medicina. Para eles, a Medicina era uma auxiliar do Direito e não uma autoridade jurídica, como sempre havia sido. Apesar do menor número de teses, se comparado a áreas tradicionais da Medicina, a importância crescente do tema da Medicina Legal denota que entre médicos se dava precisamente o contrário, isto é, que sem medicina não havia justiça criminal. Mais que isso, sem medicina não haveria uma política criminal correspondente aos critérios científicos da época. Tais disputas evidenciam as dificuldades no processo de formação de uma ordem urbano-industrial no Brasil, com a burguesia citadina e as próprias classes médias ocupando ainda um lugar bastante periférico na ordem social em vigor. Mas ao mesmo tempo denota uma estratégia de afirmação dessas novas classes.

Olhando para esse conjunto de 27 "teses" percebe-se claramente que ele se divide em dois tipos principais. O primeiro trata apenas de questões propriamente periciais, buscando estabelecer as circunstâncias e as causas do crime, mas não definir a existência ou não de um crime praticado ou estabelecer a culpabilidade do réu. O excessivo uso de terminologia técnica pode indicar uma estratégia retórica de assentimento do público, particularmente dos juristas, que nada entendem da questão. São esses os seguintes casos: *Feridas por armas de fogo* (1871), de Plínio de Souza Ribeiro; *Das indicações e contra-indicações das amputações nas feridas por arma de fogo* (1876), de Henrique Luiz da Silva; *Therapeutica geral dos envenenamentos: do antidotismo e do antagonismo em toxicologia* (1887), de Luiz Honorio Vieira Souto Sobrinho; *Thanatodiagnose*

(1903), de Manoel Tavares da Costa, entre outros do mesmo gênero.

Um segundo conjunto de "teses", no entanto, invade diretamente o campo do Direito. E é aí onde o clima de disputa mais se evidencia. É a posição adotada também, em geral, pelos principais manuais de Medicina Legal, como o de Souza Lima (1895), que causou várias polêmicas com juristas famosos da época, como Pedro Lessa. São várias as "teses" que tratam do tema, tais como: *Moral e crime* (1903), de Oscar Claudio de Oliveira, *A psicologia jurídica das concausas* (1904), de Emílio Martins de Sá, *Breve estudo clinico e medico-legal das psychoses por traumatismos cranianos* (1908), de Aristides Pereira Maltez, *A mulher e a medicina legal* (1909), de Hildebrando José Baptista, *Profilaxia do crime* (1909), de Severiano José Freire Filho, *O crime perante a medicina legal* (1910), de Antonio Estellita Cavalcante Lapa, *Da Etio-Pathogenesia da Criminalidade* (1910), de Joaquim Moreira Caldas e *Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil*, de Nise Magalhães da Silveira. Uma análise criteriosa desse conjunto de fontes demandaria tempo e espaço que não temos no escopo deste artigo. Por isso, escolhemos uma das teses, aquela onde a posição dos recém-formados em medicina em relação ao tema está melhor explicitada, além de estabelecer ligações com a Psiquiatria.

3. MEDICINA LEGAL E DIREITO

A psicologia jurídica das concausas, tese de Emilio Martins de Sá, de 1904, abre com um prólogo bastante pessoal e defensivo, que denota certo clima de disputa doutrinal entre médicos, mas ao mesmo tempo onde se pode ver uma estratégia retórica delimitativa: o tema das "concausas" é "dificílimo" e o "emaranhado de seus problemas" requer tanto "preparo médico bem fundado" quanto "senso jurídico ao alcance de poucos". Isto é, não pode ser assunto de juristas, tão pouco de quaisquer médicos, mas somente daqueles que têm a expertise no assunto. Ainda assim, "criterioso" e "higienizado", o trabalho "deixa sempre" "ensanchas" tanto à "justa crítica dos sábios doutrinadores" quanto à "crítica mordaz dos incompetentes". O assunto é polêmico e o cenário é de guerra, opondo os dois lados da "sociedade científica", um "menos constituído"

e outro "melhor organizado". A operação requer que se vá à "cata de dados", mas também pressupõe "alto desígnio", "exposição clara" e "uma prova mais justa de princípios que possam guiar-nos em sua interpretação" (SÁ, 1904, p. I-II). Em seu apoio, Emílio Martins de Sá conclama os "sábios doutrinadores", tanto do "velho" quanto do "novo continente", deixando claro de que lado da "sociedade científica" ele está: Lazzaretti, Filomusi Guefi, Borri, Soriano de Souza, Souza Lima, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, entre outros. Do outro lado da trincheira estariam os "publicistas", ainda apegados à "escola clássica do direito penal" (SÁ, 1904, p. IV).

A doutrina das "concausas" surgiu na segunda metade do século XIX e refere-se ao concurso de mais de uma causa para a morte do ofendido. Uma pessoa que morre em decorrência de uma doença desencadeada por uma lesão ou aquela que morre em decorrência de uma doença pré-existente, mas que foi também acionada por uma ação qualquer do criminoso, entram nos casos de "concausas". É exemplo do primeiro, um diabético, que desenvolve complicações após um trauma, e do segundo, uma pessoa que morre de tétano em decorrência de um ferimento. Trata-se, segundo nosso autor, de assunto "muito complexo que exige súmula bem fundada de conhecimentos médicos e jurídicos, para o bom andamento de sua interpretação" (SÁ, 1904, p. 7). Em outras palavras, não pode ser assunto de juristas, mas apenas daquele profissional que, além dos conhecimentos jurídicos, detém a expertise médica. Porque não é só conhecimento médico que se pretende produzir, mas também conhecimento jurídico, ao se definir em que casos cabe a culpa e a pena correspondente: "Em qualquer das duas hipóteses citadas (acima) há ofensa à integridade física de terceiro, intenção de praticá-la, emprego de meios idôneos e realização da ofensa, portanto, existe crime doloso consumado com concausas" (SÁ, 1904, p. 9).

Isto é, nestes casos, o médico não se reduz ao perito, realizando a "rigorosa análise" e "fazendo a apreciação do dano produzido"; ele não só avalia o "grau de intensidade" do "elemento objetivo ou material" do crime, como também o "fator psicológico ou subjetivo" , isto é, "a intenção de praticar o mal", que se não chegou a ser consumado no ato, deveu-se a "circunstâncias

imprevistas, alheias ao domínio de sua vontade". Portanto, se desse "leve ferimento" vier a decorrer a morte, em razão de uma concausa, fica provado o dolo (SÁ, 1904, p. 10-11).

Nosso autor, todavia, vai ainda além e quer definir a justeza da pena atribuível ao réu nestes casos. Por isso, recusa a doutrina clássica, segundo a qual "quanto maior a pena melhor o exemplo para os mal intencionados, e quanto maior a intensidade do castigo imposto ao criminoso menor será a frequência dos crimes". Em contrapartida, adota o ponto de vista de que a pena deve ser relativa ao dano causado e levar em consideração "as necessidades físicas de cada indivíduo, e as condições de cada país" (SÁ, 1904, p. 13). Em outras palavras, não se pode aplicar a um indivíduo que "por circunstância alheia a sua vontade fosse causa da morte de outro" a mesma pena aplicada a outro que, "depois de ter premeditado a morte de um seu inimigo, o espera a sangue frio na estrada e por ocasião de sua passagem o mata" (SÁ, 1904, p. 15). Do mesmo modo, "seria funesta injustiça considerar-se agente de um homicídio para os efeitos penais o autor de uma lesão corporal, incapaz por si só de explicar a morte do indivíduo lesado" (SÁ, 1904, p. 16). Em todos esses casos, em suma, cabe ao médico legista definir as circunstâncias atenuantes ou agravantes de um crime cometido:

> Não se pode em tal caso admitir meios termos, uma de duas: ou o ferimento foi causa circunstancial da morte ou não; se foi, seja o ofensor severamente punido pela autoria da morte; se não, dê-se por vencida a dúvida e seja ele unicamente responsável pelo crime de ferimento leve ou grave que perpetrou (SÁ, 1904, pp. 40).

Emílio de Sá vai além da medicina também quando discute e interpreta o Código Penal (1890). De acordo com o parágrafo segundo do artigo 295, a falta de higiene por parte do ofendido, no caso de morte decorrente por infecção, tendo esta derivado de ferimento realizado pelo réu, seria circunstância atenuante do crime. Para nosso médico, a presença ou ausência de hábitos higiênicos deveria ser usada apenas para os casos de agravamento da pena. Isto é, se o ofendido mantinha hábitos higiênicos, a pena deveria ser agravada, mas se não mantinha, não mudaria em nada a sua dosagem. Outro defeito do Código seria não considerar as concausas em casos de lesão corporal. Em

suma, Medicina Legal deve, na visão de nosso autor, virar jurisprudência.

As teses sobre Higiene são bem menos explícitas em suas conexões com o campo do Direito, sobretudo com a "questão criminal". Todavia, indiretamente, são inegáveis tais conexões. No conjunto das 101 teses aqui analisadas, percebemos uma crescente preocupação dos médicos formandos com a higiene privada das famílias, abordando temas como higiene da infância e dos casamentos, bem como com a higiene pública. O determinismo criminológico era uma premissa cada vez mais aceita no campo criminal em ascensão, sobretudo entre médicos. Acreditava-se que o crime era congênito e podia ser transmitido à prole. Do ponto de vista médico, mais do que combater o crime, era preciso cuidar do criminoso, se preciso neutralizá-lo, evitando assim a própria existência do crime. Daí a necessidade dos cuidados higiênicos, tanto ao nível familiar quanto público.

A chegada de novos europeus, a expansão do comércio, a formação de uma burocracia estatal e a difusão de modas europeias remodelaram a paisagem brasileira e os modos de vida de seus habitantes, impondo o modelo europeu como referência de civilização. Esse fenômeno foi identificado por Angela Mendes de Almeida como o "desembarque da nova mentalidade da família burguesa" no século XIX (ALMEIDA, 1999). Este período de transformações trouxe consigo mudanças sociais, e, com isso, redefinições ideológicas e práticas, como a mudança do espaço público e privado das famílias:

> [...] essas novas ideias constituíam variantes do pensamento burguês que se expandiam a todas as áreas do conhecimento e da prática. E havia abundantes inovações quanto aos deveres dos membros da família e ao modo correto de estar em privacidade. Assistia-se como a uma febre de novas posturas e definições a esse respeito. Tal febre refletia-se em muitas áreas do saber, entre moralistas, mas também, com áreas respeitáveis da ciência, entre médicos e higienistas (ALMEIDA, 1999, p. 9).

Até o século XVIII, as famílias burguesas tinham suas vidas limitadas ao espaço privado, isto é, longe dos espaços públicos, especialmente as mulheres, que viviam somente dentro de suas casas, cuidando da família e do espaço doméstico. A chegada da Corte trouxe mudanças, com a cidade adotando características europeias, incluindo a abertura de cafés, teatros e outros espaços

que incentivaram a convivência social nas ruas. Essas mudanças rápidas e desordenadas na cidade do Rio de Janeiro, impulsionadas pela necessidade de adaptar-se ao influxo de pessoas e práticas europeias, geraram a necessidade de melhorias urbanas e a orientação da população para se alinhar aos padrões europeus. O Rio de Janeiro passa pelo contraste do modo de vida colonial e a modernização proposta pela Corte, e, em decorrência dessa dualidade, é que a medicina higienista emergiu com soluções para implementação de políticas de intervenção urbana e no controle da população (COSTA, 2004, p. 64-65).

Tal medicina introduziu métodos mais eficazes para lidar com questões de saúde pública e adotou uma abordagem preventiva, incentivando os indivíduos a cuidarem de sua saúde e adotarem práticas higiênicas. Os membros da família burguesa foram transformados em aliados na promoção da saúde e na manutenção da ordem social. Essa abordagem representou uma mudança significativa em relação à ética punitiva anterior, que tratava a família como adversária política.

Segundo Angela Mendes de Almeida (1999), portanto, a nova sociedade constituída nesse período possuía a mentalidade ligada à família patriarcal, e, nesse contexto, a preocupação com a mulher enquanto mãe era predominante, bem como seus deveres na família, a maternidade como norma e a demonstração da normalidade feminina. Almeida (1999) explora como a igualdade de gênero defendida no liberalismo burguês não se aplicava igualmente à esfera privada, onde as mulheres eram destinadas principalmente ao papel de mãe, levantando questões sobre a adoção parcial das normas da família burguesa no Brasil do século XIX, devido à influência das tradições ibéricas e às profundas exclusões de classe e raça na sociedade brasileira (ALMEIDA, 1999).

De acordo com Napolitano, "O médico penetrava o espaço familiar e, através do estabelecimento da confiança e de um contato mais íntimo com a mulher iria tentando modificar, aos poucos, o perfil das relações familiares." (NAPOLITANO, 2005, p. 44). Os médicos, juntamente com pedagogos, juristas e outros profissionais, desempenharam um papel fundamental na estratégia civilizatória iniciada em 1808 e intensificada ao longo do século, em uma

tentativa de conter a desordem e promover hábitos ordeiros e produtivos entre a população. "A medida que a cidade crescia e sua estrutura econômica e social tornava-se mais complexa e problemática [...] o próprio poder público, o Estado, passou a solicitar cada vez mais a ajuda especializada da medicina" (NAPOLITANO, 2005, p. 29-30).

As poucas teses que estabelecem uma conexão explícita com o campo do Direito, denotando uma abordagem mais colonizadora, estão em geral relacionadas ao Direito Civil, como é o caso daquelas que tratam da higiene infantil. Adolpho Simões Barbosa, em *Hygiene da primeira infância*, defendida em 1883, destaca a importância da higiene na primeira infância, com ênfase no desenvolvimento do cérebro e dos sentidos, além de discutir a influência do meio ambiente e dos instintos na saúde da criança. Mas vai além, ao sugerir a regulamentação do casamento como forma de garantir que os filhos sejam gerados em condições propícias ao desenvolvimento saudável (BARBOSA, 1883).

Uma postura similar é encontrada entre aquelas teses que tratam da higiene da mulher. Manuel Portugal Ramalho, em *Hygiene na puberdade da mulher*, de 1906, aborda a importância da higiene e da educação para as mulheres durante a puberdade, focando em aspectos físicos, mentais e sociais. O autor discute a fisiologia da puberdade, enfatizando a importância do desenvolvimento do sistema urogenital e suas implicações para a saúde da mulher. Ele critica os métodos de educação do período, particularmente a educação em colégios e conventos, alegando que estes negligenciam a saúde física e mental das jovens. Ramalho (1906) defende a importância de uma educação que atenda as necessidades específicas das mulheres, preparando-as para a maternidade e a educação dos filhos. Assim, o autor se debruça sobre temas como a menstruação, a influência do ambiente e da hereditariedade na puberdade, a importância da alimentação e do vestuário para a saúde, os benefícios do exercício físico e os perigos dos casamentos precoces (RAMALHO, 1906).

A tese de Ramalho, além de refletir a moralidade do período em relação à mulher, particularmente no que se refere à sua sexualidade e aos seus papéis

sociais, põe em questão a idade mínima para o casamento. Ramalho critica o casamento precoce, defendendo que a mulher só atinge a "nubilidade" – a idade em que está apta a ser mãe – alguns anos após a puberdade. Ele argumenta que casar cedo pode ter consequências negativas tanto para a saúde da mulher quanto para a de seus filhos, citando inclusive estatísticas de outros países. Nesse sentido, faz uma crítica contundente ao regulamento brasileiro de 1890, que estabelecia 17 anos como idade mínima para o casamento, e defendendo que aumentá-la seria benéfico, não só à saúde da mulher como à sociedade em geral.

O mesmo procedimento é encontrado quando nos reportamos às teses sobre higiene pública, isto é, elas estabelecem, em geral, apenas ligações indiretas com o campo do Direito, sobretudo por meio de suas intenções normativas. Jurandir Freire, em sua obra *Norma médica e ordem familiar* (2004), analisa a evolução das estratégias de controle e governança nas cidades brasileiras durante o período colonial até o início do século XIX, através da invasão médica da família. De acordo com ele, inicialmente, as cidades eram negligenciadas pelo governo português e moldadas principalmente pela iniciativa privada dos colonos. À medida que as cidades cresceram, a metrópole viu a necessidade de intervir para restaurar a ordem colonial, resultando em medidas punitivas severas, mas muitas vezes ineficazes. A medicina higiênica surge nesse contexto de tentativa de se organizar estratégias punitivas, desempenhando um papel fundamental na transformação dos modos de controle das cidades brasileiras, especialmente após a chegada da família Real portuguesa ao Rio de Janeiro.

4. HIGIENISMO E QUESTÃO CRIMINAL

As teses que analisaremos adiante ilustram essa busca pelo controle da ordem social por meio da higiene, nas quais os autores estabeleceram conexões com diferentes facetas da existência humana, incluindo saúde e comportamento. Um elemento central em todas essas teses é a ênfase na relevância da higiene para a saúde pública e individual, com o propósito de prevenir doenças e

fomentar o bem-estar da sociedade, além de manter a ordem social mencionada por Jurandir Freire (2004).

As teses sobre sífilis, por exemplo, como as de Flaviano Innocencio da Silva, *Prophylaxia Publica da Syphilis*, de 1900, e de Américo Vespúcio Ribeiro d'Oliveira, em *Prophylaxia da Syphilis*, de 1912, transcendem as questões puramente médicas. A regulamentação da prostituição e as medidas preventivas propostas colocam o debate sobre saúde pública no centro das discussões políticas da época, refletindo o papel crescente do Estado em conjunto com os médicos, na garantia da saúde coletiva e da ordem pública. Portanto, ambas as obras partem de uma perspectiva médica, mas se aprofundam em questões relativas à moralidade e ao direito, evidenciando não só a importância dada pelos médicos a uma política pública articulada para a manutenção da ordem social, mas também uma expansão de limites disciplinares e profissionais do médico (SILVA, 1900; OLIVEIRA, 1912).

Outro importante tema relativo à higiene pública, verificado como uma tendência nas teses e que criou uma certa celeuma entre médicos e juristas, é o do destino dado aos cadáveres. Carlos Adalberto de Campos Loudares, *Da cremação de cadáveres*, de 1883, e Januário Cicco, *Ligeiras considerações sobre o destino dos cadáveres perante a Hygiene e a Medicina Legal*, de 1906, defendem que a cremação, como método preferível à inumação (enterramento), não interfere na preservação de evidências criminais, conforme argumentam os juristas. Loudares (1883) reconhece que a cremação pode dificultar investigações, especialmente em casos de envenenamento, mas argumenta que, com "procedimentos adequados de análise prévia" (LOUDARES, 1883, p. 17), seria possível contornar esses obstáculos. Ele sugere que a decomposição, mesmo em inumações, também destrói evidências e, portanto, a cremação não apresenta um desafio insuperável para a justiça. Cicco (1906) vai além e defende que, com protocolos rigorosos, como a investigação clínica antes da cremação, seria possível garantir que nenhum crime passasse despercebido. Para ele, a cremação não comprometeria a eficácia da Medicina Legal e, na verdade, ofereceria um cenário mais controlado do que a inumação (LOUDARES, 1883; CICCO, 1906).

Outro tema de saúde pública que denota preocupações jurídicas dos médicos é a tuberculose. Francisco Freire de Andrade, em sua "tese" intitulada *Do Valor dos Sanatórios na Tuberculose*, de 1911, não se limita ao tratamento da doença, mas também discute as suas implicações sociais e legais. O autor defende, por exemplo, a criação de uma legislação específica para proibir o casamento entre pessoas tuberculosas. Ele considera essa prática uma ameaça à saúde pública e um *fardo econômico* para o Estado, afirmando que "o casamento entre tuberculosos deve ser proibido por lei, uma vez que representa um perigo não só para o casal, mas para a sociedade como um todo" (ANDRADE, 1911, p. 8). Sua posição se baseia em três argumentos principais: o risco de contágio, a debilidade hereditária e o custo social. O autor acredita, portanto, que o casamento entre tuberculosos aumenta o risco de contaminação, perpetua a fraqueza genética dos descendentes e sobrecarrega o sistema de saúde pública. Além disso, Andrade (1911) propõe a criação de colônias agrícolas para os pacientes após a alta dos sanatórios, como uma maneira de garantir a reinserção social desses indivíduos e evitar a reincidência da doença, que, muitas vezes, estava ligada às precárias condições de vida da época. Segundo ele, esses espaços proporcionariam condições adequadas para a recuperação plena dos tuberculosos, sem os riscos de recaída que a vida urbana poderia trazer (ANDRADE, 1911).

5. PSIQUIATRIA E RESPONSABILIDADE PENAL

Ao lado da Medicina Legal, as "teses" sobre Psiquiatria são as que apresentam as conexões mais explícitas com o campo do Direito, em particular com a "questão criminal". Como naquele caso, aqui também as teses podem ser divididas em dois grupos. Um primeiro onde as ligações são apenas indiretas, como aquelas que apenas tratam da loucura, deixando sugerida a incapacidade jurídica do louco, mas sem entrar diretamente nas questões dessa natureza. São exemplos: *Loucura Puerperal* (1882), de Oscar Sérgio Rodrigues de Oliveira, que aborda a instabilidade mental que acomete mulheres durante a gravidez ou no período pós-parto (OLIVEIRA, 1882); *Das Alucinações, Sua Importância no*

Diagnóstico da Alienação (1886), de Alberto Rodrigues Silva, que defende que as alucinações são um critério fundamental para o diagnóstico das doenças mentais e para a avaliação da sanidade mental dos réus (SILVA, 1886); *Ligeiras Considerações sobre as Perturbações Nervosas e Mentais da Peste Bubônica*, de Enjolras Vampré, defendida em 1908, que relaciona as doenças mentais e as más condições de higiene; entre outras de teor similar (VAMPRÉ, 1908).

Um segundo conjunto, todavia, invade diretamente o campo do Direito e, como nas "teses" de Medicina Legal, quer fazer jurisprudência. Uma particularidade, no entanto, deve ser destacada: as teses que tratam de temas psiquiátricos estão invadindo ao mesmo tempo o campo da nascente Psicologia, que também está em luta por legitimação epistêmica e profissional. Talvez por isso é que Henrique Augusto de Mello e Senna, no prefácio de sua tese, de 1886, que trata *Das alucinações, sua importância no diagnóstico da alienação*, tenha iniciado se desculpando por "uma ciência tão melindrosa e controversa" (SENNA, 1886, p. 2). De fato, para muitos dos entusiastas da generalização do método das ciências positivas, isto é, a indução, a Psicologia nunca seria de fato uma ciência, pois a ela está vedado o caminho da observação e da comprovação empírica. Afinal, qual a prova empírica do inconsciente? Ninguém saberia dizer ao certo. Ao menos não naquela época.

Um meio encontrado pela Medicina oitocentista para contornar o problema é assumir que a psique se reduz ao cérebro, isto é, que os fenômenos psicológicos são fenômenos cerebrais, fisiológicos. Neste momento, pode-se dizer então que a psiquiatria praticamente engolfa a psicologia. Nas palavras de nosso autor:

> Os fatos patológicos, bem como os fatos fisiológicos, demonstram que o cérebro pode ser a sede das faculdades mentais, quer normais, quer mórbidas; que a integridade da função psíquica depende da integridade desse órgão, podendo ambas ser perturbadas por um estado patológico (SENNA, 1886, p. 3).

Acontece que, sendo uma característica biológica, a loucura seria hereditária, segundo Senna (1886). Isto quer dizer que se de alguma forma ficasse "provado" que o cérebro de determinado indivíduo ou o de seus genitores tivesse algum "defeito", que não fosse "normal", estaria "provado" que ele não

deve responder por seus atos como os demais. Em outras palavras, no estado de alienação o cérebro perderia sua "autonomia" e, portanto, sua capacidade de decidir. Mais uma vez, nas palavras de nosso autor:

> Para nós há vesania quando, em consequência de um estado cerebral patológico, hereditário ou adquirido, um abalo emotivo de origem objetiva ou subjetiva se impõe às faculdades intelectuais e determina nelas um funcionamento anormal, produzindo a perda do livre arbítrio (SENNA, 1886, p. 6).

Em suma, estando afetado em sua capacidade de decidir livremente, o louco seria, do ponto de vista legal, inimputável. Bom, daí passamos então à seguinte questão: se os alienados não devem responder penalmente, significa que eles devem continuar soltos para cometer mais crimes? Obviamente não. Nenhum alienista defendia isso. Eles deviam ser isolados da sociedade, mas em uma instituição apropriada para isso e não em um presídio, junto aos "criminosos comuns". O alienado era um doente e precisava de assistência médica e hospitalar. Daí o movimento nacional em prol da construção de manicômios. Isolados, eles não só estariam impedidos de cometer novos crimes, como de passar adiante sua loucura, por meio de seus descendentes. Esta é a posição de Aurélio Domingues de Souza, em sua tese *Profilaxia de moléstias mentais e assistência aos alienados no Brasil*, de 1907.

Isso mostra também que nem todos os médicos, por serem deterministas, defendiam que os ditos "anormais" não deviam responder de alguma forma por seus crimes, ainda que defendessem outras formas de penalização. Havia até mesmo aqueles que achavam que, dependendo do "grau de loucura", era possível atribuir-lhe certa responsabilidade. Este é o caso de João Ribeiro Vargens, em sua tese *Do estado mental neurastênico*, de 1907, onde afirma que "colocar o neurastênico no número dos irresponsáveis seria abrir a porta ao crime" (VARGENS, 1906, p. 38), porque, obviamente, o número de neurastênicos naquela época devia ser bem alto. Seja como for, o que percebemos, mais uma vez, são médicos a tentar criar jurisprudência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, cujos resultados principais aqui apresentamos, tinha como propósito central entender as razões da presença de temas ligados ao campo do Direito, em particular à questão criminal, nas teses defendidas pelos alunos das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1930. Sustenta hipótese já confirmada para o período anterior (1840-1860), segundo a qual os médicos, ao refletirem sobre sobre problemas sociais, abriram um importante espaço de disputa com as elites políticas tradicionais, ligadas ao Direito, e, com isso, deram importantes contribuições para a formação da nova criminologia. Esta postura dos médicos estava ligada ao estágio ainda amadorístico em que se encontrava o ensino da medicina e a prática médica no país e por isso reflete, ao mesmo tempo, uma indecisão epistemológica e profissional, mas também uma busca por demarcar fronteiras. Mas também está ligada à formação e difusão de uma "ideologia biologizante", que fortalece a posição da medicina como saber tendencialmente dominante dentro da ordem urbano-industrial em formação.

Na pesquisa anterior havíamos mostrado que de um total de 550 "teses doutorais" consultadas, 70, isto é, 12,7%, mantinham uma ligação direta com o campo do Direito, pois tratavam de Medicina Legal e higiene das prisões. Contrariando várias análises, ela não confirmou a hegemonia do higienismo, pois mostrou a presença precoce e crescente da Medicina Legal, ao lado da Higiene. Também não confirmou a contraposição entre as faculdades do Rio de Janeiro, dominada pela Epidemiologia, e da Bahia, dominada pela Psiquiatria e a Medicina Legal. Temas ligados à Psiquiatria nem mesmo aparecem nesse período, como interesse de pesquisa dos formandos.

Na pesquisa atual, que abrange o período que vai de 1870 a 1930, analisamos um total de 608 teses. Como na pesquisa anterior, a categoria Patologia Interna é dominante. Ligadas à questão criminal, de forma direta e indireta, aparecem as rubricas Medicina Legal, Psiquiatria e Higiene, fazendo um total de 27,7% das teses consultadas. Primeiro, notamos um crescimento, em relação ao período anterior, dos temas ligados ao campo do Direito, em particular à "questão criminal", com destaque para a Higiene. Depois, notamos o surgimento crescente de temas ligados à Psiquiatria, que tem um volume de

teses muito próximo, e até ligeiramente superior, à Medicina Legal. De modo que não se pode falar, como parece ser o ponto de vista dominante na bibliografia que trata do tema, em hegemonia da Medicina Legal.

Esse crescimento dos temas ligados à questão criminal denota uma posição muito clara de nossos médicos do período: sem medicina não havia nem justiça, nem política criminal correspondente aos critérios científicos da época. O médico é o profissional mais preparado para lidar com a questão e seu conhecimento abrange não só Medicina como também Direito. Nos casos médico-legais e psiquiátricos vê-se autorizado não só a produzir jurisprudência como também definir crime, culpa, dolo e pena. Em suma, o médico não se reduz ao perito, mero auxiliar do juiz, mas se apresenta como autoridade legítima no assunto, o mais indicado para formular políticas públicas. A importância crescente e até decisiva da Medicina Legal nos tribunais, bem como da construção de manicômios judiciais a partir do início do século XX, demonstram essa posição dos médicos. O clima de disputa fica por conta das incertezas das novas classes urbanas, principalmente os jovens formados, frente a uma ordem rural ainda dominante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Família e modernidade: o pensamento jurídico brasileiro no século XIX**. Porto Calendário, 1999.

ALVAREZ, Marcos César. **Do bacharelismo liberal à criminologia no Brasil**, Revista USP, São Paulo, n. 101, p. 11-26, mar/abr 2014.

ANDRADE, Francisco Freire de. **Do valor dos sanatorios na tuberculose**. Bahia: Lith. Typ. e Enc. Gonçalves, Teixeira & C., 1911.

ANITUA, Gabriel. **História dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930).** São Paulo: UNESP, 1999.

BAPTISTA, Hildebrando José. **A mulher e a medicina legal. Bahia: Officinas dos Dois Mundos**, 1909.

BARBOSA, Adolpho A. Simoes. **Hygiene da primeira infância**. Rio de Janeiro:

Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1883.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1993.

CALDAS, Joaquim Moreira. **Da etio-pathogenesia da criminalidade**. Bahia: Imprensa Nova, 1910.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CHAVES, Fábio César. **Crime e loucura: as relações entre medicina e justiça penal no Rio de Janeiro**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010

CICCO, Januario. **Ligeiras considerações sobre o destino dos cadaveres perante a hygiene e a medicina legal**. Bahia: Typographia do Salvador, 1906.

CORRÊA, Mariza. **Ilusoes da liberdade, a escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil**. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e Norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Manoel Tavares da. **Thanatodiagnose**. Bahia: Typ. Oriental, 1903.

COUTINHO, Domingos; SABACK, Eduardo. **O histórico da psiquiatria na Bahia**. Gazeta médica da Bahia, v. 77, n. 2, 2008. Disponível em: http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/102/95.

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós temos Pasteur**. Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FREIRE FILHO, Severiano José. **Profilaxia do crime**. Bahia: Officina Xylo-Typographica, 1909.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; SANTO, Adriana Amaral do Espírito; PEREIRA,

Vivian Ferraz Studart. **Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e Direito, uma das condições de emergência da psicologia jurídica**, Interações, v. 10, n. 19, p. 9-34, 2005.

LAPA, Antonio Estellita Cavalcanti. **O crime perante a medicina legal**. Bahia: Imprensa Nova, 1910.

LEONIDIO, A; OLIVEIRA, M. F. P. **As aproximações entre medicina e direito entre as décadas de 1840 e 1860 no Brasil**. Relatório final de Bolsa PIBIC 2022/2023. ESALQ/USP, 2023.

LIMA, A. S. **Tratado de medicina legal**. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Ribeiro, 1895.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LOUDARES, Carlos Adalberto de Campos. **Da cremação de cadáveres**. Rio de Janeiro: Typ. de J.D. de Oliveira, 1883.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MALTEZ, Aristides Pereira. **Breve estudo clinico e medico-legal das psychoses por traumatismos cranianos**. Bahia: Escola Typ. Salesiana, 1908.

MEIRELLES, N. S., SANTOS, F. D. C., OLIVEIRA, V. L. N. D., LEMOS-JUNIOR, L. P., & TAVARES NETO, J. **Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928**, Gazeta Médica da Bahia, v. 74, n. 1, 2008. Disponível em: <http://bgm.fameb.ufba.br/sites/bgm.fameb.ufba.br/files/gmb_teses_1840-1928.pdf> Acesso em: 15 junho. 2024.

MOREIRA JR., Dulcídio de Barros; FIGUEIREDO, Aline; VIEIRA, Camila. **Medicina e Império: grandes mudanças no panorama científico - de barbeiros a médico**s, Revista Alpha, n. 13, p. 9-19, 2012.

NAGAMINI, Marilda. "1808-1889: ciência e técnica na trilha da liberdade", in: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no** Bras**il**. São Paulo: EDUSP, 2004.

NAPOLITANO, Minisa Nogueira. **O MÉDICO E A MULHER: o discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista**. Dissertação de Mestrado, 102 f. Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca – UNESP, Franca - SP, 2005.

NAVA, Pedro. **Capítulos da história da medicina no Brasil**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Americo Vespucio Ribeiro d'. **Prophylaxia da syphilis**. Bahia: Typ. e Encadernação Imprensa Nova, 1912.

OLIVEIRA, Oscar Claudio de. **Moral e crime**. Bahia: Typographia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1903.

OLIVEIRA, Oscar Sergio Rodrigues de. **Loucura puerperal**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

PARÉ, A. **Oeuvres completes**. Paris: Baillière, 1840.

RAMALHO, Manuel Portugal. **Hygiene na puberdade da mulher**. Bahia: Typ. e Encadernação do Lyceu de Artes e Officios, 1906.

REZENDE, Joffre Marcondes. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina**. São Paulo: UNIFESP, 2009.

RIBEIRO, Plinio de Souza. **Feridas por armas de fogo**. Bahia: Typographia de J.G. Tourinho, 1871.

SÁ, Emilio Martins de. **Psychologia juridica das concausas**. Bahia: Officina Typographica, 1904.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**, v. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto Rodrigues. **Das condições pathogenicas do delirio nas affecções organicas do coração**. Rio de Janeiro: Typ., Lithographia e Encadernação a vapor Laemmert & C., 1886.

SILVA, Flaviano Innocencio da. **Prophylaxia Publica da Syphilis**. Bahia: Imprensa Popular, 1900.

SILVA, Henrique Luiz da. **Das indicações e contra-indicações das amputações nas feridas por arma de fogo. Rio de Janeiro**: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1876.

SILVEIRA, Nise Magalhães da. **Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil**. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1926.

SOUTO SOBRINHO, Luiz Honorio Vieira. **Therapeutica geral dos envenenamentos: do antidotismo e do antagonismo em toxicologia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

TORREÃO, Tânia Regina Braga; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. **Theses doutorais da Faculdade de Medicina da Bahia: Memória e regeneração social do espaço soteropolitano**, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2016. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/download/29032/19484/152545.

VAMPRÉ, Enjolras. **Ligeiras considerações sobre as perturbações nervosas e mentaes da peste bubonica**. Bahia: Litho-Typ. e Encadernação Reis & C., 1908.

VARGENS, João Ribeiro. **Do estado mental neurasthenico**. Bahia: Escola Typ. Salesiana, 1906.

Recebido em 03/10/2024.
Aprovado para publicação em 16/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A CIÊNCIA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA
A Atividade científica nos planos da Fundação Brasil Central (1943-1967)

SCIENCE IN THE CONTEXT OF FRONTIER EXPANSION
Scientific activity in the plans of the Central Brazil Foundation (1943-1967)

PEDRO HENRIQUE M. CARDOSO[1]

RESUMO
Este artigo analisa as pesquisas científicas organizadas pela Fundação Brasil Central (FBC) em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais, entre os anos de 1943 e 1967. O período em questão corresponde ao tempo de existência da referida instituição. Grande parte destas pesquisas se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais do território Brasil Central. A FBC tinha como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados do Mato Grosso, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar o processo de intervenção do Estado sobre o território, marcado pelo avanço sobre a fronteira, a partir da política científica desenvolvida no âmbito de atuação da FBC. Entendemos que tais estudos e pesquisas propostas por estas instituições possuíam não apenas a finalidade de abranger questões relacionadas ao conhecimento propriamente dito, mas também possuíam o objetivo de servir de instrumento de dominação territorial nos quadros de um capitalismo dependente e periférico.

Palavras-chave: Ciência. Território. Fronteira. FBC

ABSTRACT
This article analyzes the scientific research organized by the Fundação Brasil Central (FBC) in partnership with national and international research institutions, between 1943 and 1967. The period in question corresponds to the time of existence of the aforementioned institution. Much of this research was configured as important scientific undertakings, aimed at understanding the natural potential of the Central Brazilian territory. The FBC's objective was to foster the economic and social development of the Central-West region, with its area of operation being the states of Mato Grosso, Goiás, as well as the then called Federal Territory of Rondônia (current State of Rondônia) and the Federal District. In view of this, the objective of this research is to analyze the process of State intervention in the territory, marked by the advance of the

[1] Professor efetivo de História das Secretarias de Educação dos Estados de Mato Grosso (SEDUC-MT) e Goiás (SEDUC-GO). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). E-mail: pedro.cardoso@edu.mt.gov.br

frontier, based on the scientific policy developed within the scope of FBC's activities. We understand that such studies and research proposed by these institutions had not only the purpose of covering issues related to knowledge itself, but also had the objective of serving as an instrument of territorial domination within the framework of a dependent and peripheral capitalism.

Keywords: Science. Territory. Border. FBC.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão é parte de exaustivo trabalho de análise da documentação oficial da extinta Fundação Brasil Central (FBC), órgão criado em 1943, sendo substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967. A intensa produção de estudos e pesquisas técnicas e científicas direcionadas ao território Brasil Central[2] destaca-se como um dos elementos principais da atuação da FBC. Tais estudos e pesquisas foram realizados por indivíduos ou grupos vinculados a instituições nacionais e estrangeiras e, toda essa movimentação de pesquisadores em nosso território já vinha sendo fiscalizada pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Cientificas no Brasil (CFE), órgão criado em 1933 e que teve sua extinção também em 1967. A partir de 1943, o CFE passou a receber apoio logístico da FBC, órgão criado naquele ano com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Em 1967, juntamente com o CFE, a FBC foi extinta, ficando com a SUDECO a responsabilidade de seguir com os trabalhos da antiga FBC.

A FBC possuía como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados de Mato Grosso, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal. Esta instituição procurou orientar investimentos públicos e privados para as áreas em que atuou, coordenando e distribuindo as atividades econômicas. Desta forma, as medidas tomadas por este órgão levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; e

[2] Diante da dificuldade de pontuar precisamente as áreas de atuação da FBC, tendo em vista que esta instituição atuou em territórios das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, no decorrer deste estudo utilizaremos o termo ‘Brasil Central’ para nos referirmos a estas áreas.

esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

Grande parte das pesquisas organizadas pela FBC se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais do território Brasil Central. Muitos destes estudos ocorreram em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar o processo de intervenção do Estado sobre o território, marcado pelo avanço sobre a fronteira, a partir da política científica desenvolvida no âmbito de atuação da FBC. Para tanto, foi realizada uma análise exaustiva dos documentos primários relativos aos programas de pesquisa científica que ocorreram sob o domínio desta instituição. Nesse sentido, observa-se que a Ciência foi mais um recurso – não menos importante do que os demais – utilizado no processo de dominação e ocupação do interior do território nacional, pois tais pesquisas contribuíram diretamente para o conhecimento acerca das riquezas naturais do Brasil Central, bem como para a sistematização das potencialidades econômicas da região.

A produção historiográfica a respeito da FBC tem avançado, sobretudo a partir do início dos anos 2000. À vista disso, vale destacar as produções de Dulce Portilho Maciel, considerada uma das pioneiras nos estudos sobre a FBC. Dentre os vários artigos escritos pela professora Dulce, destaca-se o artigo *Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro,* publicado em 2005 pela Revista Plurais. Além disso, é importante salientar as recentes contribuições de João Marcelo Ehlert Maia, com seu livro *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central,* publicado em 2012 pela editora FGV. No entanto, pouco se sabe sobre as atividades científicas desenvolvidas pela FBC, o que justifica a presente análise.

Ressalta-se a opção pelo materialismo histórico dialético como perspectiva basilar fundamental na busca pela compreensão do tema proposto, pois, de acordo com essa concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social (MARX, 2008). Em função disso, a discussão sobre ciência, Estado, fronteira e instituições parte da premissa de que tais elementos integram a dinâmica do modo de produção capitalista – modelo que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas sociais, e que possui, portanto, uma condição histórica.

1. ESTADO, FRONTEIRA E FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Compreender, a respeito do período estudado, em que estrutura social as ações do Estado brasileiro se materializaram, por meio da atuação da FBC, é condição imprescindível para esta análise. Nesse sentido, segundo a abordagem materialista da história a sociedade se constitui a partir de dois níveis, a saber, o nível da estrutura – que corresponde ao conjunto das forças produtivas – e o nível da superestrutura – compreendida como espaço da estrutura jurídico-política e da ideologia. De acordo com Gramsci (1984), é na superestrutura que se identifica o Estado. Ou seja, no âmbito das instituições políticas (governo, exército, tribunais, etc.), mas também no âmbito das instituições civis (igreja, escola, família, etc.).

Dessa forma, seguindo a perspectiva de Gramsci, o conceito de Estado se apoia no entendimento de que, seu papel nas sociedades ocidentais passa pela compreensão de duas esferas que existem no interior das superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil. Por outro lado, é preciso esclarecer, antes de tudo, que “os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal)” (COUTINHO, 2011, p. 25).

Entende-se por sociedade política, desse modo, o conjunto das forças burocráticas de uma sociedade responsável pela coerção. Ou seja, os aparelhos coercitivos controlados pela classe dominante para manter o monopólio da violência, sendo o governo e o exército os principais representantes do poder coercitivo. Em contrapartida, a sociedade civil corresponde às instituições responsáveis por formular e transmitir as ideologias, ou seja, instituições que buscam dominar pelo consenso. Em suma, a junção entre sociedade política (que possui como função social a dominação pela coerção) e sociedade civil (que possui como função social a dominação pelo consenso) equivale à ideia de Estado para Gramsci.

A FBC foi criada durante o Estado Novo (1937-1945). Naquele período, as políticas de expansão da fronteira ganharam novo alento. Este regime político ditatorial, amparado por forças militares, logo tratou de colocar em prática o desejo de nacionalizar definitivamente as fronteiras do país. Para tanto, foi lançada ainda no ano de 1937, a campanha da Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Esta campanha

engendrou uma série de iniciativas marcadas pela intervenção direta do Estado sobre o território. Vale destacar, como exemplos de ações organizadas no âmbito da Marcha, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o estabelecimento da Expedição Roncador-Xingu, e a criação da Fundação Brasil Central (FBC).

Na década de 1930 o território Brasil Central foi tido como o grande espaço geográfico a ser desbravado, devido às suas potencialidades econômicas. Este fenômeno de ocupação da fronteira, através da ação estatal, caracterizava uma das etapas do processo de expansão do modo de produção capitalista pelo Brasil – o da integração territorial. Entretanto, outra questão importante sobre o trabalho de ocupação da fronteira é que este não esteve submetido somente ao Estado. Nesse caso, o Estado fomenta políticas públicas que, em última instância, estabelecem a montagem de infraestruturas que favorecem, predominantemente, a apropriação da terra por empresas privadas. Vale destacar aqui, como exemplo, o grande número de fazendas-empresas que foram instaladas no Centro-Oeste do Brasil, através de ações estatais.

Por outro lado, quando tratamos de fronteira, o discurso sobre sua realidade não deve se concentrar apenas nas ações dos agentes hegemônicos. Em outras palavras, é necessário enfatizar a participação de outros elementos sociais neste processo de ocupação territorial. Ou seja, a fronteira como palco das classes subalternas, sendo o trabalhador rural um exemplo destas. Diante desta questão depreende-se que a fronteira é um espaço diverso, heterogêneo, em constante construção. De acordo com Bertha Becker (1981, p.3):

> A fronteira é, portanto, complexa e multifacetada, e por isso difícil de ser generalizada; embora contendo um traço estrutural, não é homogênea em todos os lugares. As generalizações macroeconômicas não conseguem captar a diversidade contida na unidade; a partir de estudos a nível de grupos, torna-se difícil extrapolar as situações para o conjunto da fronteira. A dificuldade de compreensão da fronteira pode, pois, decorrer do fato de não se ter encontrado a escala adequada à sua análise, e a perspectiva espacial da Geografia pode contribuir para a análise da questão mostrando a diversidade contida na unidade, a coexistência da tendência nuclear com a diversificação dos fatos.

Segundo Martins (1997, p.13) “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial,

porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora". Uma característica interessante dos estudos desenvolvidos por José de Souza Martins sobre a fronteira foi a de romper com a historiografia tradicional que, em suas defesas, colocava a fronteira como espaço de inovação e progresso. Este autor, por seu lado, refuta esta tese apresentando outra faceta sobre a fronteira: o de ser um território marcado pela violência. Ou seja, um espaço de contato entre diferentes povos, onde os mais fracos – em grande medida indígenas e camponeses – estão submetidos à repressão imposta pelos mais fortes – latifundiários, principalmente.

O deslocamento de massas demográficas em direção à fronteira, especialmente os movimentos de expansão demográfica alavancados pelo Estado, revelam o verdadeiro caráter da dialética territorial do poder. Neste contexto, as frentes de expansão e a frente pioneira, típicas do processo de ocupação da fronteira, desvelam o modo pelo qual o capitalismo se reproduz em sua variante territorial.

Nesse processo, faz-se necessário distinguir as noções de frente de expansão e frente pioneira, pois, como se sabe, a existência de tais frentes está intimamente ligada à questão da fronteira no Brasil e, consequentemente, ligada à questão agrária do país. Vale lembrar que ambas as concepções expressam formas distintas de compreender a fronteira que, em último caso, revelam a ideia de fronteira da civilização, isto é, as diferentes formas de um mesmo processo: a expansão territorial dos "civilizados". De acordo com Martins (1997, p. 152):

> A designação de frentes de expansão [...] expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.

É difícil estabelecer uma definição precisa para as chamadas frentes de expansão, pois esta concepção ainda é centro de muitos estudos polêmicos no campo da História, da Antropologia e da Geografia. Em suma, a frente de expansão corresponde ao processo de ocupação territorial em que a "sociedade branca" amplia seus domínios sobre territórios tribais (MARTINS, 1982). Contudo, Martins (1997) destaca a querela que esta concepção promove em meio aos debates sobre o tema

afirmando que:

> Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente, era expansão da fronteira da civilização. (MARTINS, 1997, p. 154-155).

No que diz respeito à frente pioneira, esta apresentou outra realidade sobre o modo de enxergar a questão da fronteira no Brasil. A designação de frente pioneira estrutura-se numa base que permite analisar a fronteira do ponto de vista da modernização econômica. Em outras palavras, a fronteira é pensada como um espaço apto a receber as inovações da expansão capitalista. Nesta perspectiva, as populações pobres, os mestiços, os pequenos agricultores, além de uma série de tribos indígenas, também habitantes da fronteira, são colocadas à margem deste processo de modernização. Conforme Martins (1997, p. 153):

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.

Em resumo, com o avanço do modelo capitalista de produção sua expansão atingiu novos territórios. Portanto, as terras ocupadas pela frente de expansão passaram a sofrer mais uma forma de intervenção, caracterizada pela frente pioneira. Esta, por sua vez, motivada pelos grandes empreendimentos capitalistas preocupados em estruturar novos padrões de acumulação sobre o território, isto é, na fronteira. Percebe-se, a partir desta análise, a dependência que o capitalismo possui de expandir-se com o propósito de criar novos mecanismos de geração de lucro. Neste sentido, a frente pioneira foi a estratégia deste sistema para atingir tal objetivo. De acordo com Wood (2000, p. 14):

> Esse sistema único de dependência do mercado implicou a existência

> de algumas "leis do movimento" muito especiais, compulsões e exigências sistêmicas específicas que nenhum outro modo de produção exigiu: os imperativos da competição, acumulação e maximização do lucro. E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam – permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente.

O principal programa de expansão territorial organizado pelo governo brasileiro durante o século XX foi a Marcha para o Oeste. Esta, por sua vez, desencadeada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, representava uma iniciativa do Estado em promover a ocupação do território Brasil Central, sendo o objetivo fulcral deste programa, o de ocupar e desenvolver os chamados "espaços vazios" do Centro-Oeste do país. Para tanto, o governo organizou uma série de políticas de migrações no intuito de deslocar massas demográficas para estes espaços, na tentativa de resolver o problema do desequilíbrio existente entre as demais regiões do país.

A ocupação do Centro-Oeste significava também uma fase precedente do projeto de ocupação da Amazônia, sendo a conquista do interior brasileiro fundamental para o plano progressista do governo Vargas de integração nacional. Diante do exposto, a estratégia da Marcha para o Oeste, no que concerne à materialização de seu objetivo, correspondia ao estabelecimento de colônias agrícolas, a construção de estradas, incentivo à produção agrícola, além de estabelecer políticas de migrações para o Brasil Central.

Por outro lado, o processo de regulação estatal sobre o território não pode ser atribuído, de forma inaugural, ao momento pós Levante de 1930. Segundo Maia (2012), no início da Primeira República o Estado já vinha se esforçando em promover ações de domínio territorial em regiões do centro do país. Como exemplo disto, é importante destacar a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a política de investimentos agrícolas desencadeada no auge da chamada "Política do café com leite" e, se atentarmos para o final do século XIX, as expedições científicas e militares lideradas pelo Marechal Rondon no interior do país. Todas estas ações marcam estratégias do Estado em expandir seu domínio pela fronteira.

A Marcha para o Oeste contou com uma forte propaganda veiculada pela

imprensa da época. Sobre isto, destaca-se o papel desempenhado, principalmente, pelas revistas *Novas Diretrizes* e *Cultura Política* e pelo jornal *A Manhã.* Estas mídias apresentavam em suas publicações várias reportagens abordando a questão da importância da Marcha para o Oeste para o Estado brasileiro. É importante observar, todavia, que a propaganda produzida por agentes da mídia não se concentrava apenas nos grandes centros urbanos do país (o caso da revista *Novas Diretrizes*, por exemplo, publicada no Rio de Janeiro), pois era possível perceber essa campanha em revistas de pouca expressão a nível nacional. Cita-se aqui, como exemplo, o caso da revista *Oeste,* publicada na cidade de Goiânia entre os anos de 1942 e 1944.

No campo intelectual, algumas obras foram produzidas simultaneamente ao momento de consolidação da Marcha para o Oeste. Sobre esta questão, destaca-se o livro de Cassiano Ricardo, intitulado *A Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil,* publicado em 1940*.* Cassiano trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar (censurar) os meios de comunicação – desempenhando a função de censor. Assim sendo, seu livro possuía um forte caráter ideológico, pois apresentava a Marcha como um elemento fundamental para a constituição do Estado brasileiro.

Em junho de 1943 foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, como parte do programa da Marcha para o Oeste. A Expedição, assinada pelo Coordenador da Mobilização Econômica, o Ministro João Alberto Lins de Barros, tinha como objetivo estabelecer uma via de comunicação entre a região Sudeste e a Amazônia, através do Centro-Oeste brasileiro. Isto é, promover a integração da Amazônia às demais regiões do país a partir do processo de ocupação do chamado Brasil Central.

É notório que a iniciativa do Estado brasileiro em desbravar o interior do país marca um dos processos de avanço da globalização. Por outro lado, tal iniciativa foi motivada também, pelo temor do governo brasileiro de sofrer intervenções de caráter imperialista por parte das potências capitalistas envolvidas na II Guerra Mundial. Um fato que comprova esta ideia reside no grande movimento de pesquisadores estrangeiros em terras brasileiras, sobretudo em regiões consideradas pelas autoridades da época como “espaços vazios”. Estes espaços, portanto, eram considerados como atrasados do ponto de vista do progresso técnico-científico.

Segundo Maciel (2005, p.150):

> Havia na época da guerra, em meios pensantes da Europa e mesmo da parte de certas autoridades, a ideia de que o caráter imperialista do conflito devia-se, em grande parte, à situação de superpovoamento daquele Continente. Assim, a solução para este conflito, bem como para a prevenção de outros, seria uma distribuição mais uniforme da população mundial, mediante o deslocamento de contingentes populacionais de regiões e localidades excessivamente povoadas (neste caso, falava-se das grandes cidades, referindo-se, principalmente, a suas legiões de desocupados), para as vastas áreas vazias do planeta, aí considerados, naturalmente, os territórios idealmente mais propícios à habitabilidade como, por exemplo, o Planalto Central brasileiro, quiçá a Amazônia.

O grande potencial territorial brasileiro o colocava numa situação de risco diante das políticas imperialistas das nações envolvidas na II Guerra Mundial. Posto isto, a Expedição Roncador-Xingu oficializou-se em setembro de 1943, por Decreto-Lei, como uma expedição de cunho militar, mobilizando através do discurso governamental de integração nacional, vários recursos estatais e privados. Manuel Rodrigues Ferreira (1997, p.16) relata que:

> A Expedição Roncador-Xingu seria composta por 40 homens, tendo como chefe o Cel. Flaviano de Matos Vanique e subchefe Francisco Brasileiro. Ficou decidido que essa Bandeira partiria da cidade de São Paulo, numa homenagem à Terra das Bandeiras. Na capital paulista a indústria e o comércio fizeram vultuosas doações de matérias e alimentos à Expedição.

Ainda em 1943, o Estado brasileiro intensificou seu projeto de integração territorial do país – expresso na Marcha para o Oeste – com a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Esta, uma instituição que teve como objetivo realizar a colonização de regiões do centro do país, estando diretamente vinculada à presidência da República. A FBC, portanto, se revelou como um instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Neste sentido, de intervenção e ocupação da região, sua atuação abrangeu as áreas dos “territórios do estado de Goiás, do Distrito Federal (quadrilátero inserido no território do primeiro) e dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará.” (MACIEL, 2005, p. 149).

Com a criação da FBC, o governo federal tomou como medida submeter a esta

instituição a Expedição Roncador-Xingu, além de designar ao Ministro João Alberto Lins de Barros a responsabilidade de assumir a presidência da FBC. Segundo Maciel (2015, p. 248-249), a incumbência mais urgente da FBC seria, então, “a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar”.

O desbravamento do território Brasil Central proposto pela Marcha para o Oeste se deu através de duas frentes de trabalho: o serviço de vanguarda e a introdução de infraestruturas. A primeira ficou sob a responsabilidade da Expedição Roncador-Xingu e a segunda a cargo da FBC, respectivamente. O Marco Zero deste projeto de integração territorial, onde as atividades se iniciaram, localizava-se à margem direita do Rio Araguaia na altura da barra do Rio das Garças – atualmente, cidade de Aragarças, em Goiás. De acordo com Ferreira (1997, p. 18):

> No dia 10 de Setembro de 1943, às 10 horas da manhã, depois de rezada missa em ação de graças, pelo Vigário Padre Vitório Lovato, italiano, capelão-de-guerra, salesiano, sediado em Araguaiana, foi inaugurada a cruz de madeira no início da jornada, o Marco Zero. Surgia assim, a futura cidade de Aragarças, distante dois quilômetros da corruptela Barra Goiana. (Aragarças é contração de Araguaia e Garças).

Na medida em que a Expedição Roncador-Xingu avançava, novos postos de apoio eram estabelecidos. Vale destacar, além de Aragarças, o posto de Xavantina, nas proximidades do Rio das Mortes, e o posto do Jacaré no Rio Coluene, já na região do Alto Xingu. A montagem da infraestrutura nas regiões exploradas pela frente de vanguarda ficou a cargo, como já foi dito, da FBC. Dentre as principais atividades de infraestrutura que eram promovidas por esta instituição, destacam-se: a construção de campos de pousos, de rodovias, de pequenas indústrias, a instalação de serviço de correios, etc. Ou seja, elementos necessários para a fundação de núcleos urbanos.

Como enfatizamos, desde a sua criação em outubro de 1943, a FBC assumiu a responsabilidade central no processo de ocupação do Brasil Central. Para isto, esta instituição contava com um quadro de pessoal amplo. Além disso, foram muitos os casos de pessoas que se colocavam a disposição da FBC, de maneira voluntária e aventureira, para compor as equipes de vanguarda da Expedição Roncador-Xingu. Esta atitude, portanto, pode ser explicada pelo discurso nacionalista reproduzido pelo

governo brasileiro da época – O Estado Novo. A exemplo disto podemos citar o caso dos irmãos Villas Boas que, numa atitude quase romântica, abandonaram seus empregos em São Paulo e partiram rumo ao sertão do Centro-Oeste brasileiro.

Outro importante aspecto do exercício da FBC está relacionado ao controle que esta instituição exerceu sobre determinadas empresas. Entre elas, destacam-se: a Usina Central Sul-Goiana S.A., em Santa Helena, município localizado no Estado de Goiás; a Usina Fronteira S.A., localizada no município de Frutal, em Minas Gerais; a firma Entrepostos Comerciais FBC Ltda, com sede em São Paulo e filiais em Minas Gerais, Goiás e Pará; a Transportadora Amazonas Ltda, em Belém, no Estado do Pará; a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), localizada no Pará. Destas, a última foi conferida à FBC por decisão governamental (MACIEL, 2005).

2. EXPEDIÇÕES E PESQUISAS CIENTÍFICAS SOB A TUTELA DA FBC

A evolução da ciência e da tecnologia é componente fundamental para a consolidação da modernização economia. Segundo Tamás Szmrecsányi (2001) é preciso definir o papel do progresso técnico, distinguindo as descobertas e invenções das inovações tecnológicas propriamente ditas, pois, apenas estas últimas compõem o processo de desenvolvimento econômico. Tais inovações tecnológicas passam a fazer parte deste processo, “[...] através dos mecanismos de indução e de difusão do progresso técnico”. (SZMRECSÁNYI, 2001, p.156). Quanto ao progresso do conhecimento (progresso científico), este é acelerado pelo progresso técnico a partir das exigências do sistema econômico.

No Brasil, em particular, a consciência da necessidade de se implantar uma política de desenvolvimento científico ganhou mais força nos últimos anos da década de 1940, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra. Nesta época, a elite nacional, não alheia ao contexto político-militar da guerra fria, passou a compartilhar da crença de que a atividade científica era condição para o florescimento do país. De acordo com Andrade (1999, p. 107-108), “a produção de conhecimentos científicos e de energia nuclear eram tidos como as soluções para superar o atraso crônico da nação e como forma de ostentar a grandeza cultural e o poder político-militar”.

No final da década de 1940, ainda no governo Dutra, foi proposto ao Congresso Nacional o projeto nº 260/49, cuja finalidade era a de criar o Conselho Nacional de

Pesquisas (CNPq). Esta iniciativa partiu da soma de esforços de alguns cientistas brasileiros e de membros da Marinha e do Exército; grande parte deles estudiosos da Física, da Biologia e da Química. Entre os nomes que se destacaram neste contexto, vale lembrar os de Álvaro Alberto e César Lattes[3]; importantes personalidades da ciência brasileira e que deixaram como legado uma série de contribuições no campo do conhecimento científico, sobretudo na Física.

Álvaro Alberto foi um dos pioneiros na luta pelo estabelecimento, no Brasil, de uma política científica autônoma. Seguiu carreira militar, chegando ao posto de vice-almirante da Marinha. Além disso, fundou a Sociedade Brasileira de Química em 1922 e atuou como professor de Química dos explosivos na Escola Naval entre os anos 20 e 30. Entre 1935 e 1937, Álvaro Alberto dedicou-se ao ensino de química industrial na Escola Técnica do Exército. Em 1942 assumiu a chefia do Departamento de Ciências Físicas da Escola Naval, sendo, também, duas vezes presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). No entanto, a grande contribuição de Álvaro Alberto para a ciência brasileira diz respeito a sua atuação na criação de duas instituições, a saber: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949; e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), fundado em 1951 (GARCIA, 2000).

A Ciência, enquanto campo destinado a perquirir os preceitos da realidade, se constitui de fato como uma atividade humana de grande relevância. Sendo a Ciência, portanto, um domínio da racionalidade, sua dimensão transpassa qualquer limite de caráter político ou cultural. Já do ponto de vista econômico, quando a Ciência é aplicada para fins produtivos, gerando consequentemente a produção de tecnologia, o desenvolvimento da atividade científica se limita às exigências emergidas dos ciclos produtivos do mercado. Em ambos os limites expostos, nota-se que tanto a ciência quanto a tecnologia são domínios humanos que atingem o mundo em sua completude. Por outro lado, nem todas as regiões do globo desfrutam, da mesma maneira, dos benefícios da evolução científico-técnica.

A partir do século XX, sobretudo com o avanço dos ideais nacionalistas no país, as pressões para o estabelecimento de uma política que visasse proteger as fronteiras nacionais das investidas de cientistas estrangeiros começaram a ganhar folego.

[3] César Lattes foi o físico brasileiro que participou da descoberta do *méson pi*. Além disso, foi sócio da Academia Brasileira de Ciências (ABC), sendo também fundador e diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

Diante disso, em 1933, durante a chamada Era Vargas, foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE). Grande parte das missões científicas que a FBC ofereceu apoio passou pela fiscalização do CFE.

Em primeiro lugar, foi através da análise dos documentos da FBC que chegamos ao CFE, ou melhor, à consciência da existência deste órgão. Como a trajetória histórica deste órgão se entrelaça à história da FBC, é de suma importância entender a relação destas duas instituições com a atividade científica estrangeira no Brasil. Sendo assim, sabe-se que:

> O Decreto Nº 22.698, de 11 de maio de 1933, do Governo Provisório, regulamentava o exercício de controle do Estado sobre as expedições científicas e artísticas em território brasileiro, tanto as estrangeiras como as nacionais privadas, ao mesmo tempo em que determinava a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFE. O novo órgão localizar-se-ia no âmbito do Ministério da Agricultura, subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, instância à qual já antes se vinculavam diversas instituições voltadas para a pesquisa, em vários campos de conhecimento, frequentemente, com a colaboração de pesquisadores estrangeiros (MACIEL, 2006, p.11).

Isto posto, o CFE passou a ser o órgão brasileiro responsável por analisar e deliberar os pedidos de licença realizados por pesquisadores, fossem eles vinculados a instituições de pesquisa nacionais ou internacionais, que possuíssem interesse em empreender algum tipo de expedição científica em território nacional. Vários eram os objetivos destas expedições, destacando-se, entre elas, aquelas que tinham como propósito explorar a fauna e a flora brasileiras, e principalmente aquelas destinadas a coletar dados sobre o potencial mineralógico das terras brasileiras.

Segundo Grupioni (1998, p. 48), “as regiões Norte e Centro-Oeste atraíram mais da metade dos expedicionários que se embrenharam pelo território brasileiro durante os anos de vigência do Conselho”. É neste ponto que o CFE se conecta à FBC, pois a atuação desta última correspondia justamente ao território Brasil Central – abarcando aí o Centro-Oeste brasileiro e algumas localidades da região Norte. Com a criação da FBC, em 1943, o CFE passou a receber apoio logístico desta instituição. Além disso, outro ponto relevante sobre a trajetória do CFE que vale a pena destacar é que, em 1951, foi subordinado ao CNPq – entidade que assumiu grande parte das

funções do CFE após sua extinção.

A documentação da FBC é bem vasta. Como nossa análise se restringe apenas aos estudos e pesquisas que ocorreram no âmbito desta instituição, a documentação selecionada abarca, principalmente, os estudos e pesquisas sobre os grupos indígenas, recursos minerais e a fauna e flora do Brasil Central. O acervo da FBC, neste aspecto, é bem volumoso, ou seja, contém muitos documentos a respeito dos estudos e pesquisas que foram realizados sob seu domínio, durante seus 24 anos de existência.

A documentação revela uma grande quantidade de pesquisas desenvolvidas por indivíduos vinculados a universidades e empresas, sobretudo de outros países. Estas pesquisas ocorriam na forma de grandes "expedições científicas" destinadas a coletar amostras de minerais, de espécimes de animais e vegetais, além de objetos produzidos pelos grupos indígenas que habitavam as regiões visitadas. "A expressão expedição científica era usada para designar o deslocamento de equipes para uma determinada área geográfica, com vistas a [...] realizar pesquisa e obter dados e conhecimentos científicos" (MACIEL, 2006, p.2).

O interior do Brasil, sobretudo as regiões que correspondem à Amazônia e o Brasil Central, sempre foi alvo dos interesses estrangeiros, desde os tempos da colônia. A partir do século XIX, por exemplo, a presença de pesquisadores estrangeiros de várias nacionalidades, em território brasileiro, foi constante. Grande parte destes pesquisadores naturalistas interessados nas riquezas naturais do Brasil. Reis (1968, p. 99) questiona o interesse destes pesquisadores a partir das seguintes indagações: "Faziam ciência pela ciência? Procuravam descobrir pelo prazer da aventura científica, sob a sensação das façanhas com que se notabilizariam? Ou na verdade estavam trabalhando para seus governos e estes visando a alguma coisa mais?".

É inegável que as missões científicas estrangeiras empreendidas em território brasileiro tenham causado certo incômodo ao Estado brasileiro. A criação de órgãos de fiscalização, como o CFE, é um exemplo disto. Também não pode ser desconsiderado que, desta preocupação, muitas instituições com vistas à produção científica foram fundadas em território nacional, sendo o CBPF e o CNPq, também exemplos. Segundo Azevedo (1994, p. 41) "é uma época que se inaugura de

inquietação intelectual, penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas". No entanto, se atentarmos para as indagações de Reis, o próprio curso histórico do século XX, marcado pelas investidas do capital imperialista, confirma que a ciência foi tida como um grande negócio. Nas palavras do próprio Reis:

> As expedições científicas que percorreram a Amazônia, de princípios do século XIX ao século XX, integradas principalmente por europeus realmente de alto nível realizaram uma obra notável no particular do inventário do que a região valia, no que a caracterizava mais visivelmente, e naquilo em que podia ser útil aos interesses da humanidade. Não condicionada essa visitação intensiva a qualquer participação brasileira, que não esteve ausente do trabalho de pesquisa, antes comparecendo com boas equipes às quais não se fez a necessária justiça, foi efetuada com intenções que não eram unicamente ligadas aos objetivos distantes ou imediatos da ciência. [...] Disse muito bem Victor W. Von Hagen, ao biografar Spruce[4], que aqueles naturalistas viajantes 'eram precursores de grandes negócios'. Mais – 'puseram à disposição dos agentes de negócios um livro-guia das riquezas da Amazônia'. Exato. (REIS, 1968, p. 103).

A documentação produzida pela FBC revela que, por mais que o Estado brasileiro tenha se esforçado em procurar meios para defender a integridade territorial do país, este esforço não impediu que pesquisadores de várias nacionalidades – principalmente da Europa e dos EUA – explorassem e extraíssem uma grande quantidade de riquezas naturais do Brasil. Como já salientado, estes pesquisadores não se deslocavam para o Brasil motivados apenas pelas descobertas científicas que poderiam obter, pois, antes de tudo, eram representantes dos interesses mercantis e políticos de seus respectivos países.

Sabe-se, também, que muitas destas missões científicas escondiam seus verdadeiros propósitos. Muitos pesquisadores chegavam ao Brasil com a premissa de trabalhar na pesquisa para a descoberta de determinada doença, por exemplo, quando na verdade estavam mesmo interessados em extraviar elementos da fauna e flora brasileiras. Com a criação do CFE esta prática ficou mais difícil, mas não se findou. Parece, portanto, oportuno reproduzir o seguinte episódio:

[4] Richard Spruce era britânico e naturalista. No final dos anos de 1840 iniciou sua expedição na Amazônia brasileira, com o objetivo de coletar espécimes de vegetais da região.

> Para que se tenha ideia do tipo de material que se coletava no país, destinado a exportação para nações estrangeiras, um incidente ocorrido entre o CFE e a Fundação Rockfeller constituiu-se em caso exemplar. No inicio de 1937, o CFE embargou a exportação, por integrantes daquela organização norte-americana, de uma carga constituída de 14 volumes, sendo que dez deles continham peles de animais e os restantes, entre caixas e engradados, guardavam animais vivos. A organização achava-se em nosso país para atuar em colaboração com o Serviço de Febre Amarela do Ministério da Educação e Saúde (MACIEL, 2006, p.13).

Continuando, a FBC atuou no planejamento e organização de muitas expedições científicas direcionadas ao Brasil Central. No entanto, estas expedições também ocorriam por meio de parcerias entre a própria FBC e instituições – laboratórios de pesquisa, universidades, centros de estudo, entre outras – interessadas em estudar as reservas naturais do centro do país, muitas delas desconhecidas. Neste último caso, a instituição desejosa de promover determinada expedição enviava ofício à FBC, solicitando autorização e, em muitos casos, auxílio. Na maioria das vezes este auxílio chegava em forma de apoio logístico a estas expedições – recursos financeiros, transporte, alguns elementos de infraestrutura.

O trabalho de desbravamento do interior do Brasil desencadeado pela FBC a partir dos anos 1940 logo foi ganhando evidência, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Sem demora, as novas áreas ocupadas pelas ações da FBC passaram a ser cobiçadas por pesquisadores de várias nacionalidades, sem contar o interesse das instituições de pesquisa nacionais. Diante disto, a pesquisa científica passou a ter grande relevância entre as disposições da FBC, sendo a sua função, como já dito, não só a de organizar expedições com vistas ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, como também de colaborar com órgãos de pesquisa interessados em investigar as riquezas naturais do Brasil Central.

Se atentarmos para a quantidade de documentos relacionados às pesquisas desenvolvidas durante a atuação da FBC, concluiremos que de fato a atividade científica foi constante durante a existência deste órgão. São mais de 800 páginas de documentos relativos a estudos técnicos e científicos desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960. O conteúdo desta documentação é bem diverso, destacando-se, entre eles: convênios entre o Governo brasileiro e entidades de pesquisa nacionais e

internacionais; relatórios de pesquisas; artigos produzidos com base nos estudos desenvolvidos nas áreas de atuação da FBC; pedidos de auxílio por organismos de pesquisa; programas e projetos de pesquisa elaborados por instituições 'parceiras' (nacionais ou estrangeiras); textos relacionados à atividade científica estrangeira no país e a questão da soberania nacional.

É importante pensar que a fiscalização não era tão eficaz. A respeito disto, é conveniente citar o caso do Inglês Ezequiel Adrien. Este pesquisador passou o ano de 1946 explorando as riquezas naturais da região do alto Rio Tapajós (Estado do Pará) por iniciativa própria, alegando desconhecer o proprietário da área explorada. No início de 1947, Ezequiel Adrien recebeu a notícia de que a área por ele explorada era de propriedade da FBC. Diante do alerta, ele próprio buscou as autoridades locais da FBC no intuito de prestar contas daquilo que explorou ilegalmente. Não bastasse, pediu para continuar com os estudos alegando contribuir com a ciência no Brasil, solicitando à FBC, ajuda financeira para prosseguir com seu trabalho. Fato curioso foi a decisão da autoridade local da FBC – Braz Dias de Aguiar – diante deste acontecido. Em ofício à FBC, Ezequiel Adrien relata que:

> Procurou, logo no início de 1947, o antigo e pranteado Chefe da mesma Fundação, no Setor Norte – Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, relatando a esse ilustre patriota, sincera e lealmente, tudo quanto coletara nas suas investigações, tudo quanto vira e descobrira, quer no campo do reino vegetal, quer naquele de sua especialização, o mineral. Tão impressionante e tão bem acolhido fora aquele seu relato àquela alta autoridade, que como estímulo e prêmio aos seus trabalhos lhe concedeu autorização escrita para explorar as terras da Fundação[5].

A documentação revela que Adrien encontrou valiosas riquezas na região por ele explorada. Entre elas destacam-se jazidas de tantalita, ouro, diamantes e petróleo, do reino mineral, além de madeiras de lei de variada qualidade, do reino vegetal. Mesmo atuando às escondidas por quase um ano, após se revelar à autoridade local da FBC, esta se mostrou conivente com o pesquisador. Neste sentido, é importante observar que a decisão de Braz Dias foi motivada pelo interesse da FBC nas riquezas

[5] Ofício ao Presidente da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1948. Assinado por Ezequiel N. Adrien. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

encontradas por Adrien. Por outro lado, é perceptível certo 'abrandamento' da FBC em relação aos interesses de pesquisadores estrangeiros em território nacional.

Na medida em que a FBC avançava com seu trabalho de desbravamento, concomitantemente expandia as atividades de pesquisadores nestes locais. No caso das missões científicas, estas se concentraram principalmente nas localidades menos conhecidas dos então estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Muitas destas regiões já haviam sido visitadas por pesquisadores nacionais e estrangeiros ainda no século XIX, entretanto, a atuação da FBC facilitou os acessos às localidades mais longínquas. Isto foi possível por conta dos postos avançados que eram montados na esteira do serviço de vanguarda.

A FBC continha em seus arquivos documentais uma rica literatura sobre alguns pesquisadores que realizaram expedições ao longo do século XIX e início do século XX, nas áreas sob seu domínio. Esta literatura, por seu lado, referia-se a vários cientistas que se ocuparam em desvendar o solo, a flora e a fauna do Brasil Central, principalmente nas regiões do Rio das Mortes, Xingu e Tapajós. Compreende-se, com isso, que a existência destes estudos nos arquivos da FBC se explicava pela necessidade, por parte dos pesquisadores desta instituição, de obter o máximo de informação possível sobre as regiões desbravadas. Neste sentido, a experiência de pesquisadores que estiveram nas áreas de atuação da FBC no passado (principalmente durante o século XIX), viria a contribuir diretamente com os estudos desenvolvidos pela instituição, a partir dos anos 40. Entre os pesquisadores que constam nesta literatura, destacam-se: William Chandless, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Henri Coudreau, Hermann Meyer, Max Schmidt, Vincenzo M. Petrullo, entre outros[6].

[6] Descrição do documento: Chandless William (Relatório com mapas do levantamento dos Rios Mauhé, Abacaxis e Canumã, 186?); Karl von den Steinen (Mapa do levantamento do caminho por terra de Cuiabá ao Batovy e da descida por este e pelo Xingu até Forte Ambé, 1884); Paul Ehrenreich (Finda a segunda expedição de Steinen, da qual ele fez parte. Ehrenreich voltou por terra de Cuiabá pelo Sul de Goiás, 1888); Henri Coudreau (O autor levantou em 1895-1896 o Tapajoz de Itaituba ao Slato Augusto e o Telles Pires até as "Sete Quedas", 1897); Hermann Meyer (Fez em 189? E 1898 duas expedições aos formadores do Xingu. Não consta que tivesse publicado relatórios e mapas, entretanto é muito provável que tivesse feito levantamentos topográficos, pois especialmente a sua última expedição foi feita com grandes recursos. 1898); Max Schmidt (Descrição da viagem feita pelo autor em 1900-1901, de Cuiabá ao Culissehu até a aldeia dos Auetí. 1901); Vincenzo M. Petrullo (Petrullo em 1931 fez dois vôos de reconhecimento sobre o Culissehu, Coluene e Sete de Setembro, visitando depois esses rios em canoa. 1931). Literatura sobre os formadores do Xingu, o Telles Pires e o Canumã, Rio de Janeiro, 1947. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

A grande riqueza natural do Brasil encorajou pesquisadores de várias regiões do mundo a desenvolverem suas pesquisas neste país. Alguns deles, por exemplo, optavam em residir definitivamente por aqui, sendo até naturalizados. Vale destacar, a pretexto destas informações, o caso do alemão Heinrich Maximilian Friedrich Hellmuth Sick, mais conhecido como Helmut Sick. Este pesquisador chegou ao Brasil em 1939, interessado em coletar dados a respeito das aves brasileiras. Após iniciar sua expedição em território nacional resolveu não retornar à Alemanha, decidindo permanecer no Brasil e continuar seus estudos. Em 1946 Helmut Sick foi admitido pela FBC, na função de pesquisador, transformando-se num dos principais ornitólogos do país ao longo do século XX.

Durante sua passagem pela FBC, Sick desenvolveu vários estudos sobre aves, vegetais e minerais do Brasil Central. Outrossim, também se interessou em conhecer alguns hábitos indígenas durante suas expedições ao interior do Brasil, realizando, com isso, alguns estudos sobre determinadas tribos indígenas da região do Mato Grosso. Por fim, fez parte de projetos elaborados pelo Museu Nacional em parceria com a FBC, além de participar diretamente da elaboração do projeto que visava criar um Museu de Zoologia e Botânica em Aragarças.

Helmut Sick trabalhou na FBC por mais de quinze anos, precisamente entre os anos de 1946 e 1960. Ao longo desse tempo conseguiu coletar valioso e abundante material da fauna e flora brasileiras, reunindo importantes coleções de material zoológico. Estas coleções foram organizadas em colaboração com institutos científicos nacionais e estrangeiros. Grande parte de suas pesquisas, pelo menos as que ele considerou como as mais valiosas, foram desenvolvidas na região do Rio das Mortes e na região do Alto Xingu. Muitas espécies de aves destas regiões eram desconhecidas pela ciência, sendo descobertas e catalogadas pioneiramente por este naturalista. Em relatório à FBC, Sick relata um pouco de sua experiência na região do Xingu:

> Seguindo á Expedição cheguei em Julho de 1947 no Acampamento Jacaré onde fiquei durante meio ano, voltando ao Rio em fevereiro do corrente. Trouxe de lá ricas coleções de material naturalístico, conservado seco e em líquido para servir a pesquisas sistemáticas. O meu interesse principal é pelo estudo da vida dos animais da região, especialmente dos pássaros, assunto sobre o qual reuni muitos

dados[7].

Inúmeros estudos de Sick ganharam notoriedade tanto no cenário nacional quanto no internacional. Como já exposto anteriormente, muitas de suas produções científicas foram publicadas em parceria entre a FBC, o Museu Nacional e algumas instituições de pesquisa científica. Sick também representou a FBC em alguns eventos científicos internacionais, sendo o XI Congresso Mundial de Ornitologia, realizado na Basileia, Suíça, entre os dias 24 de maio e 12 de junho de 1954, o mais importante deles. O Congresso reuniu cientistas do mundo inteiro, contando com a participação de mais de 600 ornitólogos. Durante o evento Sick promoveu uma conferência sobre a 'avifauna brasileira'.

Entre as realizações de Sick que mais se sobressaíram nos meios científicos, destacam-se: amplas coleções de material zoológico, compreendendo mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e outros invertebrados; variadas coleções de material botânico, abrangendo material seco para herbário e espécimes frescos para viveiro; estudos ecológicos, anotados e ilustrados por desenhos; estudos etnográficos, especialmente tocando a zoologia, a botânica e a fisiologia humana; documentação fotográfica, relativa à fauna e a flora do Brasil Central, referente aos índios da região e relativa às atividades da Expedição Roncador-Xingu.

Os resultados originários destas pesquisas foram publicados em numerosas revistas científicas nacionais e estrangeiras, além de serem aproveitados em publicações de livros e jornais. Entre estas publicações, destacam-se três valiosas descobertas deste pesquisador a respeito da natureza do Brasil Central, cujos títulos dos trabalhos são: *Sobre a extração do sal de cinzas vegetais pelos índios do Brasil Central*, publicado pela Revista do Museu Paulista, em 1949; *Uma nova raça de cardeal procedente do Brasil Central, "Paroaria Baeri Xinguensis"*, publicado pela Revista Brasileira de Biologia, em 1950; *Um novo Piprídeo do Brasil Central: "Pipra Vilasboasi"*, publicado também pela Revista Brasileira de Biologia, em 1959[8].

É importante refletir sobre a passagem de Helmut Sick pela FBC. Mesmo

[7] Relatório de Helmut Sick à FBC – Pesquisa Biológica da FBC no Brasil Central; Dr. H. Sick, 07 de março de 1948. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

[8] Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

desempenhando relevante papel no que tange à produção científica no Brasil nos momentos em que esteve vinculado a esta instituição, muitos de seus estudos foram destinados a entidades científicas alemãs gratuitamente. Esta atitude pode ser questionada, tendo em vista o contexto histórico da época, ainda marcado pelo interesse estrangeiro em conhecer – e extrair – as riquezas naturais do Brasil. Uma quantidade significativa de materiais coletados por Sick foi enviada a Centros de pesquisa e Museus de seu país de origem.

As pesquisas antropológicas também foram bem exploradas durante os anos de atuação da FBC. Das instituições brasileiras o Museu Nacional foi a que mais investiu em expedições destinadas a desvendar as particularidades dos nativos do Brasil Central. Com relação aos estrangeiros, principalmente estadunidenses, ingleses, alemães e franceses se revezavam em missões pelo interior do Brasil com o propósito de coletar o máximo de dados possível sobre os índios daqui. A documentação da FBC mostra duas grandes expedições antropológicas na década de 1940, sendo elas, a do antropólogo estadunidense Harry B. Wright e a do canadense Kalervo Oberg. Sobre a expedição de Wright, que ocorreu em 1947, os documentos não são tão claros quanto às intenções deste pesquisador, o que é bem intrigante. No caso de Oberg, este desenvolveu estudos etnológicos no Xingu, em expedição organizada pelo Instituto *Smithsonian,* durante o ano de 1948*.* Esta expedição, por sua vez, foi questionada pelo então presidente da FBC naquele momento, Viçoso Jardim, alegando que também deveriam participar da expedição brasileiros de boa idoneidade, a fim de evitar 'permutas não necessárias' ao objetivo dos estudos em vista. Em resposta ao presidente Viçoso Jardim, o diretor da *Smithsonian Institution*, Donald Pierson, encaminhou a seguinte justificativa:

> Pode ficar certo de que representantes, como Dr. Oberg e eu, da Smithsonian Institution, a qual possui longa tradição de pesquisas em várias partes do mundo, têm interesse apenas em estudos que proporcionem adições aos nossos conhecimentos; nunca em competições estéreis e fúteis. É ponto de vista também americano. Aliás, em cartas, e por meio de comunicação verbal, sempre pedi, sinceramente, a colaboração do Museu Nacional e de todas as outras organizações de pesquisa neste grande país. O Brasil é tão extenso e são tão poucos pesquisadores, que há toda a necessidade de cooperação sincera e prolongada[9].

[9] Ofício encaminhado à presidência da FBC. Institute of Social Antropology, Smithsonian Institution,

Outro caso que exige nossa atenção, e que foi motivo de embates entre a FBC, a Presidência da República, o Museu Goeldi (localizado no Estado do Pará) e o Museu Nacional, diz respeito a uma coleção de 9.400 peças de cerâmicas indígenas do Tapajós que a FBC adquiriu, mediante compra, de um estadunidense – Robert Brown – em 1945. Em 1948 o governo do Estado do Pará solicitou à Presidência da República a doação, pela FBC, desta coleção ao Museu Goeldi. A FBC, por sua vez, não concordou com a decisão da presidência, causando certo estranhamento entre estas instâncias de poder. No início de 1951, o Museu Nacional interveio no caso solicitando à FBC, por empréstimo, a coleção de cerâmicas para realização de estudos. Neste caso a FBC decidiu, por meio de convênio, ceder a coleção ao Museu Nacional, não perdendo a propriedade sobre a mesma. Anos depois, em 1959, esta coleção seria doada definitivamente ao Museu Nacional.

O aspecto mais intrigante deste evento está na aquisição desta coleção de cerâmica pela FBC. A coleção estava sob a propriedade de um norte-americano, guardada numa capela de Santarém, no Pará, e protegida, segundo a documentação, pelo governo dos EUA. Lamentavelmente a documentação não revela como os EUA adquiriram, antes mesmo de instituições brasileiras, esta coleção. É possível que tenha sido por alguma expedição empreendida por cientistas norte-americanos em nosso território, e que tenha passado despercebida aos olhos dos órgãos de fiscalização. O fato é que, mesmo após aquisição pela FBC, esta coleção ainda continuou sendo alvo de cobiça de muitos pesquisadores estrangeiros. Em 1953 a arqueóloga estadunidense Helen Palmatary, do Museu da Filadélfia, esteve no Brasil e desenvolveu muitos estudos sobre esta coleção de cerâmica – grande parte deles publicados nos EUA.

A década de 1960 foi bastante agitada no que concerne às atividades científicas da FBC. Tanto as entidades de pesquisa nacionais quanto as estrangeiras investiram maciçamente, em parceria com a FBC, em projetos científicos no Brasil Central. Estiveram envolvidas em missões científicas no interior de nosso país, instituições nacionais como o CNPq, a Universidade do Brasil (UFRJ a partir de 1965),

Donald Pierson, 20 de maio de 1948. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

a Universidade de São Paulo (USP), além de outros órgãos de pesquisa. Das instituições estrangeiras a que mais merece atenção é a *Royal Geographical Society,* tendo em vista a quantidade de pesquisas desenvolvidas por esta instituição em território nacional. É importante destacar que durante esta década a FBC organizou uma de suas principais expedições de desbravamento do território brasileiro – a Expedição Xavantina-Cachimbo. Além disso, não podemos nos esquecer de que os anos 1960 ficaram marcados pela ascensão, por meio de um golpe, dos militares ao poder, dando início a um regime autoritário – fato que consumou a influência direta do interesse internacional, sobretudo dos EUA, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fundação Brasil Central (FBC) foi a instituição estatal que, entre as décadas de 1940 e 1960, atuou no processo de integração econômica do Brasil Central aos quadros da economia nacional e internacional. Desse modo, esta instituição representava os interesses do Estado brasileiro em ocupar os denominados “espaços vazios” de atividade produtiva do Centro do país (o que engloba áreas das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil). Ao passo que a FBC avançou em sua tarefa de desbravamento do território brasileiro, avançou, concomitantemente, as pesquisas científicas sobre os recursos naturais destas áreas. Na verdade, a organização de programas de pesquisas técnicas e científicas compunha uma das funções do referido órgão. Estas pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de conhecer e explorar os recursos naturais do Brasil Central.

Fizeram parte do trabalho de ocupação da fronteira, as missões científicas que ocorreram no âmbito da FBC. O espaço da fronteira, neste caso, foi também espaço de expansão da atividade científica e, esta última, por sua vez, uma atividade característica do avanço capitalista. Desta maneira, a fronteira do Brasil Central foi terreno para as inovações da expansão capitalista, sendo também, alvo da cobiça imperialista. A análise da documentação da FBC confirma nosso pressuposto inicial, de que as missões científicas vinculadas à FBC foram elaboradas na conjuntura de uma política de domínio territorial. O acervo da FBC apresenta mais elementos que colaboram com a validade deste estudo, pois, ao longo de sua existência, o ritmo da atividade científica no Brasil foi bem mais intenso

Esta pesquisa não esgota todo assunto pertinente aos programas de pesquisa científica que ocorreram no Brasil ao longo do século XX. O estudo aqui apresentado, por sua vez, se limita apenas ao recorte histórico que corresponde ao momento de atuação da FBC. Com isso, algumas lacunas foram abertas, exigindo a continuação de novos estudos a respeito do tema. Contudo, esperamos com este estudo, contribuir com pesquisas futuras acerca das questões aqui levantadas, podendo oferecer informações sobre a realidade histórica, econômica e política do Brasil, especialmente sobre as regiões Centro-Oeste e Norte do país.

REFERÊNCIAS

Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Mast/CNPq, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BECKER, Bertha. A expansão da fronteira e a ocupação do espaço regional – o norte de Goiás – sul do Pará. In: **Anais do Seminário Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina.** Brasília, 1981.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. **História dos irmãos Villas Boas: Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu, Parque Indígena do Xingu**. São Paulo: RG Editores, 1997.

GARCIA, João Carlos Vitor. **Álvaro Alberto: a ciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto:PETROBRÁS, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Cientificas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACIEL, Dulce Portilho. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.** Revista Plurais*,* 2005. v. 1, n.2, p.145-161.

MACIEL, Dulce Portilho. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: LUNA, Divina Aparecida Leonel; XAVIER, Glauber Lopes; LUZ, Janes Socorro (Orgs.). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território**. Anápolis: UEG, 2015, p. 245-260. (Coleção Tessituras do Cerrado).

MACIEL, Dulce Portilho. **Pesquisa Científica Rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância**. Anápolis, 2006. Projeto de Pesquisa. (Relatório Final de Atividades). Mimeo.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTINS, José de Souza**. Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza**. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In: SOARES, Luiz Carlos (Org.) **Da Revolução Científica à Big (Business) Science.** São Paulo: Hucitec / Niterói: EdUFF, 2001. p. 155-200.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000.

Recebido em 20/09/2024
Aprovado para publicação em 16/12/2024

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A HISTÓRIA DA BOTÂNICA NO BRASIL EM NARRATIVAS DO SÉCULO XX[1]

THE HISTORY OF BOTANY IN BRAZIL IN TWENTIETH CENTURY NARRATIVES

LUNA ABRANO BOCCHI[2]

ERMELINDA MOUTINHO PATACA[3]

RESUMO

A partir da leitura de quatro textos sobre a história da botânica no Brasil, escritos por intelectuais reconhecidos em suas áreas de atuação no decorrer do século XX, um duplo objetivo orienta o artigo: analisar os textos selecionados e os contextos de escrita. Arthur Neiva, Frederico Carlos Hoehne, Fernando de Azevedo e Mario Guimarães Ferri tiveram como ponto em comum o interesse pela história das ciências e produziram trabalhos sínteses que se voltaram a pensar o Brasil. O presente estudo destaca a atuação de cada um e traça paralelos entre as abordagens dos textos produzidos sobre a história da botânica, identificando semelhanças a respeito da forma e dos conteúdos selecionados. As divergências são igualmente abordadas, sendo possível vislumbrar debates e disputas travadas em nome da ciência nacional, da universidade, da pesquisa botânica e do lugar privilegiado onde o conhecimento deveria ser produzido. A análise evidencia que as narrativas se constituíram em palco de disputas, sendo marcadas pelas próprias trajetórias e atuações de seus autores, que enfatizaram balizas cronológicas, botânicos notáveis e caminhos de progresso conforme as concepções que tinham de ciências e sociedade.

Palavras-chave: botânica; história das ciências no Brasil; historiografia.

ABSTRACT

Through the reading of four texts on the history of botany in Brazil, written by intellectuals renowned in their field in the 20th century, this article pursues a double objective: to analyse the selected texts and the contexts in which they were written. Arthur Neiva, Frederico Carlos Hoehne, Fernando de Azevedo and

---

[1] O presente artigo constitui uma versão revisada de um dos capítulos da tese de doutorado "Frederico Carlos Hoehne e a Seção de Botânica: caminhos cruzados entre as ciências, os cientistas e as instituições", que contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.
E-mail da autora: lunabocchi@gmail.com

[3] Professora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Universidade de São Paulo. E-mail da autora: ermelinda.pataca@gmail.com

Mario Guimarães Ferri shared a common interest in the history of science and produced synthesis papers in the 20th century, focused on Brazil. This study describes the work of each of them, the context in which they wrote and draws parallels between the approaches of the texts written on the history of botany in Brazil, identifying similarities in terms of the content selected and the form. The divergences are also addressed, and it is possible to identify the debates and disputes held in the name of national science, of the university, of the botanical research and the privileged place in which knowledge should be produced. The research indicates that the narratives were a stage for disputes, marked by the trajectories and actions of their authors, who emphasized chronological markers, notable botanists, and paths of progress according to their conceptions of science and society.

Keywords: botany, history of science in Brazil, historiography.

INTRODUÇÃO

Os estudos de história das ciências, nas últimas décadas, têm questionado a visão de ciência moderna como tendo uma lógica própria de desenvolvimento, fundamentada em princípios rigorosos, com regras e métodos imutáveis, empiricamente testados e inabaláveis às condições sociais e históricas. As pesquisas, distanciando-se de uma concepção de ciência como um sistema de proposições formais ou descobertas, têm buscado compreender o fazer, a manutenção e a reconfiguração do conhecimento científico, com olhares para o material, o instrumental, o corporal, o prático e os aspectos sociais, políticos e cognitivos do conhecimento (RAJ, 2007).

Na história da botânica no Brasil, as práticas, os locais de produção de conhecimento e os sujeitos por vezes invisibilizados passaram a ser temas recorrentes de investigações, explicitando controvérsias, disputas de poder, mobilidades e transformações vinculadas ao fazer científico, compreendido no emaranhado social. Destacam-se, por exemplo, estudos sobre viagens científicas (HEIZER, 2008; KURY, 2004; PATACA, 2006), exposições e museus (BOCCHI, 2021; HEIZER, 2007), hortos e jardins botânicos (BOCCHI; PATACA, 2019; SANJAD, 2001), aclimatação e circulação de espécies vegetais (DEAN, 1991; KURY, 2013), pensamento e crítica ambiental (DEAN, 1996; PÁDUA, 2004); produção de drogas medicinais (EDLER, 2014); múltiplos usos de plantas

na agricultura, indústria e comércio (CHAMBOULEYRON, 2023; KURY, 2013), experimentação em espaços urbanos (LOUREIRO, 2012; MENESES, 2015; PATACA, 2016), ilustração científica (FARIA, 2001) e saberes indígenas (SANJAD *et al.*, 2021; SANTOS, 2023), compondo um cenário multifacetado da ciência construída por atores articulados em complexas interações.

Pretendemos, nesse caminho, refletir sobre o próprio campo da botânica, entendido, na perspectiva de Bourdieu, enquanto espaço de posições sociais no qual o conhecimento científico é produzido, consumido e classificado (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009). Esse olhar reconhece um campo em construção, mutável, imerso em disputas e tensões, conforme as posições ocupadas por cada agente. A partir da leitura de quatro textos sobre a história da botânica no Brasil, escritos por intelectuais reconhecidos em suas áreas de atuação no decorrer do século XX, um duplo objetivo orienta o artigo: analisar os textos selecionados e os contextos de escrita. As narrativas, entendidas como produções simbólicas, valorizam e legitimam alguns aspectos em detrimento de outros justamente por figurarem, elas mesmas, palco de disputas. Os grandes botânicos e suas descobertas, a valorização do papel dos estrangeiros, as condições adversas para o desenvolvimento das ciências no país, são elementos recorrentes nos textos que merecem ser problematizados.

Arthur Neiva, Frederico Carlos Hoehne, Fernando de Azevedo e Mario Guimarães Ferri são os estudiosos escolhidos – todos foram prestigiados profissionalmente e tiveram uma preocupação em comum: em diferentes momentos do século XX se dedicaram à escrita da história da botânica no Brasil. A análise subsequente destaca a atuação de cada um deles e traça paralelos entre as abordagens, identificando pontos em comum a respeito da forma e dos conteúdos selecionados. As divergências são igualmente abordadas e indicam como as histórias contadas sobre a botânica no Brasil foram marcadas pela atuação e pelos interesses dos próprios autores.

Arthur Neiva (1880-1943), médico sanitarista, considerado discípulo de Oswaldo Cruz, com quem trabalhou no Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro, teve uma intensa atividade científica e política. Atuou como pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (RJ), foi diretor do Museu Nacional e, em São Paulo,

destacou-se como diretor do Serviço Sanitário (1916-1920), chefe da Comissão para o Estudo e Debelação da Praga Cafeeira (1924-1927), primeiro diretor-superintendente do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal e, por curto período, secretário do Interior quando João Alberto Lins de Barros foi interventor federal do estado. Também no governo de Getúlio Vargas foi nomeado interventor federal na Bahia e organizou vários institutos no Ministério da Agricultura (COUTINHO, 2001, p. 4047-4048).

Frederico Carlos Hoehne (1882-1959) foi um botânico autodidata que trabalhou como jardineiro-chefe do Museu Nacional e ganhou mais visibilidade ao participar da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso, chefiada pelo Major Cândido Mariano da Silva Rondon. Posteriormente, assumiu o Horto Oswaldo Cruz do Instituto Butantan (SP), onde criou uma Seção de Botânica pela qual ficou responsável. A partir de então, trilhou uma carreira consistente no serviço público paulista, chefiou os trabalhos de botânica do Museu Paulista e do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, exercendo depois a função de diretor superintendente do Departamento de Botânica e do Instituto de Botânica do Estado.

Já Fernando de Azevedo (1894-1974) graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sem nunca ter exercido a profissão. Foi um dos elaboradores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) e teve intensa participação no processo de fundação da Universidade de São Paulo (USP), onde foi o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), ficando responsável pela cadeira de sociologia. Exerceu os cargos de diretor geral da instrução pública do Distrito Federal, de 1926 a 1930, e de São Paulo, em 1933. Fundou em 1951, e dirigiu por mais de 15 anos, na Companhia Editora Nacional, a Biblioteca Pedagógica Brasileira (AZEVEDO, 1955, v. 2, p. 462-453).

Por fim, Mario Guimarães Ferri (1918-1985), bacharelou-se em Ciências Naturais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1939. No mesmo ano, foi convidado pelo Professor Felix Rawitscher para o cargo de assistente de Botânica da Faculdade. Doutorou-se em Ciências (Botânica) em 1944, obteve o grau de Livre-Docente em 1952 e, três anos

depois, conquistou a cátedra de Botânica. Fez toda a carreira universitária na USP: foi diretor da Faculdade de Filosofia durante três mandatos, foi vice-diretor e, posteriormente, reitor (AZEVEDO, 1994, p. 231; FERRI; MOTOYAMA, 1979-1980 p. 44).

As quatro trajetórias tiveram como ponto em comum o interesse pela história das ciências, que resultou em trabalhos sínteses que se voltavam a pensar o Brasil. Neiva publicou "Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil", em 1922, no jornal O Estado de São Paulo na edição especial do centenário da Independência, obra reeditada em 1929 e, posteriormente, em 1989 pela Editora UnB. Hoehne escreveu "Botanica e Agricultura no Brasil (Seculo XVI)", em 1937, título pertencente à série Brasiliana, da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Azevedo dedicou-se à escrita de "A Cultura Brasileira" (1943) e, embora o livro não privilegie a história da botânica, aborda o tema no capítulo dedicado à cultura científica. Alguns anos depois, também organizou "As Ciências no Brasil" (1955), obra em que há um capítulo voltado à história da botânica escrito por Mário Ferri. Este último, além da autoria do referido capítulo, organizou com Shozo Motoyama os volumes de "História das Ciências no Brasil" (1979-1981), sendo autor do capítulo sobre a história da botânica no Brasil, versão com algumas modificações do texto de sua autoria originalmente publicado na obra de Azevedo.[4]

Além do interesse pela temática, o vínculo entre os estudiosos, com proximidades e discordâncias, perpassou a esfera editorial, as diferentes instituições paulistas e as instâncias governamentais. Azevedo não só convidou Ferri para a escrita de um dos capítulos de "As Ciências no Brasil", como os dois tinham em comum a defesa da USP e a trajetória acadêmica na instituição. Azevedo, cuja atuação editorial foi igualmente marcante, fundou e dirigiu a Biblioteca Pedagógica Brasileira na Companhia Editora Nacional, que publicou na coleção Brasiliana o livro de Hoehne (1937) sobre botânica e agricultura. Como escritor, ao abordar a cultura científica, mostrou-se atento à produção do botânico e de Neiva, mencionando ambos pelas contribuições nas respectivas

[4] Neste trabalho, foi consultada a 2ª edição de "A Cultura Brasileira" (1944), a reedição de "As Ciências no Brasil" (1994) e a reedição de "Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil", da UnB, publicada em 1989.

áreas e citando suas obras ao longo do texto.

Hoehne e Ferri também se aproximaram por meio de publicações; o botânico professor da USP abordou a história da botânica no Brasil e em São Paulo em três distintas ocasiões (FERRI, 1954, 1979-1980, 1994) e, em todas, mencionou Hoehne pela contribuição à área, sem poupar críticas à personalidade do colega de profissão e ao fato dele não ter deixado discípulos. Difícil considerar as censuras sem reconhecer uma diferença geracional que abarca uma progressiva mudança do papel do cientista: Hoehne, autodidata, com ampla experiência em expedições científicas, reconhecido pelo expressivo número de espécies vegetais que identificou e pelo trabalho desenvolvido à frente do Departamento e Instituto de Botânica. Ferri, licenciado em Ciências Naturais pela USP em 1940 – quando Hoehne já tinha uma carreira estável e reconhecida – doutor pela mesma Universidade, catedrático de botânica, defendia a centralidade da universidade e da “botânica pura”, aspectos que, em sua versão da história da botânica, demarcava uma distinção na área e entre aqueles que se dedicavam ao estudo.

Hoehne e Neiva, por outro lado, se aproximaram justamente pela atuação em instituições que tinham, dentre seus propósitos, preocupações com problemas imediatos. Neiva convidou Hoehne para dirigir o horto botânico no Instituto Butantan e, anos depois, quando superintendente do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, muito provavelmente teve participação na ida do botânico para a mesma instituição, onde passou a ser responsável pela Seção de Botânica e Agronomia.

Na escrita da história da botânica, os quatro estudiosos demonstram aproximações em alguns aspectos e distanciamentos em outros; o olhar comparativo evidencia que a história contada foi marcada pelas próprias trajetórias e atuações de seus autores, que enfatizaram balizas cronológicas, botânicos notáveis e caminhos de progresso conforme as concepções que tinham de ciências e sociedade.

1. HISTÓRIAS DA BOTÂNICA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Para Neiva (1989, p. 9), a "botânica e a zoologia nasceram para o Brasil no domínio holandês com Marcgrave e Piso". As pesquisas científicas teriam ocorrido juntamente com a propaganda religiosa no bojo da conquista comercial realizada pela Companhia das Índias Ocidentais. Azevedo e Ferri também atribuem importância ao período; o primeiro afirma que foi no governo de Maurício de Nassau, entre 1637 e 1644, que se inaugurou no Brasil uma época de atividades científicas (AZEVEDO, 1944, p. 206) e o segundo defende que Marcgrave e Piso representaram o "primeiro período verdadeiramente científico" (FERRI, 1994, p. 221). Hoehne, em contrapartida, ao priorizar a botânica e a agricultura no Brasil do século XVI, dá um "voto de reconhecimento" pelo que fizeram os escritores desse período e questiona alguns marcos estabelecidos pela historiografia.

> Aos que acompanharam historiadores das sciencias biologicas do começo do século passado, dizendo que o estudo das mesmas teve inicio por occasião do reinado do PRINCIPE DE NASSÁU, em Pernambuco, precisamos dizer que, de facto, os autores do século XVI não escreveram obras especiaes sobre botanica e zoologia. Elles foram leigos em assumptos de historia natural, mas, apesar disso, as referencias que deixaram para informações para as mesmas sciencias, valem tanto como outros e tem cunho da originalidade (HOEHNE, 1937, p.16).

Em relação às obras de Piso e Marcgrave, concorda que

> marcam uma época, representam trabalhos verdadeiramente scientificos, porque são illustradas e destinadas a tornar conhecida a biologia (fauna e flora) da nossa terra. Mas ahi estão tambem os trabalhos de LERY, THEVET e GANDAVO que trazem reproducções de plantas e animaes do Brasil, feitas um século antes (HOEHNE, 1937, p.17).

O cerne da divergência está no reconhecimento do que seria científico. Para Ferri (1994, p. 177-178; 221-224), os trabalhos de Lery, Thevet e Gandavo trazem contribuições à botânica no Brasil, mas são representativos do período dos "cronistas não especializados", distinto, portanto, do que atribui como sendo

“verdadeiramente científico” durante o domínio holandês. A história contada sobre a botânica mostra uma ascendência do menos ao mais científico, da “botânica totalmente empírica” dos indígenas à “botânica experimental” realizada nas universidades. Se as interpretações de Ferri e Hoehne não convergem nesse aspecto, são similares ao identificar o início da botânica no Brasil com os indígenas.

Ferri (1994, p. 176) afirma que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, os indígenas “já possuíam uma ‘cultura botânica’ que nem mesmo se pode chamar de muito rudimentar”. A alimentação, a caça, a fabricação de habitações, a tecelagem de redes, a fabricação de bebidas alcoólicas e a pintura corporal envolviam materiais de origem vegetal cujo conhecimento era transmitido oralmente aos descendentes. Era uma “Botânica empírica, pré-científica, mas que nem por isso deixa de ser Botânica” (FERRI, 1979-1981, p. 80). Já Hoehne (1937, p.20) chama de “pré-história” a botânica e a agricultura anteriores à chegada dos europeus no Brasil, e afirma ter um fascínio de modo muito especial pelo período. Reconhece, desta maneira, o valor do conhecimento que os habitantes da América já possuíam, e lembra que nos primórdios eles eram os mestres, enquanto os alunos eram justamente as pessoas advindas de além-mar.

Seja o ponto de partida das narrativas o conhecimento dos indígenas ou a ciência praticada no domínio holandês no século XVII, as histórias contadas seguem o rumo a partir dos naturalistas e botânicos que se destacaram, alguns capazes de gerar unanimidade pela contribuição dada. Este é certamente o caso de Martius; acompanhado de Spix, Martius viajou na comitiva nupcial da princesa Leopoldina e chegou ao Rio de Janeiro em 1817. Juntos, em cerca de três anos realizaram, de acordo com Azevedo (1944, p. 216), um dos mais notáveis trabalhos que registra a história das expedições científicas. Neiva (1989, p. 9) se refere aos estudiosos como “o botânico e o zoólogo que mais se devotaram ao Brasil”, Hoehne (1937, p. 22) menciona Martius como o “provecto naturalista, á quem o Brasil deve mais do que a qualquer outro, o estudo da sua flora e ethnographia” e Ferri (1994, p. 188) afirma que a obra “Flora brasiliensis” foi “indubitavelmente a mais extensa e a de maior importância para a botânica

brasileira, em todos os tempos".

Outros que mereceram atenção foram Alexandre Rodrigues Ferreira e frei José Mariano da Conceição Velloso. Os dois são apontados por Ferri (1994, p. 182) dentre os brasileiros que "principiaram a se ocupar de nossa flora, nos moldes estabelecidos pela botânica em todo o mundo" e, na versão do texto publicada posteriormente, o período foi referido como o do "despertar dos brasileiros" (FERRI, 1979-1981, p. 42). A interpretação vai ao encontro da de Azevedo (1944, p. 214), na qual considera que a tradição iniciada pelos dois "eminentes naturalistas brasileiros" no final do século XVIII e pelo paraibano Manuel de Arruda Câmara foi "reatada por uma plêiade de botânicos de primeira ordem". Os autores destacam o estabelecimento do marco nacional e fazem referência ao início de uma tradição na botânica, bastante distinta daquela praticada pelos indígenas pois, como frisado por Ferri, era "pré-científica", logo, distinta dos "padrões habituais de todo o mundo". A menção ao passado luso-brasileiro com a retirada do elemento português do binômio para valorizar apenas o que seria nacional foi usada por literatos e cientistas no final do século XIX e, na visão de Vergara (2004, p. 25-26), continuou presente na interpretação dos historiadores da ciência no Brasil até meados do século XX, com o antilusitanismo e a negação de tudo que derivasse do passado colonial.

A obra de Neiva (1989, p. 10) também traz esses traços:

> Raramente os investigadores estrangeiros querem reconhecer merecimento científico nos brasileiros ou melhor no sul-americano. Pouco fazem para que o meio progrida e nenhum esforço realizam em fazer escola e deixar discípulos. [...] O meio não favorece, é verdade, o desenvolvimento da ciência: em Portugal, ou melhor, na Península Ibérica, os governantes nunca deram grande margem às pesquisas científicas.

A narrativa que defende a existência de uma ciência nacional e procura "explicar as dificuldades que tem encontrado o progresso científico na nossa pátria", mostra como Alexandre Rodrigues Ferreira e Frei Velloso foram "vítimas da incompreensão do meio em que viveram e da inaudita usurpação que lhes fizera sábios de tão grande valor", caso envolvendo o naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire na apreensão das coleções de história natural do Real

Museu da Ajuda, na ocasião da invasão napoleônica em 1808, em Lisboa, e transferência das mesmas para Paris. Injustiça também foi apontada na organização da obra de referência “Flora brasiliensis”, na qual não figura entre os colaboradores um só brasileiro. A valorização do elemento nacional na história da botânica implicou, assim, um olhar crítico sobre o passado quanto às condições que pouco favoreceram o desenvolvimento científico.

Outro nome consensual na botânica brasileira foi João Barbosa Rodrigues. Neiva (1989, p. 18) e Azevedo (1944, p. 214) o descrevem como o mais notável botânico depois de Freire Allemão, e Ferri (1994, p. 197) menciona que ele “se tornou, em sua época, um dos maiores botânicos nacionais e adquiriu renome internacional”. Na obra de Hoehne, tanto Martius quanto Barbosa Rodrigues não ganharam destaque devido à opção do autor em enfocar o século XVI mas, certamente, foram grandes referências no seu trabalho – além das constantes menções, foram homenageados e serviram de inspiração em projetos desenvolvidos, com destaque para a organização da obra “Flora Brasílica”, que previa “refundir e completar” a “Flora brasiliensis” de Martius, e para o Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues, inaugurado em 1942 no Jardim Botânico de São Paulo.

A abordagem mais pormenorizada das obras, ademais, traz outros aspectos sobre as concepções de seus autores e o contexto em que foram escritas. No texto de Neiva, sobressaem-se as preocupações que tinha com a produção científica no Brasil, sobretudo com a importância de se nacionalizar a ciência. Diante da tarefa de fazer um balanço de cem anos sobre o desenvolvimento da botânica e da zoologia no país, afirma não pretender escrever sobre o relativamente pouco que o brasileiro fez, mas explicar as dificuldades existentes. Uma das questões dizia respeito à formação e às condições de trabalho encontradas:

> Em geral o naturalista brasileiro no Brasil é um autodidata, um *selfmade man* no campo da ciência. Levado por pendor incoercível, a despeito de todas as dificuldades, sem mestres, sem acesso às poucas coleções e ninguém por guia, mas obedecendo à fatalidade da sua inclinação, consegue trabalhar e vencer (NEIVA, 1989, p. 10).

Outros pontos mencionados são o desamor ou incompreensão do valor

da ciência pelos poderes públicos, assim como a fragilidade das sociedades e das revistas científicas. Tais colocações vão ao encontro de outros escritos seus em que explicita a preocupação com a construção da identidade nacional e com o futuro político e cultural brasileiro; assim como outros de sua geração, Neiva "se proclamava um homem de letras responsável por traçar os caminhos da nação". No seu entender, o problema nacional não residia no povo brasileiro, mas na mentalidade dos intelectuais e das elites dirigentes (SOUZA, 2009, p. 251-252).

Mesmo com os contratempos, defende que "o progresso foi grande e os naturalistas nacionais ou estrangeiros que se embrenharam pelo Brasil a dentro, só por exceção deixaram de encontrar facilidades por parte da população e das autoridades" (NEIVA, 1989, p. 26). A história contada considera as realizações de botânicos e zoólogos nacionais e estrangeiros, mas sobretudo aponta a importância da produção científica brasileira e a necessidade de melhores condições para o seu desenvolvimento. As ideias de progresso e nação tornam-se prementes em decorrência da própria ocasião em que o texto foi publicado, no centenário da independência brasileira.

Já "Botânica e agricultura no Brasil (século XVI)", de Hoehne, foi um dos títulos que compôs a Coleção Brasiliana, organizada em 1931 por Octales Marcondes Ferreira como uma subsérie da "Biblioteca Pedagógica Brasileira", esta última dirigida por Fernando de Azevedo. A coleção, considerada por Duarte (2006, p. 301) como "o maior empreendimento editorial destinado a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil", permitiu, de um lado

> […] um contato com a nação através de vários conteúdos, de forma a forjar a identidade nacional pela valorização de imagens e de signos identitários capazes de representar a comunidade nacional no seu conjunto. De outro, que as idéias de uma identidade do todo, da coesão social e da unidade do país, a partir de um centro; e da unificação da nação numa mesma temporalidade e progressão da história nacional, sejam afirmadas no modelo de nação e Estado-nação da Brasiliana (DUARTE, 2006, p. 307).

Dentre os autores, figuraram nomes expressivos da intelectualidade dos anos 1930 que transitaram entre a imprensa, o sistema universitário, os museus,

o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, na quase totalidade, os órgãos da administração pública federal (DUARTE, 2006, p. 309). Quando o título foi publicado, Hoehne já tinha vinte anos de atuação no serviço público paulista e era responsável pelo Serviço de Botânica e Agronomia anexo ao Instituto Biológico de São Paulo, o que explica a temática a qual se deteve.

Diante da tarefa de escrever a história da botânica e da agricultura, justifica a opção pelo século XVI tendo em vista que não recebeu a devida atenção em outros trabalhos. Os assuntos abordados no livro abrangem o que chamou de "pré-história", isto é, o período anterior à chegada de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral ao continente; a etimologia dos nomes indígenas das plantas; os primórdios da história do Brasil e comentários sobre os trabalhos dos "humildes collaboradores" até então menosprezados, abarcando o Padre Manuel da Nobrega, Padre Joseph de Anchieta, André Thevet, Jean de Lery, Pero de Magalhães de Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador e Sebastião da Rocha Pitta. Além das notas finais, no livro também constam referências aos agrupamentos das espécies vegetais referidas, em famílias e gêneros; um índice dos autores citados ou comentados, e um índice dos nomes vulgares e científicos das plantas.

Hoehne, ao longo da obra, questiona alguns lugares comuns da história da botânica, valorizando determinados conhecimentos, momentos e pessoas que nem sempre o foram. Por exemplo, ao mencionar os registros de Hans Staden – viajante bastante conhecido por ter sido prisioneiro durante meses dos tupinambás – advoga que há trechos "que são mais eloquentes e mais claros do que narrativas extensas deixadas por muitos naturalistas viajantes que se envaidecem quando os chamam de cientistas" (HOEHNE, 1937, p. 82-83).

Em meio à narrativa, alguns comentários sobre os cientistas são revestidos de provocações e referências à vaidade dos que assim se identificam, distanciando-se o autor não só de determinadas interpretações correntes, como dessas relações. Outro traço que se destaca na obra é o vínculo que estabeleceu com as próprias experiências em expedições científicas. Ao comentar trecho de Hans Staden que aborda a alimentação dos tupinambás, diz o botânico (1937, p. 78):

> Pelo que observamos entre os selvicolas do noroeste do Mato Grosso, onde estivemos nos annos de 1909 até 1912 por mais de uma vez, os processos para a preparação das farinhas de mandioca não soffreram grandes alterações. Depois de quatro seculos de civilização fabrica-se, ainda, nos sertões do Pará e Amazonas, a mesma farinha dura, farinha púva ou farinha d´agua, mas com a differença, para abono do processo primitivo, que não a peneram e nem limpam dos grãos mais grossos e durissimos [...].

Enquanto estudioso da área, Hoehne participou de muitas viagens e vivenciou práticas de naturalistas de gerações anteriores à sua. Nestas ocasiões, distanciou-se do modo de vida ao qual estava habituado para descobrir novas paisagens; observar, coletar, preparar e enviar espécimes vegetais; conhecer novas pessoas e hábitos diferentes dos seus. A escrita da história da botânica e da agricultura de Hoehne, neste aspecto, se diferencia das demais, pois não foi feita somente de leituras, mas de experiências pelas quais passou que dialogaram com situações vivenciadas pelos autores do século XVI, cujos textos utilizou como fontes.

Alguns anos depois da publicação de “Botânica e agricultura no Brasil (século XVI)”, foi lançado o livro “A Cultura Brasileira” (1943), de Fernando de Azevedo. Escrito inicialmente para ser a introdução ao censo de 1940, foi projetado para ser monumental, tanto por ser a introdução do maior censo até então produzido, quanto pela função atribuída pelo autor de constituir uma síntese do Brasil. Realizaria, dessa maneira, uma dupla operação, ao reunir um corpo de fenômenos formadores da Nação e ao interpretar esses mesmos fenômenos para tornar o Brasil mais conhecido aos brasileiros (TOLEDO, 2000, p. 165).

O argumento central de Azevedo em “A cultura científica”, capítulo clássico nos estudos sobre a história das ciências, é a existência de um atraso científico brasileiro advindo “de fatôres políticos, econômicos e culturais que contribuíram poderosamente para criar uma atmosfera social por muito tempo desfavorável à cultura científica e para impelir a atividade em outras direções” (AZEVEDO, 1944, p. 206). Para o autor, em todo o período colonial até a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, ocorreram somente manifestações esporádicas e isoladas, especialmente de estrangeiros que se dedicaram aos

estudos dos habitantes e das riquezas naturais do país e, eventualmente, de figuras excepcionais de brasileiros que viveram no exterior e depois se voltaram à atividade científica. Azevedo (1944, p. 208) atribui o quadro sombrio estabelecido no Brasil à atmosfera cultural portuguesa "saturada de formas puramente livrescas e dogmáticas e de controvérsias inspiradas pelo velho espírito escolástico", assim como à política de isolamento estabelecida por Portugal. Não à toa, a vinda da corte portuguesa é considerada um marco na história da cultura em decorrência da abertura dos portos, que facilitou as relações intelectuais com os países europeus, e do surgimento das primeiras instituições de caráter cultural.

Se, por um lado, a introdução de livros de ciências ocorreu lentamente após a abertura dos portos, por outro, a criação do Museu Real, do Jardim Botânico e das faculdades médicas impulsionou o desenvolvimento dos estudos botânicos e zoológicos. Para o autor (1944, p. 213), foi "pelas ciências naturais que começou a nossa cultura científica". Colaboraram para isso não só a riqueza das matas e campos brasileiros, como também o incentivo dos naturalistas estrangeiros e o próprio caráter da história natural: tendo como primeiro objeto a observação, a descrição e a classificação dos seres vivos, a história natural era a mais acessível das ciências, exigindo rigor na observação e na análise dos fatos, mas menos esforço intelectual, poder de raciocínio e capacidade de espírito criador e de abstração. Embora crítico quanto ao desenvolvimento científico, reconhece os avanços alcançados:

> A semente, lançada nesse campo de estudos, germinou; e se ainda nos faltam grandes aquários, jardins e estações zoológicas, a que nunca soubemos dar organização adequada, já dispomos de jardins botânicos e hortos florestais, além de museus, aparelhados de esplêndidas coleções e cada vez mais adaptados à função que lhes cabe, como centros de pesquisas, de promover os progressos das ciências naturais (AZEVEDO, 1944, p. 215).

O século XIX foi considerado um dos períodos mais fecundos em descobertas e investigações científicas sobre as riquezas naturais do Brasil, impulsionado pelo "gosto das viagens", o "sentimento do exótico e a procura do desconhecido" que atraiu de toda parte "sábios estrangeiros" (AZEVEDO, 1944, p. 218). Contribuíram com esse cenário a atividade intensa do Museu Paraense,

o caráter científico do Museu Paulista impresso por Hermann von Ihering, a reorganização do Jardim Botânico do Rio de Janeiro instituída por Barbosa Rodrigues, o estudo científico do "elemento afro-americano" desenvolvido por Nina Rodrigues e o papel desempenhado pelo Museu Nacional no desenvolvimento das ciências naturais (AZEVEDO, 1944, p. 228).

Apesar dos citados avanços, Vergara (2004, p. 23-24) salienta que, sob o ponto de vista de Azevedo, o fim da Monarquia e as primeiras décadas da República produziram poucas transformações tendo em vista o peso da tradição imperial presente. A expansão da indústria e do comércio foram vistos como o caminho para revolução intelectual que se materializaria com o início das universidades nos anos de 1930. As transformações apontadas por Azevedo no âmbito intelectual devem ser compreendidas em relação à estrutura econômica e social, pois foram as mudanças dessa ordem que operaram as transcorridas no âmbito da mentalidade e da cultura. A reorganização do ensino era um aspecto central para que ocorresse uma mudança na produção científica. A visão educacional do autor efetivou, nos dizeres de Carvalho (1989), uma determinada memória histórica ao construir uma narrativa sobre o movimento educacional das décadas de 1920 e 1930, associando-o ao novo e colocando-o em oposição ao velho. "A Cultura Brasileira", de acordo com Xavier (1998), foi fundamental na elaboração de uma versão da história da educação brasileira presente ainda hoje. A autora (1998) destaca que, ao longo da narrativa, alguns argumentos são frequentes e se articulam em torno da "idéia de que a evolução de nossa história e a história de nosso sistema de educação também parte da dispersão e do fragmentário e vão evoluindo rumo à unidade e à racionalidade". Argumento semelhante se relaciona às ciências, que teriam ocorrido no período colonial esporádica e isoladamente para depois serem instituídas, produzidas e organizadas de outra maneira, mais condizente com o espírito e método científico defendidos pelo autor.

A exposição de Azevedo em muito se assemelha aos argumentos presentes no título que organizaria e publicaria posteriormente, "As Ciências no Brasil". A obra constitui o desenvolvimento do capítulo "A cultura científica" e

fazia parte do plano de desdobrar os demais capítulos de "A Cultura Brasileira" em outros quinze volumes organizados e dirigidos pelo próprio Fernando de Azevedo que, no entanto, não chegaram a ocorrer (XAVIER, 1998). A obra fez parte de um projeto mais amplo da Instituição Larragoiti que, em seu programa de ação cultural, concebeu a publicação de uma enciclopédia de conhecimentos brasileiros. Além de ser útil aos professores e estudantes de ciências, o livro também se dirigia aos orientadores de opinião pública e do pensamento, aos administradores e políticos, sugerindo sua leitura tanto aos interessados nos aspectos culturais em geral, quanto às pessoas atuantes politicamente, aos quais competia "acelerar os progressos das ciências".[5]

A introdução escrita por Fernando de Azevedo apresenta a história das ciências no Brasil a partir do desenvolvimento científico europeu e, no seu decorrer, as premissas do capítulo "A cultura científica" reaparecem. A crítica ao argumento de que faltou ao Brasil o espírito científico já foi feita por muitos autores que não só indicaram como essa perspectiva estava ligada ao momento em que a obra foi publicada e às preocupações do próprio Azevedo com as reformas de ensino em andamento, como também evidenciaram por meio de suas pesquisas como havia produção científica no Brasil. Um dos trabalhos que se tornou referência é o de Figueirôa (1998, p. 108), que assinala:

> Muito dessa historiografia [que veiculava a tese central da quase inexistência – e do grande atraso -, das atividades científicas no país], em larga medida produzida por não-historiadores, padeceu dos limites dados por sua matriz positivista e pelo 'mimetismo historiográfico' e conduziu a uma visão estreita do passado, não tendo dado conta de uma prática científica concreta que, embora tivesse existência material nos arquivos, bibliotecas e museus, não podia e não conseguia, dessa forma, encontrar seu lugar.

Fernando de Azevedo é mencionado como o responsável pela formulação mais completa e teoricamente consistente desse quadro de referência. Outros estudos produzidos no final da década de 1970, apesar dos avanços no campo da história das ciências no Brasil, continuaram com perspectiva semelhante. Uma profunda renovação teórico-metodológica ocorreu no início de 1980,

[5] As informações são apresentadas na orelha da 1ª edição de "A Cultura Brasileira".

quando os pesquisadores passaram a historiar as práticas científicas concretas. Nos dizeres de Figueirôa (1998, p. 111):

> Abandonando a via enganosa de buscar uma grande contribuição nacional a uma ciência supostamente também grande e universal, buscou-se fazer uma 'história do cotidiano' científico que explicitasse, sem chauvinismos, seus avanços, suas contradições, suas continuidades, rupturas e limites históricos.

Juan José Saldaña (2000), com quem a autora dialoga, traz outros elementos ao abordar a relação entre ciência e identidade cultural na América Latina. Para o autor, por volta da década de 1950 apresentou-se uma conjuntura na América Latina que levou ao descobrimento da ciência latino-americana como um produto de sua história e, dentre as obras do período consideradas pioneiras, está "As Ciências no Brasil". Ainda que tais obras tenham aberto um novo horizonte na historiografia latino-americana das ciências, não ocorreu uma renovação da problemática epistemológica e de suas categorias analíticas, tendo se mantido um mimetismo metodológico que produziu, diz Saldaña, um eurocentrismo incômodo. Buscaram-se "as contribuições da América Latina ao *main stream* da ciência, ou os condicionantes socioeconômicos e culturais típicos da ciência moderna européia, em meios sociais diferentes" (SALDAÑA, 2000, p. 15).

A especificidade latino-americana não foi considerada e teria ocorrido a produção de um estranho discurso histórico: "compreender a historicidade da ciência geográfica e socioculturalmente definida a partir de esquemas universalistas" (SALDAÑA, 2000, p. 15). Entre os anos 1930 e 1950, aponta o autor, a ciência foi concebida como um fator de desenvolvimento e havia uma preocupação em se instituir uma modernização científica, assim como instituições e políticas com tais fins. A obra de Azevedo se insere nesse quadro. O desenvolvimento científico brasileiro foi concebido por esse autor como parte da cultura do país e, ao se perguntar sobre o atraso científico, procurou explicá-lo na associação dos poderes civil e religioso. Somente com o desenvolvimento do comércio e da indústria teriam sido criadas as primeiras universidades e centros científicos, onde o tipo cultural literário e retórico deixaria de ser predominante. Essa perspectiva, ressalta Saldaña, foi uma novidade

historiográfica, pois pela primeira vez a atividade científica brasileira era vista na sua relação com fatos sociais significativos de sua história. Entretanto, ao se perguntar se a obra "deu conta" da atividade científica que efetivamente teria ocorrido no Brasil, pondera:

> O tipo de argumentação de Azevedo parecia mais uma alegação sobre o que deveria mudar para que pudesse florescer a ciência. O que ele solicitava era outro contexto cultural capaz de conter em seu cerne a ciência tal qual é conhecida nos países cientificamente desenvolvidos (SALDAÑA, 2000, p. 15-16).

A imitação histórica é vista como uma perda de identidade e o rompimento com essa perspectiva foi necessário para se colocar um novo rumo à historiografia. O debate feito, entretanto, não impediu que as teses de Azevedo se tornassem um "cânon para a interpretação da cultura científica brasileira", transcendendo, inclusive, as fronteiras do campo e sendo reapresentadas em trabalhos recentes (VERGARA, 2004, p. 29). Em relação à história da botânica, Mario Guimarães Ferri mostra-se um interlocutor privilegiado, autor do capítulo na obra organizada por Azevedo e, posteriormente, ele mesmo um dos organizadores de título sobre a história das ciências no Brasil. O texto de Ferri (1994) vai ao encontro de vários argumentos de Azevedo: menciona a ausência, no país, de uma atmosfera de grande interesse pela ciência; reconhece que o período verdadeiramente científico teve início durante o domínio holandês em Pernambuco, embora não tenha influenciado o desenvolvimento científico do resto do país; critica a política de isolamento instaurada por Portugal até 1808, quando a abertura dos portos propiciou um intercâmbio intelectual ativo; argumenta que os brasileiros praticamente ignoravam o que lhes ia ao redor, enquanto os cientistas estrangeiros estudavam a flora do país; admite a existência de um atraso brasileiro no campo científico e atribui o motivo desse atraso ao sistema educacional estabelecido no período colonial e mantido até o presente e, por fim, indica a criação da Universidade de São Paulo como um marco no desenvolvimento científico.

Parece-nos que essa interpretação demarcou uma diferenciação e uma hierarquização de práticas e locais de produção de conhecimento tendo em vista o lugar de Ferri enquanto estudioso, atuante na USP e preocupado com a

“botânica pura”. É preciso destacar, entretanto, que parte desses argumentos são relativizados ou até mesmo excluídos na segunda versão do texto, em 1979-1980, o que talvez indique o acompanhamento dos debates ocorridos no âmbito da historiografia das ciências.

Na primeira versão do capítulo, na obra “As Ciências no Brasil”, o autor apresenta cinco fases no desenvolvimento da botânica:

1. Fase da botânica totalmente empírica, marcada pelos conhecimentos acumulados dos indígenas.
2. Fase dos cronistas não especializados.
3. Primeira fase verdadeiramente científica, durante o domínio holandês e sob o governo de Nassau (1637-1644), representada pelos trabalhos de Marcgrave e Piso.
4. Período dos naturalistas viajantes, marcado pela contribuição de naturalistas estrangeiros.
5. Período da botânica experimental, inaugurada com a criação do Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia da USP. A figura de destaque foi o pesquisador alemão Felix Rawitscher, que instituiu o ensino ao lado da pesquisa (FERRI, 1994, p. 222-223).

Ferri coloca Hoehne entre os botânicos do século XX que merecem destaque. Depois de mencionadas informações sobre sua vida e produção, os comentários foram menos elogiosos:

> O exposto não pode deixar dúvida sobre a operosidade desse botânico. Pode-se, no entanto, perguntar se a sua obra não teria sido mais útil se tivesse formado discípulos. É verdade que a formação de discípulos, em nosso meio, não é fácil; e isto já se depreende do fato de que raríssimos são os casos, entre nós, de cientistas, estrangeiros e nacionais, que tenham formado ao menos um. [...]. No caso de Hoehne, muito contribuiu para esta faceta negativa de sua existência o seu temperamento. De princípios muito severos, impôs-se um regime de vida do qual nada o fazia afastar-se e, em consequência, viveu praticamente isolado. É certo que sem essa autodisciplina tão severa, Hoehne não teria podido produzir tanto quanto conseguiu, porém, teria criado possibilidades para se desenvolverem alguns talentos, poucos talvez, mas sem dúvida existentes em nosso meio (FERRI, 1994, p. 213-214).

O trecho destoou do restante do texto, tendo em vista que os demais nomes eram, no geral, acompanhados de um breve parágrafo com informações sobre as publicações, viagens realizadas e cargos ocupados. Neiva e Azevedo, ao mencionarem Hoehne, o fizeram de forma positiva:

> Entre os mais operosos e competentes dos nossos botânicos, está o Sr. Hoehne, com um ativo de mais de 100 espécies novas descritas. Foi companheiro de Rondon e atualmente dirige o Horto Oswaldo Cruz em Butantã, tendo ainda a seu cargo a estação do Alto da Serra que tenho esperança de ver transformada um dia em Jardim Botânico à altura do progresso e civilização paulistas (NEIVA, 1989, p. 19).

Quanto a Azevedo (1944, p. 214), o descreveu como "diretor do Hôrto Osvaldo Cruz em Butantã e da estação florestal do Alto da Serra, em São Paulo, e com um ativo, como nos lembra *Artur Neiva*, de mais de 100 espécies novas descritas".

O comentário de Ferri com ressalvas sobre o colega botânico já tinha ocorrido anteriormente e, anos depois, voltaria a acontecer. Em 25 de janeiro de 1954, por ocasião do exemplar comemorativo do Estado de S. Paulo no IV centenário da cidade, publicou um texto sobre a botânica em São Paulo desde a fundação da USP, no qual privilegiou os trabalhos de "pesquisa pura" que aliavam ensino e pesquisa, deixando em segundo plano instituições que, pela própria natureza, cuidavam mais dos "problemas botânicos de valor prático imediato". Sobre o Instituto de Botânica, afirmou:

> Ao fundador dêsse Instituto, seu diretor até recente data, F. C. Hoehne, muito deve a Botânica nacional. Trabalhador incansável, estimulou o interesse dos administradores e do público em geral, pela Botânica, numa época em que ninguém mais, pràticamente, se dedicava a essa Ciência em São Paulo. Deve-se lamentar, no entanto, não ter propiciado a seus colaboradores um ambiente de trabalho mais agradável e, principalmente, não ter deixado discípulos (FERRI, 1954, p. 112).

Os "mestres sem discípulos" foi igualmente uma problemática abordada por Azevedo e, a nosso ver, relaciona-se com o papel que atribuíam à universidade e aos próprios cientistas[6]. Para Ferreira e Azevedo (2013, p. 307),

[6] De acordo com Azevedo (1944, p. 223): "Em vez de se desenvolver como um rio que, nascendo

Ferri constitui um exemplo típico da primeira geração de cientistas que se formou e se profissionalizou exclusivamente no ambiente universitário. Quando escreveu o texto para "As Ciências no Brasil", era um jovem professor livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e via a formação de discípulos como uma necessidade crucial. Os autores salientam que,

> Para o jovem botânico [Ferri], 'nenhuma ciência evolui pelo acúmulo de dados que os diversos investigadores, pouco a pouco, vão obtendo. A transmissão de conhecimentos desempenha um papel primordial no progresso científico'. Em sua opinião, a capacidade de reprodução institucional por meio da formação regular de novos cientistas foi um traço distintivo da FFCL-USP no cenário científico brasileiro, assegurando-lhe um papel destacado na implantação da 'botânica experimental' no Brasil (FERREIRA; AZEVEDO, 2013, p. 307).

Tal perspectiva ajuda a compreender a crítica aplicada a Hoehne, assim como o momento distinto que caracterizava a geração de botânicos à qual Ferri pertencia, oriundos da universidade e atuantes profissionalmente nesse mesmo meio. O período subsequente da botânica no Brasil atribuído por Ferri é justamente marcado pela criação da USP, em 1934, e pela instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A ida do pesquisador alemão Felix Rawitscher para organizar o Departamento de Botânica da Seção de História Natural é ressaltada, pois teria impulsionado a organização de um bom ensino nos moldes internacionais. Uma das preocupações do estudioso recém-chegado foi com a reunião de material para a publicação de um livro didático; outro aspecto positivo teria sido a formação de discípulos – o autor aponta a existência de um pequeno grupo, sendo ele mesmo o primeiro deste histórico. Os trabalhos realizados pela escola de Rawitscher, além disso, teriam tornado reconhecido e renomado o Departamento em âmbito nacional e internacional.

De acordo com Ferreira e Azevedo (2013, p. 293-294; 297), tanto "As Ciências no Brasil" quanto a "História das Ciências no Brasil", apesar de escritos em momentos distintos, são "obras igualmente engajadas no movimento pela institucionalização da universidade e pela profissionalização da pesquisa

longe, se dispersa por muitos braços, recebe numerosos afluentes e se divide num grande delta, constituído, nos seus ramos, pelas diversas ciências de observação, a cultura das ciências no Brasil se tem processado num ritmo irregular, por avanços e recuos, por iniciativas sem continuidade e em sentidos diferentes, e por mestres sem discípulos".

científica". Ao analisarem o perfil acadêmico dos autores convidados para escrever os capítulos de ambas as publicações, ressaltam a participação de cientistas egressos prioritariamente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, "o que condiz com o papel atribuído às faculdades de filosofia como matriz da institucionalização da pesquisa científica 'pura ou desinteressada' nas universidades". Em vários capítulos fica evidente como "os autores são eles próprios os pioneiros responsáveis pela implantação nas universidades das disciplinas sobre as quais escrevem", que é o caso do texto sobre a botânica no Brasil. Se, no primeiro livro, os autores eram em sua maioria engenheiros e médicos egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, no segundo, os autores são compostos exclusivamente por cientistas oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

"História das Ciências no Brasil" foi publicado originalmente em três volumes entre 1979 e 1981, em coedição entre a USP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mário Ferri novamente dedicou-se ao capítulo sobre botânica, cuja organização em cinco partes já indica a perspectiva do autor: período dos cronistas, início do período científico, período do despertar de brasileiros, período dos naturalistas viajantes e período contemporâneo. O texto é semelhante ao publicado em "As Ciências no Brasil"; na segunda versão, Ferri optou por não começar a botânica no Brasil a partir dos indígenas e sim considerar os primeiros documentos sobre as plantas, nomeadamente as cartas de Nóbrega e Anchieta. O restante do texto segue a mesma estrutura, sendo o "período contemporâneo" a parte com mais mudanças realizadas, dentre elas um maior destaque às próprias atividades. Nas conclusões, Ferri incluiu o que chamou de período pré-cabralino e abordou a botânica empírica, produzida pelos indígenas. A proposta de periodização do desenvolvimento da botânica no Brasil manteve-se quase a mesma apresentada na obra organizada por Azevedo, com o acréscimo do período em que "os primeiros brasileiros se dedicaram ao estudo da flora", no século XVIII, e uma sutil mudança ao se referir ao período contemporâneo: este teria "sido iniciado ou **ao menos estimulado**" [grifo nosso] com a criação da USP.

Outra mudança significativa diz respeito à menção a Hoehne. Se, anteriormente, o autor não poupou críticas a esse estudioso, mencionando tanto o seu "temperamento", quanto a produção intelectual excessivamente individual e pouco preocupada com a formação de discípulos, nesta versão do texto os comentários foram mais cuidadosos. Nas palavras do autor (FERRI, 1979-1980, p. 65): "Hoehne não deixou escola. Poucos na época o fizeram, dentre os botânicos brasileiros e estrangeiros". A análise de Ferreira e Azevedo (2013, p. 307-308) novamente nos ajuda a compreender o contexto de escrita; eles ponderam que, na elaboração do referido capítulo, a preocupação de Ferri com a formação de discípulos já não era mais central; no início da década de 1970, seriam os seus próprios discípulos que se tornariam um problema à reprodução institucional da tradição científica à qual se aproximava.

> Quando escreveu o capítulo sobre a botânica para *História das Ciências no Brasil*, Ferri já havia se aposentado e deixado à cátedra de botânica da FFCL-USP. Em virtude do conflito geracional que àquela altura opunha os grupos 'dos supostos jovens e o dos mais velhos', o cientista recusou-se a comentar o desempenho de botânicos uspianos da nova geração, restringindo-se a inventariar as suas próprias realizações à frente da cadeira de botânica da FFLC-USP, e o trabalho de seus discípulos fiéis espalhados em outras instituições e universidades brasileiras (FERREIRA; AZEVEDO, 2013, p. 308).

O contexto de escrita, nesse sentido, nos ajuda a ressignificar a própria narrativa sobre a história da botânica no Brasil, lançando novas perspectivas sobre os conteúdos dos livros e as escolhas feitas por cada autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da botânica contada por Arthur Neiva, Frederico Carlos Hoehne, Fernando de Azevedo e Mario Guimarães Ferri, mostrou-se plural e indicou que, para além da menção aos nomes conhecidos, às datas e às produções científicas, as narrativas também compartilharam visões sobre o Brasil, a sociedade e as ciências. A análise realizada evidencia que as narrativas foram marcadas pelas próprias trajetórias e atuações de seus autores.

Um ponto convergente identificado nas obras diz respeito à opção em celebrar naturalistas e botânicos cujas contribuições são consideradas

importantes, com destaque para Marcgrave e Piso, Martius, Alexandre Rodrigues Ferreira, frei Velloso e João Barbosa Rodrigues. Outro aspecto que se sobressaiu foi a valorização do elemento nacional, seja na figura de estudiosos ou no estabelecimento de instituições ligadas à pesquisa. Neiva, Ferri e Azevedo enfatizam, ainda, o atraso do desenvolvimento científico em decorrência do colonialismo português e da herança cultural legada aos brasileiros, considerada pouco afeita ao desenvolvimento científico.

As disputas internas foram mais um elemento na escrita da história da botânica. Ferri, em particular, explicita divergências em relação a Hoehne e ao modo de se fazer botânica distinto do que ele valorizava, a “botânica pura”. Ao eleger como marco no século XX a criação da USP e a botânica experimental, relegou uma intensa atividade científica presente em outros locais que não o ambiente universitário. Tal interpretação vai ao encontro com a de Azevedo, que também elenca a criação de universidades e da USP, em 1934, como marcos para o crescimento do espírito e dos métodos científicos.

Não somente as narrativas valorizam estudiosos e produções científicas de tempos passados, como também legitimam o espaço ocupado pelos próprios autores enquanto especialistas e intelectuais de renome. Em disputa, está a visão que cada um deles têm sobre a ciência nacional, a universidade, a pesquisa botânica e o lugar privilegiado onde o conhecimento deveria ser produzido.

As divergências quanto à escrita da história da botânica no Brasil sugerem a potencialidade da análise de temáticas muitas vezes tratadas de forma factual, com marcos cronológicos e sujeitos de destaque elencados um após o outro. O contexto de escrita das obras igualmente se sobressai, sendo possível vislumbrar debates e tentativas de validação dos bens produzidos em nome daquilo que os autores acreditavam e do lugar que ocupavam no campo científico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1944.

AZEVEDO, F. (org.). **As Ciências no Brasil**. 2ª ed, v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BOCCHI, L. A. Between Machines, Coffee, and Dried Plants: The 1930 Agricultural Exhibition in São Paulo. **Luso-Brazilian Review**, v. 58, n. 2, p. 144-168, 2021.

BOCCHI, L. A.; PATACA, E. M. Frederico Carlos Hoehne e o Horto Oswaldo Cruz. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, p. 350-369, 2019.

CARVALHO, M. M. C. O novo, o velho, o perigoso: relendo A cultura Brasileira. **Caderno de Pesquisa**, n. 71, p. 29-35, 1989.

CHAMBOULEYRON, R. (org.). **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

COUTINHO, A. Artur Neiva. *In*: ABREU, A. A (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, p. 4047-4048, 2001.

DANTES, M. A. M. Introdução. *In*: DANTES, M. A. M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil**:1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p.13-22.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história da devastação da mata atlântica*.* São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEAN, W. A Botânica e a política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos***,* v. 4, p. 216-228, 1991.

DUARTE, E. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção brasiliana. *In*: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J. (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006. p. 299-314.

EDLER, F. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias – Séculos XVII e XVIII. *In*: KURY, L. B. (org). **Usos e Circulação de Plantas no Brasil, Séculos XVI – XIX***.* Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editorial, 2013. p. 96-137.

FARIA, M. F. **A imagem útil. José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural**: arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime. Lisboa: Editora da Universidade Autônoma de Lisboa, 2001.

FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, N. Sucesso e fracasso das Faculdades de Filosofia*:* ciência, cientistas e universidades no Brasil, 1930-1960. **Locus, Revista de História**, v. 18, n. 2, p. 283-310, 2013.

FERRI, M. G. A botânica em S. Paulo desde a criação de sua universidade. **O Estado de S. Paulo**, Edição do IV Centenário. São Paulo, p. 112-114, São Paulo, 25 jan. 1954.

FERRI, M. G. História da Botânica no Brasil. *In*: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (org.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979-1980. p. 33-88.

FERRI, M. G. A botânica no Brasil. *In*: AZEVEDO, F. (org.). **As ciências no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 175-230.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). **Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, vol. L-2: p. 107-123, 1998.

HEIZER, A. O jardim botânico de João Barbosa Rodrigues na Exposição Nacional de 1908. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, n. 3, p. 1-16, 2007.

HEIZER, A. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, n. 3, p. 849-864, 2008.

HOEHNE, F. C. **Botanica e agricultura no Brasil no século XVI**: pesquisas e contribuições. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, ciências, saúde – Manguinhos***.* v. 11, p. 109-129, 2004.

KURY, L. B. (org.). **Usos e Circulação de Plantas no Brasil, Séculos XVI – XIX***.* Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editorial, 2013.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Ed. UnB, 2009.

LOUREIRO, J. C. Quintais de Olinda – Uma leitura indiciária sobre sua gênese. **Anais do Museu Paulista***,* v. 20, p. 231-281, 2012.

MENESES, J. N. C. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista***,* v. 23, p. 69-92, 2015.

NEIVA, A. **Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil**: de Gabriel Soares de Souza, 1587, a 7 de setembro de 1922. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PATACA, E. M. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas***.* Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PATACA, E. M. Coleta, transporte e aclimatação de plantas no Império luso-brasileiro (1777-1822). **Revista Museologia & Interdisciplinaridade***.* v. 5, p. 84-104, 2016.

PEREIRA, R. O. **O império botânico**: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808). Tese (Doutorado em História) – Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SALDAÑA, J. J. Ciência e identidade cultural: História da Ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, S. F. M. (org.). **Um olhar sobre o passado**. História das ciências na América Latina. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. p. 11-32.

SANJAD, N. R. **Nos Jardins de São José**: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANJAD, N. R.; PATACA, E. M.; SANTOS, R. R. N. Knowledge and Circulation of Plants: Unveiling the Participation of Amazonian Indigenous Peoples in the Construction of Eighteenth and Nineteenth Century Botany. **Journal of History of Science and Technology**, v. 15, p. 11-38, 2021.

SANTOS, R. R. N. **"Melhores mestres..."**: saberes indígenas e ciência colonial no vale Amazônico (século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SOUZA, V. S. Artur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 16, p. 249-264, 2009.

TOLEDO, M. R. A. Resenha de "A cultura brasileira" de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 165-170, 2000.

VERGARA, M. R. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, v. 2, n.1, p. 22-31, 2004.

XAVIER, L. N. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 1, p. 70-86, 1998.

Recebido em 20/09/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

REDES DE CONHECIMENTO E REPRESENTAÇÕES

Um estudo das coleções ornitológicas formadas por Emília Snethlage no Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1905 e 1921

KNOWLEDGE NETWORKS AND REPRESENTATIONS

A Study of the Ornithological Collections Assembled by Emília Snethlage at the Emílio Goeldi Museum of Pará between 1905 and 1921.

LUIZ FELIPE FARIAS DOS SANTOS[1]

NELSON RODRIGUES SANJAD[2]

LILIAN BAYMA DE AMORIM[3]

RESUMO

O objeto de estudo deste artigo são as coleções ornitológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), formadas pela cientista alemã Emília Snethlage entre 1905 e 1921. O principal objetivo foi investigar o projeto político do governo paraense que fundamentou a construção da coleção, a inserção dessas coleções no debate científico da ornitologia no início do século XX e as redes locais de conhecimento que atuaram no trabalho de campo da naturalista. A pesquisa se insere no campo da História das Ciências. As fontes utilizadas incluem os livros de tombo da ornitologia do MPEG, relatos de viagem de Emília, correspondências, periódicos de museus e jornais. Para a interpretação dessas fontes, foram mobilizados os conceitos de "redes de conhecimento" e "representação". As informações sobre o acervo de aves estão registradas nas documentações, permitindo identificar a participação de diferentes sujeitos no processo de colecionamento, desde indígenas até cientistas. Além disso, a pesquisa evidenciou como essas coleções circularam tanto no âmbito nacional quanto internacional, atravessando debates científicos e as influências do contexto social e histórico. Portanto, o trabalho abordou a construção simbólica de sentidos sobre a coleção ornitológica e teve como propósito destacar a

[1] Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi (PCI/ MPEG). Licenciado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail do autor: luiz.fsantoshistoria@gmail.com

[2] Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), Universidade Federal do Pará (UFPA), e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS), Museu Goeldi. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRZ). E-mail do autor: nsanjad@museu-goeldi.br;

[3] Analista sênior em Ciência e Tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). E-mail da autora: lilian@museu-goeldi.br

participação dos atores locais na construção do conhecimento científico.

Palavras-chave: Emília Snethlage. Amazônia. Coleções ornitológicas. Redes científicas. Atores locais.

ABSTRACT

The subject of this article is the ornithological collections of the Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), which were assembled by the German scientist Emília Snethlage between 1905 and 1921. The main objective was to investigate the political project of the Pará government that underpinned the creation of the collection, the role of these collections in the scientific debate of ornithology in the early 20th century, and the local knowledge networks involved in the naturalist's fieldwork. The research is situated in the field of the History of Science. Sources include MPEG's ornithology ledger books, Emília's travel accounts, correspondence, museum periodicals, and newspapers. Concepts of "knowledge networks" and "representation" were used for interpreting the sources. Information about the bird collection is documented, revealing the involvement of various actors in the collection process, from indigenous people to scientists. Additionally, the research highlighted how these collections circulated both nationally and internationally, intersecting with scientific debates as well as social and historical influences. Thus, the work addressed the symbolic construction of meanings about the ornithological collection and aimed to highlight the involvement of local actors in the construction of scientific knowledge..

Keywords: Emilia Snethlage. Amazon. Ornithological collections. scientific networks. Local actors.

INTRODUÇÃO

As coleções de história natural desempenham um papel fundamental no avanço do conhecimento científico, pois documentam a biodiversidade global e permitem que os pesquisadores investiguem as transformações que as espécies sofreram ao longo do tempo. Além disso, essas coleções oferecem a oportunidade de estudar a distribuição geográfica das espécies, as extinções ocorridas e os critérios morfológicos utilizados na designação de cada táxon.

A princípio, esses elementos podem parecer distantes do trabalho do historiador, que tradicionalmente se dedica à análise de documentos escritos, relatos orais e iconografia. No entanto, as coleções de história natural também podem ser consideradas fontes para a pesquisa em História. Do ponto de vista

teórico-metodológico, Almir Oliveira (2015) destaca que cabe ao historiador das ciências analisar o processo de construção e acúmulo de acervos biológicos e geológicos, os usos a eles atribuídos ao longo do tempo e o conhecimento gerado a partir da interpretação das coleções. Nelson Sanjad e Sue Costa (2021) também ressaltam o papel do historiador das ciências na gestão das coleções de história natural, que exige investigações de natureza documental, essenciais não apenas para o registro da trajetória de cada espécime, mas também para a compreensão dos processos intrínsecos à construção do conhecimento biológico.

Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é analisar a coleção ornitológica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma das mais antigas do Brasil, fundada em 1866, com destaque para as redes científicas que contribuíram para a significativa ampliação dessa coleção a partir da chegada da zoóloga alemã Emília Snethlage (1868-1929) à instituição, em 1905. Snethlage permaneceu no MPEG até 1921, quando se transferiu para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em razão da crise financeira e política provocada pela queda dos preços da borracha amazônica a partir de 1914 (SANJAD, 2019).

Snethlage tornou-se especialista em estudos taxonômicos e anatômicos de aves neotropicais, destacando-se por suas investigações sobre a distribuição geográfica das aves, inicialmente na Amazônia e, posteriormente, em todo o território brasileiro (JUNGHANS, 2009). Ela chegou a ocupar o cargo de diretora do MPEG a partir de 1914, com exceção do período entre 1917 e 1919, quando foi afastada devido à Primeira Guerra Mundial.

A historiografia que analisou a trajetória dessa cientista pouco investigou suas coletas ornitológicas. Por exemplo, Mariza Corrêa (2001) se concentrou no olhar etnográfico de Snethlage, assim como Nelson Sanjad (2019), que pesquisou a participação da zoóloga na rede de etnólogos alemães. Miriam Junghans (2009) focou no trabalho de campo e nas publicações de Snethlage, enquanto Diana Alberto (2022) se propôs a examinar questões de gênero na vida profissional da cientista. Apesar da importância desses estudos para revelar uma trajetória científica multifacetada e de conexões internacionais, pouca atenção foi dada ao papel de Snethlage como coletora de história natural. Nos 16 anos em que esteve vinculada ao MPEG, ela formou coleções botânicas,

arqueológicas, etnográficas, mastozoológicas e, principalmente, ornitológicas. No livro-tombo da coleção ornitológica do MPEG, constam 6.888 registros de aves coletadas por Snethlage.

Com o objetivo de ampliar as informações disponíveis sobre Snethlage e a própria história da ornitologia brasileira, este artigo busca responder a diversas ás seguintes questões-problema, entre muitas outras possíveis: qual era o projeto político do governo paraense que fundamentou a formação de uma grande coleção ornitológica no MPEG no início do século XX? Como essa coleção se inseriu nos debates científicos da época? De que maneira as redes locais de conhecimento, fundamentais para a atividade de coleta zoológica no interior da Amazônia, se manifestaram no trabalho de campo de Snethlage?

A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital Biodiversity Heritage Library. Para a análise, recorreu-se ao conceito de redes de conhecimento, entendido aqui como um conjunto de sujeitos que, por alguma razão, se conectam em determinado espaço-tempo, permitindo ao historiador reconstituir a trajetória de objetos e conhecimentos, além das hierarquias e apropriações observáveis no processo (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017), e também ao conceito de representação (Chartier, 1990), partindo da premissa de que as coleções ornitológicas, para além de algo natural, refletem a construção de significados sobre o material. Dessa forma, foi possível visualizar a historicidade das coleções, pontuada pelas relações entre os sujeitos e os sentidos conferidos às aves.

A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital Biodiversity Heritage Library. Para a análise, recorreu-se ao conceito de redes de conhecimento, entendido aqui como um conjunto de sujeitos que, por alguma razão, se conectam em determinado espaço-tempo, permitindo ao historiador

reconstituir a trajetória de objetos e conhecimentos, além das hierarquias e apropriações observáveis no processo (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017), e também ao conceito de representação (Chartier, 1990), partindo da premissa de que as coleções ornitológicas, para além de algo natural, refletem a construção de significados sobre o material. Dessa forma, foi possível visualizar a historicidade das coleções, pontuada pelas relações entre os sujeitos e os sentidos conferidos às aves.

A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital Biodiversity Heritage Library. Para a análise, recorreu-se ao conceito de redes de conhecimento, entendido aqui como um conjunto de sujeitos que, por alguma razão, se conectam em determinado espaço-tempo, permitindo ao historiador reconstituir a trajetória de objetos e conhecimentos, além das hierarquias e apropriações observáveis no processo (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017), e também ao conceito de representação (Chartier, 1990), partindo da premissa de que as coleções ornitológicas, para além de algo natural, refletem a construção de significados sobre o material. Dessa forma, foi possível visualizar a historicidade das coleções, pontuada pelas relações entre os sujeitos e os sentidos conferidos às aves.

A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital Biodiversity Heritage Library. Para a análise, recorreu-se ao conceito de redes de conhecimento, entendido aqui como um conjunto de sujeitos que, por alguma razão, se conectam em determinado espaço-tempo, permitindo ao historiador reconstituir a trajetória de objetos e conhecimentos, além das hierarquias e apropriações observáveis no processo (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017), e também ao conceito de representação (Chartier, 1990), partindo da premissa de que as coleções ornitológicas, para além de algo natural, refletem a construção de significados sobre o material. Dessa forma, foi possível visualizar a historicidade das coleções, pontuada pelas relações entre os sujeitos e os sentidos conferidos às aves.

A pesquisa foi realizada no Arquivo Guilherme de La Penha, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, nos livros-tombo da coleção ornitológica do MPEG, na Hemeroteca Digital Brasileira e na biblioteca digital *Biodiversity Heritage Library*. Para a análise, recorreu-se ao conceito de redes de conhecimento, entendido aqui como um conjunto de sujeitos que, por alguma razão, se conectam em determinado espaço-tempo, permitindo ao historiador reconstituir a trajetória de objetos e conhecimentos, além das hierarquias e apropriações observáveis no processo (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017), e também ao conceito de representação (Chartier, 1990), partindo da premissa de que as coleções ornitológicas, para além de algo natural, refletem a construção de significados sobre o material. Dessa forma, foi possível visualizar a historicidade das coleções, pontuada pelas relações entre os sujeitos e os sentidos conferidos às aves.

O trabalho está dividido em três partes. No primeiro item, apresenta-se a inserção das atividades de Emília Snethlage na agenda científica da ornitologia do início do século XX. Em seguida, por meio de periódicos e cartas, examinam-se as redes científicas transnacionais e as representações atribuídas às coleções ornitológicas formadas por Emília. Na última seção, aborda-se o trabalho de campo da zoóloga alemã, com ênfase na presença e na circulação do conhecimento dos grupos locais no processo de coleta.

1. A INSERÇÃO DE EMÍLIA SNETHLAGE NA AGENDA DE INVESTIGAÇÕES ORNITOLÓGICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em 1859, Charles Darwin (1809-1882) publicou a obra que provocou grandes transformações nos rumos da ciência na segunda metade do século XIX, *A Origem das Espécies*. Esse livro destacou a importância do estudo das variações entre as espécies, analisando as relações dos animais com o meio ambiente. Alfred Wallace (1823-1913) foi um dos principais interlocutores de Darwin nos debates sobre os processos evolutivos, inclusive fornecendo animais para subsidiar a teoria da seleção natural. Segundo Wallace (1889, p. 41):

> Foi somente depois que o Sr. Darwin demonstrou a sua

> importância que as variedades começaram a ser sistematicamente coletadas e registradas e, mesmo agora, poucos coletores e estudiosos lhes atribuíram a atenção que merece. Para os antigos naturalistas, na verdade, as variedades - especialmente se numerosas, pequenas ou de ocorrência frequente - eram vistas como um verdadeiro problema porque tornavam quase impossível a definição precisa das espécies, então considerada como o principal objetivo da sistemática. Era, então, costumeiro descrever o que se supunha ser a 'forma típica' em suas coleções. Atualmente, entretanto, uma coleção é valorizada na proporção em que encerra espécimes ilustrativos de todas as variações que ocorrem em cada espécie.

O trecho acima é revelador do interesse dos zoólogos após o advento de uma agenda evolucionista no campo biológico. Se, anteriormente, as variações eram observadas como um entrave, passa-se a visualizá-las como representativas da diversidade biológica em um determinado espaço, devendo então ser documentadas através da coleta sistemática e devidamente analisadas por meio da comparação, conforme sinaliza Wallace. Essas atividades, coleta (em campo) e descrição (em laboratório), passam a ser vinculadas em um mesmo sistema de produção de conhecimento, sendo possível um nível de especialização, por exemplo, de coletores profissionais e de naturalistas responsáveis por acervos públicos ou privados.

Nesse cenário, um grande número de cientistas europeus adotou as ideias de Darwin e Wallace, adaptando-as segundo as contingências encontradas. Emília Snethlage foi uma das cientistas influenciadas por esse contexto científico. Para Miriam Junghans (2009), é perceptível, nas publicações iniciais da zoóloga alemã, a presença do imaginário europeu, que via na Amazônia grandes potenciais para o desenvolvimento de estudos relacionados à biodiversidade local. Esse argumento é reforçado, por exemplo, em "Sobre a Distribuição da Avifauna Campestre na Amazônia", no qual Snethlage declara que "a avifauna riquíssima dos campos amazônicos sempre impressionou profundamente tanto os habitantes do país como os estrangeiros e antes de tudo os naturalistas indígenas e viajantes" (Snethlage, 1909, p. 226). O excerto corrobora a percepção de que os cientistas europeus se impactavam ao se deparar com uma fauna altamente diversa, documentando essa percepção nos relatos de viagem (KURY, 2001).

.

O projeto científico que Emília Snethlage desenvolveu no MPEG era justamente investigar as variações das espécies de aves no território brasileiro, caracterizado pela existência de grandes rios, extensas serras e diferentes fatores climáticos. Com esse intuito, ela realizou diversas excursões pela Amazônia, que não apenas ampliaram as coleções do museu, como lhe permitiram publicar trabalhos pioneiros sobre a biogeografia de aves neotropicais, reconhecidos internacionalmente (Junghans, 2009).

A repercussão da obra de Snethlage pode ser examinada por intermédio da descrição de aves feita por outros cientistas, com base em material coletado por ela. É o caso de Anton Reichenow (1847-1941), que possuía relações acadêmicas com a zoóloga alemã e constantemente recebia itens colecionados por ela:

> De particular interesse para o conhecimento das aves do Baixo Amazonas é a lista de aves intimamente relacionadas, espécies que ocorrem em diferentes margens da Amazônia [...]. A obra é uma compilação sistemática das espécies mais importantes e características suplementares com informações detalhadas sobre a ocorrência local e com referência a aspectos zoogeográficos importantes que afetam a área (REICHENOW, 1914, p. 36).

Reichenow faz menção ao “Catálogo de Aves Amazônicas”, publicado por Snethlage em 1914. Segundo ele, além de indicar a proveniência de cada espécie, Emília tinha a preocupação de evidenciar ao leitor a razão dos animais estarem localizados em determinada área e os fatores ambientais que agiam sobre eles. Logo no início da referida citação, Reichenow reforça que o Baixo Amazonas era o território melhor explorado por Snethlage, que se tornou referência para estudos sobre a avifauna das terras baixas sul-americanas.

Outra perspectiva evidenciada nas fontes diz respeito às coleções ornitológicas da zoóloga alemã, quando comparadas às de outros países. Embora as aves amazônicas fossem diferentes anatomicamente, era possível identificar comportamentos semelhantes em aves que ocupavam o mesmo nicho ecológico. Por exemplo, Erwin Stresemann (1889-1972), do Museu de História Natural da Baviera, publicou em 1918 o artigo “Über gemischte Vogelschwärme” (“Sobre bandos mistos de aves”), no qual afirmou estar surpreso com as descrições de Snethlage sobre as aves do rio Tapajós. Segundo Stresemann

(1918), os dados de Snethlage cruzavam com as observações que ele mesmo havia feito no arquipélago malaio. Essa comparação entre aves anatomicamente diferentes, mas com comportamentos semelhantes, ressalta a importância que as coleções ornitológicas adquiriam não apenas para entender a distribuição geográfica das espécies, mas para explicar padrões comportamentais e evolutivos que transcendiam as fronteiras geográficas, ramo da ciência que se desenvolvia rapidamente em direção a uma perspectiva mais ecológica do que taxonômica.

O austríaco Carl Edward Hellmayr (1878-1944) era outro estudioso que, em vários textos, analisou espécimes zoológicos do norte do Brasil. Em 1910, ele publicou "The birds of the Rio Madeira", resultado da análise de extensas coleções formadas por diversos coletores. Hellmayr divide o trabalho em duas partes: a primeira apresenta considerações sobre a literatura zoológica da região e a segunda, a identificação das espécies coletadas em campo. Inicialmente, aponta que o território havia sido pouco explorado do ponto de vista da ornitologia, com exceção das viagens de Johann Natterer (1787-1843) e Hoffmanns. Na segunda parte, ele nomeia as espécies encontradas e, quando estas já eram conhecidas, menciona quem fez a primeira descrição do grupo. Um detalhe que chama a atenção é a frequência com que Emília Snethlage é mencionada. Por exemplo, no caso do *Synallaxis rutilaus amazonica*, descrito por Hellmayr, ele observa que os exemplares coletados por Snethlage em Arumateua, no rio Tocantins, eram semelhantes aos coletados em outros locais, mais distantes.

Esse caso demonstra a credibilidade das coleções formadas por Snethlage, constantemente referenciadas em comparações no processo de descrição das espécies, de modo a evidenciar alterações morfológicas em determinado território. O próprio Hellmayr explicita isso ao descrever dois exemplares de *Hypocnemis myothrina ochrolaema*, sendo uma fêmea e um macho. Ele ressaltou as diferenças do par em relação a um exemplar da mesma espécie, enviado por Snethlage à Alemanha e coletado em Borba, no Amazonas, que se distinguia pela cor da mandíbula (Hellmayr, 1910).

Snethlage ficou particularmente conhecida pelas viagens que fez aos rios

Tocantins, Xingu e Tapajós a partir de 1906. Até esse momento, as principais coletas de animais nessas bacias haviam sido realizadas por Friedrich Wilhelm Sieber (1775-1831), enviado à Amazônia por Johann Centurius Hoffmann, o conhecido conde von Hoffmannsegg (1766-1849), e também por Natterer e Wallace. Portanto, o terreno ainda era inexplorado e a própria Snethlage registrou sua surpresa com a variedade de aves e mamíferos que encontrou, muitos ainda desconhecidos pela ciência zoológica no início do século XX (Snethlage, 1908). Esse é um detalhe que deve ser considerado, pois um bom coletor ou coletora certamente ganharia prestígio com a quantidade e variedade de animais que habitavam aquelas bacias, caso fosse capaz de abatê-los, reuni-los, transportá-los e colocá-los em circulação entre os museus da Europa.

Nos parágrafos a seguir, será mostrado como as atividades de Emília Snethlage, sobretudo as de coleta, foram amparadas por uma instituição fortemente comprometida com um projeto político que tinha como objetivo projetar o estado do Pará no circuito científico internacional. Nesse sentido, as coleções ornitológicas de Snethlage também podem ser consideradas expressões materiais de um ideal de modernidade e cosmopolitismo que dominou o contexto político da Primeira República no Pará, sobretudo a partir da reforma do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (atual MPEG), em 1894.

2. AS COLEÇÕES DE EMÍLIA SNETHLAGE NO MUSEU PARAENSE

Jacques Huber (1867-1914), diretor do Museu Paraense a partir de 1907, constantemente elogiava os resultados advindos das viagens de Emília Snethlage nos relatórios anuais enviados ao secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública do Pará. Por exemplo, no balanço das viagens realizadas em 1907, ele afirmou:

> O acréscimo das coleções de vertebrados consistiu especialmente em peles de pássaros que a Dra. Emilia Snethlage trouxe das suas excursões ao Tapajós (210) e ao Tocantins (171) e entre as quais acharam-se representantes de 9 espécies novas para a ciência. Estas novas aquisições já foram aproveitadas para completar o catálogo da coleção ornitológica, ao qual a chefe da seção zoológica dedicou a maior parte de seu tempo n'este ano (HUBER, 1909, p. 14).

A fonte apresentada confirma que as excursões de Snethlage

frequentemente geravam significativos ganhos para as coleções do museu. Somente nas duas expedições mencionadas acima, foram coletadas 381 aves, das quais nove representavam espécies novas, ou seja, novas denominações criadas por Snethlage para designar tipos morfológicos específicos — o que qualificava positivamente as coleções da instituição. Implícito na citação, surge outro fator relevante: o caráter pragmático dos relatórios, elaborados com o objetivo político de justificar a existência da própria instituição e a obtenção de recursos. Huber destaca, ano após ano, o crescimento contínuo do acervo zoológico, de forma a garantir que o museu estava cumprindo plenamente sua função social e, assim, buscar, junto ao governo paraense, a manutenção ou o aumento do orçamento institucional.

A compreensão do vínculo entre as coleções do Museu Paraense e a administração pública local se aprofunda quando estas são vistas como a materialização do ideal de modernidade vigente na época, como bem demonstrou Anna Raquel Castro (2021) em seu estudo sobre a representação do Pará na Exposição Internacional de Turim (1911), fortemente fundamentado no discurso científico e nas coleções do Museu Paraense. Nesse contexto, é importante entender as instituições culturais no ambiente em que se desenvolveram: no final do século XIX, elas foram instrumentalizadas como polos de disseminação de um determinado tipo de saber e comportamento social. No caso do Pará, essas instituições tornaram-se vitrines para a propaganda da pujança econômica e social local: no Museu Paraense, Emílio Goeldi (1859-1917) assumiu a liderança; no Conservatório de Música, Carlos Gomes (1836-1896); e na Escola de Belas Artes, Pedro Américo (1843-1905), que não se mudou para Belém por questões de saúde (SANJAD, 2010; ARRAES, 2022).

Roger Chartier (1990), ao propor o conceito de representação, defende que este vai além de uma simples objetividade, adentrando o campo do simbolismo e das relações sociais. Partindo desse pressuposto, argumentamos que as coleções de história natural, como as ornitológicas, podem ser investigadas no âmbito da história cultural. Um exemplo simples ilustra esse argumento: por meio de cartas que agradeciam o envio de espécimes e coleções, é possível captar o valor atribuído a esses materiais nas relações

políticas que sustentavam a rede institucional de intercâmbios científicos. Tanto Goeldi quanto seus sucessores (Huber e Snethlage) empenharam-se em promover o Museu Paraense como um instituto moderno e ativo no que eles definiam, à época, como o "certame internacional". Isso exigia o fornecimento contínuo de espécimes para instituições que eram, à época, consideradas centrais para o desenvolvimento da ciência.

Por exemplo, em um ofício dirigido ao secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Martins Pinheiro, datado de 6 de fevereiro de 1914, Jacques Huber informou que Emília Snethlage estava na Europa e que havia levado "duplicatas" da coleção de aves conservada no museu estadual para o Museu Real Zoológico de Berlim, na Alemanha. Ao final do documento, o diretor destacou a doação como um gesto de "propaganda científica", cujo objetivo final seria trazer "resultados benéficos", ou seja, comerciais, para o estado do Pará:

> Não preciso de encarecer o valor d'este testemunho eloquente prestado aos merecimentos do nosso Museu Estadual cujo empenho sempre foi de trazer pelo trabalho de propaganda científica resultados benéficos para o Estado do Pará perante os centros científicos (HUBER, 1914).

Esse trecho revela a aliança entre a elite política e os cientistas do Museu Paraense, com o objetivo de promover o Pará no meio científico e diplomático, algo que se acreditava ter repercussões comerciais. Tanto o governo quanto os cientistas sabiam que o museu desfrutava de grande prestígio perante outras instituições — e exploraram esse prestígio nas relações binacionais e internacionais. Por exemplo, em uma carta de A. Brauer, diretor do Museu Zoológico Real de Berlim, a Emília Snethlage, ele agradeceu as peles de aves recebidas da seguinte maneira:

> Sinto ainda o dever de exprimir-vos a minha sincera admiração pela obra científica do Museu Goeldi, da qual a coleção é uma expressão tão nítida, e pela concepção larga do aproveitamento d'essa obra para o progresso da ciência. É a minha plena convicção que nenhum museu que se acha debaixo dos trópicos reconhece tão claramente e resolve com tanto acerto e energia a sua tarefa. Somente por este meio, pela reunião consequente e metódica dos materiais e pela elaboração científica das coleções em colaboração com os grandes museus mundiais, é possível conhecer e explorar a fundo a fauna e a flora da região e adiantar os conhecimentos do país e dos seus habitantes. Os grandes resultados que o museu já conseguiu têm tanto mais

> valor que o clima opôs grandes dificuldades ao trabalho (BRAUER, 1913).

A história natural era estruturada em redes, ou seja, se desenvolvia por meio de conexões entre cientistas, instituições, intermediários e povos locais (Duarte, 2013). A perspectiva de Brauer reflete essa visão, que entendia a ciência como uma prática relacional. Emília Snethlage desempenhou um papel ativo como delegada ou representante do Museu Paraense no exterior, especialmente no que diz respeito à interlocução com cientistas. Essa interlocução ocorria tanto de forma indireta, quando Snethlage coletava e distribuía espécimes a partir de Belém para diversas instituições, quanto de forma direta, quando ela viajava para a Europa e visitava pessoalmente os museus de Tring, Londres, Paris, Berlim e Viena para consultar coleções e interagir com cientistas.

O contato de Snethlage com pesquisadores no exterior era fundamental, pois garantiu a participação dela e do Museu Paraense em redes institucionais de produção do conhecimento científico. O envio de animais coletados na Amazônia para museus europeus era uma prática adotada desde a gestão de Goeldi (1894-1907) e continuou sendo executada por seus sucessores, pois proporcionava autoridade científica a uma instituição que estava à margem do principal circuito de intercâmbios científicos (LOPES, 2009; SANJAD, 2010).

Os intercâmbios incluíam o envio de espécimes para identificação e comparação, tornando-se muito frequentes devido à elaboração do “Catálogo de Aves Amazônicas” (SNETHLAGE, 1914). No relatório anual de 1907, por exemplo, Huber registrou o périplo de Snethlage pela Europa naquele mesmo ano:

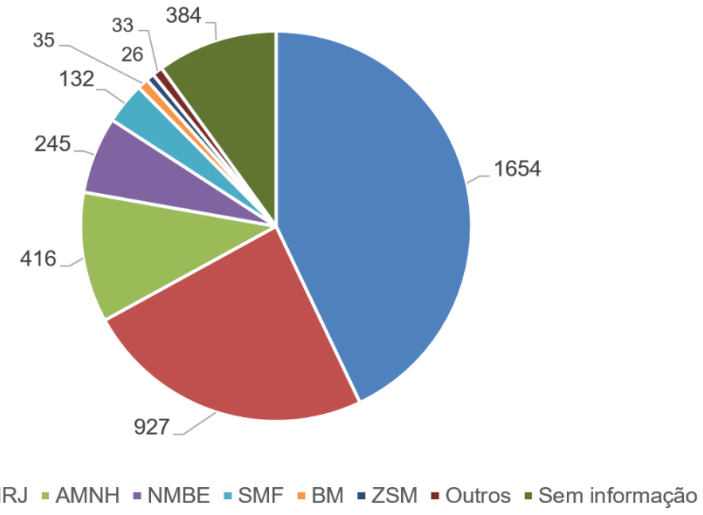
> Durante o tempo que ela empregou em estudos comparativos do Muséum d’Histoire Naturelle de Paris, no Museu de Tring e no British Museum em Londres, no Museu Zoológico de Berlepsch (perto de Cossel) e no Hofmuseum de Viena (HUBER, 1909).

Huber destaca que Snethlage transitou por todas essas instituições com uma coleção de aves para identificação. A intenção não era doar a coleção, mas exibí-la a especialistas, identificá-la e trazê-la de volta a Belém, qualificando assim tanto a coletora quanto a instituição em que ela trabalhava. Essa estratégia resultou na ampliação dos intercâmbios e em solicitações feitas por

diversos museus estrangeiros.

O livro-tombo da coleção ornitológica do MPEG registra a distribuição dos exemplares de aves coletados por Snethlage. O Gráfico 1 detalha as instituições que receberam os exemplares, com predominância das alemãs, como o *Museum für Naturkunde Berlin* (MFNB), o *Senckenberg Museum Frankfurt* (SMF) e o *Zoologische Staatssammlung München* (ZSM). A coleção doada a esses museus soma 1.812 exemplares, ou seja, 26% do total coletado por Snethlage enquanto esteve vinculada ao MPEG. Além desses, o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), o *American Museum of Natural History/New York* (AMNH), o *Naturhistorisches Museum der Burgergemeinde Bern* (NMBE) e o *British Museum* (BM) também receberam um número significativo de exemplares, incluindo tipos nomenclaturais. Do total de exemplares doados (3.852, ou 56% do total registrado no livro-tombo), não foi possível identificar o destino de 384 peles.

Gráfico 1: Instituições que receberam exemplares de aves do Museu Goeldi no período de 1905 a 1921.



Fonte: autoria própria

A predominância dos museus alemães pode ser explicada pela rede científica à qual Snethlage estava inserida, ainda antes de se mudar para o Brasil. Foi Anton Reichenow, do Museu de História Natural de Berlim, quem indicou seu nome a Emílio Goeldi, quando este procurava um assistente de pesquisa na Alemanha. Reichenow também foi diretamente responsável por

várias publicações de Snethlage na Alemanha, abrindo-lhe as portas de importantes periódicos científicos. O Museum für Naturkunde Berlin foi, portanto, o receptáculo quase natural da intensa atividade de coleta de Snethlage na Amazônia, desempenhando um papel tão importante quanto o próprio MPEG.

A coleção atualmente existente no Senckenberg Museum Frankfurt tem uma história curiosa: não se trata de uma doação. Ela estava em poder do Conde Hans von Berlepsch (1850-1915), que possuía uma grande coleção privada de aves e auxiliava Snethlage na identificação dos exemplares enviados por ela da Amazônia. Com o início da Primeira Guerra Mundial, ambos perderam o contato, e o conde acabou falecendo. Sua coleção privada foi então comprada pelo Senckenberg Museum e transferida do Schloss Berlepsch, em Witzenhausen, para Frankfurt, incluindo a coleção do MPEG, que nunca a reclamou de volta, mesmo após o fim da guerra.

O *American Museum of Natural History* (AMNH) recebeu 16% dos exemplares coletados por Snethlage. Isso se justifica pelo fato de Frank Chapman (1864-1945), chefe do departamento de ornitologia da instituição, ter sido um grande colaborador de Snethlage no estudo de aves neotropicais. Nos relatórios do AMNH é possível acessar informações sobre a proveniência das coleções recebidas anualmente pela instituição. No documento referente a 1915, está registrado que o museu recebeu 604 aves (das quais apenas 416 foram registradas no livro-tombo do MPEG) e 50 mamíferos do Brasil, todos enviados por Emília Snethlage. Em um comentário posterior na revista, consta o seguinte sobre essa coleção:

> Estamos profundamente gratos ao Museu Goeldi do Pará, Brasil, por meio de sua diretora, Dra. Emilie Snethlage, por uma grande doação de aves e mamíferos do Baixo Amazonas, quase todos novos em nossas coleções, incluindo tipos raros e interessantes (CHAPMAN, 1915, p. 69).

A doação da coleção ao *Naturhistorisches Museum der Burgergemeinde Bern* (NMBE) não foi uma decisão de Snethlage, mas de Emílio Goeldi. Em 1903, o diretor do MPEG decidiu, com a anuência do governo paraense, eleger o NMBE como fiel depositário das duplicatas da instituição, chegando a assinar um contrato com Theophil Studer (1845-1922), diretor do NMBE. A partir de então, milhares de vertebrados, insetos, aracnídeos e moluscos foram enviados

para Berna, totalizando 14.125 exemplares (SANJAD, GÜNTERT, 2015). Atualmente, essa coleção é considerada uma das preciosidades do museu suíço, incluindo os tipos nomenclaturais das vespas descritas por Adolpho Ducke (1876-1959), entomólogo austríaco contratado pelo Museu Paraense em 1900 (OBRECHT, HUBER, 1993).

Esse caso, assim como os demais, demonstra que houve, na verdade, uma dispersão da coleção de aves formada por Snethlage no Museu Paraense, por diferentes razões. A primeira delas, como já mencionado, reside no uso político atribuído às coleções biológicas do Museu Paraense por Emílio Goeldi e seus sucessores, incluindo Snethlage. O envio regular de coleções a museus estrangeiros – colocando em circulação internacional a prova material do trabalho realizado no Museu Paraense por um grupo altamente qualificado de pesquisadores e taxidermistas – tinha como um dos objetivos promover a propaganda do "estado de civilização" do Pará, cujo nome acompanhava cada espécime despachado no porto de Belém. O governo local não apenas conhecia e autorizava essas remessas, mas também permitia que os pesquisadores viajassem regularmente à Europa para visitar outras instituições e identificar espécies, muitas vezes levando consigo enormes coleções para comparação com aquelas conservadas nos museus e herbários locais. Huber esteve na Europa em 1900, 1905-1906 e 1910-1911; Snethlage em 1907 e em 1913-1914.

As outras razões residem nos interesses institucionais, como nos casos do MFNB, do AMNH e do SMF, seja por meio de colaborações concretas, como a de Snethlage com Reichenow e Berlepsch, que frequentemente identificavam as aves coletadas por ela, seja com o objetivo de futuras colaborações, como foi o caso de Chapman. Houve, finalmente, razões de natureza pessoal, que levaram à transferência para a Suíça de um importante conjunto de animais, pois Goeldi almejava trabalhar no *Naturhistorisches Museum der Burgergemeinde Bern* quando se retirasse do Museu Paraense – o que de fato ocorreu em 1910 (MORGENTHALER, 1993). O mesmo pode ser dito de Snethlage, que transferiu para o Rio de Janeiro coleções que ela considerava de sua propriedade.

Na próxima seção, abordaremos as redes de conhecimento necessárias para as expedições científicas e a formação de coleções. Essas redes são compostas por um conjunto diverso de sujeitos, sem os quais a viagem e a coleta

seriam impossíveis. Nosso objetivo é dar visibilidade aos atores locais que colaboraram, direta ou indiretamente, na formação das coleções de Emília Snethlage.

3. REDES DE CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DE COLEÇÕES ORNITOLÓGICAS DE EMÍLIA SNETHLAGE (1905-1912)

As pesquisas no campo da história das ciências têm destacado não apenas as redes que conectam grupos de cientistas por meio da circulação de ideias e coleções, mas também o protagonismo de atores locais na produção do conhecimento científico. A emergência de conceitos como "circulação", "zonas de contato" e "tradução" permite aos historiadores analisar como o conhecimento local, associado à biodiversidade e ao território, é apropriado e ressignificado por cientistas e coletores, tanto em campo quanto no laboratório (ROBERTS, 2009; RAJ, 2017). A partir dessa premissa, podemos considerar o significativo trabalho de coleta de material ornitológico realizado por Emília Snethlage durante suas expedições ao interior da Amazônia como um empreendimento coletivo, pois ela contou com importante apoio de redes locais.

Segundo Alberti (2005), questões como quem coletou, quem auxiliou na coleta e onde o material foi coletado são essenciais para compreender a complexidade espacial e social envolvida na formação de uma coleção. Esse tema, embora não novo na literatura antropológica e museológica, tem recebido crescente atenção de pesquisadores de diferentes formações e nacionalidades. Por exemplo, Elisabete Pereira (2017, p. 30) discute a participação de sujeitos locais na formação de coleções arqueológicas em Portugal entre 1850 e 1930, defendendo que "sem os conhecimentos locais, que permitem identificar estruturas e objetos nos campos, os conhecimentos científicos não ocorreriam".

Embora abordemos coleções zoológicas, observamos um esforço comum entre pesquisadores que buscam dar visibilidade e voz a diversos auxiliares e colaboradores nas viagens de campo, partindo do princípio de que os conhecimentos locais são fundamentais para os empreendimentos científicos. Isso se deve ao fato de que, de maneira geral, os cientistas possuem pouco conhecimento dos territórios além dos limites de seus gabinetes e laboratórios. Nesse sentido, como destaca Maria Margaret Lopes (2001, p. 884), a

investigação do trabalho de campo pelo historiador deve reconhecer que "coletar implica viajar, seguir instruções e construir redes de coletores".

Atualmente, existe uma quantidade significativa de estudos que abordam a interação entre os viajantes que exploraram a Amazônia e as redes locais de conhecimento. Exemplos recentes incluem as obras de Anderson Antunes e colegas (2019), Patrícia Alves-Melo (2021) e Nelson Sanjad e Claudio Ximenes (2022), que discutem a participação de povos indígenas e afrodescendentes em expedições do século XIX, incluindo na coleta de animais e plantas. Erik Petschelies (2022), por sua vez, analisou as expedições etnológicas alemãs à Amazônia e também deu destaque aos sujeitos locais, especialmente os indígenas, que foram fundamentais para orientar, auxiliar e fornecer informações aos etnólogos em campo.

Em suma, não é possível pensar no sucesso das coletas científicas sem considerar os sujeitos locais que participam efetivamente das expedições. Como afirma Matheus Coelho (2021, p. 51-52):

> O êxito e os conhecimentos resultantes dessas viagens não podem ser pensadas unicamente pela ação individual do viajante que liderava as excursões, mas são frutos de uma série de agentes, negociações e conflitos que envolviam líderes políticos, outros cientistas e grupos locais. [...] Sem a ajuda desses intermediários seria difícil ou impossível executar completamente as excursões e realizar a coleta de dados, espécimes e objetos.

Nessa perspectiva, estudos acadêmicos anteriores sobre Snethlage concordam que ela se beneficiou de amplas redes de apoio durante suas expedições, incluindo políticos que financiavam suas viagens, intendentes municipais e proprietários de seringais que forneciam suporte logístico, além de indígenas que a acompanhavam nas profundezas da floresta (CORRÊA, 2001; JUNGHANS, 2009; ALBERTO, 2022). No entanto, pouca atenção foi dada aos acompanhantes de Snethlage e aos procedimentos que ela adotava em campo.

É importante destacar que, ao se deslocar do Museu Paraense para o interior da Amazônia, Snethlage estava sempre acompanhada de um funcionário técnico do museu. Em 15 de novembro de 1907, enquanto se encontrava na Europa, ela enviou uma carta a Jacques Huber solicitando a contratação de um taxidermista chamado Johann Baptist Heider. Entre os pontos que justificavam

a contratação, mencionava-se a qualificação do profissional e sua experiência com o clima tropical, fator crucial para a adaptação ao ambiente (SNETHLAGE, 1908b). Diante dos argumentos apresentados por Snethlage, Huber autorizou a contratação de Heider para o cargo de preparador (SNETHLAGE, 1907). As duas cartas ressaltam a importância dos preparadores, pois eram eles os responsáveis por acompanhar Emília no campo, aplicando as técnicas de coleta e preservação dos animais. Além disso, essas cartas evidenciam a influência de Snethlage na contratação de um profissional que ela havia conhecido em Berlim.

A primeira e única viagem de Emília com Heider a campo ocorreu no município de Quatipuru, em 1908. No entanto, nos primeiros dias na localidade paraense, ela percebeu que o alemão não possuía a habilidade necessária para preparar corretamente as aves nos galhos das árvores, o que comprometeu a qualidade e a quantidade dos resultados da expedição (SNETHLAGE, 1908c). Esse incidente levou à demissão de Heider do Museu Paraense ainda no mesmo ano. A respeito disso, Huber notificou o secretário de instrução pública, mencionando:

> Infelizmente o Sr. Heider mostrou-se incapaz de preencher convenientemente o seu logar, quer pelo seu lado technico, quer pelo seu lado disciplinar do estabelecimento, de forma que a demissão que elle pediu para o fim do anno foi acceita com satisfacção da parte da Directoria do Museu (HUBER, 1909).

O relato do botânico e a correspondência de Snethlage nos mostram como a prática de coleta dependia da habilidade dos indivíduos envolvidos. No caso de Heider, fica evidente que a presença de um auxiliar não preparado colocava em risco o sucesso da expedição. Por Heider ser estrangeiro, certamente encontrou sérias dificuldades em se adaptar à realidade amazônica. Se por um lado o caso dele exemplifica como um funcionário não apto a comprometia o sucesso da coleta, por outro é importante destacar o caso de Oscar Martins, um dos ajudantes de campo de Emília mais elogiados.

O relato que a alemã produziu por ocasião da viagem ao rio Tocantins em 1907 ilustra como Oscar, ou o “pequeno Oscar” como carinhosamente ela o chamava, dando indícios da sensibilidade que ela possuía com aqueles que a acompanhavam em campo. A obediência e a precisão na captura dos itens da fauna eram qualificações do ajudante que segundo Emília “calha muito bem a

favor da coleção".

Além dos preparadores, outros atores importantes eram os proprietários de terras, frequentemente mencionados nos relatórios dos diretores do museu por sua colaboração nas atividades científicas. Por exemplo, no relatório anual de 1909, Huber agradece o habitual "auxílio valioso" de autoridades e particulares nas expedições da instituição, incluindo Andreas Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura; coronel Cesar Pinheiro, Intendente de Quatipurú (PA); Manoel Levino de Sá, seringalista do rio Maicuru; Antonio Bentes Paranatinga, regatão de Santarém (PA); Francisco Brasil, do rio Jamauchim; e o Padre João Augusto da Frota, de Guaramiranga, no Ceará (HUBER, 1909).

Funcionários públicos, proprietários de terras, seringalistas, regatões e religiosos missionários, embora pertençam a diferentes mundos, têm em comum certa influência sobre os territórios onde transitam. Portanto, era por meio do "auxílio valioso" desses indivíduos que os cientistas do Museu Paraense realizavam seu trabalho de campo, possibilitando, por exemplo, a formação de uma rica coleção. Emília Snethlage tinha plena consciência de que ela só poderia acessar determinados territórios com a autorização e ajuda dos mandatários locais, chamados popularmente de "coronel" ou de "dono do rio". Isso fica evidente em uma carta que ela envia a Eduard Seler, do Museu Etnológico de Berlim, em 17 de março de 1914, relatando os preparativos de sua segunda excursão ao rio Xingu: "(...) eu gostaria de lhe expor de forma muito breve os meus planos, para que o senhor possa ter deles uma visão geral. Já entrei em contato com o coronel [José] Porfírio [de] Miranda, proprietário [*Besitzer*] do baixo Iriri e Curuá, e ele me garantiu seu total apoio. Essa é uma ajuda muito importante".

Homens como José Porfírio de Miranda, o dono do rio Xingu, José Júlio de Andrade, o dono do rio Jari e de todo o baixo Amazonas, Raimundo (Mundico) Rocha, o dono do Tocantins, e muitos outros fazendeiros e seringalistas espalhados pelo Tapajós, pela ilha de Marajó e pela região do Salgado eram todos de conhecimento de Snethlage, que com eles se correspondia e com quem mantinha, por vezes, relações próximas. Sempre que ia a campo, hospedava-se na casa desses mandatários e viajava com os acompanhantes que eles indicavam, além de obter suprimentos, transporte e livre passagem (isto é,

proteção) pelos rios e florestas. Em longa carta que enviou à sua família em 1907, Snethlage dá detalhes sobre sua convivência na casa de Mundico Rocha em Arumateua, rio Tocantins, traduzida e analisada por Nelson Sanjad e colegas (2013).

Um terceiro grupo de colaboradores de Snethlage deve ser mencionado, mais difícil de visualizar nas fontes, principalmente nos relatórios de gestão: os indígenas. Uma carta enviada por Snethlage a Huber em 24 de julho de 1908 revela a confiança que ela sentia ao viajar com indígenas. Ela estava em Monte Alegre (PA) e escreveu o seguinte:

> Em dois dias perto do Ererê, encontrei três aves novas para nossa coleção, entre as quais a magnífica piranga vermelho-fogo, e ainda gostaria de completar nossa coleção da margem setentrional. [...] Como guia para a viagem ao [rio] Maicuru, conto com um conhecido índio velho do Ererê, que já me acompanhou uma vez para lá.

A companhia de um ou dois indígenas foi uma constante nas excursões de Snethlage, mas geralmente feitas também com a presença de um dos preparadores do Museu Paraense. Nesses casos, os indígenas geralmente atuavam como guias, carregadores e remadores. Houve uma viagem, contudo, em que Snethlage viajou sozinha com indígenas. E foram muitos: quatro homens e quatro mulheres Xipaya e Kuruaya, que se arriscaram juntos com ela ao percorrer um extenso território desconhecido de todos. Dos quatro homens, três eram caciques Kuruaya, de nome João, Topá e Maitumá. As mulheres eram suas esposas.

Trata-se da travessia que o grupo fez entre os rios Xingu e Tapajós em 1909, caminhando durante um mês pelo divisor de águas que separa as duas bacias. A convivência foi tensa em alguns momentos, como Snethlage narra em seu relato de viagem, com preocupação e certa irritação. Mas ela também registrou sua admiração com a habilidade e a generosidade do grupo: “Nas cachoeiras, os índios [homens] esperavam geralmente para nos ajudar [as mulheres] a passar a canoa. Pareciam aqui quase anfíbios nestas ocasiões, nadando e mergulhando com uma agilidade e uma perseverança admiráveis” (SNETHLAGE, 1913, p. 66). Em outra passagem, ela volta a elogiar a destreza dos indígenas no manejo das canoas: “[são] excelentes barqueiros e pilotos, que sabem dirigir suas embarcações frágeis no meio das cachoeiras mais

impetuosas com uma destreza e um sangue frio admiráveis" (Snethlage, 1913, p. 63). Convém mencionar, ainda, que, em uma carta ao etnólogo Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) datada de 16 de março de 1910, na qual conta sua experiência, Snethlage enfatizou que os indígenas haviam recebido uma "ordem" para acompanha-la – "e o fizeram com a maior lealdade".

Os indígenas não devem ser vistos como meros serviçais dos naturalistas e de seus patronos, desprovidos de uma lógica de ação. Ao contrário, no contato com pessoas alheias à sua cultura, negociaram as condições para se integrarem às expedições. Na relato da viagem de 1909, Snethlage descreve o sistema de vassalagem e trocas estabelecido no Xingu: anualmente, grupos Xipaya e Kuruaya se dirigiam até a maloca de Manoelsinho Xipaya, no rio Curuá, onde havia uma troca de ubás (canoas) produzidas por eles por missangas e ferramentas fornecidas pelo seringalista Ernesto Accioly. Foi justamente Accioly quem colocou Snethlage em contato com Manoelsinho – e este, por sua vez, foi quem negociou com o grupo de homens e mulheres o auxílio necessário à viagem de Snethlage (Snethlage, 1913). Na Figura 1, uma fotografia tirada por Snethlage às margens do rio Curuá, antes de embarcar em direção ao Tapajós, essa hierarquia é evidenciada: em primeiro plano, Accioly aparece de terno branco e chapéu, ao lado de Manoelsinho Xipaya, com calça e camisa. Atrás de Accioly, vê-se de relance o cacique João segurando arco e flechas para abater aves. No entorno, muitas mulheres e crianças.

Imagem 1: Ernesto Accioly, Manoelsinho Xipaya e indígenas Kuruaya. Fotografia de Emília Snethlage. Rio Curuá, meados de agosto de 1909.

Fonte: Emília Snethlge (1913).

A prática do “homem branco” em oferecer objetos aos indígenas, visando obter alguma vantagem junto a eles, foi recorrente durante a passagem de viajantes no século XIX pela Amazônia. Márcio Couto Henrique (2017), ao pesquisar a perspectiva indígena na troca de presentes em aldeamentos, considera que missangas, machados, facas, panelas e outros artefatos devem ser vistos através do simbolismo a eles atribuído e não apenas como mercadorias. De acordo com o autor, longe de serem observados como itens secundários, os chamados “brindes”, ao adentrarem nas sociedades indígenas, eram reinterpretados. As fontes não evidenciam o que foi negociado com os Xipaya e Kuruya para que três caciques acompanhassem Snethlage e incluíssem suas esposas na comitiva, mas certamente estava em jogo, além dos habituais missangas e facões, questões de poder, proteção e prestígio. Snethlage comentou várias vezes, e em diversas cartas, que Accioly fez questão de ir pessoalmente à maloca de Manoelsinho negociar com os caciques.

A menção à presença indígena no processo de coleta de Snethlage é perceptível nas entrelinhas da documentação. Na obra “On Mammals from the Lower Rio Amazonas in the Goeldi Museum”, escrita pelo zoólogo Oldfield

Thomas, do Museu Britânico, em 1920, ele descreve um conjunto de mamíferos coletados por funcionários do Museu Paraense entre 1914 e 1920. Entre essas espécies, destaca-se a *Pithecia albinasa* (Geoff. & Dev.), coletada em uma área na divisa entre os rios Iriri e Xingu, a data exata da coleta não é mencionada.

O que chama a atenção na descrição de Thomas sobre esse mamífero é o fato de ele ser um espécime-tipo. Essa era uma característica importante da classificação zoológica e botânica do período analisado, pois se referia a um exemplar que apresentava atributos de um grupo maior, possuindo, assim, grande valor nas coleções museológicas (Daston, 2004). O cientista apontou, no periódico da instituição inglesa, que esse animal, desde a primeira coleta em 1848 e seu armazenamento em Paris, não havia sido obtido novamente. Na conclusão da descrição, ele ressalta que o espécime fornecido por Emília "foi obtido vivo de índios em Santarém" (THOMAS, 1920).

Desse modo, é possível visualizar um grupo de indígenas colaborando no processo de coleta científica. A fonte não esclarece como ocorreram as negociações entre Emília e os grupos locais para atender a essa demanda, mas permite argumentar que eles ajudaram diretamente na captura dos animais. Retornando à leitura do relato de viagem da alemã aos rios Xingu e Tapajós, ela menciona que, em determinada passagem, era constante o encontro com espécies de macacos pouco conhecidas no meio científico, como o coatá de fronte branca (*Ateles marginatus*) e o cuxiú de nariz branco (*Pithecia albinasa*), este último sendo da espécie descrita por Oldfield Thomas. Emília narra que esses animais tendiam a andar em conjunto e quando os via, ela buscava capturá-los, por meio dos tiros, mas também os indígenas o faziam, através das flechas que tentavam acertar os macacos (SNETHLAGE, 1913). O caso citado no periódico britânico e no relato da zoóloga explicitam a presença desses sujeitos, apesar de se tratar da coleta de mamíferos e não aves, mostram como se dava o conhecimento e a ação de indígenas.

Ao analisar a complexidade das redes envolvidas no trabalho científico na Amazônia através do estudo das coleções ornitológicas de Emília Snethlage, torna-se evidente que o sucesso das expedições científicas não pode ser atribuído apenas aos esforços individuais dos cientistas, mas à colaboração essencial de muitos sujeitos. De preparadores técnicos a líderes locais e

indígenas, cada um desempenhou um papel na coleta de espécimes e na navegação pelos desafios geográficos da região. A presença desses intermediários não apenas facilitou as expedições, mas também enriqueceu o conhecimento científico ao integrar perspectivas e práticas locais, demonstrando a interdependência entre ciência e sociedade.

Ao reconhecer e valorizar essas contribuições diversas, historiadores das ciências podem não apenas enriquecer o entendimento das coleções museológicas, mas também contribuir para uma narrativa mais inclusiva e precisa sobre o desenvolvimento do conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia a importância das coleções de História Natural não apenas como registros de biodiversidade, mas como fontes para a compreensão das interações entre ciência e sociedade. As coleções ornitológicas formadas por Emília Snethlage entre 1905 e 1921 no Museu Paraense Emílio Goeldi ilustram de maneira exemplar como esses acervos podem revelar redes complexas de conhecimento e influências mútuas entre cientistas, instituições e coletivos sociais.

Primeiramente, a análise das coleções ornitológicas de Snethlage demonstra sua relevância para a construção do conhecimento científico sobre a avifauna amazônica e seu impacto nos debates ornitológicos da época. A extensa documentação e a circulação dos espécimes coletados proporcionaram uma base sólida para comparações e descrições científicas que transcenderam fronteiras geográficas, evidenciando a importância dos acervos do Museu Paraense no cenário científico global, sobretudo entre especialistas em aves neotropicais.

Além disso, o artigo revela como as coleções de Snethlage foram instrumentalizadas para promover o Museu Paraense e o Estado do Pará em um contexto político específico, caracterizado pelo comércio da borracha e pelo esforço em modernizar a sociedade local. Os relatórios e a correspondência analisada mostram que a produção científica do museu foi utilizada como ferramenta de propaganda política e de afirmação da modernidade do estado paraense. A relação entre ciência e política, evidenciada nas trocas de acervos

e no reconhecimento internacional, ilustra o papel das coleções como símbolos de ilustração.

A investigação também destaca a importância das redes científicas na produção e circulação do conhecimento. A colaboração de Snethlage com cientistas de diversos países e instituições reflete a prática relacional da ciência. A circulação de espécimes e a troca de informações contribuíram para o avanço da ornitologia e para a inserção do Museu Paraense em redes científicas internacionais.

A inclusão de conhecimentos e práticas locais também enriqueceu a pesquisa científica e permitiu maior eficácia na coleta de espécimes. Demonstramos que os funcionários do baixo escalão do Museu Paraense, como os coletores e preparadores, todos homens e brasileiros, foram fundamentais para as viagens e coletas de Snethlage, assim como os seringalistas e proprietários de terras, que atuavam como mecenas ou patrocinadores das expedições. Os indígenas, longe de serem meros auxiliares, também eram participantes ativos e estratégicos na realização das expedições, oferecendo não apenas apoio físico, mas também conhecimentos indispensáveis sobre o ambiente amazônico.

O reconhecimento do protagonismo desses sujeitos locais, assim como das redes que conectam cientistas e outros coletivos sociais, é crucial para uma compreensão mais abrangente da produção científica. Este estudo reforça a importância de considerar as múltiplas dimensões envolvidas na formação de coleções científicas, sublinhando que o sucesso das expedições e a riqueza das coleções resultam de uma rede complexa de colaborações e interações.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Samuel. Objects and the Museum. **Isis**, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.

ALBERTO, Diana. **EMÍLIA SNETHLAGE E HELOÍSA ALBERTO TORRES:** Gênero, Ciência e Turismo na Amazônia do século XX. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ALVES-MELO, Patrícia. Luís, Alexandrina e trajano: os ajudantes esquecidos dos naturalistas Amazônia, século XIX. In: **Águas negras:** estudos afro-lusos

amazônicos no oitocentos. Belém: UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2021.

ANTUNES, Anderson; MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. “Practical Botanists and Zoologists”: Contributions of Amazonian Natives to Natural History Expeditions (1846-1865). **Historia Critica**, v. 73, p. 137-160, 2019.

ARRAES, Jonas Monteiro. **Tão longe e tão distante:** a presença de Carlos Gomes na belle époque de Belém do Pará. Belém: Editora Dalcídio Jurandir, 2022.

CARMO, Viviane Arruda do; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; BIZZO, Nelio Vicenzo. As contribuições de Alfred Russel Wallace para a biogeografia. **Filosofia e História da Biologia**, v. 7, n. 1, p. 117-136, 2012.

Carta de A. Brauer a Jacques Huber. Berlim, 12 de novembro de 1913. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG. Gestão Jacques Huber, Dossiê Königliches Zoologisches Museum, Berlim. Belém (PA), Brasil.

Carta de Emilia Snethlage a Eduard Seler. Belém, 17 de março de 1914. Ethnologisches Museum Berlin, Archiv, Acta betreffend die Erwerbung ethnologischer Gegenstände aus Amerika. Berlim, Alemanha. Transcrição de Beatrix Hoffmann e tradução de João Batista Poça da Silva.

Carta de Emília Snethlage a Theodor Koch. Belém, 16 de março de 1910. Philipps-Universität Marburg, Fachgebiet Kultur -und Sozialanthropologie, Völkerkundliche Sammlung. NachlassTheodor Koch-Grünberg. Marburg, Alemanha. Transcrição de Rotger Snethlage e tradução de Nelson Sanjad.

CASTRO, Anna Raquel. **Ciência, Política e Propaganda:** a representação paraense na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim (1911). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CHAPMAN, Frank. **Report of the President**. Forty-Seventh Annual Report of American Museum of Natural for the year 1915, p. 69.

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

COELHO, Matheus Camilo. **Objetos entre contextos e significados:** as coleções etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1894 e 1905. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2021.

CORRÊA, Mariza. A doutora Emília e o detalhe etnográfico. In: **Conhecimento e fronteira:** História da Ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Sexta-feira, 30 de dezembro de 1921. Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional - Brasil.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude:** estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

DASTON, Lorraine. Type specimens and scientific memory. **Critical inquiry**, v. 31, n. 1, p. 153-182, 2004.

DUARTE, Regina Horta. Between the national and the universal: natural history networks in Latin America in the nineteenth and twentieth centuries. **Isis**, v. 104, n. 4, p. 777-787, 2013.

DUCKE, Adolpho. Explorações Scientificas no Estado do Pará. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**. Tomo VII. 1913.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil:** ciência e educação nos museus, 1870-1915. Editora Livraria da Física, 2009.

HELLMAYR, Carl. The Birds of the Rio Madeira. **Novitates Zoologica**, v. 17, n. 3, 1910.

HENRIQUE, Márcio Couto. Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização (Amazônia, século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 195-216, 2017.

HUBER, Jacques. **Ofício de Jacques Huber ao Sr. Dr. Secretário da Justiça, Interior e Instrução Pública**. Belém, 6 de fevereiro de 1914. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG. Gestão: Jacques Huber. Dossiê: Secretaria da Justiça, Interior e Instrução Pública (Pará).

HUBER, Jacques. Relatorio sobre a marcha do Museu Goeldi no anno de 1907 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Publica pelo Dr. J. Huber, Director do Museu. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, v. VI, p. 2-21, 1909.

HUBER, Jacques. Relatorio sobre a marcha do Museu Goeldi no anno de 1908 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Publica pelo Dr. J. Huber, Director do Museu. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, v. VI, 1909.

JUNGHANS, Miriam. **Avis rara:** a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro, 2009.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. 2° edição. Brasília: Editora UnB, 2009.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 8, p. 881-897, 2001.

MORGENTHALER, H. U. Emil August Göldi als Forscher und Lehrer in Bern, 1907-1917. **Jahrbuch des Naturhistorischen Museums Bern,** v. 11, p. 185-195, 1993.

O Imparcial. Um braço da cachoeira Urubuquara, no rio Jamanchim, afluente do Tapajós, explorado pela dra. Snethlage e suas índias. Rio de Janeiro, n. 521. Sexta-feira, 5 de junho de 1914, p. 3, edição 521.

OBRECHT, Elsa; HUBER, Charles. Ducke type specimens and other Brazilian insect types in the Emil A. Goeldi collection in the Natural History Museum Bern (Switzerland). **An annotated catalogue. Jahrbuch des Naturhistorischen Museum Bern**, v. 11, p. 163–184, 1993.

PEREIRA, Elisabete de Jesus. **Actores, coleções e objectos:** colecionismo arqueológico e redes de circulação do conhecimento - Portugal, 1850-1930. Universidade de Évora (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Évora, 2017.

PETSCHELIES, Erik. **Ascensão e declínio da etnologia alemã (1884-1950)**. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

RAJ, Kapil. Networks of knowledge, or spaces of circulation? The birth of British cartography in colonial south Asia in the late eighteenth century. **Global Intellectual History**, v. 2, n. 1, p. 49-66, 2017.

REICHENOW, Anton. **Ornitologische Monotsberichte**. Berlin, 1914.

ROBERTS, Lissa. Situating science in global history: Local exchanges and networks of circulation. **Itinerario**, v. 33, n. 1, p. 9-30, 2009.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva:** o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANJAD, Nelson. Nimuendajú, a Senhorita Doutora e os “etnógrafos berlinenses”: rede de conhecimento e espaços de circulaçâo na configuração da etnologia alemã na Amazônia no início do século XX. **Asclepio**, v. 71, p. 273, 2019.

SANJAD, Nelson; COSTA, Sue. Reflexões sobre a gestão de coleções biológicas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, p. e34, 2021.

SANJAD, Nelson; GÜNTERT, Marcel. Emil August Göldi (1859-1917): a life between Switzerland and Brazil. **Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern**, v. 72, p. 21-71, 2015.

SANJAD, Nelson; SNETHLAGE, Rotger; JUNGHANS, Miriam; OREN, David Conway. Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, p. 195-221, 2013.

SANJAD, Nelson; XIMENES, Cláudio . Intertextuality and knowledge translation in travel reports: the Capim River and its inhabitants in the narratives of Alfred Russel Wallace (1849), João Barbosa Rodrigues (1874?1875) and Emil Goeldi (1897). **Rodriguesia**, v. 73, p. e00512022, 2022.

SNETHLAGE, Emília. A travessia entre o Xingú e o Tapajoz. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**. Tomo VII. 1913.

SNETHLAGE, Emília. **Carta de Emília Snethlage a Jacques Huber**. Belém, 19 de maio de 1908b. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG.

SNETHLAGE, Emília. **Carta de Emília Snethlage a Jacques Huber**. Belém, 19 de maio de 1908c. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG.

SNETHLAGE, Emília. **Carta de Emília Snethlage a Jacques Huber**. Berlim, 9 de dezembro de 1907. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG.

SNETHLAGE, Emília. **Carta de Emília Snethlage ao ilustríssimo Doutor**. Monte Alegre, 24 de julho de 1908d. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG.

SNETHLAGE, Emília. **Ornithologische vom Tapajoz und Tocantins**. Journal für Ornithologische, Berlim, v. 56, n. 4, p. 493-539, 1908a.

STRESEMANN, Erwin. Über gemischte Vogelschwärme. In: **Verhandlungen Ornitologische Gesellschaft in Bayern**. München, 1918.

THOMAS, Oldfield. On mammals from the Lower Amazons in the Goeldi Museum, Para. **Annals and Magazine of Natural History, including Zoology, Botany and Geology**, London. 1920.

Recebido em 20/09/2024
Aprovado para publicação em 05/12/2024

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ALIMENTAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE NA *ANCORA MEDICINAL [...]* DE FRANCISCO DA FONSECA HENRIQUES (PORTUGAL, SÉCULO XVIII)

DIET AND HEALTH PRESERVATION IN *ANCORA MEDICINAL […]* BY FRANCISCO DA FONSECA HENRIQUES (PORTUGAL, EIGTEENTH-CENTURY)

VITÓRIA MARCHETTO[1]

RESUMO

Em Portugal do século XVIII, a preocupação em proporcionar aos indivíduos acesso a informações que os capacitassem a preservar a própria saúde incentivou a produção de obras medicinais voltadas aos cuidados dietéticos. É esse o caso da *Ancora medicinal para conservar a vida com saúde*, de autoria do médico português Francisco da Fonseca Henriques que, respaldada pelos preceitos da teoria dos humores de Hipócrates e Galeno, fornece aos indivíduos os conhecimentos necessários ao empreendimento de uma alimentação capaz de preservar sua balança humoral. A partir da *Ancora medicinal […]*, o presente trabalho se propõe, portanto, a compreender a forma como as correntes medicinais vigentes no Portugal Setecentista guiaram a alimentação voltada para a conservação da vida.

Palavras-chave: Saúde. Dietética. Portugal. Século XVIII.

ABSTRACT

In Portugal, during the Eighteenth-century, the concerns in provide to the people knowledge surrounding conservation of their own health encouraged the production of medical books related to dietetics. This is the case of the book *Ancora medicinal para conservar a vida com saúde* written by Francisco da Fonseca Henriques which, supported by the Hippocratic and Galenic theory of humors, provided essential information about the foods that could hold the better humoral balance. Based on *Ancora medicinal […]*, the present work aims to understand how the medical knowledge used in Portugal guided a diet directed to the conservation of life.

Keywords: Health. Diet. Portugal. Eighteenth Century.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (PPGH-UNESP); trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP nº 2022/02706-7); e-mail do autor: vitoria.marchetto@unesp.br

INTRODUÇÃO

No século XVIII, com a emergência de impulsos voltados à difusão do saber médico e, especialmente, à divulgação de conhecimentos direcionados à esfera da conservação da saúde, a questão da popularização dos tratados de cunho medicinal em meio às populações de Portugal passou a ser considerada como necessidade, na medida em que a propagação de tais informações poderia contribuir para evitar a disseminação de enfermidades (MARQUES, 2004, p. 39). Eram recorrentes, por entre as obras médicas amparadas pela teoria dos humores, – cujos preceitos, desenvolvidos por Hipócrates e, posteriormente, aprimorados por Galeno, datavam da Antiguidade e permaneceram como base para a medicina portuguesa de então –, as tentativas de fazer com que os conhecimentos referentes ao trato dos corpos conseguissem maior alcance em território europeu. Os cuidados dispensados à divulgação de saberes capazes de atravancar a ocorrência de doenças, de modo que tais saberes se mostrassem de fácil compreensão por aqueles sem formação nas artes médicas, possibilitou que, durante o Setecentos, esse modelo de material fosse produzido em língua vernácula, sendo planejado, ainda, para que as informações sob sua abrangência também circulassem através de sujeitos atuantes como intermediários (ABREU, 2006, p. 195-201).

No que se refere à supracitada teoria humoral hipocrático-galênica, base para o sistema médico vigente no Portugal do século XVIII, importa destacar que seus pressupostos apoiam-se na concepção de uma relação intrínseca entre corpo e ambiente externo, conexão tal que suscitaria trocas entre ambos os espaços – isto é, intercâmbios de substâncias corporais e elementos do mundo exterior –, trocas que são consideradas como as principais causas para o surgimento de enfermidades nos indivíduos (LINDEMANN, 1999, p. 8). Assim, os constantes esforços para a manutenção do equilíbrio entre elementos internos ao corpo e substâncias exteriores que interferem nesse balanceamento, seja em favor da saúde ou vulnerabilizando os homens frente às doenças, contribuiu, portanto, para a percepção de que qualquer influência externa poderia ser entendida como potencial ameaça à conservação da vida.

A temática da preservação da saúde passa a receber atenção especial na esfera dos cuidados terapêuticos durante o Setecentos, sobretudo a partir de noções pautadas nos escritos médicos Antigos – com destaque aos de Galeno – que, entre outras proposições, incentivavam a moderação daqueles elementos classificados como não-naturais, podendo ser sublinhados, nessa esteira, a comida e a bebida (MAIA, 2012, p. 27; LINDEMANN, 1999, p. 10). De acordo com o que pressupunha a doutrina hipocrática, manter uma dieta considerada favorável caracterizava-se, desta forma, como a melhor maneira de manter ou recuperar a saúde (LINDEMANN, 1999, p. 14).

Evidencia-se, portanto, como documento de destacada relevância na esfera do trato dos corpos o tratado *Ancora medicinal para conservar a vida com saúde* (1721), de autoria do médico português Francisco da Fonseca Henriques. Produzida sob a égide das teorias de Hipócrates e Galeno – apesar do ascendente prestígio sendo conquistado, no continente europeu, por inovações científicas tais como as terapias químicas –, a *Ancora medicinal [...]* coloca especial ênfase sobre a dietética, que, por sua vez, configurou-se como um dos segmentos de maior relevância no interior da medicina Antiga (CASTRO, 2011, p.78). Tendo se estabelecido como determinante em meio às terapêuticas empreendidas no campo médico, a dietética fornecia bases para que os indivíduos se capacitassem à administração adequada dos alimentos, tanto ao se encontrarem acometidos por dado mal, como ao buscarem na alimentação a garantia da boa saúde. Para tanto, importava que estes tivessem acesso não somente a informações acerca do comportamento e natureza de seu corpo, mas também que fossem capazes de identificar as qualidades das comidas à disposição para seu consumo e, partindo disso, reconhecer a correspondência entre as qualidades dos mantimentos e as suas próprias.

Observa-se, nesse sentido, que a obra de Henriques, ainda que reafirme a necessidade de investigação das naturezas dos ingredientes e dos sujeitos, dirige seu enfoque não ao tratamento de enfermidades, mas à prevenção do surgimento destas. Deste modo, o português dedica-se à confecção de uma obra que almeja instruir a respeito de distintas questões em torno das refeições quando direcionadas a conservação da saúde, abordando aspectos que

compreendem desde as recomendações acerca de quantidades adequadas, passando pela influência exercida pelo modo de preparo dos pratos, chegando, enfim, às adaptações da dieta impostas por consequência de intervenções climáticas.

O presente artigo visa empreender uma análise da forma como medicina e alimentação aparecem atreladas na *Ancora Medicinal [...]* de Francisco da Fonseca Henriques, partindo, principalmente, da Seção II da obra, cujo enfoque recai sobre aspectos teóricos relativos aos alimentos e as formas consideradas convenientes para seu uso. Para tanto, alguns conceitos empregados ao longo do livro médico – e reproduzidos no presente trabalho – devem ser esclarecidos. O primeiro destes conceitos consiste no termo "cozimento" que, frequentemente empregado pelo autor, é definido pelo *Vocabulario Portuguez e latino* (1712-1728), de autoria de Raphael Bluteau, como a digestão do alimento no estômago. Ainda, ressaltamos os termos "jantar" e "ceia", usados por Henriques como referência às refeições, sendo o jantar descrito pelo dicionário de Bluteau como "Tomar sua refeição pelas horas do meio dia" (BLUTEAU, 1713, p. 12), enquanto a ceia – encontrado sob o verbete "cea" – consiste na "comida da noite" (BLUTEAU, 1712, p. 221).

Ademais, consideraremos que cozinha e medicina seriam indissociáveis no tocante à preservação da saúde dos indivíduos, uma vez que ambas as esferas manifestam preocupação por desconfortos característicos da vida humana (PALMESI, 2014, p. 139). Analisando, então, a ação dos alimentos sobre o corpo e a saúde dos homens a partir do exame feito por Henriques, pretendemos discorrer acerca do modo como a dietética desvelou-se como terapêutica essencial para a conservação da saúde na *Ancora medicinal [...]*, observando, além disso, o modo como o médico propõe a correspondência entre comida e corpo a depender da natureza de cada um, ao que usaremos como respaldo o embasamento da obra na tradição médica hipocrático-galênica. Finalmente, elencaremos determinadas indicações dietéticas sugeridas ao longo do tratado que, pautadas nos princípios científicos em vigor no Portugal do século XVIII, demonstram como a teoria é aplicada no estudo dos alimentos e nas recomendações para o consumo destes.

1. FRANCISCO DA FONSECA HENRIQUES E SUA *ANCORA MEDICINAL […]*

O médico português Francisco da Fonseca Henriques, pensando na forma como a alimentação melhor poderia contribuir para a conservação da vida e da saúde das pessoas, se dedicou à confecção da obra *Ancora medicinal para conservar a vida com saúde*, produzida em Lisboa e publicada no ano de 1721[2] com todas as licenças necessárias à sua impressão e divulgação. Henriques alerta seu leitor de que

> A conservação da saúde consiste na reta observância das seis cousas não naturais, que são o ar ambiente; **o comer, e o beber**; o sono, e a vigília; o movimento, e o descanso; os excretos, e os retentos; e as paixões da alma; porque [...] **quem com moderação, e prudência usar de bons alimentos**[3], [...] não pode deixar de ter boa saúde, ou ao menos não terá tantas ocasiões de a perder, como os que se hão no uso destas cousas sem reparo (HENRIQUES, 1731, n.p.).

Elucidando as influências externas consideradas determinantes para manutenção de um corpo saudável, o médico explicita o propósito de sua obra, a saber: orientar os indivíduos para que estes fossem capazes de gerir sua saúde a partir da administração apropriada dos seis elementos supracitados, acerca dos quais vai discorrer ao longo das cinco seções que dividem sua obra. Nessa esteira, a seção I é dedicada aos ares; as sessões II – foco de nosso interesse – e III voltam-se aos aspectos gerais da alimentação e aos alimentos específicos, respectivamente; a seção IV trata de bebidas como a água, o vinho e as de caráter medicinal e, finalmente, a seção V aborda os demais elementos – o sono e a vigília, o movimento e o descanso, os excretos e os retentos e as paixões da alma.

Nascido no ano de 1665, na cidade de Mirandela – de onde recebe o apelido de doutor Mirandela – Francisco da Fonseca Henriques, posteriormente consagrado como médico de Dom João V, foi profissional distinto em território português, formado pela Universidade de Coimbra (PALMESI, 2014, p. 36), onde

[2] Para o presente trabalho, empregaremos a edição de 1731 da *Âncora Medicinal [...]*.
[3] Grifos meus.

teve sua educação pautada na leitura de autores clássicos, como o filósofo persa Avicena e o médico romano Galeno (CARDOSO; COSTA, 2015, p. 7). Compreende-se, então, o embasamento teórico seguido por Henriques ao longo de seu compilado medicinal, uma vez que o tratado, dedicado especialmente aos indivíduos que se encontravam já com saúde – tendo em vista que o propósito da obra é instruir acerca da conservação desta, sobretudo por meio da boa alimentação –, tem como respaldo para suas indicações a chamada teoria humoral hipocrático-galênica, formulada durante a antiguidade pelo grego Hipócrates e, mais tarde, aprimorada pelo referido Galeno.

Henriques, que foi autor de outros célebres escritos de cunho medicinal, tal como a *Medicina Lusitana* (1710) – tratado que passou por diversas reedições –, viu sua *Ancora medicinal [...]* como uma oportunidade para melhor contribuir para a preservação da saúde dos indivíduos. Nessa perspectiva, o potencial de conservar o corpo sem enfermidades era considerado como melhor expressão do trabalho médico, tal capacidade de preservação da vida adquirindo estatuto de maior relevância na esfera dos cuidados com a saúde, mesmo quando comparada aos esforços dos curadores em prescrever e administrar as terapêuticas adequadas às enfermidades (PALMESI, 2014, p. 16).

Para que conseguisse cumprir o objetivo a que se propunha e com vista, ainda, a embasar os pressupostos em que se apoiava, o médico mobiliza uma série de autores da medicina que fornecem instruções úteis ao propósito do livro. Tais referências nos dão pistas acerca das obras e conhecimentos disponíveis aos profissionais em atuação no Portugal do século XVIII, possibilitando a visualização do aparato teórico à disposição destes homens. Entre os autores elencados, temos Seneca e suas indicações de que uma ampla variedade de iguarias à mesa contribuiria para o surgimento de enfermidades. Henriques cita Aristóteles, que teria considerado o comer pouco e trabalhar muito como fatores primordiais para se viver sem doenças, e faz diversas referências ao já mencionado Avicena, entre as quais constam suas condenações à mistura de alimentos líquidos e sólidos. Também aponta a Escola de Salerno[4], ressaltando

[4] A Escola de Salerno foi uma instituição onde se ensinavam os ofícios médicos. Localizada na Itália e tendo seus períodos mais prósperos entre os séculos XII e XIII, essa escola contribuiu para a difusão dos textos médicos gregos e árabes. Cf: PALMESI, Lucas. *Saber e sabor: corpo,*

sua contribuição aos saberes relativos à preservação da saúde – saberes estes a serem abordados no decorrer da *Ancora medicinal [...]* – e, depois, ao tratar das refeições da ceia, esclarece que "[...] na Escola de Salerno se diz que o cear muito ofende o estômago e se recomenda parcimônia de alimento nas ceias, para passar as noites com sossego [...]" (HENRIQUES, 1731, p. 64).

Ao explicitar que comida e bebida são fundamentais para a boa saúde, alertando, ainda, acerca da importância de se comer sem exageros, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a necessidade de seleção dos alimentos adequados, o médico nos introduz ao propósito da parte de sua obra que mais interessa ao presente trabalho – isto é, a Seção II. Portanto, em meio às suas distintas recomendações, é também à conservação da vida a partir de uma alimentação favorável à manutenção do equilíbrio humoral – ideia que pautava a medicina do Portugal Setecentista – que a *Ancora medicinal [...]* se propõe.

Tomando como ponto de partida o pressuposto de que um mesmo alimento poderia ser bom ou mal, a partir da correspondência de sua natureza com a do indivíduo que o consome, Francisco da Fonseca Henriques dedicará os dez capítulos que integram a Seção II de sua obra à elucidação dos preceitos teóricos aplicados sobre suas análises acerca dos alimentos e refeições, evidenciando como a comida se revela responsável seja pelo mantimento da saúde ou pela falta dela. Desta forma, ao longo do recorte selecionado da obra, o médico português discorrerá a respeito dos alimentos considerados benéficos, das quantidades em que estes devem ser ingeridos, da relevância da variedade de pratos nas refeições, da ordem com que as comidas deveriam ser consumidas e os melhores horários para se alimentar, da prioridade por comidas assadas ou cozidas, dos melhores alimentos para cada idade e, finalmente, das comidas próprias para cada estação do ano. A dieta seguida pelos indivíduos em seu cotidiano representava, portanto, a possibilidade de uma vida saudável e, para que isso se concretizasse, tal dieta deveria ser composta por alimentos facilmente digeríveis (ALGRANTI, 2012, p. 17) – que, consequentemente, consistiam nos mais nutritivos.

medicina e cozinha na obra de Francisco da Fonseca Henriques. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 320. 2014.p. 38-39.

Unindo, portanto, uma série de saberes relativos aos aspectos da fisiologia dos corpos, bem como do trato destes – saberes tais advindos dos mais distintos autores dedicados a escrita de obras médicas –, Francisco da Fonseca Henriques, por meio de sua *Ancora medicinal [...]*, fornece evidências do modo como as enfermidades surgiriam nos indivíduos, informando, especialmente por meio da dietética, as melhores formas de se evitar a emergência destes males. Com isso, o doutor Mirandela buscava promover uma ampliação dos saberes que tornariam possível que os indivíduos agissem em favor de sua saúde, dificultando a emergência de doenças e instruindo, para tanto, a respeito da composição natural dos corpos, da qualidade dos alimentos e da maneira como melhor consumir esses últimos. Assim, Henriques pretendia induzir seu leitor a empreender uma alimentação que contribuísse para que a comida reagisse positivamente com seu estômago e, consequentemente, permitisse que a saúde desse sujeito fosse preservada, pois

> [...] aos alimentos, o que os fazem ser bons ou maus é a diversidade das naturezas e dos estômagos. Muitas vezes os alimentos, que pelas suas boas qualidades julgamos melhores, são os que alguns estômagos recebem mal e os comutam pior, de que nascem indigestões, flatulências, e outros danos, que são consectários destes (HENRIQUES, 1731, p. 21).

2. COMER PARA CONSERVAR A SAÚDE

Como observado, a partir das leituras e teorias elencadas por Henriques no decorrer de sua *Ancora medicinal [...]*, entende-se que o médico acompanhava o sistema médico farmacêutico no qual se escorava Portugal no século XVIII, a saber: os conhecimentos científicos cujas origens remontam ao período da Antiguidade. Destacava-se, então, a já referenciada teoria humoral hipocrático-galênica, elaborada pelo médico Hipócrates e, posteriormente, desdobrada e complementada por Galeno. Segundo o que depreendia tal teoria, o eventual desequilíbrio entre os humores componentes do corpo – desequilíbrio este que resultaria de fatores como a exposição a ares insalubres e o consumo de comidas ou bebidas consideradas maléficas – levaria os homens a sofrerem com enfermidades (HOLMES, 2018, p. 67). Deste modo, a partir do que indica tal tradição, a dietética seria não somente uma terapêutica indicada ao

reequilíbrio dos humores e, portanto, à recuperação da saúde, mas, também, uma forma de conservar o balanceamento humoral, assim, evitando o aparecimento de doenças nos sujeitos.

De acordo com o que consideravam os físicos da Antiguidade, apoiados nos preceitos de Hipócrates e Galeno, ar e alimentos seriam os únicos elementos absorvidos pelos homens e, portanto, consistiriam nos principais causadores de males internos que os atingia (CASTRO, 2011, p. 77). Nesse sentido, a qualidade dos alimentos ingeridos detinha potencial para fazer com que estes fossem considerados como causadores ou não, nos sujeitos, de alguma enfermidade e, por isso, era importante que os médicos se empenhassem no estudo de tais comidas, para que, desvelando sua natureza e qualidades, estivessem capacitados não apenas a reconhecer as enfermidades contra as quais estes ingredientes seriam úteis, mas também identificar quais comidas contribuiriam para a preservação da saúde de cada um, a partir da compatibilidade entre seu temperamento característico e o daquele que a ingeria.

Para melhor compreender os aspectos das qualidades dos alimentos e do modo como estas se relacionam ao corpo dos indivíduos, é importante nos determos sobre alguns aspectos fundamentais da teoria humoral. De acordo com os escritos hipocráticos, o corpo humano seria composto por quatro humores, a saber: o sangue, a bile amarela, a bile negra e a fleuma. Ademais, cada um desses humores associava-se a uma estação e seria detentor de suas próprias características. Ainda, cada humor correspondia a um temperamento específico, que se manifestava como predominante nos indivíduos de acordo com fatores como seu gênero e, também, conforme a estação do ano (JOUANNA, 2012, p. 335). Assim, o sangue, predominante no temperamento sanguíneo, tinha natureza quente e úmida e estava associado à primavera; a fleuma, que marcava o fleumático, caracterizava-se como fria e úmida e estava ligada ao inverno; a bile negra, prevalecente no indivíduo melancólico, era fria e seca e relacionada ao outono e, finalmente, a bile amarela, dominante no temperamento colérico, tinha característica quente e seca e ligava-se ao verão (JOUANNA, 2012, p. 335).

Tais qualidades – quente, frio, seco e úmido – mostram-se também presentes nas comidas consumidas pelos homens e, deste modo, podemos melhor entender a já mencionada importância da identificação, pelos médicos, da natureza dos alimentos à disposição dos indivíduos, uma vez que, para a preservação de sua saúde, os sujeitos deveriam ter cautela na escolha daquilo que compunha seus pratos. Nessa esteira, Henriques comunica a seus leitores que a familiaridade entre o alimento e o organismo daquele que o consome é fundamental para que estes sejam devidamente cozidos – ou seja, dissolvidos e transformados em líquido – pelo estômago, em um processo que não provoque a emergência de males. Alerta, ainda, que os alimentos são qualificados como bons ou maus a partir de sua relação com o temperamento de quem o consome, a interpretação da teoria dos humores posterior à segunda metade do século XVI indicando que os alimentos de natureza oposta à do consumidor deveriam ser priorizados – ao contrário do que prescreviam as interpretações anteriores a esse período, que recomendavam o consumo de comidas de natureza semelhante à dos homens (FLANDRIN, 1998, p. 676). Assim sendo, um mesmo alimento poderia ser considerado bom ou mau a depender daquele que o ingere, a preferência ou aversão dos sujeitos por determinados alimentos sendo encarada, portanto, a partir de uma perspectiva fisiológica (FLANDRIN, 1998, p. 669).

Vale pontuar que, no século XVIII, o continente europeu vinha passando por um processo que reavaliava esse saber médico ainda sólido em Portugal, processo este protagonizado, sobretudo, pela teoria química proposta por Paracelso no século XVI, que despontou como principal concorrente do galenismo. Esse pensamento, em linhas bastante gerais, colocou em plano secundário os quatro humores definidos por Hipócrates e Galeno, atribuindo papel de importância a outras três substância que, eleitas como componentes dos indivíduos, consistiam no sal, enxofre e mercúrio, as doenças sendo consideradas, segundo essa teoria, resultado de invasões de entidades no corpo humano (LINDEMANN, 1999, p. 11; DIAS, 2005, p. 43).

Apesar das contestações colocadas pela corrente química, o galenismo permaneceu como principal respaldo para Henriques na produção de sua *Ancora*

medicinal […]. Nela, seu autor enfatiza, portanto, que não somente a natureza dos alimentos é relevante na conservação da saúde dos homens, mas a moderação no consumo destes também deve ser respeitada para que o corpo se mantenha livre de doenças. Henriques estabelece que a quantidade de comida ingerida merece mais atenção do que recebem as qualidades de que esta dispõe, especialmente devido ao fato de que o exagero nas refeições acarreta males como indigestões e cólicas (HENRIQUES, 1731, p. 33). As justificativas para as consequências causadas pelos excessos muitas vezes se assentavam sobre bases morais e religiosas que, na esfera das práticas dietéticas, associavam gula à tentação e, nesse sentido, ligavam-se a ideia de um regramento da alimentação cujo propósito consistia em disciplinar os impulsos que conduziriam os indivíduos aos exageros CARNEIRO, 2003, n.p.). Muitas recomendações morais ou do âmbito da religião se destacam com vista a contribuir para o devido ordenamento da nutrição dos indivíduos, recomendações estas que se referem às quantidades a serem ingeridas ou até mesmo incentivam a prática do jejum (CARNEIRO, 2003, n.p.).

Ainda que tais indicações para a moderação encontrem algum respaldo em elementos religiosos mencionados por Henriques, tais como determinadas analogias a figuras sagradas, o médico não fornece, ao longo da Seção II de sua obra, indicações de que o mal causado pelo excesso de comida fosse consequência de desvios morais. O tratado ressalta até mesmo que a alimentação em quantidades insuficientes seria prejudicial à reposição do sangue e dos espíritos do corpo, sendo aos indivíduos de natureza quente, seca e biliosa ainda mais maléfica do que os excessos. Contudo, o médico português não deixa de condenar qualquer tipo de exagero, afirmando que

> O melhor meio para durar pouco é o comer muito. Os mesmos alimentos que tomados com moderação conservam a vida com saúde, comidos com excesso a arruínam [...]. E é lástima que tendo os homens este conhecimento, possam com eles mais as veementes ilécebras do apetite, para se soltarem na mesa com excesso, que os poderosos ditames da razão, para se conterem nos limites da fragilidade com prudência [...] (HENRIQUES, 1731, p. 32).

A partir da leitura da *Ancora medicinal [...]*, observa-se a impossibilidade de determinação de regras gerais capazes de reger a alimentação quando esta

se volta aos princípios dietéticos de preservação da saúde, uma vez que os organismos se caracterizam por reagir de formas distintas ao que consomem, a depender da correspondência de seu próprio temperamento com a natureza do alimento em questão. Nesse sentido, entre as orientações elencadas no decorrer da obra, todas preocupadas com condução dos indivíduos a refeições compostas pelos alimentos considerados mais convenientes – uma vez que estes, quando transformados em líquido pelo estômago e absorvidos pelo corpo, poderiam atuar para suprir os humores em falta (MAZZINI, 1998, p. 255) –, constata-se, a partir da leitura do tratado e em consonância com o que indica a teoria humoral, a influência exercida pela estação do ano e a idade de cada um sobre as escolhas alimentares consideradas ideais. Portanto, o médico propõe que cada fase da vida de um indivíduo seria mais fortemente marcada por humores e qualidades específicos. Considerando a palavra "idade" como o tempo assentado entre períodos de alteração na constituição dos corpos, Henriques propõe quatro divisões para a vida humana: a puerícia, a juventude, a consistência e a senilidade.

Essa divisão, que pressupõe que cada fase da vida seja definida por características distintas com relação às outras, presume, consequentemente, que cada idade tenha seus alimentos ideais. Portanto, no caso da puerícia, considerada um estágio de grande calor e em que se verifica o crescimento do corpo, a dieta deveria ser composta preferencialmente por alimentos frios e úmidos. Do mesmo modo, a juventude também caracterizava-se como quente e seca, os alimentos indicados para essa idade sendo frios, úmidos e preferencialmente sólidos – ao contrário da puerícia que demandava uma dieta mais líquida e de fácil cozimento no estômago. A consistência e a senilidade, pelo contrário, são descritas como frias e secas, os alimentos recomendados consistindo naqueles de natureza quente e úmida.

Ademais, o clima também desempenha papel crucial na escolha dos melhores alimentos para a conservação da saúde, as refeições devendo ser adaptadas em conformidade com a influência exercida, em cada corpo, pelas mudanças de estação (JOUANNA, 2012, p. 149). Durante o inverno, estação fria e úmida, Henriques recomenda a ingestão de alimentos quentes e secos "[...]

não só por contrariarem as qualidades hiemais, mas para gastar ou temperar as muitas serosidades e fleumas, de que os corpos abundam" (HENRIQUES, 1731, p. 80). Na primavera, por sua vez, o ar temperado não caracterizado como frio ou quente, demanda alimentos temperados; no estio, período quente e seco, as refeições devem ser compostas por pratos frios e úmidos, alguns dos alimentos sugeridos consistindo em sorvetes e limonadas nevadas. Finalmente, no outono, frio e seco, o alimento deve ser quente e úmido quando nos períodos mais próximos ao estio e quente e seco quando perto do inverno. As alterações provocadas por ambos os fatores – fase da vida e clima –, de acordo com o que se observa mesmo nas referências elencadas por Henriques, encontram fundamento nos escritos hipocráticos, que propõe essas classificações iniciais entre os diferentes climas, classificações tais que serão, mais tarde, melhor desenvolvidas por Galeno, a partir de então sendo associadas a idades e temperamentos específicos – ou seja, o temperamento sanguíneo se vincula à infância e à primavera, a bile amarela ao verão e à juventude, a bile negra ao outono e à maturidade e a fleuma ao inverno e a velhice (JOUANNA, 2012, p. 339).

Do mesmo modo, essa impossibilidade de imposição de regras gerais capazes de conduzir a alimentação voltada à preservação da saúde se impõe sobre aspectos como a ordem ideal para consumo dos alimentos, bem como a respeito dos melhores horários para que fossem feitas as refeições e às quantidades a serem ingeridas. Henriques assinala que, frente à variedade de alimentos que compõe as mesas durante as refeições – podendo estes ser sólidos ou líquidos, de fácil ou difícil cozimento –, é importante que os indivíduos tenham conhecimento da melhor distribuição para o consumo destes. Elucidando alguns estudiosos que também se debruçaram sobre tal tópico, a *Ancora medicinal [...]* aponta as disparidades entre as indicações de ordens mais benéficas propostas. O tratado expõe, assim, a perspectiva de Avicena, que desencorajava qualquer mistura de alimentos, e, em seguida, a contrapõe com as recomendações de Galeno, que instruem os indivíduos a ingerir primeiramente os alimentos considerados tênues[5], de fácil cozimento no

[5] Descritos pelo dicionário de Raphael Bluteau como de pouca substância.

estômago, e, em seguida, os sólidos, que cozem com mais dificuldade.

O médico português concluiu, no entanto, que a ordem em que se ingere as comidas não apresenta grande relevância, uma vez que, durante seu processo de fermentação no organismo daquele que se alimenta, tudo o que foi ingerido se misturará:

> Os alimentos no estomago comutam-se com a virtude do seu ácido por meio de uma fermentação, na qual se confundem de maneira, que os que estão no fundo vem para cima e os que estão em cima vão para baixo, e por isto importa pouco que se tomem primeiro uns, que outros [...] (HENRIQUES, 1731, p. 52).

Ainda, Henriques trabalhará para fixar algumas noções acerca dos horários mais convenientes a serem reservados às refeições, sublinhando algumas reprovações aos que se alimentam sem regramentos – fato que pode ser associado às condenações à gula – e explicando, portanto, que o jantar e a ceia se mostravam suficientes para a nutrição dos indivíduos. O autor determina, portanto, que o horário ideal para o jantar compreendia o período entre às onze horas da manhã e o meio-dia, ao passo que a ceia deveria se suceder das nove às dez horas da noite. Contudo, apesar de tais determinações, acrescenta-se a sugestão ao leitor, de que, durante o estio, o jantar acontecesse mais cedo, de modo que o calor do clima não causasse interferências ao cozimento do alimento no estômago. Observa-se que tais recomendações estavam atreladas ao esquema fisiológico proposto por Galeno, que entendia o estômago como um recipiente constantemente borbulhante, enquanto a digestão consistia no cozimento dos alimentos ingeridos (GENTILCORE, 2016, p. 39).

Ao mesmo tempo em que propõe tais regulamentações relativas ao melhor horário para as refeições, o tratado médico aponta que os indivíduos devessem manter a rotina de refeições com a qual já se encontravam habituados, apontando, como exemplo, aqueles considerados “rústicos”, homens estes que, devido ao trabalho cotidiano intenso, se alimentavam até quatro vezes ao dia. Deste modo, frente à impossibilidade em se estipular horários fixos para cada refeição por conta das diferentes rotinas e, ainda, das distintas características de cada organismo, Henriques recomenda que cada um se guiasse de acordo com aquilo que já estava acostumado e acrescenta aos leitores que “[...] com esta regra vá vivendo, enquanto dela lhe não resultar algum

dano [...]" (HENRIQUES, 1731, p. 58).

Igualmente indetermináveis são as indicações relativas ao questionamento sobre qual deveria ser a maior refeição: o jantar ou a ceia. Henriques aponta que tal temática apresenta contradições mesmo entre aqueles dedicados ao seu estudo, os profissionais que defendem a ceia mais completa se pautando em prescrições dos escritos hipocráticos e em sua convicção de que ingerir maior volume de alimentos no período da noite seria mais benéfico do que o fazer durante o dia. Seguiam, também, o exemplo registrado por Galeno, que afirmava que os antigos, habituados a ceias mais fartas do que os jantares, "[...] viviam séculos com saúde" (HENRIQUES, 1731, p. 62). Acreditava-se, ainda, que o sono favoreceria a concentração do calor e dos espíritos no corpo, facilitando, assim, o cozimento dos alimentos no estômago. Em contrapartida, aqueles que teorizavam sobre os benefícios de um jantar maior do que a ceia adotavam a ideia de que o estômago melhor cozeria os alimentos durante o dia, tal cozimento mostrando-se mais eficaz nos momentos em que os indivíduos encontram-se acordados. Henriques sublinha que

> Ultimamente favorece esta opinião a experiencia de que os homens, que ceiam pouco, passam muito melhor as noites que os que ceiam muito; e por nenhuma outra causa é senão porque como de noite se não faz também o cozimento de estomago, os que comem muito, passam mal pelo enfado, com que o estomago coze, ou não pode cozer tanto alimento (HENRIQUES, 1731, p. 63-64).

Frente a distintos pontos de vista acerca das quantidades ideais a serem ingeridas no jantar e na ceia, o doutor Mirandela conclui que não existem certezas acerca do horário em que o estômago melhor coze os alimentos. Por isso, desde que se seguissem os princípios de uma alimentação sem exageros, não seriam relevantes as ponderações voltadas a qual das refeições deveria ser maior.

Entre os demais aspectos a serem ressaltados acerca da *Ancora medicinal [...]*, vale apontar a menção de Henriques à crença comum de que a repetição dos mesmos alimentos no jantar e na ceia seria prejudicial à saúde dos indivíduos. Contudo, para o médico, o ingrediente que causasse algum mal durante o jantar seria igualmente nocivo na ceia, uma vez que o período do dia no qual determinada comida fosse consumida não ocasionaria interferências nas

reações do organismo daquele que o ingeriu. Henriques também alerta que o modo de preparo dos alimentos não acarreta alterações de sua natureza. Entretanto, explica que os alimentos cozidos são digeridos mais facilmente pelo estômago, ao passo que as refeições assadas, por conservar a umidade dos nutrientes, caracterizam-se como mais favoráveis à nutrição.

Observa-se que, em grande medida, a experiência mostrava-se imprescindível à obtenção de conhecimentos relativos à dietética, fato evidenciado por Galeno que, embora não deixe atribuir relevância à razão no estudo dos elementos voltados à alimentação – bem como naqueles direcionados à farmácia –, coloca a experimentação como exercício ainda mais significativo (EIJK, 2005, p. 279-280). Ainda que Galeno defenda que a experiência fosse usada por aqueles que detivessem qualificações para tal – especialmente ao se buscar desvelar as potencialidades de alimentos e fármacos (EIJK, 2005, p. 280) –, a partir da leitura da *Ancora medicinal [...]*, percebe-se a conveniência de que os indivíduos sejam capazes de compreender aspectos acerca do modo como cuidar da manutenção de sua saúde, frente às influências externas a que este está submetido. Deste modo, o intuito de deter tais influências – que, por sua vez, acarretam a desordem dos humores corporais –, traz a necessidade de intervenção do próprio sujeito, ainda que esta deva acontecer em menor grau se comparado às interferências empreendidas pelos médicos, com a administração de medicamentos em casos de enfermidades (HOLMES, 2018, p. 68).

3. ALGUMAS DIETAS RECOMENDADAS PELO DOUTOR MIRANDELA

Após considerar aspectos como os fatores climáticos e as quantidades em que os alimentos deveriam ser ingeridos e, ainda, norteando-se a partir da idade e temperamento dos indivíduos, tudo isso direcionado à prescrição das comidas consideradas adequadas para a composição das refeições, Francisco da Fonseca Henriques explora as qualidades de uma série de alimentos e bebidas específicos. Para além das características de sua natureza, as potencialidades medicinais e dietéticas do ingrediente em questão também

serão assinaladas ao longo da descrição fornecida pelo tratado.

Em meio a tais empreendimentos dedicados a desvendar os atributos dos alimentos, vale sublinhar a chamada doutrina das assinaturas, que pressupunha que cada elemento da natureza – especialmente os animais e plantas, componentes das refeições dos indivíduos – fosse dotado de propriedades particulares, propriedades estas que lhes teriam sido concedidas por Deus (ARAUJO, 1992, p. 57). Acreditando que estas substâncias originárias da natureza seriam destinadas a suprir às necessidades humanas (ARAUJO, 1992, p. 57), a teoria das assinaturas depositava sobre o homem a responsabilidade de investigação das características dos elementos do mundo natural, partindo, sobretudo, de seus traços fenotípicos (CARNEIRO, 2002, p. 44), de modo que tal investigação os tornassem úteis a propósitos como a manutenção e conservação da saúde dos sujeitos.

Embora a doutrina das assinaturas tenha perdido parte da influência de que dispunha anteriormente, esta, juntamente da teoria humoral hipocrático-galênica, teria se configurado como uma das grandes responsáveis pelo ordenamento do mundo natural (CARNEIRO, 2002, p. 45). Além disso, a partir do que vem sendo exposto, observa-se que a dietética estaria compreendida como parte da definição de droga estabelecida no interior dos escritos hipocráticos, cuja caracterização a situa como substância capaz de interferir nas qualidades que regem o corpo, quando ingeridas por este (CARNEIRO, 1994, p. 44). Nesse sentido, tendo em vista o respaldo encontrado pela *Ancora medicinal [...]* na teoria humoral e a possibilidade de existência, no tratado, de aspectos que remetem à doutrina das assinaturas – uma vez que, ao longo da terceira e quarta seções, Henriques se dedica a discorrer sobre as qualidades e deficiências de alimentos particulares –, seguiremos apresentando algumas das instruções e explicações fornecidas pelo médico português acerca de determinados ingredientes.

Um dos alimentos a receber especial enfoque na obra é o pão, ao qual o doutor Mirandela dedica dois capítulos: o primeiro referente ao pão feito do trigo e o segundo voltado ao uso de outros grãos em sua fabricação. Elucidando os benefícios desta comida, retratada como fundamental para que uma mesa fosse

julgada completa e sem a qual os indivíduos não poderiam considerar-se perfeitamente nutridos, Henrique registra que o pão seria "[...] o melhor e mais comum alimento de quantos usam os homens; porque sobre ser como triaga e corretivo, é o que mais substancialmente impinge e nutre o corpo [...]" (HENRIQUES, 1731, p. 84). Dando enfoque inicial ao trigo, cereal cujos primeiros plantios – ainda que não destinados a panificação – datam da pré-história (BAKER, 1970, p. 63), a *Ancora medicinal [...]* classifica-o como o mais nutritivo dos grãos utilizados para a produção do pão. Henriques descreve o trigo e, consequentemente, o pão feito com a farinha de trigo, como tendo a natureza temperada, alertando, ainda, que o cereal deveria ser escolhido quando "[...] duro, denso, pesado, louro, claro, e leve, maduro, limpo, e criado em terra forte, e pingue, e colhido de três meses" (HENRIQUES, 1731, p. 85).

Apesar da ênfase dada à presença do pão na dieta, o autor não deixa de pontuar os malefícios de consumir esse alimento em exagero, ressaltando que, quando ingerido, passaria por um segundo processo de fermentação, se expandindo de modo que o espaço no estômago fosse insuficiente e se dilatasse. Como consequência, as veias e artérias do corpo seriam comprimidas, impossibilitando a circulação do sangue, provocando, assim, males como a apoplexia, síncopes e sufocações. Embora Henriques atribua especial importância ao trigo na composição das dietas, sabe-se que esse grão era de difícil cultivo nos terrenos de Portugal, o que fez com que a importação fosse indispensável para sua presença nas refeições da população lusa, a garantia da disponibilidade do pão, por parte do governo, sendo considerada elemento essencial para evitar o descontentamento dos homens (FERRÃO, 1992, p. 16).

Tais dificuldades de acesso ao trigo talvez sirvam como justificativa para o destaque depositado pelo doutor Mirandela ao pão produzido com centeio, este, por sua vez, descrito como frio e seco e apontado como sendo "[...] o sustento da maior parte de Portugal, e de Galiza" (HENRIQUES, 1731, p. 92). Mesmo com a notoriedade que lhe fora conferida à mesa portuguesa, o tratado ressalta seu difícil cozimento no estômago, fato que faria com que fosse ideal ao sustento dos trabalhadores e prejudicial àqueles que possuíam rotinas sedentárias. O centeio, juntamente da aveia – outro grão de fácil cultivo e que

também era utilizado no lugar no trigo para a panificação –, caracterizava-se como elemento amplamente utilizado desde o Medievo, sobretudo em virtude de seu farto rendimento – especialmente quando comparado ao trigo (MONTANARI, 1998, p. 287).

Com relação a aveia, a *Ancora medicinal [...]* aponta que esta, qualificada como cálida, bem como a cevada – outro ingrediente elencado no tratado com substituto para o trigo na fabricação do pão –, de característica fria e seca, não seriam significativas na nutrição dos indivíduos, sendo utilizadas sobretudo entre as populações mais pobres. No entanto, ambas seriam úteis em caldos, a cevada destinada aos homens de temperamento quente, sendo considerada eficaz "[...] nas tosses quentes, e secas, nas convulsivas, nos héticos e nos tísicos" (HENRIQUES, 1731, p. 94), ao passo que a aveia, ainda que se destinasse aos mesmos males, era menos indicada em função de sua natureza, suas virtudes diuréticas contribuindo para que fosse empregada contra achaques de pedras e áreas.

Os animais quadrúpedes também ganham destaque entre os insumos elencados por Henriques, este, dentre os três gêneros de animais presentes na dieta dos homens – os demais consistindo nos voláteis e os peixes – sendo considerado como o mais nutritivo, atribuição que lhe é concedida em virtude de sua solidez, dureza e substância. Como consequência, a *Âncora medicinal [...]* registra a dificuldade do estômago em cozer tal alimento, cada espécie levando um intervalo de tempo específico para completar tal processo, a depender de características como a idade do animal, o pasto de onde veio e o modo como sua carne foi preparada. O tratado ressalta a influência de tais características na classificação da carne do quadrúpede e na identificação de suas propriedades, alertando para as particularidades que cada aspecto distintivo do animal pode representar, tal como se constata a partir da indicação, proposta no livro, de diferentes naturezas na carne nova e na carne velha:

> As carnes de animais novos são moles, mucosas, úmidas e excrementosas; cozem-se com facilidade e provocam o ventre; e pela sua mucosidade e partes excrementícias que tem, se não devem comer antes de um mês. E pelo contrário, as carnes dos animais velhos, e decrépitos são duras, secas, nervosas, incoctíveis, ou ao menos cozem-se mal e nutrem pior; porque dão pouco alimento e esse crasso melancólico, seco; e por isto

> causam indigestões, cólicas, obstruções, hipocondrias (HENRIQUES, 1731, p. 96).

Os legumes também recebem atenção de Henriques, que reforça sua frequência, sobretudo, na alimentação daqueles que chama como "rústicos" – mesmo que não deixe de aparecer em mesas nobres. Entre os legumes elencados pelo português, temos a ervilha, caracterizada como fria e seca ou fria e úmida, caso estejam em forma de favas ou verdes, respectivamente. Usada por muito tempo na composição do pão fabricado por ordens religiosas (RIERA-MELIS, 1998, p. 402), a ervilha foi caracterizada por seu difícil cozimento e, consequentemente, por provocar obstruções. Esse mantimento teria como um de seus atributos a suspensão dos cursos, embora os fatores sobressalentes da exposição do médico português sejam suas contraindicações, não devendo ser utilizada pelos hipocondríacos e por aqueles de temperamento melancólico.

Outro legume abordado é a lentilha que, descrita como fria, seca, crassa e adstringente, foi apontada por Francisco da Fonseca Henriques como o pior legume. Em função de seu difícil cozimento, seria responsável por gerar uma substância crassa e melancólica, que, entre outros prejuízos à saúde, levaria a obstruções e a males que atingiriam as vistas, a cabeça e a barriga. Ademais, podemos mencionar como mais um legume destacado na *Ancora medicinal [...]* o arroz, que, amplamente cultivado na porção oriental do globo – onde também se trabalhou para o aprimoramento desse alimento – (FERRÃO, 1992, p. 13), foi considerando como um insumo de grande contribuição ao desenvolvimento de civilizações asiáticas por conta de seu valor como cereal de subsistência (BAKER, 1970, p. 11-12). Ao contrário da lentilha, o arroz é referido por Henriques como o melhor e mais nutritivo dos legumes, sendo comum a qualquer mesa, independente da condição social daquele que o consome. O arroz teria natureza quente e seca e, mesmo que apresentasse mal cozimento no estômago – além dos riscos de provocar obstruções –, quando digerido, colaboraria para a nutrição dos sujeitos. Ainda, acrescenta-se que, além de ser útil contra diarreias e disenterias,

> Tem o arroz virtude incrassante, e adstringente, e por isto é útil em todos os frouxos, e fluxões que dependem de humores tênues; e assim é remédio nas tosses desta causa; aproveita aos que lançam sangue pela boca, aos tísicos, e finalmente aos que

> padecem achaques por fluxões de humores delgados (HENRIQUES, 1731, p. 265).

Quanto às bebidas elencadas ao longo da *Ancora medicinal [...]*, tem destaque o chocolate, "[...] a melhor bebida de quantas inventaram os Castelhanos" (HENRIQUES, 1731, p. 448). Vale destacar que sua natureza, indicada como quente, equivalia à de parte dos elementos componentes da bebida, a saber: a baunilha, canela e o açúcar. Entretanto, sua composição também contava com substâncias de temperamento frio, tais como o cacau e a água, a intensidade do calor da bebida variando de acordo com a maneira como esta era preparada, embora sua caracterização como quente e seca não fosse perturbada. Pode-se ressaltar que o consumo das bebidas derivadas do cacau era há muito empreendido pelos chamados povos mesoamericanos – consumo este que remonta de antes da chegada dos europeus à América – e, ainda, que essa planta de origem americana teve a difusão de uma de suas espécies iniciada, provavelmente, a partir do Brasil rumo a ilhas da África, disseminação tal que fornece indícios da admiração adquirida pelo cacau e pelos líquidos dele obtidos nas dietas (MACLEOD, 2000, p. 635-636).

Entre suas várias virtudes, o chocolate teria potencial para auxiliar o cozimento do estômago, operando contra as fleumas, flatos e cruezas. É descrito como nutritivo, confortativo, útil contra indigestões, vertigens, cólicas de natureza fria e uterinas. Atuando como reforço ao calor corporal, o chocolate ainda contribuiria para a formação do que Henriques chama de sangue espirituoso e, por isso, atuaria na restauração das forças. Contudo, a bebida também apresenta contraindicações não devendo ser utilizada em excesso "[...] porque fará os danos de esquentar as entranhas, inquietar os espíritos, esturrar os alimentos, causar febres, indigestões, cólicas quentes, tenesmos, vigílias, e outros males de calor, principalmente se se usar em temperamentos quentes, secos, adustos [...]" (HENRIQUES, 1731, p. 150).

Também recebe ênfase na *Ancora medicinal [...]* o café, que embora originário do continente africano – possivelmente da Etiópia –, teria sido domesticado na Arábia e seu consumo adquirido impulso na Europa a partir do século XVII (TOPIK, 2000, p. 641-642). Enquadrado por muito tempo na categoria de "droga", o café foi muito associado ao racionalismo em virtude de

sua propriedade como “desembriagador” e, também, por agir contra a sonolência (CARNEIRO, 2003, n.p.). Essa bebida, cujo temperamento é compreendido como quente e seco – assim como o chocolate –, teria, entre suas virtudes medicinais, a capacidade de colaborar para a digestão de outros alimentos, atuar em favor dos ânimos e como confortativo para a memória, além de ser útil contra vertigens, paralisias, males dos olhos e dos ouvidos, bem como nas cólicas de causa fria – em contraposição à natureza da bebida. No entanto, o tratado alerta, novamente, para o uso excessivo do alimento e adverte sobre sua administração nos males qualificados como quentes e, também, acerca de sua ingestão por indivíduos magros ou detentores de natureza quente e biliosa, podendo, nesse caso, provocar paralisias e estupores.

Finalmente, outra bebida trabalhada por Henriques e digna de ser elucidada consiste no vinho, que embora caracterize-se, em geral, por sua natureza quente e seca, tem distintas propriedades a depender da variedade em que se apresenta, podendo alternar em sabor, cor, cheiro e idade. Em meio aos diversos vinhos elencados pelo doutor Mirandela, tem-se os brandos, identificados como pouco quentes, parcamente nutritivos, com características semelhantes à água e muito úteis como diuréticos. Em segundo lugar, tem-se o vinho forte, acerca do qual a obra sublinha suas contraindicações àqueles com natureza quente, nos quais pode provocar febres e reumatismos. Ademais, menciona-se o vinho negro, de temperamento melancólico e caracterizado como a variedade mais nutritiva, mas capaz de provocar obstruções e hidropisias; os vinhos vermelhos e rosados, os mais escuros consistindo nos mais nutritivos e, por fim, os vinhos de meia idade, indicados tanto para os enfermos como para as pessoas que se encontram já em estado saudável.

Vale destacar que o processo ancestral de produção de vinho – ou seja, a fermentação, processo este de ocorrência natural – foi objeto de diversas tentativas de aprimoramento por parte dos homens (NEWMAN, 2000, p. 730). Nesse sentido, pode-se mencionar como uma das adaptações pela qual passou a bebida sua diluição na água, comum durante a Idade Média e que permitia a transformação da densidade e acidez do vinho (MONTANARI, 1998, p. 287). A mistura do vinho na água é mencionada por Henriques quando se refere aos

vinhos fracos e fortes, a predominância da água ou do fermentado na composição sendo determinantes para a constatação de suas potencialidades e dos efeitos que produz no corpo dos indivíduos.

Uma série de outros ingredientes são elencados ao longo da *Ancora medicinal [...]*, que se dedica a evidenciar as propriedades naturais e virtudes médicas de cada um. A partir disso, o livro fornece pistas acerca das composições dietéticas ideais a cada indivíduo, a depender da correspondência entre o alimento e o temperamento daquele que o consome. Observa-se, deste modo, que os preceitos da teoria humoral se mostram presentes em meio às análises do doutor Mirandela a respeito das qualidades dos alimentos e de sua serventia na dieta dos indivíduos, com vista tanto a indicar os atributos medicinais de cada ingrediente abordado, mas, principalmente, reforçar o modo como tais alimentos e bebidas deveriam ser utilizados, de modo que agissem em benefício do equilíbrio dos humores no corpo dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os impulsos da medicina Setecentista em adentrar novos âmbitos da vida dos indivíduos – como os meios privado e familiar –, as obras medicinais passaram a fornecer aos leitores conselhos e regulamentações sobre seus corpos (ABREU, p. 22). Importava, então, que esse modelo de conhecimento, fundamental à preservação da saúde, não mais se restringisse aos profissionais curadores e passasse a ser disseminado por entre as demais populações, para que estas pudessem acessar informações úteis à manutenção de seus corpos e, então, atuassem em favor dessa medicina voltada à conservação da vida.

Tendo em vista, portanto, a divulgação de informações medicinais que, aliadas especialmente a dietética, pretendem conduzir o indivíduo a atividades que dificultem o surgimento de doenças, Henriques se dedica à confecção de um livro médico que busca atingir um amplo público. Entende-se, assim, que embora seja relevante que o curador saiba identificar o temperamento daqueles que atende em casos de cura de enfermidades, a conservação da saúde exige que os próprios indivíduos sejam conhecedores sua própria fisiologia e tenham

ciência dos alimentos capazes de contribuir para esse empreendimento de preservação contra as doenças. Nesse sentido, observa-se, ao longo da *Ancora medicinal [...]*, a importância de que os sujeitos, mais do que os médicos, estejam habilitados a identificar, entre os alimentos, aqueles que melhor contribuem à manutenção de sua saúde.

Percebe-se, portanto, que o tratado confeccionado pelo doutor Mirandela aborda os cuidados medicinais através de um prisma preventivo, as artes médicas, aliadas à dietética, sendo encaradas não como responsáveis unicamente pela restauração da saúde de um corpo enfermo, mas como encarregadas de atuar para que tais males nunca viessem a emergir. Desta forma, a dietética teria papel fundamental na concretização de tal feito, uma vez que, seguindo os seus princípios, os indivíduos seriam capazes de operar em benefício de sua vida. Nessa esteira, a partir da ingestão de alimentos de temperamento compatíveis ao seu – isto é, comidas que não provocassem graves alterações na balança humoral –, bem como por meio do exercício da moderação e do abandono da rotina sedentária, se ocupando de atividades entre os quais constam o trabalho, os homens teriam à disposição os instrumentos necessários para conservar a vida sem grandes perturbações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luis Neves. **O Corpo, a Doença e a Saúde**: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 302. 2006.

ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes Culinários e a Botica Doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português (séculos XVI-XVIII). In: **Sæculum - Revista de História**, [S. l.], n. 27, pp. 13-30, 2012.

ARAÚJO, Maria Benedita***. O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII***. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

BAKER, Herbert G. **Plants and Civilization**. California: Wadsworth Publishing Company, Inc., 1970.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...:** autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos, p. 110, volume 2.

BLUTEAU, Raphael**. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...:** autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v., 2 suplementos: [12 p. sem numeração], p. 243, 164, 237, volume 4.

CARDOSO, Adelino; COSTA, Palmira Fontes da (orgs.). Botânica, Medicina e Cultura. In: CARDOSO, Adelino; COSTA, Palmira Fontes da (orgs.). **Botânica, Medicina e Cultura nos Colóquios de Garcia de Orta**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

CARNEIRO, Henrique. **Amores e Sonhos da Flora**: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, Mezinhas e Triacas**. As drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã VM Ed. e Gráfica, 1994.

CASTRO, Inês de Ornellas e. Prática médica e alimentação nos textos portugueses seiscentistas. In: COSTA, Palmira; CARDOSO, Adelino (ed.). **Percursos na História do Livro Médico (1450-1800).** Lisboa: Edições Colibri, 2011.

DIAS, José Pedro Sousa. **A Farmácia e a História**. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica. Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

EIJK, Philip J. van der. **Medicine and Philosophy in Classical Antiquity.** Doctors and Philosophers on Nature, Soul, Health and Disease. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

FERRÃO, José E. Mendes. **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.

FLANDRIN, Jean-Louis. Da dietética à gastronomia, ou a libertação da gula. In: FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GENTILCORE, David. **Food and Health in Early Modern Europe:** diet, medicine and Society, 1450-1800. Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2016.

HENRIQUES, Franco da Fonseca. **Ancora medicinal para conservar a vida com saude.** Lisboa Ocidental: Na oficia de Miguel Rodrigues, 1731.

HOLMES, Brooks. Body. In: PORMANN, Peter E. (ed.). **The Cambridge Companion to Hippocrates**. Reino Unido: Cambridge University Press 2018.

JOUANNA, Jaques. **Greek Medicine from Hippocrates to Galen**: selcted papers. Leiden; Boston, 2012.

LINDEMANN, Mary. **Medicine and Society in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MACLEOD, Murdo. Cacao. In: KENNETH, F. Kiple; ORNELAS, Kriemhid Coneè

(eds.). **The Cambridge World History of Food**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

MAIA, Patrícia Albano. **Práticas Terapêuticas Jesuíticas no Império Colonial Português:** medicamentos e boticas no século XVIII. 2012. (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no Setecentos. In: **Varia História**, Minas Gerais, v. 20, n. 32, p. 37-47, 2004.

MAZZINI, Innocenzo. A alimentação e a medicina no mundo antigo. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (ed.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MONTANARI, Massimo. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

NEWMAN, James I. Wine. In: KENNETH, F. Kiple; ORNELAS, Kriemhid Coneè (eds.). **The Cambridge World History of Food**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

PALMESI, Lucas. **Saber e sabor:** corpo, medicina e cozinha na obra de Francisco da Fonseca Henriques. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 320. 2014.

RIERA-MELIS, Antoni. Sociedade Feudal e Alimentação (séculos XII e XIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

TOPIK, Steven C. Coffee. In: KENNETH, F. Kiple; ORNELAS, Kriemhid Coneè (eds.). **The Cambridge World History of Food**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

Recebido em 18/09/2024.

Aprovado para publicação em 16/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"AS CIÊNCIAS NO BRASIL" (1955)
Biografia de um livro para a historiografia das ciências no Brasil

"THE SCIENCES IN BRAZIL" (1955)
Biography of one book for the historiography of sciences in Brazil

AGENOR MANOEL DA SILVA FILHO[1]

RESUMO

Este trabalho apresenta de forma sucinta a história do livro "As Ciências no Brasil", publicado em 1955. Obra que reuniu quatorze importantes cientistas brasileiros para escrever o trabalho que é considerado a primeira síntese da história das ciências no Brasil. Utilizando cartas, manuscritos e matérias de jornais, tento descrever os processos de produção do livro e tecer algumas considerações sobre sua primeira recepção, dando ênfase aos aspectos materiais da obra para entender também a função-autor desempenhada pelo seu organizador, Fernando de Azevedo.

Palavras-chave: *As Ciências no Brasil*; Livro; História; Materialidade; Recepção.

ABSTRACT

In a brief way this work presents the history of the book "The Sciences in Brazil", published in 1955. Bringing together fourteen important Brazilian scientists to write a work that is considered the first synthesis of the history of sciences in Brazil. Using letters, manuscripts and newspapers, I try to describe the book production process and make some considerations about its first reception, giving emphasis on the material aspects of this book in order to also understand the author-function played by its organizer, Fernando de Azevedo.

Keywords: *The Sciences in Brazil*; Book; History; Materiality; Reception.

INTRODUÇÃO

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp, Guarulhos, SP, Brasil). Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL-UFRB). E-mail: agenorbaoba@gmail.com. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela bolsa que tem possibilitado a realização deste e de outros trabalhos; à profa. dra. Maria Rita de Almeida Toledo (*in memoriam*) pela orientação e por tudo que ensinou (e ensina); ao prof. dr. Fábio Franzini, atual orientador; à Arturo Alcorta, pelo incentivo constante; à Olga Vieira, Arnaldo Vieira e Marisete (Zete) Alves, pelo contínuo apoio.

Em um número máximo de trinta páginas e num intervalo de seis meses, escrever toda a história das ciências no Brasil, "desde as primeiras manifestações até o seu estado atual".[2] Estas foram as instruções iniciais dadas por Fernando de Azevedo (1894-1974) aos colaboradores que integrariam a lista de autores do livro *As Ciências no Brasil*, publicado no final de 1955 pela Editora Melhoramentos, é considerada a primeira obra de síntese geral da história das ciências no Brasil.

Em dois volumes ricamente ilustrados, somando um total de 878 páginas (na primeira edição), a obra reuniu os trabalhos de 14 eminentes cientistas da época sob a organização e direção de Fernando de Azevedo (que também escreveu a Introdução e um dos capítulos). Tornou-se, assim, uma obra "monumental", "enciclopédica", que congregou a história de diferentes áreas, desde a Matemática até a Antropologia e Sociologia no Brasil. Um livro que, para muitos, resume a historiografia das ciências no Brasil da primeira metade do século XX; sempre citada nos estudos de revisão e crítica historiográfica do campo da História das Ciências no Brasil (HCB), a obra foi pouco investigada em suas dimensões históricas de produção e circulação.

De onde surgiu a ideia para a publicação deste livro? Por que Azevedo foi escolhido para organizar e planejar a obra? Que critérios utilizou para escolher os cientistas que colaborariam com a escrita dos capítulos? Como foi a primeira recepção do livro, em meados da década de 1950? Essas perguntas iniciais me guiaram na busca de entender em que contexto a obra foi concebida, quais projeções foram feitas sobre ela e quais as intenções que os editores e o próprio Azevedo pretendiam com sua publicação.

A bibliografia crítica sobre a história da historiografia das ciências no Brasil indicia a importância historiográfica da obra (SILVA FILHO, 2024), e o recente estudo de Rayane Oliveira (2016) é uma das investigações que abrem o caminho para pensar neste livro como objeto histórico em si.

Partindo disso, neste texto apresento alguns resultados da pesquisa mais ampla que tem sido feita sobre o livro *As Ciências no Brasil* e seu organizador, Fernando de Azevedo. Em virtude dos limites exigidos para este trabalho, minha

[2] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,08 – 10 dezembro de 1952.

preocupação está voltada apenas para (1) a análise da história da produção do livro, que abarca o período de 1952 a 1955, (2) os cientistas escolhidos para colaborarem com sua escrita, (3) as características materiais da obra e (4) alguns apontamentos acerca de sua recepção na década de 1950.

Narrar o que estou caracterizando como “biografia de um livro”, termo que tomo de empréstimo de Marisa Deaecto (2021, p. 31), significa rastrear os meandros de sua concepção e acompanhar os significados e interpretações que lhes foram atribuídos a partir de suas publicações (e mesmo antes de ser publicado). Mas também envolve investigar os sujeitos que atuaram diretamente em sua produção, autores, organizador, editor, idealizador. A história do livro, como já afirmou Donald F. McKenzie (2018, p. 12) é “um tipo de estudo relevante à história de toda disciplina que depende de textos”, mas tal estudo não pode ficar limitado apenas à análise dos próprios textos (MCKENZIE, 2018, p. 26). A forma material do livro (capa, contracapa, orelhas, layout, fontes, disposição de notas, divisão dos parágrafos etc.) é parte também fundamental para se pensar uma “biografia do livro”. Para James Raven (2023, p. 21), “uma tarefa essencial do historiador do livro é certamente demonstrar como diferentes formas materiais de livros produzem diferentes leituras e múltiplos significados.”

Utilizo os trabalhos de Roger Chartier (2012; 2021), Michel Foucault (2009), João Adolfo Hansen (2019), Gerard Genette (2009), Antoine Compagnon (2010), entre outros, para operacionalizar algumas das análises tecidas neste estudo. É importante dizer, porém, que, dado o caráter indefinido da pesquisa, os resultados aqui compartilhados estão marcados por um estilo ensaístico, que expressam, portanto, a intenção de estabelecer diálogos críticos mais do que expor conclusões acabadas.

1. A CONCEPÇÃO DO LIVRO.

Foi no dia 5 de janeiro de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, no 17º andar da Agência Metropolitana, Av. Rio Branco, n. 138, em uma célebre reunião dos dirigentes da SulAmérica Companhia de Seguros de Vida, da SulAmérica Terrestre Marítimos e Acidentes, da SulAmérica Capitalização e do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que a *Instituição Larragoiti* foi fundada, e na mesma

ocasião foi apresentado seu estatuto, dispondo de vinte e um artigos que enfatizavam o caráter social e filantrópico da autarquia.[3]

Imagem 1: Criação da Instituição Larragoiti

SUL AMERICA Março 1951 9

INSTITUIÇÃO LARRAGOITI

AUSPICIOSA foi a data de 5 de janeiro de 1951, a qual, certo, permanecerá na memória de todos quantos trabalham nas Companhias "SUL AMERICA" e no "LAR BRASILEIRO", por assinalar a fundação da "INSTITUIÇÃO LARRAGOITI", cujo fim será prestar assistência social, não apenas aos funcionários das quatro emprêsas, mas, também, às pessoas componentes de suas famílias.

Numa demonstração de largo descortínio, quiseram os principais dirigentes dessas emprêsas estender amparo espiritual e material, de maneira permanente e efetiva, a todos os seus colaboradores, sem distinção de categoria, antecipando-se, como sempre têm feito, a quaisquer outras iniciativas nesse terreno.

A obra, que se inicia com a doação de vinte milhões de cruzeiros, tem completas possibilidades de êxito e constituirá para todos os empregados benefício de larga significação. E a leitura dos estatutos da "INSTITUIÇÃO LARRAGOITI", que transcrevemos no final, dispensa qualquer comentário.

Para comunicar a boa nova, o Sr. Antonio Sanchez de Larragoiti Junior fez reunir no 17.º andar da Agência Metropolitana da "SUL AMERICA" — Vida, à Avenida Rio Branco n.º 138, todos os Diretores, Oficiais e representantes do corpo de funcionários das quatro emprêsas — "SUL AMERICA", Companhia Nacional de Seguros de Vida; "SUL AMERICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES; "SUL AMERICA CAPITALIZAÇÃO" e "BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO" — e, perante numeroso auditório, proferiu as seguintes palavras:

Meus queridos colegas, meus caros companheiros de trabalho das Companhias "Sul America" e do "Banco Hipotecário Lar Brasileiro":

Domina os dirigentes destas Emprêsas, desde os primórdios da sua fundação, o empenho de conseguir a maior cooperação entre todos os seus colaboradores. Nossos auxiliares compreenderam, de início, o alcance social da nossa obra e quanto o seu bom êxito significaria, uma conquista para a coletividade.

O trabalho para nós não tem sido uma simples tarefa a cumprir, pois traz em si uma mensagem que ultrapassa a rotina, para atingir plano mais nobre.

Nêste período de atividades das nossas Companhias, temos concorrido para que os nossos segurados, a par dos nossos companheiros de labor, conheçam a tranquilidade das noites sem pesadelos, da mocidade sem privações, da velhice sem misèria.

Prosseguindo no desenvolvimento do programa traçado por seus fundadores, há mais de cinqüenta anos, os atuais Diretores das Companhias que formam o Grupo "Sul America" e "Lar Brasileiro" alegram-se de haver podido, cada qual no âmbito das suas realizações, edificar obras que contribuem para

Sr. Dr. Antonio Sanchez de Larragoiti Junior quando lia seu discurso — A sua direita o sr. Antonio Ernesto Waller, e à esquerda o sr. Antonio M. Márquez, todos Diretores da Companhia

Sr. Dr. João Vicente Campos, advogado de Salma, no momento em que procedia à leitura da saudação em nome dos funcionários das quatro Companhias

Fonte: Revista *SulAmerica*, n. 123, p. 9 (1951)

A Instituição seria presidida por Antônio Larragoiti Júnior (membro da família que fundou a SulAmérica, em 1895), mas a direção executiva ficou a cargo do médico criminologista Leonídio Ribeiro (1893-1976), aquele que transformaria os projetos e ideias em realizações concretas. Sob a direção de Ribeiro, a Instituição Larragoiti buscou empreender uma “obra de assistência social aos brasileiros das classes menos favorecidas pela fortuna”. Para isso, planejava-se "cuidar do bem-estar de uma parte dos trabalhadores brasileiros", sobretudo a dos próprios funcionários e colaboradores daquelas companhias, com a criação de hospitais e outras instituições de serviço geral à saúde e lazer, mas também, nas palavras de Ribeiro, "cuidar dos problemas de recreação e

[3] Instituição Larragoiti. *SulAmerica*, ano XXXII, n. 123, p. 9-14, jan./mar. 1951.

melhoria do grau de cultura de nossos funcionários, por meio de filmes educativos, bibliotecas e cursos de aperfeiçoamento e especialização".[4]

Esta obra de assistência social, em sua dimensão cultural e "sem interesse de ordem comercial", tinha como objetivo "publicar uma série de volumes que irão constituir uma enciclopédia de assuntos brasileiros, em edição de luxo, procurando assim corresponder aos anseios dos sábios e artistas para servir aos interesses da cultura nacional".[5] Foi desta forma que Leonídio Ribeiro contextualizou a publicação do primeiro volume de *As artes plásticas no Brasil*, em 1952, organizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), que àquela época presidia o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Em 28 de setembro de 1952, ao ser entrevistado para o jornal *Diário Carioca*, Leonídio Ribeiro projetava publicar as seguintes obras: *A literatura no Brasil* (organizada por Afrânio Coutinho), *A medicina no Brasil* (organizada por Aloysio de Castro, Antônio de Almeida Prado e pelo próprio Leonídio Ribeiro), *As ciências no Brasil* (organizado por Fernando de Azevedo), *História do Brasil* (organizado por Otávio Tarquínio de Sousa) e *Geografia do Brasil* (organizado por Delgado de Carvalho).[6]

Foi nesta entrevista ao *Diário Carioca* que Ribeiro anunciou o convite ao "professor Fernando de Azevedo para organizar o plano de um volume sobre 'As Ciências no Brasil'".[7] Semanas depois (13 de outubro), em carta à Azevedo, Ribeiro oficializou o convite, mas tudo indica que o diretor executivo da Larragoiti já havia recebido a confirmação por parte de Azevedo na ocasião em que os dois se encontraram em São Paulo, como podemos ler nesta primeira carta:

> Meu caro amigo
> Recebo com alegria sua carta e agradeço as amáveis referências sobre o livro em que procurei retratar o nosso grande Afrânio [Peixoto].
> Junto você encontrará o convite oficial para dirigir o volume sobre "As Ciências no Brasil".

[4] RIBEIRO, Leonídio. Fundação Larragoiti. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano XXXII, n. 9466, p. 4, 7 mar. 1951.

[5] "As artes plásticas no Brasil" vieram preencher uma lacuna. Entrevistado: Leonídio Ribeiro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 7436, p. 3 e 10, 28 set. 1952.

[6] Idem.

[7] Idem.

> Gostaria de pedir-lhe que me mandasse o plano geral da obra, antes de fazer os convites a todos os colaboradores, pois a orientação seguida, nos demais tomos, é a de distribuir as matérias entre colaboradores de vários centros do país, a fim de não lhe dar um caráter regionalista.
> Tenho aqui no Rio alguns nomes que desejaria sugerir a você, para também participar/em de nossos esforços no sentido de *realizar uma coisa digna do Brasil*.
> Seu velho amigo e admirador
>
> Leonídio Ribeiro.[8]

Junto com esta carta, outras duas foram enviadas no mesmo dia e apresentaram informações importantes sobre as projeções que estavam sendo feitas então. No convite, lemos:

> Tenho o prazer de confirmar o convite que lhe fiz, pessoalmente, em São Paulo, para redigir o plano e coordenar os trabalhos de redação e acompanhar a impressão do volume intitulado 'As Ciências no Brasil', da coleção de obras sobre assuntos brasileiros que a Instituição Larragoiti está editando, dentro do seu programa cultural.[9]

Nesta correspondência, são estabelecidos os honorários destinados aos autores que colaborariam com a produção do livro:

> Os colaboradores serão pagos à razão de Cr$300,00 (trezentos cruzeiros) por página, sendo previamente fixado um limite máximo de folhas datilografadas, para a colaboração de cada um deles.
> Os honorários que lhe caberão por este trabalho serão de dez mil cruzeiros, pagos por ocasião da terminação dos trabalhos de redação e impressão do volume.
> Esperando sua resposta favorável ao nosso convite, aproveito a oportunidade para lhe apresentar os meus cordiais cumprimentos. [10]

Alguns dias depois (21 de outubro), com a reconhecida atenção que dava a todas as suas correspondências,[11] Azevedo respondeu a carta-convite de

[8] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,03 – 13 de Setembro de 1952.

[9] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,02 – 13 de Setembro de 1952.

[10] Idem.

[11] Para conhecimento do perfil de Fernando de Azevedo (pelo olhar daqueles que o conheceram), ver: Maria Luiza PENNA (2015) e o número especial da **Revista IEB**, n. 37 (1994).

Ribeiro, traçando desde então os contornos da estruturação para o livro – transcrevo abaixo a carta integralmente:

> Senhor Diretor,
> em carta de 13 do corrente mês me confirma vossa senhoria o convite que me fez, pessoalmente, em S. Paulo, para redigir o plano e coordenar os trabalhos de redação e acompanhar a impressão do volume "As ciências no Brasil" da coleção de obras sobre assuntos brasileiros que a Instituição Larragoiti está editando dentro de seu programa cultural. Declara-me ainda, na referida carta, que os colaboradores serão pagos à razão de Cr.$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por página e que me cobrarão, pelo trabalho de planejar e organizar o volume, os honorários de Cr.$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) que me serão pagos quando estiverem concluídos sua redação e impressão.
> Para que, no entanto, fiquem bem claros os entendimentos que tivemos sobre o assunto, peço licença para esclarecer três pontos:
> 1) que cada trabalho deve ser de 25 a 30 páginas, pois não me parece possível elaborar, em menos espaço, uma síntese exata, e tão completa quanto possível da história de cada uma das ciências no Brasil;
> 2) que deve presidir o mais rigoroso critério à escolha dos colaboradores, que serão convidados por mim, depois da necessária troca de ideias com o diretor da coleção;
> 3) que, além dos honorários (dez mil cruzeiros) que me serão pagos pelo trabalho de planejamento e organização da obra, me será devido, na qualidade de colaborador, o pagamento, à razão de trezentos cruzeiros por página, pelo ensaio sobre ciências sociais (o último capítulo).
> Aceitando, nestes termos, o convite com que me distinguiu, aproveito a oportunidade para lhe apresentar meus cordiais cumprimentos,
>
> Fernando de Azevedo.[12]

Leonídio Ribeiro aceitou o plano geral esboçado por Azevedo, enviando-lhe primeiro um telegrama (3 de novembro)[13] e logo em seguida uma carta (13 de novembro),[14] na qual podemos ler:

> Estou de pleno acordo com os assuntos e concordo igualmente com os nomes lembrados. Logo que haja completado a lista de

[12] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,04 – 21 de Setembro de 1952.
[13] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,05 – 3 de Novembro de 1952
[14] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,06 – 13 de Novembro de 1952

> autores, peço-lhe que m'a envie para ser oficialmente aprovada, a fim de serem feitos os respectivos convites.

Neste primeiro conjunto de cartas, podemos ver o que Rebeca Gontijo (2004) chamou de os "bastidores da construção da obra". É possível notar que o interesse de Ribeiro era lançar um trabalho que não estivesse marcado pelo regionalismo, mas que fosse "digno do Brasil", e para isso sugeriu a escolha de autores de várias partes do país. Desde a década de 1930, pelo menos, vivia-se no país um cenário cultural (principalmente literário), em que o regionalismo despertara muito interesse (tanto para elogios quanto para críticas). Na década de 1950, quando o modernismo e o desenvolvimentismo tomavam novo fôlego no Brasil, a noção de "ciência" estava marcadamente voltada tanto para o "universal"/internacional, quanto para os problemas nacionais/locais. Os textos do físico José Leite Lopes publicados entre as décadas de 1950 e 1970 são demonstrativos dessa relação dialética (BOTELHO; BASTOS; VILLAS BÔAS, 2008).

Para além do contexto específico em que se vivia, a sugestão de Ribeiro para que houvesse diversidade entre os colaboradores estava também calcada numa perspectiva de *alcance*. Em tese, uma obra coletiva tem um potencial de alcance maior que um trabalho autoral, uma vez que o número de sujeitos diretamente envolvidos e interessados em divulgar aquela obra é pelo menos igual ao número de colaboradores que assinaram seu conteúdo. Nas cartas que Ribeiro enviava a Azevedo, fica patente o seu interesse em fazer as obras financiadas pela Instituição Larragoiti terem um amplo alcance e boa recepção.[15]

Outro ponto a ser sublinhado é o pedido do próprio Azevedo para escrever o capítulo sobre "ciências sociais". Isso significaria que ele abriria (Introdução) e fecharia ("último capítulo") o livro que estava organizando. Como veremos mais à frente, esta foi uma das características materiais do livro que contribuiu para impregnar sua marca na obra, e demarcar a sua função-autor ao ponto de quase eclipsar a presença dos demais autores.

Assim, as negociações para a produção de *As Ciências no Brasil* tiveram início. Ao longo dos próximos dois anos (1953-1955), Azevedo e Ribeiro

[15] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6.

trocaram muitas correspondências, bem como Azevedo (enquanto organizador) e os demais colaboradores-cientistas que ele convidou para escrever os capítulos do livro. Muitos imprevistos, contudo, provocaram alterações no cronograma de publicação e na materialidade da obra. Os pormenores dessas negociações e diálogos não caberiam no espaço deste texto, mas tentarei formular uma síntese que permita revelar um pouco do processo de construção desse livro.

2. MUITOS COLABORADORES, MAS QUANTOS AUTORES?

Nas correspondências citadas acima, é possível identificar vários elementos norteadores da produção do livro. O radar de escolha dos colaboradores não só deveria ser ampliado para "vários centros do país, a fim de não lhe dar um caráter regionalista", como também seguir um "rigoroso critério" dos nomes a serem cotados para escrever os capítulos da obra. Apesar dos esforços de Azevedo, o livro veio a público apresentando um conjunto de autores, regionalmente, bastante limitado (vinculados a instituições de São Paulo ou do Rio de Janeiro).

Azevedo enviou os primeiros convites em bloco, no dia 10 de dezembro de 1952. Usando um modelo padrão para todos os convidados, ele listou em sua correspondência todos os protocolos para a escrita dos capítulos. Para visualizarmos melhor o teor desses convites, abaixo transcrevo integralmente uma das cartas-convite:

> São Paulo, 10 de dezembro de 1952
> Ilmo. Sr. Dr. Joaquim Sampaio Ferraz
> Ilustre e prezado amigo,
> Tendo aceitado o encargo de organizar e prepara o volume "As ciências no Brasil" – da coleção de obras sobre assuntos brasileiros que a Instituição Larragoiti está editando, dentro de seu programa cultural e constituirão uma verdadeira enciclopédia sobre o Brasil, - e já planejada a obra, apresentei ao prof. dr. Leonídio Ribeiro, diretor da coleção, o meu parecer sobre o rigor de critério que deve presidir à escolha dos colaboradores. Somos ambos de opinião que esse é um ponto fundamental. Serão todos **especialistas de alto valor nos domínios das diversas ciências** de que pretendemos traçar a história no Brasil, desde as primeiras manifestações até o seu estado atual, analisando-as do **ponto de vista do ensino, das instituições e organizações científicas, da bibliografia e das pesquisas e seus resultados**.

> Tenho pois o prazer de convidar o ilustre professor, cujo nome foi dos primeiros que me ocorreram, para escrever o capítulo sobre Meteorologia no Brasil. Cada trabalho que será uma síntese tão completa quanto possível, deve ser de, no máximo, **30 páginas datilografadas**, em espaço dois, em papel ofício. A seleção das ilustrações que forem necessárias (retratos, fotos de edifícios, reproduções facsimilares de rostos de livros, de manuscritos, etc.) ficará a cargo de cada um dos colaboradores que deverão juntá-las aos originais, a serem entregues até 30 de Junho do próximo ano de 1953. As colaborações serão pagas à razão de **Cr. $300,00 (trezentos cruzeiros) por página**.
> Tratando-se de obra realmente importante, **projetada com o propósito de apresentar, no país e no estrangeiro, uma visão clara, fiel e objetiva, do desenvolvimento de cada uma das ciências no Brasil e das perspectivas que se abrem, nos diversos domínios científicos**, ficaremos muito agradecidos ao eminente professor se nos der, como esperamos, a honra de sua valiosa colaboração. Estarei inteiramente ao seu dispor para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários ou convenientes. Juntam-se a esta as cláusulas ou termos de nosso acordo e a lista dos capítulos e dos nomes de colaboradores que, nesta data, estão sendo igualmente convidados.
> Com a expressão muito cordial de meu alto apreço e de minha profunda estima,
>
> Fernando de Azevedo.[16]

Todas as primeiras cartas seguiram este padrão, alterando-se apenas o nome do cientista convidado e a área de conhecimento a que estava vinculado. Além de uma gigantesca quantidade de informações que nos permitem tecer uma série de interpretações, elas revelam algumas das dimensões que deveriam ser privilegiadas nas narrativas de cada capítulo: ensino, instituições e organizações científicas, bibliografia, pesquisas e resultados.[17] Esses recortes temáticos, bem como o anúncio da projeção de alcance nacional e internacional do trabalho, informavam aos colaboradores as direções a serem seguidas (em termos de narrativa), já a apresentação das "perspectivas que se abrem, nos diversos domínios científicos", indicava aos colaboradores que não só o passado, mas também o futuro das ciências no país deveria ser levado em consideração.

[16] AFA-IEB-USP, FA-D6/1,08 – 10 de dezembro de 1952. (Negritos meus.)

[17] Estas dimensões serão alteradas em algumas das cartas posteriores, algo que exige uma análise mais detalhada para o estudo da narrativa dos cientistas que colaboraram com o livro.

Os recortes e projeções sugeridos pelo organizador tiveram implicações de longo prazo na historiografia das ciências no Brasil. A mais explícita talvez esteja relacionada às "instituições e organizações científicas", as quais foram objeto de grande atenção a partir das décadas de 1980 e 1990, principalmente derivados dos trabalhos e da orientação da profa. Maria Amélia M. Dantes (FIGUEIRÔA, 1998; DANTES, 1980, 2001, 2005; LOPES, 1997).

Contudo, a despeito dos caminhos apontados por Azevedo, cada colaborador imprimiu nas páginas que escreveram um jeito próprio de narrar a história de cada ciência. Exceptuando-se a linearidade, há muitas variações em termos não só estilísticos (o que não é algo insignificante), mas também interpretativos. Uma vez que muitos dos capítulos deste livro podem ser identificados como os primeiros de suas respectivas historiografias, analisar a textualidade e a intertextualidade desses trabalhos corresponde a um esforço de compreensão dos primeiros movimentos de construção de sentidos históricos sobre os saberes científicos no país.

Mas esta análise extrapolaria os objetivos e espaço deste texto.[18] Voltemos às cartas, e vamos acompanhar um pouco da busca de Azevedo pelos cientistas-colaboradores.

Como vimos, Azevedo estabeleceu um prazo de 6 meses para a redação de cada capítulo – compromisso que nenhum dos cientistas que vieram a aceitar seu convite conseguiu cumprir (fenômeno comum no mundo editorial). Ele também estabeleceu um limite de 30 páginas para cada capítulo – outro aspecto que não foi rigorosamente acatado.

No **Quadro 1** vemos quais foram os primeiros cientistas convidados para colaborar na escrita d'*As Ciências no Brasil*.

Quadro 1: Primeiros cientistas convidados e suas respostas.

Nome	Área/Capítulo	Resposta
Candido Lima da Silva Dias	Matemática	Recusou
Lélio Itapumbyra Gama	Astronomia	Recusou
Joaquim Costa Ribeiro	Física	Aceitou
Joaquim de Sampaio Ferraz	Meteorologia	Aceitou
Viktor Leinz	Geologia e Paleontologia	Aceitou
Djalma Guimarães	Mineralogia e Petrografia	Recusou

[18] O estudo da textualidade e intertextualidade do livro será realizado em outros trabalhos.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho	Geografia	Recusou
Heinrich Rheinboldt	Química	Aceitou
Olivério Mário de Oliveira Pinto	Zoologia	Aceitou
Felix Rawitscher	Botânica	Recusou
Thales César de Pádua Martins	Biologia	Aceitou
Manuel Bergström Lourenço Filho	Psicologia	Aceitou
Eugenio Gudin	Economia Política	Recusou
Edgar Roquette-Pinto	Antropologia	Recusou

Fonte: Quadro produzido pelo autor a partir das 14 cartas enviadas por Azevedo, segundo a ordem dos capítulos do livro. Cf. AFA-IEB-USP, FA-D6.

Neste primeiro momento, foram convidados cientistas de São Paulo (8), do Rio de Janeiro (5) e de Minas Gerais (1). Raiany Oliveira (2016) interpretou o predomínio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP entre as instituições de vínculo dos cientistas escolhidos por Azevedo devido ao lugar que ele ocupava nesta instituição, sendo um dos fundadores, e também por seu interesse na "vulgarização das ideias produzidas pelos acadêmicos da FFCL, e como instrumento de afirmação daquela comunidade científica que começava a almejar ser o centro nacional de produção de ciências" (OLIVEIRA, 2016, p. 502). Mas há outros fatores a serem considerados para compreendermos as escolhas de Azevedo. O *tempo* é um deles.

Inicialmente, projetava-se a publicação do livro para o final de 1953 ou início de 1954 – foi até aventada a ideia de incluir o seu lançamento no circuito de comemorações do IV Centenário de São Paulo.[19] O tempo era escasso, e para a infelicidade de Azevedo, sete dos quatorze primeiros cientistas convidados recusaram o seu chamado. Com muita agilidade, ele enviou novas cartas-convite para outros cientistas. No **Quadro 2** podemos observar os nomes dos cientistas e as datas da correspondência enviada por Azevedo após a recusa dos primeiros sete. Neste quadro notamos as tentativas por parte do organizador em escolher nomes fora de São Paulo, dando prioridade aos cientistas do Rio de Janeiro. Porém, a subsequente recusa destes últimos fez com que Azevedo voltasse sua atenção à São Paulo e à USP. Provavelmente porque na USP, para além dos interesses apontados por Oliveira (2016), Azevedo soubesse (ou supunha) que os professores teriam maiores dificuldades em declinar o seu

[19] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/1,74 – 5 de outubro de 1953.

convite – visto que ele ainda ocupava um lugar importante naquela instituição, e, assim, teria maior poder de negociação com relação aos pesquisadores vinculados a ela. Por sua vez, os professores da USP, comparados aos cientistas do Rio, gozavam em geral de mais estabilidade com relação a seus cargos, o que também lhes facilitava o aceite do convite de Azevedo (LEITE LOPES, 1998).

Àquela época, era comum que cientistas exercessem muitas atividades além da própria pesquisa/ensino, rotina que poucas vezes lhes permitiam o tempo para uma pesquisa como a que Azevedo estava propondo, assim, as justificativas que os cientistas indicaram para declinar ao seu convite vão desde a falta de tempo, ou o acúmulo de trabalhos com burocracias administrativas, e até mesmo a inexperiência com a pesquisa histórica.

Quadro 2: Segunda remessa de convites.

Data de envio da carta	Nome	Estado/Vínculo	Capítulo	Resposta
15 dez. 1952 [?]	Francisco de Oliveira Castro	RJ	Matemática	Aceita
8 jan. 1953	Hilgard O'Reilly Sternberg	RJ	Geografia	Recusa
9 jan. 1953	Jorge Kafuri	RJ	Economia Política	Recusa
9 jan. 1953	Raul Jobim Bittencourt	RJ	Economia Política	Recusa
26 jan. 1953	Othon Henry Leonardos	SP	Mineralogia e Petrografia	Aceita
26 fev. 1953	José Veríssimo da Costa Pereira	SP	Geografia	Aceita
10 abr. 1953	Mário Guimarães Ferri	SP	Botânica	Aceita
7 maio 1953	Paul Hugon	SP	Economia Política	Aceita
5 out. 1953	Abrahão de Moraes	SP	Astronomia	Aceita

Fonte: AFA-IEB-USP, FA-D6. Elaborado pelo autor.

Somente na segunda metade do ano de 1953 Azevedo pôde confirmar todos os nomes dos colaboradores. O planejamento inicial, portanto, não foi mantido, e nem mesmo a possibilidade sugerida do lançamento da obra no ano das comemorações do quarto centenário de São Paulo conseguiu chegar a termo. Com isso, a estrutura do livro foi fixada:

Quadro 3: Relação definitiva de colaboradores.

Volume 1	
Nome	Capítulo
Fernando de Azevedo	Introdução
Francisco Mendes de Oliveira Castro	A Matemática
Abrahão de Moraes	A Astronomia no Brasil
Joaquim da Costa Ribeiro	A Física no Brasil
Joaquim de Sampaio Ferraz	A Meteorologia no Brasil
Viktor Leinz	A Geologia e a Paleontologia no Brasil
Othon Henry Leonardos	A Mineralogia e a Petrografia no Brasil
José Veríssimo da Costa Pereira	A Geografia no Brasil

Volume 2	
Nome	Capítulo
Heinrich Rheinboldt	A Química no Brasil
Olivério Mário de Oliveira Pinto	A Zoologia no Brasil
Mário Guimarães Ferri	A Botânica no Brasil
Thales César de Pádua Martins	A Biologia no Brasil
Manoel Bergström Lourenço Filho	A Psicologia no Brasi
Paul Frederic Hugon	A Economia Política no Brasil
Fernando de Azevedo	A Antropologia e a Sociologia no Brasil

Fonte: AFA-IEB-USP e *As Ciências no Brasil*. 1. ed., 1955.

O livro que Azevedo e Ribeiro queriam que estivesse nas estantes das livrarias do Rio e de São Paulo (e depois em todo país e no exterior) no início de 1954, terminou por ser publicado apenas no final do ano seguinte.

Mas finalmente estavam confirmados os cientistas que iriam ser colaboradores. Mas todos eles seriam autores? Apesar da estranheza que a pergunta possa expressar (afinal, se o sujeito escreveu o texto, ele não seria automaticamente o seu autor?), essa associação sinonímica entre os dois termos não é tão simples quanto parece. E é justamente o tipo de suporte e as especificidades da materialidade na qual esses textos foram conformados onde reside um dos elementos principais que nos permite analisar com mais atenção essa sutil distinção entre “colaborador” e “autor” que estou sublinhando.

Este problema não é novo. O “autor” é um dos pontos mais controversos dos estudos literários (COMPAGNON, 2010, p. 47-94) e tem sido tema de debates calorosos desde pelo menos os anos finais da década de 1960, com os textos de Roland Barthes (2004 [1968]) e Michel Foucault (2009 [1969]), e mais recentemente com os trabalhos de Roger Chartier (1998; 2012). Os debates

envolvem quase sempre questões de “intenção”, “significação e significado” e “interpretação”, as quais podem ser mais ou menos vinculadas ao “autor” ou, como tem sido feito nas últimas décadas, aos “leitores”.

Entre as intenções (nem sempre bem determinadas e raramente controladas integralmente) que atravessaram as escolhas dos autores sobre os textos, as preferências da editora com relação à forma e às características tipográficas e paratextuais que transformaram os textos em livro e os usos e atribuições de significado que os leitores darão ao trabalho/obra finalizado, há um emaranhado de relações (estruturais e eventuais) que circunscrevem os sentidos de um livro em diferentes momentos. Para compreendermos a construção do “autor” no caso de *As Ciências no Brasil*, darei ênfase às características tipográficas do livro e à sua recepção.

3. MATERIALIDADE, ALGUNS FRAGMENTOS DA PRIMEIRA RECEPÇÃO E FUNÇÃO-AUTOR.

> POR iniciativa do Prof. Leonídio Ribeiro e sob os auspícios da Instituição Larragoiti, acaba de ser publicado, em dois volumes, pela Melhoramentos, um simpósio sobre as *Ciências no Brasil* – coletânea de estudos sobre vários aspectos da evolução cultural do nosso país, no campo científico.[20]

Assim, Valdemar Cavalcanti, crítico literário do jornal *O Observatório Econômico e Financeiro*, inicia a primeira matéria sobre o livro nos jornais de 1955. A documentação informa que a tiragem do livro foi de 3 a 5 mil exemplares.[21] A primeira recepção do livro encontra-se principalmente nos jornais – que àquela época permaneciam como um importante meio para os diálogos intelectuais no Brasil (SÜSSEKIND, 2003).

No mapeamento (em andamento) de referências ao livro *As Ciências no Brasil* em jornais da década de 1950, foi possível encontrar mais de vinte matérias sobre o livro.[22] Em sua maioria, as matérias são do tipo “anúncio”, de

[20] CAVALCANTI, Valdemar. “As ciências no Brasil”. **O Observador Economico e Financeiro**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 238, p. 12, dez. 1955.

[21] AFA-IEB-USP, Caixa 082, FA-D6/2,02.

[22] Estou utilizando a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para realizar este mapeamento. Para uma visão geral sobre jornais como fonte histórica, ver Barros (2023) e sobre prós e contras dessa plataforma, ver Brasil e Nascimento (2020).

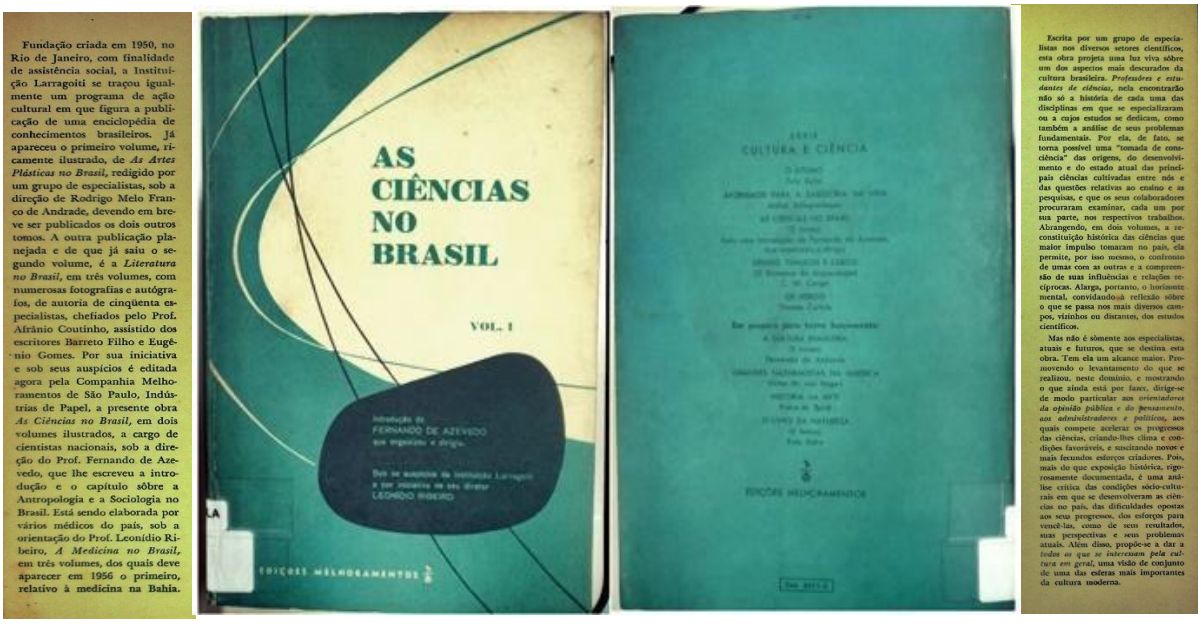
caráter descritivo, mas algumas tecem considerações mais detalhadas, nas quais é possível notar uma leitura crítica da obra. E algo que fica marcado nessa fortuna crítica é a ênfase dada ao nome do organizador, Fernando de Azevedo.

Parte das razões que podem explicar esse destaque dialogam certamente com a posição de Azevedo no universo cultural e intelectual da primeira metade do século XX.[23] Ele havia atuado na linha de frente de grandes projetos no eixo Rio-São Paulo entre as décadas de 1920 e 1940, o que garantiu ao seu nome um peso simbólico e referencial que a maioria dos cientistas colaboradores em questão não possuía.[24].

Outro fator que nos ajuda a entender esse destaque é a própria materialidade do livro – aspecto que gostaria de enfatizar neste trabalho. Depois de tudo que foi mencionado acima, torna-se ainda mais evidente que "o livro não é um objeto natural, mas artificial, material e simbólico" (HANSEN, 2019, p. 7). Assim, com quais características do livro *As Ciências no Brasil* se apresentava ao leitor em 1955?

[23] Para uma cronologia da vida pessoal e intelectual de Azevedo, ver: CASTRO (1994). Sobre seu papel como editor/diretor de coleções de livros, ver: TOLEDO (2020).
[24] Neste interim, a leitura de De Certeau (2015) é bastante útil.

Imagem 2: Capa, quarta capa e orelhas do primeiro volume da primeira edição de *As Ciências no Brasil*; encadernação flexível.[25]



Fonte: *As Ciências no Brasil*, 1. ed. 1955. Imagem montada pelo autor

Na primeira edição do livro (como vemos na **Imagem 1**), algo interessante nos é apresentado. Visto de frente, o livro tem as mesmas formas e design dos livros da coleção “Obras Completas de Fernando de Azevedo”, que a mesma Editora Melhoramentos estava editando desde 1952. Além do nome do organizador e do diretor-executivo, não é possível localizar nenhum dos nomes dos colaboradores. Virando o livro, na quarta capa, não encontramos nada que informe sobre o conteúdo do livro, mas apenas um breve índice de obras de outra coleção, “Cultura e Ciência” (que poderia levar um leitor desavisado a pensar que o livro em mãos faz parte desta coleção). Mesmo quando abrimos o livro e nos dedicamos a ler as orelhas para conhecer algo sobre a obra, não enxergamos qualquer menção aos nomes dos cientistas que escreveram os capítulos.

Desde a capa e a quarta capa, passando pelas orelhas e a *Introdução*, vários dispositivos no livro creditam um lugar especial ao nome Fernando de Azevedo. Quero dizer, a própria constituição do objeto livro atribui ao organizador

[25] Também foi lançada uma impressão em capa dura lisa (meio encadernado) que apresentava informações (como o título, a editora e o nome do organizador) apenas na lombada. Uma impressão da primeira edição.

o lugar de “autor” (FOUCAULT, 2009; CHARTIER, 2012; 2021). Todos esses “paratextos”, como diria Gerard Gennett (2009), informam o leitor antes da leitura. E não seria demasiado afirmar que em alguma medida tais dispositivos que envolvem e conformam o livro indicam ao leitor uma maneira específica de entrar em contato com os textos que reúne. Essas minúcias, apesar de parecerem triviais, são importantes para o estudo da recepção e da história do livro (MCKENZIE, 2018).

E como foi a primeira recepção do livro? Não haveria momento mais oportuno para o lançamento d’*As Ciências no Brasil,* justamente no meio na década de 1950. Uma década efervescente na história da ciência no país. Para alguns, foi a década do “apogeu do nacional desenvolvimentismo” (LAHUERTA, 2008, p. 311), e especialmente com relação às ciências, José Leite Lopes recorda que “foi uma época de grande entusiasmo” (LOPES, 1998, p. 196), um momento marcado “de um lado, pelo otimismo da mudança e, por outro, por um medo e um surto conservador diante das novas tendências” (LACOMBE, 2008, p. 237). CNPq, CAPES, Petrobrás, IMPA, o Betatron na USP, são alguns poucos exemplos do que a década de 1950 concebeu em termos de avanços para as ciências no país. A então recém-criada Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC), 1948, e o Centro Brasileira de Pesquisas Físicas (CBPF), 1949, prepararam o terreno (não sem muita luta) para que na década seguinte frutificassem alguns anseios da comunidade científica brasileira (FERNANDES, 2000; ANDRADE, 1999). Durante o período da escrita dos textos que iriam compor o livro (1952-1954), muitos dos cientistas que colaboraram com a obra estavam atuando, eram fundadores ou filiados a uma ou mais dessas instituições.

O tom otimista de alguns deles perante o futuro e o presente, e a afirmação de “ausências” e “excepcionalidades” num passado árido e pouco colorido de atividades científicas, indicam o provável sentimento de viver num período que se sabia “áureo” para a pesquisa científica no Brasil – se lembrarmos que muitos desses cientistas foram formados entre as décadas de 1920 e 1940, quando as universidades e institutos estavam emergindo como espaços e símbolos de uma renovação científica no país, compreenderemos

melhor a maneira como classificavam seu presente e interpretavam o passado brasileiro.

Dessa forma, em muitos jornais da década de 1950 era possível encontrar materiais nas quais a obra era classificada como "monumental" e "enciclopédica", "uma obra destinada a obter, nos círculos intelectuais do país, a maior e mais justa repercussão",[26] outros declararam que seria "o primeiro livro no gênero que se publica em língua portuguesa, na América Latina".[27] O ano de 1956 consagra o maior número de referências sobre *As Ciências no Brasil*, e já então é possível notar algumas nuances na recepção do livro. Em alguns artigos, a figura de Azevedo é realçada, como podemos ler neste trecho do jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ):

> MAIS uma excelente contribuição à cultura nacional vem de ser apresentada pela Instituição Larragoiti, com a publicação da obra intitulada "As ciências do Brasil".
>
> Tal como outras obras publicadas sob os auspícios da mesma instituição, o trabalho recém-publicado, dirigido pelo professor Fernando de Azevedo e dado à publicidade por iniciativa do professor Leonídio Ribeiro, vem merecendo franca acolhida por parte dos intelectuais brasileiros. Trata-se de um volume de quase mil páginas, ilustradas com reproduções de obras raras, fotografias de pesquisadores, sábios e pioneiros da ciência brasileira. **Nesse seu extraordinário trabalho, o professor Fernando de Azevedo conseguiu apresentar uma visão completa da evolução das ciências no Brasil** (...).[28]

No jornal *A Noite* (RJ), Celso Kelly afirma que "*Trata-se de um livro básico, em dois volumes, que aparece completo, dotado de unidade, apesar da pluralidade de autores, todos bem escolhidos*."[29] Tal unidade, porém, é contestada por Paulino Groia, que escreveu com minúcia sobre o livro em meados de 1956 no *Jornal do Dia* (RJ). Apesar de declarar que a obra "constitui talvez a maior realização editorial do ano pelo seu alto valor intrínseco", Groia

[26] "As ciências no Brasil" – revisão crítica por vários autores. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 10853, p. 5, 22 jan. 1956.

[27] Panorama Educacional. **Diário do Paraná**, Curitiba, ano II, n. 502, p. 5, 15 nov. 1956.

[28] "As ciências do Brasil". **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1878, p. 2, 3-4 mar. 1956. (Negritos meus.)

[29] KELLY, Celso. Letras e Artes – um livro básico: "As ciências no Brasil". **A Noite**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15253, p. 11*, 1 mar. 1956. (Itálicos do original.)

não hesitou em apontar alguns defeitos (relacionados à bibliografia utilizada por alguns autores, a ausência de índice alfabético na obra, etc.), destacando também certa heterogeneidade dos textos que compunham o livro.[30]

Ao longo do século XX a leitura do livro como unidade foi predominante (SILVA FILHO, 2024). Há muitos estudos especializados sobre a historiografia da física, da matemática, entre outras, em que é possível observar análises específicas de cada capítulo – em muitos desses casos, esses estudos identificam os capítulos do livro como sendo trabalhos pioneiros. *As Ciências no Brasil* é um caso particular de um fenômeno comum no qual o livro, enquanto suporte, funciona como dispositivo atribuidor de ordem ou harmonia para uma heterogeneidade de textos.

Quando verificamos que alguns dos capítulos do livro foram posteriormente publicados como pequenas obras individuais (foi o caso do capítulo de Matemática e o de Economia Política)[31] ou como capítulo em outras obras (a Introdução foi também publicada em outro livro de Azevedo), tal heterogeneidade fica ainda mais nítida.

A despeito das diferenças entre os textos e entre seus autores, Azevedo tem sido colocado num lugar de destaque. Minha hipótese é que esta leitura do livro e de seu organizador como autor se deve em grande medida a materialidade da obra. Se, como sustenta D.F. McKenzie (2018, p. 45), "novos leitores (...) fazem novos textos", as leituras do livro desde 1970 até meados dos anos 1980[32] tiveram impacto explícito na segunda edição (Editora da UFRJ, 1994) d'*As Ciências no Brasil*. Nela Azevedo ganha um retrato na capa, e nas orelhas do primeiro volume do livro, assinadas por Maria Luiza Penna – uma importante estudiosa do pensamento de Azevedo –, lemos uma biografia intelectual do organizador (ver **Imagem 3** abaixo). Isso é reforçado no prefácio desta edição, escrito por Antônio Cândido, que tece elogios à trajetória e ao empenho de

[30] GROIA, Paulino. Roteiro de livros: algumas obras básicas de história. **Jornal do Dia**, Porto Alegre, ano X, n. 2842, p. 4, 29 jul. 1956

[31] O capítulo de Economia Política foi publicado pela própria Editora Melhoramentos, numa separata, em 1957. Já o capítulo sobre Matemática foi lançado em 1992 pela editora da Unicamp.

[32] Quando falo em leituras a partir das décadas de 1970 a 1980, refiro-me à recepção/usos do livro em trabalhos acadêmicos sobre as ciências brasileiras, como Santana (1978), Morel (1979), Schwartzman (1979), Ferri; Motoyama (1979; 1980; 1981).

Azevedo em prol da educação e da ciência no Brasil. Ademais, a segunda edição, por coincidência ou não, foi publicada justamente no ano que se comemorou o centenário do nascimento de Fernando de Azevedo (1894-1974).

Imagem 3: Capa, quarta capa e orelhas do primeiro volume da segunda edição d'*As Ciências no Brasil* (1994)

Fonte: *As Ciências no Brasil*, 2. ed., 1994. Imagem montada pelo autor.

Para complementar essa hipótese sobre a importância da materialidade na interpretação da recepção da obra, há ainda outro fator. Costuma-se dizer que a introdução é o primeiro texto lido, mas o último a ser escrito – o que faz todo sentido. Porém, este não foi o caso da "Introdução" de *As Ciências no Brasil*. Consultando os manuscritos da obra, é possível identificar que Azevedo finalizou a escrita do texto de introdução no mês de setembro de 1953.[33] Até então, o único capítulo que ele tinha em mãos era o de Lourenço Filho, sobre a Psicologia, todos os demais capítulos foram enviados para Azevedo meses depois, e alguns apenas no ano de 1954.

A ausência de referência na "Introdução" aos textos que compõem o livro é um indício do que o manuscrito evidencia. Azevedo abre e fecha o livro, mas

[33] AFA-IEB-USP, FA-Pio, Caixa 04, 41/170.

até que ponto as suas interpretações, de fato, dialogam com as que os outros treze colaboradores escreveram?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arriscando uma cronologia para o estudo da recepção d'*As Ciências no Brasil*, além da primeira fase (que se estenderia do ano da publicação até o final da década de 1970), penso numa segunda fase entre os anos de 1979 e 1994,[34] e uma terceira entre 1994 e 2004.[35] Esta divisão se baseia na própria tipologia (diversa) tanto da historiografia das ciências no Brasil, quanto dos trabalhos de história da historiografia das ciências no Brasil.[36]

Ao longo dessas etapas de recepção da obra, a função-autor de Azevedo encaminhou-se de forma similar a definição dada por Michel Foucault: "ela não se forma espontaneamente com a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma operação complexa que constroi certo ser de razão que se chama autor" (FOUCAULT, 2009, p. 276). Desempenha uma função de síntese de um pensamento, de discursos dispersos (concorrentes ou não); é um signo que resgata uma suposta origem, um gesto que atribui homogeneidade ao heterogêneo (CHARTIER, 2021, p. 29-30). Isso acontece tanto em virtude dos momentos/espaços/modos como os escritos de Azevedo foram lidos nos estudos sobre as historiografias das ciências no Brasil, quanto pela maneira como o livro (suporte) *As Ciências no Brasil* foi construído e apresentado ao(s) seu(s) público(s).

As revisões e críticas pelas quais o livro foi submetido ao longo da institucionalização do campo da História das Ciências no Brasil (especialmente

[34] Publicação de **Formação da comunidade científica no Brasil** (1979), de Simon Schwartzman, até a segunda edição de **As Ciências no Brasil** (1994), durante esses 25 anos muitas mudanças ocorreram no campo da HCB. Ver Dantes (2005; 2015), Motoyama (1988), Figueirôa (1998), Vasconcelos (2021).

[35] Recepção à segunda edição do livro (1994), até a publicação de **Prelúdio para uma História: ciência e tecnologia no Brasil** (2004), organizado por Shozo Motoyama. Durante esta década foram consolidados muitos programas de pós-graduação ou linhas de pesquisa em História da Ciência no/do Brasil e grupos de pesquisa (MOTOYAMA, 2010; DANTES, 2022; FREIRE JÚNIOR, 2020)

[36] Sobre os diferentes níveis de pesquisa histórica sobre as ciências, ver Martins (2005) e Mollo (2022).

entre a década de 1980 e o início dos anos 2000), contribuíram para uma certa "ausência presente" do livro, o que o torna muito conhecido nominalmente, mas pouco estudado em si. A partir dos anos 1990, Azevedo passou a ser visto como autor de uma concepção "parcial" e em certo ponto "presentista" da ciência e de sua história no país; assim, *As Ciências no Brasil* se tornou uma obra canônica de uma historiografia classificada como tradicional (ver, entre outros: MOTOYAMA, 1988; DANTES, 2000; 2001; 2005; FIGUEIRÔA, 1997; 1998; SILVA, 2016; 2020; VERGARA, 2004; VASCONCELOS, 2021).

Contudo, o resgate dos processos que envolveram a produção e circulação deste livro e de outros livros do campo podem nos revelar diversos problemas relacionados à historicidade da historiografia das ciências do Brasil que ainda estão por ser examinados. Para isso, pensar nos suportes da escrita e no seu potencial simbólico e heurístico para entender de forma não reificada a história das ideias e seu alcance é uma opção que oferece caminhos de pesquisa bastante proveitosos.

Muitas questões afloraram durante a investigação... Desde finais do século XIX, o país viveu sucessivas etapas de "interpretação", com intelectuais fervorosamente motivados a conhecer e explicar a "formação"[37] da sociedade brasileira (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009), mas qual foi o papel das ciências nos inúmeros ensaios desses "intérpretes" do Brasil? Qual o lugar das ciências na historiografia brasileira? Qual o nível de circulação/impacto dos estudos históricos sobre as ciências no Brasil na comunidade de historiadores brasileiros (*tout court*)? Essas são algumas questões que sugerem problemas mais ou menos em aberto sobre os quais poderíamos nos debruçar para compreendermos melhor a relação entre os estudos da História e das Ciências no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado** (ensaios de teoria da história). Curitiba: Editora Appris, 2019.

[37] Sobre este conceito e sua utilização pelos intelectuais brasileiros entre as décadas de 1930 e 1950, ver Albuquerque Júnior (2019, p. 21-22).

ANDRADE, Ana Maria. ***Físicos, mésons e política*: a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
Arquivo Fernando de Azevedo (AFA) – Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Universidade de São Paulo (USP).

AZEVEDO, Fernando de (org.). **As ciências no Brasil**. 2vls. 1. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, s.d. [1955].

AZEVEDO, Fernando de (org.). **As Ciências no Brasil**. 2vols. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide; VILLAS BÔAS, Glaucia (org.). **O moderno em questão:** a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: TopBooks Editora, 2008.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (org.). **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL, Erick; NASCIMENTO, Leonardo F. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.

CASTRO, Maria Cecília Cardoso de. O arquivo Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia. **Rev. Inst. Est. Bras.***,* São Paulo, n. 37, p. 213-245, 1994.

CHARTIER, Roger. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 33-66.
CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** *Revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

COMPAGNON, Antoine. O autor. In: COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 47-94.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 225-234.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Instituições de pesquisa científica no Brasil. *In*: FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil.** v. 2. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 341-380.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). Espaços da ciência no Brasil (1800-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 13-25.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Reflexões sobre os caminhos da historiografia das ciências no Brasil. In: PIETROCOLA, Maurício; FREIRE JÚNIOR, Olival. **Filosofia, Ciência e História**: uma homenagem aos 40 anos de colaboração de Michel Paty com o Brasil. São Paulo: Discurso Editorial, 2005. p. 363-374.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Uma história institucional das ciências no Brasil: transformações na área da História da Ciência nas últimas décadas do século XX abriram novas possibilidades para a História Institucional da Ciência. **Ciência & Cultura** [online], vol. 74, n. 3, p.1-8, 2022.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

DEAECTO, Marisa Midori. **História de um livro**: A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2021.

FERNANDES, Ana Maria**. A construção da ciência no Brasil e a SBPC.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**. 3vols. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária Ldta./Editora da Universidade de São Paulo, 1979/1980/1981.

FIGUEIRÔA, Silvia. Marcos para uma história da ciência no Brasil. In: FIGUEIRÔA, Silvia. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. p. 15-32.

FIGUEIRÔA, Silvia. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil. **Asclepio**, v. L, n. 2, p. 107-123, 1998.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FREIRE JÚNIOR., Olival. History of science and technology in 20th-Century Brazil. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History,** 2020.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

HANSEN, João Adolfo. **O que é um livro?** São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.
Jornais **A Noite** (RJ); **Diário Carioca** (RJ); **Diário do Paraná** (PR); **Jornal do Dia** (PR); **O Jornal** (RJ); **O Observatório Econômico e Financeiro** (RJ); **Tribuna da Imprensa** (RJ).

LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS BÔAS, Glaucia (org.). **O moderno em questão**: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: TopBooks Editora, 2008. p. 311-356.

LEITE LOPES, José**. Ciência e liberdade**: escritos sobre ciência e educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; CBPF/MCT, 1998.

LOPES, Maria Margaret. Introdução. As ciências dos museus e a história das ciências no Brasil - uma visão institucional. In: LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica:** os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. p. 11-24.

MARTINS, Roberto de Andrade. Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência. In: ALFONSO-

GOLDFARB, Ana Maria & BELTRAN, Maria Helena Roxo (eds.). **Escrevendo a História da Ciência**: tendências, propostas e discussões historiográficas. São Paulo: EDUC/Livraria de Física/FAPESP, 2005. p. 115-145.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e a Sociologia dos textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MOLLO, Helena Miranda. Tempo, historiografia e história da historiografia das ciências. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 1, n. 25, p. 9-19, 2022.

MOREL, Regina. **Ciência e estado**: a política científica no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

MOTOYAMA, Shozo. História da Ciência no Brasil. Apontamentos para uma análise crítica. **Quipu**, v. 5, n. 2, p. 167-189, maio/ago. 1988.

MOTOYAMA, Shozo. Sobre a História da Ciência na USP. Entrevista com Shozo Motoyama. **Cadernos de História da Ciência**, Instituto Butantan, v. 1, p. 213-243, jan./jul. 2010.

OLIVEIRA, Raiany Souza de. As ciências no Brasil (1956): história e historiografia. **IX Seminário Brasileiro de História da Historiografia**, p. 494-504, 23 a 25 maio 2016.

PENNA, Maria Luiza (org.). **Fernando de Azevedo** (entrevistas). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAVEN, James. Can there be a biography of a book?: comparative observations on publications by Francysk Skaryna and Erik Pontoppidan. **Knygotyra**, v. 80, p. 18-42, 2023.

Revista Sul América, Rio de Janeiro, 1952-1956.

SANTANA, Vanya Mundim. **Ciência e sociedade no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Edição Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SILVA FILHO, Agenor Manoel da. O "homem certo na hora certa": Fernando de Azevedo e as histórias da historiografia das ciências no Brasil (1980-2022). **Revista Brasileira de História das Ciências**, v. 17, n. 2, 2024 [no prelo].

SILVA, Márcia Regina Barros da. A escrita da história das ciências na América Latina e seus debates. **Revista de História Iberoamericana**, v. 9, n. 1, p. 67-89, abr. 2016.

SILVA, Márcia Regina Barros da. The history of Science in Latin America in its own terms. **Revista Portuguesa de História**, t. LI, p. 243-264, 2020.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. *In*: SÜSSEKIND, Flora. **Papéis colados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 15-36.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleções Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. On the Writing of History of Science in Brazil in the Second Half of the 20th. **Transversal: International Journal of the Historiography of Science**, v. 11, p. 1-15, 2021.

VERGARA, Moema. Ciência e modernidade no Brasil: a construção de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./jun. 2004.

Recebido em 06/10/2024.

Aprovado para publicação em 17/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NOBRES TRADIÇÕES QUE FORMAM A GLÓRIA DA NACIONALIDADE

Arthur de Vasconcellos entre a ciência, o charlatanismo e o catolicismo no Brasil

NOBLE TRADITIONS THAT FORM THE GLORY OF NATIONALITY

Arthur de Vasconcellos between science, charlatanism and Catholicism in Brazil

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS[1]

RESUMO

Este artigo tem como escopo discutir o pensamento do intelectual católico Arthur de Vasconcellos Veiga de Faria a partir de sua atuação na imprensa paulista no descerrar da década 1920. O médico português que foi exilado no Brasil após a implementação da Primeira República lusitana e era conhecido pela divulgação da alimentação vegetariana, tornou-se um árduo defensor do catolicismo no Brasil, incluindo a aproximação entre a política e os princípios doutrinários da Igreja Católica. Essa proposição se tornou mais evidente nos textos publicados pelo autor na coluna “Vida Catholica” no impresso paulista “Diário Nacional” a partir de 1927. Pautado em tais escritos, busco perquirir o processo de construção de uma cultura política católica e o projeto de nação atinentes ao Brasil que foram tecidos pelo intelectual Arthur de Vasconcellos.

Palavras-chave: intelectual católico, Arthur de Vasconcelos, ciências, imprensa.

ABSTRACT

This article aims to discuss the thoughts of the Catholic intellectual Arthur de Vasconcellos Veiga de Faria based on his work in the São Paulo press at the beginning of the 1920s. The Portuguese doctor, who was exiled to Brazil after the implementation of the First Portuguese Republic and was known through the spread of vegetarian food, he became an ardent defender of Catholicism in Brazil, including the rapprochement between politics and the doctrinal principles of the Catholic Church. This proposition became more evident in the texts published by the author in the column “Vida Catholica” in the São Paulo

[1] Professor do departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte E-mail do autor: magno.santos@ufrn.br

newspaper “Diário Nacional” from 1927 onwards. Based on such writings, I seek to investigate the process of building a Catholic political culture and the nation project relating to Brazil that were woven by the intellectual Arthur de Vasconcellos.

Keywords: Catholic intellectual, Arthur Vasconcelos, science, press.

INTRODUÇÃO

> O programma desta seção devotada à defesa dos princípios em que está estabelecida e assente a Igreja Catholica, é de larga e vasta orientação social também, em concordância com as vistas de Leão XIII expostas em sua carta encyclica à imprensa, cujo objetivo traça um profundo espírito democrático. O Brasil não pode esquecer as bases nacionalistas com as quaes entrou para o convento das nações civilizadas e por isso à sua imprensa, àquelle que assume a si à direcção intellectual do povo e que quer, nesse seu esforço, manter íntegro o pensamento de respeito às *nobres tradições que formam a glória da nacionalidade*, cumpre-lhe o dever de assistir de alma e coração aos sentimentos que nobilizam o seu povo, dependente espiritualmente, como elle é da Igreja Catholica (VASCONCELLOS, 15 jul. 1927, p. 4 – Grifo nosso).

Este artigo inicia com as palavras inaugurais de Arthur de Vasconcelos na seção “Vida Catholica”, que se tornaria uma das colunas mais relevantes do impresso paulista Diário Nacional. Essas publicações diárias eram responsáveis por implementar o debate acerca da aproximação entre o catolicismo e a política no final da década de 1920. Nas palavras do intelectual, que inspiraram o título deste artigo, a coluna que emergia naquelas páginas buscava contemplar os princípios basilares da Igreja Católica, principalmente, ao elucidar o debate acerca das orientações sociais no âmbito institucional, bem como na questão dos usos da imprensa pautado nas preconizações estabelecidas pelo Papa Leão XIII, notadamente, na Encíclica *Libertas Praestantissimum* de 20 de junho de 1888.

De acordo com a proposição do colunista, no cenário marcado pelo nacionalismo e forte anseio democrático, os projetos de futuro do Brasil deveriam perpassar pela inspiração no passado, pois teria sido a partir da formação religiosa católica que o país passou a integrar o seleto grupo das nações tidas

como civilizadas. Desta forma, tanto no pretérito, quanto no porvir, a Igreja Católica deveria conduzir a direção intelectual da população.

Neste movimento, à imprensa caberia o papel de sedimentar o sentimento nacionalista e as tradições católicas. Com isso, a Primeira República brasileira passaria a ser reorientada, no sentido de fomentar a reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica. Para isso, emergia como protagonista a figura do intelectual católico, vocacionado a dirigir os destinos da nação e a propagar a fé.

Neste ínterim, a proposta elucidada por Arthur de Vasconcellos coadunava com a atuação de um considerável grupo de intelectuais brasileiros que respaldavam o seu posicionamento no cenário letrado nacional a partir das premissas católicas. Essa organização de intelectuais católicas ao longo do terceiro decênio do século XX foi orquestrada por meio de nomes como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Jonathas Serrano, Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Durval de Moraes e Murillo Mendes. Eram intelectuais que integravam o Centro Dom Vital, criado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, nos idos de 1922 (MIGUEL, 2016).

Apesar de haver uma considerável visibilidade do Centro Dom Vital no âmbito da historiografia brasileira, com pesquisas que se debruçaram acerca das contribuições de inúmeros intelectuais católicos na esfera da constituição da chamada neocristandade (AZZI, 1994; SERRANO, 2024), o nome de Arthur de Vasconcellos ainda permanece quase desconhecido. Assim, apesar de ter sido uma importante voz no debate acerca da articulação dos católicos na arena política, as contribuições do intelectual no tocante ao pensamento católico nacional foram ignoradas. Essa condição de marginalidade atrelada à figura de Arthur de Vasconcellos pode ser entendida como resultante da conjunção de diferentes aspectos que perpassaram pela trajetória do letrado, entre as quais o fato de se tratar de um sujeito nascido em outro país, da dispersão dos escritos em inúmeros impressos, a dificuldade de encontrar registros acerca de sua atuação e, primordialmente, o fato de sua atuação no debate público ter ocorrido em São Paulo, à margem do epicentro das discussões no Centro Dom Vital.

Pautado nesta lacuna historiográfica acerca da atuação de intelectuais católicos no Brasil ao longo da década de 1920, neste artigo busco perquirir o

processo de construção de uma cultura política católica e o projeto de nação atinentes ao Brasil que foram tecidos pelo intelectual Arthur de Vasconcellos. Para isso, mobilizo como fonte os escritos do autor no âmbito da imprensa paulista, com ênfase para a coluna “Vida Catholica”, publicada diariamente no jornal Diário Nacional entre os anos de 1927 e 1928. Os escritos na aludida coluna foram responsáveis por projetar um modelo de nação a ser implementado no país, no qual o catolicismo era tido como um instrumento de inserção do Brasil no rol das nações civilizadas. Essas fontes serão cotejadas com outros registros coetâneos na imprensa ou em livros publicados pelo intelectual.

Ao considerar a abrangência das temáticas mobilizadas pelo articulista, busquei fundamentar a leitura a partir da noção cultura política postulada por Serge Berstein, que parte da premissa de que se trata de “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Isso possibilita entender os enfrentamentos políticos no âmago do debate religioso a partir da atuação de intelectuais. Conforme a provocação de René Rémond (2007, p. 36), se “o político deve-se explicar antes de tudo pelo político, há também o político mais que político”. Desse modo, compactuo com a perspectiva na qual “a cultura política supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Entretanto, o processo de construção de uma cultura política católica no Brasil engendrada no transcurso da década de 1920 teve entre os seus agentes os intelectuais. Neste sentido, torna-se salutar discorrer acerca dos subsídios da história dos intelectuais que, no entendimento de Jean-François Sirinelli, “tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2007, p. 232). Essa perspectiva permite acionar a concepção de intelectual defendida por Sirinelli, a partir de “duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2007, p. 242). A atuação de Arthur de Vasconcellos

na arena política brasileira em defesa dos princípios católicos permite entendê-lo no âmbito de um intelectual engajado, no qual subsidiou a construção do debate público, polemizou acerca da conduta dos católicos e evidenciou um projeto de futuro.

Os intelectuais católicos brasileiros tiveram um forte impacto no debate público acerca da defesa do engajamento dos religiosos no tocante ao campo político. Um debate que mobilizou um considerável grupo intelectual constituído por nomes amplamente conhecidos, como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Jonathas Serrano. Conforme foi observado por Edvaldo Soares:

> tendo em vista o projeto restaurador, também a imprensa católica colaborou na missão de demonstrar os benefícios da cooperação entre igreja e Estado, além é claro, de defender os ideais da Igreja Católica, a qual se considerava como uma força espiritual que pairava acima do Estado e cujos prelados eram representantes diretos do Papa e, consequentemente de Cristo" (SOARES, 2014, p. 50).

As proposições defendidas por Arthur de Vasconcellos na imprensa paulista coadunavam com o pensamento que predominava entre os intelectuais do Centro Dom Vital. Questões como a adjeção entre ciência e religião, bem como entre política e catolicismo tornaram-se pautas centrais nos escritos do articulista. Mas afinal, quem foi Arthur de Vasconcellos? Essa é uma questão não somente ontologicamente complexa, mas também de difícil operacionalização em decorrência da pulverização das fontes e da existência de pelo menos quatro sujeitos homônimos no cenário intelectual brasileiro ao longo da primeira metade do século XX.

Em grande medida, a dificuldade perpassa pelas inúmeras mudanças nas quais o intelectual assinou seus textos. No emergir do século XX, ainda vivendo em Portugal, ele era apresentado como Arthur Vasconcellos Veiga de Faria, conforme consta na biografia publicada por Alberto Pereira D'Almeida no "Álbum dos vencidos" (D'ALMEIDA, 1913, p. 73). No Brasil, ao ser naturalizado brasileiro nos idos de 1919, foi registrado o nome de Arthur de Vasconcellos Veiga. Na coluna "Vida Catholica" foi usada a abreviatura A. V. como assinatura dos textos publicados pelo intelectual católico. Na imprensa paulista, ele era recorrentemente mencionado apenas como Arthur de Vasconcellos ou como Dr.

Arthur de Vasconcellos.

No período, o termo doutor era acionado para designar os profissionais com formação nas áreas de engenharia e, principalmente, direito e medicina. Todavia, o publicista da coluna “Vida Catholica” era apresentado como médico, tendo, inclusive, publicado o livro “‘Res non verba’ (A estigmatisada de Campinas). Livro do Dr. Arthur de Vasconcellos, fazendo um estudo de caso da Irmã Amália de Jesus Flagellado, a estigmatisada de Campinas” (DIÁRIO NACIONAL, 3 Jul, 1929, p. 8). O problema é que ao longo da década de 1920 existiam pelo menos três médicos apresentados como Arthur de Vasconcellos: um no Ceará, com forte envolvimento na política estadual, um no Rio de Janeiro, que integrava os quadros da Sociedade de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, por fim, em São Paulo, que ora se apresentava como médico vegetariano, ora como médico católico. É possível afirmar que esse médico vegetariano e católico era de nacionalidade portuguesa e desde meados da década de 1910 vivia na capital paulista.

Contudo, tanto a nacionalidade portuguesa, quanto a atuação no estado de São Paulo também sinalizam para a dubiedade de sujeitos. No período em voga existiam dois intelectuais portugueses com o nome de Arthur de Vasconcellos que vivam na capital paulista. O que distinguia os dois intelectuais eram os campos de atuação: um tornou-se propagador da criação de uma universidade de cultura tradicionalista e chegou a publicar o livro “Universidade de cultura tradicionalista: pro-cooperação intelectual luzo-brazileira” em 1948. Já o autor das matérias publicadas no Diário Nacional publicou livros que discorria sobre assuntos científicos, religiosos e sobre o vegetarianismo.

A principal evidência de que o médico português foi o autor da coluna “Vida Catholica” foi a apresentação acerca da distribuição de seu livro autoral no qual ampliava o debate efetivado na imprensa:

> Dr. Arthur de Vasconcellos, Médico do ‘Instituto de Coimbra’ e da ‘Academia de Sciencias’. *A política e os catholicos*. Em linguagem clara, por vezes enérgica, o auctor expõe os princípios do catholicismo sobre política, ou por outra da cooperação dos catholicos na política, procurando assim

> orientar a consciência dos catholicos nesta magna questão, cheia de actualidade. Agradecemos a fineza da remessa do interessante estudo (O LAR CATHOLICO, 6 Jan. 1929, p. 8).

Assim, é possível dizer com precisão que o médico formado em Coimbra foi o intelectual que escreveu os textos da coluna "Vida Catholica". Ele foi o intelectual que investiu no debate acerca da construção de uma política nacional fundamentada nos princípios do catolicismo. A partir dos aspectos que perpassam pela trajetória do protagonista deste artigo, estruturei o texto em três momentos. No primeiro busco apresentar alguns dados do intelectual, pautado no perfil biográfico publicado em Lisboa em 1913 e nos registros acerca do sujeito disponíveis na imprensa brasileira entre as décadas de 1910 e 1940. No segundo momento discuto a atuação do intelectual no Brasil. Por fim, analiso os textos publicados na coluna "Vida Catholica" onde é possível pensar acerca da construção de uma cultura política católica no país, no qual era imaginado o futuro da nação. Desse modo, torna-se necessário pensar acerca da trajetória de Arthur de Vasconcellos no cenário intelectual brasileiro.

1. "GRAVAR AQUI COM TRAÇOS IMORREDOIROS AS AMARGAS VICISSITUDES DA SORTE QUE EXPERIMENTOU": TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE ARTHUR DE VASCONCELLOS

As informações acerca do intelectual Arthur de Vasconcellos Veiga de Faria encontram-se dispersas e ainda não foram alvo da sistematização. Essa condição, em grande medida, contribuiu para torná-lo um sujeito pouco mencionado no âmbito historiográfico. Apesar de ter sido um dos principais defensores da Igreja Católica na imprensa paulista no decorrer da década de 1920, ele costuma ser lembrado por suas contribuições na difusão do vegetarianismo, em pesquisas como a tese de Graziele Guimarães Granada (2019).

Todavia, essa escassez de estudos não reflete um sujeito apagado ou de pouco impacto em seu tempo. Ao contrário, ao mensurar a documentação coetânea, notadamente os registros na imprensa, é perceptível que se tratava de um intelectual envolvido em importantes questões do debate público nacional.

Além disso, se trata de um nome que também foi alvo de grandes polêmicas, inclusive, a acusação de exercício ilegal da medicina. A cada edição dos jornais, a leitura atinente ao intelectual oscilava entre o dedicado médico que defendia o vegetarianismo ou dos princípios católicos e à suspeita de ser um "falso doutor" responsável pela prática do charlatanismo.

Possivelmente, a principal nota biográfica de Arthur de Vasconcellos foi publicada em Portugal, por um aliado de resistência à Primeira República lusitana. Trata-se da importante coletânea "Álbum dos Vencidos", organizada por Alberto Pereira d'Almeida (1875-1941). No caso, a obra é voltada à construção da memória de pessoas que lutaram contra à derrocada da monarquia ou que foram alvo da política restritiva dos republicanos portugueses, notadamente, presos políticos e exilados. Como o próprio título sinaliza, o "Álbum dos vencidos" enaltece os princípios das pessoas que resistiram a implantação da república e, não raramente, evidencia as trajetórias dos biografados nos moldes dos mártires. Assim, em apenas quatro páginas o tipógrafo português apresentou em largos traços alguns aspectos da trajetória intelectual de Arthur de Vasconcellos em Portugal. Para o biógrafo:

> Eis-nos chegamos agora a um nome, que por sobejamente conhecido em todo o paiz, pelas repetidas e mesquinhas campanhas de descrédito que contra elle se urdiram, e que por isso mesmo mais se impoz no conceito e na admiração do público honesto, dispensaria hoje qualquer apresentação, se não fosse a vontade nossa de *gravar aqui com traços imorredoiros as amargas vicissitudes da sorte que experimentou* (D'ALMEIDA, 1913, p. 73).

A nota biográfica elucida que o reconhecimento do nome do intelectual em terras portuguesas era decorrente de campanhas difamatórias. Essas alegadas calúnias propagadas pelo país teriam resultado em uma trajetória marcada por sofrimentos. A escrita biográfica perpassava pela estrutura narrativa hagiográfica, ao tornar a figura do intelectual correlata a do mártir:

> É elle, Arthur Vasconcellos Veiga de Faria, que embora seja muito novo, é o preso político mais antigo que cárceres portugueses encerram: uma alma muito resignada e soffredora, ao mesmo tempo, alentada por uma Fé que a elle nunca se

> extingue, Fé que elle venera com abnegado sacrifício – "se, como elle diz algures, é *sacrifício sofre pela pátria quando a ella se há prestado a mais leal das dedicações".* (D'ALMEIDA, 1913, p. 73).

As palavras do biógrafo elucidam a figura de um homem religioso, dotado de fé e que teria abraçado o sofrimento como um ato de sacrifício. Seria, neste caso, um mártir sacrificado em defesa de seus princípios, que perpassava pela fé e pela pátria. Pátria e fé encontravam-se unidas de forma idiossincrática. Como extensão do sujeito, a pátria estaria emoldurada na confluência entre religião e política. Todavia, apesar de ter sido narrado biograficamente como um mártir lusitano, o autor do texto revela as lacunas de informações acerca da figura de Arthur de Vasconcellos. Ele seria um intelectual que escapava da dimensão histórica:

> Acontece muitas vezes dizer-se d'um homem, e escrever-se delle longas tiradas, elevando-lhe em narrativas históricas, actos da sua vida que agiram em taes ou quaes epochas, e que reconsideradas não podem negar à posteridade o cunho expresso do heroe. D'esses actos fazem-se grandes poemas e escrevem-se em sucessivas expansões obras de variados matizes.
> Do nosso biographado não podemos fazer-lhe a sua edade histórica. abordando-o um dia, a sua grande acção moral só vagas ideias e essas próprias dos typos fortes nos deixou transparecer, porque Vasconcellos Veiga é uma organização que não se abre às primeiras impressões de quem se lhe dirige. Falando-nos com simplicidade, as suas expressões são de sinceros affectos do coração. E, contudo, ouvi-lo, é um fio vivo de conhecimentos, é ouvir uma lama onde reside a sinceridade, o verdadeiro interesse pela arte, pelo trabalho e pelas sciencias que n'elle tem um devotado cultor.
> Não vamos fazer a história de nosso biographado; porque como já dissemos, elle ainda não se nos revelou para esse fim (D'ALMEIDA, 1913, p. 73).

A assertiva do biógrafo evidencia um sujeito que, apesar das polêmicas em Portugal no período posterior a implementação do governo republicano, ainda continuava desprovido de informações atinentes à trajetória e ao pensamento. Diante da ausência de um amplo leque documental, ainda não seria possível pensar a história do sujeito. O que se tinha eram apenas parcas informações oriundas do "prazer da convivência quando seu companheiro de

presídio da Trafaria". Foi por meio dessa experiência que o biógrafo pôde "dar estes dados de observação que consistem em um desapaixonado esboço de biographia editado com o auxílio d'um amigo que o conhece de longa data e que merece a maior das considerações" (D'ALMEIDA, 1913, p. 73).

No início de sua trajetória profissional, Arthur de Vasconcellos atuou na Escola Movel Agrícola e de Instrucção Profissional e na imprensa, ao dirigir o jornal "Interesse Nacional" no distrito de Braga (D'ALMEIDA, 1913, p. 74). Além disso, publicou o livro "Glicínias e Violetas", inserindo-se no rol dos intelectuais portugueses. Regularmente, aos domingos e dias santos, o intelectual ia às missas para distribuir sementes, ocasiões nas quais "dissertava sobre política onde deixava a semente partidária" (D'ALMEIDA, 1913, p. 14). Desses colóquios resultaram as primeiras acusações, que o levou a migrar para o Rio de Janeiro. Em 1911, ao fazer uma viagem para Londres, foi preso:

> Da responsabilidade do seu delicto político pelo qual foi preso em 8 de março de 1911, a bordo do vapor *Aragon*, fundeado no Tejo, quando do Rio de Janeiro se dirigia a Londres, nada se sabe. O próprio inquérito a tal respeito, apenas conseguiu apurar que Arthur Vasconcellos Veiga de Faria era um conspirador, apesar de o terem accusado "ele chefiar uma quadrilha de malfeitores que se destinava a assassinar os membros do governo provisório (D'ALMEIDA, 1913, p. 74).

Essas acusações sobre a conduta política de Arthur de Vasconcellos em Portugal resultaram na prisão. Além disso, elas também iriam repercutir negativamente ao longo de praticamente toda a trajetória, inclusive no Brasil, país onde ele foi exilado após ter sido inocentado. No julgamento ele teria se defendido "sem abdicar das suas convicções monarchicas, sendo absolvido por falta de provas" (D'ALMEIDA, 1913, p. 76). Para Alberto Pereira D'Almeida:

> Espírito de revolucionário nunca deixou de escrever criticando a situação da República, como foi o que mais se insurgiu contra a amnistia quando companheiros seus se lembraram de a pedir.
> Arthur Vasconcellos Veiga de Faria é filho de Thomé de Sousa Arantes Pereira Veiga e de D. Antônia da Silveira Rodrigues Veiga; nasceu em Aveiro a 27 de setembro de 1879.
> É casado com D. Maria da Graça Passos Cunha de Freitas Vasconcellos e Sá, da Casa de Outiz, filha de fidalgos do mesmo

> título, e aparentada com as melhores famílias do districto de Braga.
> Conservando-se no Brazil, durante a carceragem de seu marido, tem dado n'essas longínquas paragens exemplo d'um sofrimento evangélico e d'um alto patriotismo digno de ser imitado.
> E seu marido sempre com ânimo para suportar as agruras do cárcere, não perdeu ainda a fé.
> No seu livro já anunciado, Sacrificio ante o Dever, promete revelar a sua interferência na conspiração (D'ALMEIDA, 1913, p. 76).

Os dados biográficos de Arthur de Vasconcellos revelam que antes de sua chegada ao Brasil ele já era um intelectual provido de uma considerável atuação no cenário político, por meio da realização de conferências, escrita na imprensa e publicação de livros. Contudo, na outra margem do Atlântico, ele se tornaria um árduo defensor da renovação do pensamento científico nacional, por meio da aproximação do catolicismo e da defesa do vegetarianismo.

2. "NESSAS LONGÍNQUAS PARAGENS UM EXEMPLO DE SOFFRIMENTO": AS FACES DE UM MÉDICO VEGETARIANO, CATÓLICO E CURANDEIRO

Ao retornar a cruzar o Atlântico na condição de exilado político, ele continuou a exercer a defesa pública dos princípios políticos articulados com a doutrina católica, bem como, a defender os princípios científicos. Isso o levou a ser incluso entre os intelectuais do país, inclusive, por meio da divulgação científica em eventos internacionais. No impresso "O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia, na edição número 20 de 1916, publicou em "Chronica e Noticias":

> Primeiro Congresso Americano da Criança: O "Comité Nacional Brazileiro" deste importante Congresso, a se reunir em Buenos Aires no próximo mez de Julho, teve comunicação de que lhe serão, a mais, enviadas as seguintes memorias:
> Dr. Augusto Linhares – Cura da gagueira e das perturbações da voz e da palavra nas crianças.
> General Dr. Thaumaturgo de Azevedo – Legislação industrial.
> Dr. Jayme Aben-Athar – A lepra infantil é vaccinante.
> Professor Ferreira da Rosa – O Collegio Militar do Rio de Janeiro.

> Dr. Zeferino de Faria – A Sociedade Amante da Instrução (Histórico).
> Dr. Arthur Vasconcellos Veiga – Psychologia do medo.
> Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães – I. A protecção à infância na Bahia; II. Desenvolvimento do ensino da hygiene e da puericultura na Escola Normal (O BRAZIL-MÉDICO, 1916, p. 160).

Chama a atenção o fato de pouco tempo após o retorno ao Brasil o nome de Arthur de Vasconcellos aparecer entre os brasileiros que iriam apresentar comunicações no Congresso Americano da Criança de Buenos Aires. Além disso, a proposta de memória a ser apresentada na Argentina versava sobre uma questão que até então não havia sido mencionada pelo biógrafo português. Ele passava a adentrar a questão da saúde, por meio da discussão sobre a psicologia do medo.

Poucos anos depois do evento científico em terras argentinas, Arthur de Vasconcellos obteve a cidadania brasileira. O nome do intelectual católico português apareceu na "Relação dos estrangeiros naturalizados brasileiros, durante o anno de 1919, cujos títulos estão registrados na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores", onde consta a informação que a portaria de naturalização foi publicada no dia 2 de julho do mesmo ano, com o nome de Arthur de Vasconcellos Veiga. Nesse período, o médico já era conhecido por ser um defensor da alimentação vegetariana e de seu matrimônio com Maria da Graça Vasconcellos e Sá tinha constituído uma prole com duas filhas, Maria de Lourdes e Augusta, conforme pode ser observado na Figura 1:

Figura 1: Infância vegetariana com as filhas de Arthur de Vasconcellos

Fonte: ILLUSTRAÇÃO DE SÃO PAULO, Mai. 1919, p. 18.

A inserção de Arthur de Vasconcellos no cenário médico brasileiro ocorreu por meio da aquisição de um consultório para clinicar, pela apresentação de memórias em eventos acadêmicos da área e pela escrita de livros e publicação de artigos na imprensa. O médico consolidava o seu nome nos fazeres científicos brasileiros da primeira metade do século XX. Em 1920, o intelectual publicou o livro “Dissertação a diagnose iridiologica”. Desse investimento resultou na constituição de uma considerável bibliografia, que ao final dos anos 20, era distribuída pelo autor para compor a bibliotecas institucionais no país. No ano de 1928, a Associação Brasileira de Imprensa divulgou a nota na qual informava:

> Tomou a directoria conhecimento das offertas à biblioteca” dos seguintes livros:
> “O perigo Necrophagico”, “Nobre e santo”, “Instruindo e Semeando”, “Evangellario Naturista”, “A Diagnose pelos Olhos”, “Teresinha, a Linda”, “Heroe Moral”, de Arthur de Vasconcellos Veiga, ofertas feitas pelo auctor (Jornal do Commercio, 23 de jun. 1928, p. 5).

Essas doações ocorreram no momento de notável envolvimento de Arthur de Vasconcellos nos meandros da imprensa nacional e coincide com o período do ápice da produtividade do autor. Um ano após a doação, o nome do intelectual já aparecia entre os integrantes da Associação Brasileira de Imprensa. No dia 23 de novembro de 1929, o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro notificou: “obtiveram carteira de jornalista os seguintes associados: Crystal Enete, William

U. Enete, Enzo Silveira, Eduardo Schmidt de Araújo e Arthur de Vasconcellos Veiga" (JORNAL DO COMMERCIO, 23 de nov. 1929, p. 3). Além da Associação Brasileira de Imprensa, Arthur de Vasconcellos também teve uma considerável inserção na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Na edição de 8 de outubro de 1928, o Diário Nacional de São Paulo publicou:

> Na Sociedade de Medicina e Cirurgia
> O que se passou na última reunião
> Presidida pelo dr. Cantidio de Moura Campos e secretariado pelos drs. Soares Hungria e Altino Antunes, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo reuniu-se, segunda-feira última, em sessão ordinária do mês (...).
> O dr. Paulo Santos communicou que o dr. Arthur Vasconcellos, acceitando o convite que lhe fora feito para realizar na Sociedade de Medicina, proximamente, uma conferência, esplanando sobre o thema: "Conceito actual de diabete e seu tratamento" (DIÁRIO NACIONAL, 8 de outubro de 1928, p. 5).

Percebe-se que no descerrar da década de 1920 Arthur de Vasconcellos se tornou uma voz difundida em diferentes espaços institucionais, inclusive, com a classe médica. A inserção do intelectual católico no debate público propiciou a abertura das portas de algumas instituições culturais existentes no país. Assim, a atuação na Associação Brasileira de Imprensa o levou a galgar espaços mais ambiciosos, incluindo a Academia Brasileira de Letras, a qual se candidatou em 1930:

> Academia Brasileira
> A sessão de Quinta-feira – os concursos literários de 1930
> Realizou-se quinta-feira ultima a sessão pública-ordinária da Academia Brasileira de Letras, presentes os Srs. Fernando Magalhães, presidente; Gustavo Barroso, secretário Geral; Olegário Marianno, 1º secretário, Constatino Alves, tesoureiro; Affonso Celso, Afrânio Peixoto, Alberto de Oliveira, Aloysio de Castro, Antonio Astrogeilio, Ataulpho de Paiva, Augusto de Lima, Coellho Netto, Dantas Barreto, Felix Pacheco, Goulart de Andrade, Helio Lobo, Humberto de Campos, João Ribeiro, Luiz Carlos, Luis Guimarães Filho, Medeiros e Albuquerque, Miguel Couto, Ramiz Galvão, Roquette Pinto e Silva Ramos
> Abrindo a sessão, deu o Presidente a palavra ao professor Julien Luchaire, diretor do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, o qual dissertou sobre o thema: "A poesia franceza, de Paul Veriaine a Paul Valery", sendo ao terminar vivamente aplaudido pela numerosa assistência.
> Foram recebidos pela Secretaria cartas dos Srs. Dilermando

> Cruz e Arthur de Vasconcellos Veiga, ambos declarando-se candidatos à vaga de Amadeu Amaral, na cadeira Gonçalves Dias (JORNAL DO COMMERCIO, 1 Dez. 1929, p. 9).

A candidatura de Arthur de Vasconcellos à cadeira número 15 da Academia Brasileira de Letras não foi exitosa, pois acabou sendo eleito como novo imortal o paulista bacharel em Direito, Guilherme de Almeida. Concomitante a inserção nos fazeres científicos e mobilização para integrar às instituições culturais, o intelectual católico português engajou-se nas atividades dedicadas à Igreja Católica. No dia 15 de maio de 1929, ele elaborou uma barraca com temática portuguesa para participar da "kermesse para construção da igreja matriz do Braz" (DIÁRIO NACIONAL, 15 de jun. 1929, p. 6). A articulação do intelectual com o cenário religioso brasileiro perpassou pela construção de redes de sociabilidades, nas quais ele foi convidado para ser padrinho de casamento de Rosalina Chaves e Antônio Cabral no religioso, além de manter um constante diálogo com Dom Francisco de Campos Barreto, bispo da Diocese de Campinas.

Apesar de ter constituído uma rede de sociabilidade com personalidades influentes do estado de São Paulo, Arthur de Vasconcellos enfrentou contrariedades com os opositores políticos no tocante ao exercício da profissão de médico. No jornal Diário Nacional do dia 30 de abril de 1930 foi publicada a matéria intitulada "O exercício ilegal da medicina", com a manchete "Foram presos pela Delegacia de Costumes e Jogos dois curandeiros. Ambos serão expulsos do território nacional". O médico que costumeiramente era elogiado por sua dedicação aos fazeres científicos e que havia atuado no tratamento da saúde de parte da população paulista, passava a ser tratado como curandeiro. Segundo o impresso paulista:

> Um dos falsos médicos
> Um dos processados agora pela Delegacia de Costumes e Jogos é Arthur Vasconcellos Veiga de Faria, de 51 annos de idade, portuguez, morador à rua Vergueiro, n. 131.
> Intitula-se médico, diplomado por uma faculdade de medicina de Portugal, mas está verificado pelo Serviço Sanitário desta capital, que elle não obteve diploma em nenhuma das universidades portuguezas.

> Arthur de Vasconcellos exercia francamente a clínica nesta capital, sendo processado várias vezes.
> Tratou do doente Américo de Noce, residente à rua Paraíso, 80, nos dias 20 a 24 de janeiro de 1928, o qual veio a falecer, em consequencia do seu tratamento.
> Esse facto provocou a abertura de um inquérito policial, tendo ficado plenamente provada a culpabilidade de Arthur Vasconcellos (DIÁRIO NACIONAL, 30 de abr. 1930, p. 5).

De acordo com a matéria veiculada no mesmo impresso no qual o intelectual havia assinado a coluna "Vida Catholica" explicitava que as acusações de exercício ilegal da medicina eram recorrentes desde o início da década de 1920. Nos idos de 1928, momento no qual ainda assinava a aludida coluna, ele publicou uma nota na qual buscava comprovar a sua formação em medicina:

> A dr. Arthur de Vasconcellos
> Ao público
> Obrigado pela segunda vez a trazer a público a afirmação de que me não intitulo Médico, porém que o sou de facto e de direito, devo ao público esta única prova que passo a transcrever: Eu, Pedro Nunes de Sá, cônsul do Brasil, etc. Certifico que é verdadeiro o diploma retro conferido ao doutor Arthur de Vasconcellos, e que para constar onde convier, a pedido do interessado, passo o presente, o qual, para os fins de direito, deve ser legalizado no Ministério das Relações Exteriores ou em qualquer Repartição Fiscal do Brasil, e assigno e vae selada com o sello das armas deste consulado, etc.
> Tem a data de 10 de fevereiro de 1921, pagou a Recebedoria Federal os devidos direitos, e foi reconhecida na Secção dos Negócios Commerciaes e Consulares da América, no Rio de Janeiro, em 19 de março de 1921, sob o sello do Ministério das Relações Exteriores.
> São Paulo, 30 de maio de 1928
> Dr. Arthur de Vasconcellos (DIÁRIO NACIONAL, 1º jun. 1928, p. 5).

O documento apresentado pelo intelectual católico português, reconhecida pelos principais órgãos competentes, evidencia que a acusação de charlatanismo no exercício da medicina era improcedente. Tratava-se, possivelmente, de retaliações promovidas por problemas oriundos de outras esferas, como a política. Essa hipótese galga força ao considerar que a denuncia de curandeirismo foi acompanhada de um relato acerca das atividades políticas do intelectual:

> Os antecedentes do curandeiro
> O referido charlatão abusa evidentemente da hospitalidade brasileira, por isso que foi expulso de sua pátria como perigoso agitador e fora indicado pela polícia brasileira como o delegado dos conspiradores que pretendiam fazer a restauração da monarchia em Portugal, em 1911.
> Foi processado em fevereiro de 1923, como charlatão, pelo dr. Carlos Pimenta, então 5º. Delegado de polícia, tendo ficado provado também que elle exercia a medicina nesta capital, e que fazia profissão de clínico, vivendo a expensas de seus clientes (DIÁRIO NACIONAL, 30 de abr. 1930, p. 5).

O passado político de Arthur Vasconcellos no processo de restauração da monarquia portuguesa foi acionado como um indício de conspiração, associando-o à imagem de figura perigosa. O embate entre ciência e curandeirismo no Brasil ao longo da década de 1930 foi uma prática recorrente, com processos que ocorreram em diferentes estados, perseguições aos terreiros de candomblé e prisões de curandeiros acusados de charlatanismo (CARVALHO, 1995; CALAÇA, 2005; COUCEIRO, 2004). Se, no passado, situado na outra margem do Atlântico, Vasconcellos era uma ameaça pelo envolvimento em movimentos conspiratórios, no presente e em solo brasileiro, o perigo rondava pela profusão de ideias que projetavam um futuro nacional marcado pelo protagonismo católico no cenário político nacional.

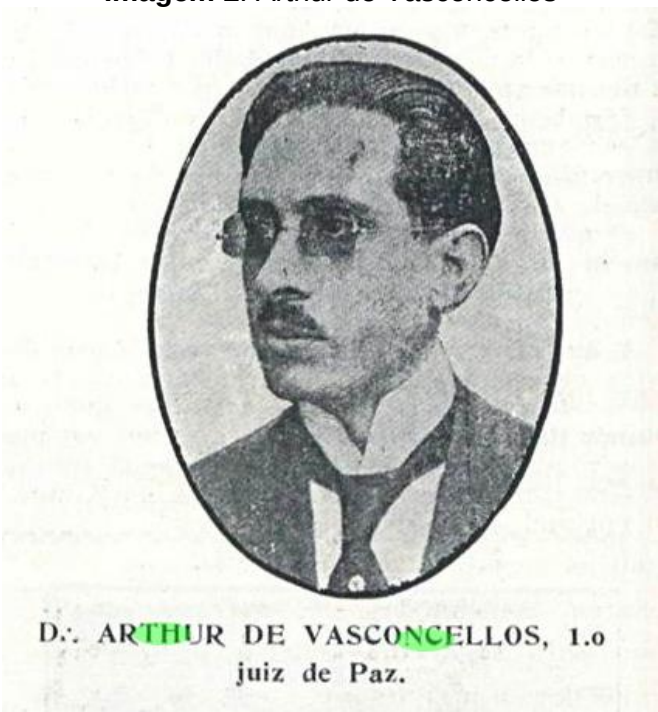
3. “PRESTANDO ÀS FULGURANTES LUZES DA IGREJA UM LOGAR DE HONRA”: ARTHUR DE VASCONCELLOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA CATÓLICA

Edvaldo Soares, a “década de 20 foi o grande momento de reaproximação entre Igreja Católica e Estado no Brasil. A igreja, aceitando a República, procurou restaurar a religião no seio da sociedade civil” (SOARES, 2014, p. 47). Desse quadro no qual a Igreja Católica voltava-se para o debate político, uma parcela de intelectuais católicos passou a se envolver na política partidária. Esse foi o caso de Arthur de Vasconcellos, um integrante dos quadros do Partido Democrático.

Com a família constituída e a cidadania brasileira conquistada, Arthur de

Vasconcellos empreendeu ações que atravessavam entre os fazeres médicos e a política. Assim, em dezembro de 1920, apoiado pelo líder político Júlio de Andrade Silva, ele obteve a maior votação na eleição para Juiz de Paz do distrito de Osasco. A eleição foi amplamente divulgada no impresso “Illustração de São Paulo”, conforme pode ser observada na Imagem 2:

Imagem 2: Arthur de Vasconcellos



Fonte: ILLUSTRAÇÃO DE SÃO PAULO, 1920, p. 18

O preito eleitoral para Juiz de Paz do distrito de Osasco foi marcado por

violências, como a vigilância e a tentativa de homicídio dos concorrentes. Disputavam os cargos os correligionários de Júlio Silva, apoiando Arthur de Vasconcellos; e do coronel Delphino Cerqueira, integrante do Partido Republicano. Os opositores de Vasconcellos teriam sido responsáveis por promover "uma série de ameaças, até de morte se, tentassem expoliá-lo de uma victoria que elle pretendia por qualquer meio obter, mesmo os mais deshonestos" (ILLUSTRAÇÃO DE SÃO PAULO, abr. 1920, p. 38). Ainda segundo o impresso paulista, a inserção política de Arthur de Vasconcellos era decorrente de sua atuação no distrito de Osasco durante a epidemia da Gripe Espanhola. Assim,

> sem cor política, inteiramente alheio a ella, sem paixões nem ambições o sr. Dr. Arthur de Vasconcellos acceitou essa candidatura como uma homenagem popular do districto aos préstimos elevadíssimos que lhe tem dispensado, raro entre os raros e muito especialmente, aos seus serviços durante os terríveis três meses da Grippe que assolou o Estado e cujo desvelo Osasco não esquece (ILLUSTRAÇÃO DE SÃO PAULO, abr. 1920, p. 39).

Neste sentido, a trajetória de Arthur de Vasconcellos já era marcada pelo embate político. Apesar da candidatura ter sido apresentada como uma ação desinteressada na qual o ele teria aceitado como uma demanda popular, os aspectos atrelados à trajetória do intelectual sinalizam para uma postura mais aguerrida, na qual a política sempre esteve em seu horizonte. O antigo monarquista português se reinventava e passava a readequar-se ao contexto republicano para defender as suas pautas marcadas por princípios católicos. A imprensa se transmutava em campo de guerra no qual os princípios católicos eram defendidos como um espelho para a política nacional (KLAUCK, 2011; PARGA, 2012; PAULA, 2018). Ele passava a adentrar o palco da chamada boa-imprensa, "que era vista como uma das principais formas de conservação da fé na sociedade, possibilitaria a sobrevivência da Igreja Católica no mundo contemporâneo" (MARIN, 2021, p.16)

Ao assumir a coluna "Vida Catholica" em 1927, ele operava no cenário político para cumprir uma agenda católica. O impresso paulista se tornaria um instrumento para que, pudessem, "sem paixões individuaes, os catholicos comprehender este nosso sincero objectivo, para que todos entendidos e em paz

contribuam para o bem estar e a felicidade do paiz" (VASCONCELLOS, 15 jul. 1927, p. 4). Ocupar-se de escrever para a imprensa implicava em prestar um serviço à Igreja Católica, como bem observava Arthur de Vasconcellos:

> Esta secção do "Diário Nacional", *prestando às fulgurantes luzes da Igreja um logar de honra*, não limitará a sua acção ao noticiário commum e vulgar de todos os dias. Dedicar-se-á à defesa social, política e religiosa dos princípios doutrinários da Igreja, dedicando às verdades eternas do evangelho que ella representa o seu sincero préstimo e levando a cada lar a certeza dos seus puros intentos e a confiança das suas leaes atitudes.
> Dedicando o seu melhor esforço aos fins geraes do programma, procurará dar diariamente a mais completa reportagem religiosa, como dos acontecimentos sociaes catholicos da actualidade, fazendo resenha de todos os factos, conferências, solenidades, expediente das Câmaras Ecclesiásticas dos Bispados do Estado, enfim de tudo quanto interessa ao conhecimento público (VASCONCELLOS, 15 Jul. 1927, p. 4).

Ao escrever diariamente sobre os aspectos que norteavam o cotidiano da Igreja Católica no Brasil, Arthur de Vasconcellos corroborava para fundamentar um projeto de futuro a ser implementado no país, pautado na propagação dos fundamentos religiosos que deveriam ser apropriados como pilares de uma civilização brasileira. Proposta que se aproximava de outros intelectuais católicos que atuavam na capital do país. Assim, pautado na leitura comum de passado, o futuro projetado revelava uma a civilização brasileira tecida pelo catolicismo. O tempo presente emergia como a confluência na qual era corrigida a direção do percurso histórico nacional e assim, o passado católico resultante da catequese tornava-se o horizonte a ser trilhado. Essa dimensão em instituir uma nação tida como a civilização católica foi ressaltada pelo intelectual:

> Neste sentido merecer-lhe-ão cuidado todos os assuntos referentes à vida catholica-social, política, litteraria e artística; procurará reunir diariamente o mais completo repositório das actualidades religiosas para testemunhar o seu desejo de bem servir, contribuindo nessa ordem de idéas para o maior brilho da Religião, à qual de facto se deve a irradiação dos ideaes civilizadores pela poderosa acção de seus fructos, muito particularmente no século actual em que o pensamento humano entregue à remodelação da vida social dos povos, firma no seio delles a democracia, entendida como entendem os homens de bem e os leaes servidores da Pátria (VASCONCELLOS, 15 Jul. 1927, p. 5).

Em tempos republicanos, o antigo monarquista se reinventava parcialmente. A democracia era definida pelo intelectual como um constructo resultante dos novos tempos, da remodelação da vida social na qual o pensamento da humanidade havia sido entregue em pleno emergir do século XX. Contudo, a democracia deveria servir aos desígnios dos homens de bem, aos paladinos da pátria. Enfim, a democracia imaginada por Vasconcellos deveria ser tutelada por mentes católicas.

Pautado nessa premissa, o presente, marcado pela realidade política republicana, tornava-se o tempo da reparação, de alijar-se dos vícios, de efetivar uma reorientação no processo formativo das novas gerações de cidadãos que iriam conduzir os destinos da propalada civilização brasileira. Neste percurso propalado por Arthur de Vasconcellos uma questão fundante era a prática educativa, notadamente, a que tinha a frente as professoras primárias. Isso fez com que as atividades das escolas fossem alvo da atenção do articulista:

> Todos os anos a sociedade feminina se movimenta para prestar às crianças uma homenagem de carinho, ora destinando-lhe um dia que denominaram o da criança, ora promovendo passeios, brinquedos, cinemas, etc. Nessas coisas todas, feitas às pressas, aparece muita coisa má e anti-patriótica. Ainda não há muito mezes, numa dessas solennidades, uma senhora professora, produzindo um discurso às crianças disse coisas taes que indignaram a assistência culta, que a teve de ouvir, quando o verdadeiro tino político manda que se saiba dizer as coisas sem offensas à nacionalidade que não é culpada do péssimo ou do mau tino administrativo dos homens (VASCONCELLOS, 20 Jul. 1927, p. 4).

A matéria veiculada na coluna “Vida Catholica” tomava como esteio da reflexão as festas escolares destinadas à criança. Na avaliação do autor, o intuito patriótico das professoras era prejudicado e desvirtuado em decorrência da falta de planejamento para os discursos a serem proferidos (SANTOS, 2021). Com isso, as palavras que poderiam ser oportunizadas como lições de civismo, transmutavam-se em “miragens seductoras que nada honram a civilização deste Estado”. Para romper com essa prática que parecia ser recorrente em todo o território nacional, o intelectual católico reafirmava a necessidade de se instituir uma diretriz para nortear as homenagens. Assim, deveria proporcionar às

professoras estudo e tempo para “se consagrarem às crianças dias especiaes para lições de proveito”.

Essas prerrogativas atinentes ao controle das práticas educativas a serem empreendidas pelas professoras primárias sinalizavam para outra dimensão que atravessavam o projeto de nação gestado por Arthur de Vasconcellos. A adjeção entre catolicismo e política era apresentada pelo autor como uma ação inevitável, pois o Brasil, por possuir uma população majoritariamente católica, seria predestinado a ter uma política sedimentada em princípios religiosos. A efetivação desse desígnio foi dissertada pelo articulista:

> Medeiros e Albuquerque, o ilustre publicista cuja penna é admirada e a cujo talento se devem bellas e longas iniciativas a que a inteligência brasileira tem dado aplauso, escreveu há dias sobre política e religião um artigo em que diz que o povo brasileiro “deve procurar em si o que mais une e não o que o separa”. E discorrendo a citar males sobre males, que são as fontes de desunião, refere-se a alguns dos mais illustres prelados brasileiros aos quaes se devem notáveis cartas pastoraes de vistas patrióticas que muito harmonizam com o dever de todo o cidadão para com os partidos políticos existentes ou que venham a existir, e nesse particular deixam antever que é dever do catholico ingressar nesses partidos, desde que no programma não haja alusão alguma à Igreja que a deprecie , ou esconda intuitos duvidosos, pondo de parte os homens, visto que em matéria política e doutrinária é prudente e sensato discutirem-se os princípios e absterem-se todos de discutir os homens.
> O illustre escritor vae mais longe ainda no raciocínio com que se apresenta nesse seu artigo magistral. Considerando que a religião da maioria da nação brasileira é a catholica “por ser a mais bela, a mais alta, a mais nobre e a verdadeira”, com maior justiça os catholicos devem ser partidários, para que mais garantias possam oferecer ao serviço pátrio, em virtude da natureza escolha dos homens e da indispensável moral dos costumes (VASCONCELLOS, 16 Jul. 1927, p. 5).

Como ele havia proposto na primeira edição, a coluna buscava reverberar o debate atinente ao catolicismo no Brasil, principalmente, no tocante à convergência entre religião e política (SANTOS, 2024). O texto publicado por Arthur de Vasconcellos acionou o problema que perpassou pela maior parte de seus escritos na aludida coluna, ao debater a atuação dos católicos nos partidos políticos. Em seu entendimento, por ser uma nação de maioria católica, se

tornava um ato obrigatório que pessoas vinculadas a essa denominação religiosa adentrassem os diferentes partidos políticos, desde que não existissem inconsistências entre o programa partidário e os preceitos religiosos.

Assim, a atuação dos católicos na política não deveria ser operada por meio da equidade entre os dois campos, pois havia o limite imposto pela doutrina. Aos católicos caberia cruzar apenas as portas partidárias que não ofendessem à moral cristã. Para corroborar com essa teoria, Arthur de Vasconcellos acionava as experiências pretéritas. Se o país deveria marchar em direção ao futuro inspirado no passado, a história tornava-se um princípio basilar para revelar os encaminhamentos aos católicos na seara política. No entendimento de Vasconcellos:

> A história de todos os tempos dá-nos a conhecer os verdadeiros direitos de cidadania e em todos elles encontramos bem clara e definida a posição social de todos quantos são filhos dignos da sua terra pelo nobre e rasgado papel de leaes servidores das questões econômicas, financeiras, políticas, sociaes, jurídicas e religiosas dos governos. E, nenhuma das páginas dessa história se verifica que a Igreja Catholica, por exemplo, pelo sincero applauso dos catholicos às diversas correntes partidárias, tenha soffrido agravo desses partidos. O que se tem visto, o que se vem averiguando dia a dia é uma questão religiosa em que se degladiam os partidos catholicos ou a indifferença política dos catholicos contra a organização dos partidos civis e dessa circunstância os maos governos de onde tem surgido as graves questões religiosas de que o redactor desta secção foi testemunha não ainda há muitos anos. (...), aos catholicos não é vedado o direito de intervirem nos prélios eleitoraes, como na direcção intellectual dos partidos (VASCONCELLOS, 17 Jul. 1927, p. 4).

O passado acionado por Arthur de Vasconcellos buscava reafirmar que a atuação dos católicos nos partidos políticos era uma demanda histórica e que ao longo do tempo essa presença não teria sido alvo de represália. Neste sentido, aos sujeitos coetâneos caberia a missão de envolver-se no campo político, vinculando-se aos partidos ou contribuindo para estruturar a construção dos seus respectivos programas. A assertiva do colunista afirma que essa presença poderia ocorrer tanto por meio do fortalecimento do Partido Católico, quanto pela presença dos católicos nas demais denominações partidárias. Em ambas as circunstâncias, caberia aos religiosos defenderem a construção de uma pauta

centrada nos fundamentos católicos. Essa postura de relativização do pensamento socialista tecido por Arthur de Vasconcellos tornou-se mais explícita ao escrever sobre as celebrações do mês de maio, em um dos últimos textos assinados pelo intelectual:

> O mundo humano inicia hoje duas datas, ambas auspiciosas para a felicidade geral dos povos à parte as exaltações de uns e as paixões intempestivas de outros, como à parte os ideaes dos descrentes e dos que não commungam nas idéas sãs da alma religiosa.
> O dia 1º de maio para os que aspiram, somente, a sua liberdade, é uma data socialista; irmanada um ideal possível de ser realizado, mas será eternamente impossível porque, o envenenam as paixões.
> No dia, porém, em que esse ideal abraçar a paz perpétua na igualdade bem entendida, esse dia será também o da igreja, pois ninguém mais para esse ideal trabalha com amor, como ella (VASCONCELLOS, 1. Mai. 1928, p. 8).

Essas considerações evidenciam como abertura da atuação política dos católicos também apresentava restrições. A principal delas era em relação aos partidos socialistas, que na ótica do autor trazia em si um aspecto positivo ao defender a causa dos operários, mas carregada de equívocos decorrentes da descrença. Dessa forma, o socialismo necessitava ser conduzido para os pilares católicos e assim possibilitar a plena liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arthur de Vasconcellos foi um intelectual católico que esteve envolvido em grandes polêmicas no âmbito da imprensa brasileira e dos fazeres científicos ao longo da década de 1920. Médico, vegetariano, monarquista e católico, ele atuou em diferentes frentes ao longo de sua trajetória, indo da resistência monárquica lusitana nos idos de 1911 à defesa de maior participação dos católicos no campo político.

Concomitante ao ativismo católico na imprensa paulista, Vasconcellos também enfrentou percalços que resultaram na instabilidade de sua permanência no país, como as conflituosas eleições para juiz de paz do distrito de Osasco em 1920 e as inúmeras acusações de exercício ilegal da medicina.

Experiências que recorrentemente eram mobilizadas pelo autor para expressar em sua coluna os perigos de uma política intolerante e desprovida dos princípios católicos.

Ao assinar a coluna “Vida Catholica”, Vasconcellos teve a sua disposição um espaço privilegiado para instituir uma cultura política católica, coadunada com a posição de outros intelectuais católicos de seu tempo, notadamente, os defensores do uso da boa-imprensa, como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Jonathas Serrano Murillo Mendes. Princípios também respaldados em cartas pastorais do prelado brasileiro. No âmbito da imprensa, o Arthur de Vasconcellos corroborou para instituir uma cultura política na qual os católicos deveriam fomentar a criação de pautas religiosas nos programas dos diferentes partidos, excetos os socialistas. Na publicação de livros, a atuação do intelectual galgou outros contornos, como a defesa da mítica católica, com a defesa da natureza miraculosa da estigmatizada de Campinas.

Assim, os seus escritos anunciavam uma leitura comum de passado e projetava um futuro inspirado nas experiências pretéritas. Para Arthur de Vasconcellos, a civilização católica brasileira seria tecida pela marcha em direção ao futuro em olhar retrospectivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudio Aguiar. **Em plena guerra**: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. Revista de História (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.- jun., 2016.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade***:* um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-364.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo:** imprensa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. **Curandeirismo e medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940**. São Paulo, 220f. Tese (Doutorado em História da Medicina). USP

CALAÇA, Carlos Eduardo. Capítulos da história social da medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, p. 557-566, 2005.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Médicos e" charlatões": conflitos e convivências em torno do poder de cur 'no Recife dos anos 1920. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 5, n. 10, 2004.

D'ALMEIDA, Alberto Pereira. Arthur Vasconcellos Veiga de Faria. **Álbum dos vencidos***.* N. 3. Lisboa: Alberto Pereira de Almeida, 1913, p. 73-76.

DIÁRIO NACIONAL. Publicações. **Diário Nacional***.* N. 614, São Paulo, 3 de julho de 1929, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22arthur%20de%20vasconcellos%22&pagfis=6704 . Acesso: 15 abr. de 2024.

DIÁRIO NACIONAL. O dr. Arthur de Vasconcellos. In: **Diário Nacional***.* N. 276, São Paulo, 1 de junho de 1928, p. 5. Disponível em: Acesso em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=%22arthur%20de%20vasconcellos%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2460 Acesso 30 abr. de 2024.

DIÁRIO NACIONAL. Na Sociedade de Medicina e Cirurgia. **Diário Nacional***.* N. 414, São Paulo, 8 de outubro de 1928, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22arthur%20de%20vasconcellos%22&pagfis=4169 . Acesso: 18 abr. de 2024.

DIÁRIO NACIONAL. O exercício ilegal da medicina. In: **Diário Nacional***.* N. 868, São Paulo, 30 de abril de 1930, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22arthur%20de%20vasconcellos%22&pagfis=9855 . Acesso 10 abr. de 2024.

DIÁRIO NACIONAL. Duas kermesses que terminaram. **Diário Nacional.** N. 572, São Paulo, 15 de junho de 1929, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22arthur%20de%20vasconcellos%22&pagfis=6156 . Acesso 20 abr. de 2024

GRANADA, Graziele Guimarães. **O vegetarianismo nos serviços alimentares das instituições públicas: fundamentos históricos, características e consequencias: um estudo do impacto da Lei 11/2017**. Coimbra, 319f. Tese (Doutorado em Patrimônios Alimentares: Culturas e Identidades). Universidade de Coimbra, 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. Academia Brasileira. In: **Jornal do Commercio***.* N. 287, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1929, p. 9. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&Pesq=%22vasconcellos%20veiga%22&pagfis=39289 . Acesso: 29 abr. de. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Associação Brasileira de Impensa. In: **Jornal do Commercio**. N. 280, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1929, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&Pesq=%22vasconcellos%20veiga%22&pagfis=39089 . Acesso: 29 abr. de 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Associação Brasileira de Imprensa. In: **Jornal do Commercio**. N. 149, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1928, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&Pesq=%22vasconcellos%20veiga%22&pagfis=27590 . Acesso: 29 abr. de 2024.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 38 (3): p. 197-217, 2018.

MARIN, Jérri Roberto. O Desenvolvimento da Imprensa Católica No Brasil. In: FONSECA, André Dioney; MARIN, Jérri Roberto (Orgs). **História, Imprensa e Religião**. Editora Appris, 2021.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. **Mneme - Revista de Humanidades,** v. 12, n. 29, 2011.

MIGUEL, Bruna Aparecida da Silva. **Os intelectuais leigos e o Centro Dom Vital:** à luz das publicações da revista A Ordem. Campinas, 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontíficia Universidade Católica de Campinas, 2016.

O LAR CATHOLICO. Recebemos e agradecemos. In: **O Lar Catholico:** revista social, religiosa, dedicada as familias. N. 1, Belo Horizonte, 6 de janeiro de 1929, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq=%22arthur%20vasconcellos%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1664 . Acesso 19 abr de 2024.

PAULA, Andressa. **A revista A Cruzada e a "boa imprensa" católica no Paraná (1926- 1931).** 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, 2018, Maringá, PR. 2018.

PARGA, Francisca Rafaela. **Contra a semente da desordem**: Imprensa Católica e Fascismo – Fortaleza - CE (1922-1930). 2012.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA. Relação dos estrangeiros naturalizados brasileiros, durante o anno de 1919, cujos títulos estão registrados na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores. **Relatórios do**

Ministério da Justiça. N. 1, Rio de Janeiro, 1920, p. 5.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 13-36.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "A crédula ingenuidade de nosso povo sinceramente católico": Everardo Backheuser, cultura política educacional católica e unidade do território nacional (1933-1944). **História:** debates e tendências. V. 23, N. 1, Passo Fundo, 2023, p. 34-50. Disponível em < https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/13867 >. Acesso: 27 mai. de 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **O Prefácio dos tempos**: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão. Aracaju: Criação: 2024. Disponível em: > Acesso: 20 mai. 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Assim se faz história, assim deve ser ensinada: Manoel Bonfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930). **Anos 90.** V. 28, 2021, p. 1-21. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/103025/63411 > Acesso: 20 mai. 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Sobre os jardins florescentes da pátria": os franciscanos da Saxônia e a Reforma Devocional da Província Santo Antônio do Brasil (1940-1945). In: PEIXOTO, Renato Amado; ZANOTTO, Gizele. **Direitas e religião no Brasil (1920-1940)**. Passo Fundo/RS: Acervus, 2023, p. 149-176.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria": Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS**. Antiguos Jesuitas en Iberoamérica. Vol. 7, n. 2, Buenos Aires, 2019, p. 42-62. Disponível em: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/27670 . Acesso: 30 mar. de 2024

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

SERRANO, Pedro. Neocristandade e crítica literária católica no Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1950. **Religião & Sociedade.** Vol. 44, n. 2, 2024, p. 1-25.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VASCONCELLOS, Arthur de. **Os vegetais:** génese e milagres. Lisboa: A Azevedo, 1918.

VASCONCELLOS, Arthur de. Vida Catholica. In: **Diário Nacional**. N. 2, São

Paulo, 15 de julho de 1927, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22Vida%20catholica%22&pagfis=12 . Acesso: 20 abr. de 2024.

VASCONCELLOS, Arthur de. Vida Catholica. In: **Diário Nacional**. N. 3, São Paulo, 16 de julho de 1927, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22Vida%20catholica%22&pagfis=21 . Acesso: 20 abr. de 2024.

VASCONCELLOS, Arthur de. Vida Catholica. In: **Diário Nacional.** N. 4, São Paulo, 17 de julho de 1927, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22Vida%20catholica%22&pagfis=28 . Acesso: 20 abr. de 2024.

VASCONCELLOS, Arthur de. Vida Catholica. In: **Diário Nacional**. N. 6, São Paulo, 20 de julho de 1927, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22Vida%20catholica%22&pagfis=44 . Acesso: 20 abr. de 2024.

VASCONCELLOS, Arthur de. Vida Catholica. In: **Diário Nacional.** N. 249, São Paulo, 1º de maio de 1928, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&Pesq=%22Vida%20catholica%22&pagfis=2178. Acesso: 20 abr. de 2024.

Recebido em 23/08/2024.

Aprovado para publicação em 18/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

BRUXAS, SABICHONAS OU CRIPTO-DOMÉSTICAS
Uma história das mulheres nas ciências por Lucía Tosi

WITCHES, KNOW-IT-ALLS OR CRYPTO-DOMESTICS
A history of women in science by Lucía Tosi

CAROLINA QUEIROZ[1]

LETÍCIA DOS SANTOS PEREIRA[2]

INDIANARA SILVA[3]

RESUMO
Neste artigo, analisamos as publicações da cientista Lucía Tosi sobre gênero e ciência no Brasil, explorando suas principais motivações e contribuições para a área. Lucía Tosi, nascida na Argentina e atuante em centros de pesquisa renomados na França e no Brasil, destacou-se como uma pioneira na relação entre feminismo e ciência na América Latina desde a década de 1970, antes mesmo do termo "Gênero e Ciência" ser amplamente incorporado por teóricas norte-americanas. O estudo adota as categorias metodológicas propostas por Lima e Souza (2011), que estruturam a análise em três dimensões: a presença e visibilidade das mulheres nas instituições científicas, a crítica aos modos de produção do conhecimento científico hegemônico, e a análise dos discursos e representações sobre mulheres na ciência. Por fim, as pesquisas de Lucía Tosi evidenciam uma pesquisadora em constante construção e desconstrução, que ao passo que exercia o papel de ser uma das primeiras, refletia sobre sua própria trajetória enquanto mulher na ciência.
Palavras-chave: Lucía Tosi. Gênero e Ciência. História da Ciência no Brasil.

ABSTRACT
In this article, we analyze the publications of scientist Lucía Tosi on Gender and Science in Brazil, exploring her main motivations and contributions to the area. Lucía Tosi, born in Argentina and active in renowned research centers in France and Brazil, stood out as a pioneer in the relationship between feminism and science in Latin America since the 1970s, even before the term "Gender and Science" was coined and widely incorporated by North American theorists. The study adopts the methodological categories proposed by Lima and Souza (2011), which structure the analysis in three dimensions: the presence and visibility of women in scientific institutions, criticism of the modes of production of hegemonic scientific knowledge, and the study of discourses and representations about

[1] Doutora em História, Ensino e Filosofia da Ciência (UFBA-UEFS). Professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: carolinaqueiroz@ufrb.edu.br
[2] Doutora em História, Ensino e Filosofia da Ciência (UFBA-UEFS). Professora na Universidade Federal da Bahia. Email: leticiapereira@ufba.br
[3] Doutora em História, Ensino e Filosofia da Ciência (UFBA-UEFS). Professora Titular na Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: isilva@uefs.br

women in science. Finally, Lucía Tosi's research highlights a researcher in constant construction and deconstruction, who, while playing the role of being one of the first, reflected on her trajectory as a woman in science.
Keywords: Lucia Tosi. Gender and Science. History of Science in Brazil.

INTRODUÇÃO

Em 1978, a estadunidense Evelyn Fox Keller publicou um texto com a terminologia “Gênero e Ciência” no título. Esse é considerado um dos marcos para a estruturação da agenda feminista nas ciências exatas e da natureza. Apesar do pioneirismo das críticas feministas às ciências ter sido atribuído a pesquisadoras do eixo norte do planeta, nesse período, pesquisadoras/es da América Latina já demonstravam interesse por tais assuntos. A cientista Lucía Tosi é um excelente exemplo dos esforços latino-americanos em relacionar feminismo e ciência desde a década de 1970, ou seja, antes mesmo das teóricas norte-americanas incorporarem a terminologia citada acima.

Lucía Tosi nasceu na Argentina, onde doutorou-se em química, mas viveu boa parte da sua vida no Brasil e na França (Imagem 01). Além de desenvolver pesquisas sobre química bioinorgânica, atuando em renomados centros de pesquisa como o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) na França, Lucía incorporou-se ao movimento feminista emergente da década de 1970 interessando-se em pesquisas sobre a relação entre mulheres e conhecimento científico.

Imagem 01. Lucía Tosi

Fonte: Beraldo (2014).

Nos anos de 1980, de volta ao Brasil após anos de exílio em Paris em decorrência ao golpe militar de 1964, ela passou a refletir sobre a situação das mulheres cientistas no Brasil, onde publicou algumas pesquisas relacionadas a questões das mulheres e a história das mulheres nas ciências em periódicos brasileiros. Mesmo após a sua aposentadoria, nos anos 1990, Lucía Tosi, permaneceu realizando importantes pesquisas relacionadas a área de gênero e ciência, publicando artigos de opinião sobre o tema em periódicos como Ciência Hoje, além de pesquisas acadêmicas em periódicos conceituados como Estudos Feministas ("Resgatando Metis: O Que foi Feito desse Saber?", 1996, em coautoria com sua orientanda Adelina Santos), Química Nova ("Marie Meurdrac, Química Paracelsiana e Feminista do Século XVII", 1996) e Cadernos Pagu ("Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna", 1998).

As pesquisas de Lucía Tosi percorrem um extenso período e contam um pouco da história de como os estudos de gênero e ciência se estruturaram no Brasil, apontando para os principais interesses de pesquisas e inquietações de acordo com o contexto histórico e político. Nesse sentido, alguns estudos têm se concentrado em criar categorias para incorporar, classificar e analisar as produções sobre gênero e ciência, demarcando a complexidade, a multiplicidade de temáticas e o rigor científico (obviamente num sentido contra-hegemônico) dessa zona de inquérito.

É pertinente situar o entendimento de "gênero" que prevalecia no contexto ao qual Lucía Tosi estava inserida. Durante as décadas de 1970 e 1980, "gênero" era compreendido como uma ferramenta analítica fundamental nos estudos feministas e nas ciências sociais, sendo diferenciado do "sexo". Enquanto o sexo era associado a características biológicas, o gênero dizia respeito às construções culturais que classificam indivíduos como "masculino" ou "feminino", uma distinção importante para questionar a naturalização dos papéis sociais (Oakley, 1972; Lerner 1986). No final da década de 1980, Joan Scott (1988) expandiu essa compreensão ao sugerir que o gênero é tanto um elemento das relações sociais quanto uma forma de poder, estruturando hierarquias e dominação. Atualmente, o conceito de gênero se expandiu para abranger identidades e expressões que vão além do binarismo masculino-

feminino, reconhecendo-o como fluido e sujeito a mudanças (Butler, 2004).

No texto sobre convenções em torno de argumentos de autoridade, Maria Margaret Lopes (2006) problematiza a importância de se considerar a historicidade dos estudos de gênero, suas contribuições e limitações para reflexões críticas sobre o discurso da ciência. As indagações das bases dessa autoridade cognitiva proliferaram a partir da segunda metade do século XX nos estudos históricos, sociológicos, filosóficos e nas críticas de teóricas feministas. No entanto, não houve uma mobilização de forma mais articulada entre estudos de gênero e História das Ciências no Brasil.

Evellyn Fox Keller (1995) discute que apenas a terminologia “gênero e ciência” já não dava conta das pesquisas realizadas e propõe uma subcategorização. Esquematicamente, estes podem ser descritos como aqueles estudos examinando a história de (1) mulheres na ciência; (2) construções científicas de diferença sexual; e (3) os usos de construções científicas de sujeitos e objetos que estão abaixo e além da pele humana (ou esqueleto). E afirma que cada uma dessas categorias já acumulou uma literatura rica por si só e requer sua própria reconfiguração em novos tipos de "zonas de negociação".

Londa Schiebinger (2007) propôs três categorias para os trabalhos sobre Gênero e Ciência: (1) Participação das mulheres na ciência; (2) Gênero na Cultura das Ciências; e (3) Gênero nos resultados das ciências. No primeiro nível encontram-se questionamentos relativos às agências de fomento e políticas, apontando para textos que reflitam sobre como as políticas científicas assimilam a importância de estabelecer indicadores sobre relações de gênero que perpassam também o sistema de ciências e tecnologia, bem como contam a história dessas mulheres. No segundo nível, a autora indaga os significados de elementos da cultura das ciências, cujas práticas e valores foram elaborados majoritariamente por homens e explora o tema através de pesquisas empíricas. Por fim, o terceiro nível de sua análise pautado no influente feminismo da diferença dos anos 1980, calcado em um suposto ‘estilo feminino’ de fazer ciências analisando como as relações de gênero constroem práticas e conteúdos disciplinares.

Em 2014, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/UFBA) publicou em seu periódico Feminismos uma edição especial

intitulada “Gênero e Ciência”. Tal edição conta com uma interessante apresentação escrita por Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2014) mostrando que, desde os anos 1980, pesquisadoras brasileiras produzem trabalhos que analisam a presença de mulheres no mundo da ciência. Nesse trabalho, assim como em artigo anterior (LIMA E SOUZA, 2011), a autora propõe que os estudos de gênero e ciência no Brasil possuem três origens: (1) Estrutural, responsável por analisar a presença, a colocação e a visibilidade das mulheres nas instituições científicas; (2) Epistemológica, que questiona os modos de produção do conhecimento a partir de uma crítica aos princípios norteadores do pensamento científico hegemônico; e, finalmente (3) Análise dos discursos e das representações sobre mulheres na ciência, que busca identificar metáforas de gênero como as que associam a mulher à Natureza e o homem à Razão, com repercussões importantes nos conteúdos de diversas disciplinas (LIMA E SOUZA, 2011).

Nesse artigo, nos propomos analisar as publicações da cientista Lucía Tosi relacionadas aos estudos de gênero e ciência no Brasil, compreendendo quais foram suas principais motivações de pesquisa e quais contribuições ela trouxe para a área. Por escolha metodológica, optamos por realizar esta análise com as dimensões propostas por Lima e Souza (2011), uma vez que as categorias propostas por essa autora concatenam e englobam aspectos descritos em outras categorizações apresentadas. Além disso, endossamos a importância de utilizar categorias pensadas a partir e para o Brasil como uma agenda da virada global na historiografia das ciências. Apresentamos, inicialmente, um panorama dos estudos de gênero e ciência no Brasil para, em seguida, analisar os trabalhos sobre gênero e ciência de Lucía Tosi de acordo com as categorias propostas por Lima e Souza (2011). Ao final, apresentamos as nossas considerações finais.

1. OS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIA NO BRASIL

Holanda (2019) observa que os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiros são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêntricas. Segundo a autora, apenas nos últimos anos, provavelmente em razão da emergência dos debates feministas

interseccionais, foi dado reconhecimento à importância de pensadoras latino-americanas e de se trazer uma perspectiva decolonial para esse campo. Tal argumentação dialoga com a formação dos estudos de gênero e ciência visto que, apesar de haver pesquisadoras de relevância no Brasil e América Latina, os estudos ainda se referenciam em uma espécie de colonização teórica.

Ao contar a história dos estudos de gênero e, especificamente dos estudos de gênero e ciência, é comum a descrição dos fatos por meio das ondas ou vagas feministas. Assim, a primeira onda se estenderia pela luta do sufrágio feminino; a segunda onda é pemeada pela inteitucionalização das teorias feministas que adentram ao ambiente acadêmico em busca da liberdade e direito sexual; e a terceira onda é marcada pelo feminismo negro e movimento queer (MONTEIRO; GRUBBA, 2017). Apesar de vivermos em um mundo globalizado, estar no sul global permitiu que as nossas ondas se propagassem de forma distinta (DUARTE, 2019).

A história dos estudos de gênero e ciência no Brasil se confunde com a própria história do feminismo brasileiro. Duarte (2019) propõe pensarmos esta história para além de rótulos que giram em torno de bandeiras específicas, como a luta pelo voto ou os grupos feministas dos anos 1970. Sendo assim, o feminismo deve ser compreendido em um sentido mais amplo, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (DUARTE, 2019, p. 26).

Partindo dessa conceituação de feminismo, Duarte (2019) propõe que essa história seja contada a partir de quatro marcos temporais, os anos de 1830, 1870, 1920 e 1970, ressaltando, assim, que foram necessários cerca de 50 anos entre uma onda e outra para permitir que mais forças se somassem em direção ao clímax que romperam as barreiras da intolerância e abriram novos espaços – possivelmente, resultado de um feminismo por vezes considerado bem-comportado, mas não por isso menos revolucionário.

A escolha por esse salto temporal, a partir do século XIX, é aqui uma estratégia para conhecer os caminhos que ajudaram a construir uma agenda feminista à qual Lucía Tosi vincula-se como pesquisadora. E, para isso, entendemos que, no Brasil, os estudos de gênero e ciência não partem somente

da ciência. Em um primeiro momento, parte da busca das mulheres pelo direito à educação e à cidadania e, em seguida, florescem nos movimentos sociais para só em seguida tornarem-se acadêmicos e institucionais.

Quanto ao primeiro momento, destaca-se a potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-884), que teria sido a primeira mulher brasileira a romper os espaços do privado e publicar na grande imprensa sobre as questões das mulheres, além de lutar pelos direitos das mulheres à educação. Seu primeiro livro, Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens (1832) foi uma espécie de tradução livre de Vindications of the rights of woman de Mary Wollstonecraft (1792), somado a outros textos estrangeiros, pode ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro (CAMPOI, 2011).

O segundo marco de expressão das mulheres surge por volta de 1870, caracterizado pelo avanço de instituições de ensino para mulheres e pelo crescimento de jornais e revistas de afeições feministas. Dentre estes periódicos, destacam-se O Sexo Feminino, Echo das Damas e Jornal das Damas. Essa imprensa criou, no final do século XIX, uma camada intelectualizada embrionária do feminismo acadêmico, possibilitando uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, exercendo uma função "conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” (BUITONI, 1986, p. 25).

O início do século XX apresenta uma movimentação mais organizada, na qual as mulheres lutam pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho. Algumas mulheres da classe alta haviam conquistado diplomas no exterior e temos assim as primeiras médicas, professoras e advogadas. Muitos nomes se destacam nesse período, dentre eles, Bertha Lutz (1894-1976), uma cientista formada pela Universidade de Sorbonne, em Paris, que se tornou uma liderança pela igualdade entre homens e mulheres no Brasil (SOIHET, 2000; LOPES; SOUZA, 2004; SOMBRIO, LOPES, VELHO, 2008).

O quarto momento, iniciado por volta de 1960/1970, configura-se em todo ocidente como anos de grandes avanços para os estudos de gênero, nos termos de gênero e ciência é exatamente quando estruturam-se. As reflexões sobre as questões da mulher, começam simultaneamente à formação do ativismo feminista com os chamados “grupos de reflexão”. Nesses grupos, eram discutidas questões profissionais, domésticas, políticas e lidos textos trazidos

por feministas que voltavam de exílios ou temporadas em países estrangeiros. Dentre os livros, destacam-se: A origem da família, da propriedade privada e do estado, de Friedrich Engels; O segundo Sexo, de Simone de Beauvoir; A mística feminina, de Betty Friedan; e Política sexual, de Kate Millet. Segundo Hollanda (2019), esses textos considerados pilares do pensamento feminista internacional proporcionaram às mulheres brasileiras provocações como a indagações sobre "tornar-se mulher" de Simone de Beauvoir, a polêmica de Betty Friedan em torno da heroína doméstica e o ideal de sexo como uma categoria importante que culmina na bandeira da época "o pessoal é político". Nesse mesmo período, no Brasil, destaca-se o livro A Mulher na Sociedade de Classes (1969), de Heleieth Saffioti, como uma das obras pioneiras e fundamentais para a análise das interseções entre gênero, classe e raça.

Lucía Tosi fez parte de um desses grupos de autoconsciência durante seu exílio na França, mas que pensava sobre o feminismo latino-americano e brasileiro. O Grupo de Mulheres latino-americanas em Paris, organizado inicialmente por Danda Prado, refletia, especialmente a partir de concepções do movimento francês, sobre quais zonas de inquérito deveriam ser criadas para nosso feminismo (ABREU, 2013). Santana, Pereira e Silva (2024) argumentam que esse grupo foi um propulsor para que Lucía Tosi iniciasse suas pesquisas relacionadas a gênero e ciência.

No panorama internacional, a década de 1970 foi fortemente marcada pelo movimento das mulheres conhecido como feminismo de segunda onda, que nas palavras de Fox Keller, "foi antes e acima de tudo um movimento político". Por meio, desse projeto que visava a emancipação feminina especialmente com bases políticas, desdobrou-se um projeto intelectual que ficou conhecido como teoria feminista ou Women's Studies (FOX KELLER, 2006). Em um esforço coletivo, pesquisas envolvendo as teorias feministas surgiram nos mais variados campos de pesquisa, como na antropologia, na sociologia, na história e na ciência.

Em contraponto, enquanto o feminismo do eixo norte global se nutria das utopias de liberdade e transformações da década de 1960, a organização do nosso movimento feminista se dava em meio aos "anos de chumbo" (BLAY, 2019). Era frequente que os movimentos das mulheres estivessem vinculados

aos partidos de esquerda ou a setores progressistas da Igreja Católica. Sendo portanto, nas palavras de Lucía Tosi (1974), permeado por uma ideologia esterilizante, as questões das mulheres por muito foram secundarizadas em prol da luta de classe ou dos dogmas católicos. Muitas das análises apontam o início dos anos 1970 como um período de feminismo bem-comportado.

O ano de 1975 foi denominado pela ONU “o ano internacional da mulher”, e em decorrência das atividades propostas, teve lugar na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o seminário “Contribuição das ciências Humanas para a compreensão do Papel das Mulheres”, organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulheres da Fundação Carlos Chagas. Ocorre também o histórico seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), considerado um marco para o feminismo e a organização dos estudos de gênero no Brasil.

A respeito da emergência dos estudos sobre gênero e ciência no país, Melo e Oliveira (2006) afirmam que, desde os anos 1970, esta temática ressoava no Brasil. No início, com as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, espalhando-se, posteriormente, no meio acadêmico com a consolidação de vários núcleos de estudos de gênero. Particularmente, o tema gênero e ciência ganhou relevância nos anos 1990, com destaque para estudos dos grupos da Unicamp, Fiocruz, NEIM/UFBA e tantas outras pesquisadoras individuais que analisam a ausência das mulheres da História da Ciência no Brasil.

Um merecido destaque deve ser atribuído à pesquisadora Fanny Tabak (1924-). Resultado de anos de trabalhos anteriores, Fanny Tabak foi fundadora, já no início dos anos de 1980, do Núcleo de Estudos da Mulher organizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Desde então, seus trabalhos, ampliados no Laboratório de Pandora, tornaram-se referências para a área ainda emergente. Considerando que "o país não pode se dar ao luxo de prescindir da incorporação de milhares de mulheres que venham a contribuir com seu talento e sua inteligência para fazer avançar a Ciência e a Tecnologia no Brasil" (Tabak, 1980, p. 13). A autora propôs diversas pesquisas, nas quais analisa indicadores da produção científica sobre a presença e o desempenho das mulheres nas ciências no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, muitas análises

sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho revelaram as assimetrias de gênero no que se refere à qualificação, à remuneração e às oportunidades profissionais. Mas, a emergência do campo gênero e ciências propriamente dito, seria marcada no final dos anos noventa pela iniciativa pioneira da revista Cadernos Pagu que publicou, em 1998, um número temático intitulado "Gênero, Tecnologia e Ciência". Nele, a editora convidada Elizabeth Bortolaia Silva afirma que se trata da primeira publicação em língua portuguesa que contempla a conexão entre estes temas.

Em seguida, nos anos 2000, foi publicado o dossiê "Gênero, Ciência e História", organizado por Margaret Lopes. Dentre os artigos, Ilana Löwy problematiza o ideal de universalidade da ciência à luz das contribuições dos estudos sobre a historicidade do conhecimento e dos estudos de gênero e Maria Teresa Citeli destaca que os estudos envolvendo ciência e gênero se subdividiam em duas áreas: a primeira delas, "mulher e ciência", agrupava as pesquisas sobre a "participação, a contribuição e o status das mulheres nas profissões e carreiras científicas"; e a segunda, "gênero e ciência", tratava da "análise das implicações de gênero para a/e, na produção das ciências".

Desde então inúmeras questões foram surgindo e uma literatura ampla se desenvolveu no Brasil. Novas e velhas questões foram sendo levantadas, como a necessidade de se pensar uma epistemologia feminista e a existência ou não de uma ciência feminista. Afinal, as mulheres faziam ciências de uma maneira diferente? O feminismo iria mudar a ciência? De fato, muitos receios e anseios circundaram as ciências naturais em decorrência da invasão, ou melhor, da ocupação feminista em tal espaço.

Minella (2013) aponta alguns aspectos da história dos estudos de gênero e ciência no Brasil, dentre os quais merece destaque a ausência de análises que coloquem as questões étnicas no centro do debate, embora Rocha e Carvalho (2005), por exemplo, tenham contemplado o quesito cor. Os resultados obtidos por Minella (2013) sugerem que a crítica à ciência formulada nos estudos analisados está centrada no androcentrismo e no sexismo, invisibilizando, de algum modo, o racismo. Chama a atenção que não se problematize, por exemplo, o fato de que as cientistas pioneiras sejam, em geral, brancas e oriundas de famílias de imigrantes europeus.

Mais recentemente, em 2014, o Neim/UFBA publicou em seu periódico Feminismos uma edição especial intitulada “Gênero e Ciência”. Tal edição conta com uma interessante apresentação escrita por Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2014, p. 79), que cita o pioneirismo de pesquisadoras como Lucía Tosi, Fanny Tabak e Eliane Azevêdo, explicando que desde os anos 1980, até então pesquisadoras brasileiras, passaram a produzir muitos trabalhos que analisam a presença de mulheres no mundo da Ciência.

Duas outras edições mais recentes dos Cadernos Pagu se concentraram em desbravar as questões de gênero e ciência no Brasil e na América Latina: A edição número 48 de 2016, na qual temos um artigo produzido por Betina Stefanello Lima e Maria Conceição da Costa que analisa aspectos das políticas científicas para a equidade de gênero no sistema científico e tecnológico implementadas no âmbito do Programa Mulher e Ciência. E o dossiê Gênero e Ciências: História e Políticas no Contexto Ibero-americano de 2017, que além do Brasil traz abordagens de outros países como da Costa-Rica.

Nesses dossiês, a Lucía Tosi é citada como uma das pioneiras em tratar das questões de gênero e ciência no Brasil. Foi homenageada por Margaret Lopes na edição especial dos Cadernos Pagu em 2006, “Gênero na Ciência”, sendo reconhecida como pioneira na área. Também foi homenageada por Ângela Maria Freire de Lima e Souza na edição especial da revista "Feminismos ", intitulada “Gênero e ciência”. Ainda foi um dos nomes escolhidos no projeto do CNPq, Pioneiras da Ciência no Brasil, em um texto redigido por Hildete Pereira de Melo, que a atribui a descrição de “química e feminista”. A seguir, apresentamos as principais contribuições de Lucía Tosi para os estudos de gênero e ciência.

2. CONTRIBUIÇÕES DE LUCÍA TOSI PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIA NO BRASIL

Após a seleção e leitura dos textos da Lucía Tosi publicados em periódicos de circulação nacional e em língua portuguesa, buscamos localizar centros de debates relacionados a cada uma das categorias propostas por Lima e Souza (2011, 2014). Sendo assim, o texto que se segue possui um caráter mais descritivo a fim de perceber os posicionamentos e interesses de pesquisa

de Lucía Tosi.

- Dimensão Estrutural

Na dimensão estrutural, analisamos a presença, a colocação e a visibilidade das mulheres nas instituições científicas, concentrando-se, portanto, em índices que demarcam a participação e a história das mulheres na ciência (LIMA & SOUZA, 2011). Nesse aspecto, Lucía Tosi possui publicações que percorrem os mais variados eixos, com artigos que versam tanto sobre a participação das mulheres nos mais variados contextos históricos, quanto publicações que exploram a trajetória de vida de mulheres cientistas específicas.

Em 1981, Lucía Tosi publicou na revista Ciência & Cultura, o artigo "A mulher Brasileira, a universidade e a pesquisa científica" onde traçou um panorama a respeito do ingresso de mulheres nas universidades brasileiras enquanto estudantes e enquanto professoras e pesquisadoras. Por meio de uma análise que envolve dados estatísticos e sociológicos, Lucía afirmava que apesar de não existirem barreiras jurídicas à entrada das mulheres no ensino superior brasileiro, muitos obstáculos dificultavam o acesso das mulheres. Ela afirmava que uma "moça gasta uma quantidade considerável de energia sob forma de ansiedade, esforço físico e mental, bem como, imaginação, para propor a seus parceiros do sexo masculino uma imagem de si própria capaz de despertar seus desejos sexuais" (TOSI, 1981, p. 10), sendo que a escolha da carreira das jovens brasileiras ainda estava subordinada a encontrar um bom companheiro.

Além disso, a sociedade brasileira tendia a propor às mulheres um número limitado de profissões que considerava adequado à sua função biológica de procriadora e a seu papel social de esposa e de mãe. A tudo isso, ela chamou de processo de condicionamento social, afirmando que apesar de se tratar de processos frequentes em inúmeros países, no Brasil esse tipo de condicionamento alcançou um certo sucesso. Nesse sentido, ela apontou que mesmo mulheres de classe média que poderiam terceirizar seus afazeres domésticos e seguir com uma carreira científica, não conseguem libertar-se desse condicionamento social.

Analisando a relação entre subdesenvolvimento e ciência, Lucía acreditava que seria desejável em um país como o Brasil, que as mulheres

tivessem possibilidade de se inserir na atividade científica em pé de igualdade com os homens, por pelo menos dois motivos. Primeiro, a sua formação profissional comportaria um investimento importante feito pela sociedade, que não deveria ser desperdiçado. Segundo, porque uma mulher poderia levar à prática da pesquisa qualidades que lhes são próprias, traços usados por vezes para criar-lhes obstáculos, deveriam, ao contrário, permitir que participassem de modo mais ativo e eficaz nas instâncias de decisão.

Apesar disso, ela afirmou não contar com que a comunidade universitária e científica permitisse às mulheres brasileiras uma participação muito mais decisiva na evolução, na gestão e na orientação da pesquisa científica, mesmo que alguns membros mais esclarecidos dessa comunidade tivessem consciência do que estava em jogo. Lucía defendeu que competia às próprias brasileiras tomar essa iniciativa, não somente levantando problemas, mas sobretudo, manifestando seu desejo de exercer um papel diretivo, reivindicando mais postos de responsabilidade, assim como uma maior participação nos processos de decisão.

Em um outro trabalho, com uma perspectiva mais eurocêntrica, Lucía Tosi (1998), apontava os séculos XVII e XVIII como de importantes transformações para a educação de mulheres e sua participação na atividade científica. Com a Revolução Científica, a autora observa um verdadeiro entusiasmo pelas descobertas e invenções recentes multiplicando-se os cursos sobre as novas ciências. As mulheres também participaram ativamente desse movimento, o que despertou as críticas e o escárnio da parte de diversos autores.

No entanto, Lucía argumentou que a noção de que os defeitos atribuídos às mulheres provêm das carências da educação que recebem foi conquistando mais adeptos. Diversos livros de divulgação especialmente dedicados às mulheres foram publicados nesse período. Os conhecimentos fornecidos por essas obras permitiam às mulheres agirem, no melhor dos casos, como interlocutoras atenciosas nas conversas dos salões, onde as novas descobertas científicas eram tema de discussões.

Ela afirmou ainda que as mulheres dos séculos XVII e XVIII, participaram de diversas atividades científicas e, salvo contadas exceções, “só puderam penetrar na fortaleza do saber pela porta dos fundos”. Algumas dessas mulheres,

pertencentes às classes nobres ou burguesas, tiveram a chance de receber uma boa educação, o que permitia transpor barreiras. Todavia, ficaram relegadas à condição marginal de assistentes ou, no melhor dos casos, de colaboradoras de cientistas conhecidos, sendo negligenciadas pela história com frequência. Contudo, Lucía ponderou que houve também mulheres que tomaram posições feministas e defenderam seu direito à mesma educação e o acesso às mesmas atividades intelectuais dos homens.

Nesse sentido, Lucía se dedicou a explorar as histórias de algumas dessas mulheres negligenciadas nas diferentes áreas da ciência, retendo seu foco de pesquisa na história da química. Por exemplo, Lucía Tosi (1996) explora a história quase desconhecida de Marie Meurdrac, que publicou em 1665 o livro "La Chymie Charitable et Facile, en Faveur des Dames" (A Química caritativa e fácil, em benefício das mulheres). O livro teve quatro edições conhecidas na França (a última é de 1711), uma edição em italiano em 1682 e seis em alemão entre 1673 e 1738. Lucía fez publicações em português e francês sobre Meurdrac, afirmando que nada se conhece sobre a autora deste pequeno tratado (peças liminares, tabelas e 334 páginas de texto), a não ser o que a própria autora afirma no prefácio.

A autora apontou dois aspectos importantes que distinguem a obra de Marie Meurdrac dos tratados similares de seus contemporâneos. Em primeiro lugar, a importância que a autora deu às ervas medicinais, suas propriedades e à preparação de remédios e cosméticos à base das mesmas. Depois, um capítulo especialmente dedicado às mulheres, que trata de cosmetologia, afirmando que essas técnicas constituem, na verdade, uma parte essencial do saber milenar atribuído às mulheres, saber praticado tanto por Trótula como por Hildegarda na Idade Média, mas que as fez vítimas no período da caça às bruxas por ser atribuído a um pacto demoníaco.

Lucía Tosi (1998) explorou a participação das mulheres na astronomia, na matemática e na física. Quanto à astronomia, segundo a autora, a partir do século XVIII, a participação de mulheres astrônomas começa a ser documentada. As mais famosas foram Caroline Herschel (1750-1848) na Inglaterra, Maria Winkelmann (1670-1720) na Alemanha e Nicole-Reyne Etable de la Brière, mais conhecida como Madame Lepaute (1723-1788) na França.

Na matemática e física, ela concentrou-se na história de Madame du Châtelet, tecendo críticas ao fato de que durante muito tempo a maior parte dos historiadores e comentaristas só se interessaram pelos aspectos pitorescos e anedóticos da personalidade da amante de Voltaire, apontando que apenas trabalhos mais recentes sobre a história das ideias permitiram apreciar o impulso dado por Madame du Châtelet ao interesse pela ciência e especialmente à difusão das ideias de Newton na França. Assim, foi somente a partir de 1941 que sua influência sobre o pensamento de Voltaire, seu talento matemático e suas contribuições à ciência e à Filosofia começaram a ser objeto de estudo (TOSI, 1998).

Ainda na física, ela apresentou a história de Laura Bassi (1711-1778) que se graduou na Universidade de Bolonha e despertou a admiração de seus contemporâneos por seus conhecimentos de latim, da filosofia cartesiana e da teoria newtoniana. Em 1732, fez seu doutorado defendendo 49 proposições na frente de um júri formado por quatro professores, depois do qual foi nomeada professora desta universidade e membro do Instituto de Ciências.

O cargo ocupado por Laura Bassi tinha várias restrições. Por exemplo, ela devia ministrar uma aula a cada trimestre, pois o Senado da Universidade desejava mantê-la na lista de professores de Filosofia, evitando-lhe o fardo do ensino. Receberia um estipêndio de 100 escudos anuais com a condição de não ministrar aulas nas escolas públicas, exceto quando autorizada pelos seus superiores. Além disso, devia participar de diversos debates públicos e acolher personalidades marcantes. Essas regulamentações tinham como objetivo transformar Laura Bassi na figura emblemática destinada a dar brilho à Universidade e a confirmar seu antigo prestígio intelectual.

Lucía Tosi (1998) mostrou que apesar de sua importância na cultura científica italiana do século XVIII, sua ampla correspondência com vários cientistas europeus famosos e da admiração que despertara, pouco ficou da atividade científica de Laura Bassi. Além das 49 proposições editadas por ocasião de seu doutorado e de alguns poemas, Laura Bassi só publicou quatro trabalhos científicos, que representam uma pequena fração das dissertações que preparava anualmente no Instituto e nas quais nunca figurou seu nome.

- Dimensão Epistemológica

Na dimensão epistemológica, questiona-se os modos de produção de conhecimento a partir de uma crítica aos princípios norteadores do pensamento científico hegemônico (LIMA & SOUZA, 2014). Nesse sentido, podemos considerar que a obra de Lucía questiona as bases desse conhecimento desde o surgimento da ciência moderna, questionando os atributos que levaram o conhecimento de mulheres a ser tão criminalizado no período que culmina na revolução científica.

Lucía tratou de elementos inerentes à "criatividade feminina", nos textos "A criatividade feminina na ciência" de 1975 e "A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica", 1980, ela aponta que a criatividade feminina poderia ser um elemento chave para o desenvolvimento científico de países da América Latina como é o caso do Brasil. Dentre as características das mulheres que poderiam ser úteis a ciência, ela destacou que por sua formação, as mulheres seriam menos motivadas pela competição exacerbada e pela necessidade de consagração, saberiam guardar maior equilíbrio entre os imperativos da inteligência e as necessidades de afetividade, e não separariam completamente o trabalho profissional das outras atividades, sendo capazes de melhorar a qualidade da vida. Segundo a autora, todos esses aspectos, malvistos pela academia, deveriam ser considerados atributos para desenvolvimento da ciência.

Em contrapartida, em um texto publicado em 1994, Lucía parece ter mudado de perspectiva, afirmando que tais dicotomias que separam características femininas e masculinas relacionadas ao trabalho científico, decorrem de concepções machistas.

> Basta ler os jornais para constatar que uma grande parte dos homens que controlam e dirigem os destinos da humanidade, são tão emotivos, irracionais ou imprevisíveis como o são, supostamente as mulheres. A intuição, por outro lado, é um dos componentes mais valiosos da coletividade, tanto artística como científica e, portanto, não só característica de mulher [...] Como mulheres e, como seres humanos, somos, então, fortes, racionais, fria, intuitivas, objetivas, ativas e dominantes. Mas também como seres humanos e, em certas circunstâncias, somos cálidas, emotivas, subjetivas, maternais, Por que não? (TOSI, 1994, p. 25).

Em outro tópico, há pelos menos três textos publicados pela Lucía Tosi que tratam do episódio da caça às bruxas "Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo" (1985), "As mulheres e a ciência: sábias, bruxas ou sabichonas?" (1987) e "Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna" (1998). Lucía buscava estudar o período do humanismo e da revolução científica, compreendendo as relações intrínsecas entre a caça às bruxas e a construção epistemológica do conhecimento dessas mulheres acusadas de bruxaria.

Nestes textos, Lucía questiona por qual razão a bruxaria teria sido considerada uma atividade essencialmente feminina. Partindo de que a maioria dos estudos sociológicos e quantitativos confirmaram a noção de que a maior parte das condenadas por bruxaria foram mulheres pobres, velhas e do meio rural, ela argumentava que muitas dessas mulheres dominavam um saber geracional, passado por mulheres de uma geração para a outra e formulados a partir da empiria.

Lucía (1985) afirmava que a atitude ou os sentimentos dos homens com respeito às mulheres através dos tempos oscilava entre a atração e a hostilidade, o amor e o ódio, a veneração e o medo. Sobretudo, o medo da sexualidade feminina incontrolada quando ela vai à unidade, a algum tipo de poder, como, por exemplo, a magia. Vale dizer que a fertilidade sempre foi um instrumento de controle da sexualidade de mulheres. Algumas dessas mulheres taxadas de bruxas eram ainda acusadas de infanticídio por promoverem controle na reprodução feminina. A intolerância com o conhecimento das mulheres também se relacionava a esse medo pelo poder.

Mas, não só mulheres misturavam saber empírico com artes sobrenaturais, o que diferenciava era como esse conhecimento era atrelado a homens e mulheres. De uma maneira geral, a magia maléfica caracterizava a feiticeira (no feminino), enquanto a profecia, o achado de objetos perdidos, a identificação de ladrões, a proteção mágica e a prática da medicina popular eram funções específicas de homens sábios. Assim, Lucía afirmava que a característica mais marcante dos processos de bruxaria é o da criminalização de mulheres. Nesse processo, o saber passou a ser estritamente controlado quando concedido às mulheres. A ciência, entretanto, não pôde dispensar a contribuição

das reconhecidas habilidades femininas para o trabalho experimental e para a observação.

De acordo com Lucía Tosi (1998), só mais recentemente que a caça às bruxas foi considerada como um fenômeno fundamentalmente político, um aspecto de penetração e a abertura do mundo rural, de aculturação e hegemonia, estreitamente ligada à emergência dos estados nacionais. Uma vez esses estados consolidados e as populações rurais aculturadas, a perseguição à bruxaria foi perdendo fôlego e, finalmente, acabou. Nesse tipo de interpretação, porém, não fica claro porque as principais vítimas foram mulheres.

As mudanças drásticas ocorridas a partir do século XV comportavam a demonização da mulher, especialmente da mulher sábia. O saber empírico dominado pelas mulheres passou a ser considerado suspeito, mesmo quando utilizado para fins benéficos. Nesse período, o acesso à medicina era direito de poucos e essas mulheres atuavam também no controle de doenças e como parteiras. Acreditava-se que dada a sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio e sua sexualidade incontrolável, a mulher era vítima privilegiada de satã, de modo que seus saberes só poderiam ter sido adquiridos por meios ilícitos.

Lucía (1998) concluiu que a questão da bruxaria e da caça às bruxas constituem um tema de reflexão e estudo intimamente relacionado com a problemática da mulher e a ciência, por tratar-se da repressão de um saber, ainda que empírico, praticado pelas mulheres. Com efeito, um contingente importante das acusadas de bruxaria estava formado por mulheres velhas que dominavam um saber ancestral, que consistia no uso de ervas de reconhecida eficácia. Esse saber, transmitido oralmente, era, em princípio, acessível a qualquer um, mas essas mulheres o herdaram através de laços familiares ou de vizinhança e eram, por assim dizer, as principais depositárias.

Os escritos de Lucía Tosi (1985, 1987, 1998) sobre a caça às bruxas dialogam de maneira significativa com as análises de Silvia Federici (2004) ao destacarem a perseguição às mulheres como parte de um processo político e econômico maior, ligado à consolidação do capitalismo e ao controle social. Federici analisa a caça às bruxas como um elemento essencial na transição do feudalismo para o capitalismo, apontando que a repressão das mulheres visava

destruir formas de resistência comunitária e controlar o corpo feminino, especialmente em relação à reprodução e ao trabalho. Tosi (1985, 1987, 1998), por sua vez, foca nas relações entre a caça às bruxas e a construção do conhecimento, evidenciando como o saber empírico das mulheres foi deslegitimado e associado ao demônio, enquanto o saber masculino passou a ser institucionalizado como ciência moderna.

- Dimensão de análise dos discursos e das representações sobre mulheres nas ciências

Na dimensão de análise dos discursos e das representações sobre mulheres nas ciências, buscamos identificar metáforas de gênero como as que associam a mulher à natureza e o homem à razão, com repercussões importantes nos conteúdos de diversas disciplinas. Além disso, pode-se explorar as inúmeras representações discursivas que constroem imagens e narrativas de mulheres cientistas (LIMA & SOUZA, 2014). Nesse aspecto, Lucía Tosi destaca-se ao analisar metáforas e estereótipos associados às mulheres sábias, criadoras e cientistas.

No texto “Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras?” publicado na revista Ensaios de Opinião em 1979, Lucía Tosi utiliza o discurso pronunciado pelo físico norte-americano Luis W. Alvarez ao receber o Prêmio Nobel, para fazer inferências sobre o lugar endereçado às mulheres na ciência. Em seu discurso Alvarez agradece a Janet Landis, que há 10 anos havia largado o trabalho no laboratório para tornar-se sua esposa, afirmando que “desde então toda segunda-feira à noite preparou nosso living room [...] para receber nosso seminário semanal. Foi ela quem me proporcionou o calor e a compreensão que são necessários a todo investigador científico para superar os períodos de frustração”. A partir desse discurso, Lucía aponta três colocações elencadas às mulheres cientistas: cripto-domésticas; interlocutoras ou criadoras.

Em referência ao livro Economics and the Public Purpose de John Kenneth Galbraith, Lucía (1979) considerava existir uma tendência em converter as mulheres em cripto-domésticas, sendo este um acontecimento econômico importante, na medida em que o homem pôde se dispor de uma esposa-criada que se ocupa – dentre muitas tarefas – da gestão do consumo, e que adquire

uma importância vital para a expansão do parceiro na economia moderna. Além disso, ela seria responsável por gerir a infraestrutura doméstica e criar um ambiente acolhedor, que libertaria o homem de toda a preocupação relativa ao funcionamento do lar e do cuidado e à educação dos filhos, possibilitando assim a canalização de suas faculdades mentais para objetivos mais transcendentes.

No entanto, o papel da mulher, segundo Lucía (1979), não se resumia unicamente ao de cripto-doméstica, agente de consumo e provedora de infraestrutura de apoio. Citando o exemplo de Janet, Lucía afirma que se ela ainda dedicasse seu tempo integralmente à atividade de pesquisa, provavelmente não estaria disponível para escutar pacientemente seu marido. Assim, a mulher do criador tem outra função não tão óbvia: a de interlocutora inteligente e privilegiada.

Lucía (1979) então concluiu fazendo os seguintes questionamentos: Por que tantas dotadas de talento e imaginação se resignam a desempenhar o papel de servidoras? de meras interlocutoras? Por que não realizam uma atividade criadora por conta própria? Por fim, ela defendeu que muitas das respostas para tais perguntas podem ser encontradas nos discursos ideológicos e nas representações sobre as mulheres.

Nesse sentido, Lucía (1979) afirmou que o conhecimento científico nas ciências sociais é parte orgânica do sistema cultural, participando ativamente do desenvolvimento dessa cultura e contribuindo para fomentar certas tendências. Nesse contexto, a sociedade não espera que as mulheres desenvolvam plenamente suas potencialidades intelectuais ou se envolvam em atividades criadoras. Embora existam obstáculos como o cuidado com os filhos, a gestão do lar e a ausência de apoio ou estímulo, esses fatores apenas desviam as mulheres de seu potencial. O verdadeiro entrave está nas normas de comportamento propagadas pelos discursos de quem detém o poder, condicionando as mulheres a uma posição subalterna. Assim, no plano das representações, o conceito de "gênio" feminino praticamente inexiste. Enquanto algumas mulheres podem ser reconhecidas por sua inteligência extraordinária, a ideia do gênio criador sempre esteve associada ao masculino.

Em outros textos, Lucía Tosi (1998) questionou a dicotomia existente entre o saber feminino e o saber masculino a partir da Idade Média, da caça às

bruxas e da Revolução Científica. Nesse sentido, enquanto os homens eram relacionados à santidade ao conhecimento religioso, as mulheres eram atribuídas à bruxaria e à imagem do demônio. Em inúmeras culturas, a imagem da mulher como descobridora do pecado (Eva, Pandora) permeia o ideário que relaciona a mulher à ciência. Lucía Tosi considerava que muito desse medo relacionado ao conhecimento das mulheres tinha a ver com o receio de atribuir poder às mulheres, assim seria aparentemente mais simples considerá-las todas como discípulas do demônio e persegui-las, quando algumas exerciam na verdade atividade de curandeiras e parteiras.

Segundo Lucía Tosi (1994), a representação de mulheres como bruxas e como agente privilegiado do diabo também teria origem na correlação da mulher com a natureza, ambas consideradas por vezes descontroladas. Pensando nessa relação, Lucía explorou a longa servidão entre mulher e natureza, apontando que para muitas feministas, a exploração sem controle da natureza e o esgotamento dos recursos naturais, constitui um fenômeno característico da civilização industrial, com a qual a dependência e subordinação das mulheres estão estreitamente ligadas. Ela citou Carolyn Merchant que sustentou que a passagem da antiga cosmologia (geocentrismo) para a atual (heliocêntrica) deu a ideia de possessão e domínio da natureza, o que acarretou a destruição dos recursos naturais e ao mesmo tempo intensificou a sujeição das mulheres. Esse fato marcava também o início da Revolução Científica.

Nesse sentido, Lucía explicou que na antiga cosmologia a terra era considerada o centro de tudo, um organismo vivo, vista como a mãe universal. Assim, a própria natureza perdeu muito de sua ascendência e poder ao ser elencada como apenas mais um elemento de um sistema complexo. A terra "passou a ser considerada por má mulher que podia ser seduzida e violada" (Tosi, 1994, p. 161).

Lucía Tosi (1994) explicou que a sujeição da mulher não decorreu necessariamente da Revolução Científica ou do "destronamento da mãe terra". Mas, a sua identificação com a natureza adquiriu mais relevo e contribuiu ao progressivo confinamento da mulher na esfera familiar e à sua ausência nos espaços de poder. Assim, contrariamente a natureza, como terra, identificada com ela, era representada como uma mulher, a deusa mãe, doadora de vida.

Frente a essa imagem, existia outra mais sombria que decorria da existência de catástrofes climáticas, pragas e doenças imprevisíveis, o que levava a uma outra representação da natureza como uma fêmea incontrolável e imprevisível.

Desse modo, a segunda representação da natureza implica no desejo de dominá-la e controlá-la. No outro lado dessa metáfora, a mulher que poderia ser vista como esposa e amante dedicada que proporciona conforto, alívio e bem-estar ao homem, tornava-se por fraqueza moral uma presa fácil de suas emoções: "como a natureza, a mulher também devia ser controlada, guiada, e até coagida para permitir o desenvolvimento do lado benéfico de sua personalidade e para refrear ou ainda suprir o seu lado nocivo" (TOSI, 1994, p. 163).

Seguindo o uso de metáfora, Lucía (1994) afirmava que devemos à filosofia de Platão a noção de que a matéria perecível e cambiante é feminina, enquanto o reino da razão e de formas perfeitas é masculino, dando mais ênfase às noções que consideravam a mulher como um ser emotivo e irracional. Outra dicotomia relacionava o homem à cultura e a mulher à natureza. Lucía aponta que todas essas dicotomias foram utilizadas para reprimir as mulheres do desenvolvimento intelectual.

Por fim, questionou: "Qual deve ser, portanto, a nossa posição frente a essa suposta identidade mulher-natureza? Devemos aceitá-la? Continuar a nos conformar com ela? Rejeitá-la?" Lucía discorda das duas possíveis formas comuns de encarar esse problema, a primeira que não questiona esses dualismos, mas pretende integrar a mulher na cultura e na produção e, a segunda, chamada de "ecofeminismo", que entende tais dicotomias como produto da própria cultura machista e escolhe conscientemente a identificação mulher-natureza como uma vantagem para criar outra cultura que integre o intuitivo e o racional. Na opinião de Lucía Tosi,

> [...] nenhuma das duas orientações permite a mulher sair de seu confinamento milenar na família e no lar. Considero particularmente perversa a ideia de que a identidade mulher-natureza é uma vantagem. Por outro lado, a esta altura do desenvolvimento das sociedades humanas é muito difícil, por não dizer impossível, discernir o que é natural e o que é cultural. Essas noções só servem para perpetuar o velho mito da mulher como um ser intuitivo e irracional, por oposição ao homem que seria racional e objetivo [...] (TOSI, 1994, p.167)

Lucía Tosi (1994, p. 167) concluiu afirmando que, para sair do nosso

confinamento, será preciso, então, imaginar uma estratégia baseada no fato irrefutável de sermos todos nós, mulheres e homens, filhos da mesma mãe, a terra que nos deu vida, que devemos preservar, e com as mesmas potencialidades.

A análise de Lucía Tosi sobre as representações das mulheres na ciência e na sociedade se alinha com as reflexões de Maria Mies (2016), particularmente em relação à construção do patriarcado e à exploração das mulheres. Tosi critica a visão de que as mulheres, associadas à natureza, são irracionais e subordinadas, uma perspectiva perpetuada desde a Revolução Científica, que refletiu na divisão entre natureza (feminina) e razão (masculina). Mies (2016), em sua análise, discute a subordinação das mulheres no contexto global, apontando como a divisão sexual do trabalho se reflete na exploração da natureza e da força de trabalho feminina. Ambas as autoras destacam que as construções culturais e ideológicas, como a ideia de mulheres sendo "cripto-domésticas" ou associadas à natureza, são utilizadas para justificar a exclusão das mulheres dos espaços de poder, incluindo o campo científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho foi possível mapear parte das contribuições da Lucía Tosi para os estudos de gênero e ciência no Brasil. Em nossa abordagem, optamos por categorizar as principais ideias de Lucía, a partir de três dimensões propostas por Lima e Souza (2011, 2014): 1. Dimensão estrutural; 2. Dimensão epistemológica; 3. Dimensão de análise dos discursos e das representações sobre mulheres nas ciências.

Notamos que a maioria das publicações da Lucía se concentram na primeira categoria, a dimensão estrutural. Muitas de suas pesquisas concentravam-se em tratar da participação das mulheres nas ciências em diferentes épocas, países e contextos sociopolíticos. Apesar de ainda não utilizar o gênero como uma categoria de análise (instrumento já utilizado por contemporâneas como Fox Keller), fica claro o emprego de uma abordagem feminista nas suas escritas. Seu foco, sem dúvida, se localizava em construir narrativas históricas subsidiadas em fontes tradicionais da história da ciência e fundamentada em argumentos concretos, mas para além disso, comumente ela

utilizava-se de constructos da história, da história da ciência e até mesmo da filosofia e da sociologia para interpretar suas hipóteses.

Lucía Tosi escreveu sobre a trajetória de várias mulheres cientistas, mas não publicou sobre cientistas brasileiras, exceto em um texto sobre a situação da mulher na universidade e na pesquisa científica no Brasil, sem citar exemplos. Essa lacuna pode ser explicada por dois fatores: sua vivência em Paris, onde teve acesso a fontes sobre cientistas de outros países, e o contexto de sua agenda de gênero e ciência, que, como apontado por Holanda (2019), no Brasil custamos a olhar para nós, a partir de nós. Além disso, Tosi se inseriu em um feminismo burguês, criticado por Heleieth Saffioti (1969) por desconsiderar as especificidades das mulheres trabalhadoras e racializadas.

Encontramos poucas ideias relacionadas à dimensão epistemológica, sendo que textos publicados por ela no início dos anos 1980, apresentam dicotomias em relação a textos dos anos 1990. Em uma primeira fase, Lucía parece apontar que existiriam características femininas que seriam úteis à ciência, não deixando claro se considera que tais características teriam origens genéticas ou sociais. Tal característica recorre a querela muito explorada pelas feministas norte-americanas a respeito de existir um jeito feminino de fazer ciência ou ainda, se o feminismo teria mudado a ciência. Anos mais tarde, Lucía explicou melhor sua opinião a respeito do tema ao criticar a metáfora que relaciona a mulher a natureza e o homem a razão/cultura.

Na última categoria, percebemos que Lucía se alinhava fortemente a um pensamento que analisa as questões de gênero a partir da ótica do discurso. Tal pensamento é comumente associado à emergência pós-estruturalista e ao feminismo dos anos 1990. Apesar disso, não encontramos indícios de que a cientista tenha seguido estritamente este paradigma. De qualquer modo, além de refletir sobre as inúmeras representações para a mulher intelectual, Lucía defende que os discursos hegemônicos têm grande poder de penetrar no imaginário social e ditar as regras sobre quem é sujeito da ciência. Seria esse mesmo discurso, por meio das inúmeras ausências, negligências e metáforas que teriam aprisionado por décadas as mulheres na esfera privada.

Por fim, embora as pesquisas de Lucía revelem escolhas que podem ser interpretadas como lacunas, é importante questionar se, de fato, elas

representam ausências ou se refletem uma opção consciente de análise. Sua abordagem pode ser vista como parte de um debate sobre os limites das categorias analíticas disponíveis à época. Nesse sentido, Gerda Lerner (2020) enfatiza como as construções históricas das lutas feministas moldaram as estratégias teóricas adotadas. Assim, Tosi aparece como uma pesquisadora em constante construção e reflexão, que buscava compreender sua própria trajetória e as condições estruturais que moldavam sua experiência como mulher na ciência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 553-572, 2013.

ALVES, B. M.. **Ideologia & feminismo.** A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980

BARROSO, C. L.; MELLO, G; N. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. **Ciência e Cultura**, 1975.

BENCHIMOL, J. L.. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 13-83, 2003.

BLAY, E.. Como mulheres se constituíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile.** edUSP, 2019.

CAMPOI, I. C.. O livro" Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História** (São Paulo), v. 30, p. 196-213, 2011.

CARDOSO, I. Os tempos dramáticos da mulher Brasileira. **Coleção Mulher Brasileira**, nº2, São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981.

DUARTE, C. L.. Feminismo uma história a se contada. In:HOLANDA, H.. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

FOX KELLER, E.. Gender and science: Origin, history, and politics. **Osiris**, v. 10, p. 26-38, 1995.

GARCÍA, M. G.; SEDENO, Eulália Perez. Ciência, tecnologia e gênero. **Revista Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação**, v. 2 p. 5, 2002.

HOLANDA, H.. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

LERNER, G.. **The Creation of Patriarchy**. London: Oxford University Press. 1986.

LERNER, G.. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2020.

LIMA E SOUZA, Â. M. F.. Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. **Gênero, Mulheres e Feminismos. Salvador: EDUFBA/NEIM**, 2011.

LIMA E SOUZA, Â. M. F.. Apresentação. **Feminismos. Salvador: EDUFBA/NEIM**, 2014.

LIMA, B. S.; LOPES, M. M.; COSTA, M.. Programa Mulher e Ciência: breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. **Revista Gênero**, 2016.

LOPES, M. M.. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **cadernos pagu**, n. 10, p. 345-368, 1998.

LOPES, M. M.; SOUZA, L. G. P.; OLIVEIRA, M. M.. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). **Revista gênero**, v. 5, n. 1, 2004.

LOPES, M. M.. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **cadernos pagu**, p. 35-61, 2006.

MIES, Maria. **Patriarcado & acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho**. São Paulo: Timo, 2016.

MINELLA, L. S.. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?. **cadernos pagu**, p. 95-140, 2013.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

OAKLEY, A.. **Sex, gender, society.** Harper Colophon Books. 1972.

ROCHA, C. CARVALHO, M. As duas extremidades dos Sistemas de Informação (SI) e as questões relacionais de gênero. **Cadernos de Gênero e Tecnologia** (1), Curitiba-PR, Editora do CEFET, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1988.

SCHIEBINGER, L. Getting more women into science: knowledge issues. **Harv. JL & Gender**, v. 30, p. 365, 2007.

SOMBRIO, M. M. ; LOPES, M. M.; VELHO, L.. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Varia história, v. 24, p. 311-327, 2008.

SOIHET, R. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97-117, 2000.

TOSI, L. Criatividade Científica da Mulher. **Cadernos de Opinião**, p. 127-138, 1975.

TOSI, L. Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras? **Ensaios de Opinião**, São Paulo, p. 2-9, 1979.

TOSI, L. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 33(2), p. 167-177, 1980.

TOSI, L. Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 4, n. 20, p. 34-42, set./out. 1985.

TOSI, L As mulheres e a ciência: sábias, bruxas ou sabichonas? **Impressões**, São Paulo, n. 0, p. 9-20, 1987.

TOSI, L. Uma longa servidão. **Mulher & meio ambiente**, v. 3, p. 41, 1994.

TOSI, L. Marie Meurdrac, Química Paracelsiana e Feminista do Século XVII. **Química Nova** 1996, 19, 440.

TOSI, L. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, 1998, 10, 369.

Recebido em 12/09/2024.
Aprovado para publicação em 16/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ELIXIRES PARA O ÚTERO

Uma análise comparativa entre as obras *Da natureza da mulher*, de Hipócrates e *Erário Mineral* (1735), de Luís Gomes Ferreira

ELIXIRS FOR THE UTERUS

A comparative analysis of the works *Da natureza da mulher,* by Hippocrates and *Erário Mineral* (1735) by Luís Gomes Ferreira

GESSICA DE BRITO BUENO[1]

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS[2]

WELLINGTON BERNARDELLI SILVA FILHO[3]

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise comparativa entre duas fontes documentais, o *Erário Mineral* (1735) do cirurgião Luís Gomes Ferreira e *Da natureza da mulher* do físico grego Hipócrates. A intenção é apontar como o uso de elementos e substâncias medicinais do século XVIII, para o tratamento de disfunções uterinas, estava inserido dentro da tradição médica Hipocrático-Galênico. A metodologia utilizada nessa pesquisa é a descritiva e a explicativa. Em nossa conclusão aferimos que a partir da receita da triaga brasílica citada por Ferreira, foi identificado quatro elementos que eram usados para essas disfunções. Ao passo que é situado a semelhança entre o uso deles e as substituições que o cirurgião realiza, na alteração das antigas receitas, devido ao novo contexto e flora disponível no Novo Mundo. Esses elementos são: a arruda, o vinho, a butua e a purga de rom (rum). Por fim, concluímos que médicas portuguesas ainda reproduziam e promoviam a circulação de saberes medicinais para as doenças femininas com base na Teoria Hipocrático-Galênico.

Palavras-chave: Medicina. Plantas. Disfunções Uterinas.

ABSTRACT

The aim of this article is to carry out a comparative analysis of two documentary sources, the Erário Mineral (1735) by the surgeon Luís Gomes Ferreira and "*Da natureza da mulher*" by the Greek physicist Hippocrates. The intention is to point

[1] Mestra e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História-UEM. E-mail da autora: iamgessicabueno@gmail.com
[2] Professor do Departamento de História - UEM. E-mail do autor: chrfausto@gmail.com
[3] Professor do Departamento de História - UFAM. E-mail do autor: wbsilvafilho@ufam.edu.br

out that the use of medicinal elements and substances in the 18th century for the treatment of uterine dysfunctions was still practically the same as that listed by the Greek physicists. The methodology used in this research is descriptive and explanatory. Our conclusion is that, based on the recipe for the triaga brasílica cited by Ferreira, four elements were identified that were used for these dysfunctions. At the same time, the similarity between their use and the substitutions made by the surgeon in altering the old recipes, due to the new context and flora available in the New World, is noted. These elements are: rue, wine, butua and purga de rom. Portuguese medical institutions still reproduced and promoted the circulation of medicinal knowledge for women's illnesses based on the Hippocratic-Galenic theory.

Keywords: Medicine. Plants. Uterine dysfunctions.

INTRODUÇÃO

No *Erário Mineral* (1735), um manual de medicina escrito pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, são documentadas diversas situações que detalham o cotidiano de mulheres negras na Colônia Mineira, com especial ênfase nas intervenções médicas realizadas para o tratamento de disfunções uterinas no contexto do século XVIII. Há um excerto que relata o caso de uma mulher negra, que “estando como quem unha o juízo perdido, com dores insuportáveis por lhe não vir a conjunção” é dado a ela “um frasco do medicamento desobstruente e uma purga de rum, com o que lhe veio o sangue e ficou sã” (Ferreira, 2002, p. 309, In: Furtado, 2002).

O tratamento descrito – a administração de um desobstruente e uma purga de rum – visava restaurar o equilíbrio dos humores. Portanto, fundamentada na Teoria dos Humores. Este século é caracterizado por um período de transição na história da medicina, com muitos avanços em emergência. Este tratamento, no entanto, ilustra que apesar de algumas mudanças progressivas, muitas práticas tradicionais ainda persistiam na medicina da época. Essa continuidade das tradições pode ser observada em outros tratados e manuais médicos do período (Poletto, 2011, p. 203).

É devido a isso que o estudo de períodos transitórios exige que seja feito um levantamento de elementos precedentes ao contexto analisado, ao lado das ressignificações que acabam surgindo. O século XVIII se enquadra nessa

condição. Isso é preciso devido às permanências epistemológicas do período da Antiguidade, que ainda regiam os estudos sobre anatomia e fisiologia feminina, bem como o conceito de doença no século XVIII (Calainho, 2006, p. 213, In: Costa, 2006).

A tradição escolástica da medicina portuguesa, baseada historicamente na reprodução dos paradigmas defendidos pelos autores do período clássico, influenciou na sobrevivência temporalmente alargada das ideias de Hipócrates e Galeno em suas instituições médicas e nas práticas terapêuticas elegidas pelos médicos em Portugal durante parte significativa do período moderno (King, 2011, p. 207).

Luís Gomes Ferreira, um cirurgião português ativo na Colônia Mineira durante a primeira metade do século XVIII, buscou compartilhar suas experiências e métodos terapêuticos através da publicação de sua obra *Erário Mineral* (1735), que compila doze tratados sobre práticas médicas e tratamentos (Ferreira, 2002, In: Furtado, 2002). Sua obra é importante como fonte documental porque foi por meio de sua experiência prática documentada (Furtado, 2002, p. 6, In: Furtado, 2002) que foi possível delinear os conceitos de saúde e doença que fundamentavam suas práticas médicas. A obra também elucida os tratamentos administrados e o uso das ervas locais empregados pelo autor (Furtado, 2002, p. 6, In: Furtado, 2002).

Ao compararmos o conteúdo escrito na obra "*Erário Mineral*" (1735) do cirurgião Luís Gomes Ferreira com o tratado médico do século V a.C., "*Da natureza da mulher*" de Hipócrates, percebemos que as concepções sobre as disfunções uterinas e o tratamento delas se mantiveram praticamente inalteradas ao longo dos séculos (King, 2011, p. 207).

Antes de analisarmos as semelhanças e diferenças nas descrições dessas duas fontes, é necessário levar em conta alguns aspectos relevantes. Inicialmente é importante sublinhar que a produção da realidade dos europeus perpassava uma ontologia pautada em analogias (Foucault, 2000, p. 45). Esse conceito proposto pelo filósofo francês Michel Foucault em sua obra "As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas" (2000), aplicado em nossa pesquisa, indica que as analogias mostram a identificação de similitudes no uso

de plantas específicas para tratar doenças femininas, e essa estratégia era estruturalmente parte do pensamento europeu (Foucault, 2000, p. 45).

Entendemos que ainda que o contato com o Novo Mundo, no século XVI, tenha desencadeado várias crises, forçando-os a repensar padrões historicamente consolidados de compreensão do mundo e seus fenômenos, as formas de criar interpretação e compreensão acerca das coisas se mantém na instrumentação cultural dos europeus (Papavero; Llorente-Bousquets; Espinosa-Organista, 2001, p. 43 – 47). Isso está intrinsecamente relacionado com as concepções médicas europeias sobre o funcionamento do corpo feminino, que incluíam a ideia de que a histeria era uma doença do útero, refletindo, assim, a compreensão originária de Hipócrates (King, 2011, p. 211).

A partir de textos gregos, podemos evidenciar que o entendimento do corpo feminino foi alcançado examinando as semelhanças nas características anatômicas masculinas, conforme observado pelos físicos Hipócrates e Galeno em (Bellini, 2003, In: Matos e Soihet, 2003; Laqueur, 1990, p. 10; King, 2005, p. 2). Em “Galen, on the Usefulness of the Parts of the Body XIV.6.” Galeno escreve que todas as partes que o homem tem, a mulher tem. A diferença está em saber que nas mulheres as partes estão para dentro, e nos homens estão para fora (Fantham, et al, 1994, p. 1994).

Para apoiar os argumentos, a estrutura do presente artigo seguirá a seguinte configuração: apresentaremos informações sobre o conhecimento acerca das plantas que eram consideradas benéficas para o tratamento de várias doenças. Para isso, é importante analisar a organização da História Natural na Europa Ocidental no século XVIII, pois a partir desse contexto foi possível identificar quais plantas e ervas eram utilizadas na América Portuguesa para tratar doenças femininas (Furtado, 2002, p. 6, In: Furtado, 2002). O último ponto a ser destacado será a triaga brasílica. Foi a partir dessa panaceia que conseguimos realizar a análise comparativa entre as duas fontes documentais, pois ela nos permitiu identificar as semelhanças e as diferenças no uso dos componentes, entre os dois documentos.

1. CIRCULAÇÃO DE SABERES: PLANTAS E MEZINHAS

O conhecimento médico em Portugal, estendido para a América portuguesa durante o seu processo de colonização europeia, tem no período do renascimento uma página importante de sua história. Mas também há autores como Aristóteles, Teofrasto, Galeno e, especialmente Dioscórides e Plínio que passaram, gradativamente, a ocupar um espaço central no referencial teórico médico institucional em Portugal (Calainho, 2006, p. 213, In: Costa, 2006).

Dentro desse contexto, constata-se uma acelerada difusão de herbários e de publicações que tratavam sobre a propriedade medicinal e terapêutica dos três domínios naturais: vegetal, animal e mineral. Tal conhecimento era fruto da herança clássica e medieval, sendo subdivididos e adaptados ao contexto da modernidade (Eduardo, 2023, p. 218). Essa prática influenciou duas áreas de conhecimento, a botânica e a farmácia, que "também imprimiram sua marca na história da medicina" (Calainho, 2006, p. 213, In: Costa, 2006).

Na esteira das grandes navegações e como consequência da ampliação do comércio ultramarino realizado com a Ásia, África e as Américas, o comércio de drogas e especiarias, a partir do século XVI, estimulou um novo tipo de consumo alimentício, farmacológico, olfativo e sensorial, devido à nova interligação entre a Europa e o continente considerado novo por eles (Badinelli, 2018, pp. 108-109). De acordo com o historiador da alimentação britânico Andrew Dalby, em sua obra "Dangerous Tastes: The Story of Spices" (2000), ao longo desse processo, Portugal abarrotou os seus navios com muitos artigos, como noz-moscada, ópio, cravo, gengibre, tabaco, açúcar, café, chá, chocolate e muitas plantas terapêuticas. Isso devido ao prazer que proporcionam, a saúde que traziam e a ganância que despertavam (Dalby, 2000; pp. 7; 22; 50; 55; 135; 140).

Podemos perceber a importância dada às plantas e animais nesse contexto de colonização por meio das fontes documentais produzidas por viajantes, colonizadores e clérigos, a exemplo do alemão Hans Staden[4]

[4] Hans Staden foi um viajante alemão do século XVI. Por duas vezes, Staden esteve no Brasil, onde participou de combates nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente contra navegadores franceses e seus aliados indígenas e onde passou nove meses escravo dos índios tupinambás. Ele foi uma testemunha ocular e cativa dos indígenas Tupinambás, onde sua experiência figura uma experiência do ritual antropofágico (Whitehead, 2000, p. 721).

(Whitehead, 2000, p. 721), em 1557, assim como na obra do senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) chamado "Tratado descritivo do Brasil" de 1587. Esse último descreveu com grande detalhes a geografia e a flora da região do Recôncavo Baiano e as plantas medicinais utilizadas pelos indígenas (Calainho, 2006, p. 216, In: Costa, 2006). Durante esse período, os compostos utilizados em boticas e mezinhas vinham de Portugal, mas devido à pouca frequência com que chegavam por via marítima, bem como as eventuais perdas por deterioração, os agentes de cura se voltaram para os recursos naturais da América Portuguesa, embora seja um pouco mais complexo do que isso (Calainho, 2005, p. 66).

A circulação de produtos da fauna e flora, portanto, se intensificou a partir do comércio que foi inaugurado com as novas expansões, algo que influenciou um intercâmbio de plantas medicinais o Novo e o Velho Mundo (Sandman, 2008, p. 44). Os jesuítas foram notáveis agentes nesse novo campo de atuação, não somente identificando várias espécies, mas também cultivando as que possuíam efeitos terapêuticos ou curativos. Essa ordem religiosa se dedicou a estudar e catalogar diversos males que assolavam a população colonial, organizando o conhecimento, classificando e explicando sua finalidade (Silva, 2023, pp. 123-124). Na composição das propriedades, o principal mecanismo de definição das características de vegetais inéditos se dava pelo uso dos órgãos do sentido[5] (Le Breton, 2009, p. 45).

Durante o advento da ilustração, as drogas advindas da América portuguesa receberam ainda mais atenção (Meirelles, 2017, p. 140). Entre as características do processo iluminista do século XVIII, propiciou uma nova dinâmica no relacionamento do homem com a natureza, inspirado pelo exercício contínuo da razão. Esse exercício resultou em muitas obras como a "Enciclopédia ou Dicionário racionado das ciências, das artes e dos ofícios, por uma sociedade de homens de letras", da autoria de autores famosos como Diderot e D'Alembert, publicados entre 1751 e 1780 (Calainho, 2006, p. 219, In: Costa, 2006).

[5] Isso significa que os europeus faziam uso dos sentidos, como visão, tato, paladar como uma espécie de estratégia, na elaboração das descrições e compreensão da fauna e flora (Le Breton, 2009, p. 45).

Durante o século das Luzes a influência da Igreja era marcante, moldando as expressões culturais e intelectuais do país (Viana, 2008, p. 27). Atrelado a isso, também houve a questão da inquisição que perseguiu diversos intelectuais portugueses e espanhois, muitos de origem judaica, fazendo com que vários, para fugir das fogueiras e dos processos inquisitoriais, fugissem para outros países, como Inglaterra, Holanda e França (Miranda, 2017, pp. 84-85).

Salienta-se que o ensino de farmácia na Universidade de Coimbra possui dois períodos distintos demarcados pela reforma pombalina. O segundo momento do ensino da farmácia em Coimbra destaca-se principalmente em face da estrutura até então existente na educação dos aspirantes boticários (Santos; Custódio, 2020, p. 412). Mas mesmo após a reforma "há referência contínua ao Galenismo", ocorrendo a convivência de perspectivas diferenciadas no saber médico (Age, 2014, p. 22). Contudo, a arte de preparar remédios foi normatizada com as reformas do 1° Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, onde em 1797 foi proposto que elaborasse a primeira farmacopeia oficial do reino por Alvará de D. Maria I (Calainho, 2006, In: Costa, 2006).

É na segunda metade do século XVIII que surgem, na América Portuguesa, as primeiras academias inspiradas nas já existentes em Portugal. Elas congregaram padres, magistrados, funcionários graduados da Coroa, bachareis, assim como senhores de engenho letrados e alguns poucos físicos e cirurgiões (Miranda, 2017, p. 73). O conhecimento médico foi hibridizado pelas práticas locais e a da metrópole, e certamente ocorreram mudanças na produção e compartilhamento do conhecimento. Apesar das transformações, os paradigmas clássicos ainda governam parte significativa do conhecimento médico, sendo eles os aforismos de Hipócrates e Galeno (Ferreira, 2002, In: Furtado, 2002).

No que diz respeito às estratégias empregadas nessas práticas, Ferreira fez uso de um sistema de compreensão do processo de doença e cura baseado na simpatia e antipatia. O próprio cirurgião definiu a ideia desse conceito. Para ele a simpatia pode ser entendida como "uma certa amizade, conformidade e inclinação, que têm umas coisas com outras, conformando-se, buscando-se, abraçando-se e amando-se, como vemos no azougue com o ouro" ou "na pedra

de cevar com o ferro" (Ferreira, 2002, p. 382, In: Furtado, 2002; Guimarães, 2005, pp. 502-503). Já a antipatia é definida como "uma certa inimizade, repugnância, aversão e discórdia, [...]" como é o caso das "couves com as purreiras". Como Ferreira é diretamente influenciado pela influência médica de Galeno, esse absorveu esse conceito e aplicou em suas práticas de cura (Ferreira, 2002, pp. 382-383, In: Furtado, 2002).

2. TRIAGA BRASÍLICA (*THERIAKE*): UMA PANACEIA, UM ANTÍDOTO UNIVERSAL

A história das triagas perde-se no tempo, por isso torna-se difícil precisar as fontes documentais sobre quem inicialmente fala a respeito dela, ou mesmo em que período histórico elas se originaram. A própria origem do termo ainda deixa dúvidas etimológicas (Dias, 1991, p. 447). Entretanto, a maior parte dos autores considera que o termo se originou do grego *theriake* e do latim *theriaca*. A tese inicial que se dá sobre as triagas é de que se constitui como um antídoto contra mordida de serpentes e contra venenos de uma forma geral, esse aspecto é o que sempre permeia sua função (Santos, 2009, p. 62).

Ao longo do tempo, todavia, elas se tornaram uma espécie de remédios universais, as chamadas panaceias. Em acréscimo aos seus componentes originais, são acrescidos itens do Novo Mundo ao longo do processo de colonização europeia do território, particularmente com o advento dos jesuítas no território, implicando um procedimento sistemático de escolha, substituição e incorporação à fórmula. Esse processo seguiu critérios complexos, em vez de mera casualidade, alterando consequentemente as fórmulas originais (Brandão, et al, 2012, p. 488). Como veremos, o que Ferreira realizou em suas panaceias também foram resultados das experiências iniciadas pelos jesuítas (Wissenbach, 2002, p. 112, In: Furtado, 2002).

Em 1549 os padres da Companhia de Jesus perceberam a necessidade de remédios para a preservação da saúde dos colonos, dos indígenas e negros cativos na América Portuguesa (Leite, 1993, pp. 91-92). Os jesuítas foram, pouco a pouco, se inteirando da fauna, flora e minerais do Brasil, principalmente por

intermédio dos povos originários, aliada a tradição histórica de revisitar as obras dos antigos físicos gregos. Esse processo cultivou a habilidade acadêmica de tratamentos médicos híbridos, que aliavam diferentes tradições médicas, associando espécies terapêuticas e remédios de diferentes partes do globo, exemplificada pela criação da triaga colonial (Santos, 2009, p. 55).

A nova triaga da Era Moderna era advinda do colégio da Bahia e dependia da fórmula da teriaca de Andrômaco[6] (Leite, 2012, p. 4). Como foi retomado anteriormente, acerca da História Natural do século XVI, o processo de criação dos medicamentos na Europa, desde a segunda metade do século XVI, seguia o timbre do imitatio humanista, isto é, recuperação de princípios da Antiguidade, como o uso do latim. O que aconteceria no Brasil não seria diferente (Garin, 1996, p. 102).

Segundo a tradição clássica, Andrômaco o Velho[7], que era físico de Nero, adquiriu conhecimento da fórmula que, desde o início, consistia em utilizar os trociscos ou pastilhas de víbora (tido como a base principal do medicamento) e o ópio, resultando no desenvolvimento de um novo remédio composto de 62 elementos: a Teriaca ou, em latim, Theriaca (Leite, 2012, p. 4). Esses trociscos também são encontrados na receita de Ferreira. Ele escreve que o "medicamento cuja base são os trociscos de víbra" é a triaga (Ferreira, 2002, p. 802, In: Furtado, 2002).

A receita do remédio foi documentada no verso composto por Andrômaco, posteriormente transcrito por Claudio Galeno em sua obra De theriaca ad Pisonem. Após sua tradução para o árabe durante a era medieval e seu posterior lançamento em língua latina no século XVI, essa fórmula circulou entre médicos

[6] Trata-se de uma das lendas mais famosas da Antiguidade, de acordo com Tim Low e outros pesquisadores, na obra *Reader's Digest magic and medicine of plants* (1994). Ao citarem "O Commentario della Farmacopea Italiana e dei medicamenti in generale", encontrarm uma descrição onde diz que a triaga é o "[...] antidoto di Andromaco, derivato dal mitridato", "[...] (Guareschi e D'Itali, 1923, p. 98, In: Low, et. al. 1994).

[7] Andrômaco, o Velho, encontrou registos do rei Mitridático e se apropriou deles, cerca de um século depois de sua morte. De acordo com os registros, o rei Mitrídate VI do Ponto (132 a. C.-63 a.C.) era obsessivo com a morte pelo envenenamento, por isso inoculava em seu próprio corpo doses gradualmente pequenas para sua imunização e, além disso, passou a buscar conhecimento sobre o uso de ervas da região do Ponto, criando, assim, diversos antídotos contra os venenos. Após sua morte, essas suas receitas escritas a mão, teriam sido encontradas por Pompeu e, finalmente, por Andrômaco (Leite, 2012, pp. 4-6; Mozzato, 2013, p. 172).

em toda a Europa até o início do século XIX. Apenas ao longo desse período que deixou de ser usual o uso desse composto médico (Leite, 2012, p. 5)

A receita de Andrômaco, composta de 62 ingredientes, conta com a presença de pílulas de víbora, feita com o pó da carne da serpente, do ópio (*maeconis*) e vários componentes derivados de minerais como cobre, bem como fontes de origem vegetal e animal, incluindo castóreo (Leite, 2012, p. 5). A lista dos ingredientes foi organizada pelo pesquisador Bruno Martins Boto Leite[8] a partir do poema de Andrômaco e transcrição de Galeno (Leite, 2012, p. 5).

Conseguimos ter uma melhor compreensão sobre as modificações observando a formulação da triaga do poema de Andrômaco para a receita da triaga brasileira durante o período colonial. Nessa foi utilizada a tabela fornecida pela *Colleção*[9], composta precisamente por 58 ingredientes: 4 ingredientes a menos em comparação com a teriaca anterior (Leite, 2012, p. 11). A partir dessas informações conseguimos verificar o que compunham essa receita tão conhecida entre os médicos, ao longo de muito séculos. Agora cabe discutirmos acerca dos elementos citados por Hipócrates em *Da natureza da mulher*, que constam na triaga brasílica, descrita na obra *Erário Mineral* (1735).

3. REMÉDIOS PARA OBSTRUÇÕES FEMININAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS FONTES *ERÁRIO MINERAL* (1735) E *DA NATUREZA DA MULHER*"

Nossa análise comparativa dos elementos utilizados por Hipócrates e Ferreira no tratamento de disfunções foi fundamentada na receita da triaga brasílica. Para além dessa análise, será feito uma breve apresentação da origem e seu efeito terapêutico.

Para exemplificar essa associação, iremos analisar mais profundamente

[8] Desenvolveu estudos extensos sobre as Artes de curar nos colégios jesuíticos do Brasil, entre os anos 1572 e 1759, tendo organizado uma tabela relativamente completa acerca dos ingredientes que compunham a triaga brasílica (Leite, 2012, p. 5).

[9] A *Colleção de várias receitas e segredos particulares dos principaes boticas da nossa Companhia de Portugal, da India, de Macao, e do Brasil* faz parte de um manuscrito escontrado por um padre chamado Serafim Leite e publicada por ele posteriormente em 1953 (Leite, 2012, p. 11).

o uso de quatro itens terapêuticos. Realizaremos essa comparação em duas etapas: primeiro iremos trabalhar os ingredientes presentes na triaga brasílica, apresentando os mesmos componentes utilizados tanto por Ferreira quanto por Hipócrates. Esses componentes presentes são: **a arruda e o vinho**. No segundo momento iremos apresentar os componentes que estão ausentes no tratado de Hipócrates, como via de demonstrar as adições e substituições que Ferreira realiza, devido ao contexto e nova flora disponível no Novo Mundo. Esses componentes ausentes, que foram adicionados pelo cirurgião, são: **a butua e a purga de rum.**

Hipócrates citou o uso da **arruda** *(Ruta gravelolens)* no tópico 12, no tratamento da "flegmasia uterina", também conhecida como erisipela, em "*Da natureza da mulher*". Ela é citada no tratado do físico como uma doença que causa inchaço nos pés, pernas, costas e barriga. Contra essa doença ele recomenda que a mulher tome bebidas para não abortar, se abstendo dessa forma de comer ingredientes salgados como tomilho, orégano e beber chá de arruda (Hipócrates, In: Carrat, *et al,* 1851).

A arruda foi usada por Ferreira para trazer excretos da fonte onde ela é utilizada (Ferreira, 2002, p. 680, In: Furtado, 2002). Essa planta é definida por Ferreira em *Erário Mineral*, no "Índex: das coisas mais notáveis que se contém neste livro" como um "remédio antpático das sezões [...]. Nas pessoas que hão de ter filhos será em menor quantidade, porque extingue o sêmen" (Ferreira, 2002, p. 713, In: Furtado, 2002).

O cirurgião português explica como usar a arruda na receita "Do Tratado II- Capítulo I- Das obstruções", para fazer descer a conjunção (menstruação). Em sua compreensão ela é uma planta que "faz promover o sangue mensal e alimpar a madre". Explica que são necessárias "duas partes do sumo de artemija e uma de sumo de arruda com uns pós de açúcar". Deve-se tomar esse remédio em estado morno, a doente estando em jejum, na parte da tarde. Assim, (Ferreira, 2002 p. 289, In: Furtado, 2002).

Podemos afirmar que o efeito abortivo da arruda, pelo que podemos notar, já era conhecido há séculos por Hipócrates e, posteriormente, pelas populações indígenas do Novo Mundo. Esses últimos utilizaram esse recurso botânico para

fins de controle de reprodução. Isso representa uma percepção que Ferreira adquiriu das interações com os sertanistas e ameríndios (Wissenbach, 2002, p. 116, In: Furtado, 2002).

A *Ruta graveolens* é uma planta aromática, perene, de crescimento contínuo, lenhosa ao longo do tempo e que faz parte da família botânica Rutáceas, cujas flores são amarelas e agrupadas em umbelas. Ela costuma surgir durante a transição da primavera para o verão (Lima, 2018, p. 21). Essa planta é oriunda do Mediterrâneo e da Ásia Menor. Elas, geralmente, crescem espontaneamente em lugares pedregosos, matagais e solos secos (Cardoso; Encarnação, 2010, p. 3).

A aclimatação das plantas europeias no Brasil, realizada pelos jesuítas, simbolizou uma rica troca de conhecimentos entre culturas. No caso da arruda, uma planta que veio da Europa setentrional, ela foi usada pelos boticários e cirurgiões europeus como remédios para diversos tipos de doenças (Fagundes, 2016, p. 142). Ao que diz respeito às suas propriedades medicinais, a arruda tem o efeito calmante, o que, quando aspirada, pode aliviar dores e ansiedade (Orlanda, 2011, p. 10).

Até hoje é muito usada na medicina popular brasileira, pois é vista como uma planta estimulante, emenagoga, auxiliar no tratamento de varizes e flebite. Além disso, ela aumenta a resistência dos capilares sanguíneos com a rutina, um dos seus principais ativos mais fortes. A planta também é comumente usada para restabelecer ou aumentar o fluxo menstrual, pois é emenagoga (Castro, 2006, p. 25). Na compreensão científica, sabe-se que ela possui em sua composição um óleo essencial que é muito rico em substâncias voláteis, composto por undecanona, metilnonilcetona e metilheptilcetona. Todas essas substâncias possuem propriedades calmantes (Lima, 2018, p. 27).

Outro aspecto a ser explorado sobre essa planta é que, por ser uma erva utilizada em cerimônias dos povos africanos, ela carregava o estigma associado

ao feitiço[10]. Cirurgiões como Antônio Mendes[11] se valeram do uso da arruda, ou mesmo da triaga que inclui a erva, em inúmeras de suas receitas. No caso de Ferreira, ele administrou uma "fomentação com óleo feito de arruda e de alecrim" para os negros escravizados que sofriam de "escarros de sangue" (Wissenbach, 2002, p. 144; Ferreira, 2002, 263, In: Furtado, 2002). Mas, o que nos interessa saber, esse espécime botânico teve amplo uso no tratamento de obstruções uterinas nas mulheres residentes na Colônia (Ferreira, 2002, p. 289, In: Furtado, 2002).

Assim como a arruda foi e tem sido utilizada ao longo da história como um remédio popular para tratar doenças, dentre outros usos, o vinho também desempenhou um papel significativo. Desde a Antiguidade o vinho se apresenta intimamente ligado à medicina, sendo uma das prescrições mais longevas da medicina tradicional. Considerado um remédio capaz de beneficiar tanto o corpo quanto a alma. Os gregos consumiam o vinho integrado na sua dieta, mas também como medicamentos. Desinfectava feridas e era um meio de imersão de diversas ervas (Seiça, 2018, p. 193, In: Soares; Ribeiro, 2018).

Não cabe aqui elencar todas as vezes que Hipócrates cita seu uso em "*Da natureza da mulher*", mas a exemplo do tópico 32, são mais de cinquenta vezes que ele o cita, sempre como líquido final no preparo das receitas (Hipócrates, In: Carrat, *et al,* 1851). Hipócrates prescrevia dietas com alimentos emolientes e frios, como vinho branco diluído em água, proibindo o banho ou o coito, para disfunções uterinas como queda do útero (Hipócrates, In: Carrat*, et al,* 1851). O físico explica que para provocar a descida do sangue era necessário pegar uma pimenta sem casca, misturá-la com um remédio para os olhos (mel, água e rosa) e bater esses ingredientes em vinho velho, para diluir. Ao final, deveria colocar em um pessário e aplicar na vagina da mulher (Hipócrates, In: Carrat, *et al,*

[10] A pesquisadora Mary Karasch, em sua pesquisa acerca da "vida dos escravos" no Rio de Janeiro do século XIX, destaca o papel da arruda como um amoleto de proteção e "de contato com o outro mundo" (Karasch, 2000, p. 377-378). Isso porque a arruda é presente em diversos rituais nas diversas crenças de religiões afro-americanas, sendo útil na preparação de "defumadouros" (Lody, 2003, p. 290).

[11] Antônio Mendes era um cirurgião português, que permaneceu na América Portuguesa por 35 anos, durante o século XVIII. O cirurgião alcançou cargos de prestígios na colônia que dificilmente alcançaria se estivesse no reino (Ribeiro, 2005, p. 64).

1851).

Partindo para o *Erário Mineral*, na receita da triaga, Ferreira também cita o uso do vinho, em grande quantidade, misturando-o a folhas de arruda para o tratamento de mordeduras de víbora e cobras venenosas (Ferreira, 2002, pp. 681-682, In: Furtado, 2002). Observa-se que, segundo a percepção de Ferreira, se uma mulher entrasse em uma adega durante o período menstrual, isso resultaria na deterioração do vinho. No entanto, em outras situações, a bebida era empregada como um componente no tratamento de obstruções uterinas (Ferreira, 2002, pp. 308-309, In: Furtado, 2002).

Com base nos princípios da simpatia e antipatia, Ferreira selecionou o vinho para concluir sua mistura, pois acreditava que, por ser um líquido intenso, ele poderia provocar uma aversão ao humor que permanecia estagnado em seu corpo. Nessa perspectiva, sustentava-se a ideia de que forças invisíveis governavam os desejos das partes, e, nessa situação, o vinho exerceria sua influência por meio da antipatia (Pessoa Junior, 2009, p. 58; Guimarães, 2005, pp. 502-503).

O que fica evidente é a circulação de saberes medicinais, que atravessaram séculos, se religando a novas noções e sistemas de entendimento acerca da saúde, na América Portuguesa. Esses novos saberes tratam da nova flora encontrada na América portuguesa. Isso significa que, o conceito de simpatia e antipatia encontrado em Erário por Ferreira, existia desde o século II a.C., sendo encontrado em diversas obras de Galeno. Esse físico afirmava que a simpatia era transmitida pelos nervos, humores e vapores, ou pelo contato com outros componentes (Coelho, 2002, p. 160, In: Furtado, 2002).

A abutua integrou essa nova flora, sendo considerada uma alternativa ao uso da arruda, entre outras opções. A Abútua s.f. variante butua (*Chondodenderon platyphyllum*), é uma planta trepadeira nativa, de caule lenhoso, cuja raiz e caule são utilizados como diurético, emenagogo e febrífugo. Emprega-se ela internamente na hidropisia e cálculos, e externamente como resolutivo nas orquites (Silva, 2022, p. 101). Ela aparece em uma tabela de plantas medicinais do médico português João Curvo Semedo (1635-1719), uma espécie de memorial que estava acompanhado na obra "Polyanthea Medicinal". A butua estava nessa lista porque ela está entre a nova flora que ficou conhecida após as conquistas ultramarinas. A partir do conhecimento acerca de suas propriedades medicinais, as boticas do Reino de Portugal passaram a vendê-la (Lourenço, 2016, p. 126).

O Memorial em questão era um anexo da obra. Foi impressa junto com a Polyanthea. Esse tipo de adição era muito comum em obras portuguesas do século XVIII. O nome desse anexo é "*Memorial de vários símplices que da India Oriental, da América e de outras partes do mundo vem ao nosso Reyno para remédio de muitas doenças, na qual se acharão as virtudes de cada um, e o modo com que se devem usar*" (Lourenço, 2016, pp. 126-127). A planta aparece na lista como "Raíz de Butua" e na origem se coloca "Reino da Butua" (Lourenço, 2016, p. 128).

Por outro lado, entre 1745 e 1748 o cirurgião e memorialista Inácio Caetano Xavier situa que ela teria sua origem em Moçambique, África Oriental. Ao estar em Moçambique, incluiu a raiz de butua na lista de raízes admiráveis e contesta que ela fosse a parreira-brava do famoso médico português João Curvo Semedo. Para Xavier, a butua correspondia a uma planta mutamba, uma variedade da nuzarupa (Rodrigues, 2013, p. 100, In: Nodari; Correa, 2013). Por meio dessas informações depreendemos que essa planta, de fato, foi levada das terras além-mar para seu uso, no reino de Portugal (Lourenço, 2016, p. 128). Em mais uma evidência, a abútua ('butua' no texto francês) aparece da Revista da Greenme Brasil no ano de 2021, revista que é especializada em meio ambiente e vida saudável. Nela é indicado que se trata de um cipó nativo da mata atlântica brasileira. Ela foi usada por indígenas e caboclos para diversos tratamentos, incluindo a malária. Mas devido a sua toxicidade foi substituída pelo quinino e outras plantas. Além disso, da butua também se fazia o curare, um veneno que os indígenas usavam para pescar e caçar, pois ele paralisava o animal (Torres; Thomé, 2023, p. 90).

A raiz de Butua era reconhecida por Ferreira por sua significativa eficácia no tratamento de apostemas internos, com a etapa inicial envolvendo a preparação de uma decocção usando a raiz machucada. Este remédio tradicional é altamente estimado por suas propriedades únicas em desfazer tais doenças. Quando combinado com a raiz de capeba durante o processo de cozimento, conforme sugerido por Ferreira, acredita-se que a eficácia do remédio seja ainda mais aprimorada (Ferreira, 2002, p. 675, In: Furtado, 2002). Ferreira explica que bebendo a água dela bem cozida serviria para "lançar as páreas, ou lhe não correr o parto, ou tiver faltas na sua conjunção" (Ferreira, 2002, pp. 675, In: Furtado 2002). Além disso, ele cita no "Tratado XI: Dos venenos", apresentando como uma receita para o fígado e chagas (Ferreira, 2002, pp. 676-677, In: Furtado, 2002).

O cirurgião descreve que a planta possui muitas virtudes medicinais e que precisaria de um livro inteiro para explicar todos os diferentes modos de se aplicar e usá-la. Ele segue escrevendo que o pó dela "serve para apostemas ou abcessos interiores, para o pleuris, para pancadas ou quedas, para desinchar toda sorte de tumor, etc" (Ferreira, 2002, p. 778, In: Furtado, 2002). Assim, ela aparece diversas vezes na obra, sendo bastante aplicada em ateromas, esteatomas e melicéris, chamados por Ferreira como "tumores duros" (Ferreira, 2002, p. 383, In: Furtado, 2002).

Essa raiz resultava, então, em um remédio de cozimento para inúmeras moléstias, considerando que o objetivo final de seu uso é esquentar os humores e fazê-los circular (Ferreira, 2002, 253, In: Furtado, 2002). A butua sendo usada para as "purgações da madre" e "para toda sorte de venenos" é algo que nos faz refletir sobre o teor desses remédios produzidos, não só por Ferreira, mas por vários outros médicos e agentes de cura informais (Ferreira, 2002, pp. 676-678, In: Furtado, 2002).

Deve-se sublinhar que a butua foi, então, uma planta que, pela similitude dos efeitos, por exemplo, com a arruda, foi uma alternativa adotada por Ferreira para o tratamento das disfunções uterinas das mulheres da Colônia. Pela analogia (Foucault, 2000, p. 45), o cirurgião realizou alterações nas antigas receitas medicinais gregas, para atender as necessidades de seu contexto, contando com uma nova flora disponível (Ferreira, 2002, In: Furtado, 2002).

No caso do vinho, a purga de rum se destacou como uma alternativa acessível encontrada no Novo Mundo. Assim como a Triaga Brasílica, a purga de rom (rum) também consistia em um conjunto de ingredientes para se chegar a um remédio completo final. No caso da purga, era uma espécie de mistura entre ervas e uma bebida com alto teor alcoólico, como o rum ou o vinho (Ferreira, 2002, p. 309, In: Furtado, 2002). As práticas de aborto conhecidas na Colônia mineira no século XVIII, exercidas pelas curandeiras e parteiras, consistiam em usar o vinho fervido com uma erva potencialmente abortiva, pois se acreditava que isso poderia intensificar o efeito do composto (Venâncio, 2004, p. 205, In: Del Priore, 2004).

Por outro lado, alguns médicos e cirurgiões prescreviam um cauteloso regimento para os tempos de conjunção das mulheres. Dentre as receitas indicadas, situamos a do médico Antônio Ferreira (1616-1679), onde esse prescreve que seria necessário evitar coisas azedas, como vinagre e frutas verdes, pois impediam a purgação. Ele alerta que o vinho deveria ser usado somente como medicamento, mas nunca como alimento (Del Priore, 2004, p. 105, In: Del Priore, 2004).

O que se percebe é que o rom, ou rum, foi uma alternativa que Ferreira encontrou na Colônia, para substituir o vinho. Ele indica, por analogia que, como as bebidas eram altamente alcoólicas, os efeitos eram semelhantes. Ambos poderiam agir nas mezinhas com resultados parecidos. Essa estratégia, que parte de decifrar as similitudes, como observado, também foi usada na escolha das novas plantas e ervas no Novo Mundo (Ferreira, 2002, p. 309, In: Furtado, 2002; Foucault, 2000, p. 45).

A purga de rom foi mencionada por Ferreira no “Tratado II: Das obstruções”. O cirurgião está ciente que a função desse remédio é de expelir humores viciosos, aonde volta-se novamente para a Teoria dos Humores (Ferreira, 2002, p. 289, In: Furtado, 2002). Ele tratou uma mulher que se encontrava com o juízo perdido por não lhe vir a conjunção. Logo, preparou um “um frasco do remédio desobstruente que fica dito na cura das obstruções”, serviu a purga e logo a mulher voltou a ficar sã (Ferreira, 2002, p. 309, In: Furtado, 2002).

A ideia de purgar ou a ação de purgação pode ser encontrada em praticamente todas as fontes documentais trabalhadas até aqui. Primeiro porque a menstruação já era entendida como uma espécie de purgação do corpo feminino, que lança para fora o sangue considerado então como supérfluo, venenoso ou inútil (Martins; Silva; Mutarelli, 2008, p. 19). Segundo que as substâncias conhecidas como purgantes tinham essa finalidade, de expelir todo o humor em excesso do corpo que estava ocasionando a doença e mal-estar (Porter; Vigarello, 2008, p. 443, In: Corbin, Courtine, Vigarello, 2008). Portanto, a purga de rom pode ser compreendida como uma panaceia que está atrelada diretamente à lógica da Hipocrático-Galênico (Read, 2010, p. 27; 37).

O uso de purgativos foi descrito também por Hipócrates e Galeno. Galeno constata que nas Sentenças Cnidianas usavam-se perpetuamente purgantes, assim como Hipócrates os prescreve no Regime das doenças agudas. Em "*Da natureza da mulher*" Hipócrates indicou o uso de purgativos para tratar hidropsia no útero, ataque histérico, obliquidade do útero, para lóquios fluindo mal, para ar desenvolvido no útero e leucorreia, para inclinação a esquerda do útero, dentre outras disfunções femininas (Hipócrates, In: Carrat, *et al,* 1851).

O uso de vinho em purgantes recomendados por Hipócrates exibiu um padrão de recorrência. Podemos analisar certos aspectos delineados em um tópico em "*Da natureza da mulher*", fazendo referência ao tratamento de ataque histérico. Neste tópico ele escreve que se o útero vai em direção ao estômago, recomenda-se que a mulher consuma uma mistura de vinho, juntamente com fumigações fétidas para o nariz e aromáticas para o útero, com o objetivo de facilitar o reposicionamento. O emprego do vinho era tipicamente concomitante com a utilização de substâncias fitoterápicas para fumigação (Hipócrates, In: Carrat, *et al,* 1851). Podemos perceber o uso da simpatia aqui, pois o vinho é usado para provocar a saída do útero no estômago (Ferreira, 2002, p. 382, In: Furtado, 2002).

No contexto da Colônia, muitos remédios abortivos, utilizados na região de Minas Gerais, não estavam somente em forma de chás, existia também duchas ou seu uso intra-vaginal, o que era conhecido pelas chamadas chapoeiradas[12]. Elas eram procedimentos tradicionais que combinavam diversas ervas e caldos, dentre eles a fervura de vinho, um preparo que é semelhante ao da purga de rom, citado nos tratados de Ferreira (Leal, 1995, pp. 23-24). Esse conhecimento terapêutico nessas sociedades tradicionais seria transmitido pela oralidade, geração após geração (Santos; Santos; Ramos, 2017, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pluralidade da História das Ciências, a circulação dos

[12] As chapoeiradas eram uma espécie de chás abortivos tradicionais, chapoeiradas, que são feitas pela concentração de ervas em cachaça ou em vinho (Leal, 1995).

saberes e práticas medicinais acabam por tributar ao seu conhecimento. Uma das descobertas mais significativas desse estudo foi reconhecer o uso de uma antiga teoria grega que ainda perdurava no século XVIII, sendo empregada para explicar o que atualmente entendemos como fenômenos fisiológicos, mais especificamente as disfunções uterinas. Ferreira, um sujeito desse contexto, embora não possuísse o mesmo prestígio dos médicos da época, teve a capacidade de expor a realidade local em que viveu e trabalhou como cirurgião, nos deixando a oportunidade de compreender como se dava a compreensão da fisiologia feminina e os tratamentos direcionados a ela (Ferreira, 2002, In: Furtado, 2002).

As análises comparativas realizadas entre as duas fontes principais, *Erário Mineral* (1735) de Luís Gomes Ferreira e o tratado "*Da natureza da mulher*" de Hipócrates, revelaram que não só as concepções médicas de Ferreira as disfunções uterinas ainda estavam alicerçadas na teoria Hipocrático-Galênico, como também algumas doenças descritas por Ferreira eram as mesmas relatadas por Hipócrates. Não se pode afirmar se de fato Ferreira teve acesso aos aforismos de Hipócrates diretamente da fonte, mas é evidente que sua concepção médica foi influenciada pela epistemologia presente nos manuais de medicina da época (Furtado, 2002, In: Furtado, 2002).

Para o tratamento dos problemas uterinos os remédios que poderiam proporcionar alívio deveriam ser selecionados com base no princípio da simpatia e antipatia. Isso nos leva ao segundo conceito. Com base na analogia, Ferreira identificou e compreendeu as características físico-químicas semelhantes entre as plantas novas da América Portuguesa e as que já eram familiares a ela no Velho Mundo, a fim de reconfigurar as receitas, de acordo com a nova realidade em que ele se encontrava (Foucault, 2000, p. 45; Wissenbach, 2002, p. 109, In: Furtado, 2002).

Ao verificar as descrições acerca de substâncias abortivas nos tratados em *Erário Mineral*, pode-se considerar que há uma ambivalência que acompanha a situação da terapêutica, no que diz respeito à determinação de um estado de gravidez ou não. Ao examinar os impactos induzidos por essas formulações nos sistemas fisiológicos dessas mulheres, torna-se evidente que

dois resultados potenciais podem surgir: provocar a menstruação, em casos de atrasos, ou indução do aborto (Coelho, 2002, pp. 166-167, In: Furtado, 2002). Ambas as causas eram tratadas com a mesma medicação, e, sem dúvida, o cirurgião buscava livrá-las dos fluidos venenosos (Dias, 2002, p. 90, In: Furtado, 2002).

As instituições médicas de Portugal reproduziram e consolidaram entendimentos da interpretação grega acerca da anatomia e fisiologia feminina, de modo que ainda no século XVIII a menstruação ainda era vista como um dos humores corporais (King, 2011, p. 207). Atualmente, é possível observar vestígios e até mesmo declarações que empregam o termo "humor". Adicionalmente, ainda encontramos conotações pejorativas relacionadas ao sangue menstrual. Essas noções fundamentam a caracterização da mulher como um ser anatômico e fisiologicamente imperfeito, evidenciando um processo que se consolidou ao longo de mais de dois mil anos. (Silva, 2019, p. 149; Souza, 2011, p. 131).

É imprescindível reconhecer a contribuição histórica dos povos originários e africanos para o conhecimento científico, especialmente na medicina. O uso das ervas e plantas mencionadas para diversos fins, entre os quais se destaca as práticas de cura, já era um costume estabelecido antes da chegada dos europeus. Tal realidade evidencia a relevância de seus conhecimentos, os quais foram incorporados e, consequentemente, enriqueceram a tradição médica europeia (Torres; Thomé, 2023, p. 90).

REFERÊNCIAS

AGE, Monica de Paula Pereira da Silva.O hospital real militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Go yaz (1746-1827). **Tese de doutorado**, 2014.Disponível em: T2014-08.pdf (ufg.br). Acesso em: 28 de Mar. 2024.

BADINELLI, Isaac Facchini. Medicina e comércio na dinâmica colonial: a trajetória social de joão cardoso de miranda (século XVIII). **Dissertação de mestrado**. Florianópolis. 2018. Disponível em: PHST0633-D.pdf (ufsc.br). Acesso em: 24 de Fev. 2024.

BELLINI, Ligia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de *De universa mulierum medicina*, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria

Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP 2003.

BRANDÃO*, et al*. Useful Brazilian plants listed in the field books of the French naturalist Auguste de Saint-Hilaire (1779–1853**). Journal of Ethnopharmacology** 143 (2012) 488–500. Disponível em: Useful Brazilian plants listed in the field books of the French naturalist Auguste de Saint-Hilaire (1779–1853) (sciencedirectassets.com). Acesso em: 31 de Mar. 2024.

CALAINHO, Daniela Bueno. Farmacopéia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista. In: COSTA, João Paulo de Oliveira e**. Anais de história de além-mar.** Fundação para ciência e tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no brasil colonial**. Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 61-75 2005.Disponível em: v10n19a05.pmd (scielo.br). Acesso em: 28 de Mar. 2024.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'. Arruda dos Vinhos–Uma rota privilegiada. **Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa**, n. 95, p. 89-110, 2010.

CASTRO, Deyse Lucy Luiz e. Aspectos tóxicológicos das plantas medicinais utilizadas no brasil: um enfoque qualitativo no distrito federal. **Centro de Excelência em Turismo**. Universidade de Brasília, março de 2006. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/468/1/2006_DyseLucyLuizCastro.pdf. Acesso em: Ago. 2023.

COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso: a arte de curar. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

DALBY, Andrew. ***Dangerous Tastes: The Story of Spices***. University of California Press. 2000. Disponível em: Dangerous Tastes: The Story of Spices - Andrew Dalby - Google Livros. Acesso em: 25 de Mar. 2024.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: **História das mulheres no Brasil /** Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. - São Paulo : Contexto, 2004.

DIAS, José Pedro Felripa de Sousa. “Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa Setecentista”. **Tese de Doutoramento**. Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Farmácia, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de

Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FAGUNDES, Fernanda Ribeiro Rocha. Boticas, funcionários do ultramar e intermediários do tráfico a serviço da cura: a américa portuguesa e angola (séculos XVIII/XIX**). Repositório Internacional da Fiocruz- Arca**, Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18237. Acesso em: 20 de Jul. 2024.

FANTHAM, Elaine, *et al.* Woman in the classical world: image and text**. New York, Orford, Oxford University Press,** 1994. Disponível em:< SSRN-id1010394.pdf. Acesso em: 10 de Mar. 2024.

FERREIRA, Luís Gomes. Tratado II: das obstruções. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira.** Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

GARIN, Eugenio. **Ciência e vida civil no renascimento italiano**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GUARESCHI, Icilio. D'Itali, Farmacopea Ufficiale Del Regno. Commentario Della Farmacopea Italiana E Dei Medicamenti in Generale: PT. 1. Tecnica Farmaceutica. Legislazione Farmaceutica. 1923. In: LOW, Tim, et al. **Reader's Digest magic and medicine of plants.** Editora: Reader 's Digest (Austrália) Pty Limited (1 de dezembro de 1994), 1994.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Civilizando as artes de curar: chernoviz e os manuais de medicina popular do império. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 12**, p. 501-514, 2005. Disponível em:< SciELO - Brasil - Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império>. Acesso em: 22 de Fev. 2024.

HIPÓCRATES. **De la nature de la femme**. Trad. E. Littré. Paris: Chez J. B. Baillière, 1851. Apud. CARRAT, Caroline. *Et Al*. Antiguidade grega e latina desde a idade média. França. Philippe Remacle , Philippe Renault, François-Dominique Fournier, J.P. Murcia, Thierry Vebr, Caroline Carrat**.** O site consiste em 13 partes. Disponível em: http://remacle.org/bloodwolf/erudits/Hippocrate/naturefemme.htm. Acesso em 27 de Dez. 2022.

KING, Helen**.** Galen and the widow: towards a history of therapeutic masturbation in ancient gynaecology. **EuGeStA: Journal on Gender Studies** in Antiquity, 1 pp. 205–235. 2011. Disponível em: *6a635a6aac40cb173414c7600e65ccd36f86.pdf (semanticscholar.org). Acesso em: 19 de Fev. 2024.

KING, Helen. **'The mathematics of sex: one to two, or two to one?': from special issue of Studies in Medieval and Renaissance History: Sexuality and Culture in Medieval and Renaissance Europe**, 3rd series, vol. II, 2005, 47-58. Disponível em: What are 'women' in ancient gynaecology (open.ac.uk). Acesso em: 08 de Mar. 2024.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud**. Harward University Press. 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XR2BcRwiG-sC&oi=fnd&pg=PR11&dq=thomas+laqueur+gender&ots=wYDAwMfM44&sig=7bXS1RyIObAR6oVorlW4Z2KQbZM#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 03 de Fev. 2024.

LEAL, Ondina Fachel. **Corpo e significado: ensaios de antropologia social.** Editora da Universidade- UFRS. 1995.

LE BRETON, D. **El Sabor del Mundo: Una antropologia de los sentidos**. 1 ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vísión, 2009.

LEITE, Bruno Martins Boto. **Mezinhas antigas e modernas: A invenção da Triaga Brasílica pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial.** Seminário, 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/33782019/1345053666_ARQUIVO_Mezinhasantigasemodernas.pdf. Acesso em: 06 de Jan. 2024.

LEITE, Serafim. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760).** Braga, Livraria A.I., 1993.

LIMA, Ana Kerly Ribeiro. Estudo de prospecção científica tecnológica da atividade medicinal da espécie Ruta graveolens L. (Arruda). **Monografia**. Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro- MA, 2018. Disponível: https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3223/1/ANA%20KERLY-LIMA.pdf.. Acesso em: 1 de Out. 2023.

LODY, R. **Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras**. Rio de Janeiro, Pallas, p. 322. 2003.

LOURENÇO, Tânia Souza. O médico entre a tradição e a inovação: joão curvo semedo. **Dissertação de mestrado,** Niteroi, RJ, 2016. Disponível em: O MÉDICO ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO: JOÃO CURVO SEMEDO

(uff.br). Acesso em: 17 de Fev. 2024.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (sect. XVIII-XIX**). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ISSN-e 2175-3423, Vol. 9, No. 17, 2017 (Número dedicado a: A alma e o corpo por escrito: literatura religiosa e médica, séculos XVI-XIX (Jan-Jun/2017)), pp. 138-15. Disponível em: Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (sect. XVIII-XIX) - Dialnet (unirioja.es). Acesso em: 28 de Mar. De 2024.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Médicos, cirurgiões, boticários e curandeiros na colônia.In MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços de cura.** 3. ed. rev. ampl. e atual. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MOZZATO, Andrea. The Pigment Trade in Venice and the Mediterranean in the Second Half of the Fifteenth Century. **Renaissance Studies in Honor of Joseph Connors,** v. 2, p. 171-179, 2013.

ORLANDA, J.F.F. Estudo da composição química e atividade biologica do óleo essencial de *ruta graveolens linneaus* (RUTACEAE), 2011. p105. **Dissertação de Mestrado-** Centro de Ciências EXATAS E DA Natureza- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível: Microsoft Word - Tese Final.doc (ufpb.br). Acesso em: 02 de Abr. 2024.

POLETTO, Roberto. Continuidades e avanços nos saberes médicos na europa da primeira metade do século XVIII: uma análise dos tratados médicos de Ayala (1705) e Sanz de Dios (1730). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011.

PORTER, Roy. VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: Da Renascença às Luzes** – Vol I. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

READ, Sara. Those Sweet and Benign Humours that Nature Sends Monthly': accounting for menstruation in early-modern England. **Doctoral thesis**, 2010. Disponível em: https://repository.lboro.ac.uk/articles/thesis/_Those_Sweet_and_Benign_Humours_that_Nature_Sends_Monthly_accounting_for_menstruation_in_early-modern_England/9327668. Acesso em: 05 de Jun. 2022.

RIBEIRO, Márcia Moisés. A trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa do século XVIII. **Almanack Braziliense** n°02, novembro 2005. Disponível em: Vista do Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII (usp.br). Acesso em: 03 de Abr. 2024.

RODRIGUES, Eugénia. A medicina europeia e a natureza na África Oriental:

acomodações e investigações no período moderno.In: NODARI, Eunice Sueli. CORREA, Silvio Marcos de Souza. **Migrações e Natureza**. Oikos Editor, 2013. Disponível em: https://gomaoficina.com.br/wp-content/uploads/2017/09/1097_Migra%C3%A7%C3%B5es-e-natureza-E-Book1.pdf#page=94. Acesso em: 4 de Nov. 2023.

SANTOS, Ademir Valdir dos. CUSTÓDIO, Renato da Silva. Chemistry in the Statute of the Faculty of Philosophy of Coimbra (1772): origins of a School Subject. **Cadernos de História da Educação, v.19, n.2, p.409-425**, mai./ago. 2020 e-ISSN: 1982-7806. Disponível em: deciogatti,+Ademir+Valdir+dos+Santos+-+Renato+da+Silva+Custódio-EN+-+DIAGRAMADO.pdf .Acesso em: 28 de Mar. 2024.

SANTOS, Fernando Santiago dos. **As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil: história e ciência na Triaga Brasílica**. São Paulo: Casa do Novo Autor Editora, 2009.

SANTOS, Valdecí dos. SANTOS, Selma dos; RAMOS, Lívia Daniela dos. A interface etno-biologia-educação: etnoconhecimentos de indivíduos da terceira idade sobre plantas medicinais e sua orientação terapêutica**. Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 1 (jan. - jun. 2005), 2005. Disponível em: O idoso é detentor de uma experiência única, de uma história que deve ser passada e ouvida com atenção pelos mais jovens (valdeci.bio.br). Acesso em: 07 de Abr. 2024.

SEIÇA, Raquel. O vinho no bem-estar da mesa e do corpo. In: SOARES, Carmen, RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes**. Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde e cultura.** Universidade de Coimbra, PucPress, 2018. Disponível em: O vinho no bem-estar da mesa e do corpo (uc.pt). Acesso em: 15 de Ago. 2024.

SILVIA, Carolina Domladovac. Um estudo léxico-semântico sobre a farmacopeia do brasil colonial em documentos do século XVIII. **Tese de doutorado**, Araraquara, São Paulo, 2002. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/235886/domladovac-silva_c_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 29 de Dez. 2022.

SILVA, Eduardo Mangolim Brandani da. Uma jabuticaba no herbário: descrição, catalogação e divulgação da flora do Novo Mundo no século XVI. **Dissertação de mestrado,** 2023. Disponível: Teses — Programa de Pós-Graduação em História (uem.br). Acesso em: 25 de Mar. 23 de 2024.

SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. **O saber médico e o corpo das mulheres no brasil colonial: a tradição médica da metrópole na capitania da paraíba**. Iberoamericana, XI, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350042853_O_saber_medico_e_o_corpo_das_mulheres_no_Brasil_colonial_a_tradicao_medica_da_metropole_na_Capitania_da_Paraiba. Acesso em: 13 de Mar. 2024.

PAPAVERO, N. LUZ, J.R.P.J, Llorentebousquets. **Historia de la Biología Comparada. IV. De Descartes a Leibniz (1628- 1716)**. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2001.

PESSOA JUNIOR, Osvaldo. A classificação das diferentes posições em filosofia das ciências. **COGNITIO-ESTUDOS: Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, Volume 6, Número 1, janeiro - junho, 2009, p. 054-060. Disponível em: Vista do A Classificação das Diferentes Posições em Filosofia da Ciência (pucsp.br). Acesso em: 19 de Ago, 2024.

SANDMAN, A. Chapter 1: Controlling Knowledge: Navigation, Cartography, and Secrecy in the Early Modern Spanish Atlantic. In: DELBOURGO, J.; DEW, N. (Org.). **Science and Empire in The Atlantic World**. 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2008, pp.31- 52.

TORRES, Marie Helene Catherine; THOMÉ, Brenda Bressan. As Grandes Desventuras de Isabel Godin des Odonais na Amazônia na 1ª metade do Século XVIII. **Cadernos de Tradução**, v. 42, p. 82-93, 2023. Disponível em: scielo.br/j/ct/a/6DTfJfTQJnvFhSgwCy4p9QQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 de Abr. 2024.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. - São Paulo : Contexto. 2004.

VIANA, Kelly Cristina Benjamim. **Mágicos doutores: a arte médica entre a magia e a ciência nas minas gerais setecentista (1735-1770).** UFC, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3347. Acesso em 12 de Jul. 2023.

WHITEHEAD, Neil L. Hans Staden and the Cultural Politics of Cannibalism**.** **Hispanic American Historical Review** (2000) 80 (4): 721–751. Disponível em: Hans Staden and the Cultural Politics of Cannibalism | Hispanic American Historical Review | Duke University Press (dukeupress.edu). Acesso em: 25 de Mar. 2024.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira.** Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

Recebido em 05/12/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

USO DE RELATOS DE VIAGEM PELO IHGRGS
Forjamento da identidade "una" do gaúcho

USO DE INFORMES DE VIAJE POR PARTE DEL IHGRGS
Forjando la identidade "única" del gaúcho

LARISSA BARTH[1]

RESUMO

As teorias raciais passaram a ser altamente difundidas na Europa a partir do século XIX, quando o termo raça começou a ser utilizado de maneira ideológica para distinguir de maneira degenerativa seres humanos. Essas teorias influenciaram muitos dos viajantes naturalistas que vieram ao Brasil durante o mesmo século, os quais escreverem relatos de viagem inseridos nos ideais teóricos que estavam em voga na Europa. Esses relatos foram amplamente divulgados, corroborando com a difusão de representações estereotipadas e racializadoras sobre as populações brasileiras, principalmente ao que se refere aos povos indígenas e população negra. A partir da circulação de saberes, os relatos de viagem também passaram a ser amplamente utilizados no Brasil, por instituições como o IHGB e IHGRGS. O objetivo do presente artigo é mostrar como esses relatos (imbricados por teorias raciais) foram utilizados pela historiografia clássica gaúcha para se criar uma história e identidade una do estado, o que gerou consequências vivenciadas até os dias de hoje.

Palavras-chave: Teorias raciais; Relato de viagem; IHGRGS; Identidade.

RESUMEN

Las teorías raciales adquirieron una gran difusión en Europa a partir del siglo XIX, cuando el término raza comenzó a utilizarse ideológicamente para distinguir a los seres humanos de forma degenerativa. Estas teorías influyeron en muchos de los viajeros naturalistas que llegaron a Brasil durante el mismo siglo, quienes escribieron relatos de viaje basados en los ideales teóricos que estaban en boga en Europa. Estos informes fueron ampliamente publicitados, corroborando la difusión de representaciones estereotipadas y racializadoras sobre las poblaciones brasileñas, especialmente en lo que respecta a los pueblos indígenas y la población negra. A raíz de la circulación del conocimiento, los

[1] Mestranda em História (UFGD); Dourados, MS, Brasil; email: larissa.barth18@outlook.com

informes de viajes también comenzaron a ser ampliamente utilizados en Brasil, por instituciones como el IHGB y el IHGRGS. El objetivo de este artículo es mostrar cómo estos relatos (entrelazados con teorías raciales) fueron utilizados por la historiografía clásica de Rio Grande do Sul para crear una historia e identidad únicas del estado, lo que generó consecuencias percibidas hasta el día de hoy.

Palabras-clave: Teorías raciales; Informe de viaje; IHGRGS; Identidad.

INTRODUÇÃO

A partir do século XVI o mundo passou a ser marcado pela expansão de uma cultura econômica mercantilista que gerou o sistema de colonização, imbricado pelos processos de violências aos povos considerados subalternos, já que esses eram tidos como não "civilizados". O colonialismo portanto gerou um sistema de morte, aculturação, e destruição, moldado e justificado pelo ideal de levar "civilização"[2] para o então "novo mundo".

> A linguagem da missão civilizadora está presente, particularmente na noção de que existe um "nós" e um "outro", cada qual construído a partir da oposição hierárquica entre a suposta superioridade do "nós" europeu, associada à cultura ocidental, e a suposta inferioridade do "outro nativo" (Zubaran, 1999, p. 21).

A partir desse ideal de levar "civilização", passam a surgir outras teorias para corroborar com os processos do colonialismo/neocolonialismo. A partir do surgimento do positivismo no século XIX, o homem passou a ser objeto cientifico, dando origem aos estudos do que veio a ser conhecido como "racismo científico", que defendia a ideia de que existiam evidências para se justificar a ideia de raças superiores e inferiores. Esses ideais surgidos na Europa, passam então a servir como pressuposto para justificar o sistema colonial de opressão aos povos considerados de "raças inferiores".

Nesse sentido, o termo raça passou a ser utilizado para distinguir seres humanos, sendo esse um conceito que carrega disputas de poder, além do seu

[2] Sobre o conceito de civilização, olhar AZEVEDO, André Nunes de. *A gênese e o desenvolvimento da ideia de civilização na Europa: da Idade Moderna ao século XIX.* Revista Intellectus, v. 02, 2004.

caráter histórico e ideológico, pautado principalmente entre uma disputa entre a Europa e os considerados "novos mundos": "as *raças* são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças" (Gomes, p. 49).

O racismo científico ainda levou em voga as chamadas teorias raciais, que passam a surgir a partir do século XIX, e que deram aporte para desvalorização, invisibilização e processos de violência contra a população negra, indígena e mestiça do Brasil. Destaco aqui algumas dessas, como o darwinismo social, que teve Herbert Spencer, filósofo, biólogo e antropólogo inglês, como um de seus principais precursores, defende a sobrevivência dos mais aptos dentro de um sistema, sendo que esses seriam os de raça pura – os brancos. Isso gerou o ideal de raças inferiores e superiores, além do enaltecimento das consideradas raças puras (teoria que vai influenciar a valorização do arianismo durante o nazismo).

Outro influente da época foi Arthur de Gobineau[3], que veio ao Brasil em 1869 por uma missão diplomática (enviado por Napoleão III), e acabou travando amizade com D. Pedro II. Gobineau dizia que a miscigenação levaria a raça humana a degeneração física e intelectual, e para ele o caso do Brasil era de um país sem futuro, já que era marcado pelas raças consideradas inferiores. A miscigenação presente no país portanto levaria a um alto nível de degeneração que faria com que a população desaparecesse, e para ele a única solução seria a vinda de imigrantes europeus, para que se tivesse um processo de embranquecimento da população. Também é importante destacar aqui a criação do conceito de eugenia, sistematizado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883. A eugenia pautava-se em uma ideia de intervenção na reprodução das populações para assim chegar em um melhoramento das raças. Essas teorias aqui destacadas, dentre outras, tomaram o imaginário social da população, para justificar a dominação e superioridade de algumas raças perante outras,

[3] Diplomata, escritor e filósofo francês. Escreveu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1855)*, uma de suas obras que teve mais destaque, sendo uma das primeiras a tratar de eugenia e racismo no século XIX.

marcando toda a violência ocorrida em períodos históricos como o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, nazismo, e que é percebido até os dias de hoje.

Esse imaginário social parte de construções, portanto deve-se ater às motivações e aspirações que o promovem, além dos grupos sociais: "O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais" (Baczko, 1985, p. 310).

Portanto, como essas teorias raciais estavam ligadas a manutenção de poderosos sistemas colonialistas, os governos e instituições ligados a esses sistemas, e que se beneficiavam de tais, propiciavam grande difusão das teorias, garantindo sua influência em diversos meios. Nesse sentido, quanto mais poder determinado grupo possuí, mais suas ideias serão difundidas. Um exemplo seria o I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres (1911), onde o objetivo do evento (segundo a circular encaminhada pelos organizadores do congresso) era:

> Discutir, à luz da ciência e da consciência moderna, as relações gerais existentes entre os povos do Ocidente e do Oriente, entre os assim chamados brancos e os povos de cor, com a intenção de encorajá-los a um amplo entendimento, com os mais amigáveis sentimentos e a mais saudável cooperação (Spiller, 1911, p. XIII).

Na prática o que estava em discussão era a questão da dominação da raça nos países colonizados, e a própria manutenção do imperialismo/neocolonialismo. O Brasil fora representado no Congresso pelo médico e cientista João Baptista Lacerda, onde apresentou o artigo *Sobre os mestiços do Brasil*, defendendo a miscigenação como algo positivo, no sentido de que a raça branca se sobressairia às outras, levando ao embranquecimento da população brasileira. Durante a sua apresentação chegou a apresentar uma cópia do quadro "A redenção de Cam"[4] para ilustrar o modelo de sua teoria. Ao

[4] Pintura a óleo sobre tela realizada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895. A obra aborda as teorias raciais e o fenômeno da busca pelo "embranquecimento" gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação.

analisar seu discurso, é possível perceber como seus ideais vão de encontro com o pensamento racial vigente na Europa.

Essas teorias raciais portanto ferviam diante do mundo, gerando influencia em diversos países, instituições e sujeitos, o que levou a uma ampla circulação de saberes, termo defendido pelo historiador Kapil Raj (2015), onde "a perspectiva circulatória confere ação a todos os envolvidos no processo interativo de construção do conhecimento", mostrando ainda como o "ser colonizado e atuar não são antitéticos" (Raj, 2015, p. 172).

Este é o caso do Brasil, que mesmo sendo país colonizado e marcado pelos processos de violência racial até os dias de hoje, não teve entraves para que, de maneira contraproducente, teóricos brasileiros incorporassem as teorias raciais vindas da Europa para se tratar por exemplo das políticas de imigração (embranquecimento da população brasileira), ou até do forjamento da história e identidades nacional/regional pelos Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro (IHGB) e/ou Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que acabaram invisibilizando a população negra e povos indígenas.

De acordo com Schwartz (2005), o uso dessas teorias raciais no Brasil, se justificavam pelos interesses do período, aliados ao contexto nacional de uma tentativa de se forjar uma identidade nacional ao país, o que perpassou por disputas de poder:

> Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (Schwartz, 2005, p. 16).

Nesse sentido as teorias raciais passaram a ser utilizadas para mobilizar a criação e forjamento de uma história considerada "verdadeira" e da ideia de uma identidade una brasileira, sendo essas excluidoras da pluralidade étnico-racial, e imbricadas de discursos que privilegiavam determinados grupos sociais, os quais foram beneficiados pelas disputas de poder intrínsecas durante esse

processo de construção de identidades pelos "homens de sciencia", que "tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positivista e determinista, utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação" (Schwartz, 2005, p. 17).

O destino da nação passou a ser marcado, portanto, por estereótipos raciais, construídos a partir das influencias das teorias vindas da Europa, como também dos relatos de viagem produzidos por estrangeiros que vinham ao Brasil, conforme tratarei a seguir.

1. Os viajantes-naturalistas e as teorias raciais

É também no século XIX quando muitos viajantes-naturalistas passam a vir para o Brasil, explorar o que para eles era tido como "novo", pois até então o que "conheciam" sobre o território brasileiro era fruto de cartas e relatos de portugueses. Impulsionados pela abertura dos portos as "nações amigas", pelo fim das guerras napoleônicas na Europa (que permitiu a retomada da circulação pelas fronteiras), retomada do interesse pelos estudos de natureza e prorrompimento do imperialismo europeu, esses viajantes encontraram o momento oportuno para explorarem e fazerem ciência em terras incógnitas por eles.

Nesse momento muitos dos viajantes eram patrocinados por instituições ou governos, pois existia ali uma grande rede de interesses quanto ao que esses naturalistas iriam encontrar no Brasil. Um exemplo foi o viajante George Gardner, que veio ao país em 1836 por patrocínio de um botânico inglês chamado William Hooker, com o objetivo de coletar espécies botânicas para serem levadas para Museus da Inglaterra. Ou então Saint-Hilaire, que vem em Missão Oficial, que fora financiada pela França e subsidiada pelo Brasil.

> O projeto dos viajantes europeus do século XIX consistia em produzir aquilo que eles denominavam "informação", caracterizado, particularmente, pela preocupação com o progresso científico, com a coleta de dados e a divulgação do conhecimento empírico. De acordo com Pratt (1999, p. 121), essas narrativas de viagem conectaram dois processos globais que tinham sido ideologicamente cindidos: a expansão do edifício de conhecimento da história natural e a expansão do sistema de mundo

capitalista (Zubaran, 1999, p. 20).

Importante ressaltar que os viajantes eram provenientes de um universo cultural totalmente diferente do que irão se deparar em suas expedições. A Europa do século XIX já passava pela industrialização de cidades, além das teorias raciais que estavam em alta, corroborando para sua visão acerca do que irão encontrar, e que podem ser percebidas em seus relatos de viagem, que não passam de representações, e que essas "são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam" (Chartier,1990, p. 07).

A pesquisadora e professora Linda Tuhiwai Smith, em seu livro *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* defende a ideia de comos esses viajantes também se tornaram perpetuadores do colonialismo, na medida em que "todos eram herdeiros do imperialismo e haviam aprendido perfeitamente os discursos de raça e gênero, as regras do poder, a política do colonialismo. Eles se converteram em colonizadores" (Smith, 2021, p. 21).

Destaco aqui também o viajante francês Louis Fredéric Arsène Isabelle (1807-1888), que realiza sua expedição sem nenhum patrocínio, garantindo que esse escrevesse seus relatos com maior "liberdade", já que não precisava se preocupar em manter boas as relações entre Brasil e França. O viajante percorre algumas localidades do Uruguai, Argentina, e no Brasil passa pela antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tinha como objetivo "fazer uma coleção completa de representantes da história natural de todas as regiões que percorresse" (Laytano, 1983, p. 110).[5]

Durante sua passagem pela antiga província gaúcha, Isabelle descreve diversos aspectos da sociedade que ali encontra. Nota-se que ao relatar sobre os povos indígenas e ex-escravizados, os trata com desdém, na condição de inferiores, diferente de quando passa pela antiga colonia de São Leopoldo, e encontra imigrantes alemães:

[5] O viajante chegou a enviar algumas espécies botânicas, geológicas e zoológicas para o Museu de Paris, contudo não teve resultados científicos apreciáveis. No Rio Grande do Sul também coligiu amostras de madeiras fósseis, sendo que alguns dos troncos fossilizados estão atualmente no Museu de História Natural e no Instituto de Perforaciones Geológicas, em Montevidéu - Uruguai.

> A colônia de S. Leopoldo, só, contava oito mil; é verdade que sob a denominação de alemães, compreendiam-se os imigrantes de todas as nações; por mais fraca que seja a população alemã, em confronto com o número de brasileiros, tem ela contudo uma grande importância moral porque seu exemplo não deixará de estimular, cedo ou tarde, o caráter apático dos brasileiros. Desde agora, ela fez tudo o que se tinha direito de esperar dela, e os melhoramentos introduzidos nas artes e na cultura já são tais que o aspecto desta grande província mudou de tal maneira a ponto de torná-la irreconhecível aos olhos daquelas que a percorreram antes da guerra do Brasil com a República Argentina. (Isabelle, 1983, p. 82/83).

Isabelle reforça como os imigrantes alemães seriam importantes para a constituição do Brasil, no sentido de tentar levar a civilização para o país. Em outro momento, ao se referir aos povos indígenas, o viajante diz: "Mas a preguiça e a indolência dos naturais são um obstáculo a qualquer espécie de inovação útil; seria necessário que os estrangeiros dessem o exemplo" (Isabelle, 1983, p. 47), já pontuando, portanto, a necessidade da intervenção de estrangeiros (os europeus) para que o país chegasse ao progresso.

Durante sua passagem pela capital Porto Alegre, o viajante relata: "em meio de negros embrutecidos, circulando misturados com bodes e cabras que se apinham na via pública" (Isabelle, 1983, p. 59). Em outro momento, Isabelle descreve:

> Os fardos, por pesados que seja, são transportados pelos negros para o pátio da alfândega para serem vistoriados; dali outros negros (porque a raça africana desempenha no Brasil a profissão de cavalos e mulas) os transportam para o seu respectivo destino (Isabelle, 1983, p. 61).

Nota-se como a condição dos negros é posta junto a animais, e também comparando-os, como uma forma de desumanizá-los e pontuar que esses seriam uma raça inferior. Ademais, "mesmo um viajante estrangeiro podia perceber que nas cidades do Rio Grande do Sul, assim como em outras do Brasil, o trabalho manual estava associado a condição de escravo" (Zubaran, 1999, p. 24), como se essa fosse condição inerente da população negra, ou seja, serem tratados como animais de carga.

Quando os viajantes retornavam para Europa eram recebidos com pompa, participavam de conferencias públicas, e diversas sociedades cientificas os aguardavam ansiosamente para discutir o que eles teriam encontrado no Brasil. Desse modo seus relatos serviam para dar respaldo as teorias raciais, além de criar estereótipos em relação aos diferentes povos que viviam em terras brasileiras: "O significado das narrativas dos viajantes e aventureiros e o modo como eles representaram o outro perante uma plateia geral na volta à Europa fixou ideias no meio social e cultural" (Smith, 2021, p. 20). Ademais, devido ao grande poder de difusão esses "relatos dos viajantes tiveram grande alcance" (Smith, 2021, p. 20).

No caso do Brasil, esses relatos se tornaram provenientes de uma circulação de saberes, e passaram a ser utilizados e amplamente divulgados pelo IHGB. Esses passaram a estar inseridos em obras que hoje são consideradas "clássicas" da historiografia brasileira. Como no caso de *Capítulos de História Colonial*, de João Capistrano de Abreu, onde o historiador reproduz relatos de viajantes, para "elucidar distintos aspectos da história nacional" (Franco, 2009, p. 02).

> O historiador estava preocupado em tomar os relatos como obras fornecedoras de informações, dados, fatos e costumes. Não é possível identificar, como é prática corrente hoje, o cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador. Desta maneira, certos preconceitos - de que estavam impregnadas as narrativas -, acabavam sendo transpostos para a obra historiográfica. A título de exemplo, um trecho de Spix e Martius é citado para tratar dos "dengues e requebros lascivos" das mulatas da Bahia, ao que Capistrano acrescenta o comentáriode que os mulatos eram "gente indócil e rixenta". (Franco, 2009, p. 04)

Para além do uso pelo IHGB, ressalto aqui o IHGRGS, o qual tratarei especificamente na próxima parte.

2. O IHGRGS e o uso dos relatos de viagem

> Os olhares dos viajantes guiaram a construção de imagens fundadoras do Rio Grande do Sul, em grande medida assimiladas e difundidas por autores importantes da historiografia regional. Considerando nosso objetivo, vale

> lembrar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico em 1922, que consolidou, por meio dos historiadores a ele vinculados e de seus estudos, o que se convencionou chamar de "historiografia tradicional gaúcha", tributária, em grande medida dos relatos inaugurais produzidos pelos cronistas do período colonial. Cabe ressaltar que esses intelectuais buscaram nas ciências sociais europeias os fundamentos teóricos de suas obras (Fleck, p. 274).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) foi criado em 1922 com o objetivo de promover e divulgar a história do estado, se tornando a principal instituição difusora de conhecimentos neste espaço, até a década de 1950. Sua antecedência remonta a 1853, quando João Lins Cansanção de Sinimbu (1810-1906), presidente da então antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, criou o Instituto Histórico da Província de São Pedro (IHGPSP), a partir dos moldes do IHGB em criar centros de estudos pelo país, para incorporar as histórias das províncias em uma narrativa oficial do Brasil.

Entretanto, devido ao afastamento de Sinimbu de seu cargo público, o IHGSP acabara por perder sua força. Em 1860, Manuel Marques de Sousa (1804-1875), barão de Porto Alegre, retoma a ideia de refundar o Instituto, sendo novamente ligado ao governo provincial da época. Com pautas liberais progressistas, eles enviaram comissários para as cidades mais importantes da antiga província para se construir um congênere do IHGB. Devido ao surto de cólera em Porto Alegre, nos fins de 1855 e início de 1856, e da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os trabalhos acabaram sendo finalizados. Após a Guerra, o cenário político ali já era outro, impedindo a criação de uma Instituição posta como cultural atrelada ao governo.

Portanto, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) só ocorreu em 1922 consolidando o surgimento da "historiografia tradicional gaúcha". Dentre os fundados do IHGRGS, cito aqui o político Afonso Aurélio Porto (1879-1945), o tenente Emílio Fernandes de Souza Docca (1884-1945), e o padre João Batista Hafkeymer, além do apoio decisivo do então governador Borges de Medeiros (1863-1961). Percebe-se portanto que a historiografia surgida ali perpassou por homens brancos considerados "importantes", provenientes de uma elite, onde seus ideais ligados às questões

militares e religiosas passam por uma valorização perante a historiografia, refletindo em disputas de poder para constituição de uma história para o estado.

Para além disso, essa historiografia muito utilizou dos relatos de viagem em seus textos, contudo privilegiando o uso fiel dessas obras, utilizando-as como fatos exemplares de como seriam a sociedade e cultura. Os teóricos não levaram em consideração todo o universo cultural o qual os viajantes estavam inseridos no momento de produção desses relatos, além de não analisá-las com criticidade.

> Embora sejam fontes fundamentais para o levantamento de dados qualitativos, uma vez que o viajante é um "observador atento e privilegiado", esses relatos devem, necessariamente, passar por um "crivo analítico" (...). Assim, para terem seu significado decifrado, os relatos dos viajantes devem, necessariamente, considerar a articulação texto e contexto (Fleck, p. 274).

Assim, a representação racializadora e estereotipada dos viajantes passa a ser utilizada e reproduzida como fato fidedigno para construção da história do Rio Grande do Sul. Para além de viajantes naturalistas, outro exemplo seria a obra do padre Antonio Sepp von Rechegg, descendente da aristocracia austríaca, tornou-se jesuíta e administrador de colônias jesuítas na América. Em *Viagem às Missões jesuíticas e trabalhos apostólicos,* obra original do século XVIII[6]*,* o padre relata seu trabalho de catequização dos povos indígenas, e apresenta suas representações sobre os mesmos.

Essa é uma das obras citadas pela historiografia clássica sobre o período das missões jesuítas no Rio Grande do Sul, e no caso "suas apreciações sobre os guaranis estão marcadas por um tom francamente jocoso, cuja divulgação deve ter dado sua parcela de contribuição na construção de uma imagem desqualificadora desses índios" (Fleck,p. 278).

Outro exemplo são os relatos produzidos pelo viajante e militar Félix Francisco José Pedro de Azara y Perera (1742-1821), que realizou diversas expedições no continente americano para conhecer a geografia, fauna e flora, e

[6] Uma das versões traduzidas e utilizadas na pesquisa: Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. Tradução de A. Reymundo Schneider; introdução por Wolfgang Hoffmann Harnisch. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, v. XI, 1973.

os "homens" que aqui viviam, sendo seus relatos, futuramente, citados pelo viajante Arsène Isabelle, e referenciados por Charles Darwin. Quando esse vai falar sobre os indígenas, fica clara a influencias de ideais raciais, os associando a animais selvagens. Ademais, sua análise e a construção de seu olhar sobre o Rio Grande do Sul é pautado em um universo cultural europeu, totalmente diferente do que vai encontrar:

> Ao referir-se aos indígenas, Azara não se desvinculou de seus (pré)conceitos, associando-os a selvagens e animais. Apesar de enfatizar que "hoy ninguna de estas naciones come carne humana" (AZARA, 1998. t. 2, p. 7) não descuidou de informar que encontravam-se no "estado más atrasado que el del primer hombre descrito por alguns sábios" (p. 8-13). (...) Para descrever a rusticidade e a falta de civilidade, Azara instituiu no desconhecimento de bailes, canções, instrumentos musicais, na "falta de religión, de educación, de leys, de recompensas, de castigos, de danzas" (p. 13, 21, 27). Essa percepção viria justificar a dominação e subjugação do índio selvagem, por não estarem aptos à convivência civilizada. (Fleck, p. 295)

Da mesma forma o viajante Arsène Isabelle, que ao se referir aos indígenas presentes nas antigas missões jesuítas, diz: "Essas Missões, diz o Snr. Rengger, têm sido, entretanto de utilidade para proteger os índios; mas em vez de os fazer entrar no caminho da civilização, a fim de um dia conseguir torná-los cristãos, os jesuítas não formaram senão autômatos, que eles exploravam para as suas conveniências" (Isabelle, 1983, p. 22). Nota-se então, a "preocupação" do viajante em relação à civilização que esses povos deveriam alcançar, sendo essa pensada de acordo com o molde europeu estabelecido. O viajante ainda os trata como "bugres, índios antropófagos" (Isabelle, 1983, p. 48), remetendo a ideia de que esses são seres selvagens.

O viajante Azara faz comentários sobre a nudez, sexualidade e casamentos que reforçam sua tese de que os povos indígenas seriam selvagens, principalmente no caso das mulheres. É importante se ater ainda ao momento pelo qual Azara passa pela região, sendo após expulsão dos jesuítas, o que provocou a decadência das Missões, levando a um processo de tentativa de retomada da cultura e costumes dos povos indígenas anteriores ao período de colonização.

Nesse momento muitos viajantes que passavam por ali, relatavam que

"era raro encontrar um homem a cavalo que não trouxesse a sua "china", ou seja, uma índia, montada à garupa" (Fleck, p. 296). Percebe-se que a "retomada" de seus costumes/cultura originária eram impossibilitadas pela violência, sendo nesse caso ainda perceptível uma romantização do estupro, já que essas mulheres indígenas passavam por violência física, moral e sexual para ficarem com seus "companheiros".

O uso desses trechos por teóricos, sem a criticidade necessária, influenciou o imaginário da população do Rio Grande do Sul, sendo inclusive utilizado em letras de música, como é o caso da música *Não chora minha china véia* do grupo Garotos de Ouro, lançada em 2001, onde em um trecho se diz: "Não chora minha china véia, não chora. Me desculpe se eu te esfolei com as minhas esporas", tratando dessa violência como algo "natural", dando ainda a ideia de que as mulheres indígenas estariam ali apenas para servir os homens, tendo que aguentar todos as violências caladas. A noção é de que os homens que a "levavam nas garupas" estariam salvando-as da vida selvagem, e elas deviam a eles favores por isso.

O viajante Saint-Hilaire, quando da sua passagem pela ainda então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, no início do século XIX, relata dados populacionais que lhe foramfornecidos por um guarda alfandegário, José Feliciano Fernandes Pinheiro, de que existiriam 31.000 brancos e 20.611 negros. Só de se constatar tais dados, deve-se indagar como pode a historiografia tradicional ter sido tão rasa ao tratar dos povos negros no sul do país, no sentido de invisibiliza-los.

> Em termos genéricos, a preocupação fundamental da historiografia neste período referia-se ao estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, seu passado político,no qual se destacavam estudos sobre brancos. (...) pouca ou nenhuma atenção deram ao estudo do negro. Tomaram como suas as afirmações do viajante francês Aguste de Saint-Hilaire em relação ao negro. (Gutfreind, 1990, p. 181)

O negro então foi tratado como inferior, "elemento degenerativo" e que deveria ser excluído da formação e história do estado, até que no final do século XX os novos estudos teóricos deram uma nova cara para historiografia gaúcha, passando a dar mais destaque a população negra e aos povos indígenas. A

mestiçagem era também muito criticada pelos viajantes, Saint-Hilaire chega a dizer que essa faria o Rio Grande do Sul perder sua "maior vantagem" que seria "possuir uma população sem mescla". Nesse sentido nota-se como o viajante estava respaldado dos ideais teóricos sobre raças superiores/inferiores e a miscigenação ser algo referente a degeneração.

Arsène Isabelle ao se referir à população negra, já os chama de "negros embrutecidos"(Isabelle, 1983, p. 59), construindo a ideia de que são um povo que se tornaram brutos e estúpidos, de que essa seria a condição imposta a eles perante as violências que sofrem na província, e a maneira como são tratados:

> Terei ocasião, mais adiante, de dizer algumas palavras sobre a sorte dos escravos, na província do Rio Grande. Viajantes que foram testemunhas da barbárie impiedosa dos colonos franceses e ingleses puderam achar o jugo dos escravos mais suportável, no Brasil; mas eu que vi negros livres, trabalhadores, fazendo viver os brancos, na categoria de homens, na República Argentina e Banda Oriental, peço me seja permitido achar sua sorte deplorável no Brasil e revelar a infâmia dos europeus que não têm vergonha de levar a imoralidade a ponto de fazer ainda clandestinamente o comércio de carne humana! (Isabelle, 1983, p. 61/62)

Infere-se ainda que o viajante já possuí alguns ideais contra a escravidão e toda a violência que os povos negros passavam, contudo, trata dos mesmos como passivos, de que esses estariam em uma condição inerente de serem escravizados ou mal tratados por serem negros: "os negros e mulatos são operários, quer dizer homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que têm necessidade de exercitar a sua inteligência, mas tem a desgraça de ser escravos e, sobretudo, deser negros" (Isabelle, 1983, p. 68).

Isabelle portanto percebeu os "códigos culturais locais e os significados de ser negro no Brasil" (Zubaran, 1999, p. 26), mas mesmo, em alguns poucos casos, tendo certo olhar "humanista" e que rompesse com o bloco ideológico das teorias em voga na Europa do século XIX, esses viajantes relatavam o negro como o "outro", em sentido de "oposição hierárquica aos valores dominantes da civilização europeia" (Zubaran, 1999, p. 29).

Outro ponto a se destacar são os próprios aspectos referentes a natureza, pois no século XIX os viajantes passam a ter uma visão menos negativa quanto

ao que encontravam no Brasil, embora continuassem a comparar com a Europa, e mostrar sua visão degenerativa em relação a população que aqui vivia.

Essa análise referente à natureza, clima, paisagens, também perpassa por todo um processo de poder. Lorelai Kury (2001) aponta para o conceito de “economia natural”, na qual esses relatos se enquadram, ou seja, toda descrição dos viajantes referente aos aspectos voltados a natureza, operam dentro de uma série de outras informações, que buscam dar legitimidade a “utilização” desses meios. Sendo portanto essa utilidade ligada a um ideal capitalista de exploração, produção.

O viajante Saint - Hilaire dizia que a paisagem do Rio Grande do Sul era “magnífica”, mas os homens já seriam bárbaros e selvagens. Já Arsène Isabelle dizia que não existia clima mais conveniente para os europeus do que o encontrado no Rio Grande do Sul, ou seja, elogia as condições climáticas, mas deixa claro que os europeus que teriam vantagem em viver ali. Desse modo é possível notar como os viajantes tinham olhar sobre a mesma referente a sua utilidade e exploração, numa tentativa inclusive de se alcançar a civilização e progresso. Nesse sentido, para se alcançar esse progresso, seria necessária a imigração de europeus para lidar com a natureza gaúcha, já que as pessoas dali não teriam capacidade para tal.

Ao abordar esta temática, destaca-se ainda a ênfase na natureza "agreste" que propicia um estilo de vida "rústico", como já delineado nas crônicas do coronel e engenheiro militar português Francisco João Roscio, presidente da então Capitania de Rio Grande de São Pedro, entre 1801 e 1803.: “O modo com que esta gente e povoadores costuma viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas, sem cômodos nem agasalho. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi” (Roscio Apud Fleck, p. 288).

A questão da natureza e da "fertilidade" das terras tornou-se ainda uma constante nos relatos de padres, engenheiros, militares e viajantes. Esses registros, que exaltam as condições naturais, a geografia, a fauna e a alimentação, foram amplamente utilizados pela historiografia tradicional para moldar a percepção do Rio Grande do Sul. Eles desempenharam um papel

crucial na construção da imagem desejada, influenciando a forma como se buscava apresentar a região. Ainda de acordo Prado (1999, p. 179) "a questão da natureza se faz presente na história das sociedades americanas e encontrou eco na construção de suas identidades".

Portanto esses relatos que valorizam os aspectos das paisagens tinham o intuito de demonstrar sua utilidade para exploração capitalista, pautando-se de descrições detalhadas sobre aspectos relacionados ao clima, flora, fauna, demografia, entre outros, construindo assim um imaginário acerca da natureza e suas "fontes de riqueza". Já no caso desses relatos utilizados pela historiografia, esses aspectos são valorizados no sentido de engessar uma identidade ligada as belezas naturais, e/ou ainda moldando uma perspectiva "rústica" e "simples" do gaúcho.

3. A construção da identidade una do gaúcho e suas consequências

De antemão é importante pontuar que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem por finalidade, desde sua criação, promover estudos voltados a História do estado, voltando principalmente a preservação da memória e identidade da população. Dentre seus sócios fundadores temos Emílio de Souza Docca, militar, "comprometido com as grandes questões de seu tempo, como a busca constante de uma identidade que refletisse o "caráter nacional" do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul" (Armani, 2012, p. 195), que por conta de sua carreira militar, sua obra demonstra grande afeição pelas Forças Armadas.

Vale ressaltar que a "identidade" que buscavam arquitetar, tinha caráter exclusivo, tornando-se inclusive objeto de disputa de poder;

> Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall, 2006, p. 59).

A partir daí pode-se perceber como os relatos de viagem foram utilizados pela historiografia gaúcha, para criar uma "identidade una", que vai tratar de

maneira racializada a população negra e os diferentes povos indígenas, colocando-os como inferiores, degenerativos, e excluindo os mesmos da formação sócio-cultural e histórica do estado, na medida em que ocorreu aspecto de valorização a uma figura una – o homem branco da elite.

A partir dos relatos utilizados pela historiografia, passou a se ter o enaltecimento da imagem do gaúcho como um rústico, simples, um forte. Para além disso, a construção do gaúcho como um corajoso, herói e com boas condutas militares, já que muitos relatos foram feitos em épocas de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, e outras lutas/guerras, como a Guaranítica e a Farroupilha.

> O crescente militarismo que caracterizou o início da década 1820, devido às contendas na Cisplatina, levou Saint-Hilaire a caracterizar os rio-grandenses como homens mais afeitos às lutas e dotados de coragem e de uma ética rudimentar, qualificando-os como extremamente corajosos e pouco dispostos à sujeição a uma disciplina regular. (Fleck, p. 306)

Com a criação do IHGRGS essas imagens passaram a ser incorporadas, moldando o queviria a ser o "gaúcho", sendo inclusive incorporado pela literatura fictícia como o "monarca das coxilhas", "centauro dos pampas", onde a "metade homem" teria os princípios da nobreza, e a "metade animal" representaria a força e bravura do gaúcho. Portanto, "a valentia, a hombridade, a defesa das causas justas e a perseguição dos ideais de liberdade estão presentes nas descrições sobre o meio e sobre o caráter feitas pelos cronistas dos períodos colonial e imperial, sendo responsáveis pelo delineamento ufanista rio-grandense" (Fleck, p. 307).

Em 1937, com a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, a escrita da historiografia gaúcha acabou se alterando. Isso se deu pois o governo dava ênfase a centralização do poder e construção de uma identidade nacional que fosse unificada, ignorado as proporções continentais do Brasil que deram origem a diferentes regiões com variadas culturas e identidades. Pelo regime ser ditatorial e autoritário, existia um controle das manifestações artísticas e culturais, priorizando então o que garantisse o fortalecimento do governo central e de sua identidade nacional unificada.

Nesse período portanto se tem um decaimento do regionalismo, suas manifestações eram desencorajadas ou até reprimidas, pois podiam atrapalhar o modelo pelo qual o governo central queria seguir. A partir daí, a historiografia passa a valorizar o gaúcho (o homem branco da elite) como defensor das fronteiras brasileiras na região do Rio Grande do Sul, e tratam da Revolução Farroupilha como um resgate da causa que seria defendida pelos farrapos: a república.

> Para tanto, o discurso desses primeiros escritos descreve a revolta encobrindo qualquer caráter separatista. Os farroupilhas seriam leais à nação, teriam apenas exigido mudanças na forma como a relação entre o centro e a província era fundada, incluindo a transformação do sistema político e produtivo (...) A memória da Revolução Farroupilha era transformada em ameaça velada, como um aviso de que aseparação do restante do Brasil poderia ser a solução eleita quando o federalismo não fosse respeitado. (Menegat; Zalla, 2011, p. 56)

A ideia da "Revolução", portanto, foi algo forjado pela própria historiografia que almejava moldar uma identidade ao gaúcho, primeiramente como um "bravo", e que posteriormente passou a ser ligada ao nacional. Outroponto é questionar se o conceito de Revolução se encaixa aos acontecimentos da então província gaúcha, pois uma revolução estaria ligada a transformações radicais nas estruturas sociais, econômicas e políticas, o que não aconteceu integralmente.

Seria essa então uma Guerra de Elite, pois a revolta pretendia negociar uma posição demaior prestígio para a elite gaúcha dentro do arranjo político do Brasil Império. A maioria dosapoiadores e financiadores da Guerra foram as pessoas ligadas a elite (que praticavam atividades ligadas à pecuária, ao comércio, à políticas e questões militares), que por conta de sua influência, conseguiam manipular outras camadas sociais para se envolverem na Guerra dos Farrapos diretamente. Muitos enviavam seus escravizados, os peões das grandes estânciase até mesmo indígenas para participar efetivamente na luta direta.

Giuseppe Garibaldi, italiano que foi nomeado comandante da marinha farroupilha, e é constantemente lembrado como o grande herói, escreveu sobre a população negra que participou das lutas: "A gente que me acompanhava era

uma verdadeira chusma cosmopolita, composta de homens de todas as nações e de todas as cores. Os americanos na sua maior parte eram negros livres ou mulatos e, via de regra, os melhores e mais fiéis" (Garibaldi, 1910, p. 66/67). É portanto, notório a participação efetiva da população negra nas disputas[7], mas que acaba sendo totalemente invisibilizada pela historiografia tradicional. De mesmo modo, não se veem símbolos de memória que os retratem, ou sua identidade incorporada ao "gaúcho guerreiro".

Nesse sentido passa-se a notar duas matrizes historiográfico-ideológicas que perpetuavam a história do estado, que se divergiam principalmente na maneira de retratar a "Revolução Farroupilha";

> Grosso modo, a primeira, chamada platina - e aplicável até as produções historiográficas pioneiras como a obra de Varela -, apontaria para as trocas econômicas e culturais entre o Rio Grande e o Prata e tenderia a reconhecer, em algum grau, o caráter separatista da Revolução Farroupilha; a segunda, nascida com o IHGRGS, lusitana, marcaria o vínculo da região com a nação,desenhando o gaúcho heroico como defensor da fronteira portuguesa, e posteriormente, brasileira, no sul da América, e reinseriria a Revolução no ciclo de revoltas regenciais, afirmando seu caráter nacional, patriótico e redentor, na medida em que seus anseios republicanos anteciparíam o destinomanifesto do país. (Menegat; Zalla, 2011, p. 61)

É ainda crucial ressaltar como, a partir de 1947/48, o movimento tradicionalista gaúcho[8] emerge e ganha força na região sul do país. Este momento marca o ressurgimento do regionalismo, retornando aos debates públicos, especialmente nos estados mais distantes da região central. Os novos meios de comunicação em massa tornam-se grandes aliados, utilizando amplamente o cinema e o rádio para proferir os discursos regionalistas.

> O projeto de 'invenção de tradições' posto, então, em prática no Rio Grande do Sul pelo movimento tradicionalista operara com representações sociais de longa duração,incluindo as imagens literárias e historiográficas construídas pela escrita erudita local já citadas aqui. Sua grande eficiência na 'conquista de almas',

[7] Ver mais sobre em *Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha (2008)*, de Raul Carrion.

[8] O movimento passou a ser construído por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. É uma associação civil que tem os objetivos de congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins para construir uma associação que permita padronização dos procedimentos e atividades realizadas, e preservação dos núcleos de formação gaúcha.

> ao longo da década de 1950, se dera tanto pela utilização da imprensa rio-grandense quanto pela nova perspectiva ritual de civismo gaúcho, ancorada no aparato simbólico desenvolvido para encenação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o que incluiu uma sociabilidade inspirada na hierarquia idealizada da estância, dividida entre patrão e peões, o uso do folclore para a criação de danças tradicionais e, também, a invenção de um modelo de mulher tradicionalista, a 'prenda', cuja indumentária não tinha sequer correspondência histórica com o trajar das 'gaúchas' de outrora. (Menegat; Zalla, 2011, p. 63).

Duas figuras ganham destaque nos discursos regionalistas e nas representações realizadas pela mídia e pelos CTGs, o militar-estancieiro, símbolo de conquistador, defensor de território, e o camponês, bucólico, símbolo da povoação, peão, lavrador da terra o que teria "construído" o Rio Grande do Sul e garantido a economia e origem da cultura regional. Tenta-se criar ainda a ideia de uma "Democracia Social Sulina" (Menegat; Zalla, 2011, p. 64), na tentativa de se construir uma memória sobre o senso de justiça e igualdade que fazia parte do gaúcho.

Ademais, a ideia da democracia racial[9], desenvolvida por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala (1933),* foi muito bem aceita por teóricos tradicionais e grande parcela da população, configurando a ideia de que a mesma identidade forjada pelo IHGRGS se aplicaria a toda população do estado de maneira igualitária. Contudo, sabe-se que essa historiografia tradicional não contempla os estudos sobre os povos indígenas, população negra, criando uma ideia de identidade atrelada somente à elite (econômica, política ou militar) branca sul-rio-grandense.

> Contudo, através desta ausência, deste espaço em branco, é que se pode aquilatar o universo ideológico que permeava os historiadores gaúchos. Suas preocupações eram político-econômicas, sua ideologia conservadora e elitista, sua proposta, a construção de uma identidade para o Rio Grande do Sul e o gaúcho, acima de tudo lusitana, mesmo que obtusa ou

[9] Em *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão,* Nilma Lino Gomes discute como "O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial" (GOMES, p, 57).

> incompleta. O concurso do negro e do indígena na formação social sul-riograndese teria que aguardar uma outra conjuntura histórica no curso da História sulina. Oxalá, para tanto, estejamos aqui (Gutfreind, 1990, p. 185).

Nesse sentido, a partir da invisibilização e representação racializadora da população negra e povos indígenas pela historiografia tradicional, influenciados pelo uso fiel dos relatos de viagem, esses grupos étnicos não foram incorporados diante da imagem que se construiu sobre a identidade sul-riograndense. Sendo essa valorizadora do "gaúcho" como um homem branco, ligado a elite, sendo esse um "bravo e justo". A partir da década de 80, com novas correntes historiográficas e advento de novos estudos, esses grupos passaram a ter atenção e serem incorporados. Contudo, sabe-se que o caminho ainda é longo para total inserção dos mesmos, para além da luta contra o racismo sofrido cotidianamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias raciais ganharam força a partir do século XIX, momento em que muitos viajantes naturalistas passaram a vir para América realizarem suas expedições, com diferentes objetivos. Em seus relatos, é notável a influência desses discursos racializadores que acabaram ganhando espaço notório dentro de instituições científicas e academias, e permearam dentro do imaginário social da população.

Os relatos que esses viajantes escreviam eram altamente difundidos, colaborando para perpetuação de uma representação degenerativa e estereotipada sobre as populações que viviam na América, principalmente voltado aos povos indígenas e negros. A partir da circulação de saberes, esses relatos também passaram a ser utilizados por instituições brasileiras.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado com objetivo de resgatar e registrar a "verdadeira" história do Brasil, formando assim memória e identidade nacional. Nesse momento, sabe-se que os destaques eram voltados aos grandes heróis da pátria (homens brancos, da elite, normalmente voltados também as questões militares). Nesse momento Francisco Adolfo de Varnhagen escreve sua clássica obra *História geral do Brasil (1854),* onde utiliza

de relatos de viagem como respaldo sobre como a sociedade era, tinha-se portanto a necessidade de elaborar uma história que fosse verdadeiramente brasileira, una, que reforçasse a hegemonia da raça branca sobre a negra e a indígena (Varnhagen, 1849).

Para além dessa obra, pode-se citar outras clássicas como *Capítulos de História Colonial (1907)*, de João Capistrano de Abreu, *Raízes do Brasil (1936)* e *História geral da civilização brasileira (1960),* de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala (1933),* de Gilberto Freyre, onde os relatos de viagem aparecem como uma apropriação fidedigna: "a apropriação feita nos trabalhos mencionados é diversa, mas há uma atenção especial do historiador à descrição dos costumes e à coleta dos dados e informações, além de buscar uma ambiência histórica particular" (Franco, 2009, p. 06).

No caso do Intituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), pode-se perceber que o mesmo também incorporou dos relatos para se tratar da história do estado, e da constituição de uma identidade una do gaúcho. Devido a influência de grupos ligados a política, e setores militares, foi privilegiada uma identidade que perpetuasse as representações de homens brancos da elite, sendo essa excluídora de certos grupos étnico-raciais (população negra e povos indígenas), ou ainda representando-os como inferiores em relação a imagem do "gaúcho bravo e justo" que se forjou.

As mesmas teorias raciais que influenciavam os viajantes naturalistas, acabaram por circular nesses espaços e se difundiram a partir de uma historiografia tradicional gaúcha que perpetuou essas representações racializadoras. Na medida em que essas representações foram utilizadas para difundir a imagem/identidade que se queria ter do "gaúcho", acabou se excluindo grande parcela da população dessa identificação com seu lugar e história, acarretando dívidas presentes até os dias de hoje, onde o racismo estrutural tornou-se uma das consequências diárias vividas por tais grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Carlos Henrique. A História da Historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 05, n. 02, p. 193-207, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. Leach, Edmund et Alii - **Antropos-Homem.** Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. **Memória e Sociedade.** 2 ed. 1990.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVIIao XIX). **Da terra de ninguém à terra de muitos.** v. 01, p. 273-307.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX).** Departamento de História da USP, 2009.

GARIBALDI, Giuseppe. **Memórias.** Buenos Aires: Biblioteca de "La Nación", 1910.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-64, 2005.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS. Jul-Dez, p. 175-187, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Tradução e notas de Dante de Laytano. 2 ed, Porto Alegre: Martins livreiro, 1983.

KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas do século XIX. In: **Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2001.

LAYTANO, Dante de. Biografia e viagens de Arsène Isabelle. In: ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Tradução e notas de Dante de Laytano. 2 ed, Porto Alegre: Martins livreiro, 1983.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49-70, 2011.

PRADO, Maria Lígia Coelho, ***América latina no século XIX: tramas, telas e textos*****,** São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

RAJ, Kapil. (tradução: Juliana Freire). Além do colonialismo... e pós positivism: circulação e a história global da ciência. **Revista Maracanan**, n. 13, 2015.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras, 6º ed. São Paulo, 2005.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas.** Curitiba: Editora UFPR, 2021.

SPILLER, Gustav (Org.). **Papers on inter-racial problems communicated to the first Universal Races Congress**. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (2016) [1849]. Memorial orgânico**:** uma proposta para o Brasil em meados do século XIX**. Ensaios introdutórios de Arno Wehling.** Brasília: FUNAG, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. ***Democracia contra o capitalismo*: a renovação do materialismo histórico.** Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 12, 1999.

Recebido em 03/10/2024

Aprovado para publicação em 16/12/2024

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"A CIÊNCIA DESSE POVO EU NÃO GUARDO SÓ PRA MIM"
O discurso médico nos manuais de fazendeiros fluminenses do século XIX

"THE SCIENCE OF THESE PEOPLE I DON'T KEEP TO MYSELF"
The medical discourse in Fluminense farmers' manuals from the 19th century

ANNE THEREZA DE ALMEIDA PROENÇA [1]

RESUMO

O artigo tem o objetivo de investigar como a questão da assistência à saúde se apresenta em manuais escritos por fazendeiros do interior da Província do Rio de Janeiro para seus pares ao longo do século XIX. Consideramos que os proprietários mais abastados já possuíam em suas bibliotecas este tipo de produção importadas de locais cujo contexto de produção era semelhante àquele vivenciado no Brasil oitocentista. Defendemos que eles utilizavam estes manuais como guias, que os ensinaria a atravessar possíveis crises e a administrar da melhor forma suas unidades produtoras de café, voltado para o mercado agroexportador internacional. E que, a partir da sua vivência com a lavoura, passaram a registrar suas experiências seguindo este modelo de livro, mas revelando as especificidades do local. Por isso, podemos entender estas obras também como um retrato de importantes questões presentes nas sociedades nas quais seus autores estavam inseridos no momento de sua produção, inclusive da crescente incorporação do discurso médico-científico e sua utilização prática nas atividades cotidianas à época.

Palavras-chave: Manuais. Fazendeiros. Interior Fluminense. Assistência à Saúde. Século XIX.

ABSTRACT

The article aims to investigate how the issue of health care is presented in manuals written by farmers from the countryside of the Province of Rio de Janeiro for their peer group throughout the 19th century. We consider that the wealthiest owners already had this type of production in their libraries, imported from places whose production context was similar to that experienced in nineteenth-century Brazil. We argue that they used these manuals as guides, which would teach

[1] Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail: proenca.anne@gmail.com

them how to overcome possible crises and how to best manage their coffee producing units, aimed at the international agro-exporter market. And that, based on their experience with farming, they began to record his experiences following this book model, but revealing the specificities of the place. Therefore, we can also understand these works as a portrait of important issues present in the societies in which their authors were inserted at the time of their production, including the growing incorporation of medical-scientific discourse and its practical use in everyday activities at the time.

Keywords: Manuals. Farmers. Countryside of the Province of Rio de Janeiro. Health Care. 19th century.

INTRODUÇÃO

Iniciamos o título deste artigo com um verso do samba-enredo[2] que embalou o desfile de 2024 do G.R.E.S. Unidos do Porto da Pedra no grupo especial do carnaval do Rio de Janeiro. *Lunário Perpétuo: a profética do saber popular* foi o enredo escolhido pela escola de samba do município de São Gonçalo/RJ, desenvolvido pelo carnavalesco Mauro Quintaes e pelo enredista Diego Araújo, e conta a história do *Lunário Perpétuo*, um almanaque espanhol escrito por Jerônimo Cortés em 1594 e que 200 anos depois chegou ao Brasil.

Ilustrado por xilogravuras, foi reeditado várias vezes, adequando os conteúdos às transformações no pensamento social e aos locais em que era introduzido. Nele era possível encontrar uma variedade de temas: agricultura, a influência do ciclo lunar, comportamento de insetos na plantação, remédios caseiros, simpatias, previsões do tempo, astrologia e até doutrina cristã. Segundo Mauro Quintaes (2023), “o maior folclorista brasileiro, Câmara Cascudo, nos ensina que o *Lunário Perpétuo* foi o grande livro companheiro de tanta gente sofrida e trabalhadora do Nordeste. A obra alfabetizou, orientou e guiou muitos nordestinos” (Quintaes, 2023, s/p.).

Mauro Quintaes (2023) classificou o *Lunário Perpétuo* como um “orientador da vida” (Quintaes, 2023, s/p.) naquela realidade. Da mesma forma que os manuais escritos pelos fazendeiros de café do interior da Província do

[2] Samba-enredo composto pela parceria de Guga Martins, Passos Júnior, Gustavo Clarão, Lucas Macedo, Leandro Gaúcho, Clairton Fonseca, Richard Valença, Gigi da Estiva, Abílio Júnior, Marquinho Paloma, Cristiano Teles e Ailson Picanço.

Rio de Janeiro, já no século XIX foram guias para os demais proprietários envolvidos no mercado agroexportador. Em geral, a tipologia dos manuais possuía esta característica principal: levar diversos ensinamentos que seriam úteis aos seus leitores através de uma linguagem acessível, seja ela textual ou iconográfica. Estas obras, portanto, ampliaram a circulação do pensamento científico e o introduziram nas atividades cotidianas de diferentes sociedades. A ciência não estaria mais guardada com seu público especializado, mas em diálogo direto com os conhecimentos populares. E, por isso, a escolha por este título.

Diferentemente do *Lunário Perpétuo*, os manuais direcionados aos fazendeiros, tema central deste artigo, não possuíam uma gama tão variada de assuntos em suas páginas. Buscavam responder às suas principais demandas, através das experiências pessoais dos autores, em diálogo com conhecimentos recebidos por obras produzidas por pares ou por médicos, como destacaremos neste trabalho. Com isso, os proprietários puderam compartilhar os êxitos em suas unidades produtoras com outros fazendeiros, que adquiriam estes manuais e os utilizavam como norteadores. E entre as obras de proprietários-autores fluminenses[3], escolhemos para a análise aqui proposta o *Manual do Agricultor Brasileiro* (1839), de Carlos Augusto Taunay (1791-1867); *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (1847), de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1785-1861); *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870), elaborado pelos filhos de Antônio Clemente Pinto (1785-1869), 1º barão de Nova Friburgo, segundo Rodrigo Marreto (2019).

Porém, antes de se tornarem escritores, como veremos mais à frente, os grandes fazendeiros eram consumidores de vários tipos de literatura. E conhecer uma biblioteca diz muito sobre seu proprietário: os motivos que o levaram a comprar uma determinada obra, os interesses nas temáticas mais recorrentes e até mesmo sua condição financeira, a partir do preço dos livros adquiridos e de sua procedência. Por isso, mais do que as informações intrínsecas, os livros revelavam características de quem o escrevia, do contexto de produção e do seu público-alvo, como observaremos nos manuais.

[3] Gentílico referente ao Estado do Rio de Janeiro.

Cabia aos leitores, portanto, a "escolha dos livros a serem introduzidos no espaço doméstico" (Bessone, 2014, p. 50), de acordo com seus interesses imediatos, questões morais e culturais, como uma forma de censura pessoal. E, destas escolhas, formariam as leituras cotidianas. Seja de entretenimento, as quais os "amigos poderiam ler e, ao mesmo tempo, acompanhar um jogo de bilhar" (Bessone, 2014, p. 105); ou para nortear as atividades em suas fazendas, a fim de torná-las ainda mais eficazes.

Podemos inserir os manuais num movimento denominado de *vulgarização da ciência*, no qual a transmissão de diversos tipos de conhecimentos científicos deveria estar integrada ao cotidiano daqueles que receberiam estas informações (Kodama, 2019). Os manuais partiam de um discurso original, sendo seus autores como mediadores, que identificavam os problemas e buscavam respondê-los em suas publicações se baseando nas experiências pessoais e/ou nos conhecimentos científicos introduzidos e ressignificados em seu cotidiano. Era sua função adequar sua escrita ao público que desejava atingir. Além de uma narrativa clara e didática, melhorias técnicas nas publicações também possibilitaram uma maior qualidade na chamada linguagem gráfica das publicações. Entre elas, a inclusão de imagens, o que facilitava ainda mais a transmissão e visualização das recomendações presentes neste tipo de obras (Fonseca, 2018).

Por isso, assim como afirma Rafael Marquese (2004), os manuais se transformaram em documentos privilegiados, que oferecem para a historiografia várias possiblidades de investigar as diversas esferas da sociedade nas quais foram escritos ao se disporem a responder às questões consideradas mais importantes nos momentos de sua produção ou reedição. Além disso, devemos levar em consideração que estas publicações são interpretativas, ou seja, frutos do local de observação e da experiência vivida por seus autores. Dentro de um mesmo manual, portanto, encontramos "olhares estrangeiros, olhares médicos, olhares religiosos, olhares nobres" (Rodrigues, 2011, p. 49). Estas obras refletem imagens e representações comuns às sociedades nas quais foram produzidas, com o intuito de transmiti-las, como "verdadeiras educadoras", fazendo parte de um conjunto de impressos que seriam "meios de instrução e educação, veículos de civilização" (Bessone *et. al.*, 2016, p. 8). São publicações, portanto, que nos

revelam bem mais do que o conteúdo trazido em suas páginas. E, neste artigo, trabalharemos com elas a partir do viés da História da Saúde.

Dentro de um contexto em que a medicina buscava alcançar o monopólio das artes de curar, observamos que os médicos e seu discurso científico ganharam cada vez mais espaço nesta modalidade de literatura, sendo uma ferramenta para disseminar suas teorias e, assim, mais um meio de construir demandas para sua atuação junto aos fazendeiros, que lhes forneceria o capital financeiro e, principalmente, o social. Assim, ao mesmo tempo em que eram consumidores do que era produzido nos círculos científicos europeus, mantendo-se atualizados das novidades científicas, os médicos buscavam adequar este seu conhecimento às necessidades da região em que escolhiam atuar (Edler, 2002).

Os manuais contribuíram para consolidar no Brasil um "ambiente de intensa circulação de ideias, com o surgimento progressivo de publicações como panfletos, periódicos especializados, jornais diários e livros, entre tantos outros produtos impressos" (Bessone *et. al*., 2016: 8). Ressaltamos ainda que os impressos não eram agentes passivos, que apenas registravam a história, mas também eram colocados como atores, que transmitiam as opiniões e valores daqueles que os produziam, buscando moldar os pensamentos do seu público-alvo.

1. OS MANUAIS AMPLIARAM A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA PELO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Segundo Ricardo Salles (2008), mais do que um recorte espacial caracterizado pelos municípios que compõem a bacia do Rio Paraíba do Sul [4], ou por sua importância econômica e política por todo século XIX, devido à exportação do café, a região denominada Vale do Paraíba se caracterizou pela formação de uma elite agrícola, que buscava aproximar seus hábitos e estilo de vida da cultura dos grandes centros do Brasil e principalmente da Europa. A população deveria se portar de acordo com a nova posição que ocupava no

[4] O Rio Paraíba do Sul nasce no município de Areias, no interior do estado de São Paulo, e desemboca no mar de Campo dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Império brasileiro, seguindo o desejo de construção de uma nação civilizada. Para acompanhar este movimento, definimos como fio condutor os fazendeiros da parte do Vale localizada no interior da Província do Rio de Janeiro, que se consolidou como palco da grande exportação de café até a abolição da escravatura em 1888, momento em que a Província de São Paulo já assumia este protagonismo agrícola no mercado internacional.

Com a formação da classe senhorial escravista fluminense, a partir de "hierarquias internas situacionais e simbólicas" (Salles, 2008, p. 53), a região, antes isolada serra acima, se aproximava do litoral considerado civilizado. As fazendas, mais do que unidades produtoras de café, tornaram-se núcleos a partir dos quais se irradiavam estas noções de civilidade que seguiam "a direção moral e intelectual que emanava do Estado" (Salles, 2008, p. 53). Os grandes cafeicultores se tornaram verdadeiras autoridades locais, construindo sua rede de contatos, moldada por suas relações com os demais setores com quem conviviam, de modo a reafirmar sua posição social naquela localidade.

Defendemos que os proprietários do Vale do Paraíba Fluminense inicialmente adquiriram manuais produzidos desde o final do século XVIII que relatavam experiências de outras importantes zonas de exportação de produtos agrícolas, como as colônias inglesas e francesas no Caribe, para serem seus guias na condução das atividades de suas unidades produtoras. Consideramos ainda que momentos de transformações e incertezas faziam com que os fazendeiros intensificassem a procura por respostas em experiências semelhantes, que estavam registradas nestas publicações.

Em relação ao interior fluminense, destacamos dois destes momentos: a remodelação física e social da região a partir do seu auge produtivo e enriquecimento, principalmente a partir da segunda metade do século XIX; e a extinção ou eminente fim do tráfico internacional de escravizados, a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Neste contexto, recorreram aos manuais que, entre seus objetivos, reuniam

> [...] normas para a adequada gestão de uma propriedade escravista. Elas incluíam conselhos diretamente ligados às questões agronômicas, reuniam informações sobre a caracterização e tratamento de doenças e, especialmente, alternativas de conservar, ou menos suprir, uma possível falta

> de mão-de-obra escrava com o fim da importação de cativos africanos, através de suas próprias experiências (Rodrigues, 2011, p. 10 e 11).

Neste artigo, escolhemos analisar os manuais produzidos por influentes fazendeiros fluminenses, a partir das questões de saúde trazidas por eles. Porém, para enriquecer este trabalho, consideramos ser importante fazer uma breve apresentação sobre as obras escritas por médicos, já que também são enaltecidas pelos proprietários-autores em suas publicações.

Os manuais escritos por médicos tinham como objetivo ensinar ao leitor a "tratar da saúde do corpo através de uma série de princípios higienistas; tratar do espírito através de uma educação moral-religiosa rígida; e tratar da natalidade através dos cuidados com as grávidas, com os recém-nascidos e do incentivo a formação de famílias" (Rodrigues, 2011, p. 56). Seguindo o objetivo de construção de uma nação civilizada por parte do Império brasileiro, como citamos anteriormente, estes manuais eram mais um meio pelo qual serão disseminados os bons costumes e condutas, de acordo com os conceitos de higiene e com as regras sociais definidas.

Os chamados *manuais de medicina popular*, escritos por médicos, foram sendo introduzidos nas bibliotecas das casas-grandes ao mesmo tempo em que a conservação da saúde se tornava um item essencial para o bom funcionamento das fazendas. Eram indicados como fonte de consulta, mas não como forma de substituição da presença do médico em casos de enfermidade (Proença, 2022).

Desta forma, os médicos-autores buscavam

> elucidar as atribuições da ciência, com informações corretas dentro do contexto do período, e aglutinar os leitores contra o charlatanismo, além, é claro, de introduzir as noções de medicina de forma inteligível aos leigos. Estes três princípios, de cunho civilizador, serviram de tema para a maioria dos prefácios (Guimarães, 2003, p. 48).

Quanto à estrutura, estas publicações eram comumente divididas em temas e verbetes, muitos deles em ordem alfabética, no qual eram transmitidas todas as informações que os autores julgassem necessárias para que o leitor tivesse condições de reconhecer determinada enfermidade, "depois tratando particularmente de cada uma e por fim, indicando um tratamento, que quase

sempre era uma solução higiênica" (RODRIGUES, 2011: 76). O *Higienismo* foi a teoria médica que dominou o pensamento científico-acadêmico do século XIX.

Segundo esta corrente, os denominados *maus ares* ou *miasmas* teriam influência direta na salubridade ou na propensão à disseminação de doenças. De acordo com Luiz Otávio Ferreira (2009), o médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) foi um dos principais responsáveis pela "tradução local" do higienismo, durante o período de institucionalização da medicina no Brasil e dos periódicos especializados. Para Sigaud, os trópicos tinham a temperatura elevada e sua umidade como principais agentes causadores das patologias, por possibilitarem a produção de emanações miasmáticas e a contaminação atmosférica. Porém, poderiam alcançar a salubridade, através da amenização dos efeitos de seu clima, a partir das medidas higienistas, como a limpeza do espaço e do corpo. O que contribuiu para uma crescente influência do discurso médico em diversos âmbitos da sociedade oitocentista (Proença, 2017).

Apesar de fornecer todas as informações de forma didática, os médicos-autores orientavam o leitor das vantagens de procurar os serviços do seu grupo profissional sempre que fosse preciso. Mas, caso não fosse possível, os autores garantiam que os leitores poderiam definir um diagnóstico, assim como aplicar a terapêutica que fosse recomendada através dos ensinamentos contidos naquele manual (Guimarães, 2003). Portanto, a par destes conhecimentos, os proprietários deveriam atuar como complementares dos serviços médicos e não como seus substitutos.

Conhecer as enfermidades por meio destes manuais, possibilitava que os fazendeiros fizessem os diagnósticos mais precisos possíveis dentro do seu limite de conhecimento à época. E, num período em que os cativos eram vistos como propriedades, garanti-lhes a saúde apresenta-se como ferramenta essencial para a manutenção da riqueza dos fazendeiros. Por isso, as enfermidades que mais os acometiam eram motivo de preocupação e ganhavam destaque nas bibliotecas particulares dos proprietários, assim como a higienização dos espaços e a organização de uma jornada de trabalho, que combinaria produtividade e fortalecimento do organismo (Proença, 2022). A saúde "revelava-se como um elemento de reordenação das relações entre

senhores e escravos" (Rodrigues, 2011, p. 71). E mesmo que os proprietários desconfiassem que os seus cativos estivessem fingindo uma enfermidade em busca de dias de descanso das suas árduas tarefas e melhores refeições, "não podiam negar esses tipos de concessões para garantir a conservação de sua mão-de-obra" (Rodrigues, 2011, p. 71).

Ainda mais quando foram colocados em uma situação de incertezas, como a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), citada anteriormente. A consequente diminuição da disponibilidade de reposição de mão-de-obra cativa e o aumento gradativo do seu preço obrigou os megas e grandes proprietários, ou seja, aqueles que possuíam mais de 100 ou 90 escravizados respectivamente, a buscarem alternativas para prolongar a vida útil dos escravizados nos seus plantéis (Proença, 2022).

O mercado de livros tinha nas áreas profissionais um grande nicho de vendas. E com a área da medicina não seria diferente, devido a uma sociedade cada vez mais receptiva e curiosa sobre as questões de saúde e do funcionamento do corpo. Assim, os manuais escritos por médicos encontraram um ambiente fértil para sua divulgação inclusive nas obras cujos autores eram os fazendeiros. Eram indicados como indispensáveis para se ter em todas as propriedades por ensinarem a diagnosticar e a cuidar de enfermidades, de acordo com os princípios da medicina acadêmica, enquanto se aguardava a chegada de um profissional (Proença, 2022).

Estas publicações ainda recomendavam que os proprietários deveriam estar a par de tudo que acontecia em suas terras e com seus cativos. Deveria ser função do fazendeiro garantir os cuidados necessários para que os escravizados se mantivessem aptos aos serviços a eles destinados. Seguindo estas recomendações, observaremos que os proprietários-autores descrevem a ciência médica em seus manuais já adaptada aos seus afazeres e realidades numa unidade agrícola, cuja utilidade seria então bem mais compreendida e absorvida pela sociedade, despertando o interesse público, independente do seu grau de sua idade e grau instrução.

De acordo com Maria Regina Cotrim Guimarães (2003), "a medicina acadêmica, ainda que exercida pelos fazendeiros, estava se disseminando e convivendo com as demais práticas médicas populares, já velhas conhecidas

dos próprios senhores, dos escravos e dos colonos pobres" (Guimarães, 2003, p. 30). Consideramos, por isso, que os manuais também foram uma ferramenta para que os médicos conseguissem criar mais demandas para seus serviços, a partir de divulgação e ensinamento das suas teorias científicas e indicação de métodos de tratamentos que garantiam ser os mais eficazes (Proença, 2022).

Os manuais escritos por médicos também tratavam diretamente de aspectos da saúde dos escravizados, enfatizando as recorrentes enfermidades e os tratamentos caseiros que poderiam ser facilmente administrados para eles. Assunto que interessava aos grandes proprietários do Vale do Paraíba Fluminense, ainda mais após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850). Diferentemente das teses apresentadas pelos médicos no momento de sua formação à época, os manuais traziam as questões da saúde dos cativos como tema central das publicações e não como argumentação à outra ideia a ser defendida (Pôrto, 2006).

Seguir as recomendações dos manuais desenvolvidos por médicos era uma escolha dos proprietários, dentro de um leque de opções de praticantes de cura bastante disseminados e incorporados à cultura do interior. Com isso, estabeleciam uma ponte entre o saber científico e às necessidades de assistência à saúde do interior fluminense, e dotavam de credibilidade o trabalho destes profissionais em suas redes de interdependência. Inicialmente introduzidas nas fazendas cujos proprietários eram letrados e possuíam maior poder aquisitivo para adquirir estas obras e implementar suas recomendações, consideramos que as informações também poderiam ser disseminadas pela prática e pela oralidade, levando "o médico e a medicina aos lugares nos quais eles não eram encontrados facilmente" (Rodrigues, 2011, p. 82), caso produzissem resultados significativos.

Os clínicos se colocavam presentes no cotidiano dos leitores a fim de afastá-los das práticas populares de cura, as quais muitos ainda recorriam. Seguiam um movimento maior de institucionalização e popularização desta ciência, que vinha das academias e instituições de ensino, assim como da introdução dos bons hábitos, que deveriam ser cada vez mais próximos aos grandes centros considerados civilizados.

2. A ASSISTÊNCIA À SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA BOA GESTÃO DOS COMPLEXOS CAFEEIROS FLUMINENSES

Como apresentamos até então, por serem publicações de interesse da elite agrária, consideramos que os manuais ganharam prestígio no Vale do Paraíba Fluminense. E, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências singulares dos fazendeiros que ali residiam, a região foi palco também da produção de novos guias. As obras produzidas pelos próprios fazendeiros tinham como objetivo principal transmitir entre seus pares os métodos que consideravam mais eficazes para a administração de uma grande unidade produtora. As páginas destas obras recebem uma rica descrição das atividades, dos modos de plantio, da organização e utilização dos prédios da fazenda e da relação com os escravizados e demais atores que conviviam nestes espaços.

Os proprietários-autores eram autodidatas e buscavam "conferir credibilidade a suas propostas e reforçar, podemos dizer, sua consciência como grupo" (Fonseca, 2018, p. 646), o que contribuía para legitimar as experiências que registravam em seus manuais. Cada autor escrevia de acordo com sua percepção da sociedade em que estavam inseridos. Por isso, os conhecimentos transmitidos não eram apenas técnicos, mas envolvidos pela influência social na qual se desenvolviam.

Em suas páginas, os autores procuravam responder às principais demandas encontradas por eles enquanto fazendeiros, o que nos permite entender o contexto em que estavam inseridos, assim como o pensamento compartilhado à época. É imprescindível, portanto, que se olhe além do foco principal destas fontes. Compreender quem e quando foram escritas, assim como o seu público-alvo, também nos fornece informações sobre as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e sociais que envolviam estas obras, tudo através de um vocabulário popular da época. Por isso que, estes manuais se transformaram em importantes fontes históricas ao nos fornecerem informações sobre práticas de gestão anteriores e as novas práticas propostas para organizar e otimizar a produção agrícola escravista (Marquese, 2004).

Segundo Eduardo Silva (1985), houve um primeiro ciclo de manuais escritos pelos patriarcas das famílias pioneiras na produção do café no Vale do Paraíba Fluminense, que se encerrou na década de 1860. Posteriormente, são produzidos trabalhos, até mesmo críticos, “em relação aos métodos agrícolas tradicionais e às práticas rotineiras que esgotavam a terra e levavam ao colapso econômico” (Silva, 1985, p. 16). Nas reedições dos manuais, havia uma tendência em adaptar o conteúdo original às demandas que fossem surgindo, para que continuassem sendo úteis aqueles que recorriam a estas publicações. E isto acontecia por meio de notas e comentários inseridos por seus autores ou, se já fossem obras póstumas, pelos editores responsáveis.

Os manuais escritos por proprietários tinham uma estrutura bem semelhante entre si, o que acabava facilitando sua compreensão por parte dos leitores. Além das questões de saúde, que guiarão a análise a seguir, estavam presentes também em suas páginas métodos de plantação e engenharias agrícolas, e recomendações para a melhoria nas condições de vida dos escravizados: alimentação, vestuário, jornada de trabalho, moradia. A gestão da escravaria deveria estar pautada num equilíbrio entre concessão e disciplina. O enriquecimento da região do Vale do Paraíba Fluminense proveniente da agroexportação do café, principalmente na segunda metade do século XIX, possibilitava um investimento maior na estrutura das fazendas, ao mesmo tempo em que era necessário prolongar a vida útil da mão-de-obra cativa, devido a Lei Eusébio de Queiroz (1850) (Proença, 2022).

Os proprietários fluminenses, que já consumiam este tipo de publicação em situações de grandes dúvidas, apostando nas bem-sucedidas experiências descritas naquelas páginas, passaram a elaborar “um modelo de administração dos escravos que regiam minunciosamente todos os aspectos da vida da escravaria e que poderia ser utilizado por qualquer fazendeiro” (Rodrigues, 2011, p. 28) E não apenas para a resolução de problemas privados, mas em relação a administração político-econômica como um todo.

Por isso, os manuais escritos por eles

> poderiam estar articulados à sociedade e a diversos outros atores, contemporâneos seus ou não, formando uma corrente que se influenciavam e que procuravam responder

> racionalmente às questões que consideravam mais urgentes, como a manutenção da escravidão (Rodrigues, 2011, p. 29).

E esta manutenção do sistema escravista também envolvia negociações entre os escravizados e os senhores, numa tentativa de evitar/adiar o fim da ordem escravista e o perigo de grandes revoltas vistas em outros espaços de agroexportação, como foi o caso da chamada Revolução abolicionista do Haiti (1804). Neste tópico, enfatizaremos fornecimento de assistência à saúde como uma destas ferramentas de negociação. Por isso, as enfermidades que mais acometiam os escravizados eram motivo de preocupação e ganhavam destaque nos manuais, assim como a higienização dos espaços e a organização de uma jornada de trabalho, pautada em produtividade e controle sobre a escravaria. A assistência à saúde é colocada como prioridade, tanto pela questão humanitária quanto pela questão econômica, que deveria ser de praxe em toda administração (Proença, 2022).

A dependência da mão-de-obra escravizada para a manutenção da economia e dos lucros das grandes *plantations* à época revelava a preocupação dos autores dos manuais em defender este regime. Um dos principais argumentos utilizados era que a raça negra seria inferior física e intelectualmente e, por isso, necessitava dos cuidados e da orientação dos brancos. Uma gestão de terras, propriedades e escravaria, baseada num pensamento paternalista, passou a ser compartilhada entre os agricultores da época, tal como também defendeu Carlos Augusto Taunay, em seu *Manual do Agricultor Brasileiro* (1839). E por ele iniciaremos a análise dos manuais produzidos pelos fazendeiros fluminenses.

Este manual foi um dos primeiros impressos no Império brasileiro, recebendo duas edições em 1839. Porém, nestas reedições não foram incorporadas informações adicionais ao *Manual do Agricultor Brasileiro*. É uma obra feita a partir do olhar de um francês naturalizado brasileiro sobre a realidade na qual passou a estar integrado, após se tornar administrador de um sítio de sua família na Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, no qual cultivavam café. Este manual, portanto, também foi escrito com base na experiência de Taunay com agricultor, mas carregando consigo um pouco das suas outras atividades: militar e periodista, autor de artigos em jornais e revistas (Marquese, 2001).

Taunay indica que seu manual é uma forma de suprir a falta de trabalhos adequados à realidade dos agricultores brasileiros, já que “a legislatura, o governo e as câmaras provinciais não encomendam a homens de saber e experiência tratados e escritos que difundam as teorias e bons métodos” (Taunay, 1839, p. 8). Compreende como seu público-alvo os senhores de engenho, fazendeiro e lavrador, por apresentar um panorama sobre a agricultura existente no Brasil e tudo que está envolvido nesta produção.

O autor inicia os capítulos de sua obra abordando as influências para se escolher os gêneros de cultura a serem produzidos na fazenda, assim como a melhor localidade e terreno para eles. Mas logo nos capítulos seguintes observamos que a administração dos escravizados é o seu assunto central. Temendo uma revolta escravizada, tal como aconteceu em São Domingos (Haiti), que levaria a um colapso econômico e político semelhante ao daquela antiga colônia francesa, os manuais brasileiros refletiam uma preocupação com a manutenção da ordem, como citamos anteriormente.

No terceiro capítulo, Taunay apontou algumas das regras que considerava indispensáveis para o bom funcionamento da fazenda e para uma relação harmoniosa com os escravizados. São elas referentes ao alimento, vestuário, habitações, tarefas a serem realizadas diariamente, a disciplina e quando deveriam ser aplicados os castigos, a direção moral e religiosa e a relação entre os sexos. E, segundo o autor, apesar de serem regras gerais, elas deveriam ser adaptadas ao clima e lugar onde a fazenda estava instalada e ao gênero agrícola que lá era produzido (Taunay, 1839).

Quanto à saúde dos escravizados, escreve Taunay neste mesmo capítulo:

> Parece incrível que haja precisão de recomendar que se tome cuidado com os pretos doentes pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem. Mas o desleixo e abandono são tais em muitas partes, que somente na ocasião de perigo eminente é que se dá fé do estado dos escravos, e se lembram de os tirar das encharcadas palhoças onde jazem no chão, mal cobertas com trapos pestíferos. É de esperar que a alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura tornem os senhores mais solícitos no tratamento de sua escravatura (Taunay, 1839, p. 11).

À época da produção deste manual, o aumento dos preços da mão-de-obra cativa pode ser uma das consequências da primeira lei formulada no Império brasileiro que visava o fim do tráfico negreiro internacional. Chamada de Lei Feijó (1831), esta tentativa foi mais uma forma de manter as boas relações com a Inglaterra, que pressionava o Brasil para a extinção deste tráfico, do que realmente cumprida pelos comerciantes de escravizados ou até mesmo pelas autoridades. Apenas após a Lei Eusébio de Queiroz (1850) esta prática foi realmente extinta. E, com isso, consideramos que muitos proprietários passaram a seguir ainda mais as recomendações presentes nestas obras, com o objetivo de prolongar a vida útil dos seus cativos nas lavouras.

Taunay recomenda ainda que as senzalas deveriam ser construídas e conservadas com muito asseio, sendo inspecionadas todos os domingos para conferir o estado da limpeza do local, das camas, dos cobertores e das vestimentas, para que o proprietário não deixasse acumular a imundície. Indica também que os escravizados deveriam trabalhar seis dias e descansar no sétimo. Seu expediente seria marcado pela duração do dia, com dois intervalos: para o almoço e para o jantar. Segundo o autor, “é o quanto se pode exigir diariamente da força humana, sem risco da saúde” (Taunay, 1839, p. 11).

A instalação de um hospital particular na unidade agrícola também é recomendada no *Manual do Agricultor Brasileiro*. Taunay afirma que “toda fazenda bem regrada deve ter uma sala ou local em situação seca e bem arejada para hospital”, com “tudo que é necessário para a cura dos doentes e, se a situação da fazenda o permitir, deve-se ter um cirurgião de partido” (Taunay, 1839, p. 11). A presença do que denominamos *hospitais-rurais* fazia com que os escravizados recebessem um tratamento rápido, seguindo os métodos médicos-científicos, e se afastassem o menor tempo possível das suas atividades, além de ser mais um espaço de trabalho para os clínicos que atuavam no interior fluminense, aproximando-os ainda mais da elite agrária local (Proença, 2022).

O proprietário-autor insere um rico material em seu manual para auxiliar no tratamento de enfermidades. Primeiramente, indicou uma lista de plantas medicinais para a “composição de uma caixa farmacêutica, com o uso dos medicamentos, assim como o tratamento de certas doenças mais triviais entre os pretos” (Taunay, 1839, p. 11). Aprofundar-se sobre as doenças consideradas

mais comuns e prejudiciais aos escravizados também fazia parte do modo de construir estes manuais, sendo uma característica daqueles escritos por médicos e que foi absorvida pelos proprietários-autores.

Taunay também apresenta o que ele denominou de *Pequeno tratado alfabético das principais doenças que acometem os pretos* (Taunay, 1839, p. 258 a 264). Conteúdo que foi produzido pelo Dr. Senechal, que estudava a medicação dos africanos a partir de notas que escreveu aos fazendeiros que o procuravam em busca de soluções para suas principais demandas. Este tratado trazia informações sobre como identificar as doenças e os modos de tratá-las, característica também das obras dos médicos-autores, como citamos anteriormente. E, entre elas, chamou-nos atenção a descrição que o autor faz sobre as chamadas *doenças fingidas*:

> Em regra geral, quando os negros ou negras sem febre, calor, vômitos, nem diarreia, recusam alimentos e tornam-se pertinazes e desobedientes (caso assaz frequente), se lhes prestar atenção, eles teimam em se deixar morrer de fome antes do que dar fim ao entremez. Não deve, portanto, haver receio de empregar o rigor. O medo do castigo fara reaparecer o apetite, e curará a má disposição moral (Taunay, 1839, p. 260).

Apesar de grande resistência por parte dos escravizados quanto a ida ao *hospital-rural*, muitos deles encontravam neste local uma possibilidade de descanso, ao se fingirem enfermos, principalmente em períodos de colheita. Por isso, era indicado o contrato com um médico para que realizassem visitas periódicas ao local; ou, se não fosse possível, que os próprios fazendeiros adquirissem um conhecimento básico para identificar se estes indivíduos estavam realmente doentes ou utilizando esta condição como desculpa para se afastarem momentaneamente do árduo trabalho na lavoura (Proença, 2022).

No apêndice de sua obra, Taunay publica o *Mapa das plantas econômicas e medicinais as mais usadas na economia e medicina doméstica brasileira*, baseado nos estudos de botânica realizados por Luiz Riedel (Taunay, 1893, p. 313 a 328). Trazendo raízes, cascas, ervas e folhas, frutos, gomas, resinas, balsamos e óleos, o mapa foi dividido em colunas, indicando o nome vulgar e científico das plantas, classe e ordem, família natural e as observações. E o autor indica contra qual doença deveria ser utilizada, o modo de aplicá-la e

características como seu cheiro e gosto. Através deste material, o autor afirma que pretendia auxiliar “os fazendeiros e moradores que não podem ter à mão um facultativo” (Taunay, 1839, p. 11), assim como aqueles que não teriam o poder aquisitivo para manter uma botica regularmente abastecida em sua fazenda. Ao mesmo tempo, desqualifica outras práticas de cura não-científicas, as quais poderiam ter acesso:

> Não deixaremos estes senhores fazendeiros sem se lhes fizer observar que as superstições e crenças populares em patuás e orações estrambóticas, tão usuais na medicina selvagem dos sertões, de nada servem para curar as doenças (Taunay, 1839, p. 98).

A partir desta citação, incluímos o *Manual do Agricultor Brasileiro* numa tendência observada nas demais obras deste tipo: fornecer aos seus leitores o máximo de informações possíveis sobre assistência à saúde nos moldes médico-científicos para afastá-los das práticas populares de cura. Estava alinhado, portanto, aos interesses individuais dos clínicos na construção de demandas para seu trabalho e no objetivo coletivo deste grupo profissional na busca pelo monopólio das artes de curar.

Segundo Rafael Marquese (2001), o manual de Carlos Augusto Taunay foi concebido alinhado à ordem política que estava sendo construída entre os anos de 1820 e 1830. A partir de sua experiência como proprietário, o autor pretendia também disseminar as ideias conservadoras as quais defendia (Marquese, 2001). O *Manual do Agricultor Brasileiro*, portanto, nos permite observar a sociedade escravista brasileira através “da mentalidade das elites locais e das relações de poder escoradas na escravidão, basilares na formação história brasileira” (Marquese, 2001, p. 25).

Chegando ao Vale do Paraíba Fluminense, os próximos manuais que serão analisados estão diretamente ligados às dinâmicas instituídas nas fazendas cafeicultoras de duas das mais importantes famílias da região à época: os Lacerda Werneck e os Clemente Pinto. Seguindo a cronologia das produções, iniciaremos a análise pela *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (1847), cujo autor é Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes.

A obra nasceu da preocupação de um pai com seu filho. Luís Peixoto de Lacerda Werneck (1824-1886) saiu de Vassouras, um dos principais municípios do Vale do Paraíba Fluminense, para se formar em Direito na Europa. Ao retornar ao Brasil, casou-se com sua prima Isabel Augusta e, devido ao falecimento de seu sogro, passou a ser o administrador de uma fazenda de café em sua cidade natal. Abandonando a cidade do Rio de Janeiro e sua carreira bem iniciada, Luís Werneck passou a ter que lidar diretamente com a agricultura e a gestão de uma fazenda e sua escravaria (Silva, 1985). Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, então, desenvolveu este manual com o intuito de oferecer orientações ao seu filho "de maneira prática, simples e direta" em relação "a fundação, estrutura e funcionamento de uma fazenda escravista no Rio de Janeiro, seus usos e costumes" (Silva, 1985, p. 14).

A versão do livro que utilizamos para realizar a análise deste trabalho reúne as três versões deste manual e foi publicada em 1985 pela Fundação Casa de Rui Barbosa. A primeira das versões foi integralmente escrita por Francisco. Para se ter uma dimensão do seu papel social no Vale, o barão de Paty de Alferes deixou sete fazendas e cerca de mil escravizados ao falecer, sendo o manual um registro da experiência do autor, que lidou com lavoura por toda sua vida (Silva, 1985). E é interessante como este manual deixa de ser apenas um apoio familiar. Ao ser publicado pela Tipografia Universal de Laemmert, ele se transforma numa fonte para todos os fazendeiros da região que necessitassem deste tipo de orientação.

Diferentemente do *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, o trabalho de Francisco Werneck foi reeditado mais duas vezes com inclusão e atualizações de informações. Na segunda edição, datada de 1863 e já póstuma, seu título teve uma pequena alteração: *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Os editores procuraram Luís Werneck, naquele momento já um fazendeiro com suas próprias experiências, para que revisasse o trabalho de seu pai. Além disso, no apêndice ainda foram incluídos artigos da obra de Taunay, sobre a qual citamos anteriormente, e até mesmo anúncios relacionados à lavoura (Silva, 1985). Com isso, "os editores esperavam que o livro se constituísse num verdadeiro guia prático do fazendeiro" (Silva, 1985, p. 15).

O manual dos Lacerda Werneck indica que as fazendas deveriam ser essencialmente funcionais, atendendo às necessidades primárias para se manter o sucesso de sua agricultura. Sendo uma delas a presença de uma *aguada* para a movimentação das máquinas. Encontrando este recurso, a fazenda se construirá a partir deste ponto, erguendo sua sede e "um complexo de edificações, ligadas direta ou indiretamente à produção: paióis, armazéns, cavalariças, senzalas, hospital, etc." (Silva, 1985, p. 28). Mais uma vez, o *hospital-rural* aparece como uma recomendação aos pares. Além disso, o ideal era que estas propriedades fossem autossuficientes, cultivando "gêneros alimentícios na proporção das suas necessidades" (Silva, 1985, p. 38). E mais do que matas virgens disponíveis para a expansão, a lavoura do café necessitava de uma mão-de-obra cativa produtiva e os gastos necessários para sua manutenção (Silva, 1985).

Assim como no *Manual do Agricultor Brasileiro*, o barão de Paty de Alferes traz uma série de práticas que fariam harmônicas as relações com os cativos, através de cessões dos proprietários. Entre elas, permitir que o escravizado tivesse sua própria roça, porque assim conseguiriam se distrair das obrigações da escravidão e adquirir amor à terra. Porém, não deveria permitir que esta colheita fosse vendida a outra pessoa. Recomenda ainda que os escravizados deveriam ter domingo e dia santo, para que pudessem aprender a doutrina cristã; ouvir a missa, se a fazenda possuísse uma capela; e confessar todo ano, porque isso moldaria sua moralidade e costumes, além de torná-los cada vez mais obedientes aos seus senhores Em relação às punições, o autor apoia que os cativos deveriam ser castigados proporcionalmente ao delito que tiverem cometidos (Werneck, 1985).

Quanto à alimentação, Werneck discorda de Taunay, dizendo que os escravizados renderiam muito menos se não se alimentassem o suficiente para realizar o trabalho aos quais eram mandados. Por isso, recomenda que os trabalhadores da lavoura deveriam se alimentar três vezes ao dia e não apenas em dois intervalos (Werneck, 1985).

Já as informações sobre assistência à saúde ocupam apenas dois parágrafos neste manual. Segundo o autor, os escravizados deveriam ser tratados com cuidado e humanidade:

> Não mandeis o vosso escravo adoentado para o trabalho; se tiver feridas, devem-se lhe curar completamente para então irem ao serviço. Tenho visto em algumas fazendas pretos no trabalho com grandes úlceras, e mesmo assim lá andam a manquejar em risco de ficarem perdidos ou aleijados. Este proceder, além de desumano, é prejudicial aos interesses do dono (Werneck, 1985, p. 65).

Werneck indica ainda que os proprietários não deveriam deixar apenas nas mãos dos médicos os cuidados com seus cativos nos momentos de enfermidades. Caberia também a eles identificarem os doentes, levá-los ao *hospital-rural* e darem alta aqueles que já estavam reestabelecidos. Nas enfermarias, eles administrariam os remédios a cada um, de acordo com as anotações deixadas pelo médico ou cirurgião contratado, além de animarem os doentes e dar-lhes alívio, atendendo qualquer necessidade que eles tiverem (Werneck, 1985).

E, para que o proprietário estivesse capacitado para realizar estas funções, Luís Werneck destaca que seria "indispensável a todo o fazendeiro possuir alguns conhecimentos da arte de curar e da higiene" (Werneck, 1985, p. 104). Para tal, recomenda dois manuais do médico dinamarquês Theodoro Langgard: *Dicionário de medicina doméstica e popular*; e o *Novo formulário médico e farmacêutico ou Vade-mecum médico*.

Para finalizar a análise aqui proposta, orientamos nosso olhar para os chamados Sertões do Macacu. No município de Cantagalo, outro importante núcleo do Vale do Paraíba Fluminense, encontramos o manual denominado *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870), elaborado pelos descentes do primeiro barão de Nova Friburgo para ser um guia de orientação nas fazendas da família Clemente Pinto (Marreto, 2019). Diferentemente do manual produzido pelos Lacerda Werneck, *Instruções* permaneceu apenas em suporte documental-manuscrito e foi transcrito no livro *Negro de corpo e alma: mostra do redescobrimento* (Aguillar, 2000, p. 108 a 110).

Antônio Clemente Pinto, o primeiro barão de Nova Friburgo, era imigrante português e chegou ao Brasil por volta de 1820. Construiu sua riqueza a partir de atividades comerciais, principalmente de compra e venda de escravizados na cidade do Rio de Janeiro, a qual foi investida posteriormente em terras e mão-de-obra. Estima-se que Antônio Clemente Pinto possuía quinze fazendas nos

municípios de Cantagalo, Nova Friburgo e São Fidélis e cerca de dois mil e duzentos escravizados. Foi através dos lucros advindos do café que ele aumentou sua riqueza e afirmou sua posição social, tornando-se o fazendeiro mais rico do Brasil. Os filhos do primeiro barão de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (1835-1914) – segundo barão de Nova Friburgo – e Antônio Clemente Pinto Filho (1838-1898) – barão de São Clemente – souberam administrar e continuar colhendo lucros destes investimentos (Proença, 2017). E, segundo Rodrigo Marreto (2019), registraram esta experiência nas *Instruções gerais para a administração das fazendas* (1870).

Em formato diferente e bem menor comparado aos demais aqui apresentados, este manual também fornece recomendações pontuais e breves sobre a administração da fazenda. Era indicado que o proprietário tenha um comportamento justo e imparcial, mantendo sob seu controle tudo que está relacionado à fazenda. Assim, suas atividades diárias se iniciavam junto com a ida dos escravizados à lavoura, examinando pessoalmente se os serviços estão sendo cumpridos de forma satisfatória. Além da própria escravaria, os trabalhadores livres também deveriam seguir as ordens destes fazendeiros. Entre eles, os enfermeiros contratados, que conduziam as atividades cotidianas dos *hospitais-rurais* de acordo com as orientações dos médicos que ali atuavam. E, caso não cumprissem seus deveres, era obrigação do proprietário demiti-los (Clemente Pinto, 2000).

Após indicar as funções dos proprietários, o documento passa descrever o tratamento que deveria ser aplicado à escravaria. Quanto aos castigos, era recomendado que não devem ser aplicados apenas por suspeitas, já que isso faria com que os escravizados ficassem impacientes, o que poderia provocar um desequilíbrio nas relações construídas naquele espaço. Os mais severos somente poderiam ser dados pelo administrador geral da fazenda e não por seus feitores, evitando piorá-los por meio de injúrias, que aumentariam o rancor dos cativos (Clemente Pinto, 2000).

As relações domésticas dos cativos também não deveriam sofrer intervenções ou serem prejudicadas pelos trabalhadores livres, com os quais conviviam nas fazendas. Além disso, “a roupa, comida, aguardente, fumo, etc. devem ser dados com regularidade, e as propriedades dos escravos devem ser

respeitadas" (Clemente Pinto, 2000, p. 109). Mais uma vez, observamos nestes manuais escritos por fazendeiros o registro das estratégias de negociação desenvolvidas para que se mantivesse as relações de poder características às fazendas escravistas:

> Se o escravo recebe com regularidade tudo que pelo uso estabelecido se julga com direito a receber, se reconhecer que o castigo está somente empregado para evitar desordens, indisciplina, e preguiça, ele sempre trabalhará com boa vontade e ficará satisfeito com sua sorte, bem entendido que em todas as fazendas, há alguns escravos que fazem exceção d'esta regra, porém refere-se a maior parte da escravatura (Clemente Pinto, 2000, p. 109).

Em relação ao cuidado com os escravizados, chamou-nos a atenção a seguinte recomendação: "revistar os pés de cada escravo, examinando se foram lavados na noite antecedente antes de se deitarem, porque além da falta de limpeza, é a origem do maior número de feridas, frieiras e acumulação de bichos" (Clemente Pinto, 2000, p. 108). Certamente tal precaução tinha como objetivo prevenir infecções cutâneas provocadas por parasitos, um dos tipos de enfermidades mais recorrente entre os escravizados. Outra medida preventiva era a limpeza nos terrenos próximos e no interior das senzalas, que deveriam ser varridas todos os dias, seguindo os preceitos da corrente *Higienista* do pensamento médico-científico, citados anteriormente.

Assim como o manual produzido pelos Lacerda Werneck, os *hospitais-rurais* são tratados de forma breve pelos Clemente Pinto, indicando apenas a necessidade da sua instalação e da contratação de um médico para que fosse responsável pelas indicações deixadas aos enfermeiros responsáveis. Mesmo assim, cabia ao fazendeiro examinar as atividades realizadas neste estabelecimento particular de assistência à saúde, principalmente se o enfermeiro havia "fielmente administrado aos doentes o que o doutor tiver prescrito, ou o que a boa razão e experiência indicar nas moléstias leves, mandando imediatamente chamar o facultativo nas que não se conhecerem ou apresentarem aspecto grave" (Clemente Pinto, 2000, p. 109). Em *Instruções*, é interessante observar que há certo tipo de liberdade de ação para estes enfermeiros em casos de doenças leves, o que não é observado, por exemplo, em manuais produzidos pelos médicos. Porém, mais uma vez, coloca-se a

necessidade de contratar ou chamar um clínico sempre que houvesse casos de enfermidades.

A presença do médico também se torna indispensável quando o escravizado se queixa de algum mal-estar. Seria ele quem examinaria este cativo, já enviado para o *hospital-rural*, certificando se ele estava mesmo enfermo. Como já dissemos anteriormente, muito escravizados buscavam o hospital das fazendas numa tentativa de descansar dos trabalhos para os quais eram designados. De acordo com *Instruções*, caso o médico observasse e comunicasse ao fazendeiro que o cativo não estava verdadeiramente enfermo, não era aplicado nenhum castigo físico, como se poderia imaginar nestas situações de desobediência. Nestes casos,

> reconhecendo-se que ele não está doente, deve-se proibir o fumar, botá-lo a dieta rigorosa, e fazê-lo catar café, para ele mesmo preferir o trabalho acostumado ao do hospital. Ao contrário, deve o doente achar todos os cômodos no hospital e o melhor tratamento possível (Clemente Pinto, 2000, p. 109).

Para concluir as recomendações sobre o tratamento dado aos escravizados, o manual dos Clemente Pinto indica que o fazendeiro deveria conhecer os cativos e dar a eles os trabalhos compatíveis à sua idade, corpo e força, sendo um estudo contínuo que deve ser feito. Além disso, cuidar dos escravizados que estivessem em alguma posição de suscetibilidade, seja pela idade avançada ou por alguma enfermidade, estimularia os demais a servirem com mais obediência e vontade, sabendo que teriam o direito de receber este tipo de tratamento quando assim necessitassem (Clemente Pinto, 2000). E, seguindo o padrão de organização dos demais manuais aqui apresentados, o restante das *Instruções* tratou de caracterizar as plantações, colheitas e preparação do café.

Observamos, portanto, que as atividades da unidade produtora moldavam a prática das recomendações contidas neste tipo de publicação. O discurso médico, por exemplo, foi abordado pelos proprietários-autores de modo diferente daquele registrado nos manuais escritos pelos médicos, descritos no tópico anterior. E isto nos fornece uma proximidade com o cotidiano de uma *plantation*, as redes de relações que ali se formavam e a valorização da ciência construída

na sociedade, cujo conhecimento se mostrava útil e funcional, sendo mais um elemento disponível para a observação histórica do contexto de sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da mão-de-obra cativa à época era considerada essencial para atender às demandas do mercado, assim como garantir os lucros dos fazendeiros com a agroexportação. Por isso, observamos nos manuais apresentados que o discurso médico e a assistência à saúde aparecem como ferramentas de negociação nas fazendas, envolvendo seus personagens e guiados por seus interesses. É necessário, porém, destacar que os cativos não eram apenas receptores passivos dos tratamentos que lhes eram impostos por seus senhores.

Apesar de absorverem influências com a vinda forçada para o Brasil, elementos culturais tradicionais foram importantes para o desenvolvimento e transmissão de conhecimentos naturais e espirituais por gerações. Ressalta-se, portanto, que mesmo submetidos à escolha de tratamento feita pelos seus senhores, os escravizados possuíam entre si redes de solidariedade, que proporcionavam um tipo de assistência específica, de acordo com seus próprios entendimentos sobre as enfermidades.

E se num primeiro momento, os manuais nos levam a imaginar que o discurso médico era introduzido nestas propriedades com grande autoridade e rapidamente absorvido por todos que compunham a dinâmica daquela fazenda, uma investigação mais aprofundada nos revela que esta não era a realidade. Como foi dito anteriormente, a teoria médico-científica muitas vezes não atendia à realidade encontrada nesta região. É, por isso, inevitável considerar estas unidades produtoras como palco de trocas entre estes atores, em que todos ensinam e aprendiam com os demais, mesmo que isso não tenha sido documentado nestes livros.

Compreendemos, assim, que a palavra do médico não era a última, nem entre seus pacientes, cativos ou livres, nem entre os fazendeiros, as verdadeiras autoridades locais, mas certamente tinha seu peso junto àqueles cujos

interesses poderiam ser alcançados através do que era defendido em seu discurso.

REFERÊNCIAS

BESSONE, Tânia Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira e MOMESSO, Beatriz (orgs.). **Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016.

CLEMENTE PINTO. **Instruções Gerais para a Administração das Fazendas**. Boa sorte, 1870. IN: AGUILLAR, Nelson. (Org). **Negro de corpo e alma: mostra do redescobrimento**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo: Associação Brasil 500 anos artes visuais, 2000, p. 108 a 110.

EDLER, Flávio Coelho. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9 (2): 357-85, maio-ago. 2002. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jkzw6Q98SLFLYKNkR3cbQPh/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 11 set. 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo**. IN SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **"A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação": imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. Varia História**. vol. 34, n. 66, Belo Horizonte/MG, set.-dez., 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/vh/a/FBvM5Dqw7v9gwRNz7DbgKmq/abstract/?lang=pt. Acesso: 11 set. 2024.

KODAMA, Kaori. **A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a *Sciencia* para o Povo (1881) e seu editor, Félix Ferreira. Tempo**. vol. 25, n.1. Niterói/RJ, jan.-abr., 2019. Disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/BYgPdXXw8jxNcV8XV8ZRZVs/abstract/?lang=pt. Acesso: 11 set. 24.

MARRETO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-**

c.1873). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/td/2123.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Introdução**. IN TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PÔRTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out-dez, 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GkKtTp4QKvCrNJnpmzD4H9K/?lang=pt. Acesso: 11 set. 2024.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Mande chamar o doutor! A presença dos médicos no Vale do Paraíba Fluminense (1840-1880)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2022.
Disponível em
https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_anne_thereza_proenca.pdf Acesso: 11 set. 2024.

QUINTAES, Mauro. **Entrevista**. IN CUNHA, Milton. **Enredo e samba: Porto da Pedra reverencia os ensinamentos do livro Lunário Perpétuo.** Carnaval 2024 no RJ. G1. 28/12/2024. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2024/noticia/2023/12/28/enredo-e-samba-porto-da-pedra-reverencia-os-ensinamentos-do-livro-lunario-perpetuo.ghtml. Acesso: 11 set. 2024.

RODRIGUES, Kássia. **Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2011. Disponível em http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Kassia-Rodrigues.pdf. Acesso: 11 set. 2024.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SIGAUD, José Francisco Xavier. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica desse Império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Eduardo. **O barão de Pati do Alferes e a fazenda de café da velha província**. IN WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. Disponível em https://pdfcoffee.com/taunay-1839-manual-do-agricultor-brasileiropdf-pdf-free.html. Acesso: 11 set. 2024.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

Recebido em 18/09/2024.
Aprovado para publicação em 16/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A CIÊNCIA DOS RELATOS DE VIAGEM E ESTUDOS DE AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE SOBRE O BRASIL

THE SCIENCE OF AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE'S TRAVELOGUES AND STUDIES ON BRAZIL

RENATA CARNEIRO[1]

RESUMO

Neste trabalho analisamos o conhecimento que circulou nos relatos e estudos do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) a partir de suas viagens pelo Brasil, entre 1816 e 1822. Percebe-se que a partir das observações *in loco*, das trocas de informações com habitantes locais, de referências teóricas brasileiras e das correspondências com outros eminentes homens de ciência da Europa, o botânico produziu um rico material sobre a natureza e sociedade do Brasil. Nota-se que a produção do conhecimento presente nas obras desse naturalista foi dialógica. Identificamos nela, dados que foram conseguidos tanto com pessoas do Brasil e estrangeiras, de formação acadêmica quanto com outras pessoas estabelecidas no país, mas que não possuíam alguma formação. O objetivo desta pesquisa foi compreender o ideário de ciência presente nas atividades que compunham o *métier* desse viajante, o tipo de saber obtido com os diversos agentes e os referenciais teóricos utilizados por ele para embasar e fundamentar seus estudos. A partir dos relatos de viagem e de outras produções de Saint-Hilaire nos debruçamos, em especial, sobre o tema das doenças e práticas de cura observadas por ele no país, uma vez que se percebeu a participação de múltiplos agentes na composição de suas pesquisas acerca dessa temática. Utilizamos como referencial teórico, pesquisas desenvolvidas no campo da historiografia das ciências, a fim de compreender, ainda que de forma ampla, o percurso da história natural e os seus pressupostos conforme tempo-espaço. Após isso, pudemos identificar esses aspectos nos estudos desenvolvidos por Saint-Hilaire sobre o Brasil.

Palavras-chave: Auguste de Saint-Hilaire. História das Ciências. História Natural. Relatos de viagens. Doenças e práticas de cura.

[1] É doutoranda em História das Ciências e da Saúde, no Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, com bolsa CAPES. É mestre pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É bacharel em administração, com especialidade em Gestão Empreendedora pela Universidade Augusto Motta (UNISUAM). É pesquisadora na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças, vinculado institucionalmente com a Universidade Federal do Pará e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Email: carneirorn@yahoo.com.br

ABSTRACT

In this work we analyze the knowledge that circulated in the reports and studies of the French botanist Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) from his travels in Brazil, between 1816 and 1822. It can be seen that from on-site observations, exchanges of information with local inhabitants, Brazilian theoretical references and correspondence with other eminent men of science in Europe, the botanist produced a rich material on the nature and society of Brazil. It is noted that the production of knowledge present in the works of this naturalist was dialogical. We identified in it data that were obtained both with people from Brazil and foreigners with academic training and with other people established in the country, but who did not have any training. The objective of this research was to understand the ideas of science present in the activities that made up the métier of this traveler, the type of knowledge obtained with the various agents and the theoretical references used by him to support and ground his studies. Based on Saint-Hilaire's travel reports and other productions, we focus in particular on the theme of diseases and healing practices observed by him in the country, since the participation of multiple agents in the composition of his research on this theme was perceived. We used as a theoretical reference, research developed in the field of historiography of sciences, in order to understand, albeit in a broad way, the course of natural history and its assumptions according to time-space. After that, we were able to identify these aspects in the studies developed by Saint-Hilaire on Brazil.

Keywords: History of Sciences. Natural history. Travel reports. Diseases and healing practices.

INTRODUÇÃO

Muitos viajantes-naturalistas, artistas, cronistas, diplomatas, militares e aventureiros estrangeiros percorreram o continente americano, deixando um enorme legado iconográfico e relatos – baseados em suas concepções de mundo eurocêntricas – que nos permitiram acessar informações acerca da história do Brasil e das Américas[2]. Passado o período napoleônico (1799-1815), os viajantes puderam realizar expedições científicas com menos receio. Isso porque, quando se findou esse período, diminuíram os riscos quanto a

[2] Para uma melhor compreensão dos diferentes atores que viajaram pelo Brasil desde o Brasil colônia, ver CARNEIRO, Renata. *A relação entre natureza e sociedade nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais e Goiás (1816-1822)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Saúde e das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2023, p.50-60.

integridade física dos viajantes e a de suas coletas de material botânico. Segundo Lorelai Kury, “a partir de então, o risco de serem presos, tomados por espiões ou de terem suas coleções confiscadas diminuiu fortemente” (KURY, 2021, p.19).

Nas viagens ocorridas a partir das primeiras décadas do Oitocentos, nota-se homens mais especializados no campo da botânica e da história natural, cuja missão era, sobretudo, explorar os recursos para que esse conhecimento pudesse ser útil ao seu país de origem e ao país visitado. Essa motivação aparece em vários momentos nos relatos do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822. O viajante chegou ao país com a Comitiva do Duque de Luxemburgo, na época embaixador da França junto a Portugal, que tinha entre seus objetivos resolver questões relativas à posse da Guiana, tomada por Portugal em 1809, quando das Guerras Napoleônicas.

Saint-Hilaire pertencia à nobreza de função por parte paterna, e sua família materna desenvolvia atividades ligadas ao comércio açucareiro de Orléans, na França. O viajante não possuía formação acadêmica na área de história natural, mas, segundo Lorelai Kury (2021), ele era reconhecido academicamente como um naturalista. Isso porque, ainda de acordo com a autora, herborizar, construir herbários e circular em espaços de sociabilidade científicos fizeram parte da vida do francês. A historiadora ressalta que antes de viajar para o Brasil, ele já havia publicado importantes artigos em revistas do mundo das ciências[3]. Saint-Hilaire manteve correspondências com o Ministro do Interior, destacando que sua viagem junto à Comitiva do Duque seria útil para a França. O viajante, consegue então, se integrar à expedição, além de receber do governo um financiamento para desenvolver seus estudos no Brasil. Cabe destacar que, o apoio financeiro para essa empreitada era de suma importância, pois grandes eram suas despesas, como destacou Pinheiro (2024): os instrumentos para o trabalho de botânica, como facas, tesouras, papel, papelão, cordas, vidros para as sementes; os artefatos de registro visual de desenho

[3] Publicou no Bulletin da Societé des sciences physiques et médicales, et d’agriculture d’Orléans; Bulletin de la Société Philomatique de Paris; Mémoires du Muséum d’Histoire naturelle de Paris.

manuais; a compra de livros que apoiassem e instruíssem as práticas de campo; os gastos da viagem em si, como o transporte, como o navio, que foi utilizado no Oitocentos. Apesar desses gastos, para o governo, patrocinar esse tipo de viagem era uma das formas de se adquirir conhecimento útil sobre a natureza e sociedade. Já para os naturalistas, com os resultados das viagens poderiam se destacar no mundo científico.

O botânico percorreu então as capitanias do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Goiás, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e a República da Cisplatina. Saint-Hilaire pôde comunicar o resultado de sua viagem por meio de diversas obras. Para esta pesquisa estamos utilizando seus estudos acerca das plantas consideradas por ele as mais importantes do Brasil, e que foram descritas em *Plantes Usuelles des Brésiliens* (Plantas usuais dos brasileiros), em 1824. Além dessa obra utilizaremos a sua *Voyages dans L'intérieur du Brasil* (Viagens pelo interior do Brasil), editadas em oito volumes, entre 1830 e 1851, e redigida em diferentes cidades da França.

Neste trabalho, buscamos compreender o conhecimento presente nos relatos de viagem e em outras produções de Saint-Hilaire sobre as regiões brasileiras que ele percorreu. Esse naturalista, no bojo de sua pesquisa botânica, acabou produzindo ainda estudos sobre cultura e sociedade. Busca-se com a análise de suas produções identificar o ideário de ciência presente nas atividades de seu *métier*. Nos registros feitos por esse botânico, identificamos que além das observações *in loco* e da utilização de teorias científicas propagadas pelo mundo europeu, ele buscou referências no próprio Brasil. Portanto, para a compreensão sobre o tipo de conhecimento que circulou em suas pesquisas, torna-se importante levar em consideração tudo o que envolveu suas atividades, como, a motivação da viagem, o contexto histórico e a forma como a qual ele construiu suas narrativas de viagens e estudos sobre o Brasil.

Esta pesquisa está dividida em duas partes. Na primeira, apresentaremos alguns estudos desenvolvidos no campo da historiografia das ciências que nos ajudaram a compreender o percurso do desenvolvimento da história natural e seus pressupostos, sobretudo no século XIX. Após a compreensão desses

aspectos é que se buscará, na segunda parte desta pesquisa, identificar esses aspectos nos estudos e descrições do país feitos por Saint-Hilaire. Com isso, busca-se compreender o conhecimento que fundamentou e embasou o olhar de Saint-Hilaire sobre o que observou no Brasil, especialmente acerca do tema da saúde e das doenças.

A relevância desta pesquisa se encontra na possibilidade de ampliação do escopo analítico, já iniciado por outros pesquisadores da história das ciências, entre eles Lorelai Kury, Karen Lisboa e Pablo Diener, que se dedicam a estudos de viajantes; Nelson Sanjad, que estuda carreiras científicas; Maria Margaret Lopes, Silvia F. Figuerôa e Alda Heizer, que pesquisam sobre o papel da divulgação científica. Esses autores vêm há muito complexificando o olhar sobre os diários de viagens e as descrições de viajantes que estiveram no Brasil no século XIX. Contudo, neste novo trabalho o foco central é no tema das doenças e práticas de cura nesse tipo de produção, que ainda não foi explorado de forma específica e profunda. Buscar pelo tipo de ciência desenvolvida por Saint-Hilaire nas décadas iniciais do Oitocentos, representa uma forma de produzir um novo olhar sobre os relatos desse naturalista, e compreender por que ele se preocupou em observar, no bojo de sua pesquisa de botânica, aspectos sobre as doenças e as práticas de cura no Brasil.

1. ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO TEMPO-ESPAÇO

Quando buscamos compreensão sobre o conhecimento que circulou nos relatos dos homens de ciências[4] do Oitocentos, é importante atentar-nos ao fato de que o conceito de “ciência”, ainda hoje, não está totalmente definido[5]. Porém,

[4]Nossa referência aqui aos “homens de ciência”, é àqueles, como destacou Lorelai Kury, além de estarem antenados com as teorias filosóficas e científicas vigentes na Europa, participavam da chamada República das Letras como cidadãos. Alex Varela, ao analisar a trajetória de José Bonifácio, destaca o fato de muitos destes homens de ciência serem basicamente funcionários do Estado, recebendo apoio e financiamento da Coroa (KURY, 2004; VARELA, A.G.:LOPES, M.M. E FONSECA, M. R. F. da., 2005.

[5] Consideramos que o conceito de “ciência” ainda não está definido, uma vez que existem diversos tipos de conhecimentos gerados. O conhecimento científico – que parte de uma investigação no mundo das ciências naturais – é um deles. Outra questão que torna a definição de ciência mais complexa é o fato de ela não lidar com verdades e conclusões fechadas em si,

alguns estudos, ao buscarem entendimento sobre como o conhecimento científico é construído, conseguiram estabelecer algumas características comuns dos trabalhos científicos. Nos estudos sobre a história das ciências, identificamos que há várias formas de se produzir ciência. Objetivando compreender o tipo de pesquisa que Saint-Hilaire realizou sobre sua viagem ao Brasil, buscamos, primeiramente, pela definição do conceito de "ciência" para o período que estamos tratando aqui. Entre as definições do termo, presentes no *Dicionário de conceitos históricos,* está:

> A ciência pode ser entendida tanto como processo de investigação para se chegar ao conhecimento quanto como o conjunto de conhecimentos construído com base na observação empírica do meio natural e social, que tem como finalidade fornecer fundamentos que permitam à humanidade viver mais e melhor no mundo que a cerca. Nesse sentido, a ciência, em muitas de suas faces, pode trabalhar em associação com a aplicação prática desses conhecimentos, a tecnologia (SILVA & SILVA, 2009, p.55).

Identifica-se o utilitarismo na definição de ciência descrita no trecho supracitado. No caso das viagens exploratórias, como as de Saint-Hilaire, esse utilitarismo poderia se dar a partir da observação e do estudo dos recursos e da civilização encontrados nas regiões visitadas, para após isso serem aplicados em nome do progresso[6] da humanidade. Luiz Carlos Soares (2020) destaca que a visão de uma ciência empirista, que vem da experiência prática e que foi fortemente propagada por teóricos do século XVII[7], apontava para um conhecimento a ser "aplicado" às necessidades da população. Cabe dizer que, regressamos ao Seiscentos para entendermos melhor o percurso da história natural até chegarmos ao panorama científico nos dias de Saint-Hilaire. Isso porque, aqui estamos trabalhando com a ideia de que a história não é estática e nem linear, assim como a ciência não é um grande acúmulo de ideias, mas, é

pois com o tempo e com o ganho de novas tecnologias, a ciência pode ser mutável, o que faz dela não dogmática e aberta a críticas quanto as suas evidências.

[6]O termo, "progresso" aqui se refere às questões ligadas ao desenvolvimento humano, à produção material e ao bem-estar promovidos a partir da racionalização e do cientificismo daquele contexto.

[7]John Locke (1632-1704) foi considerado "pai" do que se convencionou chamar de "empirismo britânico". Em *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, Locke descreveu a mente humana como uma *tabula rasa*, e, somente mediante a experiência é que as ideias iam surgindo. Disponível em: https://humanidades.com/br/john-locke/ Acesso em 06 de outubro de 2024.

desenvolvida a partir de interações, rupturas e continuidades. Dessa forma, alguns aspectos presentes na construção do conhecimento entendido como "científico" podem coexistir em diferentes temporalidades.

Luzia Aurelia Castañeda estudou o percurso da história natural entre o final do século XVII – quando do seu florescimento – e o século XVIII. Segundo a autora, "a história natural tratava aquilo que foi naturalmente criado por Deus" (1995, p.34). No final do Seiscentos, ancorado nas ideias do mecanicismo, entendia-se que o Universo era composto por partes menores que interagiam entre si, seguindo seu curso naturalmente e sem nenhum tipo de interferência divina. Castañeda salientou que "é nesse contexto epistemológico que a história natural se vincula ao paradigma metodológico de física newtoniana[8], pois parte-se da observação imediata dos fenômenos, seguida de sua decomposição, para depois efetuar uma síntese que permitirá a generalização" (1995, p.35). A autora ressalta que o método das ciências naturais foi passando cada vez mais a ter foco no conhecimento do processo, pois entendia-se cada vez mais que a natureza não deveria somente ser agrupada e classificada, mas, os dados empíricos, as informações obtidas da observação deveriam se articular.

O método que consistia somente no agrupamento e na classificação da natureza, difundido no século XVII, tornar-se-ia insuficiente no período ilustrado[9]. Entretanto, já no Setecentos, novas abordagens sobre ciência começaram a surgir e um novo ideário foi gradativamente se impondo. Com novos valores morais, mentais e nova visão sobre a natureza humana, buscou-se entender também a essência do homem para a compreensão da essência da própria natureza. Ao analisarmos os relatos de viagem de Saint-Hilaire produzidos no Oitocentos, vemos refletir tanto os pressupostos científicos do século XVII

[8] A física newtoniana, como o próprio nome indica, foi estabelecida pelo físico e matemático inglês Isaac Newton (1642-1727). Newton estabeleceu um sistema de leis e princípios, alargado com as contribuições de outros cientistas e filósofos nos séculos XVIII e XIX. Segundo a física newtoniana, o universo é regido por leis matemáticas imutáveis, que permitem a descrição completa da evolução de qualquer corpo no espaço e no tempo, conceitos estes absolutos, independentes do observador. In: Porto Editora – *física Newtoniana* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em https://www.infopedia.pt/$fisica-newtoniana. Acesso em 06 de outubro de 2024

[9] Ilustração, Iluminismo ou Século das Luzes é o nome dado ao movimento reformador advindo do Antigo Regime entre os séculos XVII e XVIII. Suas ideias se baseavam, sobretudo, no aperfeiçoamento da razão.

quanto o das Luzes. Apesar de o trabalho de história natural desenvolvido por ele ter encontrado eco na ciência taxonômica[10], que descrevia, identificava e nomeava os seres vivos segundo aspectos morfológicos, fisiológicos e reprodutivos, percebe-se que Saint-Hilaire foi além disso, quando buscou também a compreensão tanto do funcionamento da natureza quanto da população que com ela interagia.

Percebe-se que quando a percepção da humanidade sobre o mundo natural começou a se modificar, foi se desenvolvendo uma nova relação entre o homem e a natureza. Na mentalidade ilustrada, a natureza, que em outros tempos era objeto de contemplação, passou a ser explorada, a fim de que pudesse ser utilizada em proveito das pessoas. A partir da historiografia utilizada nesta pesquisa, identificamos alguns dos pressupostos do estudo da história natural do século XVIII. Keith Thomas destacou em sua obra:

> A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os "usos e virtudes" das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. Era convicção geral que cada parte do mundo das plantas tinha sido projetada para servir um propósito humano. Também era de ordem prática as intenções da zoologia (THOMAS, 2010, p. 35-36).

Com base nesse trecho do autor, entendemos que o contexto do desenvolvimento industrial e de novas necessidades que foram emergindo é um dos fatores que contribuiu para que o meio natural fosse entendido a partir de um novo olhar. Entre os novos eventos e comportamentos estavam, a proliferação de indústrias no mundo inglês, a gana da humanidade em se diferenciar dos animais selvagens e a tentativa do homem em medir o grau de civilização dos habitantes. Além disso, houve transformação ainda na relação entre as próprias pessoas. Como Thomas destaca, "alguns homens eram vistos como animais úteis, a serem refreados, domesticados e tornado dóceis; outros

[10] Taxonomia tem origem num vocábulo grego que significa "ordenação". Trata-se da ciência da classificação aplicada à biologia para a ordenação sistemática hierarquizada dos grupos de animais e de vegetais. Taxonomia trata-se de uma subdisciplina da biologia que é praticada por biólogos que são denominados de taxonomistas. Contudo, existem também naturalistas ou mesmo entusiastas, aqueles que não são especificamente dessa área, que se envolvem em publicações sobre esse tema. Disponível em Taxonomia - O que é, conceito e definição. Acesso em 06 de outubro de 2024.

eram daninhos e predadores, a serem eliminados”(2010, p. 62-63). Nesse ideário de mundo, percebe-se que cada pessoa teria uma finalidade diferente, e a dominação de um grupo sobre a outro seria inevitável. Contudo, cabe dizer, que essa visão de mundo era partilhada por homens brancos do mundo europeu, sobretudo a partir da Ilustração.

No entanto, cabe dizer que, nem todos partilhavam da ideia de separar homem e natureza quando se busca a compreensão e funcionamento do mundo. Nem todas as pessoas achavam que o homem deveria dominar a natureza, e, essa, havia sido criada essencialmente para o servir. Encontramos também nos trabalhos de alguns naturalistas que a compreensão do funcionamento da natureza e da sociedade não se dava de forma separada. Para Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, o entendimento do mundo não se dava separando o estudo da natureza e da sociedade. Apesar de outras variáveis em suas pesquisas sobre a população do Brasil, como a questão racial, figurarem em suas explicações, sua principal ideia era “que o mundo humano seguia uma lógica climática, do meio ambiente de uma forma geral” (CARNEIRO, 2023, p. 11). Percebemos em sua narrativa de viagens sobre o Brasil que a compreensão do mundo humano tinha explicação no mundo natural. Essa forma de compreensão sobre o funcionamento do mundo era também reflexo de concepções teóricas que vigoravam na época em que o botânico viveu.

Ludmilla Jordanova (1995) destacou que entre os temas das ciências do final do XVIII estava a noção de adaptação, e a ideia de que tanto a vida quanto o meio ambiente tinham uma história. Jordanova destaca ainda que determinados campos do saber se apoiaram nas percepções do ambientalismo daquele período. Compreende-se então, que a relação que Saint-Hilaire fazia entre sociedade e natureza teve influência das teorias de história natural e médicas que estavam em voga a sua época. O botânico vivenciou o neohipocratismo, que foi um ressurgimento dos ideais de Hipócrates[11], cuja ideia

[11] Hipócrates (460 a.C.-377 a.C.) foi um médico grego, considerado o “pai da Medicina”. O "Corpus Hippocraticus", é compêndio de obras ligadas à medicina, que contém as autorias do grego. Entre os escritos atribuídos a ele, estão os seguintes: Tratado Sobre o Mal Sagrado, Dos Ares, Águas e Lugares, Do Prognóstico, Epidemias, A Medicina Antiga, Aforismos, Da Cirurgia, Das Fraturas, Das Articulações, Das Úlceras e o Juramento. Extraído de: CARNEIRO, *op.cit,* p. 61.

difundida era:

> o clima, a alimentação, os hábitos e os costumes, entre eles, o passado da região, conformavam o povo. Percebemos que Saint-Hilaire também compartilhava dessa perspectiva, pois para ele, as questões naturais e culturais estavam imbricadas. Algumas pesquisas acerca dos relatos de viagem e do trabalho de botânica, em alguma medida, apontam essa relação íntima entre a explicação natural e cultural feita pelo viajante (CARNEIRO, 2023, p.74).

Cabe dizer, que no ideário neo-hipocrático a definição de "clima" correspondia ao meio, o entorno das pessoas. Com o ressurgimento do legado de Hipócrates, revigorou-se as ideias de que as doenças eram causadas pelo ambiente físico e pela mudança das estações. Segundo Luiz Otávio Ferreira (2009), a medicina neo-hipocrática apoiava-se nas relações de causa e efeito entre características do ambiente natural e social, e, ainda, na ideia de que diferentes doenças podiam ser percebidas em uma mesma área geográfica. Percebemos que nesse ideário médico predominou a explicação de viés ambientalista em que a prática médica comportava "a observação sistemática do clima e da geografia das localidades e regiões e, sobretudo, da vigilância ambiental do espaço urbano, em especial ao problema da contaminação e da circulação das águas e dos ares" (FERREIRA, 2009, p.18). Desta forma, ao mencionarmos aspectos climáticos, devemos nos ater ao ideário de clima presentes na bibliografia e fontes aqui analisadas.

Com base no exposto, torna-se imprescindível, identificar os pressupostos da história natural que mais se destacavam em cada contexto experienciado por um viajante-naturalista, pois esses incidirão nas atividades desenvolvidas em seu *métier*. No que diz respeito aos relatos de viagem sobre o Brasil do Oitocentos, vemos refletir, em grande medida, as concepções do Século das Luzes, embora identifiquemos também nessa literatura, alguns aspectos que foram difundidos no Seiscentos. Dessa maneira, evidenciamos, a partir das referências teóricas presentes no campo da história das ciências aqui utilizadas, alguns dos pressupostos e pilares científicos que fizeram parte do desenvolvimento das ciências naturais até chegarmos ao século XIX, época em que o naturalista Saint-Hilaire esteve no Brasil.

Assim como Keith Thomas, o autor Luiz Carlos Soares também destacou

que um dos importantes aspectos da Ilustração na Inglaterra na segunda metade do Setecentos, esteve relacionado às novas necessidades que demandavam o país naquela época, entre eles, o *boom* das atividades industriais. Entretanto, apesar de as pessoas mais interessadas na ideia de aplicação de recursos naturais em proveito do homem terem sido aquelas que se relacionavam com as atividades da indústria, "o interesse pelo conhecimento científico aplicado e experimental transcendeu à esfera dos grandes especialistas e passou a ser cultivado pelos segmentos sociais mais diferenciados [...] que procuravam aplicar esse novo conhecimento às necessidades diversas" (SOARES, 2020, p.13-14). Então, como enquadrar o trabalho desenvolvido por Saint-Hilaire como atividade científica, e o que pode categorizar e distinguir as atividades realizadas por esse viajante como "científica"?

Parafraseando Patrícia Fara (2016), Luiz Carlos Soares destaca que a palavra "cientista" foi cunhada em 1833 e não foi amplamente usada até o final do século XIX. Isso nos mostra que devemos ter atenção ao utilizarmos determinados termos em contextos inapropriados. As práticas científicas do Seiscentos e do Século das Luzes não equivalem a todas as atividades dos homens de ciências do Oitocentos, embora, determinados aspectos dessas reflitam em suas pesquisas. Os elementos identificados em cada produção científica se relacionam com o período histórico em que se deram seus estudos, e o entendimento que cada agente social tinha acerca do trabalho que desenvolvia. Entretando, nunca uma época é só uma coisa ou outra. Embora consideremos determinados marcos, alguns aspectos de diferentes temporalidades podem se imbricar.

É importante identificar como os ideais ilustrados chegaram ao Brasil. Kury (2011) sinalizou que as Luzes no Império luso coincidiram com o declínio das minas de ouro, a busca por outro tipo de produção e a efervescência na vida política nas Antilhas e na Europa. Esses eventos contribuíram para o processo de racionalização da exploração da natureza brasileira, uma vez que a economia colonial fora afetada. Com base nessa prerrogativa, identificamos uma das motivações para que nas primeiras décadas do Oitocentos muitos viajantes-naturalistas viessem ao Brasil, cujos interesses também atenderiam aos

objetivos de fazer progredir seus países de origem.

Buscamos entender agora, como foram se conformando os espaços identificados como o de desenvolvimento das ciências naturais. Com base nas viagens de exploração, entende-se que as regiões visitadas pelos viajantes-naturalistas já eram locais de desenvolvimento do estudo de história natural, pois antes mesmo que o material resultante das expedições fosse depositado, na região observada o conhecimento já começava a ser produzido. Quando do regresso do viajante, os recursos coletados durante a expedição acabavam sendo enviados aos jardins e museus do Brasil e da Europa. Os museus foram paulatinamente se tornando expressões das ciências naturais. Maria Margaret Lopes ressalta que "os museus de História Natural como um todo oferecem um útil meio para o estudo da essência e da política das Ciências Naturais no século XIX" (1997, p.15). Contudo, a consolidação desses museus se deu na segunda metade do século XIX, e cada vez mais o trabalho que as pessoas realizavam dentro deles foi se configurando como atividades científicas. Conclui-se então, que a região escolhida para a exploração e os locais de depósito e coleção do material de história natural foram locais privilegiados do desenvolvimento científico.

Margaret Lopes (1997) destacou que o Museu Real, criado em 1818 no Rio de Janeiro, apoiava as atividades de ensino de Ciências Naturais. A autora escreve que desde 1830, Custódio Alves Serrão (1799-1873), diretor do Museu entre 1828 e 1847, já planejava reformular aquele espaço, pois considerava que ainda estava muito arraigado seu caráter enciclopedista e de repositório da natureza. Lopes salienta que Serrão contribuiu para que o Museu fosse mais do que isso, passando então a também se encarregar da oferta dos cursos de Mineralogia, Química, Física, Botânica e Zoologia, disciplinas que na época ainda eram vistas como acessórias na Faculdade de Medicina e na Escola Militar. Porém, cabe ressaltar que, isso tudo foi um longo processo.

Segundo Lopes, esses espaços foram se modificando ao longo do século XIX. Nos anos de 1870, a autora salienta que o botânico Ladislau Netto (1838-1894)[12] estabeleceu novos fins para os museus, que se destinaria às coleções

[12] Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894) foi um botânico brasileiro, diretor do Museu

das riquezas do país, a fim de de se introduzir na população o gosto pelas pesquisas científicas. Além disso, a autora ressalta que Ladislau Netto oficializou o cargo de viajante-naturalista. Como isso, entende-se que a institucionalização dessa profissão foi contribuindo cada vez mais para a institucionalização da própria história do Brasil. O projeto de uma história nacional brasileira, por sua vez, se tornou um dos elementos chave para o estabelecimento de uma ciência local a partir da segunda metade do século XIX. A institucionalização das atividades ligadas à história natural desenvolvidas em espaços museológicos se estendeu até o século XX, período em que esses espaços já eram vistos como locais de produção científica.

Com base nesses estudos que foram apresentados na primeira parte desta pesquisa, começamos a identificar e compreender alguns dos elementos presentes nos registros das viagens e outras produções de Saint-Hilaire. Além disso, passa-se a compreender o contexto em que se desenvolveu tanto a viagem quanto a escrita de seus textos sobre o Brasil. Torna-se importante agora, compreendermos melhor a motivação desse personagem em realizar aquele tipo de estudo em seu *métier*, que acabou ultrapassando o campo da história natural, mas que também muito nos informou sobre a sociedade e cultura do Brasil.

No início do Oitocentos, muitos viajantes-naturalistas estrangeiros como, Friedrich Sellow (1789-1831), Johann Baptist von Spix (1781-1826), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834) e outros, também estavam realizando viagens pelo Brasil. Suas preocupações eram sobretudo, os estudos que visassem a administração de forma racional dos recursos naturais, além de medir em algum grau, o tipo de civilização encontrada no Brasil. Dessa maneira, se tornou um objetivo muito importante para Saint-Hilaire, a publicação e comunicação dos resultados de suas pesquisas sobre o país o mais rápido possível, pois muitos naturalistas já estavam realizando estudos similares aos dele. Com isso, ele pretendia ter prioridade na descrição de determinados recursos naturais, se distinguir dos demais viajantes e se legitimar no universo científico.

Nacional do Rio de Janeiro nos anos de 1870.

2. ASPECTOS PRESENTES NO *MÉTIER* DE UM VIAJANTE-NATURALISTA

Antes de relacionarmos os pressupostos de história natural que acabamos de apresentar aos estudos presentes nas narrativas de viagens e em outras produções de Saint-Hilaire sobre o Brasil, tornou-se necessário compreender melhor suas principais motivações em se dedicar também, no bojo de suas pesquisas botânicas, aos estudos socioculturais do país. Para isso, buscamos identificar os aspectos presentes nessa literatura e o contexto em que as ciências naturais foram sendo introduzidas no Brasil.

O Reformismo Ilustrado, também conhecido como Despotismo Esclarecido foi um movimento em que diversas reformas foram realizadas em Portugal, cujo objetivo era reformar o Estado Absolutista e fortalecer o reino. Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal (1699-1782), secretário de Estado de Portugal, entre 1750 e 1777, por meio de suas ações reformou a administração e a política, aumentou impostos, controlou despesas, além de tirar gradativamente das ordens religiosas o monopólio da educação. Essas transformações, também chamada de Reformas pombalinas, orientaram diversas políticas do universo colonial Atlântico. Na segunda metade dos Setecentos, alguns intelectuais brasileiros, como, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), entre 1775 e 1780 e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), entre 1784 e 1790, foram estudar em Coimbra. Esses homens tiveram seus estudos marcados por ideais iluministas e pela ênfase nas ciências naturais, que começou a ser desenvolvida após as Reformas de Pombal. Segundo Fernando de Azevedo (1994), em 1772 a Faculdade foi reorganizada por Pombal. Em 1791 foram introduzidos os cursos de botânica, geologia, mineralogia e metalurgia. Diante disso, entendemos que os acontecimentos ligados ao universo científico na colônia se projetaram também sobre o painel onde se desenhou o Iluminismo europeu e os efeitos das reformas pombalinas.

A autora Maria Amélia M. Dantes (1988) ao caracterizar as fases pelas quais passou o processo de introdução das ciências naturais no Brasil, também

destacou a formação de intelectuais do Brasil em Portugal. A autora sinalizou duas fases da implantação da ciência no país. A primeira, era composta pelos estudantes que se formaram em Coimbra, que a partir da segunda metade do século XVIII passaram a difundir na colônia ideais de valorização das ciências naturais enquanto fator de progresso. A autora destacou que a segunda fase do processo de introdução das ciências naturais no Brasil se deu a partir da ciência experimental no final do Oitocentos. Essa ciência consiste na investigação e compreensão dos fenômenos por meio de experimentos, incluindo a formulação de hipóteses, o planejamento do experimento, a coleta de dados, a análise dos resultados e a interpretação dos resultados obtidos. Percebe-se que elementos encontrados nessas duas fases destacadas por Dantes, foram conformando as atividades do trabalho de história natural no Brasil. Contudo, cabe dizer que, o desenvolvimento científico no país no Oitocentos, não é só mero reflexo dos ideais ilustrados europeu, mas, se forjou em consonância com os acontecimentos que se derem no próprio país, como a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763), o auge da produção cafeeira (entre o início do século XIX e o início do XX) e a crise do sistema monárquico e a implantação da República (1889), entre outros.

As atividades que seriam desenvolvidas pelos naturalistas passaram a constar em obras que definiam qual era o objeto da história natural e das ciências compostas por ela. Miriam Moreira Leite sinaliza que no verbete sobre história natural na "Encyclopedie ou Dictionnaire Raisonné de Diderot e D'Alambert[13]" foram elencadas as atividades científicas que deveriam ser realizadas pelos viajantes-naturalistas. A autora salienta que "a história natural abrange todo o universo [...]. Os naturalistas de forma geral deveriam observar o estado das povoações e indagar a sua história [...] a fim de tirar alguma utilidade" (MOREIRA LEITE, 1995, p.07-08). Esse estudo trazido pela autora vai ao encontro sobre o que identificamos nas narrativas de viagem de Saint-Hilaire sobre o Brasil, estudos que foram além do tema específico da botânica, zoologia, mineralogia,

[13] A Enciclopédia ou Dicionário Racional de Ciências, Artes e Ofícios é uma enciclopédia francesa, publicada de 1751 a 1772 sob a direção dos filósodos franceses Denis Diderot (1713-1784) e, parcialmente, de Jean Le Rond d'Alembert(1717-1783) e Louis de Jaucourt (1704-1779).

geologia, astronomia e geografia, mas relataram ainda sobre religião, costumes, artes, economia, comércio, alimentação, medicina, entre outros.

Ainda sobre a literatura que deveria informar sobre o trabalho a ser executado por um naturalista, se encontram os manuais. Francisca Hislly a Bandeira Cavalcante ressalta que os manuais de história natural eram um dos pressupostos do Iluminismo, pois "escrever e narrar as experiências adquiridas nessas viagens era uma prática constante e aconselhável, sendo sugerida nos manuais de história natural produzidos pela ciência do século XIX" (2013, p.13). Portanto, o diário de viagens de Saint-Hilaire obedeceu a um padrão de literatura, típicos de sua época. Veremos na sequência, outros aspectos desse tipo de produção.

Rachel Pinheiro (2024) elencou as etapas que envolvem as viagens dos naturalistas: 1-o preparo, como a escolha do destino, do material para o trabalho de botânica (facas, cordas), do material de registro visual (para realizar os desenhos); 2- a viagem em si; 3- a literatura produzida sobre a viagem. A autora destacou que em meados do século XIX se desenvolveram outras técnicas envolvendo a história natural. Parafraseando Jardine *et al* (1996), Pinheiro destaca, que a história natural era uma prática social e que envolvia diversas habilidades, como a capacidade de transmitir informações para outras pessoas. Sendo assim, diferentemente dos viajantes dos séculos XVI e XVII, que rumavam ao desconhecido e em busca da natureza pictórica, Marie-Noëlle Bourguet ressalta que a partir da Ilustração, os exploradores viajariam

> em cumprimento de uma missão organizada que conta com financiamento de um príncipe, de um grupo de comerciantes, de uma instituição científica ou missionária, com objetivos precisos nascidos de um conhecimento geográfico provisório e das expectativas de uma época" (BOURGUET, 1992, p.212)**.**

Cabe então, compreender qual a intenção desses naturalistas ao buscar de informar sobre os aspectos da natureza e da sociedade do Brasil de forma mais precisa possível, deixando transmitir muitas vezes, seu desejo em fazer com que o leitor sentisse como se estivesse na viagem, vendo tudo o que eles "viram com seus próprios olhos".

Pinheiro destaca que na tentativa de homogeneizar o naturalista "tentou-se excluir o fator subjetivo [...], como consequência de uma padronização [...].

Buscavam, acima de tudo, diminuir a tensão entre o sujeito observador e o objeto observado" (2024, n.p). Dessa maneira, identificamos que isso foi uma estratégia muito importante que os viajantes-naturalistas adotaram, a fim de que suas viagens ganhassem materialidade, que nesse caso seria alcançada com a escrita e publicação do diário de viagem. Esse tipo de produção deveria ser construído de modo a provocar interesse em outras pessoas, nesse caso, pessoas inseridas naquele universo científico. A forma de fazer com que outros estudiosos se interessassem pelos relatos de viagens e outras produções envolveu, portanto, uma seleção estratégica do tipo de informação que deveria constar deles.

Entre os temas que encontramos nos diários de Saint-Hilaire, que serão aqui destacados, estão o das doenças e as práticas de cura usuais no Brasil. Identificamos que esse assunto ocupou bastante lugar nas descrições desse viajante. Em muitos momentos, o vemos questionar a forma de a população do Brasil utilizar seus recursos naturais, seja para tratamento de doenças ou para outras finalidades. Percebendo que Saint-Hilaire escreveu bastante sobre esse tema, coube-nos a partir de agora, identificar quais estudos e concepções de história natural e médicas ele utilizou para embasar e fundamentar pesquisas dessa natureza. Analisando os relatos de viagens e outras produções que apontamos anteriormente, percebe-se que, além das correspondências que mantivera com estudiosos europeus, Saint-Hilaire utilizou informações conseguidas com os povos indígenas, com outros homens de carreiras notáveis contemporâneos a ele e com outras pessoas estabelecidas nas regiões, sem que tivessem necessariamente formação acadêmica.

Nas anotações de Saint-Hilaire inclui-se, testemunhos dos nativos e de outras fontes, como relatos de outros viajantes, a análise de periódicos de época, como "O Patriota" e "Correio Braziliense", e referências de historiadores e outros estudiosos de assuntos relacionados ao Brasil. Jean-Marc Drouin (2021) ressalta que para a identificação e reconstrução da fisionomia da vegetação, o francês levou em conta o vocabulário dos habitantes, além de integrar a dimensão do tempo em suas observações. Isso também ocorre quando tenta fundamentar seus estudos sobre doenças e práticas de cura, pois nota-se que ele leva em

consideração as informações dadas pelos habitantes das regiões para as quais viajou. Saint-Hilaire destacou alguns dados obtidos acerca de uma das plantas que considerou estar entre as setenta mais importantes no Brasil, a *Simaruba versicolor, Paraíba,* segundo ele*,* isso correspondia ao nome indígena "*para*" diversidade e *"iba"* era árvore*.* O botânico escreveu com quem adquiriu informações sobre desse recurso natural:

> **Os habitantes do sertão consideram** sua casca em infusão na cachaça um remédio específico para mordida das serpentes venenosas. O que há de certo é que é empregada com grande sucesso para curar as doenças pediculares dos homens e sobretudo a dos cavalos, bastante frequentes nessas regiões. **Um fato que vou relatar acabará de provar a realidade dessa propriedade.** Do sertão ela poderia ser enviada para o litoral e as regiões de mata virgem onde ela não cresce, e substituiria em todo o Brasil os vermicidas mais poderosos. – Sabe-se também que a Simaruba de Caiena foi empregada com vantagem como vermicida. **É de se acreditar, segundo o que precede, que nossa planta teria essa propriedade num grau mais elevado ainda**. **Alguns habitantes do sertão** me disseram, é verdade, que a consideravam um veneno; mas é provável que se ela é perigosa para o homem, como a maior parte dos amargos, é somente quando em dose forte demais ou quando se faz dela um uso errado. É evidente, aliás, que uma simples suposição desse tipo **deve levar a não fazer tentativas senão com as precauções necessárias** (SAINT-HILAIRE,2013, p.39-42, grifos nosso).

Com base nesse trecho, vê-se claramente que Saint-Hilaire indagava aos habitantes sobre os assuntos que poderiam auxiliar suas pesquisas. De igual modo, percebemos que essas informações eram acompanhadas das considerações do botânico, sobretudo quanto a forma de utilização de determinados recursos naturais pelos habitantes do Brasil, e isso é recorrente em seus textos. Nos estudos do viajante percebemos seu esforço em fundamentar o que descrevia também a partir de obras editadas no próprio Brasil. O resumo histórico dado por Saint-Hilaire para a Província de Minas[14], em que procurou descrever como era a região desde o momento de sua fundação,

[14] Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. – 2. Ed.- Belo Horizonte- MG: Itatiaia, 2019. p.46.

está baseado nos estudos do historiador, eclesiástico e político do Brasil, José de Sousa Azevedo e Araújo Pizarro (1753-1830). Saint-Hilaire destacou em suas notas explicativas a consulta que fez à obra de Pizarro, “Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI (1820)”. Essa publicação foi dividida em dez volumes e trata a história do Brasil no período colonial sob a ótica documental e descritiva. Esse aspecto descritivo em suas narrativas de viagem então, seguia então, a um padrão estético de estudos do mesmo período, que é o caso da obra escrita pelo Monsenhor Pizarro.

Além da interação e da troca de informações entre o francês e diversas pessoas, e a utilização de inúmeras fontes sobre o Brasil, Saint-Hilaire também contou com ajuda das pessoas do Brasil para o recolhimento dos próprios recursos naturais que tomava nota. Além disso, os habitantes os ajudavam em seus deslocamentos pelas regiões desconhecidas por ele. Dessa forma, para compreendermos os aspectos presentes no *métier* desse viajante temos que levar em consideração os saberes angariados com múltiplos atores sociais, estudos feitos a partir de fontes publicadas no Brasil e todas as coisas que contribuíram, em alguma medida, para que os objetivos pretendidos com as viagens exploratórias pudessem ser alcançados.

Nos relatos e estudos sobre o Brasil feitos por Saint-Hilaire, e outros viajantes contemporâneos a ele, percebemos que após tomarem as notas das informações trocadas com outras pessoas durante a viagem, eles “tentavam cruzar os testemunhos e duvidavam dos casos fantásticos que frequentemente ouviam” (KURY, 2009, p.202). Com base na recorrência de intelectuais europeus mencionados nos textos de Saint-Hilaire, nos parece que ele se inspirou com mais intensidade nas concepções científicas partilhadas por esses homens do que em outros saberes adquiridos de outras maneiras. Ainda assim, podemos dizer que o conhecimento presente na produção do francês integrou estudos tanto da cultura modernizante europeia quanto aqueles que se deram no Brasil, conforme as passagens que estão sendo destacadas nesta pesquisa.

Ao que se refere às influências de estudos desenvolvidos na Europa nos trabalhos de Saint-Hilaire, Jean-Pierre Vittù (2021) salienta que na juventude, o

francês tinha ido à Alemanha aprender técnicas de refino, pois como já mencionamos, sua família por parte materna pertencia ao ramo de comércio açucareiro em Orléans. Ainda segundo o autor, o aprofundamento na prática do idioma alemão lhe permitiu familiarizar-se com as obras de Alexander von Humboldt (1769-1859)[15]. Dessa forma, sua maneira de conceber determinados aspectos do Brasil encontrou eco no referencial teórico sobre estudos da natureza e sociedade pressentes nas obras desse intelectual. Kury destaca que para Humboldt, "o conjunto de cada paisagem compõe o caráter específico de seus habitantes, mesmo que todos os povos formem uma só humanidade" (KURY, 2014, p.169). Esse trecho deixa evidente que esse naturalista entendia que o ambiente, o meio natural influenciava nas características morais das pessoas.

Com base nisso, selecionamos um trecho da obra de Saint-Hilaire intitulada *Víagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil,* em que percebemos o reflexo dessa relação entre natureza e sociedade:

> O calor moderado que faz em Tijuco torna raros a lepra e a elefantíase, enquanto a inconstância ela temperatura multiplica as gripes e bronquites. Outras afecções mórbidas são comuns no Distrito dos Diamantes; mas não é ao clima que devemos atribuí-las; elas são oriundas dos vícios e costumes dos moradores da região (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 42).

Nessa passagem, Saint-Hilaire relacionou a lepra e a elefantíase com o calor da região do Tijuco[16]. O neo-hipocratismo foi uma das matrizes médicas e da história natural dos séculos XVIII e XIX, período em que o francês viveu. Entre as ideias presentes nesse movimento está a relação entre ar, água e ambiente na explicação do funcionamento do corpo humano, sobretudo sua influência

[15] Alexander von Humboldt (1769-1859) foi um explorador alemão que percorreu a América do Sul, desde Caracas até as fontes do rio Oniroco e desde Bogotá a Quito pela região Andina e as colônias espanholas do México. Na obra "Cosmos" comunicou a excitação intelectual e a necessidade prática da investigação científica. Demonstrou que não poderia haver conhecimento científico sem experimentação verificável. Extraído de http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/1859-morre-na-alemanha-alexander-von-humboldt/. Acesso em 06 de outubro de 2024

[16] Embora sua formação tenha ocorrido em função da exploração do ouro, o crescimento e consolidação decorreu da descoberta de diamantes na região, em 1720. Criou-se, então, uma ordem administrativa especial para o território, estabelecida com a Demarcação Diamantina, em 1731, que incluía o antigo Arraial do Tijuco e outros arraiais de extração. Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

sobre a saúde e doença. Compreende-se, com base em muitas passagens escritas por Saint-Hilaire similares a que foi destacada, que a principal ideia do francês era de que o mundo humano seguia uma lógica climática, do meio ambiente de uma forma geral. O francês pode ter se inspirando, assim como Humboldt, no ideário hipocrático, pois no período em que ele viveu houve uma espécie de ressurgimento dessas ideias. Contudo, além desse determinismo ambiental na explicação das doenças, nas publicações de Saint-Hilaire vemos que ele buscou explicações sobre o clima das regiões também com outras pessoas nelas estabelecidas. Em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul* Saint-Hilaire escreveu:

> Após as refeições, **mantinha longas conversas com o senhor Paulette**, homem sensato, inteligente e de sentimentos nobres. **Tive** assim **um prazer** de que estava privado há muito tempo: o de **poder comunicar minhas ideias** a um homem capaz de ouvir-me e de satis fazer-me o espírito, enquanto, por sua vez, me transmite suas ideias. [...]**Segundo o testemunho dos moradores** daqui, **inclusive o do padre**, o mês de fevereiro é regularmente o mais quente do ano; no inverno, faz tanto frio a ponto de ne var. O vento norte traz chuvas, o do Sudoeste, tempestades e às vezes granizo, enquanto o bom tempo é, de regra, acompanhado do vento leste. (SAINT-HILAIRE, 2002, p.337, grifos nosso).

Nessa passagem, Saint-Hilaire ressalta que – quando estava numa região, nas Margens do Rio Butuí, afluente do Rio Uruguai, localizado no Rio Grande do Sul– manteve conversas com um Coronel, o Sr. Paulette. Nota-se que ele menciona ainda as informações sobre o clima local que lhes foram dadas por um padre e por moradores dali.

Ainda buscando informações sobre o clima das regiões que percorria, em uma nota Saint-Hilaire relata uma situação observada em sua *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás (Tomo primeiro)*". O viajante citou o Dr. Joseph François Xavier Sigaud (1796-1856), um importante médico que escreveu a obra *Du climat et des maladies du Brésil*, cujo texto esclarece que,

> a picada de cascavel cura a lepra e não mata o doente. Decidiram deixar um leproso Mariano José Machado a se deixar morder no Rio de Janeiro por uma cobra cascavel e sucumbiu ao cabo de 24 horas. **Sigaud** concluiu que os sintomas que se manifestaram, que a ação do veneno modifica a pele e que

> podem esperar os mais felizes resultados duma inoculação feita com prudência (SIGAUD, p. 387 *apud* SAINT-HILAIRE, 1944, p.145, grifo nosso).

Essa passagem nos revela que o botânico consultou a obra de Sigaud para compreender um caso de um homem doente de morfeia e que havia sido picado por uma cobra cascavel na região de Caeté[17]. Segundo Saint-Hilaire, deram ao homem amônia e ele ficou curado da picada de cobra, além de todos os sintomas da hidrofobia terem cessado, desaparecendo em pouco tempo também a elefantíase. Nota-se que após a observação acerca da prática de cura adotada no homem doente daquela região, o botânico buscou informações para identificar se o que observou era o mais correto a se fazer. Nesse caso, ele utilizou as considerações do médico franco-brasileiro, que foi muito importante na literatura médica brasileira. Com isso, entendemos que após as viagens, Saint-Hilaire incorporava às suas narrativas, outros estudos, a fim de fundamentá-las. Isso também nos mostra que o relato de viagem não equivale integralmente à viagem, pois ao regressar, os viajantes incorporavam-lhe outros aspectos a partir de novos estudos, pesquisas e até mesmo correções de dados informados em obras de suas autorias publicadas anteriormente.

Em sua obra de botânica *Plantas Usuais dos Brasileiros*, de 1824, Saint-Hilaire também adicionou informações de outros agentes sociais para complementar o estudo de determinadas plantas. Ao descrever sobre a *Cephaelis Ipecacuanha* – conhecida também como “Poaya do Mato”, e que segundo ele se localizava nas regiões de Pernambuco, Bahia, Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de São Paulo, ilhas do Paraíba e às margens dos rios Rio Xipotó e Pomba – o francês ressalta:

> A descoberta da Ipecacuanha é devida aos **índios brasileiros. Marcgraff e Piso** foram os primeiros que a fizeram conhecer na Europa e a experiência logo confirmou os elogios que haviam feito a este precioso remédio. No entanto, como sua descrição era muito incompleta, serviu-se, durante longos anos, da Ipecacuanha sem saber a que planta era preciso se reportar. Enfim, em 1800, o doutor **Antônio Bernardino Gomes** mostrou exemplares dela, cheios de flores, na Europa. **Brotero** as descreveu e as inscreveu nos atos da Société Linnéenne de

[17] Atualmente é um município brasileiro no estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Localiza-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

> Londres e pôs assim um fim às incertezas dos médicos e dos naturalistas (SAINT-HILAIRE, 2013, p.44-45, grifos nosso).

Identifica-se que, para embasar seus estudos sobre as propriedades da "Poaya do Mato", o francês mencionou os indígenas do Brasil; os viajantes neerlandeses Georg Marcgraf (1610-1644) e Willem Pies (1611-1678), que viveram muitos anos no Brasil quando da ocupação holandesa no século XVII; um médico e botânico português Bernardino Antônio Gomes (1768-1823), que realizou estudos importantes sobre plantas medicinais brasileiras; um botânico português, Félix de Avelar Brotero (1744-1826). Percebemos que foram elencados diferentes saberes na obra de Saint-Hilaire sobre as propriedades das plantas utilizadas para diversas finalidades no Brasil. Baseado nesse trecho, dizemos que o tipo de conhecimento presente em seu *métier* e nos relatos abarcou agentes e multifacetados e estudos de diversas esferas. Entretanto, para o estudo de história natural, Saint-Hilaire recorria mais aos estudiosos que na época já eram reconhecidos no mundo científico, distinguindo-os daquelas pessoas que os ajudou com informações, mas que não pertencia ao seu universo científico. Identificamos essa diferenciação na forma como a qual ele se referiu a determinados personagens:

> M. Vauquelin fez a análise da casca de S.pseudoquina e considerou que ela continha principalmente: 1º uma matéria amarga que forma a maior parte de seus princípios solúveis, e que, segundo nosso **ilustre** químico, parece ser aquela na qual residem as propriedades febrífugas (SAINT-HILAIRE, 2013, p.19, grifo nosso).

Ao se referir ao químico e farmacêutico francês Nicolas Vauquelin (1763-1829), Saint-Hilaire utilizou o adjetivo, "ilustre". Essa forma valorosa em referenciar intelectuais estrangeiros é recorrente em seus estudos. É possível perceber em outra passagem essa forma diferenciada que em mencionar outro estudioso europeu:

> Segalas, médico e **hábil** experimentador, constatou também que o princípio amargo de S. pseudoquina, quando injetado nas veias dos animais, produz efeitos diferentes daqueles determinados pela estricnina. Ele constatou também, por experiências, que esse mesmo princípio amargo tem uma atividade muito mais fraca que o extrato alcoólico da noz-vômica, e sobretudo que a brucina e a estricnina, e embora se torne venenoso ingerido em certa quantidade, como muitas outras

> substâncias usadas em medicina, ele pode ser administrado sem o menor temor nas doses em que é empregado habitualmente, e mesmo em doses mais fortes. Assim, mesmo que o uso feito por grande parte dos brasileiros, há tantos anos, da casca de S. pseudoquina, não tivesse demonstrado que está muito longe de ter qualquer inconveniente para a saúde, **poderíamos estar, quanto a isso, inteiramente seguros pelas experiências que acabo de citar** (*idem*, grifo nosso).

Saint-Hilaire utilizou o adjetivo "hábil" para se referir ao médico europeu que havia realizado experimento com a "Quina do campo". O viajante salientou o estudo desenvolvido sobre o uso desse recurso em proveito da saúde, feito pelo médico europeu, Segalas. Saint-Hilaire ressaltou que aquele "hábil experimentador" constatou que a planta poderia ser empregada em doses mais fortes sem causar prejuízo aos habitantes do sertão de Minas Gerais, uma das regiões em que a "Quina do campo" foi localizada. Além disso, o botânico francês registrou como o recurso foi utilizado pelos habitantes do Brasil. Com isso, entende-se que o francês buscava fundamentar seus estudos por meio de diversas formas, observando os habitantes do Brasil na utilização dos recursos naturais e buscando compreendê-los, sobretudo, a luz dos estudos feitos por intelectuais europeus.

Embora o maior destaque às concepções de cientistas estrangeiros nos trabalhos de Saint-Hilaire, conforme as passagens aqui apresentadas, percebemos que foram muitos os saberes que o ajudaram a formular suas pesquisas sobre o Brasil. A produção do conhecimento desse botânico foi construída em conjunto com diversas pessoas e referências, pois conseguimos perceber nela as informações de grupos e estudos teóricos multifacetados na construção do saber. Assim como as transformações de diversas esferas que foram ocorrendo no Brasil e no mundo, o conhecimento refletido no trabalho desse viajante-naturalista obedeceu a esses contextos e mudanças, além das concepções de mundo que possuía cada agente que contribuiu para suas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos presentes nos relatos de viagem e em outros estudos de

Saint-Hilaire sobre o Brasil, correspondem ao conjunto de relações que o uniu tanto a pessoas e pesquisas situadas no mesmo campo de atuação dele, quanto a outros agentes com os quais se deparou no seio de seu *métier*. As atividades do campo da história natural e dos viajantes-naturalistas foram se estruturando de acordo com determinado espaço-tempo. Saint-Hilaire não tinha como grande mote de sua viagem ao Brasil, o retorno financeiro, mas, procurava seu lugar na sociedade a partir da contribuição que pudesse dar para o desenvolvimento da humanidade, ideário muito propagado no período ilustrado. Apesar de percebemos que na "ciência" presente no trabalho de Saint-Hilaire refletem as concepções advindas do Século das Luzes, podemos perceber também, que as bases da visão de mundo desse período já vinham sendo forjadas desde o século que o antecedeu. Dessa maneira, alguns aspectos científicos no trabalho de Saint-Hilaire foram conformados em diferentes temporalidades.

Enquadrar esse viajante como profissional no âmbito científico, nas primeiras décadas do século XIX, ainda não é algo simples, uma vez que se entende que para o estabelecimento de uma profissão, determinadas pessoas devem gozar de uma *expertise* específica, além de reivindicar o monopólio de suas atividades. Entretanto, os estudos de Saint-Hilaire nas primeiras décadas do Oitocentos foram mais abrangentes. Ao longo das viagens, o botânico ultrapassou a área de botânica e construiu uma literatura bastante vasta sobre povoação, história e muitos outros aspectos que achou serem dignos de nota. Portanto, o fazer "científico" daquele viajante-naturalista e de outros contemporâneos a ele, obedeceu ao padrão típicos de sua época.

Entendemos que nas pesquisas tanto botânicas quanto da sociedade e cultura do Brasil, Saint-Hilaire contou com a participação de indivíduos que nem sempre tinham conhecimento botânico, mas que também integraram o trabalho desenvolvido pelo naturalista, como habitantes de outras carreiras no Brasil, outros cientistas europeus de mesma "formação", os povos indígenas das regiões que visitou e de outros agentes. Embora identifiquemos em suas produções o predomínio das concepções de mundo eurocêntricas, para desenvolvimento de suas pesquisas sobre o Brasil, sobretudo acerca da história natural, Saint-Hilaire contou com saberes que circulavam em diversos espaços.

Seus relatos e estudos sobre o Brasil, portanto, foram construídos de forma dialógica, reunindo diversas perspectivas, vozes e atores sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. (org.). **As Ciências no Brasil**. 2.ed. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1994. v.1.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (dir.). **O homem do Iluminismo**. Laterza & Figli Spa, Roma- Bari. 1992.

CARNEIRO, Renata. **A relação entre natureza e sociedade nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais e Goiás (1816-1822).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Saúde e das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2023, 153 p.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. História natural e as ideias de geração e herança no século XVIII: Buffon e Bonnet. **História, Ciências, Saúde– Manguinhos**, II (2), 33-50 Jul.-Oct.1995.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859-1861). **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v.9, n.2, 2013, pp. 11-41. Disponível em: https://periodicoshomolog.saude.sp.gov.br/index.php/cadernos/article/view/34307/33003. Acesso em 11 set. de 2024.

DANTES, Maria Amélia M. Fases da implantação da ciência no Brasil. **Quipu-Revista Latinoamericana de Historia de las ciências y de la tecnologia**, v.5, n.2, p. 266-275, 1988.

FARA, Patricia. **Newton:** the making of genius. Primeira Edição de 2002, Londres-Nova York: Macmillian-Columbia University, Press, 2016, p.13.

FERREIRA, Luiz Otávio. Introdução. In: SIGAUD, J.F.X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 494p.il.,tab. (Coleção História e Saúde; Clássicos e Fontes).

JARDINE, N; SPARY, E.C. The natures of cultural history. In: JARDINE, N; SECORD, J.A.; SPRAY, E.C (eds.). **Cultures of natural history**. Cambridge: University Press, 1996. p.3-13.

JORDANOVA, Ludmilla. Earth science and environmental medicine: the

synthesis of the late Enlightenment. **Images of the earth**: essays in the history of the environmental sciences. JORDANOVA, Ludmilla; PORTER, Roy (edited). BRITISH SOCIETY FOR THE HISTORY OF SCIENCE. 1995.

KURY, Lorelai. As mil vozes da natureza. In: KURY, Lorelai (org.) **Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX.** Rio de Janeiro, A. Jakobsson, 2014.

KURY, Lorelai. Traços biográficos. In: BARBO, Lenora de Castro (organizadora). **Uma viagem pelo sertão:** 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

KURY, Lorelai. **Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar**. p.1-11. 2003. Disponível em http://www.arca.fiocruz.br.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, supl.1, 2004, pp.109-129. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GL9GPgHLcpNLsdyv7hqDY4N/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 11 set. de 2024.

KURY, Lorelai. A ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). **Revista Brasileira da Ciência,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124.2011.

KURY, Lorelai. Botany in war and peace: France and the circulation of plants in Brazil (late eighteenth and early nineteenth century). **Portuguese Journal of Social Science**, v. 16, n. 1, p. 7-19, 2017.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as Ciências Naturais no século XX. Sã Paulo: Hucitec, 1997.

MARC DROUIN, Jean- Aspecto de uma notoriedade. In: **Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) um botaniste français au Brésil.** [em ligne]. Paris: publications scientifiques du Muséum, 2016 (généré le 23 septembre 2021).

MOREIRA LEITE, Miriam L. Travel naturalists. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, I (2): 7-19, nov. 1994-feb. 1995.

PINHEIRO. Rachel. **Aspectos das produções textuais nas viagens científicas**. Disponível em: ASPECTOS DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS NAS VIAGENS CIENTÍFICAS (triplov.com). Acesso em 28 set. de 2024.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Tomo primeiro**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944. 160 – SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goiás. Tomo segundo. Companhia Editora Nacional: São Paulo: 1937.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**: com um resumo histórico das revoluções do Brasil desde chegada de D.

João VI à América à abdicação do Imperador D. Pedro. Tradução de Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília** : Senado Federal, Conselho Editorial: 2002, 575 p. -Viagem ao Rio Grande do Sul (senado.leg.br).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** – 2. Ed.- Belo Horizonte- MG: Itatiaia, 2019. 380 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Plantes usuelles des brasiliens. In:* BRANDÃO, Maria G. Lins; PIGNAL, Marc (editores). ***Plantas Usuais dos Brasileiros****. Auguste de Saint Hilaire.* Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourao e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/mhnjb/ceplamt/wpcontent/uploads/2014/02/miolo01032014final.pdf. Acesso em 13 set. de 2024.

SILVA, Katia Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOARES, Luiz Carlos. **A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII:** um diálogo com a historiografia acerca de “Ciência” na “Era das Luzes”.-1.ed.-Rio de Janeiro:7Letras,2020.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras. 1983.

VARELA, A.G.; LOPES, M.M.; FONSECA, M. R. F. da. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1780-1819). **Anais do Museu paulista***: História e Cultura Material,* São Paulo, v.13, n.1, 2005, pp.207-234. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/cxNbFYSY4DLqYyGcRsZYNhH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 13 set. de 2024.

VITTÙ, Jean Pierre. O inspirador Saint-Hilaire. IN: SANTOS JR., Amador dos (Org.). **Minas gerais e Orleans**: olhares no Caminho Saint-Hilaire. Belo Horizonte: Ramalhete, 2021. 215 p.: il, p&b. color.

Recebido em 05/10/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A QUÍMICA NOS PRIMÓRDIOS DE BELO HORIZONTE
Sujeitos e Instituições Pioneiras na Capital Mineira

THE CHEMISTRY IN THE EARLY DAYS OF BELO HORIZONTE
Pioneering Subjects and Institutions in the New Capital of Minas

RODRIGO RÉGIS CAMPOS SILVA[1]

LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA BARBOSA[2]

CARLOS ALBERTO LOMBARDI FILGUEIRAS[3]

RESUMO

Neste artigo são abordadas as primeiras atividades relacionadas ao desenvolvimento de uma Química empírica e suas diversas aplicações nos anos iniciais de Belo Horizonte, mencionando os seus protagonistas e instituições. Buscou-se construir uma compreensão do percurso e desenvolvimento dessas técnicas nos primórdios da cidade, que desde a sua inauguração, em 1897, já detinha o status de capital de Minas Gerais. A análise historiográfica abrange desde os tempos de Curral del Rei, arraial escolhido como a localidade para sediar a nova capital em 1893, até o ano de 1912, quando o químico alemão Alfred Schaeffer se consolidou como a principal referência da Química na cidade, dirigindo o Laboratório de Análises Químicas do Estado. Foram utilizadas as mais variadas fontes para escrever esta trajetória: os relatórios da *Comissão de Estudo das Localidades para a Nova Capital* e da *Comissão Construtora da Nova Capital*, relatórios dos primeiros prefeitos, além de anuários, almanaques e periódicos da época. Por meio das análises químicas das águas da localidade, confirmou-se sua qualidade para sediar a futura capital. Nos primeiros anos de uma Belo Horizonte recém-inaugurada, formulações farmacêuticas diversas começaram a ser produzidas, diminuindo a necessidade de importação dos produtos congêneres, o mesmo acontecendo com alimentos e materiais de higiene pessoal. A partir de 1911, com a chegada de Alfred Schaeffer e a montagem de um laboratório com equipamentos trazidos da Alemanha, começaram as análises químicas de diversas amostras, como águas minerais e de abastecimento, leite e minérios.

Palavras-chave: Química do século XIX tardio. Química numa nova cidade. Primórdios de Belo Horizonte.

[1] Doutorando em Química UFMG. Professor do CEFET-MG *Campus* Divinópolis: rodrigoregis23@gmail.com
[2] Professor do Departamento de Química da UFMG: lcab@outlook.com
[3] Professor do Departamento de Química da UFMG: calfilgueiras@gmail.com

ABSTRACT

In this article we discuss the initial activities related to chemistry and its various applications in the early years of Belo Horizonte, mentioning its actors and institutions.The aim was to build an understanding of the development of its technical aspects in the early days of the city, since its foundation in 1897 as the new capital of Minas Gerais. The historiographical analysis spans the time from 1893, when the village of Curral del Rei was chosen as the site for the new capital until 1912, when the German chemist Alfred Schaeffer became the main reference in Chemistry in the city, as the Director of the State Chemical Analysis Laboratory. Varied sources were used to describe this trajectory: the reports of the Commission of Study of the Localities for the New Capital and the Commission for the Construction of the New Capital, as well as reports by the first mayors, yearbooks, almanacs and periodicals of the time. Through the chemical analysis of the waters of the site, their quality was approved to host the future capital. In the first years of the new city several novelties appeared, such as the production of pharmaceutical formulations, reducing the need for imports, as well as food and personal hygiene products. From 1911, with the arrival of the renowned German chemist Alfred Schaeffer and the establishment of a laboratory with equipment brought from Germany, chemical analyses of various samples were undertaken, such those of water, milk and minerals.

Keywords: Late 19th Century Chemistry. Chemistry in a new city. Dawn of Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO

Este trabalho diz respeito a um projeto de pesquisa versando sobre aspectos da ciência química que se desenvolveu e se praticou em Belo Horizonte, desde os primórdios da cidade, planejada e construída sobre a pequena Curral del Rei, e inaugurada ao final de 1897. Esta abordagem representa uma forma de ver a maneira como a ciência química se originou na cidade a partir de conhecimentos e práticas empíricas, usando técnicas as mais diversas, que eventualmente vieram a desembocar numa atividade verdadeiramente científica, dotada de critérios universalmente seguidos. O conhecimento desse processo é essencial se se quer analisar a gênese desta atividade científica. A forma de conduzir esta pesquisa contraria uma noção bastante disseminada, e tida por muitos como quase um dogma, de que antes da Reforma Universitária de 1968 praticamente não havia ciência de valor, ou cujos valores talvez nem valessem a pena pesquisar ou divulgar, em virtude de

sua alegada insignificância. Este é um preconceito, como tantos outros, que esta investigação se propõe agora a desafiar no que respeita à Química. A posição de um certo menosprezo implícito se depreende de muitas publicações da segunda metade do século XX, em que a ciência de antes de meados daquele século no Brasil só é mencionada de forma rápida e superficial, com poucas exceções, como na ciência biomédica de inícios do século XX. A Química, em particular, se ressente de uma parca atenção nos escritos gerais sobre a ciência brasileira. Quanto ao período anterior ao século XX, então, a historiografia vivia até recentemente na indigência. Mesmo em livros respeitados e frequentemente citados, como o de Simon Schwartzman (SCHWARTZMAN, 2001), a Química não atinge o detalhamento que a historiografia atual é capaz de exibir em todos os períodos, da colônia ao império e à república, como hoje se vê na grande quantidade de publicações a este respeito. Uma exceção ao quase desprezo que existia quanto aos períodos mais antigos pode ser visto numa obra antiga, organizada pelo historiador positivista Fernando de Azevedo, cujo livro de 1955, As Ciências no Brasil, consta de dois volumes escritos por vários especialistas. No caso da Química, o capítulo correspondente se deveu ao químico alemão Heinrich Rheinboldt, que procedeu dentro dos rigorosos padrões germânicos de pesquisa, sobretudo por fontes primárias em livros antigos (RHEINBOLDT, 1955). Contudo, quase não há pesquisa em arquivos. Portanto, embora o trabalho de Rheinboldt tenha sido um iniciador, muito restava ainda por fazer, assim como havia uma enorme necessidade de contextualização historiográfica e social.

Entre preconceitos semelhantes com relação a obras antigas em outras áreas, pode-se chamar a atenção de um deles, que é o desprezo voltado à chamada arquitetura eclética que vigorou no Brasil e em grande parte do mundo da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, favorecendo a arquitetura modernista sobre todas as outras formas de expressão da arte de edificar. Talvez o auge deste sentimento possa ser apontado em meados do século XX, sobretudo ao tempo da construção de Brasília. Hoje está em curso em diversos países uma reavaliação daquela arquitetura eclética, buscando mostrar muitas de suas qualidades, antes

execradas pelos cultores mais exaltados do modernismo (SALGUEIRO, 2020). Esta comparação tem semelhanças com o menosprezo que era votado ao estudo histórico da Química da virada do século XX, desprezando-a como antecessora, mesmo de forma modesta, da Química moderna.

Na historiografia moderna da Química, seria conveniente citar as opiniões de dois grandes especialistas. O primeiro é Allen Debus (1926-2009), professor da Universidade de Chicago, e com muitas ligações com o Brasil. Sobre a Química moderna, ele escreveu: "(...) há um interesse crescente na profissionalização da Química, um tema que inclui a fundação de sociedades químicas e o desenvolvimento da educação química. E é um assunto de grande importância para a História como um todo levar em conta o surgimento da indústria química no século dezenove e mostrar a relação desta ciência com o estado" (DEBUS, 1984, p. 47). As observações de Debus se casam bem com os objetivos do presente trabalho. O segundo historiador da ciência que se quer apontar é o dinamarquês Helge Kragh, autor de vasta obra, sobretudo no campo da Historiografia da Ciência. Num texto instigante de sua autoria, assim diz ele: "buscar uma definição de 'ciência' ou 'cientista' não é útil num contexto histórico. Os critérios de demarcação, tais como aqueles encontrados na Filosofia da Ciência, são baseados principalmente em reflexões sobre a moderna Ciência Física e não seriam adequados ao uso histórico. Isso conduziria inevitavelmente a distorções e anacronismos, e à exclusão de formas de ciência que não são aceitas hoje. A visão da ciência que temos hoje é ela própria o produto de um processo histórico, uma luta em que apenas as visões vitoriosas sobreviveram. O historiador deve se preocupar, em princípio, com aquelas ocorrências que foram reconhecidas no tempo como pertencentes ao campo da ciência, ajustem-se ou não essas ocorrências às visões contemporâneas" (KRAGH, 1989, p. 24). Este relativismo está de acordo, por exemplo, com a importância que se dá hoje em dia à história de manifestações que resvalaram para o campo da pseudociência, como a alquimia, mas cujo estudo histórico é de grande importância para a Historiografia contemporânea.

O presente trabalho se propõe a demonstrar que, ao contrário do que muitas vezes se defende, houve uma grande e importante atividade na Química

em Belo Horizonte, em muitos de seus aspectos, ao longo de todo o período precedente à Reforma Universitária de 1968, desde os primórdios da cidade. A pesquisa se situa dentro de uma tradição de investigar as múltiplas facetas (históricas, sociais, econômicas, educacionais) do desenvolvimento da Química no Brasil, desde o período colonial, numa revisão historiográfica necessária quanto ao período considerado. Levando em conta o epíteto repetido hoje universalmente para a Química como ciência central, a investigação de sua evolução nas várias sociedades é por demais oportuno. Tanto o tema como seu período no presente estudo têm sido até agora praticamente ignorados em nossa historiografia, apesar do que já se fez quanto a muitos outros aspectos na História da Química no Brasil (FILGUEIRAS, 2015).

A atividade descrita no presente estudo, embora mais técnica que científica, se revestiu de enorme valor e seus efeitos perduram até a atualidade. Sem ela, dificilmente teria sido possível levar a cabo tudo aquilo que se conseguiu lograr posteriormente. Em decorrência desse caráter de desvendar um tema ainda praticamente inexplorado, optou-se por ir atrás do maior número possível de fontes primárias e divulgar o máximo de documentos visuais sobre o assunto e o período. Este procedimento de buscar um enorme número de fontes primárias permitiu fazer uma análise e comparação das metodologias usadas, que buscavam um conhecimento o mais científico possível para a época, acerca das águas e diversas classes de alimento correntemente em uso na nova capital do Estado. Esses trabalhos analíticos culminariam na criação do Laboratório de Análises Químicas do Estado, para cuja direção foi selecionado na Alemanha o Dr. Alfred Schaeffer, oriundo dos melhores laboratórios daquele país, e que se instalou definitivamente em Belo Horizonte em 1911, como se discutirá ao final. Para o entendimento dos trabalhos que se executavam, à falta de uma descrição pormenorizada em uma única fonte, tivemos que lançar mão de um grande número de fontes primárias as mais diversas, disponíveis em locais variados como o Arquivo Público Mineiro, o Museu Abílio Barreto, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, e a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Esta análise documental e sua comparação foi a metodologia mais adequada para a execução deste trabalho, em virtude da enorme dispersão

dessas fontes. Embora essas fontes pareçam às vezes demasiadas, sua profusão teve o papel de permitir a construção de um verdadeiro mosaico para a compreensão daquilo que se fazia na área antes da vinda de Schaeffer. Este mosaico de atividades mostradas neste trabalho será de grande importância poucos anos depois, quando se criaram, a partir de 1911, várias escolas superiores em que a Química científica foi cultivada e ensinada, como as Escolas de Engenharia, Medicina e Farmácia.

1. ALGUNS PRENÚNCIOS DE QUÍMICA EMPÍRICA NO ARRAIAL DE CURRAL DEL REI

As origens de Belo Horizonte, construída para ser a nova capital de Minas Gerais e inaugurada como tal em 1897, remontam ao início do século XVIII[4], quando se desenvolveu um povoado chamado Curral del Rei. Por quase duzentos anos, até a sua transformação em capital, a economia do arraial era baseada essencialmente na agricultura e na pecuária. Uma das primeiras menções à utilização de técnicas e aplicações da Química em Curral del Rei é assim descrita pelo historiador Abílio Barreto (1883-1959) em seu livro “Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga”, publicado pela primeira vez em 1928:

> [...] em 1845, um curralense inteligente e empreendedor, o Sr. Francisco de Sousa Meneses, fundava uma fundição de ferro e bronze, (...) o imperador, tendo conhecimento daquela notável indústria, uma das primeiras do gênero no país, mandou chamar a sua presença o Sr. Meneses, autorizando-o a pedir a recompensa que quisesse pelo seu importante empreendimento. Este, vexadíssimo com a oferta, achando exagerada a magnanimidade do monarca em relação à indústria que julgava de pouca monta, depois de grande relutância, declarou que ficaria satisfeito com o título de capitão, no que foi imediatamente atendido (BARRETO, 1996a, p. 179).

Em sua dissertação de mestrado, Abreu (2006), analisando as boticas na Comarca do Rio das Velhas[5] na segunda metade do século XIX, menciona a

[4] Segundo Penna (1997), é muito provável que o arraial de Curral del Rei tenha “nascido” entre 1701 e 1702.
[5] Uma das divisões da Capitania de Minas Gerais à época, na qual o arraial de Curral del Rei fazia parte. Em 1866, passou a ser chamada de Comarca de Sabará.

existência do boticário Jacinto Pereira da Silva e sua respectiva botica, em Curral del Rei no ano de 1872, em que pode-se supor se prepararam formulações diversas, constituindo uma das "artes de curar" à época. No *Anuário de Minas Gerais* de Nelson de Senna em 1906, há referência à companhia *The Taquaril Gold Mining Company Limited*, que explorava e beneficiava ouro na Serra do Taquaril ainda nos tempos de Curral del Rei (SENNA, 1906, p. 78). Barreto (1996a) também menciona a presença de uma fábrica de velas de sebo, por volta do ano 1885, que fornecia à Companhia de Morro Velho, mineradora de ouro na atual cidade de Nova Lima, uma média de "18.000 dúzias de velas por ano" (BARRETO, 1996a, p. 223).

Com a Proclamação da República em 1889, aumentou-se o desejo de alteração do nome da localidade por parte da população do então arraial de Curral del Rei. O *Clube Republicano*, associação existente no distrito, após várias reuniões, decidiu inicialmente pelo nome de Novo Horizonte, que foi posteriormente alterado para Belo Horizonte. Assim, oficialmente, em 1890, "a freguesia do Curral del Rei passou a denominar-se Belo Horizonte, conforme requerido pelos habitantes da mesma freguesia" (BARRETO, 1996a, p. 231-232). Nessa época, já se considerava a transferência da capital do Estado, então localizada em Ouro Preto. O distrito de Belo Horizonte, pertencente ao município de Sabará, era um dos principais candidatos. Os defensores dessa ideia, dentre eles alguns membros do Clube Republicano, encaminharam ao governo do Estado um relatório datado de 26 de julho de 1890, com diversas informações sobre o distrito. O documento destaca, entre outros dados, a presença de fábricas no povoado que realizavam algum tipo de processamento químico:

Dentro do povoado há 8 curtumes de barbatimão onde curtem 5 a 6 mil couros de reses por ano. Há na imediação desta freguesia, digo desta povoação, uma fábrica de ferro, onde funde jacotinga e manipula-se o ferro (de propriedade da Cia. Progressista Sabarense) que é de primeira qualidade, com uma força de 40 operários diariamente. Há na freguesia 16 engenhos de cana que produzem açúcar, rapaduras e aguardente em quantidade regular para o consumo (*Clube Republicano*, 1890 *apud* Penna, 1997).

Barreto (1996a), ao citar essa mesma carta, menciona ainda a existência

de “dois cultivadores de vinhas, que já fazem trezentos barris de vinho por ano” (BARRETO, 1996a, p. 237). Penna (1997) também destaca a existência de 40 fábricas de farinha de mandioca e uma farmácia.

Os relatos acima demonstram que uma Química prática já estava presente nos tempos do antigo arraial de Curral del Rei. Técnicas baseadas no conhecimento químico eram empregadas na produção de ferro metálico a partir da redução de minérios, na fabricação de álcool e vinho por meio de fermentação e destilação nos engenhos de cana e vinícolas, além da transformação de peles em couro, utilizando casca de barbatimão, rica em taninos, no processo de curtimento.

2. AS ANÁLISES QUÍMICAS DE ÁGUA EXIGIDAS PELA COMISSÃO DE ESTUDO DAS LOCALIDADES INDICADAS PARA A NOVA CAPITAL E PELA COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

No início da década de 1890, a proposta de transferir a capital de Minas Gerais, então Ouro Preto, ganhou força. Em 1892, o primeiro presidente[6] eleito do Estado na era republicana, Afonso Pena (1847- 1909), encarregou o engenheiro geógrafo e civil Aarão Reis (1853-1936) de montar uma comissão[7] para avaliar o melhor local para a nova capital. Em 16 de junho de 1893, Aarão Reis apresentou ao presidente um relatório de estudos das localidades candidatas. Neste relatório foram avaliados diversos parâmetros das localidades candidatas a nova capital do Estado, como condições do solo e subsolo, climatologia, topografia e posição geográfica. Outro parâmetro avaliado foi a abundância e qualidade das águas, incluindo diversas análises de caráter físico-químico. As águas de Belo Horizonte foram coletadas dos córregos Acaba Mundo, Serra e Cercadinho e analisadas no Laboratório Químico da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, então Capital Federal. As análises físico-químicas

[6] O termo “presidente” foi usado para designar os governadores dos estados brasileiros desde a Proclamação da República, em 1889, até 1930.

[7] A comissão tinha como objetivo avaliar cinco localidades sugeridas como possíveis sedes da nova capital de Minas Gerais: Arraial de Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Paraúna. Os estudos no arraial de Belo Horizonte ficaram sob a responsabilidade do engenheiro civil Samuel Gomes Pereira.

realizadas foram de caráter qualitativo nas especificações de "limpidez, cheiro e sabor", e de forma quantitativa nas dosagens gravimétricas de variadas espécies, como os ânions silicato, sulfato e carbonato, e dos cátions cálcio e magnésio. Os resultados revelaram a existência destas "substâncias em proporções tais que nada prejudicam a economia animal, nem podem produzir os depósitos de sais calcários em quantidade tal que venham a danificar os encanamentos". A análise volumétrica se fez presente na determinação da dureza da água, chamada à época de hidrotimetria[8]. "A análise hidrotimétrica também demonstra a potabilidade das águas de Belo Horizonte, pois que, tratadas pela solução alcoólica de sabão, apenas opalescem". Também se dosou a matéria orgânica presente, especificação considerada a "mais importante para o critério de potabilidade", através de titulação com solução de permanganato de potássio. As análises revelaram teor de matéria orgânica "muito aquém do limite admitido". Segundo Samuel Gomes, as análises das águas "deram resultados satisfatórios (...), e podem, portanto, ser fornecidas diretamente à população, sem carecerem de 'epuração' ou filtragem preventiva". O engenheiro assim concluiu: "(...) podemos afirmar que as águas de Belo Horizonte são abundantes para o abastecimento de uma cidade das proporções exigidas para a nova capital, e além disso, são de boa qualidade, como pode garantir a sua análise química" (MINAS GERAIS, 1893, anexo B, p. 10-11)[9].

A *Comissão de Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital* também contou com as observações do médico higienista José Ricardo Pires de Almeida, que alertou sobre os inúmeros casos relatados de bócio e cretinismo[10] na região do arraial de Belo Horizonte, desaconselhando a construção da nova capital nesse local.Na época, Pires de Almeida acreditava que o bócio era

[8] Segundo Leonardo, Martins e Fiolhais (2011), a hidrotimetria era uma técnica utilizada para se determinar a dureza química da água, provocada principalmente pelos íons cálcio (Ca^{2+}) e magnésio (Mg^{2+}). Ela foi introduzida em França pelos químicos Antoine Boutron e Félix Boudet, em 1854. Baseava-se na adição de uma solução de sabão à amostra de água até a formação de uma espuma permanente, sendo a quantidade de sabão necessária para se formar a espuma proporcional à dureza da água.

[9] Para mais informações sobre as análises físico-químicas a que as águas de Belo Horizonte foram submetidas, recomenda-se a leitura do trabalho de Silva (2024).

[10] Doença provocada pela ausência congênita de tiroxina, hormônio secretado pela glândula tireoide. Caracteriza-se pelo retardo físico e mental, estatura baixa, entre outros sintomas (MARQUES, 2010, p. 127).

causado por um “agente produtor” de natureza microbiológica presente nas águas de Belo Horizonte. Ele recomendou, então, o tratamento dessas águas por meio de filtração e decantação (SILVA, 2024, p. 82-83).

Aarão Reis concluiu, em seu relatório, que tanto Várzea do Marçal quanto Belo Horizonte eram as localidades mais indicadas para a construção da nova capital mineira, com preferência pela primeira (MINAS GERAIS, 1893, p. 76). Segundo Silveira (2006), o relatório de Aarão Reis gerou acirrada discussão entre os membros do congresso. Após meses de debates e discussões, o arraial de Belo Horizonte foi escolhido, por dois votos de diferença, como a localidade para a nova capital de Minas Gerais, que a partir daquele momento passou a ser chamada Cidade de Minas[11]. Esta lei foi promulgada em 17 de dezembro de 1893, ficando determinado o prazo improrrogável de 4 anos para a construção e definitiva transferência da capital mineira. Em fevereiro do ano seguinte, o governo estadual regulamentou a criação da *Comissão Construtora da Nova Capital*, nomeando para chefe, Aarão Reis, o mesmo engenheiro responsável pela *Comissão de Estudo* (SILVA, 2024, p. 83).

Em 1895, Aarão Reis pede exoneração da *Comissão Construtora*. Francisco de Paula Bicalho (1847-1919), engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, assumiu a função de engenheiro-chefe, de maio de 1895 até a extinção da Comissão, em janeiro de 1898. Antes de deixar o cargo, Aarão Reis apresentou um relatório ao governo mineiro com todos os trabalhos desenvolvidos pela *Comissão Construtora* até aquele momento. No relatório, constavam as análises físico-químicas dos cursos d’água destinados ao abastecimento da capital. A qualidade das águas e sua potabilidade foram assim descritas por Aarão Reis:

> Embora a excelência das águas desta localidade já tivesse sido verificada pela *Comissão de estudo*, foram feitas, no laboratório da Escola de Minas de Ouro Preto, por um engenheiro da divisão – o ilustrado Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira – novas análises, que vieram mais uma vez provar suas boas condições de potabilidade (MINAS GERAIS, 1895, p. 22).

[11] Após a escolha do arraial de Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais em dezembro de 1893, a localidade foi nomeada Cidade de Minas, sendo inaugurada com este nome em 1897. Somente em 1901 passou a ser denominada Belo Horizonte (à época, Bello Horisonte), por meio da lei n. 302 de 1 de julho de 1901, sancionada pelo então presidente do Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902).

3. OS PRIMÓRDIOS DA ATIVIDADE FARMACÊUTICA EM BELO HORIZONTE

Um pioneiro na utilização das técnicas da Química em Belo Horizonte é o farmacêutico Theodoro Lopes de Abreu, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1892[12]. Segundo Barreto (1996b), a *Farmácia Abreu* (Fig. 1), instalada em 1894[13], era a única farmácia em Belo Horizonte nos tempos da *Comissão Construtora*, isto é, entre os anos de 1894 e 1897. Segundo o historiador, a farmácia:

> [...] era um dos pontos prediletos para palestra à noite, escolhido pelas principais pessoas da localidade. O seu proprietário, o farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu [14], cavalheiro amabilíssimo a quem a cidade muito ficou a dever, tinha o dom de atrair para ali a melhor sociedade local, a quem ele oferecia infalivelmente todas as noites, às 7 horas, deliciosa xícara de café, ilustrada sempre por encantadora prosa dos seus amigos (BARRETO, 1996b, p. 374).

Imagem 1: Fotografia da *Farmácia Abreu* nos anos 1900, situada à Rua da Bahia esquina com Avenida Paraopeba (atual Avenida Augusto de Lima).

Fonte: Acervo Iconográfico Arquivo Público Mineiro

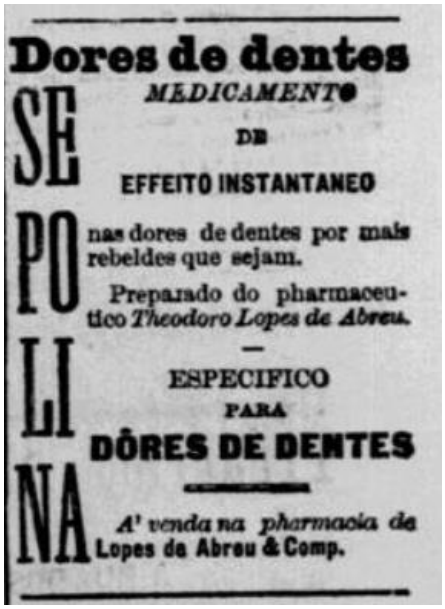
[12] Conforme o livro “Do Boticário ao farmacêutico: O ensino de Farmácia na Bahia, de 1815 a 1945”, Theodoro Lopes de Abreu formou-se em farmácia em 1892 na Faculdade de Medicina da Bahia (Corral; Souza; Negrão, 2009, p. 133).

[13] A *Farmácia Abreu* foi inaugurada em 1894 na extinta Rua General Deodoro (BARRETO, 1996b, p. 370). No início dos anos 1900, já estava localizada no prédio mostrado na figura 1.

[14] Na obra de Barreto (1996b) está grafado como Teodoro. Porém, em todas as outras citações do pioneiro farmacêutico em Belo Horizonte, encontramos o seu nome grafado como Theodoro.

Naquela época, o curso de farmácia tinha uma estrutura bem diferente da atual. O farmacêutico recebia uma sólida formação em química, na qual aprendia a manipular e formular os mais diversos tipos de medicamentos, dado que a indústria farmacêutica ainda era incipiente. Além de preparar fórmulas conhecidas, era comum que o profissional desenvolvesse algumas formulações originais e as vendesse em seu estabelecimento (GOMES, 2023). Isso era uma prática comum, como pode ser evidenciado pela *Sepolina*, indicada para o tratamento de dores de dente, e preparada por Theodoro de Abreu (Fig. 2).

Imagem 2: Anúncio no periódico *Diário de Minas* em 23 de agosto de 1900 da *Sepolina*, "preparado específico para dores de dente", do farmacêutico Theodoro Lopes de Abreu


Dores de dentes
SE
MEDICAMENTO
DE
EFFEITO INSTANTANEO
PO
nas dores de dentes por mais rebeldes que sejam.
Preparado do pharmaceutico *Theodoro Lopes de Abreu.*
LI
ESPECIFICO
PARA
DÔRES DE DENTES
NA
A' venda na pharmacia de
Lopes de Abreu & Comp.

. **Fonte**: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A *Sepolina*, assim como possivelmente outros medicamentos, era comercializada em diferentes estados. Isso é evidenciado em uma correspondência enviada do Pará em 6 de outubro de 1900 pelo senhor Luiz Orsini ao farmacêutico Lopes de Abreu. O conteúdo dessa carta foi publicado no *Diário de Minas*, na edição de 6 de novembro de 1900. Nela, Luiz Orsini escreve:

> Empregando a Sepolina em pessoa de minha casa, a qual sofria atroz dor de dentes, foi instantânea a cura. Contente por isso, venho lhes apresentar os meus parabéns por tão maravilhosa descoberta, dando-lhes permissão para tornar pública a minha experiência, a fim de que lucrem na venda e os mártires desta

> dor tenham alívio. Em todas as pharmacias deve haver a Sepolina (*Diário de Minas*, edição 307, p. 2, de 06/11/1900).

Sobre a composição da *Sepolina*, não encontramos nenhuma informação. É muito provável que ela contivesse óleo de cravo-da-índia, conhecido por suas propriedades anestésicas e desinfetantes (SIMÕES; SPITZER, 1999). É importante destacar que, no início do século XX, a regulamentação e o controle de qualidade dos medicamentos comercializados eram muito menos rigorosos em comparação aos padrões atuais. Muitas das técnicas analíticas que permitem identificar a composição de extratos de plantas, amplamente utilizados em formulações farmacêuticas, só foram criadas e aprimoradas a partir de meados do século XX.

Em 1907, foi inaugurada em Belo Horizonte a primeira filial do Instituto Manguinhos, hoje conhecida como Fundação Ezequiel Dias (Funed). Inicialmente focada na área da biologia, a instituição fornecia vacinas e realizava o "estudo bacteriológico das moléstias epidêmicas ou endêmicas que afetavam Minas Gerais" (STARLING; GERMANO; MARQUES, 2007). É razoável inferir que, desde seus primeiros anos na capital mineira, a Funed também tenha utilizado técnicas e aplicações da Química em suas atividades. Essa hipótese foi comprovada por meio de documentos que encontramos no acervo da instituição[15], que incluem recibos relativos à compra de substâncias químicas e materiais de laboratório em algumas farmácias da cidade, como a *Farmácia Abreu* e a farmacêutica Maria Helena Álvares da Silva, assinados pelo próprio diretor da entidade à época, o médico e cientista Ezequiel Dias (1880-1922), discípulo de Oswaldo Cruz (1872-1917). Dentre os itens comprados estavam as substâncias sulfato de sódio, nitrato de potássio, cloreto mercuroso (à época chamado mercúrio doce), ácido láctico e sulfato ferroso.

O setor farmacêutico revelou enorme crescimento nos primeiros quinze anos de Belo Horizonte. É difícil afirmar quais farmácias eram apenas revendedoras de medicamentos e quais faziam manipulação das mais diversas formulações. No *Almanack Guia de Bello Horizonte* de 1913, já eram 28

[15] Serviço de Informação Científica, Histórica e Cultural (SICHC) da Fundação Ezequiel Dias (Funed).

estabelecimentos anunciados como *Pharmacia, Drogaria e Laboratorios Chimicos*, como a *Pharmacia Nunan*, do farmacêutico Frederico Brandão Nunan (Fig. 3). Destes, constam duas farmacêuticas proprietárias, Maria das Neves Ferreira da Silva e Zulmira de Salles Pereira.

Imagem 3: O farmacêutico Frederico Brandão Nunan (à esquerda), no recém-inaugurado Laboratório de Análises Químicas de Minas Gerais, ao lado do químico alemão Alfred Schaeffer, chefe do Laboratório.

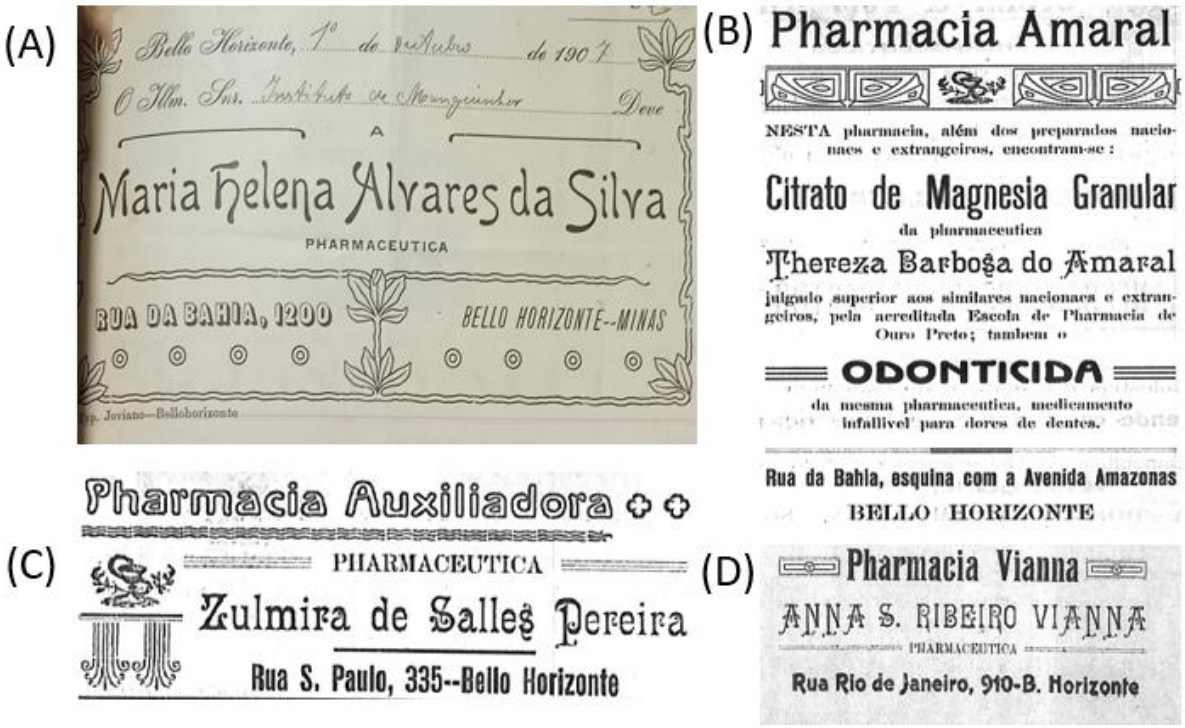
Fonte: Acervo Yara Schaeffer Novelli

Frederico Nunan se graduou pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, tornando-se preparador (professor assistente) desta instituição em 1906. No início dos anos 1910, se muda para Belo Horizonte, assumindo o cargo de químico auxiliar no Laboratório de Análises Químicas do Estado, e instalando a *Pharmacia Nunan*, que segundo anúncios publicitários no *Guia de Bello Horizonte* (1912), era uma “fábrica de extratos fluidos e especialidades farmacêuticas, onde também fazia-se “análise completa de urina”.

Além das farmacêuticas Maria das Neves Ferreira da Silva e Zulmira de Salles Pereira, citadas acima, conseguimos identificar alguns outros registros

(Fig. 4) de farmacêuticas donas de seus estabelecimentos, como Maria Helena Álvares da Silva, Thereza Barbosa do Amaral e Annita S. Ribeiro Vianna.

Imagem 4: (A): Recibo de compra de substâncias químicas e materiais de laboratório da farmacêutica Maria Helena Álvares da Silva pela então filial do Instituto de Manguinhos, em 1907. Fonte: Serviço de Informação Científica, Histórica e Cultural (SICHC) da Fundação Ezequiel Dias (Funed). (B): Anúncio no *Guia de Bello Horizonte* (1912) da *Pharmacia Amaral,* da farmacêutica Thereza Barbosa do Amaral. (C): Anúncio no *Guia de Bello Horizonte* (1912) da *Pharmacia Auxiliadora*, da farmacêutica Zulmira de Salles Pereira. (D) Anúncio no *Guia de Bello Horizonte* (1912) da *Phamacia Vianna,* da farmacêutica Anna[16] S. Ribeiro Vianna.



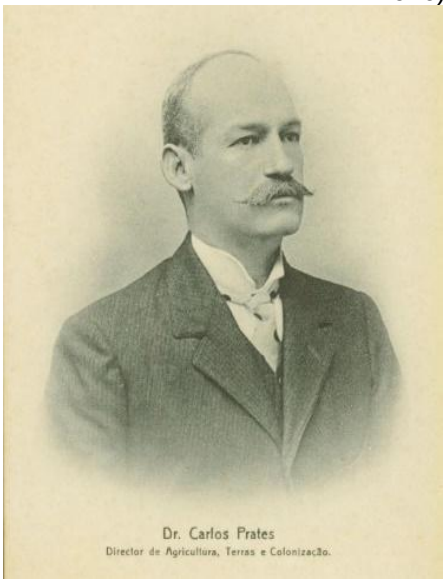
Fonte: Coleção Linhares, Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG

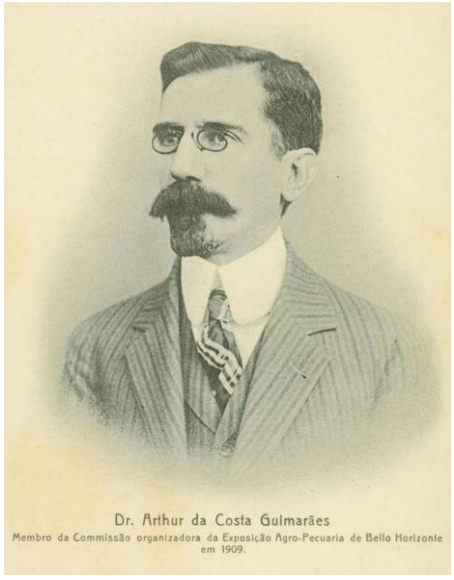
4. OS RUDIMENTOS DA INDÚSTRIA QUÍMICA NA CAPITAL MINEIRA

Um dos protagonistas no setor industrial com aplicações químicas em Belo Horizonte foi o engenheiro civil e de minas Carlos Leopoldo Prates (1864-1914) (Fig. 5).

[16] Encontramos em outras referências, o nome Annita.

Imagem 5: Carlos Leopoldo Prates (1864-1914) e Arthur Napoleão da Costa Guimarães (1867-1946)





Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro.

Carlos Leopoldo Prates e Arthur Napoleão da Costa Guimarães fundaram nos primeiros anos de Belo Horizonte a fábrica de sabonetes e perfumes *Prates & Guimarães*, fabricando diversos produtos relacionados à cosmética, higiene pessoal e perfumaria.

Após se diplomar na Escola de Minas de Ouro Preto em 1890, Carlos Prates assumiu o cargo de químico da Comissão de Estatísticas no governo estadual de João Pinheiro (STARLING, GERMANO, 2012, p. 253). Em 1891, foi contratado pela *Companhia Brasileira de Salitraes, Terras e Construcções* para inspecionar a viabilidade de produção de nitrato no vale do Rio das Velhas (FARIA e FILGUEIRAS, 2021). Já em Belo Horizonte, ainda no final do século XIX, associa-se ao também engenheiro de minas e civil Arthur Napoleão da Costa Guimarães, para fundar a fábrica de sabonetes e perfumes *Prates & Guimarães* (Fig. 6). Os dois sócios, anos depois, em 1911, estariam entre os fundadores da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Em 1907, Carlos Prates foi nomeado Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização pelo então Presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, o que o impediu de continuar no setor manufatureiro. Prates também foi professor da cadeira de Química Teórica e Prática da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, desde a fundação da instituição até o ano de seu falecimento, em 1914 (MONTEIRO, 1994, p. 559).

Imagem 6: Anúncios da fábrica *de* sabonetes *Prates e Guimarães* em jornais mineiros no início dos anos 1900. (A) Periódico *O Pharol*, em 9 de dezembro de 1900. (B) Periódico *Diário de Minas*, em 3 de dezembro de 1900. (C) Periódico *Conceição do Serro*, em 11 de setembro de 1904

.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Na edição de 9 de junho de 1900 do periódico juiz-forano *O Pharol*, um correspondente do jornal, residente na recém-inaugurada capital de Minas Gerais, elogia o progresso já alcançado da jovem cidade, criticando os governantes da tradicional cidade de Juiz de Fora: “Se os nossos conterrâneos que tomam a si a tarefa de dirigir os destinos da nossa elegante cidade, não abrirem os olhos, esta capital feita ontem, o Curral d’El Rey, o antigo arraial dos papudos, em breves dias, vai como se diz, ‘meter num chinelo’, a Princesa do Paraibuna.” Depois, o jornalista detalha o empreendimento químico de Carlos Prates e Arthur Guimarães, ressaltando “a bela iniciativa da fábrica de sabões dirigida por dois moços formados pela Escola de Minas de Ouro Preto, que com sólida formação científica, tem dado ao mercado produtos que rivalizam com os afamados do gênero e importados do estrangeiro” (*O Pharol*, edição 288, p. 1, de 09/06/1900).

O relatório do prefeito da capital mineira, Bernardo Monteiro (1857-1924), em 1902, referente à sua gestão entre os anos de 1899 e 1902, dizia que empreendimento industrial *Prates & Guimarães* fabricava “21 marcas diversas de sabonetes, desde os mais baratos até os mais luxuosos”, e que a fábrica já exportava para diversas cidades de Minas Gerais e inclusive para a então capital federal, Rio de Janeiro (BELO HORIZONTE, 1902, p. 59-60).

Julgamos ser importante o destaque dado para o empreendimento industrial de Carlos Prates e Arthur Guimarães por dois motivos. O primeiro é que o desenvolvimento desta indústria se deu antes da política de incentivos criada pelo prefeito Bernardo Monteiro através do decreto n.1516 em 1902. A doação de terrenos, a isenção de impostos e o fornecimento de energia sem custos, impulsionaram empreendimentos significativos para a época (RAGGI, 2015, p. 131). O segundo motivo se justificativa pelo fato de os fundadores serem brasileiros. Segundo Matos (1992, p.8), a indústria nesta época em todo o país privilegiava a produção de bens de consumo corrente como alimentos e tecidos, e estava muito relacionada à presença de imigrantes que detinham algum recurso e experiência na fabricação e comercialização destes produtos. De acordo com Pereira (2010), Belo Horizonte se caracterizou em seus primeiros anos por uma forte influência de imigrantes, sobretudo italianos, incentivada pelo governo de Minas Gerais e também pelo país europeu.

O italiano Carlo Fornaciari (1867-1913) também foi um dos pioneiros empreendedores em Belo Horizonte que utilizaram processos químicos em seus negócios. Chegou na localidade escolhida para a nova capital mineira em 1894, e em 1897 inaugurou sua fábrica de cerveja *Carlo Fornaciari & Filhos*, nas proximidades da Matriz de Boa Viagem (BARRETO, 1996b, p. 537). Mais tarde, fundou a *Cervejaria Rhenania*. Parentes de Carlo Fornaciari (o irmão Giocondo Fornaciari e seus filhos Aladino, Italo e Marino Fornaciari), também vieram para Belo Horizonte e se dedicaram à indústria de refrigerantes no início dos anos 1910, com destaque para o *Guaraná União*, *Soda Limonada*, *Soda Delícia* e *Soda Soberana*, fabricados a partir de frutas como laranja, guaraná, limão e maçã (FILGUEIRAS, 2016, p. 395-396). A edição de 10 de junho de 1911 do periódico juiz-forano *O Pharol*, trazia comentários sobre a cerveja *Rhenania*: “Fomos ontem obsequiados com várias garrafas da acreditada cerveja Rhenania, fabricada na cervejaria do mesmo nome, em Belo Horizonte. Soube-nos excelentemente a Rhenania, que é filtrada caprichosamente e de paladar magnífico.”

Um outro imigrante italiano que também estabeleceu uma indústria com processamento químico nos primeiros anos de Belo Horizonte foi Paulo Simoni

(1871-1941). Fundada originalmente em Juiz de Fora (MG), a indústria *Estabelecimento Industrial Mineiro* (Fig. 7) foi transferida para Belo Horizonte em 1907, impulsionada pela política de incentivo à industrialização promovida na capital mineira, fabricando itens como massas, cerveja, águas minerais, licores de diversos sabores, vinhos, vinagre, doces, cigarros e charutos (GONTIJO, 1998, p. 27-28).

Imagem 7: Prédio do *Estabelecimento Industrial Mineiro* em 1911. Em sua fachada é possível identificar as seguintes inscrições: Movido à eletricidade, destilação e vinagre, termos que explicitavam a utilização de técnicas e processamento químico

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro.

O crescimento da indústria de bebidas em Belo Horizonte nos primeiros anos da cidade pode ser comprovado ao analisar o *Almanack Guia de Bello Horizonte* de 1913, que lista mais de uma dezena dos chamados “fabricantes de cerveja e outras bebidas nacionais”, conforme a tabela 1. Essas iniciativas iniciais foram importantes e se desenvolveram ao longo das décadas seguintes, tendo impacto direto na industrialização da cidade. Atualmente, Belo Horizonte é considerada um polo nacional na fabricação de cerveja artesanal, sendo a sexta cidade do país com o maior número de cervejarias (21). Sua vizinha, Nova Lima, cidade pertencente à chamada Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ocupa a quinta posição, com outros 22 estabelecimentos.[17]

[17] Conforme Anuário da Cerveja (2024), do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-1-847-cervejarias-registradas-no-brasil-setor-cresce-6-8-em-2023/anuario-da-cerveja/view. Acesso em 14 dez. 2024.

Tabela 1: Relação de fabricantes de "bebida e cerveja" em Belo Horizonte no ano de 1913

Proprietário ou sociedade	Nome da indústria
Affonso Marra	*Fábrica Villa Rica*
Avelino Tolentino	*Cervejaria Francesa Universal e Bebidas Alcoólicas*
Carlo Fornaciari & Filhos	*Fábrica Rhenania*
Crecencio Ginetti	*Cervejaria Internacional*
Henrique Thieme	*Cervejaria Alemã*
João Marchesani	*Fábrica Rio Branco*
José Romano	*Cervejaria Horizontina*
Nicolau Marino	*Fábrica de Cerveja Dupla*
Paulo Simoni	*Estabelecimento industrial Mineiro*
Silva & Lima	*Fábrica de Cerveja e Bebidas Nacionaes*
Vittorino Fraccaroli	*Fábrica de Bebidas*

Fonte: Almanack Guia de Bello Horizonte (1913)

A tabela 1, baseada no *Almanack Guia de Bello Horizonte* de 1913, demonstra que, além de Carlo Fornaciari e Paulo Simoni, também é possível constatar a presença de outros italianos no ramo de bebidas, como Vittorino Fraccaroli[18] e Crecencio Ginetti. Além destes, a edição do Almanack Laemmert de 1911 cita o italiano Angelo Poniceggi como outro fabricante de bebidas em Belo Horizonte.

Outro segmento industrial que merece destaque neste breve ensaio sobre os rudimentos das indústrias com processamento químico na capital mineira é o setor têxtil. O relatório do prefeito Benjamim Jacob, de 1907, menciona que "os vastos prédios da *Companhia Industrial de Bello Horizonte* estavam quase terminados" (BELO HORIZONTE, 1907, p. 30). As obras de construção dessa importante indústria têxtil foram concluídas em 1908, com dois amplos edifícios: um destinado à seção de fiação e tecelagem, e o outro à tinturaria e estamparia, processos que demandavam a utilização de diversas técnicas e insumos químicos para a preparação das fibras, seu beneficiamento e tingimento (ALCÂNTARA; DALTIN; 1996). Considerada a primeira grande indústria inaugurada na nova capital, a *Companhia Industrial de Bello Horizonte*, fundada por Américo Teixeira Guimarães, Ignácio de Magalhães e Manoel Gonçalves de

[18] De acordo com Filgueiras (2016, p. 400), Vittorino Fraccaroli assumiu a empresa de bebidas após a morte de seu pai, Guido Fraccaroli.

Souza Moreira, empregou centenas de pessoas e, em sua primeira década de existência, exportou tecidos para diversas regiões do Brasil (GONTIJO, 1998, p. 16-17). Hoje, o prédio está tombado pelo município e integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), abrigando o *Centro Cultural Centoequatro*.

5. OS PRIMEIROS PROFESSORES DE QUÍMICA EM BELO HORIZONTE

Nesta breve retrospectiva de sujeitos e instituições pioneiras da aplicação da Química em Belo Horizonte, não poderíamos deixar de fora os seus primeiros professores. O médico Virginio Rolemberg Bhering (Fig. 8), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi o primeiro professor a lecionar Química em Belo Horizonte, no Ginásio Mineiro. Instalado em 1854 como Liceu Mineiro de Ouro Preto, na então capital de Minas Gerais, foi transformado em uma instituição de ensino secundário e rebatizado como Ginásio Mineiro em 1890, transferindo-se para Belo Horizonte em 1898. Na nova localidade, Virginio Bhering lecionou as disciplinas de Química e Física (VIANA, 2004, p. 79-81).

Imagem 8: Membros do corpo docente e administrativo do Ginásio Mineiro em 1906. Virginio Rolemberg Bhering (4° em pé da direita para a esquerda) foi o primeiro professor de Química em Belo Horizonte[19].

Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro

Aurélio Egídio dos Santos Pires (1862-1937), o 3° sentado da direita para a esquerda (Fig. 8), foi professor de Química e Física no Ginásio Mineiro quando a instituição tinha sede em Ouro Preto. Com a mudança da escola para Belo Horizonte em 1898, assumiu as aulas de Português e Literatura. Aurélio Pires graduou-se farmacêutico em 1894 na Escola de Farmácia de Ouro Preto e entre 1897 e 1903, manteve aberta na nova capital mineira a *Farmácia Aurélio Pires*. Foi também professor de Toxicologia no curso de Farmácia na Faculdade de Medicina, disciplina com considerável conteúdo químico e que seria anexada à cadeira de Química Analítica alguns anos depois (MONTEIRO, 1994, p. 553).

Francisco de Paula Magalhães Gomes[20] (1869-1933), médico e farmacêutico, foi outro professor de Química pioneiro em Belo Horizonte. Diplomou-se farmacêutico pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1889, e médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1895. Em 1907,

[19] Em pé, da esquerda para a direita: Benjamim Flores, Frederico Yaegher, João Proença, Nelson de Senna, Virginio Bhering, Joaquim de Paula, José Ignácio e Noutel Brant.
Sentados, da esquerda para a direita: Domiciano Vieira, Gabriel Rabelo, Ismael Franzen, Aurélio Pires, Rodolpho Jacob e Boaventura Costa.

[20] Francisco de Paula Magalhães Gomes foi pai de Francisco de Assis Magalhães Gomes (1906-1990), eminente professor de física da UFMG e um dos fundadores do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), primeira instituição brasileira dedicada inteiramente à energia nuclear para a prospecção de minérios radioativos, estudo da física nuclear, metalurgia e materiais de interesse para o setor. Também esteve na fundação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, tendo sido seu primeiro diretor (1968-1972).

Magalhães Gomes foi nomeado professor de História Natural da Escola Normal da Capital, onde ministrou também as disciplinas de Física, Química e Higiene. Na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, fundada em 1911, ele ocupou a cátedra de Química Médica desde sua criação e lecionou até 1933, ano de seu falecimento[21].

Carlos Prates, formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, e já mencionado anteriormente, foi o primeiro professor de Química da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Nota-se que os primeiros docentes de Química na cidade possuíam formações nas áreas de Medicina, Farmácia e Engenharia, cujas grades curriculares traziam diversas disciplinas de conteúdo químico. É importante destacar que os primeiros cursos específicos de Química no Brasil só começaram a formar profissionais químicos a partir da década de 1920, dentre eles, o curso de Química Industrial da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, cuja primeira turma de químicos industriais se formou em 1923.

6. O QUÍMICO ALEMÃO ALFRED SCHAEFFER E O LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS DO ESTADO

Em 1911, chegou a Belo Horizonte o alemão Alfred Schaeffer (1879-1957) (Fig. 9), contratado pelo governo de Minas Gerais para dirigir o recém-criado Laboratório de Análises Químicas de Minas Gerais. Alfred Schaeffer se doutorara com o químico orgânico Adolf von Baeyer em Munique e depois trabalhara com o físico Wilhelm Röntgen, descobridor dos raios-X. Ambos foram ganhadores do Prêmio Nobel, tendo Schaeffer, portanto, ótimas credenciais, além dos trabalhos já executados por ele na Alemanha. Entre 1906 e 1911, Schaeffer foi químico do Laboratório Municipal de Hanover, diretor do Laboratório Químico e Bacteriológico da Associação das Fábricas de Laticínios da Alemanha em Liegnitz (atual Legnica, Polônia), e perito em química tecnológica de laticínios em toda a Alemanha. Com um currículo alinhado às necessidades do governo mineiro, Schaeffer foi selecionado entre 300

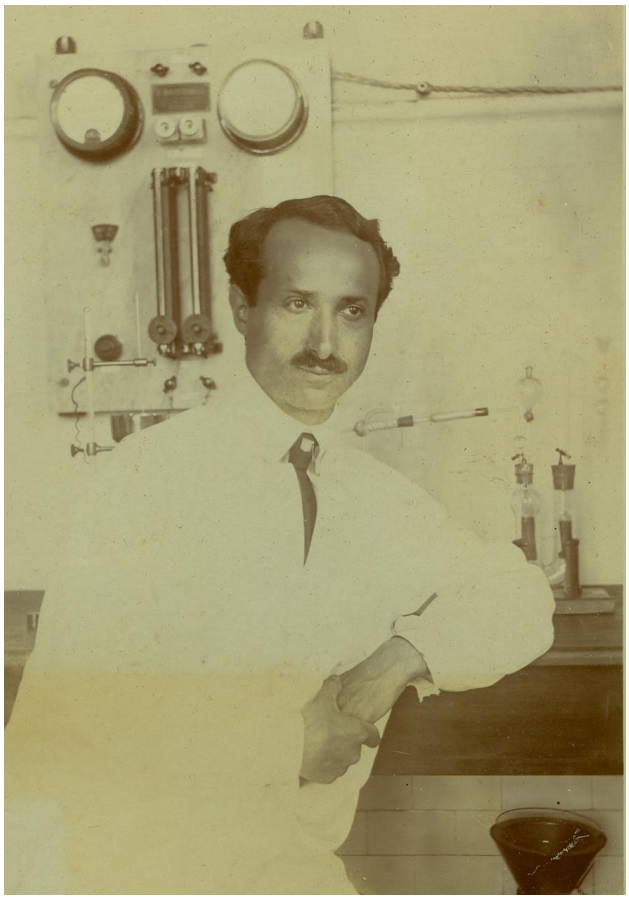
[21] Conforme a Academia Mineira de Medicina. Disponível em: http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/francisco-de-paula-magalhaes-gomes/. Acesso em 08 set. 2024.

candidatos, chegando a Belo Horizonte em 1911, trazendo equipamento completo para a instalação do laboratório.

Durante o período em que Schaeffer esteve à frente do Laboratório de Análises, entre os anos de 1911 e 1917[22], ele analisou os mais variados materiais, como águas minerais, águas de abastecimento, minérios, leite e vísceras humanas, publicando diversos relatórios das análises químicas dessas amostras. Em 1912, Alfred Schaeffer também foi contratado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, onde ficou responsável pelas aulas práticas de Química no curso médico e farmacêutico. Por considerar que os laboratórios da Faculdade de Medicina não estavam adequadamente equipados para as aulas práticas, Schaeffer ministrava as práticas no Laboratório de Análises Químicas, especialmente as de Química Analítica. Durante seu período de ensino na instituição, entre 1912 e 1917, influenciou estudantes a seguir a carreira científica, incluindo José Baeta Vianna (1894-1967), que se tornou um dos precursores da Bioquímica no Brasil, influindo diversos outros futuros cientistas na Faculdade de Medicina da UFMG. De acordo com a historiadora Rita de Cássia Marques, “a opção de Baeta Vianna pela pesquisa bioquímica está intimamente relacionada à ênfase química e laboratorial que marcou sua carreira desde os tempos em que estudou com Alfred Schaeffer”, constituindo posteriormente um “viveiro de médicos-cientistas” (MARQUES, 2021). O legado científico e as diversas outras contribuições do químico alemão Alfred Schaeffer são discutidos com mais detalhes no artigo *Alfred Schaeffer e suas contribuições para a Química*” (SILVA; MARQUES; FILGUEIRAS, 2025).

[22] A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial em 1917 tornou vulnerável a situação da comunidade alemã radicada no Brasil naquele período, levando Schaeffer a pedir demissão dos cargos que ocupava (SILVA; MARQUES; FILGUEIRAS; 2025).

Imagem 9: O químico alemão Alfred Schaeffer no Laboratório de Análises Químicas de Minas Gerais no início da década de 1910



Fonte: Acervo Yara Schaeffer Novelli

Após assumir a direção do Laboratório em 1911, Schaeffer realizou diversas análises bromatológicas, toxicológicas e industriais, tornando-se referência nacional em técnicas químicas aplicadas ao controle de qualidade da manteiga e na definição de águas minerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou apresentar, de forma cronológica, os primeiros indícios de atividades que envolviam a Química na capital mineira em suas diversas aplicações, como as análises químicas de água durante os estudos para a escolha da nova capital, as primeiras indústrias com processamento químico, as farmácias pioneiras que manipulavam fórmulas variadas e o ensino da Química. Procurou-se mencionar o maior número possível desses iniciadores

que, nessa época, contribuíram para transformar Belo Horizonte em uma referência na área de Química nos dias de hoje.

Conforme se mencionou na introdução, as primeiras atividades e técnicas químicas desenvolvidas em Belo Horizonte, contribuíram para o desenvolvimento de novas iniciativas que culminaram na criação de várias escolas superiores em que a Química passou a ser cultivada e ensinada, já agora dentro de padrões e procedimentos rigorosamente científicos. Essas escolas superiores, juntamente com outras que não envolviam química, estiveram, décadas depois, na vanguarda da grande reforma Universitária de 1968, que veio a dar origem à moderna universidade de pesquisa que é a UFMG.

REFERÊNCIAS

ABREU, Deyse Marinho de. **Arte Boticária**: Uma análise a partir de boticários e boticas da Comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 55.

ALCÂNTARA, M. R.; DALTIN, D. A Química do Processamento Têxtil. **Química Nova**, v. 19, n. 3, 1996.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), edição 68, 1911. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=46977. Acesso em 17 dez. 2024.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva- história antiga. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996a, v. 1.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva - história média. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996b, v. 2.

BELO HORIZONTE. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**, *12 de setembro de 1899-31 de agosto de 1902*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1899- 1902-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

BELO HORIZONTE. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, *1907.* Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1906-1907-Benjamim-Jacob.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

Conceição do Serro: *Orgam Official do Municipio* (Conceição- MG), edição de 11/09/1904. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706779&pesq=&pagfis=104. Acesso em 5 set. 2024.

CORRAL, Florentina Santos Diez del; SOUZA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Leboreiro. **Do Boticário ao farmacêutico**: O ensino de Farmácia na Bahia, de 1815 a 1945. Salvador: EDUFBA, 2009.

Diário de Minas: *Propriedade de uma Sociedade Anonyma* (Cidade de Minas-MG), edição de 23/08/1900. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800694&pesq=&pagfis=1137. Acesso em 4 set. 2024.

Diário de Minas: *Propriedade de uma Sociedade Anonyma* (Cidade de Minas-MG), edição de 06/11/1900. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800694&pesq=&pagfis=1172. Acesso em 19 dez. 2024.

Diário de Minas: *Propriedade de uma Sociedade Anonyma* (Cidade de Minas-MG), edição de 03/12/1900. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800694&pesq=&pagfis=1245. Acesso em 5 set. 2024.

DEBUS, Allen George. **Science and History, a Chemist's Appraisal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

FARIA, Luciano Emerich; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Salitre: O produto químico estratégico no passado do Brasil. **Química Nova**, v. 44, n. 4, p. 519-535, 2021.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. **Origens da química no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **Italianos em Belo Horizonte**: estudo léxico-social e proposta de dicionário. Tese (Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GOMES, Pedro Gustavo Maia. **Os primórdios do ensino de Química em Minas Gerais na Escola de Farmácia de Ouro Preto**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Química) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

GONTIJO, Moema Moreira (org.). **100 anos da Indústria em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FIEMG/SESI, 1998.

KRAGH, Helge. **An Introduction to the Historiography of Science**. Cambridge: University Press, 1989.

LEONARDO, Antônio José; MARTINS, Décio; FIOLHAIS, Carlos. O Instituto de Coimbra e a análise química de águas minerais em Portugal na segunda metade do século XIX. Química Nova, v. 34, n. 6, p. 1094-1105, 2011.

MARQUES, Rita de Cássia. O "viveiro de Baeta Vianna": A Formação de Médicos-Cientistas na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1925-1949). **História Debates e Tendências**, v. 21, n. 3, p. 170-189, 2021.

MARQUES, Rita de Cássia. Sobre papos, águas, barbeiros e iodo: a história do bócio endêmico em Minas Gerais. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). **História da saúde**: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 123-139, 2010.

MATOS, Ralfo Edmundo. **Evolução Urbana e Formação Econômica de Belo Horizonte**, 1992. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/FORMAOBH-TEXTODISCUSSO64.pdf. Acesso em 16 dez. 2024.

MINAS GERAIS. *Commissão d'estudo das localidades indicadas para a nova capital*: relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242444. Acesso em: 3 set. 2024.

MINAS GERAIS. *Exposição apresentada ao Exm. Sr. Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, Presidente do Estado por Aarão Reis*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895.

MONTEIRO, Norma de Góes (org.). **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**: Período Republicano (1889-1991). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

O Pharol (Juiz de Fora- MG), edição de 09/06/1900. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=&pagfis=14248. Acesso em 5 set. 2024.

O Pharol (Juiz de Fora- MG), edição de 09/12/1900. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=&pagfis=14863. Acesso em 5 set. 2024.

O Pharol (Juiz de Fora- MG), edição de 10/06/1911. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=27901&pesq=. Acesso em 09 set. 2024.

PENNA, Octavio. **Notas cronológicas de Belo Horizonte (1711-1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Imigração Italiana e Desenvolvimento em Minas Gerais**. *In*: X Encontro Nacional de História Oral- Testemunhos: História e Política, Recife, 2010.

RAGGI, Mariana Guedes. ***Travessias modernas***. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2015.

RHEINBOLDT, Heinrich. A Química no Brasil. In: **As Ciências no Brasil.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955, v. 2, p. 9-89.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A Casaca do Arlequim.** São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um Espaço para a Ciência: a Formação da Comunidade Científica no Brasil.** Brasília: MCT-CNPq, 2001

SENNA, Nelson de. **Annuario de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

SILVA, Rodrigo Régis Campos. As concepções de qualidade, potabilidade e tratamento das águas nos primórdios da cidade de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 17, n. 1, p. 75-97, 2024.

SILVA, Rodrigo Régis Campos; MARQUES, Rita de Cássia; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Alfred Schaeffer e suas contribuições para a Química. **Quimica Nova**, v. 48, n. 1, e-20250012, p. 1-11, 2025.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Entre febres, papudos e brejais: a mudança da capital mineira sob a ótica da higiene. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ciência e cultura na história**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006.

SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira, SPITZER, Volker. Óleos Essenciais. In: **Farmacognosia:** da planta ao medicamento. 5 ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999, p. 488.

STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula (org.) **Engenharia**: história em construção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). **Fundação Ezequiel Dias:** um século de promoção e proteção à saúde. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

VÉRAS, Fellipe (org.). **Almanack Guia de Bello Horizonte***,* anno II. Belo Horizonte: Tipographia Comercial, 1913.

VÉRAS, Fellipe; MORETTI, Antônio (orgs.). **Guia de Bello Horizonte: Indicador da Capital***,* anno I. Belo Horizonte: Empresa Minerva, 1912.

VIANA, Natércia Micheletti. **Juventude, cidade e educação**: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

Recebido em 18/09/2024.
Aprovado para publicação em 19/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DO III CONGRESSO INTERNACIONAL À FUNDAÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

A contribuição de Francisco Jaguaribe para História da Ciência no Brasil (1934-1963)

FROM THE III INTERNATIONAL CONGRESS TO THE FOUNDATION OF THE BRAZILIAN ACADEMY OF THE HISTORY OF SCIENCES

Francisco Jaguaribe's Contribution to the History of Science in Brazil (1934–1963)

MARIA GABRIELA BERNARDINO[1]

MOEMA DE REZENDE VERGARA[2]

RESUMO

O artigo a seguir apresenta a participação do cartógrafo brasileiro Francisco Jaguaribe de Mattos (1881-1934), integrante da Comissão Rondon, no III Congresso Internacional de História das Ciências realizado em Portugal em 1934. O objetivo ao estudar este evento é avaliar o seu impacto na história da ciência. A partir de então, notamos como Jaguaribe cerca-se de uma rede de intelectuais relevantes na área, assim como o cartógrafo também se debruça em seus estudos sobre a temática da história da ciência e a formação do território brasileiro. O desdobramento disso acaba por ser a sua indicação em inaugurar uma Academia Brasileira de História das Ciências quando regressasse ao Brasil. A investigação foi realizada por meio das atas de congressos, periódicos, revistas científicas e o acervo pessoal familiar de Jaguaribe de Mattos. Assim, pretendemos preencher uma lacuna na historiografia da ciência no Brasil que pouco tem conhecimento sobre a existência de uma academia brasileira de história das ciências na década de 1930.

Palavras-chave: Francisco Jaguaribe; História das Ciências, Academia Brasileira de História das Ciências;

ABSTRACT

The following article presents the participation of Brazilian cartographer Francisco Jaguaribe de Mattos (1881-1934), a member of the Rondon

[1] Pesquisadora bolsista do Programa de Capacitação Institucional – Museu de Astronomia - CNPq. e-mail: mgabernardino@gmail.com
[2] Pesquisadora Adjunta do Museu de Astronomia e Ciências Afins e-mail: moema@mast.br

Commission, in the III International Congress of the History of Science held in Portugal in 1934. The aim of studying this event is to evaluate its impact on the history of science. From this point, it becomes evident how Jaguaribe established a network of influential intellectuals in the field, while also delving into studies on the history of science and the formation of Brazilian territory. As a result, he was recommended to establish a Brazilian Academy of the History of Science upon his return to Brazil. The research was conducted through congress proceedings, journals, scientific magazines, and Jaguaribe de Mattos's personal family archive. Thus, this study seeks to address a gap in the historiography of science in Brazil, which is largely unaware of the existence of a Brazilian Academy of the History of Science in the 1930s.

Keywords: Francisco Jaguaribe; History of Sciences; Brazilian Academy of History of Sciences

INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos resultados da pesquisa sobre a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-1974).[3]. Embora tenha nascido no Rio de Janeiro, Jaguaribe é oriundo de uma família cearense de prestígio e teve sua formação militar na então capital da República. Em 1910, ingressou como desenhista no Escritório Central da Comissão Rondon onde sempre atuou fazendo mapas em seu gabinete e buscando incessantemente, através das plantas e croquis trazidas do trabalho de campo da comissão, produzir uma Carta Geográfica do estado de Mato Grosso, feito que só foi terminado em 1952, diante de várias interrupções da empreitada.

Uma das principais dissoluções da produção do mapa, ocorreu em 1932 quando Jaguaribe teve papel ativo na Revolta Constitucionalista. O cartógrafo foi considerado uma figura estratégica pelo conhecimento territorial das fronteiras paulistas com o estado de Mato Grosso e, dessa forma, colaborou com os paulistas. Logo, passou a ser visto como *persona non grata* aos olhos do governo brasileiro liderado por Getúlio Vargas (1882-1954).

[3] Para saber mais: BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. **Mapeando saberes: a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1910-1952**). 2020. 197 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020

Com o rosto estampado nos jornais como “inimigo da pátria”, Francisco Jaguaribe decidiu sair do Brasil com sua família. O destino escolhido foi Portugal, pois Francelina, sua esposa, era portuguesa e possuía parentes que tinham vinícolas em terras lusitanas. Desse modo, foi decidido que se fixassem no país, pois lá poderiam contar com algum conforto. É importante destacar que o Exército Brasileiro não cassou sua patente e ele se manteve representando o Brasil no congresso ora estudado.

Em Portugal, onde viveu de 1932 até 1935, Francisco Jaguaribe continuou os seus estudos sobre o território brasileiro. Dessa vez, podia contar com os mapas do Brasil produzidos por Portugal em séculos anteriores a fim de aprofundar-se sobre o assunto.

Não obstante, por insistência do seu amigo Arlindo Camilo Monteiro (1887-1950)[4], então secretário do Grupo Português de História das Ciências, Jaguaribe aceitou participar do congresso que Monteiro organizava à época. Tal fato ocasionou desdobramentos que acarretaram em um envolvimento de Jaguaribe com o campo até os seus últimos dias de vida.

1. JAGUARIBE E O III CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

A Academia Internacional de História das Ciências foi fundada entre 1927 e 1928, tendo como marco inicial o pedido de Aldo Miele (1879-1950)[5] na revista *Archeion*[6] com a finalidade de que seus colegas, os quais trabalhavam com História das Ciências, se organizassem a fim de terem uma inserção internacional no circuito científico. No começo do século XX, aproveitando a

[4] Arlindo Camilo Monteiro foi um médico português com um grande número de publicações sobre História da Medicina em Portugal. Era membro correspondente da Sociedade Internacional de História da Medicina, da Academia Internacional De História das Ciências e da Academia Hispano Americana de Ciências e Artes. Foi um personagem fundamental para a consolidação do Grupo Português de História das Ciências. (FITAS; RODRIGUES e NUNES, 2008, p. 222)

[5] Aldo Miele nasceu na Itália, se formou em química e foi renomado historiador da ciência que possuiu grande protagonismo na legitimação da História das Ciências nas primeiras décadas do século XX. Foi Secretário Perpétuo na Academia Internacional de História das Ciências. Aldo Miele também é conhecido por ter sido um dos ativistas gays mais importantes de sua época.

[6] *Archeion* foi uma revista de História das Ciências fundada por Aldo Miele, em Roma (1919). Também funcionou como um periódico trimestral da Academia Internacional de História das Ciências.

integração global por meio do telégrafo e navegação a vapor, a tônica da comunidade científica era a internacionalização e a busca de padrões e métodos universais para a prática científica. A comunicação entre cientistas não era novidade. Mas o que caracteriza este processo é a intensidade e a sistematização destas trocas.

Nesse sentido, Francismary Alves da Silva assinala sobre a importância de determinados personagens na busca da institucionalização da História das Ciências e respectivamente uma academia internacional que a representasse naquele momento:

> É importante notar que a área disciplinar denominada "História das Ciências" alcançou considerável reconhecimento e legitimidade acadêmica no início da década de 1930, em parte graças aos esforços de intelectuais como Aldo Mieli, Abel Rey e George Sarton, entre outros [...] Havia uma cadeira de História da Filosofia da Ciência na Sorbonne, ocupada por Abel Rey. Havia a recém-criada Seção de História da Ciência no Centre de Synthèse, onde figuravam nomes como Henri Berr e Hélène Metzger-Bruhl. A partir do Centre de Synthèse se formaria uma Academia Internacional de História das Ciências por demanda de Aldo Mieli e com participação de George Sarton. (SILVA, 2015, p.19)

Com a formação da Academia Internacional de História das Ciências, o próximo passo seria a organização de um congresso internacional. E assim aconteceu: o I Congresso Internacional de História das Ciências ocorreu no ano de 1929, em Paris. Não descartamos a hipótese, embora não tenhamos encontrado documentos comprobatórios, que o primeiro contato de Jaguaribe com o campo ocorreu nessa ocasião, pois aconteceu na época em que residia na capital francesa. É possível também que ali os primeiros contatos com os intelectuais da área tenham se estabelecido. A segunda edição do congresso (1931) foi realizada em Londres. Segundo Silva, os debates do referido encontro foram de tamanha importância que chegaram com força a Paris, impactando a produção historiográfica francesa daquele período (SILVA, 2015, p. 20).

Tudo estava planejado para que o próximo congresso ocorresse na cidade de Berlim, mas segundo Maria Fátima Nunes, o crescimento do nazismo fez com que o evento não fosse realizado na capital alemã. A questão é que dentre os cientistas relacionados à rede de história das ciências, existia um

grande número de intelectuais judeus. Segundo Nunes, nesse momento a parceria entre o italiano Aldo Mieli e o português Arlindo Camilo Monteiro *entraram em cena*, segundo a autora, de fazer Portugal sede do evento. Isto significava a manifestação do que a autora chamou de "logica da sociabilidade científica" (2010, p. 321-322). Outro fator determinante foi o Grupo Português de História das Ciências que conquistou incentivos por parte do Governo e acadêmicos oriundos de três universidades portuguesas: Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa. (NUNES, 2010, p. 322)

Nesse período, Jaguaribe que já residia em Portugal, teve a oportunidade de conhecer figuras eminentes e proferiu palestras em Lisboa, Coimbra e no Porto. Sobre os preparativos para o III Congresso de História das Ciências, Jaguaribe relembrou:

> Achava-me em Lisboa quando começaram os trabalhos de propaganda do III Congresso Internacional de História das Ciências que seria inaugurado no Porto, sessões de estudo em Coimbra e encerramento solene em Lisboa. Os meus amigos portugueses convidaram-me para tomar parte no congresso. Recusei por falta de tempo, pois eu retomara os trabalhos da Carta de Mato Grosso, já pelo caráter oficioso de que se revestia esse tentame, dado o auxílio de quase todos os países do mundo, inclusive da Argentina. O Brasil não tinha nenhum representante e presumi que meu comparecimento poderia gerar mal entendido. Os meus amigos portugueses não desanimaram e convidaram-me a comparecer incorporado à delegação portuguesa. Era uma grande honra que se me fazia. Aceitei. (JAGUARIBE, 1936) [7]

No comentário de Jaguaribe acerca dos preparativos para o congresso ficou evidente que naquele momento o cartógrafo já estava integrado ao Grupo Português de História das Ciências. Ele utilizaria a lógica da sociabilidade científica para fazer a representação do Brasil neste circuito.

A sociabilidade científica na década de 1930 foi marcada pela crescente institucionalização da ciência e pela reorganização das comunidades científicas em resposta a contextos políticos e econômicos desafiadores, como a Grande Depressão e a ascensão de regimes totalitários. Robert K. Merton (1973) destacou que a ciência desse período já era sustentada por normas sociais de

[7] Em 15 de janeiro de 1936, Francisco Jaguaribe fez uma conferência no Clube Militar do Rio de Janeiro baseada em sua participação no III Congresso Internacional de História das Ciências. No arquivo pessoal de sua família, encontrei a sua explanação datilografada.

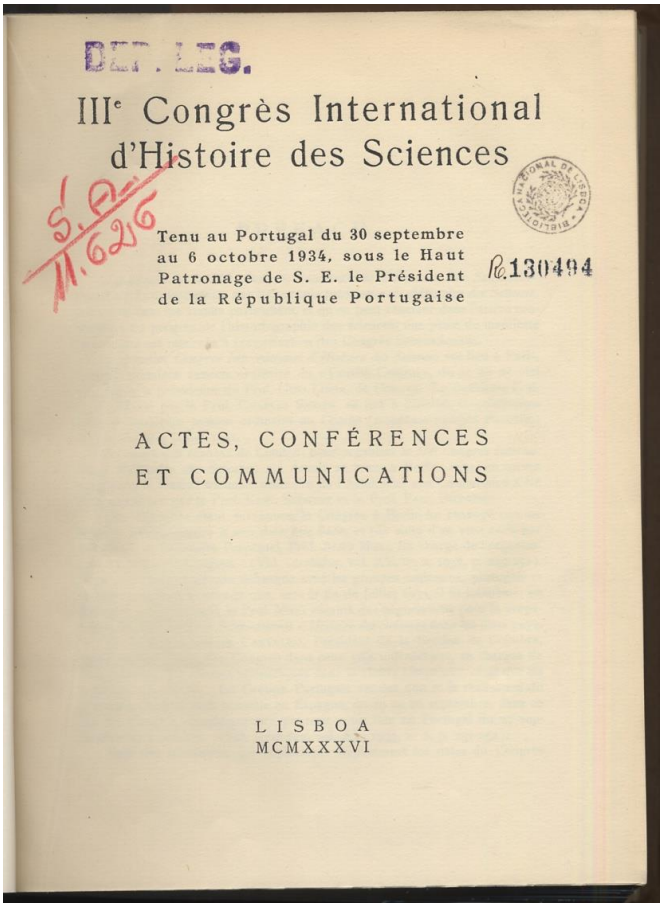
colaboração e compartilhamento de conhecimento, como o universalismo e o comunismo científico, princípios que orientavam a sociabilidade entre cientistas em conferências, laboratórios e publicações. Ludwik Fleck (1979) complementa essa visão ao introduzir o conceito de "coletivo de pensamento", enfatizando como os cientistas operam em comunidades que compartilham estilos de pensamento específicos, moldando o desenvolvimento do conhecimento. A diáspora científica causada pela perseguição nazista, analisada por Abraham Pais (1986) e John Desmond Bernal (1939), intensificou a troca de ideias em espaços transnacionais, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, fortalecendo redes científicas e transformando laboratórios em centros de interação e inovação, como destacado por Peter Galison (1987). Assim, a sociabilidade científica nos anos 1930 refletiu tanto a cooperação quanto as tensões impostas pelas mudanças geopolíticas e sociais.

O III Congresso Internacional de História das Ciências ocorreu de 30 de setembro até 06 de outubro de 1934 nas cidades do Porto, Coimbra e Lisboa. O evento itinerante possuía também um viés turístico com visitas às adegas de vinho, uma excursão para a cidade de Sintra no dia do encerramento, dentre outras atividades desse cunho. Esta prática é muito comum desde o século XIX em congressos científicos. No caso português cabe registrar que as prefeituras apoiavam o evento, logo era de se esperar que os congressistas conhecessem as cidades. Por isso, além das inscrições para os congressistas, também existia a modalidade acompanhante. Logo, Francelina Jaguaribe não perdeu a oportunidade e acompanhou o esposo durante o evento.

Produzimos os quadros abaixo[8] que relacionam os apresentadores, os títulos das pesquisas, seus respectivos países e sua vinculação institucional ou atividade que exercia à época. Por meio dessas informações, podemos refletir sobre os temas de estudo e ter uma visão panorâmica da área de história da ciência naquele momento.

[8] Todos os dados inseridos nas tabelas foram formulados a partir de informações presentes no documento “Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências”. Disponível: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 18 set. de 2024.

Imagem 1: Capa do documento “Atas, conferências e Comunicações” relativo ao III Congresso Internacional de História das Ciências.


DEP. LEG.

IIIe Congrès International d'Histoire des Sciences

Tenu au Portugal du 30 septembre au 6 octobre 1934, sous le Haut Patronage de S. E. le Président de la République Portugaise

R.130494

ACTES, CONFÉRENCES ET COMMUNICATIONS

LISBOA
MCMXXXVI

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: https://purl.pt/425/1/index.html#/9/html Acessado em: 15 set. de 2024.

Quadro 1: Conferências de Abertura

Autor	**Título**	**País**	Vínculo e/ou Ocupação
Ricardo Jorge	A medicina e os médicos na expansão mundial portuguesa	Portugal	Médico higienista e climatologista
Fontoura da Costa	A ciência náutica portuguesa na época	Portugal	Diretor da Escola Naval portuguesa

	dos descobrimentos		

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 15 set. de 2024

Quadro 2: História Geral das Ciências

Joaquim de Carvalho	Jacob de Castro Sarmento e a Introdução das concepções de Newton em Portugal	Portugal	Professor de Filosofia da Universidade de Coimbra
Fidelino de Figueiredo	Para a história da crítica literária em Portugal: a reconstituição da literatura medieval	Portugal	Historiador e crítico literário português
Alfredo Perna	Os cursos da História das Ciências na Itália	Itália	Professor- Ministério da Educação Nacional
Armond Reynold	Reflexões sobre o Ensino de História das Ciências	Suíça	A informação não foi encontrada
João Martins da Silva Marques	A história da paleografia em Portugal	Portugal	Bibliotecário Arquivista

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 18 set. de 2024

Quadro 3: História das Ciências Exatas Puras e Aplicadas

A. Fontoura da Costa	O Almanaque Perpétuo de Abraham Zacut (1496)	Portugal	Diretor da Escola Naval portuguesa
Gino Loria	Contribuições matemáticas de Alembert para a Enciclopédia de Métodos	Itália	Matemático
José MillásVallicrosa	Um almanaque português do século XIV	Espanha	Universidade de Barcelona Historiador da Ciência
Petru Sergescu	Sobre alguns aspectos da matemática contemporâea	Romênia	Matemático
QuidoVetter	Relações matemáticas entre os países tchecos, ibéricos, da américa e do extremos oriente	Tchecoslováquia	Matemático, pedagogo e historiador

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 15 set. de 2024

Quadro 4: História das Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais

Giovanni Constanzo	A cronologia do anel eletromagnético (a invenção de A. Pacinotti)	Itália	Professor e Bacharem Física/ Faculdade de Engenharia Eletrónica, Telecomunicações e Física do Politécnico de Turim
Hélène Metzger	O bicentenário da morte de Georg Ernest Stahl (1660-1773)	França	Historiadora e filósofa das ciências
Carlos Rusconi	Fauna e Flora das arenas de Buenos Aires	Argentina	naturalista, arqueólogo e antropólogo

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 19 ago. de 2024

Quadro 5: História da Medicina

Arlindo Camilo Monteiro	Influência portuguesa no Japão	Portugal	Médico
A. Cardoner Planas	Fundação e história do Colégio Real de Cirurgia de	Espanha	Medico Gastroenterologista

	Barcelona		
Max Meyerhoff (origem alemã)	Esboço da história da Farmacologia e Botânica entre os muçulmanos na Espanha	Egito	Oftalmologista
Alberto Pessoa	Emblemas e figuras da medicina na Universidade de Coimbra	Portugal	Médico
Luiz de Pina	Um manuscrito do século XVI sobre Flora Médica Timorense	Portugal	Médico
Idem	História das doutrinas humorais e constitucionais em Portugal	Portugal	Médico
H.P.J Renaud	Introdução dos fitoterápicos americanos na medicina árabe.	Marrocos	Médico de origem francesa e historiador de medicina árabe
Abel Rey	A Medicina na História das Ciências	França	Universidade de Paris
Alberto Rocha Brito	As epidemias do século XVI e as Câmaras de	Portugal	Universidade de Coimbra

	Coimbra		
Fernando da Silva Correia	Portugal na história do Higienismo	Portugal	Médico Higienista
Karl Sudhoff	Pedro Hispano, ou melhor, Pedro Lusitano, professor de medicina e filosofia e, finalmente, Papa João XXI	Alemanha	Historiador da Medicina
Tricot-Royer	Os colóquios de Garcia d'Orta nas farmácias de Plantin na Antuérpia	Bélgica	Médico e historiador da Medicina

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 25 ago. de 2024

Quadro 6: História das ciências geográficas e das descobertas

J. Bettencourt Ferreira	Acerca da "Viagem Filosófica" do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e da colonização portuguesa no Brasil (1783-	Portugal	Naturalista, Museu de Lisboa

	1793)		
F. Jaguaribe de Mattos	Ideias sobre a fisiografia sul-americana	Brasil	Cartógrafo, Exército Brasileiro
Augusto Ramos da Costa	Alguns dados para a história da Oceanografia em Portugal	Portugal	Oficial da Marinha Portuguesa
Ayres de Sá	Gonçalo Velho e Cristóvão Colombo	Portugal	Historiador e Literato Português

Fonte: Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências". Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 25 ago. de 2024

As divisões das sessões e temas trabalhados demonstram uma continuidade temática até os dias atuais como história de cientistas, análise de importantes obras e apresentação de inventos e descobertas. Destaque também para a História da Medicina com a participação de médicos e professores com relatos de doenças e terapias do passado enfatizando o império português no globo, como Japão, Brasil e Timor Leste.

O congresso também contou a presença com importantes nomes da História das Ciências, tais quais Aldo Mieli e George Sarton (1884-1956)[9]. Na revista *Isis*, Sarton relatou sua experiência em Portugal: Chegou uma semana antes para se familiarizar com o país. Visitou Lisboa admirando sua história, monumentos, museus de arte e arquitetura. Ele afirmou que para os estudantes de história da ciência o interesse pelas artes é fundamental em sua formação e para o entendimento da sociedade. Antecipando preocupações que hoje se

[9] George Sarton foi um químico e historiador belga (embora tenha passado a maior parte da vida nos Estados Unidos). É considerado por muitos o fundador da disciplina História das Ciências. Fonte: OLIVEIRA, Amélia de Jesus. História e filosofia da ciência na obra de George Sarton. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan | jun 2016

enquadraria melhor na história cultural da ciência. Logo na abertura de seu artigo, *Lusitanian Memories* destacou: "(...) nossa compreensão matemática do mundo não pode ser completa em um espaço tridimensional; precisamos de pelo menos uma dimensão adicional que nos permita ver as coisas no fluxo da realidade" (1935, p.440). Sarton nos permitiu saber algumas coisas dos bastidores do evento, como na abertura do congresso na cidade do Porto onde houve uma Exposição Colonial e que a língua franca foi o francês. Além disso, também reclamou dos congressistas que liam monotonamente suas comunicações e do público indisciplinado que conversava entre si e entrava e saia das sessões.

Ainda sobre os intelectuais presentes, é importante destacar a participação de uma única mulher: a francesa Hélène Metzger (1889-1944). Metzger foi uma importante historiadora e filósofa das ciências e, como colocado anteriormente, é considerada uma das protagonistas no circuito de estabelecimento da História das Ciências no início da década de 1930. No entanto, o seu trabalho não foi publicado nos Anais do Evento.

Voltando a Jaguaribe, sua comunicação ocorreu em 04 de outubro na Universidade de Coimbra[10]. A pesquisa intitulada *Ideias sobre a fisiografia sul-americana* consiste em afirmar que o continente sul-americano, em especial o Brasil, seria uma reunião de ilhas fluviais que se interligavam em sua superfície. A concepção não era exatamente uma novidade, pois a ideia remetia aos séculos anteriores e ao mito da Ilha Brasil.[11]

O evento científico teve destaque na imprensa portuguesa. No dia 05 de

[10] Todas as comunicações ocorreram na Universidade de Coimbra.

[11]Segundo Francisco Roque Oliveira: "O chamado «mito da Ilha-Brasil» correspondeu a uma das ideias centrais do pensamento geopolítico de Jaime Cortesão, desenvolvido quando este historiador português apresentou no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 1944 e 1950, uma importante série de cursos sobre a História da Cartografia e as fronteiras brasileiras. No seu entender, uma razão geográfica de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas preside à formação territorial do Brasil, lógica essa que teria as suas primeiras expressões literárias e cartográficas no século XVI, prolongando-se depois no tempo, a ponto de a podermos reencontrar no pensamento de Alexandre de Gusmão e subjacente à estratégia arquitetada por Portugal para a negociação do Tratado de Madrid (1750). Nesse sentido, os mapas antigos funcionariam como um reflexo particularmente tangível da consciência precoce da unidade geográfica, econômica e humana desse território inteiro e da vontade política de o dominar." (OLIVEIRA, 2017, p. 1)

Para saber sobre o mito da Ilha Brasil: KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

outubro de 1934, o jornal *O século* publicou um resumo[12] do trabalho de Jaguaribe sob o título *Uma comunicação dum cientista brasileiro*:

> O tenente-coronel do Exército brasileiro, Sr. Jaguaribe de Mattos, apresentou uma comunicação acerca das ideias sobre a fisiografia do continente sul-americano, no tempo das descobertas, no século XVIII e nos dias atuais, trabalho que guardava para apresentar em Portugal. No desenvolver daquele assunto, falou do modo como ficou conhecido na cartografia o continente sul-americano e mostrou como foram se anulando, pelos estudos de cientistas portugueses e brasileiros, as diversas lendas da configuração daquele território. Indicou várias cartas antigas e portulanos que continham vagas indicações e expressavam algumas ideias, agora realizadas integralmente. Mostrou que o continente sul-americano não é mais do que uma reunião de ilhas que se comunicam à superfície da terra. Deu conhecimento de que há um meridiano liquido natural, traçado desde a boca de Essequilo, no mar das Antilhas, até a boca do Rio da Prata, e propôs que esse meridiano se denomine meridiano Rondon, em homenagem ao general brasileiro daquele nome, que descobriu as principais ligações entre a bacia do Prata e do Paraguay. No fim da comunicação, o Professor Rocha Brito, em nome de Coimbra, e de Portugal, agradeceu a atenção de ter sido guardada para Portugal a comunicação das primícias daqueles importantes descobrimentos da ciência. (*O século*, 05 de outubro de 1934)

Segundo Jaguaribe, o “anonimato” de sua apresentação foi quebrado quando Dr. Rocha Brito (1885-1955) subiu ao estrado da presidência e desobedeceu aos protocolos quando se pronunciou em um discurso efusivo em que saudava o Brasil e seu exército (além de enaltecer a figura de Rondon) e, principalmente ao orador daquela comunicação (no caso, ele) com palavras muito amáveis. Acerca disso, o cartógrafo assinala:

> Não vos escondo o prazer que senti, verificando que o trabalho do anônimo se convertera a um serviço prestado ao país. Terminando o Congresso, fui convidado para fazer a conferência inaugural do *Grupo Português Adherente ao Comité International d’Histoire des Sciences*. (MATTOS, Jaguaribe Francisco, 1936)

Nesse sentido, o comentário de Jaguaribe pode indicar a sua relação ambígua entre o anonimato e a notoriedade. E fez com que nos perguntássemos até que ponto o personagem tinha questões internas sobre ser eclipsado por

[12] É importante ressaltar que nem todas as comunicações foram publicadas como resumo nos periódicos. Dessa forma, entendemos que a pesquisa de Jaguaribe ganhou destaque pela imprensa portuguesa.

Rondon, tendo em vista que, além de cartógrafo da comissão ele também ocupou cargos de presidência em diferentes instituições[13]. No decorrer da sua trajetória é difícil concluir que ele também não buscasse estar à frente de seus projetos ou fosse uma pessoa tímida. Talvez, diferentemente de Rondon, Jaguaribe buscava o saber e/ou fazer e ignorava os holofotes.

O trabalho escrito por Jaguaribe presente na Ata do Congresso é bem extenso e minucioso, possui 49 páginas e um mapa, visto que a recomendação dos organizadores era a de que os textos não deveriam ultrapassar 8 páginas.

A propósito, é importante informar que para essa pesquisa não nos propusemos a analisar o seu trabalho, por isso as suas principais ideias foram colocadas em linhas gerais. O objetivo aqui é examinar como se deu a relação do personagem com a História das Ciências e, ainda: a inscrição do Brasil nesse contexto.

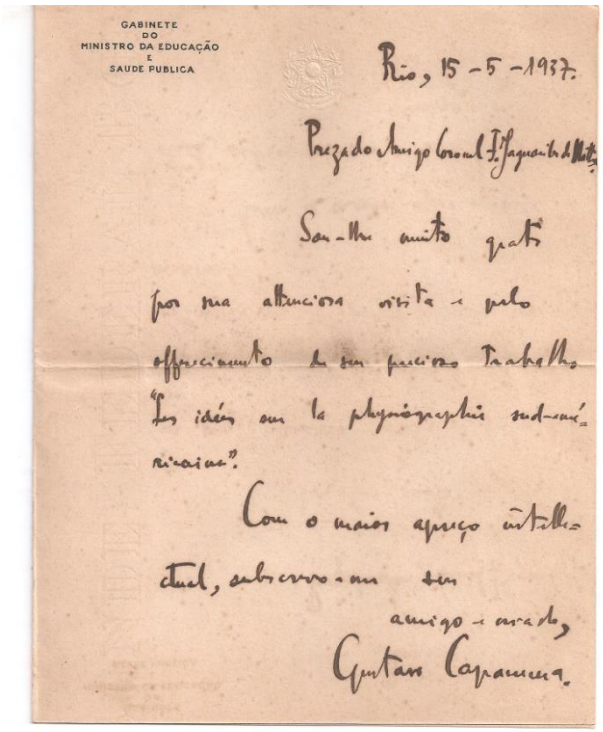
No início de agosto de 1935, Jaguaribe retornou ao Brasil (*A manhã*, 10 de agosto de 1935). O seu regresso trouxe consigo o prestígio por ter se apresentado internacionalmente e também a exclusividade de ser o único membro brasileiro na Academia Internacional de História das Ciências.

Em 1936, a sua comunicação no congresso foi publicada como livro. Jaguaribe fez questão de distribuir entre atores e instituições que considerava relevantes. Em seu acervo pessoal tivemos acesso a alguns bilhetes/cartas de agradecimento pelo envio do exemplar de sua obra, tais como, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1900-1985), a Biblioteca Pública de Nova York), dentre outras. Fato que aponta para o esforço de circulação daquele saber.

Em considerações sobre os trabalhos apresentados no 3º Congresso Internacional de História das Ciências, George Sarton publicou na revista *Isis* que *Les Ides surla Physiographie Sud-Americaine* foi um dos dois trabalhos mais importantes de todo o evento. (Sarton, George 1934-1935, p. 440)

[13] Francisco Jaguaribe foi presidente de, pelo menos, três instituições: A Sociedade Vegetariana Brasileira (1917-1924), a Academia Brasileira de História das Ciências (1937-1963) e da Sociedade Brasileira de Geografia (1957-1960).

Imagem 2 e 3: Correspondências que parabenizavam Jaguaribe pela sua publicação.



GABINETE
DO
MINISTRO DA EDUCAÇÃO
E
SAUDE PUBLICA

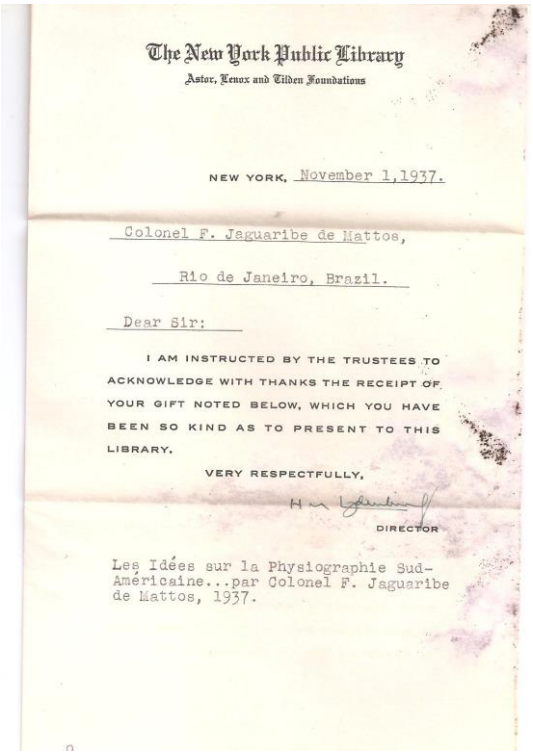
Rio, 15-5-1937.

Prezado Amigo Coronel F. Jaguaribe de Mattos

Sou-lhe muito grato por sua attencioza visita e pelo offerecimento de seu precioso Trabalho "Les idées sur la physiographie sud-américaine".

Com o maior apreço intellectual, subscrevo-me seu amigo e obrigado,

Gustavo Capanema.



The New York Public Library
Astor, Lenox and Tilden Foundations

NEW YORK, November 1,1937.

Colonel F. Jaguaribe de Mattos,

Rio de Janeiro, Brazil.

Dear Sir:

I AM INSTRUCTED BY THE TRUSTEES TO ACKNOWLEDGE WITH THANKS THE RECEIPT OF YOUR GIFT NOTED BELOW, WHICH YOU HAVE BEEN SO KIND AS TO PRESENT TO THIS LIBRARY.

VERY RESPECTFULLY,

H. M. Lydenberg

DIRECTOR

Les Idées sur la Physiographie Sud-Américaine...par Colonel F. Jaguaribe de Mattos, 1937.

Fonte: Acervo pessoal da família Jaguaribe de Mattos

2. A ACADEMIA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

A ideia da fundação de uma Academia Brasileira de História das Ciências (ABHC) teve origem ainda em Portugal, dado como consequência pela participação de Jaguaribe no congresso e, principalmente, por sua aproximação com os intelectuais que compunham o núcleo da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences* naquele período.

O mérito da presente pesquisa está em dar atenção para a Academia Brasileira de História das Ciências, associação pouco estudada pela área e verificar a importância de Jaguaribe neste processo. Assim, no dia 30 de junho de 1937, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia intitulada *Fundação da Academia de História das Ciências*:

> No sábado último realizou-se a quarta reunião preparatória para fundação desta sociedade sob a presidência do Coronel Francisco Jaguaribe de Mattos, no salão da reitoria do Brasil. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata do estatuto, cuja comissão fora constituída pelos seguintes acadêmicos: Francisco Jaguaribe de Mattos, Raul Leitão da Cunha, Adalberto Menezes e Saladino Gusmão. Após ligeira discussão foi o estatuto aprovado. Em seguida procedeu-se a eleição para a primeira diretoria da academia. Foram escolhidos para escrutinadores os acadêmicos: A. L Pereira Ferraz e Saladino Gusmão. Apurados os votos, foi verificado o resultado a seguir: Presidente: Jaguaribe de Mattos; vice-presidente: Inácio Azevedo do Amaral; secretário geral: Luis de Faria; 1º secretário A. L. Pereira Ferraz; 2º secretário: Martins Roxo; tesoureiro: Jenuíno de Albuquerque; conselho consultivo: Raul Leitão da Cunha, Joaquim marques da Cunha e Rodolfo Garcia . O Sr. Presidente lê os nomes dos recém eleitos e a assembleia recebe essa divulgação com prolongada salva de palmas. O Sr. Presidente agradece a honra da qual acaba de ser investido, muito embora estivesse convencido de que outros nomes poderiam substituir o seu com grande vantagem. Educado, porém, na escola da disciplina militar, não costumava recusar os percalços. Por isso, aceitava o mandato e procuraria desempenhá-lo empregando o melhor do seu esforço e da sua fé para o engrandecimento da nova sociedade [...] A Academia Brasileira de História da Ciências, fundada de acordo com o estatuto e com a delegação que recebeu da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences* ,é a representante desse grande organismo internacional no Brasil, junto às autoridades e aos cientistas do país.

No que tange à posição de Jaguaribe como presidente, me parece que isso não foi necessariamente uma questão, tendo em vista que era fundador da academia no Brasil e, talvez por isso, se sentisse credenciado a desempenhar tal papel, até porque àquela altura era o único brasileiro a ser membro efetivo da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences*. Ainda assim, como apresentado na notícia, ocorreu uma eleição e o cartógrafo foi diplomático ao ser eleito.

Para tanto, a Academia Brasileira de História de Ciências existia muito mais para constar nos quadros do que para desempenhar atividades em prol da ciência. Com algumas exceções, como, por exemplo, a Sessão Plena Especial que ocorreu no Rio de Janeiro, no mês de julho de 1941 ou a Homenagem ao Centenário do nascimento de Roberto Trompowski [14] (1853 -1926), em março de 1953. A seguir, tecerei algumas considerações sobre os encontros promovidos pela academia.

A Sessão Plena Especial foi uma iniciativa bem significante da instituição sob a presidência de Francisco Jaguaribe. Além de ter cobertura da imprensa local, o evento também obteve destaque na revista *Archeion*. Diferentes jornais anunciaram a recepção:

> Amanhã, às 16 horas, na sala de sessões do antigo Conselho Municipal, será realizada uma sessão plena especial, promovida pela Academia Brasileira de História das Ciências para receber representantes argentinos e portugueses, ligados ao movimento da História das Ciências e presentemente nesta capital [...] No início da sessão, serão entregues os diplomas dos sócios brasileiros eleitos para a *Academie Internationale d'Histtoire des Sciences*. A entrada é facultativa às pessoas interessadas. (*Diário de Notícias*, 15 de julho de 1941).

Segundo o *Jornal do Comércio*, a cerimônia *revestiu-se de muito brilho*: o local estava ornamentado de flores e bandeiras de nações amigas (é preciso lembrar que a Segunda Guerra Mundial acontecia), sobretudo sul-americanas. Em destaque se encontravam ao fundo as bandeiras de Brasil, Argentina e

[14] Roberto Trompowski era Doutor em Matemática e Ciências Físicas. A partir de 1974, foi professor repetidor na Escola Militar, depois passando para assistente de Benjamin Constant (1836-1891). Em 1889, passou a catedrático da primeira cadeira do primeiro ano dessa Escola. Possui o Título Honorífico de Patrono do Magistério no Exército Brasileiro. Fonte: http://www.mat.ufrgs.br/~portosil/trompo.html. Acessado em 16 set. de 2024.

Portugal. (*Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1941)

Em seu discurso, Jaguaribe fez uma série de interessantes colocações: a primeira sobre o caráter evocativo acerca da necessidade de colaboração entre Portugal, Argentina e Brasil para estudo e divulgação da História das Ciências (*Archeion,* XXIII, 1941. p. 259). Nesse sentido, utilizando um termo contemporâneo, o encontro pode ser caracterizado como uma iniciativa de cooperação científica entre os três países. Sendo assim, as bandeiras decorativas foram harmônicas com a fala do presidente. Ainda sobre a comunicação, Jaguaribe também comentou sobre a fundação da Academia Brasileira de História das Ciências, concluindo que a mesma se devia a instancias e credenciais portuguesas.

> O haver-lhe confiado, em nome do Comitê Internacional, a incumbência oficial de fundar no Brasil um organismo federado à grande instituição internacional, então sediada em Paris. [...] Tendes assim o quadro vivo dos que operaram o ressurgimento de nossa Academia, que tanta esperança e tão grande interesse vem despertando. (*Archeion* XXIII, 1941. p. 260)

Nesse sentido, a citação destaca o papel vital da rede de sociabilidade a qual Jaguaribe estava inserido. Assim, podemos perceber que a relação do personagem com os intelectuais portugueses engajados na História das Ciências foi fator fundamental para a fundação da academia brasileira.

Outro ponto que merece distinção foi a proposta do I Congresso Pan-Americano de História das Ciências ocorrer no Rio de Janeiro, feita pelo argentino Dr. Juan Ramón Beltran (1894-1947)[15] ao considerar que *para o grande edifício da História das Ciências, o pilar tem de ser o Brasil:*

> Peço a Vossa Excelência Senhor Presidente, se digne tornar concreta a ideia de realização de um Congresso de História das Ciências – O I Congresso Americano de História das Ciências – e formulo a moção para que o Rio de Janeiro seja a sede do dito congresso. (*Archeion* XXIII, 1941. p. 262)

[15] Dr. Juan Ramón Beltran atuou como professor de Psicologia Experimental e Fisiológica na Faculdade de Filosofia e Letras na Universidade de Buenos Aires. Fonte: Rodriguez Sturla, Pablo, Ferro, Claudia Mabel y Lopez, Guillermo. La actuación del Dr. Juan Ramón Beltrán en la Facultad de Filosofía y Letras, UBA. (1921-1947) VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXII Jornadas de Investigación XI Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015. Via https://www.aacademica.org/000-015/146 . Acessado em 16 set. de 2024.

A sugestão causou enorme comoção no público presente que reagiu com muitos aplausos. Segundo a revista *Archeion*:

> Cessados os vibrantes aplausos, o Coronel Jaguaribe de Mattos agradeceu ao Professor Beltran os conceitos elogiosos emitidos sobre o Brasil e sobre a cultura dos cientistas brasileiros, assim como a distinção de que era alvo a Academia, com o objeto de sua proposta. Explicou que os aplausos prolongados teriam dado mostra do agrado com que a Academia acatava as suas palavras. Tratava-se, porém de uma questão complexa com feição administrativa que só poderia ser resolvida com assentimento e auxílio do governo, tanto no terreno das possibilidades, como no da oportunidade. Para que o ilustre orador tivesse a sensação do interesse que as suas palavras despertaram, ali mesmo ia organizar uma comissão para encaminhar a moção do Sr. Beltran, e convidou para esse fim os Srs. Prof. Raul Leitão da Cunha, Coronel Jesuíno de Albuquerque e Prof. Dr. Luiz Afonso de Faria, aos quais se uniria para juntos levarem a moção aos Srs. Ministros da Educação e das Relações Exteriores e por intermédio dos mesmos, ao Sr. Presidente da República. (*Archeion* XXIII, 1941. p. 263)

Dito isso, o final da cerimônia também foi interessante, principalmente se for lembrado que Jaguaribe fora exilado do Brasil como inimigo de Getúlio, mas ao que parece, segundo o presidente da ABHC, naquela ocasião, Vargas se tornara um aliado ao que tange às ciências no Brasil. De acordo com *O Jornal do Comércio*:

> Antes de terminar agradeceu o encorajamento que tem dado à academia o Sr. Presidente Getúlio Vargas, o grande amigo das instituições culturais e científicas, que se dignou de ler e comentar os trabalhos que lhe foram oferecidos e atendeu a representação da Academia no estrangeiro. Agradece ainda aos senhores Ministros das Relações Exteriores e da Educação a simpatia e o interesse dispensado, mais de uma vez à instituição. (*Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1941)

No ano de 1937, Jaguaribe preparou a representação do Brasil no 4º Congresso Internacional de História das Ciências, que aconteceu em Praga, através da apresentação de Luiz Faria. Segundo consta em documento, o Brasil conseguiu distinta contribuição.

Em 24 de setembro daquele mesmo ano, outra conferência foi realizada pela Academia Brasileira de História das Ciências no Rio de Janeiro:

> No salão nobre do Liceu Literário Português terá lugar, amanhã, às 17 horas, a sessão especial organizada pela Academia Brasileira de História das Ciências para receber o professor Juan

> Ramon Beltran, secretário da Junta Argentina de História das Ciências e professor das Faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas de Buenos Aires. O professor Betran, que será saudado pelo Coronel Jaguaribe de Mattos, pronunciará uma conferência sobre D'Ansonval na história das Ciências. (*Diário de Notícias*, 23 de setembro de 1941)

Francisco Jaguaribe abriu a sessão em discurso nomeado *Fraternidade Científica Argentino-Brasileira* onde, além de parabenizar os cientistas argentinos, destacou o fato dos *hermanos* compreenderem a necessidade de manter a coerência com o passado, desenvolvendo cursos de História das Ciências em suas Faculdades Superiores, como era praticado na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Beltran começou a sua comunicação se desculpando por não ser um orador e carecer da abundância de palavras para a sessão solene. O argentino tinha o título de "membro honorário" da Academia Brasileira de História das Ciências e naquela noite narrou de forma heroica a trajetória do médico e físico francês D'Ansonval (1851-1940). (*Archeion* XXIII, 1941. p. 392)

Desta vez, além dos compromissos públicos, Jaguaribe ofereceu um jantar em homenagem ao palestrante:

> O ilustre intelectual argentino Dr. Juan Ramón Beltran, professor das Faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas de Buenos Aires, foi homenageado ontem à noite com um jantar íntimo que lhe foi oferecido pelo Coronel Francisco Jaguaribe de Mattos, presidente da Academia Brasileira de História das Ciências, em sua residência na Gávea. Findo o ágape, em homenagem, à Senhora Ramón Beltran a Senhora Jaguaribe de Mattos dirigiu um programa muito artístico musical em que tomaram parte as senhoras Margarida Lopes de Almeida e Ida Queiroz Santos. Entre outros compareceram a essa reunião os Senhores Doutores Lourenço Jorge, Luiz Faria, Roberto Freire, Melo Leitão, Arlindo Camilo Monteiro, Mário Dias, Menezes de Oliveira, Cel. Visconde de Paula Vasconcelos, Cap. Amâncio Santos, Cap. Geraldo Barroso e muitas outras damas de nossa sociedade. (*Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1941)

Embora a notícia possa parecer irrelevante, é interessante perceber a rede de sociabilidade que Jaguaribe estabelecera no Brasil em torno da História das Ciências. Dentre os convidados internacionais, além do homenageado, desatacamos a presença de Arlindo Monteiro.

Sobre o Congresso de História das Ciências que se realizaria no Rio de

Janeiro, depois de assentadas combinações, o governo do Brasil, então receoso de infiltrados comunistas, suspendeu todas as reuniões de caráter internacional, inclusive o Congresso de História das Ciências.

Depois de alguns anos de hiato, justificados por Jaguaribe pela II Guerra Mundial, a associação só voltou a se reunir em 1948. As reuniões desse período tiveram por finalidade distribuir os títulos de cientistas brasileiros que se tornavam membros da ABHC. Além disso, também ocorriam as eleições para cargos na academia. Francisco Jaguaribe seguiu como presidente.

Em 1953, Jaguaribe organizou uma homenagem à memória do Marechal Trompowsky (1853-1926). Desta vez, até mesmo Rondon e o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) compareceram à solenidade. Embora tenha acontecido no âmbito da ABHC, o evento possuiu um caráter militar.

Imagem 4: Jaguaribe junto a Rondon em homenagem ao Marechal Trompowsky promovida pela Academia Brasileira de História das Ciências.

Rio de Janeiro, 28-29 de março de 1953 — SOC

Homenagem à memória do marechal Trompowsky

A Academia Brasileira de História das Ciências reverenciou o "Patrono do Magistério Militar" — Presentes altas autoridades — Fala o ministro Trompowsky, filho do marechal

A mesa que presidiu à sessão comemorativa, vê-se o general Francisco Jaguaribe de Matos ladeado pelo marechal Eurico Gas par Dutra, general Cândido Rondon e brigadeiro Arman do Trompowsky

Para terminar, citou os nomes dos grandes matemáticos brasileiros, numa lista em ordem cronológica que qualificou de "Série Aurea": o bispo frei Pedro de Santa Marian, professor do Pedro II e de suas filhas, Cândido Batista de Oliveira, Joaquim Gomes de Souza, Roberto Trompowsky, Licinio Atanásio Cardoso, José Eulálio da Silva Oliveira — o maranhense de 19 anos que assombrou seus examinadores Cândido Batista de Oliveira, Pedro de Alcântara Bellegarde e Joaquim Gomes de Souza, por seus conhecimentos matemáticos — Alfredo Cândido e Antonio Gabriel de Morais Rêgo, Oto de Alencar e Silva, Inácio Manuel Azevedo do Amaral e Manoel Amoroso Costa.

"O título de patrono do magistério militar, concedido ao marechal Trompowsky — disse para concluir — foi recebido de braços abertos por todos os que o conheceram, militares e antigos alunos".

AGRADECE O BRIGADEIRO TROMPOWSKY

Tomando a palavra, o ministro A[illegible]lando Trompowsky, filho do homenageado, expressou sua gratidão. Citando a ordem do dia por ocasião da nomeação do ma-

Fonte: *Tribuna da Imprensa*. 28-20 de abril de 1953

Jaguaribe seguiu como presidente da Academia Brasileira de História das Ciências até 1963, quando uma das principais bandeiras da instituição era a inclusão da cadeira "História das Ciências" nos cursos superiores. Depois de 26

anos à frente da presidência, foi substituído por Olympio da Fonseca (1895-1978).

Imagem 5: O embaixador Paulo Carneiro (à esquerda) junto com Francisco Jaguaribe e o então novo presidente da ABHC Olympio da Fonseca em conferência sobre *A elaboração e a impressão da História Científica e Cultural da Humanidade* na Academia Brasileira de História das Ciências. Na palestra também foi discutido sobre a falta da cadeira de História das Ciências nos cursos superiores.

Fonte: *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1963

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisco Jaguaribe foi um dos personagens responsáveis por inscrever o Brasil no quadro da História das Ciências em âmbito internacional de sua época, assim como teve grande influência no fortalecimento na institucionalização dessa área de estudos no Brasil. Apesar de sua incursão ter sido "acidental", resultado de seu exílio em Portugal e do encontro com Arlindo Monteiro, ele foi atuante na área até os anos de 1960 e membro da Academia Internacional de História das Ciências até a sua morte em 1974. Jaguaribe foi o precursor da linha de pesquisa que relaciona a formação do território nacional, cartografia e história da ciência. O grupo de pesquisa Território, Ciência e Nação do Museu de Astronomia e Ciências segue seus passos no século XXI.

Para a historiografia das ciências no Brasil o impacto desta pesquisa é

evidente: sempre começamos a contar a história da disciplina com Sarton e seguimos com a obra de Fernando Azedo dos anos de 1950 e em 1990 com a pós-graduação em História das Ciências da USP, com Maria Amélia Dantes. O presente artigo tem o mérito de preencher as lacunas dos anos de 1930 e 1940 através dessa iniciativa institucional da História das Ciências por meio de uma academia brasileira.

Atualmente, os pesquisadores brasileiros Silvia Figueroa, Sergio Nobre, Luiz Carlos Soares e Carlos Henrique Barbosa Gonçalves são membros correspondentes da Academia Internacional de História das Ciências[16]. Silvia Figueroa, Sérgio Nobre, Luiz Carlos Soares e Carlos Henrique Barbosa Gonçalves são destacados historiadores da ciência que têm contribuído para consolidar uma historiografia crítica e contextualizada no Brasil. Silvia Figueroa, é reconhecida por suas análises pioneiras sobre a história da geologia no Brasil, explorando a relação entre ciência, política e desenvolvimento nacional. Sérgio Nobre investiga as transformações institucionais e políticas científicas no Brasil, destacando os desafios para a construção de uma ciência autônoma em países periféricos. Luiz Carlos Soares articula a história das ciências com questões sociais e econômicas, destacando a circulação do conhecimento científico em contextos transatlânticos. Carlos Henrique Barbosa Gonçalves contribui para a compreensão das apropriações locais do saber científico, refletindo sobre seu impacto nas políticas públicas e na formação de elites intelectuais. Esses pesquisadores, ao conectar especificidades brasileiras às dinâmicas globais, fortalecem a presença do Brasil na historiografia internacional da ciência.

REFERÊNCIAS:

A manhã, 10 de agosto de 1935.

Archeion *XXIII*, 1941.

Atas, conferências e Comunicações - **III Congresso Internacional de História das Ciências**. Disponível em: http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html Acessado em: 15 set. de 2024.

[16] Fonte: https://www.sbhc.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=161. Acessado em: 08 mar. de 2020.

BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. **Mapeando saberes: a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1910-1952**). 2020. 197 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020

BERNAL, John Desmond. **The social function of science**. London: George Routledge & Sons, 1939.

BISPO, Antonio Alexandre. Da História das Ciências como objeto de estudos culturais e dos Science Studies. Revendo o III Congresso da Academia Internacional de História das Ciências em Portugal (1934) e a participação do Brasil: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos". **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira** 130/10 (2011:2). http://www.revista.brasil-europa.eu/130/Congresso_Historia_das_Ciencias.html

Correio da Manhã, 26 de abril de 1963

Conferência de Francisco Jaguaribe no Clube Militar. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1936. (Arquivo Pessoal Jaguaribe de Mattos)

Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos". In: **Processo nº 1939 de 1963**. **Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências** [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo, [1963].

Diário de Notícias, 15 de julho de 1941.

FITAS, Augusto José dos Santos; RODRIGUES, Marcial E. & NUNES Maria de Fátima. **Filosofia e História da Ciência no Portugal do século XX**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008.

GALISON, Peter. **How experiments end**. Chicago: University of Chicago Press, 1987

Gazeta de Notícias, 27 de setembro de 1941.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia Historia**, 2007, vol. 23, n.º 37, p. 70-80.

FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

Jornal do Comércio, 29 de julho de 1941.

International Academy of the History of Science -A short history of the Academy, 1927 – 1940. Disponível em: https://www.aihs-iahs.org/en/history/1927-1940 Acessado em 16 set. de 2024.

MERTON, Robert K. **The sociology of science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

NUNES, Maria de Fátima. Construção de identidades europeias: os Congressos científicos, laboratórios de construção de identidades, Breves considerações. **Debater a Europa.** Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.5 Julho/Dezembro 2011, p.15-22.

NUNES. Maria de Fátima. O III Congresso Internacional de História da Ciência Portugal, 1934: Contextos Científicos, contextos culturais e políticos. In: F.A. Machado, M.R. G. Gama, J.M. Fernandes (org.) **Caminhos de Cultura em Portugal. Homenagem ao Professor Doutor Norberto Cunha**. Braga, Ed. Húmus, 2010, p. 321-336.

O século, 05 de outubro de 1934

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. História e filosofia da ciência na obra de George Sarton. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan | jun 2016.

PAIS, Abraham. **Inward bound: of matter and forces in the physical world**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

RODRIGUEZ Sturla, Pablo, FERRO, Claudia Mabel y LOPEZ, Guillermo. **La actuación del Dr. Juan Ramón Beltrán en la Facultad de Filosofía y Letras, UBA. (1921-1947)** VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXII Jornadas de Investigación XI Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015

SARTON, George. “Lusitanian Memories”, **Isis**, XXII, 1934-1935

SILVA, Francismary Alves da. **Combates de Alexandre Koyré: por uma história do pensamento científico**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 205f, 2015.

Recebido em 18/09/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

FILHOS DA INVISIBILIDADE
Profilaxia e/ou segregação parental

CHILDREN OF INVISIBILITY
Prophylaxis and/or parental segregation

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES[1]

JAQUELINE SILVA BARBOSA[2]

JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS FERNANDES[3]

RESUMO

A presente pesquisa discute como o Século XX foi marcado por políticas eugênicas que influenciaram na tomada de decisões sobre o controle da lepra e, principalmente, sobre os filhos "sadios" dos doentes que viviam isolados no Leprosário Santo Antônio do Prata, localizado na área rural de Igarapé-Açu/PA. Os filhos dos leprosos eram segregados dos seus pais logo ao nascer e passavam a receber cuidados de outras pessoas. Este afastamento familiar, configurava-se numa tentativa profilática de impedir a transmissibilidade da doença entre pais e filhos, visto que, os pais não eram impedidos de se reproduzirem. No entanto, a permanência das crianças junto ao convívio dos pais acarretaria riscos significativos ao ciclo de contaminação que se buscava combater naquele período. Desta forma, esta pesquisa parte de uma análise bibliográfica em documentos desse período — sendo a obra Lazarópolis do Prata, de autoria a Heraclides de Souza Araújo, a mais utilizada — que retratam como essa doença era entendida como uma ameaça para a sociedade. Bibliografias atuais, tais como Del Cont (2008), Louzada (1942), Pacheco (2018) e Souza (2006) são utilizadas, junto com a abordagem qualitativa, para aprofundar a discussão sobre a relação entre a profilaxia e a segregação dessas crianças em espaços que impediam a continuidade do ciclo da doença.

Palavras-chave: Exclusões. Hanseníase. Parentalidade. Santo Antônio do Prata.

[1] Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2008) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: dsfernandes@ufpa.br

[2] Mestranda em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) na Universidade Federal do Pará. E-mail: jaqueline.barbosa@castanhal.ufpa.br

[3] Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2004), professor titular da Universidade Federal do Pará, coordenador e professor do curso de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: Guilherme.profufpa@gmail.com

ABSTRACT

This research discusses how the 20th century was marked by eugenic policies that influenced decision-making regarding the control of leprosy and, particularly, the fate of the "healthy" children of patients living in isolation at the Santo Antônio do Prata Leprosarium, located in the rural area of Igarapé-Açu, Pará, Brazil. The children of leprosy patients were segregated from their parents at birth and cared for by others. This family separation was a prophylactic attempt to prevent the transmission of the disease from parents to children, as parents were not prohibited from reproducing. However, allowing children to remain with their parents posed significant risks to the cycle of contagion that authorities sought to combat during that period. Thus, this research undertakes a bibliographic analysis of documents from that time—primarily Lazarópolis do Prata by Heraclides de Souza Araújo, which provides a detailed depiction of how leprosy was perceived as a societal threat. Contemporary bibliographies, such as Del Cont, (2008), Louzada (1942), Pacheco (2018), and Souza (2006), are also utilized, along with a qualitative approach, to deepen the discussion on the relationship between prophylaxis and the segregation of these children into spaces designed to break the disease's transmission cycle.

Keywords: Exclusions. Leprosy. Parenting. Santo Antonio do Prata.

INTRODUÇÃO.

O contexto do século XX foi marcado pelos discursos eugênicos que consideravam o “atraso” da população brasileira às doenças. Por conta disso, uma série de medidas foram impostas ao combate dessas enfermidades e principalmente em torno da lepra[4], como era conhecida a hanseníase no período. Por não possuir cura e nem tratamento que fosse eficaz contra a transmissibilidade, as medidas de controle em volta da doença consistiam em segregar o paciente do restante da sociedade sadia (CUNHA, 2010).

A segregação era uma medida profilática usada desde a antiguidade para a contenção da enfermidade. No Brasil, no entanto, essa medida fora aprimorada em espaços específicos que resultaram na criação de modelos isolacionistas inovadores para a época, neste caso: as colônias agrícolas para leprosos. Esse modelo, caracterizava-se como uma idealização de “cidade” à margem da sociedade, criada especificamente para atender esses indivíduos que eram

[4] Sabe-se que, atualmente, o termo lepra fora substituído por hanseníase. Contudo, neste artigo, optou-se pelo uso do termo lepra, devido ao contexto histórico em que a discussão em torno da doença está sendo feita.

entendidos como sujeitos que se apresentavam como empecilhos para progresso do brasileiro (CABRAL, 2007).

O primeiro modelo de colônia agrícola fora instalado no Pará, e mais especificamente no interior da cidade de Igarapé-Açu, a cerca de 125 quilômetros da capital Belém.

Este estado apresentava uma endemia de lepra que, segundo as autoridades da época, carecia de uma intervenção pública urgente. Ao ser instalada, por sua vez, a colônia agrícola atenderia não apenas paraenses, mas enfermos de outras regiões que precisavam ser internados, mesmo que de forma compulsória.

Assim sendo, criou-se essa colônia como medida de expurgo desse grupo. Porém, isso não era suficiente para livrar a sociedade da doença, pois surgiu um segundo problema: os filhos sadios dessas pessoas. Não podendo permanecer em contato com seus pais, para assim não contrair a doença, era necessário então intervir nessas crianças que poderiam ser a continuidade do ciclo da doença. Devido isso, as medidas eugênicas passaram a voltar sua atenção também para o segregamento, agora não mais social, mas sim familiar.

Muitas eram as discussões. Estas iam desde a esterilização dos leprosos ao afastamento familiar entre pais doentes e filhos sadios. O debate enfatizava, sempre, que medidas cabíveis deveriam ser tomadas para combater o mal que esta doença apresentava. O direito de quem deve ou não formar família, ter filhos, portanto, não incluía os doentes de lepra, para quem esse direito fora negado por aqueles que determinavam os caminhos de suas vidas, através das políticas públicas.

Na colônia Santo Antônio do Prata, isso se evidencia com a criação do preventório[5] que ficava localizado na ala da administração do leprosário, longe do contato com os pais doentes. Logo, torna-se notório que, tanto os filhos quanto os pais, foram vítimas dos processos eugênicos que interferiram diretamente no convívio familiar e social desses sujeitos atingidos pelas medidas de controle da lepra.

[5] Preventório foram as instituições criadas para dar assistência aos filhos sadios que não podiam conviver com os pais portadores da doença.

Tal acontecimento, portanto, é discutido nesta pesquisa através de fontes bibliográfica do período — que comprovam a influência da eugenia em torno da profilaxia da lepra — e de bibliografias mais atuais que revisam os meados do século XX como momento ímpar na criação das medidas acima pontuadas que resultaram na separação parental dos sujeitos acometidos, direta e indiretamente, por essa doença.

1. MODELOS IMPORTADOS: EUGENIA E DOENÇA.

O termo eugenia surgiu na Europa no final do século XIX, pelo cientista Francis Galton. Primo de Charles Darwin, e influenciado pela Teoria da Evolução por Seleção Natural, Francis Galton direcionou seus estudos para explicar que as capacidades humanas estavam diretamente ligadas à hereditariedade. Ele definiu a eugenia como a ciência que tratava das agências socias que influenciavam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das gerações futuras, garantindo que as características e capacidades humanas fossem presumidas ou manipuladas (GALTON, 1869).

Por meio dessa teoria, seria possível construir um novo estereótipo de ser humano. O controle reprodutivo voltado para indivíduos que apresentassem comportamentos associados à degeneração — vadiagem, alcoolismos, prostituição, demência e doenças generalizadas — era aplicado como requisito para impedir que eles se reproduzissem e que assim, houvesse uma qualidade reprodutiva dos indivíduos na sociedade (DEL CONT, 2008). Através da eugenia, visava-se à “raça” humana e a garantia de uma descendência na qual atendesse a um padrão considerado socialmente aceitável.

A eugenia trouxe para a ciência a contribuição de que era possível eliminar os elementos que ocasionavam a degeneração selecionando as características benéficas. Por isso, a eugenia proporcionou a base para que fosse desenvolvido desdobramentos laboratoriais e práticas experimentais destinados a “solucionar” o problema que os degenerados traziam consigo (DEL CONT, 2008). As ideias eugênicas foram difundidas mundo afora e serviam como justificativa para as práticas preconceituosas, racistas e xenofóbicas, que eram aplicadas para quem era entendido como um “sujeito degenerado”.

No Brasil, o líder das ideias eugênicas foi o médico Renato Kelh. Ele marcou o século XX com discursos sobre a necessidade de se construir um estereótipo do cidadão brasileiro. Para Souza (2006), esse eugenista se destacou pela busca incessante em torno de ideias sobre regeneração eugênica de uma "raça nacional", sua atenção era voltada para um amplo debate acerca do futuro racial dos indivíduos e a formação da nacionalidade brasileira.

Atrelado às ideias desenvolvimentistas e modernas que se tinha para conseguir o progresso, Renato Kehl publicou diversos estudos científicos — difundidos posteriormente em propagandas e planos políticos — que defendiam a eugenia como saída para os empecilhos que levavam ao atraso dos indivíduos. Dentre as propostas apresentadas por ele estava a restrição da imigração, controle dos matrimônios e exames pré-nupcial, esterilização dos inaptos, segregação racial e combate as doenças contagiosas, em especial a lepra, sífilis, tuberculose, ancilostomíase e malária (SOUZA, 2006).

No campo da saúde, a atuação eugênica desse médico se evidencia a partir de 1920 com suas propagandas educacionais e higienistas encomendadas pela Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas, com o intuito levar conhecimento sobre a importância da higiene na formação do sujeito. Além disso, Renato Kehl ainda atuou no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) onde também incentivou a educação higiênica e aplicação de medidas de saneamento e profilaxia em torno do "'perigo sombrio' que as doenças venéreas representavam para o futuro da raça" (SOUZA, 2006, p. 108).

Ao passo que as ideias eugênicas eram propagadas o número de adeptos (médicos, sanitaristas, educadores e outros) crescia. Passavam a acreditar que a ideologia eugênica junto com o higienismo seriam capazes de regenerar a população e construir o padrão do aceitável. Mas, para isso acontecer, era indubitável interferir na vida dos que apresentavam a anormalidade, era preciso aplicar medidas que revertesse a situação ou mesmo extinguisse os causadores da mesma.

Nesse período, Renato Kehl contrariava as questões humanitárias que hoje existem e impedem a não propagação de racismo, discriminação, sexismo e demais preconceitos que implicam drasticamente nos direitos humanos, já que,

este buscava eliminar por meio da esterilização ou segregação racial os grupos que impediam a construção da "raça boa":

> [...] a esterilização deveria ser indicada em indivíduos criminosos, em 'anormais' constituídos por 'degeneração psíquica', como a 'loucura', 'epilepsia', 'idiotia' e a 'esquizofrenia', em 'surdos-mudos' e naqueles que apresentassem qualquer 'estigma de degeneração'. Em seu ponto de vista, a esterilização dos indivíduos degenerados deveria ser considerada como uma importante medida de 'profilaxia racial' (SOUZA, 2006, p. 147).

No que concerne as doenças (hereditárias e contagiosas) a esterilização e a segregação eram cruciais para o processo eugênico, uma vez que elas eram as responsáveis por causar a degenerescência da raça. Desta forma, nesse momento essas enfermidades passaram a ser vistas com um olhar mais atencioso, no qual, colocava a profilaxia como medida única e urgente a ser implantada. No caso da lepra (centro da discussão a ser feita), cogitou-se a possibilidade da esterilização devido ao temor que a doença carregava consigo e pela gravidade que ela obrigava seus infectados a viver.

Louzada (1942), pontua que a esterilização dos leprosos foi pensada como medida para erradicar a doença no Brasil. Devido as influências das ideias eugênicas, as autoridades de saúde pública consideravam legítimo a intromissão no corpo do doente para fazer valer o bem maior — livrar a sociedade sadia do contágio da moléstia. Contrário a esta medida, este autor argumenta que:

> A esterilisação obrigatória, imposta, draconiana, praticada contra a vontade do paciente, é ato que atenta contra o legitimo direito que cada pessoa possue de não consentir na mutilação de seu corpo. [...] A esterilisação dos leprosos não é processo digno de entrar na pratica corrente, não somente por atentar contra preceitos morais e religiosos da maior relevancia, mas tambem e sob o ponto de vista medico, por não possuir, em absoluto, o alcance eugenico, profilatico e social que se lhe tem apregoado (LOUZADA, 1942, p. 424-429).[6]

[6] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "A esterilização obrigatória, imposta, draconiana, praticada contra a vontade do paciente, é ato que atenta contra o legítimo direito que cada pessoa possui de não consentir na mutilação de seu corpo. [...] A esterilização dos leprosos não é processo digno de entrar na prática corrente, não somente por atentar contra preceitos morais e religiosos da maior relevância, mas também e sob o ponto de

A discussão feita por Louzada se deu no período 1942 e, para não cair em anacronismos históricos dentro da temporalidade que está sendo proposta, é importante salientar que a utilização do autor se justifica porque em seus argumentos é explicito notar como a esterilização, discutida desde 1920, não fora posta em prática devido a gravidade que seria violentar o leproso com a infertilidade. Por conseguinte, os argumentos trazidos por Louzada reforçam as evidências do viés eugênico que se estenderam por décadas a respeito da esterilização.

Em contrapartida à esterilização, a segregação foi utilizada como forma profilática das doenças, e em especial a lepra, e nisso revela-se os reflexos eugênicos utilizados no seu combate. Segundo Renato Kehl a partir de Souza (2006, p. 16):

> [...] ao lado da sífilis e do alcoolismo, a lepra, a tuberculose, a ancilostomíase, entre outras endemias, deveriam ser vistas como os principais problemas eugênicos que afligiam o vigor da população brasileira. Desta maneira, como destacava esse eugenista, ‘a preocupação máxima deve ser sanear eugenizar.

Devido a urgência em eugenizar a nação brasileira, a segunda década do séc. XX marca o início de uma nova era contra a lepra. Isto é, foi nesse período que as medidas sanitaristas ratificaram por meio de políticas públicas a segregação do leproso e inauguram a primeira colônia agrícola para portadores da lepra.

Instalada no interior da cidade de Igarapé-Açu, no Pará, e chamada de Lazarópolis do Prata ou Santo Antônio do Prata, a colônia/leprosário era materialização das medidas profiláticas contra os doentes e seus descendentes e a concretização de uma política de expurgo aos que apresentavam ameaças à saúde dos propícios À reprodução.

Souza (2006) afirma que, nesse período, a eugenia fazia parte dos instrumentos civilizatórios no Brasil, prevendo uma ampla reforma social que envolvia valores estéticos, hábitos higiênicos, conduta pública, educação intelectual e valores sexuais. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário analisar este leprosário como uma continuação das medidas eugênicas impostas

vista médico, por não possuir, em absoluto, o alcance eugênico, profilático e social que se lhe tem empregado”.

aos leprosos e seus filhos saudáveis. Visto que, os discursos usados para legitimar a segregação muitas vezes eram pautados na ameaça que eles apresentariam para o progresso da população brasileira.

Os leprosos isolados na Lazarópolis do Prata foram indivíduos que compulsoriamente tiveram suas vidas delimitadas pelos “muros” do leprosário e pelas regras que, devido a doença, os impediam de exercer plenamente sua liberdade com os demais. Logo, eram sujeitos pelos quais a eugenia evidentemente não possuía interesse em manter na sociedade. Entretanto, ainda assim, eles se reproduziram. Porém, os filhos, assim como os pais, apresentavam-se como uma ameaça à propagação da doença e, por esse motivo, foram vítimas de um processo profilático violento de separação parental.

Imagem 01- Mapa indicando a demarcação territorial da Lazarópolis do Prata em 1923.

Fonte: SOUZA-ARAÚJO, Heraclides César de. **Lazarópolis do Prata: primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil.** Empreza Graphica Amazonia: Belém, 1924. p. 53.

2. SEGREGAR PARA SALVAR: SEGREGAÇÃO PARENTAL ENTRE

LEPROSOS E FILHOS SADIOS.

A política isolacionista imposta para a lepra consistia em segregar o doente para que ele não transmitisse o bacilo de Hansen para os sãos. Entretanto, ao passarem a morar nas colônias agrícolas eles "poderiam" construir famílias e consequentemente ter filhos, haja vista que os métodos contraceptivos no início do século XX eram poucos utilizados e, nas pesquisas aqui realizadas não se constatou imposições políticas para que os leprosos evitassem filhos, exceto a esterilização destes que só ocorrera em tese nas discussões políticas e científicas e nunca na prática.

Os bebês nascidos nesses locais não possuíam lepra, pois, a doença não é hereditária e sim contagiosa. Porém, a permanência dos filhos sadios com os pais não poderia ser considerada, já que isso resultaria em mais pessoas doentes e impediria a busca pela redução da doença na sociedade. Desta forma, era necessário pensar, para além do isolamento do doente, uma saída para essas crianças — que na lógica dos eugenistas nem deveriam existir — mas que não poderia ter o mesmo fim de seus genitores.

O cuidado na qual tinha que ser tomado com esses menores foi observado por Monteiro (1998, p. 5) segundo o contexto da época por quê:

> Durante a década de vinte, observou-se no Brasil uma marcante preocupação com os ideais eugênicos, que encontravam grande aceitação em importantes segmentos da "intelligentzia" brasileira, em especial entre juristas e médicos. Estudos da época demonstravam ser a população brasileira escassa e doentia. A doença passava a ser vista como ameaça à nacionalidade forte e a mortalidade infantil, figurava como sério obstáculo ao desenvolvimento da nação. O país passava por uma série de transformações que exigiam a adaptação da população às novas relações de produção. Pretendia se realizar alterações na sociedade, e para tal a criança era vista como tendo papel de extrema importância. Nesse sentido as propostas médicas, em especial as dos eugenistas, começaram a adquirir novas dimensões e contornos políticos.

Mas qual seria o destino dos filhos desses enfermos? Competiria a responsabilidade do cuidado à família sã do doente ou ao Estado dar tal amparo? Por herdarem o preconceito que se tinha em relação à doença, esses indivíduos passaram a portar uma marca própria, o "estigma congênito", que os

acompanhava e interferia nas buscas de melhores condições de vida e boas relações. O estigma congênito refletia diretamente na vida, fazendo com que estes fossem rejeitados, muitas vezes, pelos próprios familiares sadios que temiam conviver com alguém que "pudesse desenvolver a enfermidade", e por outros motivos adversos não poderiam criá-los (MONTEIRO, 1998).

Em meio ao estigma que impedia que eles tivessem aceitação na maioria dos espaços, caberia então ao estado paraense dar o amparo devido até a maioridade aos filhos nascidos na Lazarópolis do Prata. Por meio da criação do Decreto nº. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, o cuidado com a lepra persistiria agora para a segunda geração. Regulado pelo DNSP e voltado principalmente para o controle dessa doença, esse decreto visava dentre tantas outras coisas, a criação de instituições para os filhos dos leprosos e medidas de separação entre eles e seus progenitores. Cabe destacar aqui, os principais artigos dessa legislação que regulavam o cuidado que deveria se ter com os menores:

> Art. 148. Nos estabelecimentos de leprosos, além das disposições já determinadas e das que forem prescritas em seus regimentos internos, serão observadas mais as seguintes:
> f) Os filhos de leprosos, embora um só dos progenitores seja doente, serão mantidos em secções especiais, anexas às áreas de pessoas sãs do estabelecimento, para onde serão transportados logo depois de nascidos.
> g) Essas mesmas crianças não deverão ser nutridas ao seio de uma ama e não serão amamentadas pela própria mãe se esta for leprosa.
> Art. 161. O doente isolado em domicílio, além das recomendações que em cada caso serão feitas pela autoridade sanitária, deverá cumprir as seguintes determinações:
> h) Afastar-se sempre das crianças que residam ou permaneçam no domicílio (BRASIL, 1923).

O Decreto nº. 16.300, de 31 de dezembro de 1923 previa acolhimento dos bebês em locais que não apresentassem risco de contaminação da doença. Os "órfãos de pais vivos" passariam a viver em abrigos, semelhantes a um orfanato que lhes prestaria os direitos básicos da cidadania: saúde, educação, alimentação, etc (GOMIDE, 1991). Mediante isso, as crianças nascidas no leprosário Santo Antônio do Prata ou que acompanharam seus pais no isolamento compulsório, tiveram um destino arquitetado pelo idealizador desse local, Heraclides Souza Araújo. Médico e higienista, ele criou, inicialmente, nos

anexos da administração do leprosário, espaços reservados a esse público: os preventórios. Nos regimentos dessa leprosaria ficava claro o destino dos filhos dos internos:

> Nos termos do art. 146 do Regulamento Sanitario baixado com o decreto n. 13.300, de 311 de dezembro de 1923, será permitido aos leprosos indigentes serem acompanhados ao isolamento pelos conjugues sadios cuja manutenção correrá por conta do governo. Os leprosos abastados poderão ser acompanhados de conjugues sadios ou pessôa extranha, adulta, incumbia do seu tratamento, correndo as despesas destas por conta dos doentes. Os filhos desses casaes, indemnes de lepra e menores de 5 annos, que os acompanharem ao leprosario, serão internados na créche ou no orphanato annexos á administração (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 170-171). [7]

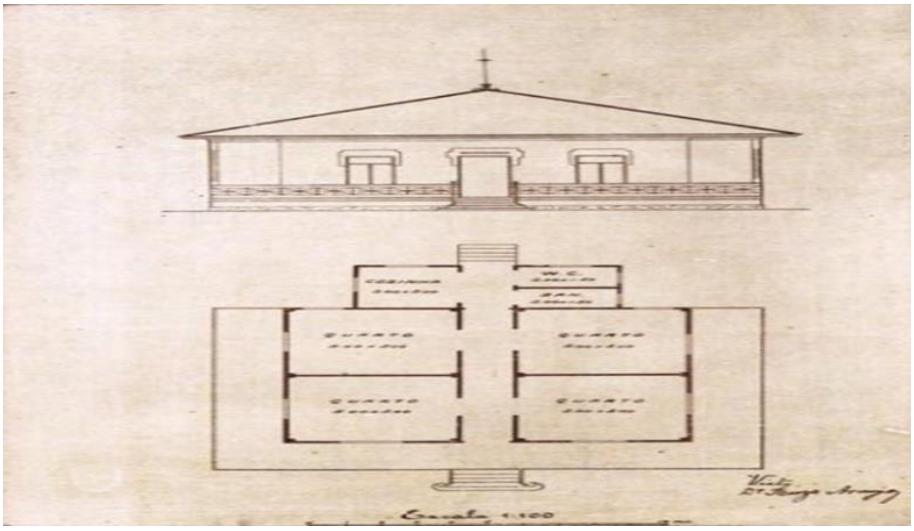
Nesta colônia agrícola, as crianças eram isoladas, inicialmente, dentro do mesmo leprosário em que os pais viviam. A separação, para tanto, dava-se porque elas ocupariam os espaços destinados à administração do leprosário, que mantinha distanciamento da ala que ficavam os doentes:

> 1º — A administração econômico-sanitaria da <Lazaropolis do Prata> terá sua sede fóra do perímetro de isolamento dos doentes e será exercida por um medico experimentado, com o titulo de director, auxiliado por dois funcionários de categorias: o administrador e o superintendente agricola.
> 2º — A séde da administração ficará a duzentos metros de distancia do rio Prata, que será a entrada do leprosario, e comprehenderá os seguintes predios: a casa da administração, que será residência permanente dos medicos, do pharmaceutico, do micropista e do enfermeiro chefe; a portaria; a portaria; o almoxarifado e o deposito de viveres; a créche onde serão recolhidos e aleitados artificialmente os filhos de leprosos que nascerem no leprosario; o internato, com escola e officinas de artes e officios, destinado aos filhos de leprosos isolados e dos quaes foram sequestrados para evita-se o contagio, e que permanecerão no internato até os 14 annos, épocha em que o governo procurará collocal-os fóra: residências dos demais

[7] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: “Nos termos do art. 146 do Regulamento Sanitário baixado com o decreto n. 13.300, de 311 de dezembro de 1923, será permitido aos leprosos indigentes serem acompanhados ao isolamento pelos cônjuges sadios cuja manutenção correrá por conta do governo. Os leprosos abastados poderão ser acompanhados de conjugues sadios ou pessoa estranha, adulta, incumbia do seu tratamento, correndo as despesas destas por conta dos doentes. Os filhos desses casais, sadio de lepra e menores de 5 anos, que os acompanharem ao leprosário, serão internados na creche ou no orfanato anexos a administração”.

funcionarios sadios, etc., (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 58).[8]

Imagem 02- Planta da creche da Lazarópolis do Prata.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, Heraclides César de. **Lazarópolis do Prata: primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil**. Empreza Graphica Amazonia: Belém, 1924. p. 109.

No entanto, a princípio a Lazarópolis não podia atender essa parte do decreto, já que nesse momento sua estrutura não estava finalizada por completo, faltavam muitas construções a serem feitas e o governo não possuía recursos financeiros suficientes para arcar sozinho com os gastos em prol de um bem público que demandava de ações coletivas (SOUZA ARAÚJO, 1924). Com isso, em 1923 foram feitos vários apelos para arrecadar fundos para o término das instalações do leprosário e para a construção da creche (preventório) para os filhos saudávies dos doentes.

Os pedidos de ajuda para tal finalidade do lugar eram direcionadas às instituições públicas e privadas, pessoas de influência econômica e muitas vezes

[8] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "1º — A administração econômico-sanitária da <Lazarópolis do Prata> terá sua sede fora do perímetro de isolamento dos doentes e será exercida por um médico experimentado, com o título de diretor, auxiliado por dois funcionários de categorias: o administrador e o superintendente agrícola.
2º — A sede da administração ficará a duzentos metros de distância do rio Prata, que será a entrada do leprosário, e compreenderá os seguintes prédios: a casa da administração, que será residência permanente dos médicos, do farmacêutico, do micropista e do enfermeiro chefe; a portaria; a portaria; o almoxarifado e o deposito de viveres; a creche onde serão recolhidos e aleitados artificialmente os filhos de leprosos que nascerem no leprosário; o internato, com escola e oficinas de artes e ofícios, destinado aos filhos de leprosos isolados e dos quais foram sequestrados para evita-se o contagio, e que permanecerão no internato até os 14 anos, época em que o governo procurará colocá-los fora: residências dos demais funcionários sadios, etc."

publicados em jornais da época para informar e consequentemente conseguir levantar fundos. Os pedidos emitidos na imprensa jornalística e principalmente os que foram realizados por Vicente Abranches no jornal "O Estado do Pará" entre 5 e 17 de dezembro de 1923, davam-se em torno do belo gesto a favor do leprosário, e eram vistos como ato louvável por Heraclides Souza Araújo, pois, para ele, isso mostrava o engajamento das pessoas na luta contra a enfermidade (SOUZA ARAÚJO, 1924).

Esses apelos eram permeados de discursos eugênicos e usados como pressuposto para a mobilização contra os transmissores da lepra. Dentre os pedidos feitos por Vicente Abranches no jornal, o que mais chama atenção foi o intitulado: "as Damas Paraenses não quererão tomar o encargo da installação da Créche?"[9] aqui o jornalista expõe sua súplica com os seguintes argumentos:

> Nunca é demais insistir. Para bem da collectividade, para socego da família, para vigor da raça combatida, é mister mostrar ao povo o assédio do grande infortunio que nos opprime. A nossa saude é expugnada palmo a palmo, resolutamente, pelo mal de lazaro. É necessaria a união global de todos para defesa comum. É urgente uma decisão franca para socego geral. Porque a molestia zomba tudo. O contagio é o maior disseminador. A cohabitação é o maior infortunio. A segregação é mais humana das prevenções. O leprosario como idealiza o Dr. Souza Araujo preenche fim humanitário e social. Ampara os doentes. Da-lhes assitencia. Proporciona-lhes distracções instrutivas [...] (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 97-98).[10]

Vale lembrar que esse jornalista compartilhava as mesmas ideias de Souza Araújo no que diz respeito ao isolamento dos doentes e seus filhos, assim ambos apelavam sobre os mesmos preceitos higienistas e levavam isso para os demais indivíduos que deveriam também ter conhecimento e consciência sobre.

[9] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "as Damas Paraenses não quererão tomar o encargo da instalação da Creche?".

[10] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "Nunca é demais insistir. Para bem da coletividade, para sossego da família, para vigor da raça combatida, é mister mostrar ao povo o assédio do grande infortúnio que nos oprime. A nossa saúde é expugnada palmo a palmo, resolutamente, pelo mal de lazaro. É necessária a união global de todos para defesa comum. É urgente uma decisão franca para sossego geral. Porque a moléstia zomba tudo. O contagio é o maior disseminador. A coabitação é o maior infortúnio. A segregação é mais humana das prevenções. O leprosário como idealiza o Dr. Souza Araújo preenche fim humanitário e social. Ampara os doentes. Dá-lhes assistência. Proporciona-lhes distrações instrutivas".

Pois:

> [...] todos os brasileiros que almejam vêr nossa pátria limpa, sã e forte e prestigiada não menosprezarão a idéa. Todos os estrangeiros e cuja maior parte tem os radiculos do seu affecto espalhados em rebentos da família por esta grande terra. virão certamente com seu obolo para a obra de maior cruzada do nosso tempo. [...] Não exaggero Belem tem focos de lepra em todos os cantos. [...] Deixar pra amanhã o que se poderia fazer hoje, é politica da idolencia. E idolente é a desgraça da nacionalidade (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 98).[11]

Ainda na mesma reportagem Vicente Abranches se dirige a Lazarópolis como: "aquelle grande e rico municipio neutro, com sua cidade livre, possuindo tudo de que o homem carece, há de ser uma realidade consoladora" (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 99)[12]. Mas, para se chegar nesse objetivo era preciso a ajuda de todos e especificamente dos mais abastados contra o flagelo da lepra. Depois dos argumentos acima citados, o jornalista finaliza com a súplica direcionada as Damas Paraenses para que estas tomem conta do "encargo honroso de angariar, entre o bello sexo, denotativos para a installação da creche" (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 100)[13].

A creche na qual ele se refere é o local em que os filhos dos doentes iriam ficar até a idade estabelecida (14 anos). Na fonte aqui utilizada (obra Lazarópolis do Prata) os dados sobre essa creche (preventório), bem como as vivências das crianças, são escassos. Não obstante, não é objetivo desta pesquisa se aprofundar nisso, mas sim, mostrar como a lepra sob o discurso eugênico atingiu os filhos e marcou os pais com o afastamento familiar.

[11] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "[...] todos os brasileiros que almejam ver nossa pátria limpa, sã e forte e prestigiada não menosprezarão a ideia. Todos os estrangeiros e cuja maior parte tem os ridículos do seu afeto espalhados em rebentos da família por esta grande terra. Virão certamente com seu óbolo para a obra de maior cruzada do nosso tempo. [...] Não exagero Belém tem focos de lepra em todos os cantos. [...] Deixar pra amanhã o que se poderia fazer hoje, é política da indolência. E indolente é a desgraça da nacionalidade".

[12] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "aquele grande e rico município neutro, com sua cidade livre, possuindo tudo de que o homem carece, há de ser uma realidade consoladora".

[13] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "encargo honroso de angariar (conseguir), entre o belo sexo, denotativos para a instalação da creche".

Desta forma, a política de saúde pública imposta ao combate dessa enfermidade inaugurou uma segunda marca aos envolvidos: a desagregação parental. Essa separação imposta pelo Estado fora ríspida e prejudicial à família estigmatizada, porque coube a ela a marginalização e segregação até a segunda geração, o que gerou, consequentemente, uma violação dos direitos humanos. Com isso, deve-se deixar claro que o termo alienação parental usado para descrever a ruptura dos vínculos biológicos ou socioafetivos entre os genitores e seus filhos por motivos de maus-tratos e abusos entre ambos (SANTOS, 2014), não deve ser relacionado com o afastamento familiar imposto pela lepra.

A obrigatoriedade de separar os leprosos de seus filhos foi feita pelo próprio Estado, sob a justificativa de ser uma medida de combate à doença. Por esse motivo, optou-se nesta pesquisa por usar o termo desagregação ou separação para se referir a esse afastamento familiar. O Estado legitimou a segregação deles em diferentes espaços em que se mantinha vigilância e controle dos mesmos (MONTEIRO, 1998), além de imposições e violações de direitos nesses lugares (PACHECO, 2018). Com isso conclui-se que:

> A história dos Filhos Separados leva a uma conclusão de que o Estado brasileiro executou o que hoje conhecemos como alienação parental de forma irrestrita e coletiva, contra os familiares dos filhos que estavam em sua custódia nas creches, Preventórios e educandários. Análises mais detalhadas podem, nesse sentido, contabilizar uma infinidade de direitos individuais e coletivos violados (CAMPOS e FLORES, p. 38).

Além disso, no Relatório Preliminar Grupo de Trabalho Interno sobre filhos segregados de pais ex-portadores de hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório, encontram-se diversas violações às quais foram submetidos os estigmatizados pela enfermidade e que a Presidência da República e Secretária de Direitos Humanos hoje reconhecem como erro cometido contra o pudor destes. Logo, essa separação é reconhecida como crime, por ter gerado uma série de transtornos para a pessoa que foi vítima (CAMPOS; FLORES, 2012).

Visando corrigir tal erro, atualmente foi criado o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), uma entidade sem fins lucrativos que desde 1981 busca levar conscientização sobre

a doença e tentar reparar os direitos violados, sobretudo o que diz respeito a esse afastamento familiar ocasionado nesse período.

O pensamento eugênico que considerava que a lepra era um "[...] dos grandes problemas da nação tem de resolver com presteza, porque a nossa nacionalidade não póde ser prospera e forte, enquanto tiver em seu seio um tão grande e espantoso mal, que a ignorância da nossa população não sabe avaliar" (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 38)[14], fez com que o Estado não medisse esforços e muito menos pensasse nas consequências que essa política iria trazer às vítimas.

Deste modo, é impossível não admitir como a profilaxia, atrelada ao contexto do século XX, contribuiu para a construção de discursos e mecanismo de controle em prol de uma doença que, sobre a ótica de direitos humanos, violou muitos deles. A respeito desses mecanismos de controle, cabe citar Foucault (2014, p. 193) quando este trata que:

> [...] de um lado, "pestilentam-se os leprosos; impõe-se aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares permite marcar quem é "leproso" e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão. A divisão do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-se a objetos totalmente diversos, marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais.

Desta maneira, os estigmas, isolamento e a separação parental implantada na Lazarópolis, quando vistos sob o olhar eugênico, tornam-se marcas da construção da nacionalidade da "raça boa" que consideravam indispensáveis a eliminação da lepra para a prática do eugenismo e a preparação do "ambiente e o indivíduo para a boa geração, para a procriação de filhos física e psiquicamente hígidos" (PENA, 1929, p. 3 apud, SOUZA, 2006, p. 169).

Logo, sendo resultado de uma época na qual se acreditava que: "[...]

[14] Por se tratar de uma fonte histórica, optou-se por não alterar a fonte original. Entretanto, a citação adequada ao português contemporâneo fica da seguinte forma: "[...] dos grandes problemas da nação tem de resolver com presteza, porque a nossa nacionalidade não pode ser prospera e forte, enquanto

protegendo os leprosos para o bem da collectividade — não é um simples acto de patriotismo, é um acto de humanidade (SOUZA ARAÚJO, 1924, p. 144) , não se pode deixar de ter uma análise crítica sobre como esse período envolveu a construção de um discurso oneroso em volta de todos que, direta ou indiretamente, careciam de controle de seus corpos para valer a política eugênica que faria a sociedade brasileira conseguir o progresso até então impedido pelas doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que, a permanência dessas crianças na ala da administração do leprosário Santo Antônio do Prata se deu por pouco tempo. Isto porque, no período varguista, os esforços em prol do progresso da civilização ampliaram as propostas para a regeneração social. Por meio de ações sanitárias o controle e vigilância de diversos sujeitos levou as ações governamentais a ganharem caráter intervencionista e centralizador. No que tange os filhos dos leprosos, por exemplo, essas ações sanitárias desencadearam em 1942 a criação do educandário Eunice Weaver, responsável por receber e cuidar, a partir desta data, dos filhos dos leprosos (PACHECO, 2018).

Portanto, percebe-se pelas discussões aqui realizadas que o combate contra a hanseníase fora para além da segregação do doente. O afastamento familiar imposto entre pais portadores da doença e filhos sadios se configurou em uma desagregação parental, na qual, merece atenção quando o assunto é medidas profiláticas contra a lepra, principalmente quando observadas no contexto do século XX, onde as ideias eugênicas e higiênicas permeavam as tomadas de decisões das autoridades que estavam à frente da saúde pública brasileira.

Este trabalho ao reunir informações acerca de como foi o afastamento familiar imposto no leprosário Santo Antônio do Prata, buscou enfatizar como o controle dos corpos dos doentes foi pensado minunciosamente, a ponto de o Estado impor medidas até mesmo para seus descendentes, já que, a permanência dos mesmos apresentaria riscos ao projeto de eliminação da

enfermidade na sociedade. Torna-se perceptível, com isso, que essas crianças sadias, assim como seus pais, foram também vítimas do sistema segregacionista criado em prol do combater à lepra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coleção de leis, 1962, Decreto n.968 de 7 de maio de 1962.**

BRASIL. **Decreto federal n.14.354, de 16 de setembro de 1920**. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição do que acompanhou o decreto n.14.189, de 26 de maio de 1920.

BRASIL. **Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923**. Aprova o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. BRASIL. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, v. 3, p. 581-974, 1924.

BRASIL. **Decreto n 27.124, de 10 de setembro de 1949**. Regulamenta a Lei n.610, de 13 de janeiro de 1949 que fixa normas para a profilaxia da lepra.

CABRAL, Dilma**. A terapêutica da lepra no século XIX**. ESBOÇOS (UFSC) , v. 16, p. 35-61, 2006.

CABRAL, Dilma**. Entre idéias e ações: Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934).** 2007. 424 f. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

CABRAL, Dilma**. Uma profilaxia ímpar: o lugar da lepra entre as endemias nacionais.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

CAMPOS, Pautilia Paula de Oliveira; FLORES, Thiago Pereira da Silva. **Cadernos Do Morhan, A Segunda Geração**. Minas Gerais: Escritório Virtual do Morhan Nacional, 2012.

DEL CONT, Valdeir. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade**. Scientiae Studia (USP), v. 6, p. 710-733, 2008.

CUNHA, Vivian da Silva. **Isolados 'como nós' ou isolados 'entre nós'?: a polêmica na Academia Nacional de Medicina sobre o isolamento compulsório dos doentes de lepra**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17,

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Vozes, Petrópolis. 1977.

GALTON, Francis. **Hereditary Genius**. London: Macmillan and Co, 1869.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. **"Órfãos de pais vivos"**. **A lepra e as instituições preventoriais no Brasil: estigmas, preconceito e segregação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

LOUZADA, Antônio. **O problema da esterilização dos doentes de lepra**. Revista Brasileira de Leprologia, São Paulo, v.10, n.4, p.421-430. 1942.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Doença e Estigma**. Revista de História (Porto), São Paulo, v. 128, p. 131-139, 1993. 83

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Da maldição divina a exclusão social um estudo da hanseníase em São Paulo.** 1995. 492 f. Tese (Doutorado) – universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Violência e Profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 7, n.1, p. 03-26, 1998.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Infância e experiências educativas de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1940-1982).** ISSN: 1982-0305. Teias (Rio de Janeiro), v. v.19, p. p.91-p.106, 2018.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **A História de Crianças que viveram o Isolamento Compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942- 1980)**. ISSN 2318-7344. ARQUIVO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, v. v. 6, p. p.181-215-215, 2018.

PENA, Belisario. **O problema brasileiro da lepra.** Archivos rio grandenses de medicina. Rio grande do sul, v. 7, n.8/9, p. 12 – 36, ago/set. 1928.

POLIZELLO, Anreza. **O desenvolvimento das ideias de herança de Francis** Galton: 1865-1897. Filosofia e História da Biologia, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2011.

SANTOS, Maria Luiza Ramos Vieira. **Lei n. 12.318/2010 - Instrumento de Garantia ao Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familia**r. In: Ludmila Albuquerque Douettees Araújo e Iara Rodrigues de Toledo e Fernanda Garcia Escane. (Org.). Direito de Família II. Ied.Forianopolis: CONPEDI, 2014, p. 89-103.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César. **Lazarópolis do Prata – serviço de saneamento e prophilaxia rural no Estado do Pará**. Belém: Emp. Graphica Amazônia, 1924.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César. **O problema da lepra na América do Sul**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v.43, n.3, p.583-598. 1945.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César. **O problema da lepra no Brasil**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v.52, n.2, p.419-441. 1954.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César. **História da Lepra no Brasil: período republicano (1889 – 1946) Album das Organizações Antileprosas**. Vol.2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1948.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto: a "eugenia negativa" e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, v. 4, n. 1, p. 94-95, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de**. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Revista eletrônica história em reflexão (UFGD) , v. 6, p. 1-23, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de**. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920**. Revista de História Regional, v. 11, p. 29-70, 2007.

Recebido em 19-09-2024 .

Aprovado para publicação em 05-12-2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O MÉDICO DOS VIVOS E ASSISTENTE DOS MORTOS

Dr. Matta Bacellar entre o Espiritismo e Homeopatia no Pará (1919-1923)

THE DOCTOR OF THE LIVING AND ASSISTANT OF THE DEAD

Dr. Matta Bacellar between Spiritism and Homeopathy in Pará (1919-1923)

TÚLIO BRENNO BRITO DE SOUSA [1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do médico José Texeira da Matta Bacellar no estado do Pará. O médico está ligado diretamente no contexto brasileiro de aproximação entre homeopatia e espiritismo. Nesse sentido, o esculápio serve como um elo de ligação entre a prática médica e a religiosa ao se tornar assistente médico da médium Anna Prado. Dentro do recorte de 1919 a 1923, a espírita ganhará fama em Belém pelas suas manifestações mediúnicas, incluindo curas. O dr. Matta Bacellar será o médico responsável por acompanhar o espírito materializado em uma cirurgia mediúnica proporcionado por Anna Prado. Portanto, a sua trajetória médica serve como fonte de análise de como se deu a aproximação entre as duas vertentes distintas no Pará. Veremos como a sua influência médica lhe servirá de proteção contra os artigos 157, 158 e 159 do Código Penal da República que coibiam o espiritismo, a homeopatia e a prática de curas relacionadas à magia no Brasil. Enquanto o médico e a médium possuíam liberdade para atuar, outros sujeitos eram detidos em partes mais periféricas da cidade pelos mesmos delitos. Através de análise de processos criminais, livro biográfico e anúncios nos jornais, teceremos o fio condutor da história da medicina homeopática e do espiritismo no Pará.

Palavras-chave: Homeopatia. Espiritismo. Trajetória. Cura.

ABSTRACT

This article aims to analyze the trajectory of the doctor José Texeira da Matta Bacellar in the state of Pará. The doctor is directly linked to the Brazilian context of rapprochement between homeopathy and spiritualism. In this sense, the aesculapius serves as a link between medical and religious practice by becoming a medical assistant to the medium Anna Prado. Within the period from 1919 to

[1] Mestre em História Social da Amazônia- UFPA. Doutorando em História da Saúde e das Ciências- COC/Fiocruz. Contato: tlio_brenno@gmail.com.br

1923, the spiritist gained fame in Belém for her mediumistic manifestations, including cures. Dr. Matta Bacellar will be the doctor responsible for accompanying the spirit materialized in a mediumistic surgery provided by Anna Prado. Therefore, his medical career serves as a source of analysis of how the two distinct aspects came together in Pará. We will see how his medical influence will serve as protection against articles 157, 158 and 159 of the Penal Code of the Republic, which prohibited spiritualism, homeopathy and the practice of healing related to magic in Brazil. While the doctor and the medium had freedom to act, other subjects were detained in more peripheral parts of the city for the same crimes. Through analysis of criminal cases, biographical book and newspaper advertisements, we will weave the thread of the history of homeopathic medicine and spiritualism in Pará.

Keywords: Homeopathy. Spiritism. Trajectory. Cure.

INTRODUÇÃO

A história da homeopatia no Brasil se relacionou com a figura do médico francês Benoit Mure, que chegou ao país por volta de 1840. Médico de formação e discípulo voraz das teorias do - socialista utópico - Charles Fourier, desembarcou no país americano com a expectativa de reproduzir um falanstério baseado na filosofia socialista. No entanto, a sua ideia inicial acabou se tornando um fracasso. Ao receber 4 léguas de terra na península do Saí, em Santa Catarina, junto com uma quantia de 64:000$000 do Imperador, Mure viu o seu projeto ruir por divergências políticas entre os líderes do local. Frustrado, ele partiu em direção ao Rio de Janeiro para tocar o seu outro projeto concomitante: a divulgação da homeopatia (GALLO, 2002, p. 111 e 112).

Segundo Galhardo, Benoit Mure fundou o *Instituto Homeopático do Saí* e a *Escola Suplementar de Medicina*, ainda em Santa Catarina durante a instalação do falanstério. O seu objetivo era incluir o Brasil no patamar de divulgação homeopática das principais nações europeias. Além disso, ele almejava formar jovens médicos dentro dos conhecimentos homeopáticos, que eram renegados nas faculdades de medicinas ao redor do mundo (1928, p. 229).

No Rio de Janeiro, Benoit Mure criou o *Instituto Homeopático* em 1845 com o objetivo de centralizar e formar homeopatas brasileiros. Ele acreditava em um ensino livre das amarras da academia, por isso criou um curso homeopático que formavam médicos diplomados e leigos no mesmo nível. Essa conduta

levou, posteriormente, a cisão interna dos associados da agremiação em dois grupos. Um apoiava incondicionalmente o seu líder o outro eram contrários a introdução de pessoas sem diploma médico dentro da prática médica. O conjunto contrário a leigos na homeopatia, enxergavam o assunto como um impedimento de cientificar a sua filosofia médica (GALLO, 2002, P. 121).

Benoit Mure foi representado como uma figura excêntrica e espiritualista. Boa parte das características da homeopatia brasileiras vieram da trajetória do francês. Da introdução dos leigos à prática até mesmo a aproximação com espiritualidades foi associada ao médico francês. Entretanto, Girardi indica que já havia sinais de homeopatia no Brasil antes mesmo da vinda do francês ao país. A associação de sua imagem à prática médica se deu através da tese de José Emygdio Rodrigues Galhardo, publicada em 1928, e considerada uma das principais fontes da história da homeopatia brasileira. O livro de mais de mil páginas traz diversos apontamentos sobre a medicina hahnemanniana e aponta Mure como o principal divulgador do país (2022, p. 115).

Sobre estratégias de divulgação, os homeopatas brasileiros aproveitaram a rápida associação de sua prática a espiritualidades para intensificar a circulação do seu conhecimento. A ligação da homeopatia a diversas religiões se deu, a priori, pelos princípios médicos contidos em sua base. A homeopatia foi fundamentada em 1796, pelo médico alemão Samuel Hahnemann. A nova medicina se apoiava em teorias vitalistas, ao qual concebia que cada indivíduo possuía uma força vital, responsável pela manutenção da saúde. O desequilíbrio dessa força seria o responsável pelo surgimento da doença (SIGOLO, 2012, p. 17 E 18).

O princípio básico da medicina homeopática foi adaptado por Hahnemann através dos estudos de Hipócrates**:** o *similia similibus curantur.* Dessa forma, os agentes terapêuticos da farmácia homeopática têm a finalidade de causarem ações medicamentosas semelhantes aos sintomas observados pela a doença que se quer tratar. Para isso, os preparados devem ser produzidos através de um processo de diluição e potencialização das doses para o corpo acometido pela enfermidade não sofra ainda mais. Para se alcançar o êxito, o homeopata deve induzir o seu paciente a doses mínimas infinitesimais dos seus

medicamentos. O objetivo era o reestabelecimento do equilíbrio da força vital (REBOLLO, 2008, P. 126).

E é justamente o conceito de força vital que estabeleceu pontes com as espiritualidades brasileiras. A prática alcançou relativo destaque dentro das religiões de matrizes africanas e do catolicismo, mas nenhuma delas buscou tanto a homeopatia como o espiritismo. Um dos pontos principais que ligam as duas práticas está na associação do perispírito espírita com a força vital homeopática (SOUSA, 2021, p. 96).

As doenças, para os espíritas, são resultado do conjunto de experiências vividas pelo espírito ao longo do tempo. Por um lado, o livre arbítrio permite que o ser humano tome decisões sobre a sua vida, mas, por outro, as consequências dessa ação são inevitáveis, dando origem ao que os espíritas denominam como carma, que está relacionado, na percepção espírita, à ideia de causa e efeito. A partir da crença nas múltiplas encarnações, cada vez que o espírito encarna, ele deverá sofrer as consequências pelos atos tomados nas vidas passadas, visando o aprendizado e a evolução espiritual (GIRARDI, 2021, p.96). O decodificador do espiritismo foi o pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, influenciado pelas mesas girantes vindas das sessões de magnetismo o pedagogo adota o pseudônimo mais famoso da doutrina espírita no mundo: Allan Kardec (BARROS, 2022).

Allan Kardec foi considerado pelo movimento espírita como o decodificador da doutrina; ele formulou que o ser humano é dividido em três partes que se interligam: a alma, o corpo perispiritual e o corpo físico. Da união desses elementos formam o dom da vida humana. O equilíbrio dessas três virtudes estabelece as condições favoráveis de saúde do ser. Esse pensamento é similar ao que entende a homeopatia. Portanto, os espiritas brasileiros incorporam a medicina homeopática como método de tratamento caridoso em seus centros espalhados pelo país (1987, p. 85). No Pará, veremos a distribuição de receitas homeopáticas, durante a epidemia de *influenza* em 1919, pela *União Espírita Paraense* disponibilizada por médiuns receitistas. Esses médicos teriam “salvo mais de 300 almas”, segundo apontou o presidente da instituição, através dos espíritos de dois médicos homeopatas a anos já mortos (SOUSA, 2021, p.

103).

No Brasil o espiritismo absorve contornos da cultura brasileira e ganha singularidades que a tornam uma vertente distinta do restante do mundo. Nas bases da prática religiosa estão três virtudes fundamentais: filosofia, ciência e religião. Enquanto na França, o espiritismo se destacará como uma corrente filosófica-científica, em solo brasileiro os traços religiosos se sobressaltaram dos demais. O sincretismo religioso com religiões de matrizes africanas somado ao apelo da caridade e a trajetória de seus maiores divulgadores, leia-se aqui Bezerra de Menezes e Chico Xavier, intensificaram o lado sagrado da prática. Não à toa, os espíritas buscaram tanto a homeopatia no Brasil, visto que a prática médica unia aspectos da religião com o científico (ARRIBAS, 2011, p. 321).

Por fim, não há como falar sobre homeopatia sem articular o debate com a medicina alopática, visto a posição de seus práticos de as colocarem como antagônicas. Para à discussão não se estender, centrarei a analise para o recorte temporal deste artigo: o início do século XX. Nesse período temos o reestabelecimento dos hospitais e a absorção pública da saúde acadêmica por meio do higienismo. O hospital se tornará um microscópio da sociedade, deixando de ser um local de morte para se tornar um ambiente controlado de cura (RISSE,1999), (FOUCAULT, 2007) e (ABREU ET AL, 2007).

Do hospital a institucionalização da medicina acadêmica, a ideia de contágio passou a ser bastante produzida na Europa. Os estudos de Pasteur mudaram o panorama do pensamento médico ao qual associavam a doença aos miasmas. A teoria da bactéria, um ser microscópico como a gente patológico causador das doenças implicou na mudança da própria medicina, como também da sociedade. A bacterialização mudou o foco do médico, agora ele buscava a contenção da enfermidade através da prevenção com procedimentos assépticos. A caça dos microrganismos passou a ser o cerne da prática médica hospitalar no século XIX e XX, se misturando muitas vezes com o papel do estado (ACKERKNECHT, 1948, p.21).

No contexto nacional, Flavio Edler separa em duas fases a historiografia médica alopática brasileira. Na primeira fase, entendida como pré-científica, foi marcada pela forte presença da teoria vitalista e outras teorias que possuíam

pouco teor científico. Momento esse de fortalecimento da prática homeopata no Brasil. Diferente da segunda fase que marca uma inserção maior das etapas científicas nos métodos médicos. É desse segundo momento que surge a Escola Tropicalista Baiana, cuja sua ambição era pesquisar as origens e as especificidades das doenças tropicais brasileiras, ao longo de estudos próprios e de análises científicas. A escola baiana, foi a vanguarda da teoria do contagionismo na medicina brasileira. Eles redefiniram os rumos da ciência médica do país ao excluírem a ideia de miasmas e o clima como catalizador de doenças, introduzindo os microrganismos como agentes patógenos causadores das doenças (2021, p. 370).

Este artigo tem por objetivo investigar a aproximação entre homeopatia e espiritismo no Estado do Pará por intermédio das trajetórias do médico homeopata José Texeira da Matta Bacellar e da médium Anna Prado. As sessões de materialização espírita na capital paraense da médium Anna Prado foi o principal veículo difusor da doutrina kardecista no Pará, tanto que em um dos eventos o dr. Matta Bacellar se converte e passa a ser um dos assistentes da médium. Juntos, eles foram responsáveis por uma sessão de cura. Durante a sessão o dr. Matta Bacellar se torna um mero assistente dos espíritos materializados por Anna Prado.

1. ANNA PRADO E AS MATERIALIZAÇÕES ESPÍRITAS NO PARÁ

Por volta de 1919 desembarcou no Pará a família Prado, vindos de Parintins. Anna Prado e seu esposo Eurípides Prado e os seus três filhos chegaram em Belém para tocarem um comércio de tecido no local. A princípio, a distinta família gozava de boa reputação e prestígio na sociedade belenense. Contudo, em pouco tempo eles ficaram conhecidos na capital por outros motivos: as manifestações mediúnicas da matriarca da família.

A médium logo ganhou destaque a materializar espíritos em suas sessões espíritas. Ela teve como guia espiritual o espírito do seu falecido tio que quando vivo se chamava Felismino Olympio de Carvalho Rebello, como espírito ganhou

a alcunha de João[2]. Não tardou e o espírito de João[3] se tornou conhecido na cidade, seja pela curiosidade que gerava, seja pelo medo que causava. Tanto que no dia 04 de fevereiro de 1921 foi publicado no jornal *A Província do Pará* uma matéria cujo o título chamava atenção: "Apparições extranhas. Será João?".

O texto fazia referência a presença de uma alma penada na Rua João Balbi, no centro da cidade de Belém. Os moradores do endereço denunciavam ao redator da matéria as peripécias do suposto fantasma que andava assustando os desavisados que transitavam no lugar. Eles afirmavam se tratar do espírito de João. Dias depois o caso foi explicado no mesmo jornal: não era João o espírito causador da desordem. O motivo do alarde no bairro foi Antônio Barradas que afirmava estar possuído pelo espírito de um tal Manuel Leal (A Província do Pará*,* "Apparições extranhas. Será João?" *0*4/02/1921, p. 1).

A sequência de notícias mostrava como as manifestações mediúnicas de Anna Prado possuíam lugar no cotidiano da cidade de Belém. Dentre os seus trabalhos de materializações estão teletransporte de objetos, comunicações com mortos, confecção de moldes das mãos do espírito de João em parafina quente, cirurgias mediúnicas e etc. A produção mais recorrente era de moldes feita pelo espírito de João. Em uma das reuniões, contendo a presença do ex-presidente da *Federação Espírita Brasileira*, Manuel Quintão uma experiência foi proposta ao público para comprovar a perfeição dos poderes da médium.

Foi posto duas vasilhas no centro do palco onde se apresentava Anna Prado. Para ela foi confeccionada uma gaiola de ferro, que tinha como intuito trancafiar a médium para comprovar que as almas materializadas não era ela vestida sob túnicas brancas. Iniciada a sessão, duas vasilhas foram postas próximas a gaiola. Uma vasilha continha parafina quente fervido entre 70 a 80 graus e na outra água gelada para resfriar e pode se tirar o molde das mãos de João. Na presença de Manuel Quintão, quebrou-se o protocolo e desafiaram os presentes na sessão oferecendo cerca de 5:000$000 para qualquer um que conseguisse reproduzir as peças em parafina. Três pessoas aceitaram o desafio

[2] Ele ganhou esse nome pela sua primeira materialização ter ocorrido no dia de São João (24 de junho).
[3] Na página 33 do Livro de Nogueira de Faria pode-se encontrar uma foto do espírito de João materializado. **In:** https://doceru.com/doc/cvvvx88

e todas tiveram graves queimaduras na mão, como atestou o dr. Matta Bacellar um dos assistentes de Anna Prado. Em sequência, João mergulhou as suas mãos materializadas no balde de parafina quente e sem apresentar qualquer sinal de dor, produziu provas para os presentes do grau de sua materialização (QUINTÃO, 1921, p. 30).

Boa parte das sessões foram catalogadas e publicadas no livro *Trabalho dos Mortos* de 1921, escrito por Nogueira de Faria, renomado advogado paraense e um dos assistentes da médium. Na fonte podemos perceber que o objetivo dos eventos não era religioso, mas sim científicos. Tanto que nas reuniões não pareciam ser acessíveis para qualquer pessoa. No livro consta uma lista de personalidades ilustres que frequentavam as reuniões, incluindo governadores, embaixadores, médicos, advogados e comerciantes.

Apesar da fama positiva das reuniões na casa da família Prado, a constituição republicana vigente no período, nos artigos 156, 157 e 158 do *Código Penal* puniam quem fosse pego praticando espiritismo, medicina sem diploma e magia no país. Em caso de flagrante as punições iam de pagamento de multa a prisão de até 3 anos. Para a antropóloga Maggie essa era uma medida para enquadrar o espiritismo como crime a saúde pública, principalmente aqueles que envolviam práticas de cura. Contudo, o que se percebeu que o novo conjunto de leis foi utilizado para reprimir a prática como um todo no país (1992, p. 21 e 22).

A perseguição inferida pelo novo código penal à doutrina espírita somados a consolidação de estratégias adotadas por gestões de “religiosos” dentro da *Federação Espírita Brasileira* convergiu no Brasil o surgimento de um espiritismo diferente do restante do mundo. O kardecismo brasileiro vai ficar conhecido pela singularidade de ser majoritariamente religioso, diferentemente do que ocorreu no restante do globo (BARROS, 2024, p. 18).

O caso de Anna Prado escancara o que os trabalhos de Yvonne Maggie (1992), Emerson Giumbelli (1997) e Paulo Conceição (2023) classificam como há existência de uma divisão no Brasil, de *baixo e alto espiritismo.* Ao estudarem os casos presentes em processos criminais no estado do Rio de Janeiro, os autores se depararam com a dupla categorização da doutrina nas fontes. O *alto*

espiritismo era representado como “branco”, ou seja, como casos em que os espíritas investigados ligavam a prática à ciência. Nos documentos encontrados, dificilmente terminavam em prisão a investigação, por os indivíduos investigados possuírem influência na alta sociedade. Diferente do que ocorria com o *baixo espiritismo,* ao qual a maioria dos casos deflagrados eram concluídos com a prisão do investigado. Nesses processos, os sujeitos detidos eram, predominantemente, negros e que sincretizavam o espiritismo com religiões de matrizes africanas.

Das inúmeras reuniões protagonizadas pela Anna Prado em Belém, ela nunca foi se quer citada nos autos de prisões do município. A médium contava com uma boa relação social e a proteção de políticos importantes do estado. Enquanto ela gozava de liberdade, diversos casos de prisões foram conferidos na capital paraense. Como a prisão de Estolano Gomes da Silva, preso em agosto de 1929, pego em flagrante enquanto praticava uma cura espírita em sua casa, localizada no bairro da Pedreira, na periferia de Belém. Na sua moradia foram encontrados objetos como de maracás, beberagens, porções e imagens de santos que serviram de prova contra o acusado de uso de magia em práticas de cura (Centro de Memória da Amazônia, auto de prisão de Estolano Gomes da Silva, 24/08/1929, p. 22).

Com base nas fontes documentais, podemos inferir a Anna Prado como o denominador comum que unificou o espiritismo paraense. É a partir da trajetória da médium que poderemos observar o estabelecimento da *União Espírita Paraense* como o principal centro do estado. A atuação da associação possibilitou um sentido de unidade entre os seus praticantes, estancando conflitos e encaminhando os seus ideais para o lado religioso.

De um outro lado, a médium utilizou a sua posição social para atuar em solo paraense sem sobressalto. Um dos seus casos há duas curas realizadas por intermédio do espírito de João. Em um desses quadros, o dr. Matta Bacellar atua como assistente dos espíritos em uma cirurgia de remoção de um tumor de uma criança de nove anos. No próximo tópico exploraremos a parceria entre o médico e a médium para entendermos como se deu a aproximação entre homeopatas e espíritas no Pará.

2. MÉDICO DOS VIVOS E ASSISTENTES DOS MORTOS

Durante o início do século XX, o estado do Pará, passou a registrar a atuação mais marcada de médicos homeopatas na região. Anterior a isso, poucas fontes foram encontradas sobre a atuação desses profissionais dentro do contexto amazônico. E justamente, a partir da trajetória do médico homeopata José Teixeira da Matta Bacellar que se começou a ter os primeiros focos da medicina de Hahnemann no território paraense. A sua trajetória de vida e de trabalho, geraram debates importantes na sociedade paraense, sobretudo no limiar entre a aproximação da homeopatia com o espiritismo. E para isso, entender a associação do dr. Matta Bacellar com a médium Anna Prado é fundamental para este trabalho.

O dr. Matta Bacellar foi um médico de origem baiana, que fez carreira médica e política no Pará. A sua família possuía tradição política, tanto que o seu pai foi senador de Sergipe de 1826 a 1838. Outro costume familiar era os nomes, todos os homens eram homônimos[4]. O médico homeopata, após a *Proclamação da República* e a convocação do *Congresso Nacional Constituinte*, foi empossado como deputado constituinte indo residir na cidade do Rio de Janeiro, com o seu mandato com iniciado em 15 de novembro de 1890. O homeopata foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Ao regressar ao Pará, em meados de 1892, foi sucessivamente reeleito deputado federal, permanecendo na Câmara até 1899.[5]

Em tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia, datada de 11 de dezembro de 1845, o dr. Matta Bacellar, obteve o grau de médico. Com o trabalho cujo título era “As operações sigaultiana e cesariana”, o médico debateu sobre a importância da mulher na gestação de uma vida. Além disso, ele ressaltou o trabalho “heróico” dos médicos em conduzir esse processo natural. Ele defendeu que um parto não poderia ser realizado sem a presença de um

[4] Esse fato gerou bastante dificuldades para rastrear a trajetória de vida do homeopata. Visto que o seu nome estava presente em casos médicos no Pará concomitante envolvido com politica públicas em Sergipe. Além disso, ele tinha um filho, também médico homeopata, que atuava com ele em Belém.

[5] CÂM. DEP. Deputados brasileiros; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 13/04/2024.

esculápio, pois somente estes profissionais possuíam a capacidade de lidar com os problemas de dilatação na saída do feto. Na ausência do "espaço natural" mesmo com a consternação dos parentes, o médico deveria tomar a decisão por operar a mãe para que houvesse a possibilidade de salva a vida ou da mãe dou da criança. Na sua argumentação, ele se mostrou contrário a trabalhos de partos realizados somente com o auxílio de parteiras (MATTA BACELLAR, 1845, p. 10).

A formação do dr. Matta Bacellar, como podemos perceber, foi toda construída dentro da alopatia. Dentro do período em que se formou como médico, a homeopatia ainda passava pelo processo inicial de divulgação no Brasil. Não há fontes que mostrem o momento em que o médico se converteu a homeopatia. Contudo, a sua conversão ao espiritismo foi documentada pelo próprio, no jornal *Folha do Norte.* O médico que se declarava, anterior ao espiritismo, como um "livre pensador" e por isso não seguia qualquer religião, mudou o seu pensamento após assistir uma das sessões de Anna Prado.

> Já então, o meu espírito, fundamente abalado em suas priscas convicções filosóficas, sentia-se atraído para as investigações no campo dessa ciência cheia de novidades, que não podem ser indiferentes ao homem que tem sede de saber. E hoje, depois de alguma leitura, de novas observações e de séria meditação, venho dizer, com essa franqueza e coragem que me são peculiares, que o Espiritismo conta mais um crente sincero, disposto a levar avante as suas observações e cogitações, quer no campo da observação dos fatos, como ainda no terreno filosófico e religioso.
>
> Que mais precisava eu para despir essa túnica de Nesso[6] que me estava preste a envenenar a alma?!
>
> Vibrando de emoção, senti que as minhas crenças, de tantos anos, se desfaziam em pó, e, sem deixar de ser um livre pensador, transpus os limites traçados pelo monismo e dirigi o meu Espírito para o Transcendental, sem me preocupar com o sambenito, que é o castigo reservado a todo aquele que renega o credo dessa igreja onde pontifica Buckner.[7]

[6] A túnica de Nesso faz parte da mitologia grega. Nesso foi um centauro que tentou violentar Dejanira, mulher de Herácles. Ao ser esfaqueado pela mulher, Nesso antes de morrer disse que o seu sangue poderia fazer Herrácles amar Dejanira pra sempre. Iludida com o que foi dito, a mulher busca uma túnica de seu marido, suja-a de sangue do centauro e entrega para o seu amado vestir. O que ela não sabia que havia sido enganada, o sangue do centauro era na verdade um poderoso veneno que levou a morte de Herácles.

[7] Não conseguimos identificar quem foi Buckner, mas possivelmente foi algum teórico do espiritismo da época.

> Não importa. Sei que busco um ideal mais nobre (FOLHA DO NORTE, 14 de dezembro de 1922, p.1).

No trecho ele detalhou ter as suas crenças, construídas no decorrer da sua trajetória, alteradas pelas experiências obtidas com o mundo dos espíritos. Ele permaneceu como um livre pensador, porém, sem permitir que o seu conhecimento científico lhe afastasse da fé que acabava de conhecer. O homeopata chegou a comparar a "soberba de cientista" ao veneno da túnica de Nesso que envenenava a sua alma. Em outro artigo, o dr. Matta Bacellar, revelou ter recebido em sua casa uma sessão das materializações de Anna Prado, com a presença do governador e do ex-governador do estado (Folha do Norte, 20 de outubro de 1922, p.1):

> Não sei o que resolveriam no meu caso os homens de convicções arraigadas. Quanto a mim, confesso: desde esse dia acreditei no transcendental e voltei as minhas vistas de intelectual para o Além. Ler tudo que me pudesse orientar sobre o assunto e dobrar de interesse e de cuidado meticuloso nas observações, foi a minha preocupação constante de cerca de um ano: levando o meu interesse pela investigação da verdade dos fatos a ponto de pedir e conseguir que se repetissem essas experiências em minha própria casa, na Vila Santa Izabel, onde com minha família e a presença do Dr. Lauro Sodré, então governador deste Estado, e de diversos amigos seus, sendo um médico, um engenheiro e um bacharel em ciências jurídicas, de uma feita, e de outra na presença do Dr. João Coelho, ex-governador do mesmo Estado, pude ter a convicção plena da seriedade que presidia a esses trabalhos surpreendentes, que a ciência ainda não pode explicar, mas que tem o dever de investigar com máximo interesse.

O homeopata, após a sua conversão ao espiritismo, passou a atuar como um dos assistentes da médium. Não à toa, ele sediou em sua residência uma das sessões de Anna Prado, utilizando de sua estima social para atrair figuras importantes para presenciarem os dons da médium. A presença de pessoas com *status quo* elevado nas reuniões da família Prado era uma estratégia comum para legitimar, para a sociedade, a veracidade dos acontecimentos dos encontros.

A conversão do médico ao espiritismo a partir de uma das sessões da médium, corroboram com o argumento sustentado neste trabalho em mostrar a médium Anna Prado como sendo uma figura central na divulgação da doutrina

kardecista no Pará. Nogueira de Faria trouxe mais detalhes sobre a escolha do dr. Matta Bacellar como médico assistente da médium. Em sumo, a sua conversão ao espiritismo e o seu trabalho na homeopatia convergiram para tal. Como o próprio Nogueira de Faria explicou (1921, p.27):

> Médico homeopata. Um dos caracteres mais austeros e mais nobres de que temos tido notícia e conhecido. Tradição de honra e bondade, o ilustre apóstolo da Ciência, mas da verdadeira Ciência que se rende à evidência dos fatos, sem preconceitos de infalibilidade nem mal entendidos orgulhos, materialista convicto que era, não fugiu à profissão de fé espírita, após a rigorosa observação dos fenômenos.
>
> E essa mesma profissão de fé, que adiante publicamos, é um testemunho eloqüente do seu elevado caráter.

A escolha do dr. Matta Bacellar como médico assistente da família Prado se deu pela sua aptidão a "verdadeira Ciência". A homeopatia ecoava como verdadeira ciência para àqueles espíritas devido por esta ser uma medicina "sem preconceitos" e, portanto, não tinha orgulho de atestar a profissão de fé. A descrição feita para apresentar o dr. Matta Bacellar, deram o tom da ligação da prática médica homeopata com a prática espírita no Pará.

Mas para além de médico dos vivos, o dr. Matta Bacellar se tornou assistente dos mortos. Na edição 66, de maio de 1923 da *Revue Spirit*[8] trouxe um relato do próprio médico homeopata, ao qual relatava ter participado de uma sessão de cura proporcionada por Anna Prado. Na introdução da carta enviada pelo dr. Matta Bacellar, integralmente publicada na revista, o redator se referiu ao médico como estimado profissional da saúde no Pará e que a experiência conferida por ele, colocava em risco a sua reputação de da sua profissão. A escolha de palavras do editor representava a possibilidade do homeopata em ser enquadrado no novo código penal da república brasileira, entretanto, mesmo com a existência do risco, o homeopata seguiu com a sessão. Há, portanto, o uso da imagem do médico como meio de legitimar para o restante da sociedade como os fenômenos eram tão convincentes, que até um "respeitado médico" arriscava a sua liberdade. Segue o relato presente na *Revue Spirit* (1923, p. 231):

[8] Revista espírita francesa, criada por Allan Kardec e tida como a principal forma de divulgação da prática no mundo.

> *As 9 houres du soir, le médium entre dans le cabinet noir. Les assistants font la chaine; l'enfant, le bras gauche découvert, est assis près d'eux. La lumière est réduite, mais de façon que l'on puisse encore se voir. Après une demi-heure, se forment deux visages. L'um est celui de l'Entité Joao (qui fréquent solvente les séances Prado); l'autre est inconnu et s'approche de la chaise oú se tient le patient. Les corps de Joao se precise et je Touche ses doigts. Enfin, arrive um troisième fantôme, complet, qui, avance près du malade, s'incline sur lui dans l'attitude de quelqu'um qui travaille. Après environ trente minutes, l'opération terminée, il se retire, disparaît et, par la voix du médium, avertit qu'il n'a pas ouvert plus largement la tumeur pour éviter de trop vives souffrances à l'enfant, mais que l'opération est suffisante pour amener um guérison rapide. "Le petit, dit-it, ne sentira plus de douleurs". On donne la lumière, je m'approche, et à ma grande admiration, je constate que le patient tient dans sa main un mouchoir souillé de sang et de pus. La tumeur est débridée et il en sort encore du pus et du sang. L'enfant, pendant l'opération, a ressenti que l'on intervenait, mais d'uno façon très supportable. Pendant la demi-heure, on ne l'a pas entendu pousser un gémissement.*
>
> *Aux âmes timorées et à celles qui sont intéressées à nier la certitude de tels faits merveilleux, jo ne dirai rien. Mais à celles qui cherchent la vérité, — et notamment à mes sceptiques collogues de la chirurgie et de la médecine — je demande d'y prêter attention et de méditer ce que je viens d'avoir P'honneur d'exposer. ».* [9]

No relato publicado na revista francesa, observamos como dr. Matta Bacellar se tornou um mero assistente dos espíritos dentro da sessão de cura. A sua opinião médica não parecia ter validade para o conhecimento do além vida, pois a remoção do tumor foi feita mesma com a contrariedade do médico.

[9] **Tradução:** Às 9 horas da noite, a médium entra no gabinete escuro. Os assistentes fazem a corrente; a criança, com o braço esquerdo descoberto, está sentada perto deles. A luz é reduzida, mas de forma que ainda se possa ver. Após meia hora, dois rostos se formam: um deles é da Entidade João que frequenta muitas vezes as reuniões Prado); a outro é desconhecido e se aproxima da cadeira onde está o paciente. O corpo de João se materializa e toco seus dedos. Finalmente, um terceiro fantasma chega, completo, que avança até o paciente, inclina-se sobre ele em atitude de alguém que trabalha. Após cerca de 30 minutos, a operação é concluída, ele se retira, desaparece, e, pela voz da médium, avisa que não abriu mais amplamente o tumor para evitar maiores sofrimentos para a criança, mas que a operação é suficiente para trazer uma rápida recuperação. "O pequeno, disse ele, não sentirá mais dores". "Acesa a luz, me aproximo e, para meu grande espanto, constato que o paciente segura em sua mão um lenço manchado de sangue e de pus. O tumor é extirpado e ainda sai dele pus e sangue. A criança, durante a operação, sentiu sua ação, mas de uma forma muito suportável. Durante a meia hora, não se ouviu um gemido. Às almas receosas e àquelas que estão interessadas em negar a certeza de tais fatos maravilhosos, eu nada direi. Mas àquelas que buscam a verdade- e principalmente a meus céticos colegas da cirurgia e da medicina - peço que prestem atenção a isso e meditem sobre o que acabo de ter a honra de expor." Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k27106183/f39.item . Acessado: 15/04/1024.

O procedimento conduzido por um espírito de um médico, praticado sem qualquer anestesia, não inculcou dor no paciente. Isso exemplificava para o redator a complexidade da manifestação que Anna Prado alcançava. Durante a cirurgia, a médium manifestou dois outros espíritos além do médico: o João e um outro espírito não identificado. Pelo relato do dr. Matta Bacellar, percebeu-se que ambos trabalharam juntos na remoção do tumor.

O grau de dificuldade do procedimento se tornou mais agudo pelo paciente em questão ter sido uma criança. A criança durante o procedimento cirúrgico não sentiu dor e nem medo dos espíritos. Sobre a ausência de aflição do menor durante o atendimento uma explicação vem do uso do hipnotismo nas sessões de cura na doutrina espírita. Era comum o uso de hipnotismo em eventos que necessitavam de procedimentos cirúrgicos nos centros espíritas. O indivíduo hipnotizado conseguia suportar horas de cirurgias mediúnicas sem qualquer angustia (DAMAZIO, 1994).

Em relação a normalidade da criança em contato com os supostos espíritos podemos inferir que a mesma, possivelmente, fosse filha de algum dos participantes regulares das sessões. A aparente tranquilidade em estar presente dos mortos poderia ser fruto de certa familiaridade com as materializações.

Acerca da associação médica com cura espírita, era comum em centros espíritas do Rio de Janeiro encontrar, no século XX, indivíduos à procura de cirurgias mediúnicas. Levados pela fama de realização de procedimentos indolores, mesmo sem a aplicação de sedativos, os pacientes ansiavam pela cura vinda dos espíritos. Essas cirurgias levaram a comunidade médica carioca a se mobilizar contra a prática espirita, chamando-os de “charlatões”. O grupo médico, cobrava das autoridades o comprimento do artigo 157 do *Código Penal* que versava sobre a prisão de indivíduos que oferecem curas através da magia (GIUMBELLI,1997, p.34).

Giumbelli definiu o problema dos “os charlatões” como (1997, 36 e 37):

> [...]os charlatães alastravam-se por todos os cantos do país, e as pessoas que alimentavam seus “gabinetes” vinham de todas as camadas sociais. Dos vários processos citados como utilizados pelos charlatães, alguns denunciavam a sua imprudência (guias práticos colocados ao acesso de qualquer pessoa, venda de substâncias perigosas), outros a sua

> incompetência (indivíduos que, tendo algum conhecimento prático, agem como verdadeiros médicos) e outros ainda pelo seu poder de ilusão (sonâmbulas e médiuns que preveem o futuro e fazem diagnósticos; vendedores de elixires e panaceias universais). O que mais irrita o médico, entretanto, é o anúncio de remédios secretos, "que tornam o público juiz de sua própria moléstia e do medicamento que a deve curar", privando-o do diagnóstico e da prescrição médicos. Ou seja, o charlatão é especialmente condenável pelo fato de constituir um obstáculo entre o médico (com seu saber e sua prática oficiais) e a população.

Por se posicionar entre o trabalho do médico e o enfermo, quem praticava tais terapêuticas de cura (homeopatia e espiritismo) eram classificados como charlatões. No caso do espiritismo, a perseguição era mais relevante, visto o art. 157 que proibia nominalmente a doutrina. Entre os anos de 1920 e 1930, os adeptos do kardecismo foram associados à loucura e muitos foram internados compulsoriamente em manicômios. Segundo o antropólogo Giumbelli, era comum internar em asilos pessoas haviam se alienado por intermédio do espiritismo (1997, p. 47). Essa foi uma estratégia médica alopática para tirar das ruas os espíritas que praticavam cura e causar pânico em quem pensava em procurar esses profissionais. Não por acaso, entre o fim do século XIX e início do XX, podemos encontrar diversos processos crimes contra centros espíritas no país (MARTINS ET AL, 2021).

Jabert acrescenta que o espiritismo era visto como uma alternativa de cura inócua, causadora de alienação, e, por isso era muito perigosa a população brasileira, principalmente, por ser aplicada por pessoas sem formação acadêmica. Os espíritas eram acusados de enganar os seus pacientes, informando-lhes que estavam curados, quando na verdade, não estavam, o que levava a piora do seu quadro (2008, p.145).

Possivelmente o receio de sua associação ao charlatanismo, o dr. Matta Bacellar, tenha optado por não divulgar sobre o referido caso de cura mediúnica ao qual foi assistente. A notícia só veio à tona na revista espírita francesa, e não teve qualquer destaque na imprensa da capital paraense. É provável que o homeopata tenha buscado se precaver de ataques médicos, não publicando o ocorrido em Belém. O médico não queria colocar em jogo o seu prestígio no meio médico paraense, visto que até aquele momento das manifestações de Anna

Prado, ele não havia se envolvido em sessões de curas. Uma vez que essa linha fosse cruzada, o homeopata temia sofrer consequências. Outra hipótese recai no entorno da família Prado em não querer associar as suas reuniões espíritas, a fenômenos de cura, visto que poderia atrair outros tipos de públicos.

Apesar do receio, o dr. Matta Bacellar, encontrou animo para mandar um recado aos médicos paraenses ao fim do relato. Ele indicava para àqueles que insistiam em serem céticos; a meditação sobre o seu depoimento acerca da cirurgia, pois ele era a prova cabal da veracidade do poder da médium. Pelo viés espírita, o caso de cura através dos espíritos materializados em sessão mediúnica, alcançou reconhecimento na principal revista voltada ao seu público. Anna Prado, rompeu as barreiras regionais com seu trabalho, ocupando espaço no meio espírita internacional.

No mesmo ano da publicação da cura, a médium Anna Prado se envolveu em um acidente doméstico durante a utilização de um fogão a álcool e acabou entrando em combustão na sua poltrona. Com a morte da médium, o dr. Matta Bacellar entrou no ostracismo, contudo a ligação entre homeopatia e espiritismo permaneceu forte em Belém. A *União Espírita Paraense*, passou a atender, de forma gratuita, qualquer um que procurassem atendimento médico no local. Para isso, eles inauguraram um *Depositório de Medicamentos Homeopáticos* que atendiam os pacientes com a prescrição de remédios com consultas de médicos já falecidos por meio de atos de mediunidade (SOUSA, 2021, p. 115).

Por fim, a trajetória do dr. Matta Bacellar dentro da homeopatia, auxiliou ainda mais a associação da prática médica ao espiritismo. Ao se tornar um dos assistentes da médium Anna Prado, o médico coloca em risco a sua carreira para conciliar a sua forma alternativa, para o período, de exercer a medicina, ciência e a religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da aproximação entre homeopatia e espiritismo no Brasil há diversos exemplos no país que comprovam a união entre as práticas. Seja no Rio Grande do Sul (WEBER, 1997), no Rio de Janeiro (WARREN, 1986), em São

Paulo (BERTUCCI, 2004), no Paraná (SIGOLO, 1999) e no Pará (SOUSA, 2020) há relatos da associação da homeopatia com o espiritismo. Contudo, em nenhum dos casos a trajetória de um médico homeopata se entrelaçou tanto com o espiritismo como o dr. Matta Bacellar ao se tornar um dos assistentes da médium Anna Prado.

O que surgiu como uma estratégia da prática médica para divulgar a sua arte de curar, virou um casamento entre medicina e religião no país. A cultura miscigenada brasileira também foi um ponto de contribuição para o acontecimento, visto que essa aproximação não é percebida em outros países. Nem na França, berço do espiritismo, e na Alemanha, local de origem da homeopatia, a discussão sobre a combinação entre ambas gerou tantas fontes como no Brasil. E a trajetória do dr. Matta Bacellar na capital paraense é um fator para entender melhor essa agregação, pois ele combina a teoria médica-científica com a misticidade brasileira.

A vida de Anna Prado também foi bastante relevante para este trabalho, ela gerou resultados que vão além dos objetivos aqui expostos. A discussão da história do espiritismo no Pará perpassou pelos eventos de materialização da médium. A sua visibilidade ajudou na divulgação da prática e a articulação política dos seus assistentes homogeneizaram os grupos espíritas existentes em Belém. A partir dela veremos o fortalecimento da *União Espírita Paraense*, seja por doações, seja por novos membros que viram através da médium, vide o próprio dr. Matta Bacellar. É do espaço da *União Espírita Paraense* que a junção entre homeopatia e espíritas permaneceu no Pará, com o serviço de entrega de medicamentos homeopáticos gratuitos, receitados por espíritos de médicos homeopatas. Para entender sobre a associação entre a prática médica homeopática e a prática religiosa espírita foi necessário consultar as trajetórias do dr. Matta Bacellar e da médium Anna Prado.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Laurinda; BOURDELAIS, Patrice; ORTIZ-GOMEZ, Tereza; PALACIOS, Delgado. “Health and welfare as human rights: some notes on a utopia or a vision of the future” **IN:** ABREU, Laurinda et al. **Dynamics of health and welfare: text and context.** Évora: ed. Colibri.; 2007.

ACKERKNECHT, Erwin Heinz**. Anticontagionism between 1821 and 1867, Bull Hist Med, 1948,** vol. 22, pp. 562-93.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **"Aparições extranhas. Será João?"**. *04*/02/1921, p. 1.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, 2008.

BARROS, Brasil Fernandes de. **A Busca de Kardec: Fé ou Razão.** Curitiba: CRV Editora, 2022

BARROS, Brasil Fernandes de. O crescimento do aspecto religioso do Espiritismo no Brasil no Século XX e XXI. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 22, n. 67, p. e226710, 19 ago. 2024.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. **Pasta Pajelança e medicina.** 24/08/1929.

CONCEIÇÃO, Paulo da. **As Almas Da Nação": O Espiritismo, A Geração De 1870 E As "Questões Sociais" Na Passagem Do Império Para A República No Brasil.** Revista Em Tese, Universidade Federal de Santa Catarina. v. 20, n. 01, p. 09-30, jan./out., 2023.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo. Advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro***.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

EDLER, Flavio. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil.** História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, maio-ago. 2002. Acessado em: 25/11/2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000200007 .

FOLHA DO NORTE. **Porque creio no espiritismo.** 20 de outubro de 1922, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Sem Ambages: Uma profissão de fé.** 14 de dezembro de 1922, p.1.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GALHARDO, J. E. R. **Livro do 1.˚ Congresso Brasileiro de Homoeopathia.** Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928.

GALLO, Ivone. **O socialista da província do Rio de Janeiro: um olhar sobre o socialismo do século XIX.** Texto integrante dos Anais do XIX Encontro

Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

GIRARDI, Felipe. **Propaganda, Polêmicas E Institucionalização: A História Da Homeopatia No Brasil Segundo José Emygdio Rodrigues Galhardo (1818-1930).** UFSM- 2022.

GIRARDI, Felipe. **Aproximações entre espiritismo e homeopatia: apontamentos sobre o funcionamento de uma farmácia homeopática. Revista** Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 95-115. ISSN: 1808-8031.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: Uma história da condenação e legitimação do Espiritismo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GIUMBELLI, Emerson. **Heresia, doença, crime ou religião: o espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais.** *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 40 (2), p. 31-82, 1997b.

JABERT, Alexander. **De Médicos e Médiuns: Medicina, Espiritismo e Loucura no Brasil da Primeira Metade do Século XX.** *(*tese doutorado em História das Ciências e da Saúde).Rio de Janeiro, 2008.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos.** 68ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1987.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relação entre magia e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARTINS, Rita de Cassia; ROCHA, Izabela Assis; SILVA, Adailson. **Desvio Social, Obsessão Ou Doença Mental? Um Estudo Sobre A Institucionalização Da Loucura Em Jataí (GO).** Revista Mosaico, v. 14, p. 153-169, 2021.

MATTA BACELLAR, José Teixeira da. **As operações sigaultiana e cesariana.** UFBA, 1945.

QUINTÃO. Manuel. **Fenômenos de materialização**. Rio de Janeiro: FEB, 1921. REVUE SPIRIT*,* **Anna Prado.** 1923, p. 230. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k27106183/f39.item . Acessado: 15 abr. de 2024.

REBOLLO, Regina Andrés. **Ciência e metafísica na homeopatia de Samuel Hahnemann.** São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2008.

RISSE, Gunter. “The limits of medical science: hospital in fin-de-siècle Europe and America”. IN: **Mending Bodies—Saving Souls: A History of Hospitals.** New York: Oxford University Press, 1999, p. 399-462.

SIGOLO, Renata Palandri. **Em Busca da "Sciencia Medica: a medicina homeopática no início do século XX.** Curitiba: (Tese Doutorado) – UFPR, 1999.

SIGOLO, Renata Palandri. **Nilo Cairo e o debate homeopático no início do século XX.** Curitiba: Editora UFPR. 2012.

SOUSA, Túlio Brenno Brito de. **HOMEOPATIA VERSUS ALOPATIA: A disputa pelo mercado da cura no Pará. (1914-1924)** / Orientadora: Profª. Dra. Leila Miranda Mourão Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2021.

WARREN, Donald. A medicina espiritualizada: a homeopatia no Brasil do século XIX. **In: Religião e Sociedade**, v.13, n.1, p.88-107. 1986.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense – 1889/1928.** São Paulo: UNICAMP, 1997. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho), UNICAMP, 1997.

Recebido em 05/09/2024.

Aprovado para publicação em 22/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

POLÍTICAS AMBIENTAIS NA NOVA REPÚBLICA
Um Ministério de Meio Ambiente no Brasil

ENVIRONMENTAL POLITICS IN THE NEW REPUBLIC
A Ministry of Environment in Brazil

JÉSSICA GARCIA DA SILVEIRA [1]

RESUMO

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 a política brasileira passou por um momento de instabilidade que refletiu na reorganização das políticas ambientais ao mesmo tempo em que foi ampliada a dimensão do debate sobre meio ambiente no Brasil e no mundo, envolvendo diversos setores como a gestão pública, parlamentares e a sociedade civil. Em 1981 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, que nos seus primeiros dez anos de existência passou por diversas mudanças de caráter político, institucional e organizacional. A construção do Ministério do Meio Ambiente em 1992 se deu em meio a estas negociações, em um cenário de grande atenção mundial sobre a Amazônia no qual os governantes brasileiros buscaram demonstrar que o país se empenhava em construir uma política comprometida com a proteção da floresta. Este texto tem como objetivo discutir a relação entre a construção do Ministério do Meio Ambiente e os múltiplos interesses em torno do esforço pela implementação de acordos internacionais de cooperação em torno das políticas ambientais, sobretudo voltadas para a Amazônia, por intermédio desta primeira versão do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Políticas ambientais. Nova República. Política brasileira. Amazônia.

ABSTRACT

Between the end of the 1980s and the beginning of the 1990s, Brazilian politics went through a period of instability, which was reflected in the reorganization of environmental policies at the same time as the scope of the debate on the environment in Brazil and around the world expanded, engaging several sectors such as public authorities, parliamentarians and civil society. In 1981, the Brazilian National Environmental Policy was created, and in its first ten years of existence, it underwent a number of political, institutional and organizational changes. The creation of the Ministry of the Environment in 1992 took place in

[1] Doutora em História Social na linha de pesquisa em História da Ciência e da Tecnologia pela Universidade de São Paulo com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP. e-mail da autora: jessicasilveira@alumni.usp.br

the midst of these negotiations, against a scenario of great global attention on the Amazon, in which Brazilian leaders sought to demonstrate that the country was committed to building a policy to protect the forest. The aim of this text is to discuss the relationship between the construction of the Brazilian Ministry of the Environment and the multiple interests involved in the effort to implement international cooperation agreements on environmental policies, especially those aimed at the Amazon, through this first Ministry of the Environment in Brazil.

Keywords: Environment. Environmental policies. New Republic. Brazilian politics. Amazonia

INTRODUÇÃO

As políticas ambientais no Brasil, partindo da inserção do conceito de meio ambiente na política brasileira, tem uma história relativamente recente. O primeiro órgão ligado ao governo federal para estabelecer normas e padrões para gestão de recursos hídricos e atividades consideradas “potencialmente poluidoras” foi a Secretaria Especial de Meio Ambiente, SEMA (Decreto Nº 73030/1973), em 1973. Posteriormente, em 1981 foi criada mediante lei (N° 9638/1981) a Política Nacional do Meio Ambiente e com esta um Sistema Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA que deu origem a uma estrutura institucional composta por órgãos que integravam instâncias estaduais, federais e sociedade civil na composição das políticas ambientais. A construção do Ministério do Meio Ambiente, o órgão que mais se destaca atualmente nesta estrutura institucional, foi criado em 1992, após um longo caminho percorrido pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº6938/1981) durante a década de 1980.

Ao longo deste artigo discutirei aspectos sobre a estruturação das políticas ambientais brasileiras e seus principais desdobramentos para o modelo que conhecemos atualmente. Para isso direcionarei o foco da análise para a composição dos órgãos criados para representar o governo, do ponto de vista institucional, e a participação social que integrou as negociações sobre a Política Nacional do Meio Ambiente em um primeiro momento. No segundo momento do texto discutirei os efeitos destas negociações na estruturação da legislação ambiental e no terceiro momento relacionarei as ações em torno das políticas

ambientais com as demandas que pautaram a política externa e que foram associadas às políticas voltadas para a proteção do meio ambiente já com o Ministério do Meio Ambiente em atividade. Para isso recorri a uma bibliografia que trata do tema e como fontes trouxe alguns documentos oficiais do governo federal, decretos e leis, trechos de entrevistas em periódicos e imprensa nacional. A decisão de organizar o texto em três momentos serve apenas como estratégia argumentativa, ressaltando que a análise dessas negociações pressupõe a indivisibilidade de ações no âmbito nacional e internacional em torno das políticas ambientais.

O referencial teórico e metodológico que viabilizou este trabalho é oriundo dos estudos de ciência e tecnologia, que auxiliam na compreensão do meio ambiente como um constructo sociotécnico explicado e categorizado cientificamente, elaborado a partir da relação estabelecida entre humanos, florestas, rios, relatórios, atmosfera, ecologistas militantes, um conjunto de leis etc. Os estudos de ciência e tecnologia contribuíram para o estabelecimento de um olhar mais amplo sobre a interação que resulta nas e das políticas ambientais. A elaboração das políticas ambientais é feita na articulação entre atores humanos e não humanos, o que inclui também os documentos que agem na composição institucional das políticas de meio ambiente. Conforme apontado por Bruno Latour (1991) estes híbridos que cada vez mais se proliferam no mundo moderno ampliam as “zonas de troca comum” (LATOUR, 2020: 115). As políticas ambientais, interpretadas a partir da interação entre leis, ecologistas, políticos, cientistas, florestas e rios podem ser interpretadas a partir de uma documentação legislativa, comunicados oficiais, imprensa e entrevistas, que contribuíram para compreender a composição da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente, PNMA, foi estabelecida por força de lei em um contexto de aumento dos efeitos da expansão industrial nas regiões Sudeste e Sul, pela expansão da fronteira agroindustrial nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e principalmente Norte. Durante a década de 1980 houve um aumento significativo das áreas urbanas que alterou o modo de vida de grande parte da população brasileira, como apontou Aziz Ab’Sáber em entrevista

concedida a Dario Borelli (2005). Esta foi a primeira fase da integração do território[2] brasileiro, que teria como pressuposto, como apontou Milton Santos (1993), dotar as cidades de obras de infraestrutura para fluidez do capital monopolista e promover a circulação de produtos, a partir da construção de meios de comunicação, além de uma rede de transportes, tudo sob o controle e gestão do governo federal, o maior detentor dos recursos públicos. Esse contexto foi denominado por Santos como meio científico-técnico-informacional, uma vez que conhecimento científico aliado com a técnica e mediado pela informação passaram a compor a nossa relação com o território.

A reorganização produtiva do território brasileiro durante a década de 1960 foi baseada em projetos de descentralização industrial, construção da Zona Franca de Manaus, expansão e modernização da agroindústria, reformas financeiras em um processo de fusões bancárias e mesmo a ampliação de vias rápidas de transporte e fluxos aéreos por meio da reformulação dos sistemas de engenharia. Tudo isso exerceu uma nova forma de colonização do território, ou seja, fixou-se uma nova lógica imposta pela adesão a um modelo econômico produzido pela ideologia do "global" voltada, portanto, para o mercado externo. Os efeitos da rápida industrialização somando-se às desigualdades sociais em decorrência da política de concentração de renda encampada pela ditadura militar, além de promover intensa degradação ambiental, ampliou a exposição dos riscos à saúde de grande parte da população.

A SEMA foi o primeiro órgão criado na esfera federal para tratar de assuntos ligados ao meio ambiente, criada para: "*assessorar órgãos e entidades incumbidas da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais*" (BRASIL, 1973). A função da SEMA naquele contexto, uma autarquia alocada no Ministério do Interior, era estabelecer normas que definissem os limites de emissão de substâncias químicas na atmosfera ou nas águas em território brasileiro.

[2] Adoto aqui o conceito proposto por Milton Santos, no qual território é o produto histórico das mudanças materiais e sociais que ocorrem no espaço, e produz novas ações a partir deste, "trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que por isso mesmo, carece de constante revisão histórica" (SANTOS, 2002: 15). Sendo assim, o território se compõe na relação entre o espaço geográfico, o trabalho de intervenção dos humanos sobre o mundo natural e a política.

Apesar de parte dos movimentos ecologistas durante a década de 1970 associarem o papel da SEMA a um ambientalismo de Estado, sob a crítica de esta servir como um instrumento de gestão ambiental direcionado aos interesses de continuidade de atividades produtivas poluidoras, como apontado por Solange Silva-Sánches (2010), houve um engajamento por parte da sociedade civil de modo a cobrar medidas do governo brasileiro. Foi pela atuação da SEMA que surgiu o primeiro projeto de lei para criar Reservas Ecológicas (Lei Nº 6902/1981) e o projeto de lei que teria como propósito estabelecer a Política Nacional do Meio Ambiente. Naquele contexto, uma rede de entidades ecologistas se articulava e ampliava o movimento no Brasil. Algumas das organizações ecologistas já estabeleciam relações diretas com o Estado brasileiro, outras se aproximaram do debate pautando a maior participação social nas instâncias decisórias. Conforme Franco e Drummond (2009) o movimento conservacionista no Brasil tem origem entre as décadas de 1920 e 1940 e foi composto por cientistas, engenheiros e técnicos de classe social emergente. Mas a institucionalização destes grupos se deu a partir da década de 1950. Uma das mais destacadas foi a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, criada em 1958 no Rio de Janeiro, sob a inspiração das associações pela proteção das aves em Londres. A partir da década de 1970 a articulação dos movimentos ecologistas, juntamente com as ações da SEMA demandaram do governo federal uma legislação ambiental específica, explicitada pela Lei Nº 6938 em 1981.

O Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, produto da lei Nº 6938 foi composto por órgãos superior, central e setoriais para executar a Política Nacional de Meio Ambiente. Além de prever a participação dos governos estaduais, a proposta da PNMA incluía também setores de movimentos ecologistas, representantes das confederações nacionais da indústria, do comércio, dos trabalhadores, entre outros atores que faziam parte da sociedade civil no Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, órgão superior e decisório da PNMA. Esta proposta atribuía um caráter participativo e democratizante ao conselho e à própria PNMA, conforme Henri Acselrad (2008).

Para compor a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938/1981) o primeiro órgão convocado pelo poder executivo federal foi a SEMA, que deveria então estruturar e executar o SISNAMA. Como o projeto de lei previa a criação de um conselho representativo responsável por conduzir e deliberar sobre ações e leis acerca da temática ambiental: o CONAMA, foi designado como seu órgão superior. E estes dois órgãos buscariam na cooperação com órgãos estaduais e municipais de gestão ambiental a viabilidade para suas ações. A partir da década de 1980 foram gradualmente criadas as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente e, ainda que a passos lentos, estas passaram a integrar o SISNAMA ao longo do tempo.

O CONAMA foi composto por um plenário, por meio do qual os conselheiros se reuniam; Câmaras Técnicas, ou CTs, no interior do conselho para reunir especialistas com a finalidade de desenvolver estudos e relatórios para fundamentar as resoluções do conselho; e os Grupos de Trabalho, em uma escala ainda mais especializada em casos específicos, quando da necessidade de aprofundamento em estudos específicos. Em 1985 o CONAMA já contava com 67 membros, com a inclusão de representantes de todos os Estados brasileiros. Os atores ligados aos Estados e à sociedade civil foram inseridos parcialmente no conselho, mediante indicação, mas foi crescendo o número de integrantes a partir de 1986[3].

Ainda durante o governo de José Sarney houve algumas mudanças estruturais na PNMA. O governo Sarney foi marcado por dificuldades na política interna e externa: na política externa pela tentativa de mudar a imagem do Brasil, que vinha de uma onda de descrédito em função da dívida externa e de hostilidades com países vizinhos (Bolívia, Uruguai e Paraguai) no governo anterior; e ainda que vigente a Nova Constituição, para mudanças na política interna seria necessário uma série de reformas para lidar com a inflação, segundo Francisco Silva (2014). Esse cenário de dificuldades econômicas durante o governo Sarney atingiu a SEMA, que foi enfraquecida e esvaziada, com a demissão de funcionários de altos cargos e manifestações pelas más

[3] Em minha dissertação de mestrado investiguei a participação social e a construção do CONAMA como uma instância que se pretendia democrática durante a transição da ditadura militar para a democracia (SILVEIRA, 2017).

condições de trabalho, o que levou à renúncia de seu diretor, Paulo Nogueira Neto:

> As reformas previstas no MDUMA (Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) representam uma asfixia da SEMA. Quando verifiquei que estavam sendo levadas a cabo essas medidas centralizadoras, não tive alternativa, a não ser renunciar. Relatei também a minha proposta ao presidente, para que ele nomeie uma Comissão de alto nível para estudar a reestruturação das instituições federais que lidam com o ambiente. [11 de julho de 1986] (NOGUEIRA NETO, 2010: 96).

Diante do enfraquecimento da SEMA, Nogueira Neto advogou pela junção da SEMA ao IBDF, SUDEPE e SUDHEVEA, na intenção de não desestruturar o órgão central, responsável por executar a PNMA. A junção destes órgãos trouxe uma nova instituição para compor o SISNAMA, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, que seria então, a partir de 1989, responsável pela fiscalização, promoção de estudos sobre áreas degradadas e autuar poluidores. Mas antes dessa mudança a PNMA sofreu outras alterações. A partir de 1989 o CONAMA foi rebaixado ao cargo de órgão consultivo, perdendo seu caráter deliberativo com a criação do Conselho Superior de Meio Ambiente, CSMA (Lei Nº 7804/ 89), que estaria condicionado à maior participação de representantes do governo federal. Apesar de contar com algumas cadeiras ocupadas pela sociedade civil, em menor escala comparado ao CONAMA, o CSMA excluía também os representantes estaduais. Com esta mudança, o CONAMA perdeu sua posição de instância decisória.

Em 1988 o Brasil se candidatava para receber a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92. Essa candidatura trouxe consigo a iniciativa de construção de uma imagem do Brasil como um país que se dispunha a oficializar medidas para a contenção do crescente desmatamento na Amazônia e assumir compromissos pela proteção ambiental. Um dos efeitos dessa postura do governo brasileiro foi a criação de um projeto denominado: *Programa Nacional de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal*, ou somente *Programa Nossa Natureza*. O referido Programa foi lançado por meio de Decreto Nº 96.944/1988, ainda no governo de José Sarney em 1988, e coordenado pela Secretaria de

Assessoramento de Defesa Nacional. Apesar na crise que se instalou na SEMA após a saída de Nogueira Neto, e seus desdobramentos, as políticas ambientais eram centrais para a busca do governo brasileiro em melhorar sua imagem externa, potencializar sua credibilidade e ampliar suas relações de cooperação internacional. A atuação da sociedade civil foi fundamental na projeção do meio ambiente como um assunto a ser pautado pela política externa. A seguir discutirei alguns aspectos sobre a participação social na elaboração e no debate sobre as políticas ambientais brasileiras.

1. MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: EFEITOS DAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

O início da década de 1980 foi um período de grande mobilização da sociedade civil, representada não só por ecologistas, mas também por partidos políticos, sindicato de trabalhadores, movimentos ligados a causas indigenistas, acadêmicos que se aproximaram da causa ambiental, numa integração que tinha como pano de fundo a luta pela democracia. Conforme José Luiz Franco; José Augusto Drummond (2009); Pedro Jacobi (2003); Eduardo Viola (1987), houve nesse contexto a expansão e profissionalização dos movimentos ecologistas.

A maior parte dos movimentos ecologistas que possuíam maior engajamento político e que se destacaram a nível nacional e internacional, surgiu durante a década de 1970, como foi o caso de diferentes associações. Um exemplo é Associação Gaúcha de Proteção à Natureza – AGAPAN[4] (1971), em Porto Alegre, composta majoritariamente por acadêmicos e profissionais nas áreas de ciências naturais e teve como um dos seus fundadores José Lutzenberger[5]. O Movimento Arte e Pensamento Ecológico – MAPE (1973), de

[4] A AGAPAN foi fundada em 1971 por ecologistas, dentre os quais: Augusto Carneiro, Caio Lustosa, Alfredo Gui Ferreira, além de José Lutzenberger, que ficou amplamente conhecido no meio político e ambientalista ao longo das décadas de 1980 e 1990. A AGAPAN, conforme apontou Elenita Pereira (2016), teve sua inspiração na União Protetora da Natureza, UPN, a primeira entidade ecologista brasileira, fundada por Henrique Roessler, ainda na década de 1950 em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

[5] José Lutzenberger (17/12/1926 – 14/05/2002), segundo Elenita Pereira (2016), foi o primeiro Secretário de Meio Ambiente da presidência da república, SEMAM/PR, em 1991, se formou em agronomia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1950 e trabalhou na BASF ente 1956 e 1970. Em 1987, criou a Fundação Gaia, numa propriedade de 30 hectares,

São Paulo, foi outra entidade que se constituiu majoritariamente por artistas com inspiração em movimentos sociais europeus. A Associação Paulista de Proteção Natural – APPN (1976), criada também em São Paulo, reunia entre seus membros advogados, acadêmicos, empresários, profissionais liberais, que consistia em um movimento que se organizava contra os empreendimentos urbanos poluidores, como apontado por Angela Alonso, Valeriano Costa e Débora Maciel (2007).

No campo, um exemplo de forte engajamento foi o movimento dos seringueiros, que por meio dos chamados "empates" desde meados da década de 1980 denunciou os problemas ligados à produção de borracha para a necessidade de conservação da floresta. Não necessariamente os seringueiros são considerados parte do movimento ecologista, mas é inegável a aproximação deste movimento social com a causa ambiental. Como apontou Mauro Almeida (2004), desde 1985 o sindicato rural da região de Xapuri e Brasiléia, com apoio da igreja católica, já não conseguia barrar o avanço das queimadas e derrubada da floresta por meio dos "empates". Com isso, pessoas que estavam à frente do movimento, como Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, Francisco Ginu e Osmarino Amâncio, buscaram aliados para enfrentar tais ataques, conforme Mauro Almeida (2004), o que contribuiu para sua maior visibilidade e agregou apoiadores entre os movimentos ecologistas.

A forte exploração mineral, garimpeira e empresarial na região amazônica provocou uma série de conflitos fundiários durante a década de 1980 e impulsionou a circulação dos líderes do movimento dos seringueiros, como Chico Mendes acima citado, por outros países. Chico Mendes chegou a firmar um acordo de proteção da floresta amazônica com o governo após pressões junto ao IBDF. A luta do movimento dos seringueiros, segundo Almeida (2004), resultou na implementação das reservas extrativistas junto ao Incra em 1987, o fortalecimento dos sindicatos rurais, além da judicialização do Conselho Nacional de Seringueiros.

em Pantano Grande, onde desenvolveu trabalhos de agricultura ecológica e de educação ambiental. Ficou conhecido como um intelectual do movimento ecologista brasileiro e entre suas principais publicações estão: *Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (1976), *Pesadelo Atômico* (1980), *Do jardim ao poder* (1985) e *Gaia, o planeta vivo* (1990).

A repercussão nacional e internacional do brutal assassinato de Chico Mendes e de outros trabalhadores e lideranças de movimentos sociais na ocasião exerceu uma pressão ainda maior sobre o governo brasileiro, de modo que este acelerasse o estabelecimento de uma política voltada para a Amazônia. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, até 1989 o desmatamento real da Amazônia brasileira contabilizava cerca de 10% da mata tropical úmida. Conforme André Lago (2006) o que motivou a candidatura do governo brasileiro para ser a Sede da Rio-92 foi a busca pela amenização da imagem do Brasil no exterior, que estava associada à incapacidade de conter os problemas que levavam à devastação ambiental.

Em paralelo à candidatura do Brasil para sediar a mais importante conferência sobre meio ambiente, o governo brasileiro preparava um programa que não só estabelecesse um instrumento para gestão florestal da Amazônia, mas que se expandisse em todo o território amazônico. O *Programa Nossa Natureza* foi elaborado para atender a esta finalidade. Em sua composição o programa contou com os ministros: João Alves Filho, ministro de Estado do Interior; Iris Rezende Machado, ministra de Estado da Agricultura; Ralph Biase, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Rubens Bayma Denys, ministro de Estado secretário geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; Ronaldo Costa Couto, ministro de Estado chefe do gabinete civil da Presidência da República; e João Batista de Abreu, ministro-chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, como informado pelo Memorando enviado ao CONAMA, intitulado *Considerações sobre o Programa Nossa Natureza* (1988b).

O Programa Nossa Natureza foi planejado para promover estudos para o reordenamento territorial na Amazônia, com o objetivo de estabelecer novos parâmetros para mecanismos legais de proteção da floresta e não a partir de parâmetros já estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente ou pelo Ministério da Agricultura. No entanto, segundo Gerd Kohlhepp (1992), o ordenamento territorial da Amazônia proposto pelo Programa se baseou em estudos realizados pelo IBGE e pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de

Fronteira da Amazônia Ocidental, PROFAO[6], assumindo critérios de análise territorial diferentes dos estabelecidos pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais. Um dos objetivos do Programa foi, inclusive, o de propor uma nova estrutura de políticas ambientais. Os objetivos do *Programa Nossa Natureza* foram assim definidos:

> I. Conter ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; II. **Estruturar o sistema de proteção ambiental**; III. Desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente; IV. Disciplinar a ocupação e exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial; V. Regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica; e VI. Proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo. (BRASIL, Decreto Nº 96994, 1988) (grifo nosso).

A Comissão interministerial composta para elaborar o relatório do *Programa Nossa Natureza*, que envolvia os ministérios do Interior, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, SADEN e SEPLAN, deveria: "*Analisar a estrutura de proteção ambiental e propor alterações que propiciem a sua eficácia*" (BRASIL, 1988: 19941). No relatório conclusivo das comissões do Programa, foi verificado que: "*A legislação ambiental, embora não contenha contradições entre instrumentos legais, apresenta ambiguidades do ponto de vista formal, bem como lacunas e superposições de funções e conflitos entre os órgãos responsáveis"* (BRASIL, 1989: 45). A proposição indicada no documento seria a de que o SISNAMA deveria ser "fortalecido" e "complementado", mas analisando o documento foi possível observar que as ações pretendidas para tal complementação causariam uma superposição de funções com a inclusão de outra instância decisória que não o CONAMA, como aponta o seguinte documento:

[6] O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental foi criado em 1988, como apontado por Bruce Albert (1991), em função do Programa Nossa Natureza, composto por grupos de trabalho interministeriais com o objetivo de propor ações de proteção à Amazônia diante dos projetos do governo em continuar com suas obras de infraestrutura na região. Os seis GTIs criados no âmbito do Profao foram: 1. Proteção da Cobertura Florística; 2. Substâncias Químicas e Processos Inadequados de Mineração; 3. Estruturação do Sistema de Proteção Ambiental; 4. Educação Ambiental; 5. Pesquisa; 6. Proteção do Meio Ambiente, das Comunidades Indígenas e das Populações Envolvidas no Processo Extrativista.

> É necessário criar-se instância superior de decisão, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente, encarregada de formular as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, preferencialmente a nível do Presidente da República. É necessário **centralizar** as ações de monitoramento, de natureza estratégica, de modo a agilizar e **homogeneizar** as informações sobre o meio ambiente. (BRASIL, Decreto Nº 96994, 1988) (grifo nosso).

O modo como o *Programa Nossa Natureza* foi lançado, bem como os atores que o elaboraram, trouxe à tona a forte influência dos militares como o pouco diálogo, em um primeiro momento, com outros setores para implementação de uma política de ordenamento territorial na Amazônia brasileira. Mesmo após 1988, quando o meio ambiente se tornou um capítulo da nova Constituição Federal, as mudanças na Política Nacional do Meio Ambiente não acompanhavam o ritmo de democratização que a Assembleia Nacional Constituinte promovia. Os desdobramentos do Programa Nossa Natureza foram definidores no modo como foram incorporadas mudanças na PNMA, tanto que as ações do governo federal caminhavam no sentido da centralização das instâncias decisórias, o que culminou com o esvaziamento da participação social destes órgãos, como foi o caso do CONAMA.

Na medida em que a PNMA foi sendo ampliada, ao invés do fortalecimento das instituições que a integravam e aprofundamento da participação da sociedade civil, não foi o que ocorreu. Mesmo com um maior número de membros, de acordo com Acselrad (2008) para que o CONAMA pudesse influenciar de forma mais efetiva naquele contexto seria necessário organicidade, conforme apontou o autor: *meios de interlocução da área ambiental do governo junto às demais esferas de decisão* (ACSELRAD, 2008: 24).

Mas esta centralização não pode ser analisada como um efeito puro e direto da política interna brasileira, este modelo de política está relacionado também com o modo como a democracia brasileira foi se definindo na relação política com outros países. De acordo com Avritzer (2003) o modelo hegemônico de democracia a partir dos anos de 1960 foi a democracia liberal, que ao longo do tempo foi legitimada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, tornando-se condição para os empréstimos e auxílios financeiros

pelo mundo. Na medida em que estes organismos internacionais passaram a se integrar cada vez mais nas relações econômicas entre os países, os governos passaram a negociar diretamente com os interesses desses organismos.

o *Programa Nossa Natureza,* além de propor uma nova organização territorial da Amazônica, trazia uma proposta de reestruturação da PNMA. Em 1990, como desdobramento desta reestruturação foi aprovada a Lei Nº 8028/90, que criou a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, SEMAM. Tal secretaria assumiu a função normativa e de planejamento, inclusive orçamentário, da PNMA, que cabia, na ocasião, ao IBAMA. Por meio da criação de mais um órgão ligado diretamente à presidência da república, percebe-se que tais mudanças levavam a uma maior concentração das instâncias responsáveis pelas políticas ambientais sob o controle da presidência da república, ou seja, esse movimento se configurava como um passo a mais na centralização das instâncias decisórias e executivas de meio ambiente. O percurso de construção das políticas ambientais até a criação da SEMAM (1991) foi marcado pela constante disputa por legitimidade durante a década de 1980 entre o governo federal e o CONAMA, principalmente. Sendo o CONAMA um órgão que ampliava sua ação na medida em que se expandia até 1987 e que ampliou a participação social ao longo do tempo, foi o órgão que primeiro foi perdendo poder com a criação do Conselho Superior de Meio Ambiente, CSMA.

No entanto, ainda que seja possível compreender que nas disputas pela centralização das políticas ambientais houve uma forte agência por parte do governo federal, por outro lado, a agência da sociedade civil também mobilizou mudanças, inclusive no próprio *Programa Nossa Natureza*, que inseriu outros setores a serem incorporados após seu lançamento[7]. Entendendo a institucionalização das políticas ambientais como parte de práticas epistêmicas,

[7] À época em que foi implementado o *Programa Nossa Natureza* mobilizou a estrutura institucional responsável pela legislação ambiental. Para Feldmann a intervenção da Câmara dos Deputados em favor da modificação do *Programa Nossa Natureza* representou um ganho para as políticas ambientais: “Eu acho que talvez na elaboração dos projetos [do Programa Nossa Natureza] a sociedade não tenha participado, mas na Câmara dos Deputados ela participou e os resultados, na minha opinião, estão aí, tanto que passados mais de trinta anos das legislações editadas a partir do Nossa Natureza estão aí.” (trecho de entrevista de Fabio Feldmann concedida em 2020 para a tese de Jessica Silveira, 2024).

ou seja, de um conhecimento que é aceito não porque seja universal, mas porque se acomodam aos interesses cristalizados em instituições sociais e políticas, de acordo com Jasanoff (2004), observo na construção da legislação da PNMA uma relação entre a posição econômica ocupada pelo Brasil no cenário mundial e elementos da formação brasileira. Ou seja, as políticas ambientais brasileiras não poderiam ser determinadas nem por aspectos puramente científicos, advindos daqueles que analisam a contaminação dos rios e a devastação florestal, nem por interesses externos, inteiramente econômicos ou políticos, nem mesmo apenas provenientes da cultura política brasileira, mas que se combinam entre si.

A instabilidade que conferiu a legislação sobre o meio ambiente demonstra que aspectos técnicos presentes em sua construção e definições científicas são também produzidas por pressões e poderes políticos. No caso deste primeiro momento de institucionalização das políticas ambientais do final da década de 1980, período no qual o Brasil vivenciava uma transição da estrutura institucional estabelecida durante o regime militar para a democratização na política brasileira, é possível analisar que estes resquícios ainda permaneceram no governo Sarney.

A presença dos militares na elaboração das políticas ambientais durante a década de 1980 e mesmo no início da década de 1990, o protagonismo da Amazônia nos debates internacionais sobre meio ambiente, a participação de movimentos sociais e ecologistas pela consolidação da democracia e das medidas a esta associadas formaram o campo de disputas pela definição desse meio ambiente que integrava a agenda nacional de meio ambiente. Todos estes atores coproduziram[8] a Política Nacional do Meio Ambiente, uns de modo mais explícito. Embora não haja simetria de poderes não é possível dizer que as políticas ambientais durante a década de 1980 foram construídas apenas mediante ações do governo federal, embora este tenha agido por meio de instrumentos em favor da centralização das instâncias decisórias. No entanto, a participação de setores da sociedade civil representou, diversas vezes, um ponto de tensão. A visibilidade e relevância que a Amazônia brasileira foi adquirindo

[8] Fundamento-me aqui no idioma da coprodução, empregado por Sheila Jasanoff (2004a).

ao longo da década de 1980 para o mundo também representou um elemento importante para tornar o meio ambiente um assunto de política externa, o que contribuiu para as mudanças institucionais na PNMA e sobretudo no protagonismo assumido pela Amazônia na estruturação do primeiro Ministério do Meio Ambiente no Brasil.

2. O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E AS TURBULÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DOS ANOS 1990

Durante a década de 1990 houve mudanças na política nacional que influenciaram a Política Nacional do Meio Ambiente. Como mencionado anteriormente, as principais mudanças foram a construção do IBAMA e a criação da SEMAM. Mas logo após essas mudanças foi criado, pela primeira vez, um Ministério do Meio Ambiente no Brasil em 1992, logo após a maior Conferência mundial sobre Meio Ambiente na ocasião, a Rio-92.

Em 19 de novembro de 1992, Itamar Franco, no exercício do cargo de presidente da república sancionou a Lei Nº 8490/1992 que dispunha sobre a organização da sua presidência e dos ministérios, criando então o Ministério do Meio Ambiente. A primeira versão do Ministério do Meio Ambiente esteve prevista na Medida Provisória Nº 309, de 16 de outubro de 1992 (convertida na Lei nº 8490, de 19 de novembro), quando o então presidente Itamar Franco propôs a reorganização dos órgãos da presidência da república e dos ministérios. Na apreciação da criação deste Ministério na Câmara dos Deputados, no dia seguinte ao lançamento da MP, os parlamentares que teceram comentários a esta medida fizeram questão de ressaltar que esta teria sido bem recebida pela Casa. Na ocasião, o deputado Nan Souza (PST- MA), então membro da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, fez o seguinte pronunciamento:

> Sr. Presidente, Srs. Deputados, na condição de membro da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, defendemos aqui prioritariamente a criação do Ministério do Meio Ambiente. Dias, depois, esse nosso desejo, que era da Comissão e de todos os ambientalistas brasileiros, foi atendido, o Ministério foi criado. Não conhecemos a sua estrutura de funcionamento, mas imaginamos que, para cuidar da questão

> ambiental no Brasil, o Ministério deve ter a importância que o assunto requer. É bom lembrar que o Ministério do Meio Ambiente já nasceu algumas vezes, morreu, tornou a nascer, mudou de nome. Ao longo desse período, angustiamo-nos por não vermos a questão ambiental ser tratada com a prioridade e o cuidado necessários. (DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL, 17 de outubro de 1992: 22765).

A consideração do parlamentar, que integrara a *Frente Verde* na Câmara dos Deputados, merece destaque pela maneira como ficou compreendida a existência institucional do meio ambiente, marcado pela inconstância e instabilidade: *nasceu algumas vezes, morreu, tornou a nascer.* A itinerância do meio ambiente, que ora esteve alocado no Ministério do Desenvolvimento Urbano, ora esteve ligado ao Ministério do Interior revela esta instabilidade, que pela primeira vez seria definitivamente fixado em um Ministério específico de meio ambiente. O deputado seguiu então dizendo:

> De 1989 para cá já passaram pela Secretaria do Meio Ambiente seis Secretários. Uma média de um a cada seis meses. Pelo Ibama também passaram vários presidentes no mesmo período. Com essas mudanças, é impossível que qualquer política setorial possa ensejar definições capazes de assegurar, efetivamente, os resultados desejados. [...] É a primeira vez que ministério dessa ordem é criado com uma finalidade específica. Na verdade, nas vezes anteriores em que foi institucionalizado ficou a reboque de outras políticas setoriais (DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL, 17 de outubro de 1992: 22765).

Neste trecho o deputado sugere que a política ambiental, entendida como setorial, a partir de então passaria a ocupar um espaço na administração pública sem que estivesse subordinada a outras políticas. Pela fala do deputado a instabilidade na gestão do IBAMA e mesmo da SEMAM, entre 1990 e 1992, se tornou a marca das políticas ambientais. Na argumentação do parlamentar a institucionalização do meio ambiente esteve atravessada por outras políticas setoriais e com uma política estabelecida com a finalidade específica de proteção do meio ambiente, a estrutura de um ministério traria ao tema uma nova definição.

Depois de criada a SEMAM por meio da lei Nº 8028/1990, empossado José Lutzenberger como secretário, este não permaneceu no cargo nem por dois

anos, sendo sucedido pelo físico José Goldemberg, igualmente uma figura de grande prestígio no meio acadêmico-científico, que também ficou pouco tempo no cargo e foi sucedido em 1992 pelo diplomata Flavio Miragaia Perri. No entanto, embora a Secretaria estivesse ligada diretamente à presidência da república, o secretario de meio ambiente não tinha representação no Conselho Superior de Meio Ambiente, nem posteriormente no Conselho de Governo, criados para assessorar a presidência da república.

Na sessão do dia 20 de outubro de 1992 no Congresso Nacional o deputado João Fagundes (PMDB – RR) endossou a fala do deputado Nan Souza, destacando, entre as medidas tomadas a fim de reformar o quadro de ministérios, a criação do Ministério do Meio Ambiente:

> Dentre as reformas previstas na medida provisória baixada pelo Presidente Itamar Franco destaco aquela que cria o Ministério do Meio Ambiente, para o qual se pretende nomear o Senador Coutinho Jorge, que representa o Estado do Pará. A escolha de S. Ex. demonstra o propósito presidencial de prestigiar a Região Norte do Brasil, nomeando para o Ministério do Meio Ambiente um político que é profundo conhecedor da Região Amazônica, onde a questão ambiental tem despertado a atenção do mundo inteiro. Ex-prefeito de Belém, ex-Secretário de Planejamento do Pará, Coutinho Jorge contou, para sua nomeação, não somente com o apoio dos Governadores da região, como também com o aplauso de todos aqueles que, como eu, desejam ver os problemas da Amazônia tratados com mais seriedade. (CONGRESSO NACIONAL, 20 de outubro de 1992: 22823).

Em sua fala o deputado chamou atenção para a origem do ministro escolhido para o meio ambiente, representante da Amazônia, considerando ser a região que mais desperta interesse mundial em relação à temática. A argumentação do deputado reforça a ideia de centralidade da Amazônia em relação às políticas ambientais, num elogio à escolha presidencial para representar a pasta meio ambiente diante dos interesses da política externa.

Fernando Coutinho Jorge, primeiro ministro de meio ambiente, nasceu em 1939, em Belém – PA, formou-se em economia na Universidade Federal do Pará, onde se tornou professor e fundou o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), além de ter sido diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) em 1975. Como servidor público também atuou na Secretaria de Planejamento do Pará de 1975 a 1982, foi secretário de

Estado da Educação (SEDUC) em 1985, secretário executivo do Conselho Superior de Desenvolvimento do Estado do Pará de 1976 a 1982, período em que foi também membro da Comissão Interministerial do Programa de Desenvolvimento Regional para a implantar o projeto Albrás – Alunorte. No período de 1975 a 1983 foi deputado federal pelo PMDB-PA, entre 1981 e 1993 foi senador, inclusive presidindo a comissão preparatória temporária da Rio-92 do Senado Federal. Fernando Coutinho Jorge renunciou ao seu mandato de deputado federal em 1º de janeiro de 1986 para assumir a prefeitura de Belém e logo em 1992 foi convocado por Itamar Franco a ocupar o cargo de Ministro do Meio Ambiente.

Apesar de ser um representante da região Amazônica, Coutinho Jorge tinha formação em economia e não possuía um vínculo direto com o tema, a não ser em sua atuação como presidente da comissão preparatória da Rio-92, no Senado Federal. Diferentemente do primeiro secretário executivo de meio ambiente (SEMA), Paulo Nogueira Neto (1973-1986) ou do secretário de meio ambiente da presidência da república (SEMAM), José Lutzenberger (1990), que atuaram no movimento ecologista, Coutinho Jorge não possuía histórico junto a organizações não-governamentais, mas atuava dentro de instâncias governamentais. Esta característica foi destacada também em plenário pelo deputado João Fagundes, que complementou sua fala dizendo que "*a Amazônia não pode ficar à mercê dos ecologistas que só conhecem o verde dos tapetes do Congresso Nacional*" (CONGRESSO NACIONAL, 20 de outubro de 1992: 22823). A fala do parlamentar pode ser entendida como um confronto com a *Frente Verde*, porta-voz do meio ambiente no Congresso Nacional e que possuía uma interlocução com o CONAMA por meio do deputado Fábio Feldmann, líder da *Frente Verde*.

A preocupação com a Amazônia continuou à frente dos interesses do governo brasileiro e se sobressaiu a outras demandas para o estabelecimento das políticas ambientais, desde o *Programa Nossa Natureza*. Em uma das primeiras entrevistas de Coutinho Jorge ao *Jornal do Commercio*, em 06 de agosto de 1993, Coutinho Jorge argumentou sobre sua estratégia de ação:

> [...] o IBAMA continua sendo o executor da política e o ministério

> o coordenador. Estou convencido de que ou criamos uma consciência ambiental em todos os setores da sociedade ou o meio ambiente continuará sendo uma utopia. [...] Na Amazônia estamos fazendo um projeto integrado com vários setores para avaliar o problema florestal, as queimadas e a questão da poluição do rio Tapajós por mercúrio. Neste último caso, por exemplo, temos que envolver o Banco Central por causa da exploração do ouro, a Embrapa, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça. Então, pela complexidade do nosso ministério ajo diferente dos outros. Então nossa visão não é setorial. É global, holística. Tenho que negociar com todos. (COUTINHO JORGE, 1993, p. 18.)

A fala de Coutinho Jorge ressalta que o Ministério do Meio Ambiente, em sua concepção, internamente seria um órgão que agiria na articulação com outros órgãos como um campo de negociações. Mas em uma perspectiva internacional, o Ministério do Meio Ambiente assumiria a função de mediador na relação entre o governo brasileiro com outros países, sendo então primordial para consolidar as relações internacionais acerca da agenda ambiental global e na gestão de recursos estrangeiros. Por isso, outra preocupação que foi destacada desde o anúncio de criação do Ministério do Meio Ambiente foi o risco de perda dos recursos externos que seriam enviados ao Brasil para financiar projetos de proteção ambiental após a Rio-92.

3. A AMAZÔNIA BRASILEIRA E A POLÍTICA EXTERNA: O LUGAR DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Diante da situação econômica do Brasil que ainda passava por uma crise a criação de um Ministério do Meio Ambiente para coordenar estes projetos pode ser entendida como uma medida estratégica do governo federal. A Amazônia aparece em destaque na fala de Coutinho Jorge, sinalizando que a política ambiental na Amazônia se constituía a partir de uma rede que começava com a floresta, passando pela poluição dos rios em decorrência do garimpo. Nesse sentido, a construção de uma política florestal para a Amazônia ligava o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Central, a Embrapa, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, o rio Tapajós, o mercúrio e a floresta amazônica.

Na 34ª reunião ordinária do CONAMA, no dia 31 de março de 1993, o

secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, na condição de secretário executivo também do CONAMA, Hugo de Almeida, ressaltou que entre os principais interesses do Ministério do Meio Ambiente estaria um projeto de proteção florestal que seria financiado pelo Grupo dos 7 países mais ricos do mundo. Este projeto foi denominado *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais* – ou PPG7. Ao informar sobre o andamento do Programa, desde a apresentação da proposta ao Banco Mundial, de relatório de trabalho da missão técnica enviada ao Brasil e da Declaração dos Governadores da Amazônia, ressaltou que caberia ao Ministério do Meio Ambiente implementar o programa orçado em cerca de 250 milhões de dólares em 3 anos. O secretário detalhou a estrutura que foi composta para viabilizar a execução do PPG7, considerando a participação das ONGs na elaboração dos projetos. Os projetos, conforme Gerd Kohlhepp (2018), previam a participação de pequenos produtores, seringueiros, grupos indígenas, ativistas ecológicos, que encaminhariam propostas de soluções alternativas para problemas ambientais para que desenvolvessem atividades de agrossilvicultura, reabilitação de áreas degradadas ou plantas medicinais.

Originado na Convenção de Houston (1990), por meio de uma proposta alemã, o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras*, financiado pelas sete maiores economias do mundo, foi ratificado apenas em 1992, na ocasião da Rio-92. Tratava-se de um grande acordo de cooperação internacional em torno da Amazônia. Conforme analisou Bertha Becker (2001) os objetivos iniciais do Programa eram conter o desmatamento e preservar a biodiversidade, mas ao longo das negociações foi alterando sua orientação preservacionista para assumir a meta do desenvolvimento sustentável.

Apesar de ratificado em 1992, o PPG-7 só entrou em execução em 1994 na Amazônia e 1999 na Mata Atlântica, pois durante esse período o governo brasileiro deveria preparar as condições para o desenvolvimento do Programa. Para a sua realização, entre as medidas a serem atendidas estavam elencadas: o fortalecimento das instituições estaduais, incluindo a participação da sociedade civil; auxílio às pesquisas orientadas para o uso sustentável das florestas tropicais, bem como o apoio a projetos e iniciativas de ONGs regionais, o que

contribuiria para melhoras na gestão das áreas de proteção ambiental, como ressaltou Gerd Kohlhepp (2018).

Segundo o secretário do Ministério do Meio Ambiente, outro programa de destaque seria o Programa de Biodiversidade, que devido às imposições do Banco Mundial para que uma ONG (que não foi citada) gerisse os recursos e não o governo brasileiro, houve dificuldades para sua implementação. Após as negociações o Ministério do Meio Ambiente assumiu a gerência e função executiva, criando para isso uma secretaria que envolvesse participação paritária do governo e sociedade civil, mas coordenada pelo ministro do meio ambiente. Para o referido programa o Global Environment Facility, GEF, destinaria cerca de 30 milhões de dólares em doações e o governo brasileiro deveria entrar com a contrapartida de 20 milhões de dólares.

A criação de um Ministério do Meio Ambiente sinalizava ao mundo a resposta requerida internacionalmente para conceder apoio financeiro para a proteção do meio ambiente, uma vez que havia o risco de perder o financiamento externo prometido pelos países do Norte Global. Ainda no momento de negociação do PPG-7, o cancelamento da primeira reunião convocada para discutir a implementação do Programa, a ser realizada em Paris, entre 17 e 19 de setembro de 1991, pelo Grupo dos 7 (Alemanha, Reino Unido, Canadá, França, Estados Unidos, Japão e Itália) foi entendido pelo governo brasileiro como sinal de hesitação daqueles países à continuidade do Programa.

Segundo informações trocadas entre o Itamaraty e a presidência da república, no lugar desta primeira reunião foi realizado, nos mesmos dias, um encontro em Washington para discutir o projeto com representantes brasileiros, representantes do Banco Mundial e representantes da Comunidade Europeia. Na ocasião foi relatado pela delegação brasileira que: *"Durante as conversações, confirmou-se a impressão de que os Governos dos G-7 estão neste momento relutantes em desembolsar os recursos necessários a implementação da primeira fase da etapa preliminar do Programa Piloto*" (BRASIL, 1991: 1). Os países do G7 solicitavam maiores informações sobre os projetos a serem desenvolvidos nas regiões impactadas, sendo assim a delegação brasileira concordou em realizar, dentro de um prazo máximo de seis

semanas: "*o levantamento das atividades existentes ou planejadas de agencias bilaterais ou multilaterais relevantes para os objetivos do Programa Piloto*" (BRASIL, 1991: 1). Os financiadores também enviariam missões técnicas ao Brasil do Banco e das Comunidades para examinar pormenores da fase preliminar do Programa e preparar o Banco para a criação do Fundo fiduciário específico no âmbito da Global Environmental Facility do Banco Mundial.

A intenção de estabelecer uma legislação voltada para as florestas, principalmente a floresta amazônica, já estava entre as prioridades do governo brasileiro. O interesse internacional em fazer acordos de cooperação com o governo brasileiro, aparece na documentação oficial da presidência da república com frequência, no início da década de 1990. Durante a gestão Collor foi que o meio ambiente assumiu posição como tema de política externa. Em 26 de junho de 1991, Collor enviou a primeira proposta sobre o Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, elaborada pelo governo brasileiro, Comissão da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Banco Mundial, endereçada ao chanceler alemão Helmut Kohn, que só foi implementado em 1992. Não por acaso, a criação do Ministério do Meio Ambiente ocorre também em 1992, já na gestão de Itamar Franco, quando o Ministério ganhou corpo e assumiu uma pauta mais ligada à Amazônia.

Logo em 1993, em seu primeiro ano de atuação, o governo brasileiro vivenciava um pico de alta instabilidade política marcada por eventos trágicos[9] logo após o *impeachment* de Collor, sobretudo em relação à Amazônia. Ao assumir a presidência, Itamar Franco criou, por isso, um Ministério Extraordinário para a Amazônia, o que não será detalhado neste trabalho. Diante da situação política no momento alguns ministros, representantes de partidos políticos que lançariam candidatura de oposição ao governo, se afastaram ou foram afastados

[9] No dia em que Itamar Franco tomou posse como presidente da república, 2 de outubro de 1992, ocorreu o massacre da penitenciária de Carandiru, em São Paulo, com cento e onze pessoas assassinadas. Logo em 23 de julho houve o massacre das crianças da Candelária, no Rio de Janeiro, no qual foram assassinados oito jovens que dormiam na frente da Igreja da Candelária, no mesmo período em que ocorreu também o massacre dos Yanomamis na fronteira do Brasil com a Venezuela, do qual não se tem um número exato de mortos. Um pouco depois, em 29 de agosto daquele ano houve o massacre de Vigário Geral, também no Rio de Janeiro, na qual foram mortas vinte e uma pessoas. Todos esses eventos tiveram grande repercussão nacional e internacional.

de seus cargos. Esse foi o caso do então ministro do meio ambiente, Fernando Coutinho Jorge, que solicitou sua demissão um pouco antes que Rubens Ricupero tomasse posse como ministro da Amazônia. Então com a falta de um ministro de meio ambiente, ao tomar posse, Ricupero também foi anunciado como ministro interino do meio ambiente, no dia seguinte, 15 de setembro de 1993, quando foi publicada, no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 350 que anunciou a fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério Extraordinário para Articulação de Ações na Amazônia Legal.

Ainda que o Ministério da Amazônia já estivesse em implantação, a ausência de um ministro de meio ambiente foi um fator que também contribuiu para a fusão dos ministérios. Em conjunto com os interesses políticos em manter a credibilidade no exterior, Itamar Franco convidou Rubens Ricupero, um diplomata de carreira e com grande prestígio, para estar à frente, tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto o Ministério da Amazônia Legal. O movimento de incorporar o Ministério do Meio Ambiente, aproveitando sua estrutura, ao Ministério do Amazônia garantia uma posição de destaque à Amazônia, que continuou na lista de prioridades tanto das políticas ambientais, quanto do governo brasileiro que almejava a continuidade dos acordos de cooperação internacionais.

Nesse sentido, podemos analisar os efeitos do protagonismo da Amazônia para pensar sobre o modo como a reestruturação das políticas ambientais foi se desenhando, desde a criação do IBAMA até a construção do Ministério do Meio Ambiente. Houve um esforço em manter a divisão entre Amazônia e Meio Ambiente na política brasileira, conforme observado pela organização institucional, como se fossem duas frentes que necessitavam de políticas distintas, isso pode ser percebido em toda a trajetória de construção da PNMA, até mesmo com a criação de um Ministério para a Amazônia em 1993. Mas a interseccionalidade entre essas duas frentes esteve sempre presente na estruturação das políticas ambientais brasileiras até que fosse finalmente criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, o que posteriormente foi condensado apenas em Ministério do Meio Ambiente (Medida Provisória de Nº 1795/1999) – isso depois ainda de ter se tornado Ministério do Meio Ambiente,

dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (Lei Nº 9649/1998).

A reestruturação da PNMA ao longo da década de 1980 e início dos anos de 1990 foi marcada por medidas que visavam concentrar o poder no Executivo para garantir que os interesses do governo federal fossem assegurados. Os interesses do governo naquele momento se voltavam para os recursos externos que chegariam ao país por meio da Amazônia. As alianças políticas mantidas com os militares, tanto no governo Sarney como no governo Collor contribuíram para reforçar e não romper com a presença de órgãos militares na elaboração de políticas ambientais, como foi o caso da elaboração do *Programa Nossa Natureza*. Essa postura centralizadora característica da ditadura militar que foi desenhada por Golbery e sua Doutrina de Segurança Nacional foi o que orientou os projetos de modernização, não só relacionados às políticas ambientais, tornando o Estado o principal ator capaz de acelerar o desenvolvimento e realizar um "planejamento racional", mediante domínio científico-tecnológico como instrumentos utilizados para tal aceleração, como apontou Bertha Becker (2012).

A criação do Ministério do Meio Ambiente, foi marcada por momentos de crise política e econômica no país, e estimulada por interesses econômicos por parte do governo federal. No entanto, o Ministério do Meio Ambiente já era uma demanda por parte dos movimentos ecologistas, ou mesmo pelos representantes do Estado em instâncias de Meio Ambiente, como Paulo Nogueira Neto, desde a década de 1980. Mas quando o Ministério foi anunciado outros debates foram suscitados, pois um cenário diferente foi se desenhando em relação à posição do Brasil no exterior. As ações do governo brasileiro pela centralização das políticas ambientais entre fins dos anos de 1980 e início de 1990, além do esvaziamento das instâncias participativas, não correspondiam à proposta da Lei Nº 6938/1981.

Diferentemente do início da década de 2020, na qual o governo brasileiro não considerou as políticas ambientais como uma pauta importante para a política externa, durante a década de 1990 esta preocupação esteve presente e mobilizou a estruturação de novas instâncias para a gestão do meio ambiente. No entanto, a dificuldade de estabilização das políticas ambientais revela as fragilidades e os desafios em se construir uma política que integra e defina meio

ambiente, redistribuindo o poder sobre as decisões no que envolve diferentes atores que se relacionam e interagem na produção da política. O Ministério do Meio Ambiente se mostrou como um terreno de disputas desde o momento de sua criação até os dias atuais, passando até mesmo pela ameaça de extinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto no qual foi estruturado um Ministério de Meio Ambiente no Brasil se mostrou como um momento propício para fortalecer a representação do país internacionalmente e adquirir credibilidade para negociar acordos de cooperação em torno da temática ambiental. Foi um momento também marcado por instabilidades provenientes de outras mudanças na própria política nacional. Antes mesmo do Ministério de Meio Ambiente ser anunciado, após a Rio-92, uma série de eventos trouxe mudanças na configuração do Poder Executivo Nacional, o que levou a uma nova conformação também da PNMA. O Ministério do Meio Ambiente passa a ser então desde 1992 um ator importante na rede da política nacional, pelo seu papel de negociador com agentes internacionais e países financiadores dos projetos de proteção ambiental.

A lei que tornou o meio ambiente uma política nacional (Lei Nº 6938/1981) mobilizou o estabelecimento de um conjunto de órgãos que foram definindo o meio ambiente ao longo do tempo. As mudanças de localização na administração pública, alocado em ministérios diferentes até 1992, demonstrou como o meio ambiente esteve em constante negociação na esfera do governo federal. A estruturação do CONAMA, conselho deliberativo e legislativo para encaminhar as resoluções e o estímulo à criação de secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, são desdobramentos desta política de abrangência nacional. A institucionalização da PNMA teve como uma de suas bases a legislação que foi produzida a partir da relação entre o CONAMA e o Congresso Nacional, por atores como Paulo Nogueira Neto e Fabio Feldmann, que circularam nesses dois espaços fazendo alianças e expandindo a rede em torno das medidas implementadas.

São muitas as redes que se expandiram a partir da Política Nacional do

Meio Ambiente. Se tomamos por alguns nós como o Licenciamento Ambiental, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, ou mesmo a lei que dispõe sobre os agrotóxicos[10] teremos redes que vão das florestas aos ecologistas, passando pelos políticos do Congresso Nacional, pelos industriais, agricultores, latifundiários, usineiros, rios contaminados, substâncias contaminantes (como o mercúrio, o vinhoto da cana de açúcar, os combustíveis fósseis etc.), uma rede ampla de agenciamentos.

A posição do Brasil no cenário internacional, como um país em desenvolvimento, visto como detentor da maior parte de uma floresta equatorial que se encontra em seu território, garantiu seu destaque no contexto da Rio-92. No entanto, no interior do país o cenário de disputas de forças pelo controle sobre a gestão das florestas, das atividades consideradas poluidoras, ou até mesmo da gestão sobre os recursos advindos dos acordos de cooperação internacional põe em relevo a estruturação das políticas ambientais. Diante da complexidade da composição de uma legislação ambiental no Brasil e suas instituições, a história de construção do Ministério do Meio Ambiente revela um campo de negociações que ainda está em aberto quanto ao que chamamos de políticas ambientais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Política ambiental e discurso democrático: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente. *In:* SILVA, J. O.; PEDLOWSKI, M. A. **Atores Sociais, Participação e Ambiente**. Porto Alegre: IMED editora/ Da Casa Editora, 2008.

ALBERT, Bruce. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: A propósito do caso Yanomami. *In:* PHILIPPE, L.; DE OLIVEIRA A.E. (ed.). **Amazônia:** a fronteira agrícola vinte anos depois**.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 37-58.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n.55, p. 35-52, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos CEBRAP,**

[10] A Lei nº 7802 é de 11 de julho de 1989, mas sua regulamentação se deu por meio do Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002.

n. 79, p. 151–167, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383–398, nov. 2012.

BECKER, Bertha K. Construindo a política brasileira de meio ambiente para a Amazônia: atores, estratégias e práticas. *In:* KHOLHEPP, Gerd (org.). **Brasil**: modernização e globalização. Frankfurt: Biblioteca Ibero-americana, 2001.

BECKER, Bertha. K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, *2*(1), 117–150. 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 73030, de 30 de Outubro de 1973**. Cria, no âmbito do Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), e da Outras Providencias. Brasília**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASIL. **Decreto Nº 96944, de 12 de outubro de 1988.** Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências. Brasília. Disponível em http://www2.camara.leg.br/

BRASIL. **Conclusões do Programa Nossa Natureza**. Memorando Interno Nº 001/88. Documento apresentado na 6ª Reunião Extraordinária do CONAMA. Brasília, DF: 1988b.

BRASIL. **CONSIDERAÇÕES sobre a Amazônia Legal referente ao Programa Nossa Natureza**, que se encontrava com o Exmº. Senhor Ministro-chefe da SNI. 1988.

BRASIL. **Considerações sobre a Amazônia Legal, referentes ao Programa Nossa Natureza**, que se encontrava com o Exmo senhor Ministro-chefe do SNI, 1989.

BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **Substitutivo ao projeto de lei nº 1.923** – seção 1, junho de 1989.

BRASIL**. Lei nº 6209, de 27 de abril de 1981.** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASIL. **Lei nº 6939, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/

BRASIL. **Lei nº 7804, de 18 de julho de 1989**. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASL. **Lei n° 8.028, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a organização da presidência da república e dos ministérios, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASIL. **Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASIL. **Lei nº 8.746, de dezembro de 1993**. Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, altera a redação de dispositivos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/

BRASIL**. Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. 1992. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1.795, de 1 de janeiro de 1999**. Altera dispositivos da Lei 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BORELLLI, Dario. L. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 7–35, jan. 2005.

CONAMA. Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conama. 1984-1992.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso**, 20 de outubro de 1992.

COUTINHO JORGE, Fernando. Rio-92 deu credibilidade ao Brasil. **Jornal do Commercio**, caderno Medicina e Meio Ambiente. Domingo, 6 de junho de 1993, p. 18.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. *In*: Ribeiro, W. (org.) **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2003.

JASANOFF, Sheila; MARTELLO, Marybeth Long. **Earthly politics**: Local and global in environmental governance. London, England: MIT Press, 2004.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge***.* The co-production of science and social order. London, New York: Routledge. 2004a.

KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 16, p. 81–102, set. 1992.

KOHLHEPP, Gerd. O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): As primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 21, n. 42. 2018. pp.308-330.

LAGO, André. A. C. do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três Conferências das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/ Rio de Janeiro. Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

NOGUEIRA NETO, Paulo. **Uma trajetória ambientalista**: Diário de Paulo Nogueira Neto. Empresa das Artes: São Paulo, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável**: Uma biografia de José Lutzenberger. 2016. Tese (Doutorado em História) -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora HUICITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Território: globalização e fragmentação. Tradução. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Francisco C. T. da. O Brasil no mundo. *In:* REIS FILHO, Daniel A. (coord.) **Modernização, ditadura e democracia**:1964-2010*.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SILVA-SÁNCHES, Solange S. **Cidadania Ambiental**. Novos direitos no Brasil. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. **Ciência, política e natureza na construção do 'Parlamento Ambiental' brasileiro**: o Conama e a institucionalização do meio ambiente no Brasil (1981-1992). São Paulo. 211f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, 2017.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. Políticas ambientais na Nova República: uma história sobre as negociações para a construção do Ministério do Meio Ambiente no Brasil (1988-1994). 2024. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

VIOLA, Eduardo. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *In*: Pádua, J.A. (Org.) **Ecologia e Política no**

Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987. p. 63-109.

Recebido em 06/10/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

GENEALOGIA INTELECTUAL DE MULHERES[1]

Indicadores e trajetórias nas ciências biológicas no Brasil a partir dos anos 1950

WOMEN'S INTELLECTUAL GENEALOGY

Key indicators and pathways in the biological sciences in Brazil from the 1950s onwards

LIA GOMES PINTO DE SOUSA[2]

MARIA MARGARET LOPES[3]

KARLA BESSA[4]

RESUMO

A partir da experiência pioneira de três pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz, que ingressaram na instituição no início da década de 1960, analisamos o impacto de suas trajetórias na formação de novas gerações de mulheres, atravessando os meados do século XX até a atualidade. O objetivo foi traçar a genealogia intelectual de Monika Barth, Anna Kohn e Delir Corrêa Gomes a fim de complexificar, pelo viés de gênero, nosso entendimento acerca da conformação das ciências biomédicas no Brasil. A investigação se utiliza das ferramentas de busca oferecidas pelas Plataformas Acácia e Lattes/CNPq, juntamente com o cruzamento de fontes arquivísticas e orais, combinando análise quantitativa e qualitativa. As "matriarcas" dessa genealogia inserem-se num contexto histórico em que novos agentes ingressam num cenário em transformação, caracterizado pela expansão de papéis sociais femininos e pelo aprofundamento da institucionalização científica em nosso país. Diplomadas em História Natural, atuaram em temas e técnicas emergentes e contribuíram para a qualificação profissional de quatro gerações de cientistas até os dias atuais, formando uma descendência majoritariamente feminina e multidisciplinar. Conclui-se com a percepção da participação ativa e fundamental de mulheres,

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (processo 153462/2024-8).

[2] Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (CNPq/MCTI) no Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. e-mail: liagps@unicamp.br

[3] Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Membra do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio e Pesquisadora convidada do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. e-mail: mmlopes@unicamp.br

[4] Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Vice-coordenadora do INCT Caleidoscópio e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. e-mail: kbessa@unicamp.br

ainda pouco visibilizadas em nossa historiografia, no processo de construção, expansão e reprodução institucional da ciência brasileira em diferentes especialidades, no passado e no presente. Por fim, lança questionamentos, a serem aprofundados, acerca das assimetrias e interseccionalidades que atravessam as relações profissionais entre grupos sociais distintos nas diferentes temporalidades.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres cientistas. Indicadores. Trajetórias. Genealogia.

ABSTRACT

Based on the pioneering experience of three researchers from the Oswaldo Cruz Institute, who joined the institution in the early 1960s, we analyzed the impact of their trajectories on the formation of new generations of women, from the mid-twentieth century to the present day. The objective was to trace the intellectual genealogy of Monika Barth, Anna Kohn and Delir Corrêa Gomes in order to complexify, through a gender lens, our understanding of the conformation of biomedical sciences in Brazil. The investigation uses the search tools offered by the Acacia and Lattes/CNPq Platforms, along with the crossing of archival and oral sources, combining quantitative and qualitative analysis. The "matriarchs" of this genealogy are inserted in a historical context in which new agents enter a changing scenario, characterized by the expansion of female social roles and the deepening of scientific institutionalization in our country. With degrees in Natural History, they worked on emerging themes and techniques and contributed to the professional qualification of four generations of scientists to the present day, forming a mostly female and multidisciplinary descendant. It concludes with the perception of the active and fundamental participation of women, still little visible in our historiography, in the process of construction, expansion and institutional reproduction of Brazilian science in different specialties, in the past and in the present. Finally, it raises questions, to be deepened, about the asymmetries and intersectionalities that cross the professional relations between different social groups in different temporalities.

Keywords: Gender. Women scientists. Indicators. Trajectories. Genealogy.

INTRODUÇÃO

A participação de mulheres nas ciências tem sido, no Brasil, objeto de pesquisa desde os anos 1970. Inicialmente de forma isolada, até constituir um campo coletivo de investigação, há, atualmente, uma vasta bibliografia, especialmente na área da história das ciências, da educação (principalmente universitária) e dos estudos de gênero (BARROSO, MELO, 1975; LOPES, 1998; AZEVEDO ET AL., 2008; GROSSI, REA, 2020). Cobrindo períodos históricos

diversos e diferentes áreas disciplinares – desde as socialmente aceitas como "femininas" até as ciências duras, consideradas redutos masculinos – as discussões passaram pelos temas da ausência de mulheres na atividade científica, da invisibilidade historiográfica e escassez de indicadores, das disparidades e dificuldades de ascensão na carreira e da interseccionalidade na abordagem sobre "quais mulheres" fazem ciência em nosso país (TABAK, 2002; LOPES, COSTA, 2005; LIMA, 2008; MINELLA, 2013; LOMBARDI, VANNUCHI, VILLAS BÔAS, 2024).

A busca por indicadores quantitativos da participação feminina, bem como por métodos qualitativos, voltados ao desenvolvimento profissional e aos diferentes marcadores sociais que caracterizam esse grupo de cientistas e influenciam suas trajetórias, segue em pauta nas pesquisas atuais sobre gênero e ciências. Dentro dessa perspectiva, o INCT Caleidoscópio - Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (CNPq/MCTI), sediado na UnB, iniciou suas atividades em 2023 com o objetivo geral de apoiar a participação feminina nas ciências e enfrentar obstáculos relacionados a iniquidades de gênero e suas interseccionalidades (RESENDE, BESSA, 2024). Uma das frentes de atuação se dá pelo Observatório implementado na região sul-sudeste, coordenado pelo Pagu/Unicamp e Legh/UFSC, que se dedica a mapear e analisar indicadores e trajetórias de mulheres nas ciências a partir de uma vertente histórica e uma atual, voltada ao campo da Política Científica.

A importância do conhecimento histórico para a reflexão sobre a realidade presente permeia também os questionamentos sobre gênero e ciência. Entretanto, no caso das ciências biológicas, a historiografia tende a priorizar exemplos isolados de mulheres que atuaram na área. Em estudo anterior, investigamos o perfil coletivo das primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), no Rio de Janeiro, que ingressaram na instituição entre 1938 e 1968, construindo carreiras em diferentes especialidades da biomedicina. Trata-se de novos agentes atuando num novo cenário, em transformação: no que se refere à dimensão de gênero e expansão de papéis sociais femininos, e ao aprofundamento da institucionalização científica no Brasil, marcado por um período de profissionalização e valorização das atividades de pesquisa (SOUSA,

2021, 2023). A partir de tais achados, parte das ações realizadas pelo Observatório Caleidoscópio tem sido analisar o impacto da experiência pioneira de 3 dessas cientistas, nascidas entre 1938 e 1940, na formação de novas gerações de mulheres, atravessando os meados do século XX até a atualidade.

A investigação se utiliza da ferramenta de busca oferecida pela Plataforma Acácia – Genealogia Acadêmica do Brasil (DAMACENO, ROSSI, MENA-CHALCO, 2017), juntamente com os dados provenientes dos currículos Lattes (Plataforma Lattes/CNPq). Cruzando indicadores oriundos da cientometria com análises qualitativas de trajetórias, baseadas em fontes arquivísticas e orais, pretendemos complexificar a compreensão acerca da conformação das ciências biomédicas no Brasil, a partir da participação de um conjunto de agentes históricos anteriormente negligenciado pela bibliografia. Além disso, a investigação busca dimensionar os efeitos do ingresso desses novos agentes no campo científico – no período de atuação das ditas "pioneiras" e nos dias de hoje. Tais efeitos apontam para a contribuição ativa de mulheres na produção de conhecimento, bem como para a formação e ampliação da "massa crítica" de cientistas responsável pela continuidade da área e reprodução institucional da ciência.

1. INGRESSO, DESEMPENHO E INDICADORES DE MULHERES NAS CIÊNCIAS

A obra de Londa Schiebinger, publicada originalmente nos EUA em 1999, trouxe uma importante sistematização dos principais estudos norte-americanos e europeus sobre mulheres, gênero e ciências (SCHIEBINGER, 2001). Em sua análise, as contribuições bibliográficas referidas permitem abordar três grandes questões acerca do tema: 1). O processo histórico de exclusão de mulheres da atividade científica ao passo que esta se profissionaliza, ao longo dos séculos XVII e XVIII, e o ingresso e desempenho feminino nessa atividade no século XX; 2). A incompatibilidade da cultura profissional/pública da ciência com a cultura doméstica/privada das mulheres, efetivamente apartadas no século XIX, e a importância dos arranjos familiares para a execução da prática científica; 3). A influência do gênero no conteúdo do conhecimento produzido.

Historicamente, no Brasil, a participação de mulheres na ciência

institucionalizada se deu por lógica diferente: a profissionalização dessa atividade, em meados do século XX, pareceu não ser explicitamente excludente ao sexo feminino. Em realidade, é justamente nesse período que se inicia uma inserção em escala coletiva, ainda que tímida, de jovens diplomadas, em instituições de pesquisa (BLAY, LANG, 2004; MELO, RODRIGUES, 2006). Entretanto, se os números não são proporcionais em relação à presença masculina (e à população feminina em geral), tampouco pode-se dizer que há equidade de gênero em termos do desenvolvimento de suas carreiras.

As assimetrias são percebidas nos desafios da conciliação entre vida profissional e privada, impostos (apenas) às mulheres, no descompasso da ascensão funcional em relação às trajetórias de seus colegas homens, e nos assédios cotidianos, nem sempre percebidos como tais em seu próprio tempo. Por outro lado, a segregação horizontal ou territorial, destacada em estudo estadunidense, não se evidencia no caso específico aqui analisado, visto que as pesquisadoras em questão atuavam nas mesmas especialidades e funções que seus pares masculinos - ou seja, não foi verificada uma guetização ao estilo *women's work* (ROSSITER, 1984) da atuação científica feminina no IOC. Por fim, quanto ao tipo de conhecimento produzido, apenas uma análise mais aprofundada e iniciada nas respectivas expertises poderia identificar diferenças "situadas", advindas do olhar corporificado das mulheres (HARAWAY, 1995), a seus temas de pesquisa.

Juntamente com a frutífera discussão acerca da perspectiva parcial, que animou o debate na literatura feminista internacional dos anos 1980 e questionou a decantada objetividade neutra e universal da ciência, acepções assimilacionistas ganharam força política naquela década. Associadas ao "feminismo liberal" ou igualitário, tais acepções postulavam que incentivar a socialização e integração de mulheres no ambiente/cultura tradicionalmente masculinos bastaria para o aumento da participação feminina nas profissões científicas. Em contrapartida, as "feministas da diferença" sustentavam que era necessário transformar a cultura da ciência (e valorizar as especificidades social e culturalmente atribuídas ao sexo feminino) para receber as mulheres. Nesse sentido, o modelo afirmativo da "linha de abastecimento" - pelo qual mais mulheres nas instituições trariam automaticamente mais mulheres às instituições

-, também defendido no Brasil para a expansão de nossa “massa crítica” (TABAK, 2002), mostrar-se-ia insuficiente.

É inegável, entretanto, a importância do acesso das mulheres, antes vetado, às instituições formais de ensino superior, bem como de compartilhar espaços com colegas do mesmo sexo em uma sala de aula ou laboratório - diminuindo a sensação de isolamento em meio a uma coletividade majoritariamente masculina -, ou ainda contar com exemplos femininos de profissionais nos quais se inspirar. É notável também que, em seus esforços em realizar-se profissionalmente, dificilmente essas cientistas buscaram diferenciar-se da forma de atuação consolidada pelos homens: ao contrário, o pertencimento a essa classe ocupacional requer exatamente adequar-se aos arcabouços teóricos, padrões metodológicos, estilos e objetivos estabelecidos pela ciência normal (KUHN, 2000).

Ao abordar o apagamento de antropólogas do corpo canônico da disciplina nos EUA, denunciado em número especial da revista *Critique of Anthropology* em 1993, Mariza Corrêa põe em questão a própria tradição intelectual masculina, reproduzida na formação de recursos humanos por diversas gerações. Resgatando algumas das pioneiras do trabalho de campo daquele país, a autora ressalta que nenhuma delas ocupou uma cadeira universitária, tendo majoritariamente lecionado nos difundidos *colleges* femininos norte-americanos das primeiras décadas do século XX. Entretanto, a devoção ao ensino e a publicação de suas pesquisas propiciaram a formação de moças que, posteriormente, continuariam seu legado nas universidades - cujas antigas mestras foram consideradas verdadeiras “fundadoras de linhagens femininas na antropologia” (CORRÊA, 2003, p. 193).

Assim como as cientistas estudadas no presente artigo, essas precursoras (e outras inglesas e francesas) tiveram grandes mentores, homens, receptivos ao seu ingresso no mundo acadêmico. Estudantes, de início, sem maiores pretensões futuras ou ocupando cargos administrativos foram instadas por seus superiores a desenvolver suas próprias teses de doutorado e a integrar as excursões de campo das equipes com as quais trabalhavam. Já o debate acerca da existência de um padrão feminino nas escritas antropológicas, evoca uma diversidade de interpretações. Uma delas refere-se à ausência de inovação

estilística ao adequar-se aos cânones da literatura e diferenciar-se, como profissionais, daquelas que acompanhavam seus maridos na qualidade de esposas (as quais, por sua vez, também redigiram seus próprios escritos, com mais liberdade, de forma mais literária e popular). Outra visão refere-se ao especial papel que tiveram nos aparatos coloniais implementados no continente africano e territórios do Pacífico ou na exploração cultural da população nativa da América do Norte: atuação prática ora lida como decorrente da falta de talento para contribuições teóricas, ora devido a uma suposta proximidade das mulheres com os povos ditos primitivos.

Para além de argumentos essencialistas e preconceitos culturais - o estigma "esposa de" como detrator de qualidades individuais convivia com seu oposto, o das que se aventuraram desacompanhadas em trabalhos de campo e foram moralmente questionadas -, ou da percepção ou não de especificidades de um saber localizado, concebido a partir da experiência social de ser mulher, Corrêa destaca o caráter relacional do pertencimento a uma dada cultura: a ocorrência de estilos e códigos compartilhados entre homens e mulheres, constantemente negociados. Para a autora, mais importante que reivindicar a inovação ou pioneirismo de nossas antepassadas, é compreender sua atuação contextualizada, o que nos ajuda a iluminar o complexo processo de construção de gênero presente em nossa sociedade (CORRÊA, 2003) - assim como na própria constituição da esfera científica.

Da mesma forma, buscamos historicizar, em conformidade com as especificidades contextuais do caso brasileiro, a atuação de algumas pesquisadoras da área biológica cujo legado foi transmitido a partir de uma instituição exemplar do desenvolvimento da ciência nacional. A bibliografia em História das Ciências é consensual a respeito da importância do Instituto Oswaldo Cruz na consolidação da biomedicina no Brasil no alvorecer do século XX (STEPAN, 1976; SCHWARTZMAN, 2001). O período transcorrido até os anos 1970, entretanto, foi permeado por instabilidades institucionais, reformulações e disputas internas (AZEVEDO, FERREIRA, 2012; SANTOS, 2020). É nesse cenário, em que se negociavam papéis sociais, legitimidades disciplinares e identidades socioprofissionais que as mulheres ingressaram - lidando com e, de certa forma, re-definindo as variáveis envolvidas no jogo de

forças do campo científico.

2. O CASO EM FOCO

As Ciências Biológicas constituem uma das áreas de maior tradição de pesquisa no país e foi uma das mais beneficiadas com auxílio financeiro e bolsas do CNPq na época de sua criação, em 1951 (FORJAZ, 1989; ANDRADE, 1999). Esse período testemunhou também um incremento da participação feminina em instituições científicas: apenas para o ano de 1957, no Distrito Federal, elas compunham cerca de 17% do quadro dos institutos universitários e não universitários de pesquisa das áreas físicas, biológicas, matemáticas e tecnológicas (183 mulheres / 1.081 total). Dentre aqueles que apresentavam mulheres em seus quadros, 32 de 53 órgãos, elas eram 23% do pessoal total (794 pesquisadores). Tais dados foram obtidos a partir do levantamento produzido pela Capes (1957), já abordado em Sousa (2013, 2015, 2021, 2023).

O Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, por exemplo, contava com 35,71% de mulheres em seu corpo técnico-científico (10 Mulheres / 18 Homens). O Laboratório da Produção Mineral do Ministério da Agricultura (16 M / 46 H) e o Instituto Nacional de Tecnologia (21 M / 70 H) tinham cerca de ¼ de participação feminina (25,80% e 23,07%, respectivamente). No Laboratório Nacional de Análises, por sua vez, voltado à tecnologia industrial e bromatologia (estudo sobre a composição dos alimentos), a proporção era de incríveis 75%, sendo 21 mulheres e 7 homens. Os anos 1940/50 representam um momento de inflexão no qual se inicia um movimento mais substantivo e coletivo de ingresso de mulheres nas ciências no Brasil. Embora não se possa afirmar uma equivalência numérica e equidade de gênero, é reconhecido ali um cenário em transformação e a entrada de novas protagonistas em cena (SOUSA, 2023).

A análise prosopográfica baseada no estudo de caso do Instituto Oswaldo Cruz identificou um grupo de 32 pesquisadoras que ingressaram na instituição entre 1938 e 1968, o que não ocorreu, portanto, de forma isolada. De acordo com o documento de 1957, que não considera ainda um vasto contingente de estagiários e pessoal de vínculo precário, a proporção feminina era de 10,25% (8 mulheres / 70 homens). Outra fonte institucional, de 1951, indica que elas eram 22, de um total de 140 pesquisadores (15,71%). Até o final dos anos 1960,

segundo depoimento do diretor do IOC, Olympio da Fonseca Filho, havia em média 150 pesquisadores, o que nos permite estimar que a presença de mulheres nessa instituição, considerando as 32 identificadas, atingia cerca de 20% (CAPES, 1957; CORPO DE PESQUISADORES..., 1951; FONSECA FILHO, 2010).

Ainda que os dados obtidos sejam parciais, por amostragem e pouco precisos – dada a existência de relações de trabalho alternativas e informais, comuns na época mesmo para os homens –, pode-se dizer que a porcentagem feminina de cientistas atuando em Manguinhos praticamente dobrou entre fins das décadas de 1950 e 1960. Para dados posteriores, o Observatório da Fiocruz em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (FIOCRUZ, Observatório) indica o perfil do servidor, que totaliza 4.356 profissionais ativos, como sendo 56,57% feminino – considerando toda a instituição entre janeiro de 1970 e abril de 2024. Selecionando apenas o Instituto Oswaldo Cruz, temos um total de 533 servidores ativos, dos quais 56,66% são mulheres. Com 302 servidoras, o IOC é a segunda unidade da Fiocruz para onde elas se destinam, ficando atrás apenas do Instituto Fernandes Figueiras (IFF), onde 535 mulheres formam 72,2% do quadro.[5] Das 302 servidoras do IOC, a maioria possui doutorado (208) e ocupa cargos de atividade-fim, ou seja, estão diretamente envolvidas na produção científica e tecnológica da instituição.[6]

Por outro lado, 75,83% das servidoras mulheres do IOC (229), e 70,45% da Fiocruz como um todo (1.736) são brancas. A despeito dessa flagrante iniquidade, é evidente que, de meados do século XX até a atualidade, houve um movimento crescente da participação feminina nessa instituição – que também

[5] Voltando a busca para a Fundação como um todo e excluindo as unidades de gestão, memória e divulgação (Presidência, Casa de Oswaldo Cruz-COC e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde-ICICT), a porcentagem feminina sobe para 59,14%. E, ainda, retirando as unidades de ensino – Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV -, o índice vai a 59,43%. Refazendo a busca para a Fiocruz como um todo e excluindo o IFF, onde as mulheres são a grande maioria, ainda assim, a porcentagem feminina fica em 53,36%.

[6] As demais titulações são: mestrado (46), pós-graduação lato sensu (18), ensino médio (11), superior (10), especialização nível médio (9). A distribuição feminina nos cargos do IOC é: Pesquisador em Saúde Pública (132); Tecnologista em Saúde Pública (93); Técnico em Saúde Pública (47); Analista de Gestão em Saúde (21); Assistente Técnico de Gestão em Saúde (6); Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (2); Outros (1). Elas são maioria em relação aos homens tanto no cargo de Pesquisador (58,41%) como no de Tecnologista (62,84%). O mesmo ocorre na Fiocruz como um todo: o sexo feminino corresponde a 57,77% dos pesquisadores e 63,71% dos tecnologistas.

se expandiu em termos geográficos, de áreas de atuação e de recursos humanos -, alcançando a paridade numérica de gênero em quase todas as suas unidades (FIOCRUZ, Observatório). Dado esse comportamento, é interessante observar como se deu o início da presença coletiva de mulheres no Instituto Oswaldo Cruz e sua influência no aumento dessa participação nos períodos seguintes. Nesse quesito, as atividades de mentoria e orientação assumem um papel fundamental. Ressalta-se ainda que tais atividades propiciaram a formação de um novo contingente de profissionais que se destinaram não apenas aos quadros da futura Fiocruz (a Fundação foi instituída em 1970, a partir do IOC e da anexação e criação de demais unidades) como também a outras instituições de ciência do país e do exterior.

Sobre o grupo de mulheres do IOC ingressantes entre 1938 e 1968, foi verificado que, para a consolidação de suas carreiras, uma série de transformações institucionais e culturais foram decisivas. As reformas educacionais dos anos 1930/40 no nível secundário e superior de ensino - que não objetivavam deliberadamente o público feminino, mas acabaram por beneficiá-lo -, bem como políticas de valorização da pesquisa científica e de reestruturação do funcionalismo público, agiram nesse sentido. Paralelamente, o surgimento de uma nova mentalidade, mais afeita à atuação de mulheres no espaço público, contribuiu para a conformação de novas identidades femininas, novos costumes e expectativas sobre o “segundo sexo”, o impulsionando para fora da esfera doméstica. Foi salientada a importância da ampliação de condições de escolarização; o valor conferido, pelas famílias de origem, à educação das jovens; a diversificação de opções de formação e especialização científica; e, especialmente, o apoio e incentivo de seus próprios professores, que atuaram como mentores intelectuais e entusiastas do desenvolvimento profissional de suas discípulas (AZEVEDO, FERREIRA, 2006; FERREIRA ET AL., 2008; SOUSA, 2021, 2023).

As redes de apoio e colaboração dentro dos grupos de pesquisa nos quais se inseriram possibilitaram a fixação das cientistas recém ingressas. Posteriormente, tornar-se-iam, elas próprias, mentoras das novas gerações, nas quais um número crescente de mulheres viria a se profissionalizar. As pesquisadoras das décadas de 1940/1960 tiveram papel ativo na consolidação

de diversas equipes e especialidades da área biomédica, muitas das quais emergentes ou em revitalização em sua época. Elas lideraram laboratórios, formaram escola e contribuíram para o desenvolvimento científico de seu campo disciplinar, bem como de novas pesquisadoras que ingressavam no mundo da ciência. É essa linhagem intelectual, que engendrou uma descendência feminina existente nos dias de hoje, que está sendo investigada, no âmbito do INCT Caleidoscópio, em forma de genealogia.

3. PIONEIRAS E LINHAGENS INTELECTUAIS: ESBOÇO DE UMA GENEALOGIA CIENTÍFICA

A atuação das 32 cientistas do Instituto Oswaldo Cruz foi identificada em 2 grandes grupos de pesquisadoras: aquelas que se dedicaram às *aplicações médicas* e aquelas voltadas ao *estudo da natureza e espécies biológicas* (SOUSA, 2023). É sobre o segundo grupo que este artigo se debruça, composto por 10 cientistas que exploraram os campos, então em crescimento, da Zoologia, Hidrobiologia e Ecologia. Suas formações são, majoritariamente, em História Natural – Luiza Krau de Oliveira (1946), Neuza Amazonas Coelho (1946), Dyrce Lacombe de Almeida (1954), Neide Guitton Maciel (até 1959, por suposição), Ortrud Monika Barth Schatzmayr (1961), Anna Kohn Hoineff (1962/63), Delir Corrêa Gomes Maués da Serra Freire (1966) e Dely Noronha de Bragança (1968) – e, em menor número, em Farmácia: Maria Celina Cassales de Escosteguy (entre 1946 e 1949) e Maria Ferrari Gomes (1952).

Partindo dessa trajetória coletiva de mulheres cientistas, iniciamos a consulta na Plataforma Acácia para rastrear sua descendência intelectual, a partir da busca pontual de seus nomes. A ferramenta tecnológica mapeia todas as relações formais de orientação, nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado, estabelecidas e concluídas no contexto brasileiro. Os dados utilizados são coletados da Plataforma Lattes e dispostos em grafos de genealogia, a partir de algoritmo especialmente desenvolvido para esse fim por pesquisadores da Universidade Federal do ABC - UFABC, Santo André/SP (DAMACENO, ROSSI, MENA-CHALCO, 2017). A última atualização do site foi realizada em março de 2022.

A Plataforma indica Grande área, Área e Instituição a que a acadêmica

pertence, bem como os seguintes índices: *Descendência (Ds)* - n° de descendentes diretos e indiretos; *Índice Genealógico (IG)* - "maior n° *g* de descendentes diretos que possuem, no mínimo, *g* descendentes diretos cada"; *Fecundidade (Fc)* - n° de descendentes diretos; *Fertilidade (Ft)* - n° de descendentes diretos que possuem, no mínimo, um descendente; *Gerações (G)* - n° de gerações de acadêmicos; *Relações (R)* - n° de conexões (arestas) na descendência de um acadêmico; *Primos (Pr)* - n° de acadêmicos que possuem avô/ós em comum e pai/s distintos. A plataforma indica ainda a data da última atualização do currículo da pesquisadora até o momento em que seus dados foram coletados, bem como uma aba de "Análise de ascendentes" e outra de "Análise de descendentes", que permitem visualizar listas nominais, gráficos com números absolutos por geração e percentuais por Área e Grande área de toda sua família acadêmica (PLATAFORMA ACÁCIA, Genealogia...).

Uma primeira verificação, a título exploratório, encontrou dados apenas de 3 das pesquisadoras pré-selecionadas acima: Monika Barth (nascida em 1939), Anna Kohn (nascida em 1940) e Delir Corrêa Gomes (nascida em 1938). São justamente algumas das cientistas cujo período de formação e início da atuação profissional se deu mais próximo do fim do recorte temporal investigado (década de 1960), o que pode ter facilitado o registro de informações pelo currículo Lattes, apenas criado no fim dos anos 1990 (CNPQ, Histórico). Sigamos suas trajetórias.

Os pais intelectuais de Monika foram os botânicos Karl Arens (FNFi/UB), Raul Machado (Jardim Botânico) e Henrique Pimenta Veloso (Horto de Plantas Medicinais/IOC). Este último foi o seu grande mentor, de quem foi assistente em Manguinhos em seus anos iniciais de carreira (ingresso em 1959), enquanto Arens formalizou a supervisão de seu doutorado – que resultou na 1ª tese defendida em Botânica na FNFi/UB, em 1964. Já Machado, teria lhe ensinado as técnicas de corte e observação microscópica dos grãos de polens, seu objeto de estudo, que dependia do equipamento disponível no Jardim Botânico. Mas foi uma mulher, nessa mesma instituição, em 1961, que teria lhe ensinado a técnica da acetólise, o mais moderno método de preparo das lâminas do grão: a pesquisadora Maria Lea Laboriau, não registrada em sua genealogia, mas mencionada em depoimento. Outra influência importante no início da trajetória

profissional de Monika foi seu próprio pai, o zoólogo alemão Rudolf Barth. Este veio ao Brasil com a família fugindo das dificuldades do pós-guerra, quando a filha tinha 10 anos, e tornou-se destacado histologista entomológico do IOC (BARTH, 2004; SOUSA, 2023).

A busca na Plataforma Acácia indicou que Monika deu origem a uma família acadêmica de 4 gerações. Até 2022, data da última atualização captada de seu currículo, ela orientou 22 estudantes de mestrado e doutorado, gerando uma descendência total de 139 cientistas (já excluídos 4 nomes no total, que se repetem pelo casamento). A 2ª geração é composta por 57 acadêmicos, na 3ª geração são 53 e na última, 7 acadêmicos. Dos 22 "filhos" diretos, 17 eram mulheres e, dentre as proles seguintes, elas são 71, totalizando 63,3% de sua descendência (88 mulheres de 139 totais). A listagem nominal indica que elas são maioria em todas as gerações, exceto na última, conforme a seguir: 17M / 5H (1ª geração); 36M / 21H (2ª g.); 32M / 21H (3ª g.); 3M / 4H (4ª g.).

Existem outras entradas (vértices) que foram criadas artificialmente pelos idealizadores da plataforma para contemplar informações inseridas de forma inconsistente nos currículos, indicando relações implícitas de orientação, como abreviações de nomes, prefixos (Prof. ou Dr., p. ex.) e coorientadores no mesmo campo descritivo (DAMACENO, ROSSI, MENA-CHALCO, 2017). Após a análise de descendentes desses novos vértices e a exclusão de dados duplicados, o resultado apontou que Monika coorientou, com Anna Kohn, mais 2 alunas: Maria de Fatima Diniz Baptista e Simone Chinicz Cohen, que gerou 9 "netos" e "bisnetos" à dupla de orientadoras (5 descendentes diretos e 4 indiretos) – dos quais 8 são mulheres. Não foram identificados novos orientandos masculinos, apenas 2 nomes duplicados. Assim, a descendência acadêmica de Monika Barth implica na formação de 98 mulheres dentre a totalidade de 150 estudantes de pós-graduação, ou seja, 65,33% da família intelectual gerada é feminina.

A primeira pessoa orientada por Monika, de acordo com a Plataforma Acácia, foi Léa Maria Medeiros Carreira, que obteve o título de Mestre em 1975 e de Doutora em 1983. Após Léa, sua descendência direta titulou-se entre 1990 e 2011 no mestrado e, no doutorado, entre 1996 e 2010. Sua última aluna, Shana Yuri Misumi, tornou-se mestre em 2011 e doutora em 2020. A geração de netos de Mônika – majoritariamente formada por Rita Scheel-Ybert (18 estudantes),

Andrea Pereira Luizi Ponzo (11) e Claudia Petean Bove (11) – concluiu o mestrado entre 1997 e 2020, o doutorado entre 2006 e 2021 e o pós-doutorado entre 2014 e 2018. Os bisnetos, formados principalmente por Rogério Ribeiro de Oliveira (30), André dos Santos Bragança Gil (12) e Flávia Cristina Araújo Lucas (11), titularam-se mestres entre 2003 e 2021, doutores entre 2010 e 2021 e pós-doutores em 2015 e 2017. Os tataranetos, por sua vez, última geração da família acadêmica de Monika, apresentam mestrado entre 2014 e 2021 e um único doutorado, concluído em 2021 (PLATAFORMA ACÁCIA, Genealogia...).

A plataforma utilizada localiza apenas as orientações realizadas no nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Embora valiosa, não pode captar os primeiros passos da jovem mentora em seu início de carreira. É em depoimento que Monika relembra como, estimulada por Pimenta Veloso, recebeu suas primeiras estagiárias no IOC, transmitindo seu próprio legado (BARTH, 2004; SOUSA, 2023). Helene Santos Barbosa e Suzana Côrte-Real (Faria, pelo casamento), que vieram a se consolidar profissionalmente na Fiocruz, registram em seus currículos as experiências de iniciação científica, aperfeiçoamento e publicações com a orientadora, já a partir de 1974, recém-graduadas em Ciências Biológicas. Partindo do Laboratório de Palinologia do IOC e de investigações em microscopia eletrônica, ambas se tornaram pesquisadoras titulares e lideram atualmente o Laboratório de Biologia Estrutural do Instituto Oswaldo Cruz (BARBOSA, 2024; CÔRTE-REAL, 2021). Atuando na área da parasitologia, Helene e Suzana geraram uma descendência, respectivamente, de 46 e 15 acadêmicos, em 2 gerações.

A área de atuação de Monika Barth se deu na Botânica, especialmente em palinologia, com interface na ecologia: seus primeiros estudos analisaram a morfologia do pólen do cerrado, que possui especificidades diferentes daqueles das regiões de mata. Outro objeto de interesse foi o pólen fóssil, uma grande questão posta pela comunidade científica desde os anos 1960, permeando interdisciplinarmente a botânica, a geologia e a geografia. No âmbito das técnicas utilizadas, ela tornou-se especialista em microscopia eletrônica, que teve sua implementação inicial no Brasil nos anos 1950. Em meados da década de 1970, Monika expandiu suas atividades em eletromicroscopia para a área da virologia, dedicando-se ao diagnóstico e análise estrutural, especialmente dos

arbovírus. Alguns estudos microscópicos enfocaram também amostras de mel - tendo se envolvido com apicultura - e protozoários, como as gregarinas, e os trabalhos mais recentes tratam dos coronavírus, importante tema em saúde pública da atualidade (BARTH, 2004, 2024; SOUSA, 2023).

Embora 40,6% de sua descendência total esteja alocada na Grande Área das Ciências Biológicas, 21,7% atuam nas Ciências Humanas, e as demais são: Ciências Agrárias (4,2%), Exatas e da Terra (3,5%), Engenharias (1,4%), Ciências da Saúde (1,4%), não informado (22,4%) e outras (4,9%). As áreas mais recorrentes, excluindo "n.i." e "outras", são: Botânica (29,4%), Arqueologia (9,1%), Microbiologia (4,2%), História (3,5%), Biologia Geral (2,8%), seguidas de Parasitologia e Zoologia (0,7% cada). Se na 1ª geração predominam áreas mais próximas da atuação de Monika, como botânica, ecologia, arqueologia (arqueobotânica), microbiologia e parasitologia, nas gerações seguintes elas se desdobram em zoologia, biotecnologia, engenharia química, recursos florestais e engenharia florestal, ciências ambientais, geografia e meio ambiente, geociências, geografia histórica, história (ligada à ecologia histórica e história ambiental), educação e fisioterapia (com ênfase em plantas medicinais). Computadas em gráficos separados, encontram-se ainda, para a família total de Monika, novamente a área da Parasitologia, referente à atuação de Maria de Fátima Diniz e Simone Cohen, além das relacionadas à descendência desta última, que se concentram em Biologia Geral, Zoologia, Medicina veterinária, Parasitologia e Agronomia (PLATAFORMA ACÁCIA, Genealogia...; CNPQ, Plataforma Lattes).

A segunda pesquisadora investigada, Anna Kohn Hoineff, ingressou informalmente como estagiária no Instituto Oswaldo Cruz em 1960, convidada pelo zoólogo Lauro Travassos após conhecerem-se ocasionalmente no campus de Manguinhos. Em 1959, a jovem de 19 anos estrelava seu próprio programa educativo na TV Tupi, intitulado "Ciência no Ar", e visitou a instituição para preparar seu próximo tema de aula, sobre cobras. Após o contato com Travassos, Anna realizou pesquisas e excursões sob sua mentoria, e ali permaneceu, dando continuidade à escola do mestre. Foi em 1961, no Curso de Helmintologia ministrado por Lauro, que Anna descobriu o que viria a ser o objeto de pesquisa de sua vida inteira: um parasito de peixe, encontrado ao necropsiar

o animal. Até então, esses seres eram pouco estudados, pois a atenção maior recaía sobre os parasitos de mamíferos e aves, aos quais ela também se dedicou ao longo de sua carreira.

De interesse econômico, Anna trabalhou com o tema também no exterior, investigando a mortalidade de carpas nos tanques de kibutz israelitas e manifestações no Mediterrâneo. Em 1991, tornou-se chefe do Laboratório de Helmintos Parasitos de Peixes, criado no IOC justamente devido à especialidade que ela desenvolveu por décadas - anteriormente, entre 1966 e 1974, já havia assumido a função de chefia, em caráter substitutivo, da Seção de Helmintologia, chefiada desde 1949 por João Ferreira Teixeira de Freitas. Durante os anos 1970, com a orientação da Fiocruz voltada à saúde pública, Anna passou a estudar também o trematódeo causador da esquistossomose, após ter auxiliado Travassos, entre 1967 e 1969, a concluir sua grande obra, o catálogo *Trematódeos do Brasil*. Diferente de Monika, Anna não tinha laços familiares com a comunidade científica: seus pais são imigrantes poloneses judeus, e adquiriram estabilidade financeira com a venda de jóias no Brasil, onde ela nasceu (KOHN, 2000, 2004; SOUSA, 2023).

O currículo de Anna Kohn captado pela Plataforma Acácia teve sua última atualização em agosto de 2014, classificado na área de parasitologia, dentro das Ciências Biológicas. Ela deu origem a 3 gerações de acadêmicos, totalizando 16 descendentes, sendo 7 – todas mulheres – suas orientandas diretas. Duas das alunas, como já observado, foram coorientadas por Monika Barth, e apenas uma, Simone Cohen, gerou descendentes (5 netos e 4 bisnetos). A 2ª geração da família Kohn é composta por 4 mulheres e 1 homem – Diego Carvalho Vianna, o único que formou a 3ª e última geração acadêmica: mais 4 mulheres. Um novo vértice, entretanto, foi incluído na genealogia da matriarca com a mudança de seu nome pelo casamento (Anna Kohn Hoineff). Nessa entrada, sua aluna Vera Lucia Mota Klein, já contabilizada anteriormente, passa a apresentar 5 descendentes diretos (2M / 3H) e 15 indiretos (10M / 5H), totalizando 20.

A família completa de Anna, portanto, soma um número absoluto de 36 descendentes, dos quais 27 são mulheres (75%), dispostas da seguinte forma: 1ª geração - 7 mulheres / 0 homens (7 totais); 2ª geração - 6 mulheres / 4 homens (10 totais); 3ª geração - 14 mulheres / 5 homens (19 totais). Se

desconsiderarmos a descendência originada da coorientação com Monika Barth (Maria de Fatima Diniz Baptista e Simone Chinicz Cohen), a prole feminina fica em 68% (17 mulheres de 25 totais).

Vera Lucia Mota Klein foi a primeira filha intelectual de Anna, titulando-se mestre em 1975 - cuja defesa foi também a primeira na área de zoologia do Museu Nacional. Após esta, duas alcançaram o mesmo grau em 1980, seguidas de uma em 1993, outra em 1994 e a última em 2000. As doutoras concluíram o curso em 1996, 1998 e 2008. Para a geração seguinte, Vera formou mestres de 1999 a 2002, enquanto os alunos de Simone – tornada mestre em 1994 e doutora em 1998 – tiveram mestrado e doutorado concluídos entre 2007 e 2018 e ainda um pós-doutorado em 2018. Já os bisnetos de Anna Kohn, ao menos dentro de sua linhagem, receberam apenas títulos de mestrado: entre 2008 e 2021, por parte de Vera Lucia (todos formados por Nyamien Yahaut Sébastien), e entre 2018 e 2021, por Diego Carvalho Vianna, "filho" de Simone Cohen.

De acordo com o vértice "Anna Kohn", as grandes áreas da família, excluindo o grupo "não informado", concentram-se em Ciências Biológicas e Ciências Agrárias. Por área, o ranking é liderado por Biologia geral, Parasitologia, Zoologia, Medicina veterinária e Agronomia. Ao observarmos a descendência de Vera Lúcia (vértice "Anna Kohn Hoineff"), a área das Engenharias se soma às anteriores, dando origem a uma descendência majoritariamente atuante em Recursos pesqueiros e engenharia de pesca (10), Ecologia (4), Ciências ambientais (2), Biologia geral (2) e Engenharia sanitária (2).

Finalmente, Delir Corrêa Gomes (Maués da Serra Freire, pelo casamento) é a primeira pesquisadora das 3 analisadas a possuir, em sua genealogia, registro de ascendência de nome feminino: Suzana Bencke Amato. Ela consta, inclusive, como a primeira orientanda de Suzana, obtendo grau de doutorado em 1985. Outro vértice, com seu nome de solteira, indica o médico veterinário da Fiocruz, Nicolau Maués Serra Freire, como seu orientador de mestrado, concluído em 1977 – na ocasião, ele era professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e eles viriam a se casar anos depois. Entretanto, seu grande iniciador foi o helmintologista Lauro Travassos, o mesmo de Anna Kohn, juntamente com João Ferreira Teixeira de Freitas, no IOC. Após

uma visita à instituição em 1961, quando cursava o pré-vestibular, ela foi incentivada por Travassos a prestar as provas para o curso de História Natural - conselho que foi seguido e que lhe abriu as portas para seu ingresso no Instituto, em 1963, como estagiária.

Simultaneamente às atividades de pesquisa, Delir atuou como professora no Curso de Aplicação, chefe do Departamento de Helmintologia (1980), curadora da Coleção Helmintológica (1982-1989) e coordenadora da pós-graduação em Medicina Tropical do Instituto. Em 1986, foi uma das principais articuladoras da criação do Provoc - Programa de Vocação Científica, instalado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (pertencente à Fiocruz) para estimular a iniciação de jovens do ensino médio. Em 2006, assumiu a chefia do Laboratório de Helmintos Parasitos de Vertebrados. Ao longo de sua carreira, publicou artigos em que descreve a morfologia e sistemática desses parasitos, especialmente dos trematódeos e nematódeos, com base nos espécimes encontrados na coleção do IOC e em pequenas excursões realizadas por ela. Seu pai era contador da Rede Ferroviária Federal/Central do Brasil, ocupação que, segundo ela, não garantia muitos recursos à família (FREIRE, 2000; SOUSA, 2023).

De acordo com a última atualização de seu currículo computado pela Plataforma Acácia (em 2020), Delir foi a pesquisadora que, ao longo de 4 gerações, mais deixou descendentes: 230, sendo 15 diretos. Destes, 9 são mulheres e 6, homens – titulados mestres entre 1978 e 2000, doutores entre 1989 e 2010, e uma pós-doutora em 2019. Sua descendência indireta é composta de 86 alunos na 2ª geração, 121 na 3ª e 10 na última. Os números citados são exatamente como aparecem na Plataforma, mas pode-se perceber algumas duplicações de nomes na 2ª e 3ª geração, resultado da abreviação de sobrenomes ou de sua alteração pelo casamento. Por esse motivo, não foi possível, por ora, fazer a contagem por sexo das gerações mais numerosas e calcular a porcentagem feminina da descendência total. Já os tataranetos de Delir, são 6 mulheres e 4 homens - a última titulação foi um mestrado em 2020.

Uma observação curiosa, porém, foi constatada. Uma aluna está registrada em 2 gerações: ela ingressa na família como neta de Delir, cursando o mestrado (2012) e o doutorado (2016) com Sérgio Carmona, que havia sido

orientando da pesquisadora; posteriormente, ela realiza o pós-doutorado (2019) com a própria Delir e com Marcelo Knoff (também ex-aluno desta), passando à condição de filha e neta, simultaneamente, da matriarca. Por fim, quanto à atuação da prole gerada, as Ciências Biológicas representam 42,7%, seguidas de Ciências Agrárias (17,2%), da Saúde (9,5%), Humanas (1,3%) e Ciências Exatas e da Terra (0,4%). Infelizmente, 28,4% foram alocados na categoria "não identificada" e 0,4% em "outras". As áreas de maior frequência são: Parasitologia (31,5%), Medicina Veterinária (13,8%), Ciência e Tecnologia de Alimentos (3,4%), Zoologia (2,6%), Saúde Coletiva (2,6%), Nutrição (2,6%), Morfologia (1,7%) e Microbiologia (1,3%). "Não informada" e "outras" são 28,9% e 11,6%, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CENÁRIO PROMISSOR?

São inúmeras as potencialidades da Plataforma Acácia como ferramenta de pesquisa, a qual pode nos indicar alguns dos desdobramentos em termos de alcance numérico, disciplinar e de gênero da atuação de mulheres cientistas das gerações passadas. A identificação nominal da descendência permite inferir o gênero, embora nem sempre este seja um dado óbvio. Somando-se os esforços com investidas pontuais nos currículos de alguns acadêmicos citados, foi possível vislumbrar a conformação de verdadeiras "linhagens femininas" constituídas a partir do legado de algumas das pioneiras da ciência biológica moderna no Brasil. Nossas precursoras da história desse campo científico, em paralelo às "aventureiras" da antropologia e das ciências naturais (CORRÊA, 2003; LOPES, 1998), formaram discípulas através de, pelo menos, 3 gerações de orientação acadêmica, cuja continuidade se aproxima de uma maior equidade entre homens e mulheres dessa área, num cenário potencialmente promissor.

De acordo com o Painel de Fomento em CT&I (CNPQ, Painel de Fomento...), a área das Ciências Biológicas ocupa o 2° lugar no ranking consolidado de bolsas em todas as modalidades entre 2005 e 2023 (14,22%), ficando atrás apenas das Ciências Exatas e da Terra (21,86%). Considerando as principais modalidades de pesquisa da carreira acadêmica (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e produtividade), constata-se a participação consolidada de 59,40% de mulheres *versus* 40,57% de homens

bolsistas, em biológicas, no período. Excetuando-se o mais alto nível, em leve desvantagem, elas são maioria em todas as modalidades (na categoria Produtividade elas recebem 45,9% do recurso). O cenário atual, portanto, é animador: conta com um percentual equilibrado de participação de homens e mulheres, embora a vantagem delas em relação aos homens diminua proporcionalmente ao aumento do nível das bolsas.

Contudo, é necessário verificar como se dá essa distribuição em outras agências de fomento (no estado de São Paulo, por exemplo, a Fapesp remunera os bolsistas com valores muito maiores) e na empregabilidade em empresas e órgãos públicos ou privados, que podem ser mais vantajosos financeiramente, na área biológica, do que o recebimento de bolsas de pesquisa.

A análise do perfil interseccional dessas mulheres, a ser investigado no âmbito do INCT Caleidoscópio, deverá revelar ou contrariar possíveis outras formas de privilégio internas ao grupo feminino e/ou em relação ao masculino. Nesta etapa da pesquisa, entretanto, a investigação de caráter histórico apontou, na atualidade, reflexos positivos decorrentes da atuação de mulheres do passado. A população de jovens em estágio de iniciação científica entre 2005 e 2023 é majoritariamente composta por mulheres: 65,71% (CNPQ, Painel de Fomento...). Se esse ritmo não retroceder, é possível que a biologia, no futuro, seja majoritariamente feminina em seu mais alto escalão – a menos que diferentes mecanismos de desigualdade se interponham frente ao sistema de mérito científico que recompensa os acadêmicos sêniores. Uma inquietação, entretanto, resta no ar: para onde foram os homens? E quais as consequências dessa “retirada” masculina para a legitimidade social das ciências biológicas? O questionamento se inspira na literatura feminista: “as mulheres desvalorizam tudo o que tocam”, ironiza uma consagrada historiadora (PERROT, 2005, p. 258).

Investigar trajetórias coletivas em perspectiva histórica e fomentar a justiça interseccional e as redes de apoio entre diferentes gerações de pesquisadoras é um importante passo na criação de políticas equânimes de gênero. No caso de Monika, Anna e Delir, se seus “pais” são necessariamente homens, elas deram origem a um significativo número de sucessoras mulheres. Suas origens socioculturais variam desde as “filhas de” (cientistas e outros

intelectuais), membros de famílias de classe média ou de posses materiais mas sem algum capital cultural/científico, até as oriundas de estratos mais desfavorecidos. Essas pioneiras, que contribuíram para a emergência de técnicas inovadoras como a microscopia eletrônica, o desenvolvimento de novos temas de pesquisa interdisciplinares, de base ou aplicada, e a revitalização do "mundo em crescimento" da zoologia (CALAÇA, 2001), essencialmente marcado pela prática taxonômica, geraram uma prole em mais de 60% feminina.

Para além das Ciências Biológicas, influenciaram também grandes áreas distintas, expandindo a árvore do conhecimento em nosso país que – como a planta que batizou a plataforma utilizada – tem a copa compacta em altura, posto que jovem, mas frondosa na extensão (PLATAFORMA ACÁCIA, Genealogia...). A multidisciplinaridade das relações de orientação da ciência brasileira é observada pelos idealizadores da ferramenta (DAMACENO, ROSSI, MENA-CHALCO, 2017), e constatada no caso aqui analisado. Quanto à história recente da institucionalização científica no Brasil, compartilhamos a visão do ponto de vista da profissionalização da carreira, que adquire sua feição moderna, de fato, a partir de meados do século XX. É nesse período que ocorre o ingresso de nossas protagonistas que, recém-formadas, logo são contempladas com bolsas de pesquisa do CNPq (Monika e Anna em 1962, e Delir em 1968), ainda que, inicialmente, com vínculo de trabalho precário (SOUSA, 2023).

Assim como a luta pela plena equidade de gênero, há ainda inúmeros desafios na pesquisa em história das ciências sob esse viés. Algumas dificuldades encontradas com o uso da Plataforma Acácia são devidas a inconsistências de informação: duplicidade de nomes (principalmente em decorrência da alteração do estado civil de mulheres); divergência de registros entre orientador e orientado; inexistência de currículos de pesquisadores mais antigos; área de atuação que, quando existe, é registrada apenas a primeira informada. Por fim, embora seja uma informação disponível no currículo Lattes, a Plataforma Acácia não apresenta métricas por gênero, o que evitaria a dedução (que muitas vezes incorre em erro) e a contagem manual.

O desenvolvimento de algoritmos para a identificação de grafos de genealogia acadêmica nos oferece uma visão acurada e inédita de nossa comunidade científica. Entretanto, a ausência de outros dados e indicadores

interseccionais - como raça/cor, idade, nacionalidade, religião, orientação sexual e identidade de gênero, por exemplo -, alguns dos quais apenas encontrados em documentos de natureza diversa, reforça a importância do cruzamento de fontes e da perspectiva historiográfica para análises mais qualitativas, em associação com as informações brutas advindas da cientometria.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. **Físicos, mésons e política**: a dinâmica da ciência na sociedade. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Mast, 1999.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **cadernos pagu**, Campinas: Unicamp, v.27, jul.-dez. 2006, pp. 213-254.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, pp.581-610.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio; LOPES, Maria Margaret; CORTES, Bianca Antunes (orgs.). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008.

BARBOSA, Helene Santos. Currículo Lattes. CNPq. Atualização em 25/04/2024. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/9986209582169493. Acesso em: 28 maio 2024.

BARROSO, Carmen Lúcia M.; MELLO, Guiomar Namo de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.15, 1975, pp. 47-77.

BARTH, Ortrud Monika. Monika Barth (Depoimento, 2004). Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

BARTH SCHATZMAYR, Ortrud Monika. Currículo Lattes. CNPq. Atualização em 31/01/2024. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/9153494749384486. Acesso em: 28 maio 2024.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: USP/Humanitas, 2004.

CALAÇA, Carlos Eduardo. Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, fev. 2001, pp. 587-606.

CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Instituições de pesquisa (básica e aplicada). Série Informação – 5, 1957.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes.** Disponível em: https://www.lattes.cnpq.br/. Acesso em: 18 maio 2024.

CNPQ, Conselho... Histórico. **Portal Memória.** Disponível em: https://memoria.cnpq.br/web/portal-lattes/historico. Acesso em: 30 setembro 2024.

CNPQ, Conselho... **Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq.** Disponível em: http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/. Acesso em: 02 maio 2024.

CORPO DE PESQUISADORES do Instituto Oswaldo Cruz, 31/12/1951. Fundo IOC, Departamento de Arquivo e Documentação, COC/Fiocruz.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CÔRTE-REAL FARIA, Suzana. Currículo Lattes. CNPq. Atualização em 20/09/2021. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/8921497636583685. Acesso em 28 maio 2024.

DAMACENO, Rafael J.P.; ROSSI, Luciano; MENA-CHALCO, Jesús P. Identificação do grafo de genealogia acadêmica de pesquisadores: uma abordagem baseada na Plataforma Lattes. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON DATABASES, 32. 2017. **Proceedings...** p.76-87, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318768717_Identificacao_do_grafo_de_genealogia_academica_de_pesquisadores_Uma_abordagem_baseada_na_Plataforma_Lattes. Acesso em: 17 maio 2024.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, pp.43-71.

FIOCRUZ. **Observatório da Fiocruz em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**. < https://observatorio.fiocruz.br/servidores-da-fiocruz>. Acesso em 22 maio 2024.

FONSECA FILHO, Olympio Oliveira Ribeiro da. **Olympio da Fonseca (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 138p.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2o semestre de 1989, pp.71-99.

FREIRE, Delir Corrêa Gomes Maués da Serra. Delir Corrêa Freire (Depoimento, 2000). Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra. (orgs.). **Teoria feminista e produção de conhecimento situado**: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Disponível em:

https://nigs.ufsc.br/. Acesso em: 02 maio 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu** (5), 1995, pp. 7–41.

KOHN HOINEFF, Anna. Ana Kohn (Depoimento, 2000). Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

KOHN HOINEFF, Anna. Ana Kohn (Depoimento, 2004). Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. (Dissertação de mestrado) Brasília: Universidade de Brasília. 2008. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/3714. Acesso em: 02 maio 2024.

LOMBARDI, Maria Rosa; VANNUCHI, Maria Lúcia; VILLAS BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Gênero e os trabalhos das mulheres**: percursos de uma trajetória de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024. 516p. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc-livros/genero-e-os-trabalhos-das-mulheres. Acesso em: 17 setembro 2024. DOI 10.18222/fcc-60876-25-9.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **cadernos pagu** (10), 1998, pp. 345-368.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: MORAES, M.L.Q. (org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas, Pagu/Unicamp, 2005, p. 75-83.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia Maria Coelho de Souza. **Pioneiras da ciência no Brasil.** Rio de Janeiro: SBPC, 2006.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?. **cadernos pagu** [online]. 2013, n.40, pp.95-140. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100003. Acesso em 17 maio 2024.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PLATAFORMA ACÁCIA - Genealogia Acadêmica do Brasil. Disponível em: <https://plataforma-acacia.org/>. Acesso em 18 maio 2024.

RESENDE, Viviane; BESSA, Karla. (coord.). **Boletim INCT Caleidoscópio** - Edição #1. 2024. Disponível em: https://mailchi.mp/f1ae039fb795/boletim-inct-caleidoscpio-edio1. Acesso em: 13 mar. 2024.

ROSSITER, Margaret W. **Women scientists in America**: struggles and strategies to 1940. Baltimore and London: The John Hopkins University Press,

1984.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP: Edusc, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Massacre de Manguinhos**: A ciência brasileira e o regime militar (1964-1970). São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Profissionalização científica feminina: carreiras e trajetórias de pesquisa no Instituto Oswaldo Cruz e Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1940-1960). In: JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE, 2. 2013. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. v.2. p.1-12.http://www.jornadappghcs.coc.fiocruz.br/images/PDFs/Lia_Gomes.pdf. Acesso em 03 jun. 2024.

SOUSA, L.G.P. Mulheres, carreiras e institucionalização científica: as pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro, 1938-1968). In: JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE, 3. 2015. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 2015. v.3. p.1-9. Disponível em: http://www.jornadappghcs.coc.fiocruz.br/images/Anais_Eletronico/2015/Lia%20Gomes %20Pinto%20de%20Sousa.pdf. Acesso em 07 out. 2021.

SOUSA, L.G.P. Mulheres que fazem ciência: as primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz e a profissionalização da pesquisa científica (Rio de Janeiro, 1938-1968). In: MONTENEGRO, R.D.; SILVA, F.R.; GUEDES, R.S. (Org.). **História das ciências e tecnologia**: onde estão as mulheres? 1ed. Campina Grande: Amplla Editora, 2021, p.380-392. https://doi.org/10.51859/amplla.hct320.1121-31. Acesso em: 18 maio 2024.

SOUSA, L.G.P. Mulheres que fazem ciência: oportunidades, pesquisa e carreira científica no Instituto Oswaldo Cruz (1938-1968). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2023.

STEPAN, Nancy Lays. **Gênese e evolução da ciência brasileira**: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Recebido em 06/10/2024.
Aprovado para publicação em 19/12/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O GIRO DECOLONIAL PARA SE PENSAR A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Uma entrevista com Ricardo dos Santos Batista

THE DECOLONIAL TWIST TO THINK THE HISTORY OF SCIENCES

A interview with Ricardo dos Santos Batista

ISABELLA BONAVENTURA[1]

HENRIQUE SUGAHARA FRANCISCO[2]

RICARDO DOS SANTOS BATISTA[3]

RESUMO

Ricardo dos Santos Batista é professor do Programa de Pós-graduação em História da UNEB e do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Possui mestrado e doutorado em História pela UFBA, elaborando trabalhos na área de história das doenças e das ciências. Há

[1] Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). Mestra em História Social pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em História pela USP. Bolsista CAPES-PDSE, entre 2022 e 2023, permaneceu por seis meses na Universidade de Buenos Aires. Realiza pesquisas sobre História das Ciências no Brasil, abordando trajetórias de pesquisadores brasileiros e argentinos da primeira metade do século XX. Também estuda os intercâmbios entre pesquisadores latino-americanos, com destaque para as comunicações entre laboratórios situados em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Possui experiência em estudos sobre gênero e ciência, História da Profissão Farmacêutica em São Paulo e História da Odontologia em São Paulo. Autora do livro "Profissão Farmacêutica em São Paulo: prática científica, ensino e gênero (1895 - 1917)" (Editora Fiocruz, 2020). Atualmente integra o Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (LABCITE-FFLCH /USP) e o Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos. E-mail: isa.bonaventura@gmail.com

[2] Graduado e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador vinculado ao Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade/USP. Atualmente, é pesquisador do Centro de Memória do Instituto Butantan Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Imprensa, História da Medicina, História da Assistência e História da Saúde. E-mail: hsfrancisco@alumni.usp.br

[3] Pesquisador da História Social da Saúde e das Ciências a partir de perspectiva decolonial. Estudou sífilis e eugenia na Bahia da Primeira República e, atualmente, investiga a genética e relações racias no pós-1950. Possui graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia. Realizou estágios de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - PPGHCS/COC/Fiocruz (2017-2018, 2022-2023), e na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2020-2022).

alguns anos, dedica-se a pensar as relações local-global na produção e circulação de conhecimentos. Debruçando-se sobre as experiências de bolsistas da Fundação Rockefeller, o pesquisador analisa os processos de ressignificação e transformação que possibilitaram a realização de projetos de modernização do ensino médico no "sul global". A partir da trajetória do entrevistado, evidencia-se a relevância de estudos que abordem a produção científica de maneira plural e conectada, contestando abordagens restritas à escala nacional ou que reforcem noções de colonialidade. Além disso, discute-se as potencialidades de acervos brasileiros e internacionais na elaboração de análises atentas à circulação de conhecimentos e pluralidade de sujeitos na produção científica.

Palavras-chave: História das Ciências no Brasil; Circulação de conhecimento; Pluralidade na ciência; Fundação Rockefeller.

ABSTRACT

Ricardo dos Santos Batista is a professor of Departament of History of UNEB and UFBA. He has a master's and doctorate in History from UFBA, producing works in the area of history of diseases and sciences. For some years now, he has dedicated himself to thinking about local-global relations in the production and circulation of knowledge. Focusing on the experiences of fellows from the Rockefeller Foundation, the researcher analyzes the processes of resignification and transformation that made it possible to carry out projects to modernize medical education in the "global south". From the interviewee's trajectory, the relevance of studies that approach scientific production in a plural and connected way is evident, contesting approaches restricted to a national scale or that reinforce notions of coloniality. Furthermore, the potential of Brazilian and international collections in the development of analyzes attentive to the circulation of knowledge and plurality of subjects in scientific production is discussed.

Keywords: History of sciences in Brazil. Knowledge circulation. Plurality in science. Rockefeller foundation.

Isabella Bonaventura [IB]: Quero começar agradecendo ao Ricardo Batista por aceitar nosso convite para essa entrevista, que compõe o dossiê temático da Revista Eletrônica História em Reflexão. Para começar, gostaríamos que você contasse sobre o seu percurso como historiador e de que maneira você se aproximou da área de História da Ciência e História da Saúde.

Ricardo dos Santos Batista [RSB]: Boa noite! Quero iniciar também agradecendo à Isabella Bonaventura e ao Henrique Sugahara Francisco pelo

convite para participar deste dossiê, por meio da entrevista. Falando um pouco da minha história, eu nasci em uma cidade do interior que se chama Capim Grosso. E fiz o curso de graduação na Universidade do Estado da Bahia, Campus 4, em Jacobina, onde iniciei a minha trajetória como estudante de História e pesquisador. Comecei estudando a sífilis em Jacobina, que é uma região marcada pela questão do garimpo, com vários ciclos do ouro. Eu estudei como, entre 1930 e 1960, se abria um novo ciclo do ouro, abordando a relação entre prostituição e sífilis, visto que o discurso médico atribuía à prostituição a transmissão da sífilis.

O que acontece é que eu fui seguindo as fontes. Naquele momento, tinha muito interesse pela questão da propaganda e cheguei até a sífilis investigando propagandas do jornal *O Lidador*, que era um jornal da região. Comecei a perceber que aquela era uma propaganda voltada para medicamentos, como o Elixir 914, Elixir Nogueira, enfim. E aí eu comecei a me aproximar da questão da sífilis e fui verificar outros documentos, como atestados de óbito. Naquele momento, o campo da história da saúde e das doenças ainda não tinha a atual projeção aqui na Bahia.

Enfim, no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, é certo que já havia um desenvolvimento em relação a isso. Nós tínhamos muitas dissertações e teses escritas, por abrigarmos a primeira Escola de Medicina do Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia. Muitos trabalhos que discutiam a história da medicina, mas não se viam como parte do campo de história da saúde ou de história das ciências. Comecei essa aproximação com o campo ainda na graduação com dificuldades, porque a gente não tinha na biblioteca livros específicos sobre isso, a internet ali no início dos anos 2000 ainda não era democratizada, como hoje ela é.

Continuei estudando a sífilis no Mestrado, por volta de 2010. Na época, eu frequentava muitos simpósios. Sempre fui a muitos eventos. Estive com a professora Dilene Raimundo do Nascimento da Fundação Oswaldo Cruz, em vários simpósios organizados por ela, apresentando trabalho com outras pessoas. Naquele momento, a professora Christiane Maria Cruz de Souza, atualmente aposentada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

da Bahia, também estava defendendo a tese dela, que é uma referência importante para os estudos de história da saúde aqui na Bahia, e que depois passou a cooptar outros indivíduos para o campo (SOUZA, 2009).

Foi no doutorado que tive um alinhamento mais intenso com o campo da história das políticas de saúde. Eu deixei de estudar Jacobina e fui pesquisar a constituição das primeiras políticas sanitárias na Bahia, a partir de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Ali eu incorporei ainda mais o diálogo especializado com o campo. Estudei como a Bahia fez um acordo com o Departamento Nacional de Saúde Pública, respeitando o regime federativo, e desenvolveu atividades no campo do saneamento, da higiene infantil, da tuberculose e da sífilis. Eu investiguei a sífilis em Salvador e também no interior da Bahia, como isso se deu.

Quando terminei o doutorado, resolvi fazer um pós-doutorado porque o Secretário de Saúde e Assistência Pública da Bahia no período em que eu analisei, Antônio Luis Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, me intrigava e eu não tinha muitas informações sobre ele. Naquele momento, descobri que ele era um bolsista da Fundação Rockefeller. E quando eu ingressei nos estudos sobre a Fundação Rockefeller, para compreender a sua trajetória, é que de fato fiz um trânsito e enveredei para o campo da história das ciências, já que eu vinha da história das doenças, da história da saúde. A partir da Fundação Rockefeller é que dei continuidade aos estudos sobre o Laboratório da Febre Amarela, criado pela Fundação na Bahia.

No momento inicial, eu estudava a ação da Fundação Rockefeller na primeira metade do século XX, com a *International Health Division*, que tinha uma influência e atuação muito grande na saúde. Depois, passei a me interessar pela segunda metade do século XX. Desde os anos 1930 há uma mudança, um interesse pela biologia experimental, a questão da bomba atômica, que também desperta a atenção de vários países, e acaba se tornando um objeto de interesse.

Atualmente, eu estou estudando a segunda metade do século XX. Estou fazendo um trabalho sobre história da genética, estudando a criação do Laboratório de

Genética do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que foi financiado pela Rockefeller. Também investigo a modernização do ensino médico e o Instituto Biológico da Bahia, porque a Rockefeller também apoiou institutos biológicos em todo o país. Essa é um pouco da minha trajetória, que foi, na realidade, se transformando a partir dos meus interesses de estudo, ao longo do tempo.

IB: Que bacana, Ricardo! Trazendo um pouco da sua carreira para a nossa conversa, você percebe um aumento de estudos interessados em pensar a ciência de forma mais plural? Você percebe essa tendência, esse interesse? E, se sim, quais abordagens você observa e considera interessantes para o debate contemporâneo?

RSB: Olha, considero que, nos últimos anos, houve uma proliferação dos estudos de história das ciências e**,** junto com esse movimento, a gente tem uma diversidade de temas, de interesses. Essa pluralidade é evidente. Em relação às tendências que eu penso serem interessantes para o debate contemporâneo, acho que a gente produz história a partir dos nossos interesses do presente. Isso é inevitável; já disse o Marc Bloch. Mas, por exemplo, a gente está vivendo um momento em que é muito significativa, como área de efervescência, a questão ambiental.

Estamos vivendo num momento em que São Paulo está pegando fogo. Metade do Brasil está pegando fogo. A questão climática tem impactado muito a nossa vida. E aí a historiografia tem ido nesse movimento, especialmente com as contribuições, por exemplo, do Bruno Latour, com a proposta da Teoria Ator Rede. Eu vejo que têm surgido temas muito interessantes, como a discussão sobre Antropoceno, sobre História dos Animais, que hoje é liderada no Brasil pela professora Regina Horta, da UFMG, e tem muitos outros pesquisadores que também fazem. Acho que a escolha dos temas de pesquisa está em conexão com o tempo presente. Algo que tenho percebido como muito potencial: o retorno de temas que já eram clássicos na historiografia e que são relidos, que são apresentados sobre uma nova ótica.

Acho que esse é, digamos, o grande movimento, e o que tem se proliferado, como as trajetórias de indivíduos, o estudo das profissões científicas, de técnicos científicos, analisados sob uma nova leitura. Há um crescimento da história global. O professor Marcos Cueto, da Fundação Oswaldo Cruz, disse em entrevista que concedeu a mim e a Paloma Porto para dossiê sobre a Rockefeller, na *Revista História: Debates e Tendências*, que precisamos investigar melhor a relação entre a história global e a história da saúde global (CUETO; PORTO; BATISTA, 2021). Esse movimento tem seguido especialmente pela aproximação com perspectivas decoloniais ou pós-coloniais.

Nós vivemos um momento de revisão, ou de reinterpretação, dessa ciência, a partir de uma tentativa de fragmentação do olhar imperial, que é o olhar colonizador. Acho que esse giro tem sido fundamental para repensar a ciência nos países que a gente chama atualmente de "do sul global", antes denominados subdesenvolvidos ou de periferia.

O professor Marcos Cueto (1994) exemplifica muito bem essa transição em suas obras sobre a Fundação Rockefeller. Havia uma história muito estruturalista e ele diz que a Rockefeller era interpretada como um braço do imperialismo norte-americano. Depois, a gente começa, na década de 1990, a repensar o peso que é dado para essa instituição e se questiona sobre o outro lado, aquele que recebe o benefício da filantropia internacional.

Então, começou-se a trabalhar com a ideia de centro e periferia, mas isso ainda não conseguiu romper com o grande peso que era dado à Rockefeller como agência filantrópica. E agora a gente está trabalhando – e eu tenho trabalhado nessa perspectiva – a partir da ideia de circulação ou de outras interpretações que tentam evidenciar o protagonismo da ciência nesses países que foram tidos como periféricos. Eu acho que, de forma mais ampla, a grande tendência dos estudos da história das ciências nesse momento são as análises que refutam o estruturalismo e que rompem com explicações esquemáticas em diversos campos da história das ciências, pensando os objetos de uma forma mais complexa.

IB: Pegando o gancho, justamente, da questão da circulação, recentemente você organizou um livro em parceria com a Paloma Porto e o Gabriel Lopes, intitulado "Conhecimento Científico em Movimento" (2023). Nessa obra, o conceito de circulação de conhecimentos e de saberes, tal qual elaborado por Kapil Raj, foi fundamental às análises de vocês, das convidadas e dos convidados que elaboraram capítulos. Frente a isso, queria que você expusesse como avalia esse esforço de pensar coletivamente a circulação de conhecimento fora dos centros europeus e norte-americanos.

RSB: Bem, o livro foi produzido, como você diz, pensando o conceito de circulação como elemento central. Nós convidamos pesquisadores que escreveram a partir de três eixos: as ciências biomédicas, ciências naturais e ciências sociais. Pensar a produção e a circulação do conhecimento fora da Europa e mesmo dos Estados Unidos auxilia na quebra de uma série de estereótipos que foram produzidos sobre os países colonizados.

Ao longo de toda a minha trajetória, pelo menos até o doutorado, eu sempre ouvia coisas que me incomodavam muito, como a ideia de que as teses da Faculdade de Medicina da Bahia são cópias do conhecimento europeu, notadamente do conhecimento francês.

Eu ouvi muitas pessoas dizendo "eles só faziam uma cópia, só transcreviam!". Inclusive, já fui criticado ou questionado por que estava utilizando esse tipo de fonte. Então o esforço que vem sendo feito na história das ciências para pensar a produção de conhecimentos fora dos eixos europeu e norte-americano tem ajudado a quebrar com esses estereótipos, permitindo olhar as fontes com maior cuidado.

De forma geral, busca-se fraturar essa matriz epistêmica colonial, explorando os processos de mediação, de comunicação, as zonas de contato, de conflito, já que, inclusive para Kapil Raj, a circulação não é uma mera circulação, movimento: ela é marcada por tensões. Também há outros autores que têm sido utilizados, como Mary Louise Pratt e John Krige. Refletir sobre as ciências a partir dessa chave na qual estamos nos debruçando demarca um posicionamento, que é um posicionamento acadêmico-político.

A decolonialidade nos ensina, a partir de autores como Aníbal Quijano (1992), que os países colonizados, como o Brasil, sofreram um duplo processo: o de colonialismo e o de colonialidade. O colonialismo é a presença do colonizador aqui. Então, nos livramos disso, porque o colonizador foi embora. Já a colonialidade é um padrão de pensamento que persiste no lugar que foi colonizado, mesmo quando o colonizador não está mais aqui. Então, a colonialidade é um padrão permanente no nosso pensamento. O esforço que estamos fazendo vai justamente para fraturar esse pensamento desde dentro e construir outras narrativas possíveis, com um olhar mais apurado tanto sobre as fontes como sobre os agentes locais ou os agentes intermediários. Eles são a grande chave; são indivíduos que atuam nessas fronteiras. Esse olhar nos permite perceber uma outra história que ainda não foi contada, ou que vem sendo contada nesse momento.

IB: Sobre pensar o conhecimento em circulação, queríamos que você falasse um pouco da sua experiência no manejo de acervos internacionais, com destaque para aquele presente na Fundação Rockefeller. Gostaria que você contasse um pouco da sua vivência como latino-americano, como você se percebeu ali. Também como você vislumbra possibilidades de pesquisa para demonstrar as nossas particularidades em relação ao norte global, pensando não só nos objetos, mas também em um aspecto metodológico próprio.

RSB: Eu posso dizer que a pesquisa no *Rockefeller Archive Center* é a melhor experiência de arquivo que eu já experimentei ao longo da minha trajetória de historiador. Primeiro, porque eles possuem uma organização exemplar. O pesquisador pode estar em qualquer parte do mundo e tem ali todas as orientações necessárias para poder chegar até o arquivo. Você tem um site que detalha, por exemplo, todo o processo para se chegar até lá. Muitos pesquisadores não ficam em *Tarrytown*. Eles preferem ficar em *Manhattan* e pegam trem todos os dias. Esse trem tem um horário exato que nós pesquisadores devemos pegar. O *Rockefeller Archive Center* fica numa casa de campo da família Rockefeller.

Quando nós chegamos na estação de trem em *Tarrytown*, tem um carro nos esperando para levar até o arquivo. O sistema do arquivo tem toda a

documentação catalogada. É de fácil manejo, embora em todo arquivo têm coisas que você só vai descobrir lá, ao consultar a documentação.

É uma experiência de imersão profunda, porque a gente começa a pesquisar às 9h30min e vai até as 17 horas, quando o carro nos leva de volta para a estação de trem. É um arquivo que tem uma área de convivência de pesquisadores. A pausa que nós fazemos é para um almoço rápido e voltamos ali para essa imersão profunda de pesquisa. O arquivo possui uma gama muito variada de documentos. É preciso destacar que a Fundação Rockefeller documentou muito bem a sua história. Ela guardou esses documentos que são importantes para a reconstituição dessa história.

Eu já estive lá três vezes. A primeira vez foi pesquisando os bolsistas da primeira metade do século XX. Comecei a estudar o início do programa de bolsas para entender o Antônio Luis Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto e seus contemporâneos. No arquivo da Fundação Rockfeller, há correspondências e os cartões dos bolsistas, um tipo de fonte que contém o acompanhamento dos indivíduos que receberam bolsas dessa entidade. E a Fundação acompanhou os bolsistas até muitos anos depois. Os registros não se restringem apenas às informações do período em que essas pessoas estiveram no exterior. Há documentos sobre todos os projetos apoiados pela Fundação Rockefeller, como os relativos aos laboratórios por ela criados.

A partir da década de 1940, há dossiês específicos dos bolsistas da Fundação Rockefeller, porque antes a correspondência estava espaçada. Nas décadas de 1930 e 1940, a Fundação já compilava as fontes em dossiês, o que é importante e facilita a vida do pesquisador porque você já vai encontrar no dossiê, talvez, tudo aquilo que de você precisa. Há os Boletins dos Trustees, que têm informações de acesso mais restrito e não circulam na documentação mais ampla, na fala dos outros indivíduos. Há documentos sobre as escolas de medicina e todas as instituições que foram apoiadas pela Fundação Rockefeller.

E também os diários dos homens da Rockefeller, como o Robert Watson, que atuou no Brasil. Ele documentava diariamente as coisas que fazia, as visões dele sobre os projetos da Rockefeller. Então, os diários são também uma fonte muito

importante. Todos os homens da Rockefeller possuem diários, como Harry Miller e o mencionado Robert Watson.

O que eu queria destacar, dentro desse processo de pesquisa, é a importância do diálogo com as arquivistas. Elas conhecem muito bem o acervo, conseguem apontar outras fontes sobre os indivíduos citados na documentação que você está analisando. Queria destacar, inclusive, a arquivista chamada Bethany Antos, que tem sido uma grande colaboradora para mim e para vários outros pesquisadores da Fundação Rockefeller, tanto nas minhas consultas presencias ao arquivo quanto em outros momentos, quando estou no Brasil.

Aqui do Brasil, as pessoas que, por exemplo, não vão até o arquivo, podem comprar documentos. Ela vai lá, consulta o que tem na caixa, diz o que pode interessar, o que vale a pena você comprar. É uma pessoa que tem um espírito de colaboração e eu queria deixar isso registrado. Durante a pandemia, houve a digitalização de todos os cartões de bolsistas, que ficaram de livre acesso, porque o *Rockefeller Archive Center* sabe que esse é um documento muito consultado.

Em relação à minha experiência como latino-americano, posso dizer que naquele arquivo eu me sinto integrado em uma rede de pesquisa global, que valoriza nosso trabalho e oferece as ferramentas e condições necessárias. O transporte entre a estação de trem e o arquivo tem sido um lugar em que nós, pesquisadores latino-americanos, africanos, asiáticos, europeus, estamos ali em diálogo, trocando experiências, falando sobre as nossas pesquisas, e isso enriquece a nossa perspectiva de historiador.

Em relação a como eu vislumbro as possibilidades de pesquisa que mostram as nossas particularidades em relação ao norte global, acredito que o caminho é uma pesquisa de reflexão, que articule local e global. A forma como a gente aprendeu a fazer história é muito específica. Muitas vezes o nacionalismo metodológico, a construção da história a partir da nação, nos impõe a fazer uma história que é essencialmente local. Às vezes também você lê trabalhos sem nenhuma articulação com o nacional, no máximo se articulando com o regional. Quando nós trabalhamos com fontes locais e fontes internacionais, por exemplo,

e quando colocamos nossas fontes e nossos resultados frente aos processos globais, conseguimos perceber melhor as nossas especificidades. Eu entendo que é possível pensar novas formas de produção, a elaboração de novas abordagens de pesquisa e de metodologias próprias, produzidas a partir das fontes.

As fontes são o elemento central. Os aportes teóricos são importantes para refletir sobre os nossos objetos de pesquisa, mas muitas pessoas dão uma atenção maior ao aporte teórico do que ao que as fontes trazem para a gente. O historiador social inglês Edward Palmer Thompson fala muito sobre isso: "se o modelo não te serve, você joga fora". Acho que esse é o primeiro passo para a construção de ferramentas metodológicas e de novos conceitos porque, às vezes, vemos a pessoa querendo empurrar o seu objeto naquela teoria porque é a teoria que está em evidência, ou mesmo, por questões institucionais, são vários os motivos. Eu tenho um apego muito grande às fontes. Tem um historiador e mestre querido, Antonio Luigi Negro, professor da Universidade Federal da Bahia, com quem tive a honra de estudar, fazer disciplinas no mestrado e no doutorado. Ele tem uma frase com a qual abria a discussão sobre metodologia: "É na fonte que se bebe! A bibliografia só dá sede!". Essas são palavras sábias que podem nos ajudar nesse processo, principalmente quando a nossa documentação está gritando outra coisa, está indo contra a teoria, inclusive. Então, precisamos estar atentos e fazer novas formulações.

Henrique Sugahara Francisco [HSF]: Ainda sobre a sua pesquisa no acervo da Fundação Rockefeller, e retomando essa renovação de perspectiva que abandona o olhar estruturalista. Você vem se dedicando a analisar as atividades da Fundação na modernização do ensino médico na América Latina. A gente queria saber como você caracteriza esse processo de modernização e como você observa a atividade dos latino-americanos neste momento.

RSB: Minha aproximação com esse tema da modernização veio a partir de diálogos com a professora Paloma Porto, que é minha companheira de trabalho já há alguns anos. Nós desenvolvemos uma pesquisa juntos no *Rockefeller Archive Center* em 2019. A partir daí, fui convidado para integrar um projeto como pesquisador colaborador de uma equipe liderada pela professora [Maria]

Gabriela Marinho [da Universidade Federal do ABC], e recentemente publicamos o primeiro texto como resultado desse projeto, tratando da criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (MARINHO *et all.*, 2024).

Trabalhando com essas fontes, encontrei ligações importantes entre a Escola de Medicina de Cali, na Colômbia, e algumas escolas de medicina brasileiras, como a Escola Paulista de Medicina e a Faculdade de Medicina da Bahia. Esse é o objeto no qual estou trabalhando no momento, em estágio de pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz, com a supervisão do professor Marcos Cueto. O que posso observar a partir do que eu já estudei sobre esse tema, e a partir das fontes, é que essa modernização se constitui como um discurso imperativo, muitas vezes como um processo estrutural, como algo que aconteceu e vem de cima para baixo, especialmente a partir das interpretações do ponto 4 do discurso do presidente Harry Truman, em 1949, que propôs uma cooperação entre os Estados Unidos e os países chamados subdesenvolvidos.

A análise das fontes tem me mostrado a existência de muitas disparidades nesse processo de modernização, ocorrendo de forma diferente nos distintos lugares. Percebo que havia negociações, deslizes, que podem ser observados justamente nos indivíduos mediadores, nos homens de campo da Fundação Rockefeller e nos agentes locais, pelos quais esse projeto de modernização tentou se instituir. Isso já vem sendo colocado por outros historiadores. O Steven Palmer (2015), quando analisa o programa piloto da Rockefeller, está interessado nesses indivíduos. E eu trago esse tema para o campo da modernização do ensino médico.

A Fundação Rockefeller, embora algumas pessoas não interpretem dessa forma, não seguia sempre a orientação do governo norte-americano. Tem uma dica importante que podemos seguir: o texto da Sueli Costa e da Lina Faria (2006) sobre os modelos de cooperação com as agências internacionais. Elas dizem que as mudanças de orientação nessas agências internacionais parecem, muitas vezes, se relacionar à presença ou não de familiares dos clãs dessas agências filantrópicas.

Este processo de modernização do ensino médico está muito ligado à questão do comunismo, ao contexto de Guerra Fria. Mesmo com as diretrizes internas da Fundação Rockefeller repudiando o comunismo, posso afirmar com convicção que isso dependia do "comunista". Eu falo comunista entre aspas aqui. Se o "comunista" fosse colocar em prática aquilo que a Fundação Rockefeller queria executar, ela fechava os olhos. É o caso que a gente vê com o Zeferino Vaz, que criou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ele é um exemplo de como a modernização ocorreu de forma diferenciada nos contextos onde foi proposta.

O Zeferino Vaz é uma figura controversa. Quando ele estava prestes a fundar a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o cônsul dos Estados Unidos o classificava como um comunista. Sabemos que depois, na Ditadura Militar, o Zeferino Vaz persegue alguns comunistas e protege outros. Ele diz: "Com meus comunistas ninguém mexe!". Entretanto, quando atuou para criar a Escola de Ribeirão, ele foi classificado como comunista.

Frente a esse cenário, o que o *staff* da Fundação Rockefeller faz? Encontra todas as explicações possíveis e imagináveis para dizer que Zeferino Vaz não era comunista, que era um equívoco. Então, veja, os membros do *staff* da Fundação Rockefeller estão indo contra o cônsul dos Estados Unidos, dizendo que não é assim, que ele é uma pessoa boa, articulada.

A documentação deixa isso muito explícito. A Fundação queria que a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto se tornasse uma Johns Hopkins da América Latina. A Johns Hopkins foi a primeira instituição financiada pela Rockefeller, tornando-se o grande modelo, queria-se criar a Johns Hopkins em vários lugares. Se você consultar a bibliografia sobre a China, está lá: "Queremos criar a Johns Hopkins da China".

No caso da América Latina, como disse anteriormente, o cônsul estadunidense identificou que a pessoa a quem tinha sido atribuída a proposta de criação de uma Johns Hopkins – Zeferino Vaz – provavelmente era comunista. Entretanto, a Fundação Rockefeller fechou os olhos para isso. Algo similar acontece, por exemplo, com outros indivíduos que estudei recentemente, como a família Tito de Moraes. Essa família atuou na República Portuguesa e, com a chegada do

Salazarismo, acaba tendo rumos diferentes. Um exemplo é a Maria Palmeira Tito de Moraes, uma das três primeiras enfermeiras de Portugal financiadas para estudar no exterior. Ela foi para os Estados Unidos e para o Canadá, que é o lugar da enfermagem; mas, quando ela volta, o salazarismo está instituído e ela acaba tendo que se exilar.

Nesse momento, a Maria Palmeira é contratada pela Organização Mundial da Saúde. A Fundação Rockefeller tenta lhe conceder uma bolsa, buscando cooptá-la e, também, tentando apagar a ideia de que essa mulher seria comunista. Algo similar ocorreu com seu irmão, Augusto Tito de Moraes, que nasceu em Lourenço Marques (atual Maputo) e também se envolveu com os republicanos. Augusto recebeu uma bolsa da Rockefeller, e o já citado Robert Watson insistiu que ele seguisse para o Brasil, dizendo que iria alocá-lo em Ribeirão Preto ou em Belo Horizonte.

Porém, Augusto acaba sendo acusado de ser comunista porque o irmão, Manuel Alfredo Tito de Morais, participava da luta de libertação dos países africanos. Por conta disso, o governo brasileiro não fez um movimento para trazê-lo. O Robert Watson, por sua vez, sabia que Augusto era comunista e mesmo assim fez o convite. O mesmo Robert Watson que perseguiu o Samuel Pessoa, como demonstraram os professores Gilberto Hochman e Carlos de Assunção Paiva (2020), numa investida contra os parasitologistas, passou a mão na cabeça do Tito de Moraes.

Tanto nesses exemplos como no processo de modernização, são esses aspectos que me interessam: os momentos de deslize nos quais as normas que são “bem colocadas” são jogadas para cima, relativizadas. Acredito que a agenda da modernização do ensino médico ainda precisa ser mais explorada, para que sejam compreendidos os matizes locais. Os resultados de pesquisas sobre diferentes lugares ainda podem nos surpreender.

Um exemplo do que estou estudando agora, e vou só interrogar (quero deixar a questão aqui), envolve as Faculdades de Medicina da Colômbia, nas quais foram realizados alguns *surveys*. Na documentação da Rockefeller, aponta-se que as faculdades estavam impregnadas de comunistas e que não era possível firmar

um acordo para a modernização do ensino médico naquele país. Em determinado momento, a Rockefeller decide que vai investir na Faculdade de Cali, que se torna um grande eixo de recepção de intercâmbio. Havia pesquisadores de escolas de medicina na África indo fazer intercâmbio em Cali. Então, o que teria mudado para que Cali pudesse entrar no *hall* da modernização? Será que o comunismo acabou tão rapidamente?

HSF: Ao falar sobre a Rockefeller, você comentou um pouco sobre a diversificação das profissões científicas e da saúde. Recentemente, você também se dedicou à análise da institucionalização da enfermagem no Brasil, abordando, entre outros aspectos, os intercâmbios internacionais nesse processo. A gente gostaria que explicitasse as potencialidades do estudo de outras profissões além da carreira médica na compreensão da relação local-global na história da saúde.

RSB: Certo. Eu me iniciei nas investigações sobre as profissões de saúde a partir dos médicos.

Então, em diálogo com o professor Luiz Otávio Ferreira, da Fundação Oswaldo Cruz, que tem sido também um grande parceiro, acabamos montando um projeto. Ele me convidou para estudar um grupo de enfermeiras baianas da Escola Anna Nery, do Rio de Janeiro (financiada pela Fundação Rockefeller), para escrevermos um artigo sobre isso. Quando percebi que muitas enfermeiras passaram pela Fundação Rockefeller, comecei a coletar a documentação a respeito disso. Eu e o professor Luiz Otavio elaboramos um projeto, contemplado no Edital Universal do CNPq de 2021, para estudar a trajetória de uma enfermeira específica – a Haydée Guanais Dourado – e o processo da institucionalização da enfermagem no Brasil. A partir daí outras profissionais apareceram. A Haydée é um caso excepcional, pois ela foi para os Estados Unidos sem o auxílio da Fundação Rockefeller para tentar conseguir uma bolsa nesse país. A força de vontade dela para conseguir essa bolsa é muito interessante.

Esse alargamento do olhar para as bolsistas mulheres trouxe algo que estava no início da minha formação: a discussão de gênero, pois em pesquisas anteriores

trabalhei com o tema da prostituição. E, estudando as profissões – nesse caso específico, a enfermagem –, percebi que a maior parte das bolsas para mulheres contemplou a enfermagem, profissão ligada, em sua gênese, ao "cuidado" – entre aspas.

Poucas foram as mulheres que receberam bolsas em outras áreas. O Harry Miller, que atuava para a Rockefeller, fala disso em entrevista à Fundação Getúlio Vargas. O estudo das profissões como nutricionistas, enfermeiras, médicos e engenheiros tem um grande potencial para se pensar a relação local-global, porque esses indivíduos, esses homens e mulheres, não estiveram desconectados dos processos mais amplos, dos processos internacionais. Esses indivíduos circularam em esfera internacional e tiveram, em muitos momentos, protagonismo nas redes internacionais.

Um artigo de minha autoria e do professor Luiz Otávio, publicado na *Revista Topoi*, por exemplo, trata do momento em que o Brasil estava deixando as influências europeias na ciência e passando por um processo muito maior de americanização (BATISTA; FERREIRA, 2021). Discutimos como, neste período, o Olympio da Fonseca[4] vai aos Estados Unidos e, ao chegar nesse país, fez dois procedimentos que impressionaram os norte-americanos. Segundo entrevista concedida por Fonseca, estes últimos lhe perguntaram: "Onde foi que você aprendeu isso?". E o brasileiro respondeu: "Nos livros franceses".

Trata-se de um brasileiro que está nos Estados Unidos e ali ensina coisas que ele aprendeu com os franceses. Isso complexifica a análise! O mapeamento dessa complexa rede de informações que compõe o local e o global, o deslocamento desses profissionais, pode ser explorado, especialmente porque esses indivíduos retornam para o seu local de origem. Entender o que eles fazem no seu local de origem também é importante, alguns deles simplesmente vão abandonar... como é o caso do Carlos Pinheiro Chagas, o primeiro bolsista da Fundação Rockefeller, que era a grande aposta brasileira. Ele não se torna esse indivíduo "brilhante", entre aspas, que a Fundação Rockefeller e os brasileiros

[4] Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca (1895-1978) se formou em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1915. Entre outras atividades, foi pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz e diretor, entre 1949 e1953.

esperavam que ele se tornasse. Outras enfermeiras retornam e, quando chegam aqui, se casam e abandonam a profissão.

Por outro lado, você tem os indivíduos que levam adiante, porque a Fundação Rockefeller trabalhava com essa ideia de plantar sementes iniciais. Você vai lá, aprende e volta para replicar o modelo. E o que a gente percebe é que esse retorno não ocorre sem criatividade, sem elementos de outras experiências que os indivíduos adquiriram.

Eles não vão reproduzir *ipsis litteris* o modelo norte-americano. Basta olhar para as fontes, combinar as fontes locais e internacionais, vocês verão que o que acontece são modelos apresentados como rígidos, mas que são reelaborados, reestruturados a partir de cada contexto... os indivíduos têm agência e autonomia. Então, os bolsistas não replicam simplesmente aquilo que aprenderam no exterior. Os interesses pessoais são significativos nisso, interesses pessoais que articulam políticas e acordos políticos. Tudo isso está dentro dos processos de negociação.

HSF: Agora, sem perder de vista as conexões transnacionais e internacionais, queríamos voltar para a dimensão local, tratando de temas que você mencionou no início da entrevista, como a interiorização da assistência à saúde no estado da Bahia, notadamente entre as décadas de 1920 e 1940. Nesses trabalhos, você aborda as adaptações das políticas de assistência diante das especificidades locais e dos tensionamentos existentes neste processo.

Então, queríamos que você expusesse como o estudo dessas singularidades locais contribui para ampliar a compreensão dos projetos nacionais de saúde na Primeira República e na Era Vargas.

RSB: A interiorização da assistência surgiu como possibilidade após a escrita do último capítulo da minha tese, que se debruça sobre a atuação dos médicos nos postos no interior da Bahia (BATISTA, 2015). A partir dessa análise, é possível perceber as dificuldades encontradas pelos agentes de saneamento. O acordo firmado com a Bahia era um acordo de cooperação com o Governo Federal para sífilis, doenças venéreas, saneamento rural, tuberculose e higiene infantil.

A respeito da Primeira República, eu acabei me debruçando sobre o saneamento rural e sobre como esses postos de saneamento foram construídos no interior. Essa percepção ajuda a modificar a compreensão sobre como a saúde vinha sendo desenvolvida pelos projetos nacionais no interior. Quando falamos sobre medidas de saneamento, ficamos com a impressão de que foram os médicos do Sul, do Sudeste, que realizaram esse processo por meio do movimento sanitarista, seguindo para outras regiões, como o Norte e Nordeste.

Em que pese a orientação técnica oferecida, no caso da Bahia, pelo Governo Federal, quando a gente vê as imagens, as fotografias dos trabalhadores dos postos, constata-se que quem estava fazendo o processo de saneamento, em grande medida, eram os sertanejos, descritos pelo movimento sanitarista como degenerados. Em um texto que publiquei com um orientando sobre o Posto de São Félix, mencionamos como, a partir das imagens, você percebe nitidamente que são os sertanejos que estão aplicando injeção, visitando as casas da população baiana. Eles estão ali, junto com o médico, mostrando o ancilóstomo para a população que visita o Posto. Essa constatação, por exemplo, complexifica a análise das características locais e da sua relação com os projetos nacionais (SILVA, BATISTA, 2023).

Eu penso que é necessário estudar isso com maior cuidado em cada região para que a gente tenha um quadro mais amplo de como isso se constituiu. Ao mesmo tempo, a articulação dessa interiorização com o processo de internacionalização também é fundamental, porque, após a década de 1920, temos uma interiorização articulada com a presença da Fundação Rockefeller no Brasil. Quando tratamos da Era Vargas, também há uma interiorização junto com a internacionalização, a partir do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Essa agência bilateral atuou em algumas regiões do Brasil no aprofundamento das políticas que começaram a se constituir na Primeira República, como mostrou o professor Gilberto Hochman (1998). Cristina Fonseca (2007) também abordou o aprofundamento dessas políticas durante o governo de Vargas.

No período Vargas, realiza-se uma expansão da interiorização da assistência à saúde no Brasil. A sífilis, por exemplo, deixa de ser prioritária nas políticas sanitárias. O Sérgio Carrara (1996) mostra que têm outras doenças que

passaram a figurar como como doenças de destaque. O estudo sobre como as doenças foram tratadas em diferentes lugares do Brasil ajuda a transformar ideias que temos sobre o processo de interiorização. Por exemplo, uma doença que não estava entre essas prioritárias, como o tracoma, ajuda a perceber isso, pois tivemos a criação de postos de tracoma no interior, como parte desse processo de interiorização da assistência. Estudar essas doenças, em diferentes lugares do Brasil, ajuda a pensar como os postos especializados foram criados, como eles se articulavam com outras instituições de saúde.

No caso da Bahia, eu defendo a ideia de que havia um tripé: primeiro, as viagens comissionadas pelo governo do Estado para debelar epidemias, especialmente em lugares em que não havia instituições; segundo, os postos sanitários; e terceiro, as Santas Casas de Misericórdia. Muitas vezes, os postos sanitários foram instalados em cidades onde já havia Santa Casa, formando uma cooperação entre essas instituições no processo de assistência. Tem um livro organizado pelo professor Luiz Otávio Ferreira e outros pesquisadores que trata especificamente sobre esse tema, em diferentes momentos da história do Brasil, e queria deixar como recomendação para quem tiver interesse: “A Interiorização da Assistência à Saúde: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850-1945)” (FERREIRA et all., 2019).

HSF: Para continuarmos na dimensão local e fazermos uma comparação, queríamos tratar das condições locais na tarefa de pesquisa histórica. Queríamos que você falasse sobre as suas experiências nos arquivos do estado na Bahia, especialmente quanto à potencialidade desses acervos para estudos envolvendo a pluralidade de agentes e instituições na história das ciências e da saúde.

RSB: Aqui na Bahia temos algumas instituições de pesquisa que são importantes para compreender essa pluralidade. A primeira é a Faculdade de Medicina da Bahia, que tem dois acervos. O primeiro está na secretaria da Faculdade e possui os históricos profissionais de professores, de estudantes, fichas de estudantes e as atas da congregação da Faculdade de Medicina. É um acervo que está muito bem organizado. O segundo, que funciona ao lado da secretaria, é a Biblioteca Gonçalo Muniz.

Esta biblioteca possui um acervo imenso. Há teses de doutoramento, teses de concurso, livros, teses de outras instituições e periódicos médicos, entre eles a *Gazeta Médica da Bahia*, que inclusive está digitalizada e de acesso aberto para qualquer pessoa do mundo que queira consultar.

Por meio desses acervos da Faculdade de Medicina, é possível refletir sobre a trajetória de indivíduos, o pensamento médico desde o século XIX, as doenças mais diversas e, também, a respeito da constituição do campo científico, das especialidades médicas, a partir da reforma e do ensino médico que se iniciou em 1879.

Outro espaço é o Arquivo Público do Estado da Bahia, em que é possível levantar uma documentação farta produzida pelo governo estadual, especialmente sobre as políticas públicas e como elas foram instituídas. É possível encontrar relatórios médicos e relatórios de Secretários de Estado da Saúde, fontes muito importantes, pois o médico que atuava no interior da Bahia fazia um relatório sobre o Serviço de Saneamento Rural. Essa documentação era entregue ao Secretário de Saúde, que fazia uma síntese reunindo todos os demais setores da Pasta. Em seguida, essa síntese era encaminhada ao governador, que também fazia um resumo e o enviava ao Presidente. Esse resumo também compunha a fala anual dos governadores.

Cada uma destas fontes tem um nível de profundidade diferente na descrição da realidade observada, e todos esses documentos estão disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia. Em Salvador, há instituições filantrópicas importantes, como a Santa Casa de Misericórdia. Então, o Acervo da Pupileira (situado na própria Santa Casa) é muito rico para se pensar os indivíduos envolvidos na área da saúde em sua pluralidade e, também, como eles lidaram com determinadas doenças.

Quando se trata de cidades do interior, mudam as possibilidades de encontrar acervos tão organizados. A legislação diz que com vinte anos um hospital pode descartar a sua documentação. Então, muitas instituições de saúde a descartam. Isso não significa que não seja possível fazer pesquisa a partir de fontes do interior. Uma orientanda encontrou o acervo de um hospital inteiro organizado

por iniciativa da funcionária que, embora sem formação como arquivista ou historiadora, catalogou as fontes de acordo com o ano. Então, é uma questão daquilo que o tempo possibilitou que chegasse até nós.

No interior, a imprensa é um grande instrumento para se chegar à história da saúde e das ciências. Muitas cidades tinham jornais, e muitos deles foram conservados. Os arquivos municipais de muitas cidades na Bahia não estão organizados, mas procurando conseguimos encontrar material. Quero destacar que a presença da Universidade Pública, especialmente da Universidade do Estado da Bahia, que possui vários campus espalhados pelo estado, tem garantido o acesso às fontes. Nos lugares onde há cursos de História, encontram-se centros de documentação, onde os professores coletam uma gama variada de documentos e os disponibilizam para consulta pública, o que também nos ajuda no processo de pesquisa. Ainda tem muito para ser construído sobre a história das ciências e da saúde no Brasil e nas cidades do interior do Brasil.

HSF: Durante a entrevista, você destacou a relevância de evidenciar as fontes, da circulação de saberes e de evitar uma visão estruturalista das relações internacionais. Você citou como, durante suas primeiras pesquisas, na graduação e no mestrado, havia pouca produção sobre o tema das ciências e da saúde na Bahia, e mais publicações voltadas aos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Gostaríamos de saber como foi o processo de, ao estudar a Bahia, não cair na tentação de fazer um trabalho que se restringisse à comparação com o Sudeste, estabelecendo uma relação de espelho ou negativo e, consequentemente, deixando de se atentar às especificidades.

RSB: No começo das pesquisas realizadas na graduação e no mestrado, inevitavelmente, realizei comparações com São Paulo e com o Rio de Janeiro. Essa era a bibliografia que a gente discutia. Precisamos acessar e dialogar com essa bibliografia. Isso é uma coisa muito tranquila, mas o fato de ser um pesquisador que está no Nordeste me levou a atentar às particularidades do Nordeste.

Embora eu tenha travado um diálogo com a bibliografia existente, o que fazemos em toda e qualquer pesquisa, o fato de ser um pesquisador do Nordeste contribuiu para que eu não caísse na armadilha de ficar pensando essa coisa como um espelho. Há similaridades, mas há muitas divergências, elementos que são específicos do contexto e que a gente pode encontrar também em outros estados.

Em decorrência do Pós-doutorado que fiz com o professor André Mota na Faculdade de Medicina da USP, escrevemos um texto que saiu no livro *Narrativas históricas de saúde e das doenças*, organizado pela Sônia Magalhães e demais pesquisadoras(es) (BATISTA; MOTA, 2023). Nesse trabalho, comparamos os centros de saúde de São Paulo e da Bahia e percebemos, justamente, os caminhos distintos percorridos pelos Centros de Saúde que se inseriram no modelo norte-americano, apoiado pela Rockefeller. Nesse mesmo sentido, o trabalho da professora Ana Paula Korndörfer, ao estudar as atividades da Fundação no Rio Grande do Sul, mostra outros direcionamentos.

Aqui na Bahia, as Delegacias de Saúde foram transformadas em Centros de Saúde. Já em outros lugares, esse tipo de passagem não ocorreu: os Centros de Saúde foram diretamente criados. A estrutura física existente também se alterava dependendo da localidade. São muitos aspectos diferentes dentro de um mesmo “modelo”. Então, exercitar olhar para a diversidade, as similitudes e as diferenças é algo que sempre trago em minha trajetória.

IB: Quero registrar nosso agradecimento final ao Ricardo. Foi um prazer esta conversa e considero que será muito interessante para as leitoras e os leitores da Revista Eletrônica História em Reflexão.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Ricardo dos Santos; FERREIRA, Luiz Otávio. Como se tornar um bolsista da Fundação Rockefeller: trajetórias de médicos do Instituto Oswaldo Cruz em formação na Universidade Johns Hopkins (1919 - 1924). **Topoi (online): Revista de Historia**, v. 22, p. 450-473, 2021.

BATISTA, Ricardo dos Santos; MOTA, André. Centros de saúde em São Paulo e na Bahia (1925-1948): instituições similares, diferentes trajetórias. In:

Narrativas históricas de saúde e das doenças. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 253-288.

BATISTA, Ricardo dos Santos; PORTO, Paloma; LOPES, Gabriel (orgs.). **Conhecimento Científico em Movimento: circulação, intercâmbios e zonas de contato**. São Paulo: Hucitec, 2023, p. 241.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 237.

CUETO, Marcos. **Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation in Latin America**. Bloomington: Indiana University Press, 1994, p. 194.

CUETO, Marcos. PORTO, Paloma. BATISTA, Ricardo dos Santos. Fundação Rockefeller e Saúde Global: história e historiografia em entrevista com Marcos Cueto. **História: Debates e Tendências**, v. 21, n. 3, p. 210-226, 2021.

FERREIRA, Luiz Otávio; BARRETO, Maria Renilda Nery; SANGLARD, Gisele. (org.). **A interiorização da assistência: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850-1945)**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2019, p. 372.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 298.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998, p. 261.

HOCHMAN, Gilberto; PAIVA, Carlos Henrique de Assunção. Parasitology and communism: public health and politics in Samuel Barnsley Pessoa's Brazil. In: **Peripheral nerve: health and medicine in Cold War Latin America.** Durham/London: Duke University Press, 2020, p. 376.

KRIGE, John. **How Knowledge Moves. Writing the Transnational History of Science and Technology**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2019, p. 408.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; BATISTA, Ricardo dos Santos; PORTO, Paloma; NEMI, Ana; CAMPOS, Cristina de. The modernization of medical education in Brazil: Rockefeller Foundation funding and the Ribeirão Preto Medical School in a development context (1951-1964). **Historia Crítica**. Bogotá, n. 93, p. 53–78, 2024.

PALMER, Steven. **Gênese da saúde global: A Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, p. 421.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAJ, Kapil. **Relocating modern science. Circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe 1650-1900**. New York: Palgrave MACMILLAN, 2007, p 299.

SILVA, Josiel Menezes da; BATISTA, Ricardo dos Santos. Serviço de Saneamento rural nos “sertões” do Brasil: os postos de profilaxia rural chegam ao Recôncavo da Bahia (1921-1930). In: **História da Saúde: Relações de Gênero, Educação, Personagens e Instituições**. Salvador: Deveres, 2023, p. 265 - 292.

SOUZA, Christiane Maria Cruz. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 372.

Recebido em 11/09/2024.

Aprovado para publicação em 22/12/2024.

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Revista História em Reflexão, Vol. 20, N. 38, Dez. 2024 | Dossiê: A pluralidade na História das ciências no Brasil

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

Quanto aos artigos que compõem este dossiê, apresentam-se trabalhos dedicados a pensar a trajetória de mulheres cientistas, evidenciando as interfaces entre gênero e ciência. Os estudos de pesquisadoras e pesquisadoras nas áreas da ciência natural, botânica e química, atuantes nos séculos XIX e XX, também foram contemplados. Destacam-se análises sobre o modo como cientistas se envolveram na escrita e publicação da história de suas áreas, assim como na constituição da História das Ciências como especialidade.

EQUIPE EDITORIAL

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ
Isabella Bonaventura (UNIFESP)
Henrique Sugahara Francisco (Instituto Butantan)

EDITOR CHEFE
Kevin Franco dos Santos

EDITORA ASSISTENTE
Silvia Ayabe

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS
Bianca Francisca da Silva Santos
Carla Maria Monteiro de Souza
Emanoel Jardel Alves Oliveira
Jackeline Kojima Matias Ikuta
Kacia Mikaela de Sousa
Lilia Maria da Silva Santos
Richardy Leal Oliveira

PARECERISTAS *AD HOC* NESTE NÚMERO
Anne Thereza de Almeida Proença
Beatriz Virgínia Gomes Belmiro
Carla Regina Amorim dos Anjos Queiroz
Carlos Erick Brito de Sousa
Carlos Ziller Camenietzki
César Martins de Souza
Dirce Maria Antunes Suertegaray
Edvaldo Sotana
Fillipe dos Santos Portugal
Jéssica Silveira
Kleire Anny Pires de Souza
Maria Amelia Mascarenhas Dantes
Maria Gabriela Bernardino
Patricia Urruzola
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Ramon Feliphe Souza
Renata do Nascimento Carneiro
Rodrigo Da Vitória Gomes
Rodrigo Osório Pereira
Waldson Luciano Corrêa Diniz

CONSELHO CONSULTIVO
Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)
Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)
Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky University, Estados Unidos
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)